As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO

IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 33.376.989/0001-91
NIRE nº 333.0030917-9
Avenida Marechal Câmara, 171
20020-901, Rio de Janeiro, RJ
63.960.000 Ações
Valor Total da Oferta: R$1.947.582.000,00
Código ISIN das Ações nº BRIRBRACNOR4
Código de negociação das Ações na B3: IRBR3

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ("**FGEDUC**"), o BB Seguros Participações S.A. ("**BB Seguros**"), o Bradesco Seguros S.A. ("**Bradesco Seguros**"), o Itaú Seguros S.A. ("**Itaú Seguros**"), o Itaú Vida e Previdência S.A. ("**Itaú Vida**") e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona ("**FIP Caixa Barcelona**" e, em conjunto com FGEDUC, BB Seguros, Bradesco Seguros, Itaú Seguros e Itaú Vida, "**Acionistas Vendedores**") estão realizando uma oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 63.960.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("**Companhia**") e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"). A quantidade de Ações a ser ofertada por cada Acionista Vendedor no âmbito da Oferta está descrita na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", na página 36 deste Prospecto.

A Oferta será realizada sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Bradesco BBI**"), do BB-Banco de Investimento S.A. ("**BB Investimentos**"), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**" ou "**Agente Estabilizador**") e do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "**Coordenadores Globais**"), do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("**Brasil Plural**"), do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**") e do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA Merrill Lynch**" e, em conjunto com o Brasil Plural e BTG Pactual, "**Coordenadores**" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("**Regulamento do Novo Mercado**"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Bradesco Securities, Inc., Banco do Brasil Securities LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Brasil Plural Securities LLC, BTG Pactual US Capital LLC e Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, ou seja, em até 12.792.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem integralmente alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 36 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 9.594.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem integralmente alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 38 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][4]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4][5]
Preço por Ação	30,45	0,76	29,69
Total Oferta	**1.947.582.000,00**	**48.689.550,00**	**1.898.892.450,00**

(1) Com base no Preço por Ação de R$30,45, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Sem dedução das comissões, despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 42 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 36 deste Prospecto.

A realização da Oferta foi (i) aprovada pela Companhia em assembleia geral de acionistas realizada em 21 de agosto de 2015, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") em 05 de outubro de 2015, sob o nº 00002821933 e publicada no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico em 22 de outubro de 2015; e (ii) ratificada em assembleia geral de acionistas realizada em 19 de maio de 2017, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico.

A realização da Oferta foi aprovada pelo FGEDUC em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de agosto de 2015, cuja ata foi devidamente registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, em 14 de agosto de 2015, sob o nº 00898658.

O conselho de administração da BB Seguridade Participações S.A., controlador da BB Seguros, aprovou, em reunião realizada em 12 de agosto de 2015, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, em 25 de setembro de 2015, sob o nº 20150880880, a orientação à BB Seguros de modo que proceda com todos os atos necessários à preparação da distribuição da Oferta, exceto pelas definições de preço mínimo e da quantidade de ações de titularidade da BB Seguros a serem alienadas, bem como da efetivação do início da distribuição e do pagamento da remuneração dos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, em 23 de junho de 2017, o conselho de administração da BB Seguridade Participações S.A., controlador da BB Seguros, aprovou a orientação à BB Seguros para que oriente seus representantes a aprovarem preço mínimo, a ser definido em comum acordo com os demais acionistas, e a quantidade de ações a serem alienadas.

A participação do Bradesco Seguros na Oferta foi aprovada, nos termos de seus atos constitutivos, em Reunião do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. realizada em 18 de maio de 2017.

Não houve necessidade de aprovação específica para a realização da Oferta pelo Itaú Seguros e pelo Itaú Vida, tampouco haverá necessidade de aprovação específica para a fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta foi aprovada pelo FIP Caixa Barcelona em reunião do comitê de investimentos realizada em 06 de julho de 2017.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir de 17 de julho de 2017, para aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta foi registrada pela CVM em [•] de [•] de 2017, sob o nº CVM/SRE/SEC/2017/[•].

"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 21 E 61, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 631 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores Globais

Coordenador Líder | **Agente Estabilizador** | **Coordenador Adicional**

Coordenadores

A data deste Prospecto Preliminar é 07 de julho de 2017..

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO 6
SUMÁRIO DA COMPANHIA 8
SUMÁRIO DA OFERTA 23
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA 35
Composição do Capital Social da Companhia 35
Acionistas da Companhia 35
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 36
Descrição da Oferta 38
Aprovações Societárias 39
Instituições Participantes da Oferta 40
Preço por Ação 40
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 41
Custos de Distribuição 42
Estabilização do Preço das Ações 43
Características das Ações 43
Público Alvo da Oferta 44
Procedimento da Oferta 44
Oferta de Varejo 45
Oferta Institucional 47
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 48
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 49
Prazo de Distribuição 49
Liquidação 49
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 50
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 51
Violações de Normas de Conduta 51
Negociação das Ações na B3 51
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 53
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 54
Cronograma da Oferta 54
Inadequação da Oferta 55
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 55
Acionistas Vendedores 56
Informações Adicionais 57
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 61
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA 66
Coordenador Líder 66
BB Investimentos 67
Itaú BBA 68
J.P. Morgan 69
Brasil Plural 70
BTG Pactual 72
BofA Merrill Lynch 73
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 74
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 74
Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos 75
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 77
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 78

Relacionamento entre a Companhia e o Brasil Plural 80
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 81
Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch 81
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 83
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 83
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos 84
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA 85
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan 86
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Brasil Plural 87
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual 88
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BofA Merrill Lynch 88
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 90
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 93
CAPITALIZAÇÃO 94
DILUIÇÃO 95

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 99
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 119
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE RATIFICOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 149
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO – FGEDUC, QUE APROVOU A OFERTA 155
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., CONTROLADOR DA BB SEGUROS, QUE APROVOU A OFERTA 161
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., CONTROLADOR DA BB SEGUROS, QUE DELIBEROU ACERCA DO PREÇO POR AÇÃO 169
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO BRADESCO S.A. QUE DELIBEROU SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO SEGUROS NA OFERTA 173
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FIP CAIXA BARCELONA QUE APROVOU A OFERTA 177
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 181
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 185
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 199
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 203
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 327
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 601

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia" ou "IRB" referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 23 deste Prospecto.

Acionistas Controladores	União, BB Seguros, Bradesco Seguros, Itaú Seguros, Itaú Vida e FIP Caixa Barcelona, considerados em conjunto.
Acordo de Acionistas	Acordo de acionistas da Companhia celebrado entre os Acionistas Controladores e, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BB Seguridade	BB Seguridade Participações S.A.
BB Seguros	BB Seguros Participações S.A.
Bradesco Seguros	Bradesco Seguros S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual (*Compound Annual Growth Rate*).
Cláusula Compromissória	Consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil Brasileiro	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
Companhia ou IRB	IRB-Brasil Resseguros S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, instalado em 1951, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto Social da Companhia.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia e os Acionistas Controladores, por meio do qual a Companhia aderiu ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
FGEDUC	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.
FIP Caixa Barcelona	Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
IOF/Câmbio	Imposto sobre operações financeiras de câmbio.
Instituição Escrituradora	Banco do Brasil S.A.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
Itaú Seguros	Itaú Seguros S.A.
Itaú Vida	Itaú Vida e Previdência S.A.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
PIB	Produto Interno Bruto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.

Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
União	Governo Federal do Brasil.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	IRB-Brasil Resseguros S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.376.989/0001-91, com seus atos constitutivos registrados na JUCERJA sob o NIRE nº 333.0030917-9.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, 171, CEP 20020-901.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, 171, CEP 20020-901. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Fernando Passos. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é (21) 2272-2772 e o seu endereço eletrônico é diretorRI@irbbrasilre.com.
Instituição Escrituradora	Banco do Brasil S.A.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "IRBR3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	https://www.irbbrasilre.com/pt-br/investidores As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar o setor de atuação da Companhia, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e declarações futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e, portanto, não são garantias de resultados futuros.

Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, posem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de projetos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- capacidade da Companhia de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis que viabilizem seus projetos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar seus negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações; e
- **outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 21 e 61, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto.**

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "estima", "continua", "antecipa", pretende", "espera" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 601, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILDIADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇOES CONTIDAS NESTA SEÇÃO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTANTES NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. ESTE SUMÁRIO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES. ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIR NAS AÇOES DA COMPANHIA, O INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENTAMENTE TODO ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA INCORPORADO A ESTE PROSPECTO.

Visão Geral

Com mais de 78 anos de experiência, a Companhia acredita ser referência em resseguros no mercado brasileiro, a única resseguradora a oferecer o que acredita ser um portfólio completo de soluções e linhas de negócio no mercado brasileiro e que tem como controlador os maiores bancos do Brasil.

A Companhia é a resseguradora líder no mercado brasileiro[1], durante o primeiro trimestre de 2017 registrou R$1.172,5 milhões de prêmios emitidos líquidos, gerando um lucro líquido de R$222,7 milhões. Em 2016, a Companhia emitiu o montante de R$4.188,3 milhões em prêmios e obteve um lucro líquido de R$849,9 milhões, o que representou 75% do lucro líquido do mercado ressegurados local no período.

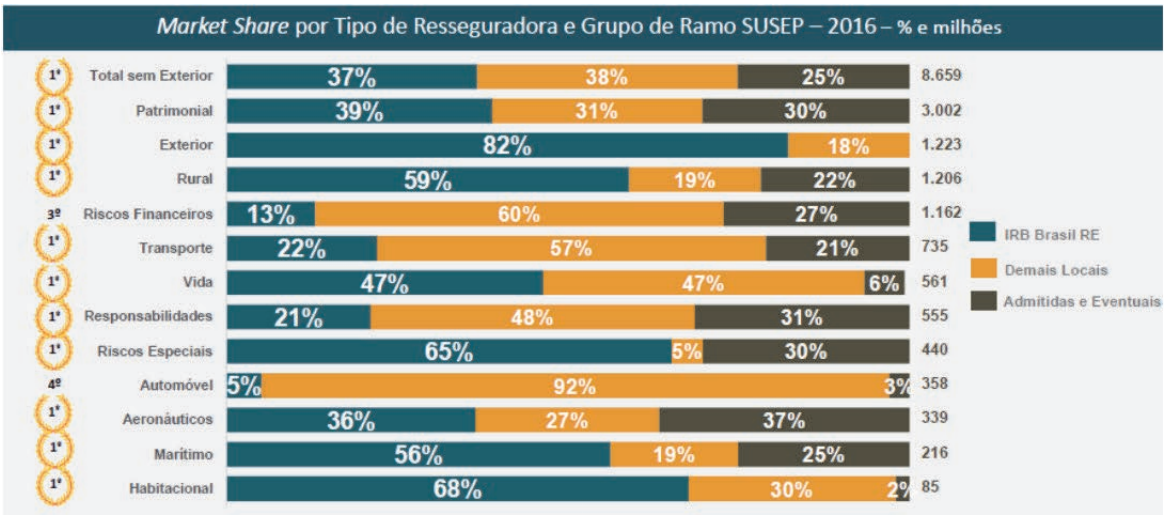
Em 2016, a Companhia ampliou as parcerias com os principais clientes do mercado, o que nos permitiu aumentar em 3 pontos percentuais a participação da Companhia no mercado total (de 31% em 2014 para 34% em 2015 para 37% em 2016), e em 3 pontos percentuais a participação entre os resseguradores locais (de 46% para 49%), segundo dados divulgados pela SUSEP.

Em 2016, a Companhia foi líder no Brasil em 10 dos 12[2] grupos de ramos de resseguro, conforme classificação e dados publicados pela SUSEP, dentre os quais se destacam as linhas de negócio: Patrimonial, Exterior, Rural, Riscos Especiais e de Vida, tanto individual como em grupo.

[1] A participação de mercado é calculada de acordo com dados divulgados pela SUSEP e através da seguinte fórmula: Prêmios da Companhia / Total de Prêmios Cedidos em Resseguro pelas Seguradoras brasileiras, de acordo com dados da SUSEP. A não ser quando explicitado de outra forma.

[2] Dos 15 grupos de ramos de resseguro SUSEP, o grupo 04 (cascos) e 08 (créditos) estão em run off, sendo absorvidos, no caso de cascos, por Marítimos (14) e Aeronáuticos (15) e crédito, por riscos financeiros (07).

2016



Desde sua fundação em 1939, como monopolista, sob a denominação de Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia tem passado por diversos ciclos econômicos e por todas as etapas do desenvolvimento do mercado de resseguros brasileiro, até a abertura do mercado em 2007, quando houve o consequente aumento da concorrência no setor. Neste período, a Companhia construiu uma base de dados histórica do mercado brasileiro, o que lhe possibilita, com a aplicação de seus modelos atuariais e plataforma de tecnologia avançada, decisões com adequado nível de segurança em termos de subscrição, melhor precificação dos riscos que ressegura e uma política eficaz de retrocessão de riscos. A Companhia figura entre as 50 maiores resseguradoras do mundo em termos de prêmios emitidos, de acordo com ranking divulgado pela AM Best em setembro de 2016 (Best's Special Report – Global Reinsurance) e tem como meta crescer internacionalmente com foco na América Latina.

Nos últimos três anos, a Companhia apresentou histórico de crescimento de receita e aumento de rentabilidade, ao mesmo tempo em que manteve sua solidez financeira e amplos níveis de solvência. No período entre 2014 e 2016, a receita da Companhia cresceu a uma taxa composta média[3] ("CAGR") de 23,9%, e seu lucro líquido recorrente cresceu a um CAGR de 48,0%, tendo mantido ao longo de todo este período uma nota de risco A- pela AM Best, agência de rating da indústria de seguros e resseguros.

[3] *Compounded Annual Growth Rate.*

A tabela abaixo apresenta alguns dos indicadores financeiros e operacionais da Companhia, de acordo com as especificações do IFRS (base SUSEP) e Visão do Negócio, nos períodos indicados:

CONSOLIDADO IFRS

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de três meses findo em 30 de março de		
	2014	2015	%	2016	%	2016	2017	%
Consolidado IFRS – Base SUSEP	(*em milhões de reais, ou conforme indicado*)							
Prêmios Emitidos	2.759,4	3.723,4	34,9%	4.188,3	12,5%	982,3	1.172,5	19,4%
Prêmios Ganhos	2.993,1	3.746,1	25,2%	4.162,2	11,1%	1.027,5	1.109,8	8,0%
Sinistros Ocorridos	(2.256,8)	(2.287,6)	1,4%	(2.589,6)	13,2%	(935,3)	(435,7)	-53,4%
Custo de Aquisição	(79,5)	(95,4)	20,0%	(103,5)	8,5%	(32,6)	(26,3)	-19,3%
Margem Bruta	538,7	570,8	5,9%	716,9	25,6%	178,4	254,8	42,8%
Despesas Administrativas	(287,3)	(266,6)	-7,2%	(260,8)	-2,2%	(54,5)	(81,1)	48,9%
Resultado Financeiro	629,8	799,4	26,9%	818,4	2,4%	201,6	175,0	-13,2%
Lucro Líquido	601,5	763,7	27,0%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida	20,1%	20,4%	0,3 p.p.	20,4%	–	20,7%	20,1%	-0,6 p.p.
Lucro Líquido Recorrente	388,2	763,7	96,7%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida Recorrente	13,0%	20,4%	7,4 p.p.	20,4%	–	20,7%	20,1%	-0,6 p.p.
Patrimônio Líquido	2.953,9	3.174,6	7,5%	3.328,2	4,8%	2.898,9	3.091,1	6,6%
Índice de Liquidez corrente	0,9	0,8	-0,1 p.p.	0,8	–	0,8	0,8	–
Índice de Liquidez geral	1,3	1,3	–	1,3	–	1,2	1,2	–

VISÃO DO NEGÓCIO[4]

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de três meses findo em 30 de março de		
	2014	2015	%	2016	%	2016	2017	%
Visão do Negócio	(*em milhões de reais, ou conforme indicado*)							
Prêmios Emitidos de Resseguros	3.212,8	4.337,4	35,0%	4.928,4	13,6%	1.169,4	1.342,4	14,8%
Prêmios Ganhos	2.303,8	2.922,6	26,9%	3.501,0	19,8%	896,2	880,6	-1,7%
Sinistros Retidos	(1.347,0)	(1.865,9)	38,5%	(2.166,9)	16,1%	(570,4)	(473,8)	-16,9%
Custo de Aquisição	(436,7)	(560,4)	28,3%	(703,2)	25,5%	(168,1)	(163,1)	-3,0%
Resultado Bruto	520,2	520,2	–	630,9	21,3%	152,9	223,4	46,1%
Despesas Administrativas	(239,9)	(233,4)	-2,7%	(230,2)	-1,4%	(45,5)	(62,7)	37,6%
Resultado Financeiro e Patrimonial	690,0[7]	884,0	28,1%	1.041,2	17,8%	243,6	205,4	-15,7%
Lucro Líquido	601,5	763,7	27,0%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida[1]	26,1%	26,1%	–	24,3%	-1,8 p.p.	23,7%	25,3%	1,6 p.p.
Lucro Líquido	388,1	763,7	96,8%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida	16,8%	26,1%	9,3 p.p.	24,3%	-1,8 p.p.	23,7%	25,3%	1,6 p.p.
ROAE[2]	21,4%	24,9%	3,5 p.p.	26,1%	1,2 p.p.	26,0%	27,0%	1,0 p.p.
Taxa de Sinistralidade[3]	58,5%	63,8%	5,3 p.p.	61,9%	-1,9 p.p.	63,6%	53,8%	-9,8 p.p.
Índice Combinado[4]	95,5%	93,5%	-2,0 p.p.	92,2%	-1,3 p.p.	92,2%	85,4%	-6,8 p.p.
Índice Combinado Ampliado[5]	77,7%	71,8%	-5,9 p.p.	71,1%	-0,7 p.p.	72,5%	69,2%	-3,3 p.p.
Índice de Solvência[6]	3,6	3,1	-0,5 p.p.	3,2	0,1 p.p.	2,9	2,5	-0,4 p.p.
Patrimônio Líquido	2.953,9	3.174,6	7,5%	3.328,2	4,8%	2.898,9	3.091,1	6,6%

(1) Margem líquida significa o resultado da divisão entre (i) lucro líquido e (ii) prêmios ganhos brutos de comissão, registrados em um determinado período.

(2) Retorno sobre patrimônio líquido médio significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio registrado em um determinado período.

(3) Taxa de sinistralidade significa o resultado da divisão entre sinistros retidos e prêmios ganhos em um determinado período.

(4) Índice combinado recorrente significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos, registrados em um determinado período.

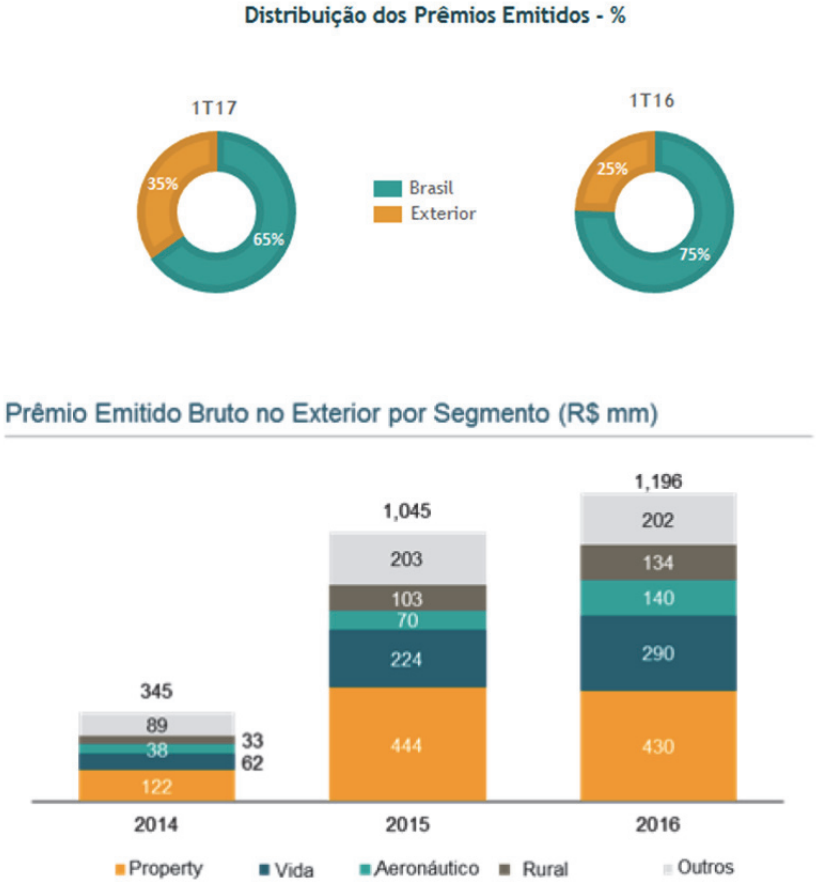
(5) Índice combinado ampliado recorrente significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas, e (ii) prêmios ganhos adicionados do resultado financeiro, registrados em um determinado período.

(6) O Índice de solvência é o resultado da divisão entre o Patrimônio Líquido Ajustado e o Capital Mínimo Requerido.

(7) O resultado financeiro e patrimonial recorrente em 2014 foi de R$526 milhões.

[4] Para maiores informações financeiras referentes aos números de:
1T2017 e 2016 – vide nota 3.1 das Demonstrações Financeiras
2015 e 2014 – vide nota 26.1 das Demonstrações Financeiras

A Companhia vem aumentando a participação no mercado internacional em seu prêmio emitido líquido que passou de 25% no primeiro trimestre de 2016 para 35% no primeiro trimestre de 2017. Atuando hoje em diversos países na América, Europa, África e Ásia com foco na América Latina. Nesta região, a Companhia tem aumentado sua presença, com negócios em quase todos os países, com atuação especial na Argentina, como resseguradora local, e no Peru, México e Colômbia. Para os demais continentes, a Companhia utiliza sua posição de liderança no mercado brasileiro para alavancar negócios em reciprocidade.



Oportunidades no Setor de Resseguros

A Companhia entende que o setor de resseguros, tanto no Brasil quanto no exterior, apresenta diversas oportunidades, das quais se beneficiou ao longo dos últimos anos e que pretende continuar a aproveitar futuramente:

Os mercados brasileiros de seguros e resseguros cresceram significativamente nos últimos anos e apresentam potencial de crescimento futuro

Os mercados brasileiros de seguros e resseguros se caracterizaram por crescer de forma resiliente, desta forma a Companhia acredita possuir potencial de crescimento para o futuro. Entre os anos de 2012 e 2016, o total de prêmios emitidos por seguradoras[5] passou de R$66 bilhões em 2012 para R$92 bilhões em 2016, crescendo 39% nominalmente no período, vis à vis uma retração do crescimento econômico do país no mesmo período. O total de prêmios cedidos pelas seguradoras passou de R$5,7 bilhões em 2012 para R$8,7 bilhões em 2016, de acordo com dados da SUSEP.

[5] Excluindo VGBL, DPVAT e Microsseguro.

A Companhia acredita que o mercado de resseguro brasileiro apresenta grandes oportunidades de crescimento, tendo em vista a baixa penetração de seguros[6] em relação aos mercados mais maduros. Enquanto no Brasil esse índice é de apenas 3,9%, no mesmo período nos EUA, Reino Unido, França e Japão os valores chegam a, respectivamente, 7,3%, 10%, 9,3% e 10,8%, de acordo com dados do Relatório Sigma[7] e Latino Insurance[8].

Além disso, a Companhia acredita que o mercado brasileiro apresenta um nível baixo de sinistros catastróficos por se encontrar em região geográfica não propensa a catástrofes naturais, o que possibilita retornos mais estáveis com menores riscos.

O mercado latino-americano de resseguros apresenta características semelhantes ao mercado brasileiro

A Companhia entende que o mercado latino-americano de resseguros apresenta características que o torna semelhante ao mercado brasileiro – potencial de crescimento e baixa penetração – e, portanto, favorável à atuação da Companhia. Segundo a Latino Insurance, entre os anos de 2010 a 2016, o mercado latino-americano de resseguros cresceu a uma taxa de 11%.

Assim como no Brasil, a taxa de penetração do mercado de seguros no PIB dos países da América Latina é menor do que nos mercados desenvolvidos. O México, Argentina, Colômbia e Peru apresentaram respectivamente taxas de penetração de 2,2%, 3,1%, 2,8% e 2,3%, em 2016 segundo a Latino Insurance.

VANTAGENS COMPETITIVAS DA COMPANHIA

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são:

Referência no mercado brasileiro, combinando liderança, tradição e tecnologia aplicada

A Companhia acredita ser referência do mercado brasileiro de resseguros, liderando-o com a aceitação de 37% dos prêmios cedidos por seguradores brasileiros e 75% do lucro líquido dos resseguradores locais em 2016, de acordo com dados publicados no site da SUSEP no item de "Operações: Resseguros – Prêmios Ganhos" e "Empresas Resseguradoras Locais – Demonstrações Locais", de 20 de março de 2017. A participação da companhia no mercado de resseguros local é aproximadamente 6 vezes superior ao da companhia que ocupa a segunda posição em referido mercado. Além de líder, a Companhia conta com mais de 78 anos de experiência em resseguros no mercado brasileiro, sendo o primeiro ressegurador de capital nacional da história.

Nos últimos anos, a Companhia realizou significativos investimentos em tecnologia da informação, com integração de todos os sistemas em uma única plataforma SAP, de forma a procurar manter sua infraestrutura tecnológica no estado da arte, em linha com as práticas de mercado das principais companhias globais atuantes no setor, buscando aumentar, consequentemente, a eficiência de suas operações. A Companhia entende que o atual patamar tecnológico, aliado ao vasto conhecimento dos riscos do mercado e a uma base de dados histórica, geram uma vantagem competitiva em relação aos seus principais concorrentes no país.

Além disso, a Companhia entende que o fato de ter sua sede e principais executivos baseados no Brasil possibilita uma maior autonomia e agilidade na tomada de decisões.

A Companhia acredita que a soma dos fatores descritos acima, isto é, sua posição de liderança, a experiência proporcionada por sua longa história de atuação, e a aplicação de tecnologia ao negócio de resseguros, são os principais fatores responsáveis por sua posição de referência no mercado de resseguros brasileiro, contribuindo para a formação de tendências e influenciando a precificação das linhas de negócio de todo o mercado.

[6] Índice de penetração de seguros é a relação entre o volume de prêmios emitidos e o PIB.
[7] Relatório Sigma: http://media.swissre.com/documents/sigma4_2015_en.pdf.
[8] De acordo com a ferramenta Latino Insurance www.latinoinsurance.com – dezembro/2016.

Modelo de negócios combinando portfólio de resseguro diversificado eficiência na gestão da carteira de investimentos e, historicamente, rentabilidade atrativa

A Companhia acredita que seu modelo de negócios é diferenciado no Brasil, combinando um portfólio completo de linhas de negócio à administração de uma carteira de investimentos de grande porte. Neste contexto, a Companhia busca manter relacionamentos de longo prazo com todos os principais grupos seguradores e corretores do país, representando o maior fornecedor de serviços de resseguros de seus parceiros no mercado brasileiro.

A Companhia oferece aos seus clientes e parceiros um amplo portfólio de soluções em resseguro, que acredita ser o mais completo dentre todas as resseguradoras locais. Nesse sentido, suas linhas de negócio abrangem a totalidade dos grupos de ramos resseguráveis do mercado e a Companhia é líder na maioria delas, 10 dos 12 grupos, conforme descrito na "Visão Geral" acima.

Ao desenvolver sua atuação em diversas linhas, a Companhia buscou diversificar tanto receita quanto risco, reduzindo a volatilidade dos resultados e, ao mesmo tempo, ampliando sua capacidade de geração de negócios, sua rede de relacionamentos e carteira de clientes. Desta forma, durante o período de 2014 a 2016, o índice combinado da Companhia passou de 95,5% para 92,2%.

No que se refere à gestão de investimentos, a Companhia se beneficia de uma dinâmica de fluxo de caixa que complementa a rentabilidade das operações de resseguros. Os contratos de resseguro negociados pela Companhia geram liquidez imediata, no início de sua vigência, quando a Companhia constitui as provisões técnicas para cobrir as eventuais despesas desses contratos. Na média, a Companhia mantém reservas por, aproximadamente, 14 meses antes de sinistros futuros serem pagos aos clientes. Durante esse período, esses recursos criam um float que, em adição aos recursos necessários para solvência da Companhia, são investidos a taxas de retorno atrativas. Além disso, a Companhia acredita que o float médio do setor ressegurador é usualmente maior que o do setor segurador, devido a características no fluxo de caixa.

A Companhia, por meio de sua capitalização e capacidade de geração de caixa, possui uma significativa carteira de investimentos, administrada de maneira a otimizar o retorno e compatibilizar risco e liquidez ao perfil e prazo médio de suas carteiras, concentrada em ativos de renda fixa, com grande capacidade de geração de receita financeira. Durante o primeiro trimestre de 2017, a receita financeira como porcentagem dos ativos investidos médios representou, um rendimento de 3,89% (equivalente a 128% do CDI médio durante esse período).

A Companhia acredita que a rentabilidade dos investimentos é um atrativo e resultado de sua eficiência operacional. Após sua privatização em outubro de 2013, a Companhia passou a ter maior flexibilidade na alocação de seus recursos.

A Companhia acredita que a combinação destes dois elementos a coloca em posição distinta das demais resseguradoras atuantes nos mercados brasileiro e internacional por lhe proporcionar receitas maiores do que as de seus concorrentes, menos voláteis e mais diversificadas e previsíveis. Além disso, a Companhia entende que o seu modelo de negócios cria uma resiliência aos ciclos econômicos, conferindo-lhe capacidade de aproveitar tanto períodos de crescimento da atividade econômica – quando a demanda por coberturas aumenta, impulsionando suas receitas operacionais e o crescimento do seu float – como de retração econômica – em virtude do aumento das taxas de juros, que impulsionam suas receitas financeiras.

Histórico de eficiência crescente, alta rentabilidade e excelente nota de risco

Nos últimos anos, a Companhia apresentou crescimento de receita e de resultados que acredita serem expressivos. No período de 2014 a 2016, o montante de prêmios emitidos, prêmios retidos e lucro líquido cresceram a um CAGR de, respectivamente, 23,9%, 27,7% e 48,0%.

Este crescimento foi acompanhado pelo aumento da eficiência de suas operações, que se reflete no incremento de sua margem bruta e na melhora de seu índice combinado. A Companhia acredita que a eficiência foi apoiada, também, em uma adequação do número de empregados, baseada na reestruturação de cargos e funções, avaliações de volumetria e produtividade, eliminação de camadas hierárquicas com ajuste na amplitude de controle das funções de gestão, reforço dos mecanismos de avaliação de desempenho e revisão dos contratos de serviços terceirizados, que vem sendo realizada de forma mais intensa desde a privatização da Companhia.

No período de 2014 a 2016, o resultado de underwriting passou de R$423,5 milhões a R$630,4 milhões, um crescimento de 48,9%, sendo que seu índice combinado recorrente passou de 95,5% a 92,2% no mesmo período.

Ademais, a Companhia também apresentou um histórico de resultado consistente. O retorno sobre patrimônio líquido da Companhia, ou ROE, passou de 15,5% em 2014 para 31,2% em 2016, um aumento de 15,7 p.p., mantendo-se em patamares superiores aos de companhias globais do setor cuja média é 8%[9].

Ao mesmo tempo, a Companhia manteve sua solidez financeira e elevado nível de solvência, que atingiu 2,5 vezes em 31 de março de 2017, permitindo manter seu patamar de crescimento e sua capacidade para pagamento de dividendos, correspondentes a 75% do total do lucro líquido da Companhia no período de 2014 a 2016, com exceção do ano de 2015 em que alcançou 85%. No entanto, a política da Companhia de pagamento de dividendos prevê o pagamento de dividendos mínimo de 25%.

Ao longo de todo este período, a combinação dos fatores mencionados acima, com sua sólida base de capital e taxas de sinistralidade, possibilitou à Companhia obter uma nota de risco considerada excelente (A-) atribuída pela AM Best em 13 de dezembro de 2011 e mantida até a presente data.

Forte relacionamento e proximidade com as principais seguradoras e corretoras de resseguro

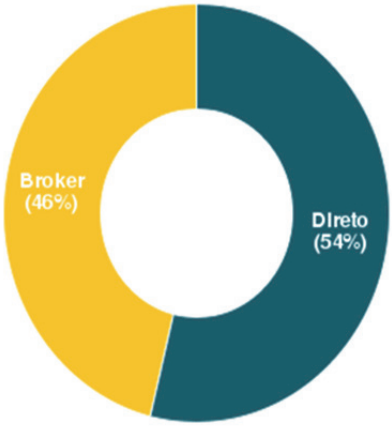
A Companhia acredita que mantém, devido ao seu histórico e importância, um longo relacionamento com as mais relevantes seguradoras e corretoras de resseguro que atuam nesse mercado, o que lhe permite um acesso eficiente aos seus clientes, com rapidez e flexibilidade, para propor ou criar soluções de resseguro inovadoras.

No mercado brasileiro, a estratégia da Companhia é pautada na manutenção e otimização do portfólio existente. A Companhia relaciona-se diretamente com as principais seguradoras do mercado, principalmente as pertencentes aos grandes conglomerados financeiros brasileiros.

Além disso, a Companhia procura manter relacionamento estreito com corretores de resseguro, provendo capacidade e soluções para seus clientes. Neste contexto, a Companhia utiliza-se desses mesmos corretores para a intermediação de seus programas de retrocessão, alavancando o interesse na realização de novos negócios.

[9] Willis Re Reinsurance Market Report de abril de 2017.

Distribuição de Prêmios relativos à operação de resseguros e retrocessão no Brasil



Práticas efetivas de gestão de riscos

A Companhia se beneficia de práticas de gestão de riscos eficazes, minimizando a volatilidade de seus negócios e otimizando suas exposições a riscos em vários níveis operacionais. Suas práticas de limites e diversificação de riscos através de retrocessão permitiram à Companhia níveis rentáveis nas suas operações.

A Companhia busca manter uma baixa exposição ao risco de crédito em suas operações de retrocessão, focando em parceiros com bons níveis de crédito. Em março de 2017, 99% da sua carteira de retrocessão estava concentrada em resseguradoras com rating A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), ou superiores.

Finalmente, a Companhia busca realizar a gestão dos seus investimentos de maneira prudente, com alocação concentrada em ativos de renda fixa (títulos públicos federais). Em março de 2017, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da empresa imobiliária, totalizava R$6.057,4 milhões sendo alocada primordialmente em instrumentos com classificação de risco atrelados àqueles das dívidas públicas brasileiras.

Essa carteira contribui, majoritariamente, para a geração de receita financeira da Companhia e apresenta um baixo perfil de risco de mercado, pois a composição desta é predominante em títulos pós-fixados (Letras Financeiras do Tesouro). A mensuração do risco de mercado é realizada pelo método de VaR (Value at Risk), com nível de significância de 95%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, que foi de aproximadamente 0,07% ao dia para 31/03/2017.

Elevado padrão de governança corporativa, com administração e corpo técnico experientes, motivados e suportados por grupo de acionistas relevantes

A atuação da Companhia procura se basear em elevados padrões de governança corporativa. Desde a sua transformação em sociedade por ações, em 1997, a Companhia conta com Conselho de Administração e Conselho Fiscal permanente. Por sua vez, após a privatização, em outubro de 2013, diversas revisões foram realizadas em suas práticas de governança, sendo que atualmente o Conselho de Administração é assessorado por cinco comitês, que atuam nas seguintes áreas: Subscrição, Remuneração, Investimento, Governança Corporativa e Auditoria. Os membros desses comitês são indicados pelos acionistas controladores, à exceção do comitê de Auditoria, cujos membros são nomeados pelo Conselho de Administração, devendo um membro ser conselheiro independente, eleito na forma do parágrafo 1º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. O compromisso da Companhia com boas práticas de governança é corroborado por sua adesão ao Novo Mercado da B3 incluindo a nomeação de três conselheiros independentes.

A Companhia entende que a combinação da experiência dos administradores, com o corpo técnico experiente e reconhecido no mercado, é responsável pelo seu atual desempenho operacional e financeiro.

Dentre os acionistas do bloco de controle da Companhia estão sociedades integrantes dos três maiores bancos brasileiros em volume de ativos[10] Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, juntamente com cinco fundos de pensão (PREVI, PETROS, FUNCEF, ECONOMUS e PREVIRB) que investem na Companhia por meio do FIP (Fundo de Investimento em Participações) Caixa Barcelona e a União Federal. Os acionistas controladores são partes em um acordo de acionistas no qual são resguardados seus direitos e reiterados o que a Companhia acredita serem bons princípios e práticas de governança corporativa. Para informações sobre o acordo de acionistas da Companhia, veja item 15.5 do Formulário de Referência.

Parte dos acionistas do bloco de controle da Companhia figuram entre as maiores seguradoras do Brasil e estão entre os maiores clientes da Companhia. Para mais informações, veja o fator de risco *"A Companhia não pode garantir que tais acionistas controladores, em seu papel como seus clientes, atuarão no melhor de seu interesse, em alguns casos que sejam verificados conflitos de interesses entre os acionistas, o que poderá afetar suas operações, condição financeira e resultados operacionais"* no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ESTRATÉGIA

A Companhia busca criar valor para seus acionistas por meio da implementação das seguintes iniciativas:

Manter a liderança no mercado brasileiro, com alta rentabilidade, adequada capitalização e diversificação de risco

A estratégia primária da Companhia consiste na manutenção de sua liderança no mercado brasileiro. Com foco nisso, a Companhia pretende incrementar seus níveis de rentabilidade mediante a contínua otimização de seus métodos de precificação e seleção de risco e uma estratégia de investimento que propicie sua exposição a riscos com resultados acima do CDI. Ainda, a Companhia pretende otimizar seu mix de carteiras em produtos de maior rentabilidade, buscando resultados ainda mais estáveis com redução da volatilidade. Por fim, a Companhia pretende diversificar o risco, principalmente, por meio da ampliação da participação na linha de negócio Vida.

Como consequência, a Companhia pretende reduzir o custo de retrocessão, para possibilitar um melhor resultado operacional combinado com uma maior alavancagem das operações.

Incrementar eficiência mediante iniciativas de aprimoramento das práticas de gestão

A Companhia busca continuamente a eficiência de suas operações visando à redução de custos e otimização de processos. Para capturar ganhos de eficiência operacional e incrementos de margem, a Companhia procura constantemente melhorar seus controles internos, investindo em tecnologia e qualificação profissional. A Companhia acredita que com seu contínuo crescimento será capaz de obter ganhos de escala e continuar a se beneficiar de eficiências operacionais e aumento de margens.

Dentre os esforços de aumento de eficiência, pode-se mencionar que a partir de 2014 a Companhia adotou o Sistema SAP, integrando 46 sistemas legados em uma única plataforma tecnológica, gerando assim mais eficiência e rapidez. Além disso, a reorganização societária, planejada recentemente, reunirá em sociedades de propósito específico os investimentos da Companhia em ativos imobiliários. Em reunião de 27.01.2017, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação da constituição de uma subsidiária integral dedicada à gestão de recursos. A nova subsidiária trará mais solidez a companhia, melhorando a governança na gestão de investimentos, aumentando a proximidade com o mercado de capitais e seus reguladores, além de fortalecer seu capital humano. Acreditamos que a reestruturação proposta permitirá o incremento do resultado do grupo e de seus acionistas por meio de aumento de eficiência da gestão de recursos e potencialmente permitindo a exploração de novas fontes de receitas provenientes de recurso de terceiros, primordialmente recursos oriundos de nossas subsidiarias integrais no Brasil, fortalecendo inclusive o relacionamento da Companhia com os seguradores e retrocessionários parceiros e outras gestoras estabelecidas.

[10] De acordo com dados do Banco Central do Brasil.

De forma geral, beneficiam-se da queda de juros os investimentos de renda variável e os papéis de renda fixa que têm parte ou a totalidade da sua remuneração prefixada. A Companhia faz um estudo do cenário macroeconômico atual, utilizando a expertise do time de investimentos e, com disciplina e de forma a utilizar dessas ferramentas para incrementar a geração de caixa.

Aumentar presença em mercados internacionais, visando à diversificação de receita e riscos, com foco na América Latina

A Companhia pretende dar continuidade aos seus esforços de internacionalização, de forma a aumentar sua presença nos diversos mercados em que atua, visando diversificar suas fontes de receita e riscos subscritos. De dezembro de 2014 a março de 2017, a participação dos prêmios internacionais na receita total da Companhia, conforme Visão do Negócio, cresceu de 10,7% para 34,2%.

O foco de expansão continua sendo a América Latina, visto que a proximidade geográfica, a experiência nas linhas de negócios mais relevantes, a familiaridade com o idioma e os fatores culturais colocam a Companhia, em seu entendimento, em posição privilegiada para alcançar destaque nestes mercados. Há especial atenção na atuação na Argentina, Peru, México e Colômbia. No primeiro país, a Companhia atua como resseguradora local, nos outros mercados citados na frase anterior, como resseguradora estrangeira.

Nos demais mercados, a Companhia continuará atuando em reciprocidade, ou seja, utilizando a posição de liderança no Brasil para alavancar bons negócios no exterior.

Desenvolver novas soluções para expandir a oferta de produtos

O conhecimento de mercado da Companhia, adquirido ao longo de sua história, permite desenvolver produtos inovadores para servir melhor a necessidade de seus clientes.

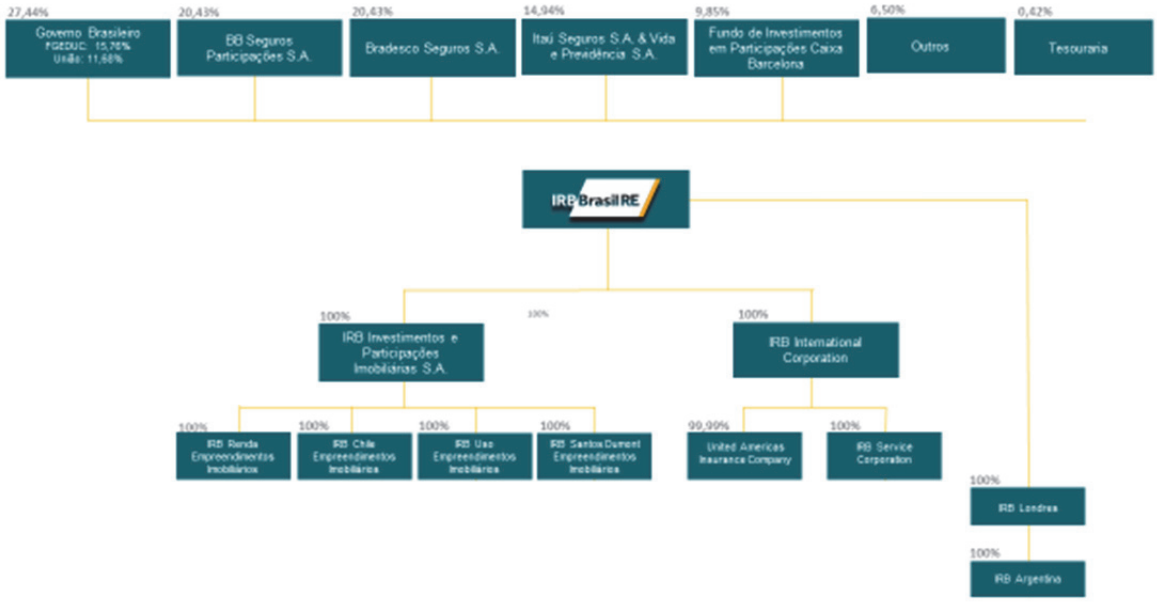
A Companhia, inclusive, expandiu suas operações com resseguros na linha de negócios de Vida, de dezembro de 2014 a março de 2017, de 7,5% para 17% dos prêmios totais.

Focar em otimização e retorno de capital

A Companhia procura o equilíbrio entre risco e retorno, no intuito de obter a melhor alocação de capital possível. A análise de riscos em conjunto com as expectativas de retorno influenciam a exposição de riscos, os níveis de retrocessão e a alocação de capital em seu negócio. Aliado aos seus processos internos de controle, a Companhia também avalia regularmente sua alocação de capital, com base nas melhores práticas desenvolvidas por agências reguladoras e de rating visando garantir e superar a nota A- (excelente) atribuída pela agência AM Best.

ESTRUTURA SOsocietária

Abaixo, organograma descrevendo os principais acionistas da Companhia. Para informações sobre os acionistas da Companhia veja os itens 8.1, 15.1/15.2 e 15.5 do Formulário de Referência.



BREVE HISTÓRICO

Fundado em 3 de abril de 1939 com a promulgação do Decreto-lei nº 1.186, na mesma data, o então Instituto de Resseguros do Brasil inaugurou o monopólio estatal no setor de resseguros, anteriormente controlado por empresas estrangeiras, as quais, na maioria dos casos, atuavam como agências de captação de seguros para as suas matrizes.

Tendo sido criado no processo de industrialização e internalização dos centros de decisão econômica, buscando evitar a evasão de divisas para o exterior e fortalecer a economia nacional, com o emprego das reservas acumuladas no país, o ressegurador iniciava sua missão de colaborar para o desenvolvimento do mercado de seguros e, indiretamente, para o incremento da economia nacional. Nascia, assim, um mercado doméstico promissor, impulsionado pela Companhia, principal responsável pelo surgimento de seguradoras de capital brasileiro, com o estabelecimento de baixos limites de retenção.

Inicialmente com foco direcionado para o seguro de incêndio, ao longo das décadas seguintes, a Companhia estendeu sua cobertura para outros nichos, tais quais (i) grandes construções e projetos industriais, (ii) riscos dos ramos de transportes, (iii) acidentes pessoais, (iv) aeronáutico, (v) vida, (vi) cascos marítimos, (vii) automóveis, (viii) lucros cessantes, (ix) agrário, (x) transportes de mercadorias importadas pelo Brasil de navios e aviões, (xi) garantias (performance bonds), e (xii) responsabilidade civil.

Ao longo dos 69 anos que preservou o monopólio no mercado brasileiro, encerrado em 17 de abril de 2007, a Companhia comprovou sua importância para a sociedade brasileira, cobrindo diversos projetos importantes para a história do Brasil, dentre eles (i) a fábrica de celulose da Klabin, em Monte Alegre (PR), a criação da Acesita, no Vale do Rio Doce (MG) nos anos 1950; (ii) os primeiros investimentos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), também nos anos 1950, no reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento na capacidade de armazenamento, criação de ferrovias e matadouros, elevação do potencial elétrico e desenvolvimento da agricultura e das indústrias de base; (iii) o desenvolvimento da indústria automobilística brasileira; (iv) a rede ferroviária federal, a Eletrobrás e a Siderbras, nos anos 1960, (v) o surgimento da Petroquímica União (SP), fruto de vultosos investimentos do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no setor petroquímico nos anos 1970; e (vi) a usina de Tucuruí (PA), a construção da Rodovia Rio-Santos e da Transamazônica e a extração de jazidas no Pará e em Minas Gerais, também nos anos 1970.

Na década de 1990, passou por importantes transformações. Com o Plano Diretor, houve a liberação de tarifas, o maior controle e solvência das seguradoras, a abertura gradual do setor para empresas de capital estrangeiro e a reestruturação da Companhia já em preparação para uma futura privatização. Com o fim das tarifas, todas as seguradoras passaram a lançar produtos diferenciados e não mais condicionados a tabelamentos do governo. Pouco depois, a Companhia foi incluída no programa de privatizações. A Medida Provisória nº 1.518, de 11 de dezembro de 1997, determinou, então, a transformação da Companhia em uma sociedade de economia mista, sob controle da União. A denominação da empresa foi alterada, passando de Instituto de Resseguros do Brasil para IRB-Brasil Resseguros S.A.

O novo modelo para operações de resseguro começou a vigorar em 17 de abril de 2007, com o fim do monopólio da Companhia no mercado de resseguros nacional, e a transferência das atribuições de regulador do mercado de resseguros da Companhia para a Superintendência de Seguros Privados.

A partir de 2009 foram realizadas diversas iniciativas que têm como objetivo a modernização da Companhia e o aprimoramento dos processos de gestão. A ampliação da presença internacional também entrou definitivamente na agenda da empresa. Diversas parcerias de negócios foram estabelecidas em diferentes países da América Latina, África e Ásia, dando início a relacionamentos pautados em respeito e confiança.

O ano de 2011 foi marcado pela chegada de grandes resseguradores globais no Brasil, bem como a criação de novas empresas de resseguro de capital nacional, trazendo maior competitividade e capacidade para o mercado. Foi um ano de grandes mudanças para a Companhia internamente, havendo o redesenho de inúmeros processos de trabalho, a implantação de um sistema de gestão do back-office fornecido pela SAP e a atualização das políticas e diretrizes de subscrição, a abertura de um escritório em Buenos Aires, na Argentina, como parte de sua estratégia de expansão internacional, o recebimento de nota A- (excelente) da A.M. Best, agência de classificação de risco especializada no mercado securitário, que vem sendo mantida desde então. Trata-se de uma nota dois patamares acima do considerado grau de investimento.

Em 2013, concluindo o processo de reformulação no setor de resseguros no Brasil, iniciado duas décadas antes, os acionistas da Companhia conduziram a reorganização societária e subsequente privatização com o ingresso de novos sócios privados e a formação de seu atual grupo de controle.

Em abril de 2014, a Companhia adquiriu 8% do capital da African Reinsurance Corporation – Africa Re, uma empresa com status de organismo internacional pertencente a 41 países africanos, aos bancos de desenvolvimento da África, da Alemanha, da França e da Holanda, ao *International Finance Corporation* (Banco Mundial) e a mais de 100 empresas africanas de seguros e resseguros. Esse investimento possibilita não só um adequado retorno, por meio do recebimento de dividendos, mas também monitoramento do mercado africano, que poderá ser oportuno futuramente.

Em 27 de julho de 2015 foi promulgado o Decreto nº 8.495, que autorizou a União a integralizar cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ('FGEDUC'), mediante transferência de ações ordinárias de sua titularidade e de emissão da Companhia excedentes ao necessário à manutenção da União no grupo de controle da Companhia.

O FGEDUC é um fundo cujo único quotista é a União, constituído em 22 de outubro de 2010, data do registro de seu estatuto em Cartório e sua criação decorre do contido na Lei nº 12.087/09.

O FGEDUC tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), concedidas pelos agentes financeiros mandatários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a estudantes que atendam a determinados requisitos previstos em lei e no estatuto do FGEDUC. Seu patrimônio é composto, basicamente, por cotas do fundo de investimento BB FGEDUC Multimercado, FI administrado pela BB DTVM. Além disso, o Fundo Garantidor é administrado pelo Banco do Brasil.

Em 19 de agosto de 2015, foi publicada Portaria nº 644, de 17 de agosto de 2015, do Ministério da Fazenda por meio da qual foi autorizada a integralização pela União das cotas do FGEDUC, mediante a transferência de 49.161.763 ações ordinárias de emissão da Companhia, o que ocorreu em 19 de agosto de 2015. Ao longo dos próximos anos, a Companhia pretende captar clientes e parceiros principalmente na América Latina, bem como atuar em reciprocidade nos demais continentes, e ter um quadro de colaboradores composto por pelo menos 30% de profissionais nascidos fora do Brasil. A meta é construir uma empresa verdadeiramente global, que mantenha as virtudes acumuladas em seus mais de setenta anos de história e que incorpore o vigor e o espírito inovador oriundos do convívio com outros povos e culturas.

Em 2015, o marco regulatório em que a Companhia está inserida sofreu mudanças com a Resolução nº 325 da CNSP, que (i) revogou a restrição previamente existente de transferências de risco entre seguradoras e resseguradoras sob controle comum ou de um mesmo grupo econômico, prevendo limites que aumentam ao longo do tempo de 20%, valor quando de sua publicação, para 75%, valor efetivo em 1º de janeiro de 2020 e, (ii) previu uma redução gradual do percentual mínimo de subscrição obrigatória pelas resseguradoras locais, de 40% para 15%, em 1º de Janeiro de 2020.

Em 2016 tivemos o lançamento de nossa empresa de gestão de ativos e empreendimentos imobiliários, o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. que ao longo do ano incorporou a participação em cinco shoppings centers, dois terrenos no Centro do Rio de Janeiro e alguns imóveis de renda localizados no Rio e em São Paulo. Por meio de uma gestão especializada e focada, acreditamos que essa nova empresa imobiliária permitirá à Companhia extrair mais valor desses ativos para os seus acionistas.

Em reunião de 27.01.2017, o Conselho de Administração, deliberou pela aprovação da constituição de uma subsidiária integral dedicada à gestão de governança na gestão de investimentos, aumentando a proximidade com o mercado de capitais e seus reguladores além de fortalecer seu capital humano. Acreditamos que a reestruturação proposta permitirá o incremento do resultado do grupo e de seus acionistas por meio de aumento da eficiência da gestão de recursos e potencialmente permitindo a exploração de novas fontes de receitas provenientes de recursos terceiros, primordialmente, recursos oriundos de nossas subsidiárias integrais no Brasil, fortalecendo, inclusive, o relacionamento do IRB com seguradores e retrocessionários parceiros e outras gestoras estabelecidas.

Vale destacar que a autorização para constituição da gestora de recursos fica condicionada às aprovações do Banco Central, conforme a Resolução CMN nº 2.723/00, artigo 8º, e da CVM, conforme Instrução CVM nº 558/15, sendo que esses pedidos deverão ser submetidos pelos bancos acionistas da Companhia.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A sede da Companhia localiza-se na Av. Marechal Câmara, 171, Centro, CEP 20020-901, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e seu número de telefone é +55 21 2272-0200. O endereço do site é www.irbbrasilre.com. Informações contidas no site não constituirão parte do Prospecto, ou serão consideradas como incorporadas por referência ao Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Obrigações de seguros são estimadas com base em projeções estatísticas, sujeitas a incertezas, e caso os modelos utilizados para precificação e para constituição de provisões sejam mal dimensionados, estimados ou controlados sem precisão, as obrigações de seguro poderão exceder às provisões relacionadas às perdas, podendo afetar, de maneira relevante, os resultados da Companhia.

Os produtos de seguros se caracterizam pela incerteza quanto aos desembolsos futuros das indenizações face à aleatoriedade dos eventos cobertos. As provisões da Companhia poderão ser impactadas por desvios não previstos nos fatores considerados para constituir as perdas e determinar as provisões. Essas mudanças nos fatores de desenvolvimento de sinistros podem ocorrer devido às dificuldades em sua previsão, tais como mudanças na frequência e severidade dos sinistros, macroeconômicas, ambientais, jurídicas ou outros fatores sociais, econômicos ou cambiais, com impacto sobre sinistros. Se as perdas reais forem superiores às estimativas, as empresas seguradoras poderão ser expostas a um aumento em suas provisões técnicas, o que pode impactar adversamente a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais consolidados, liquidez, condição financeira e classificações de risco estão sujeitos aos efeitos de catástrofes ocasionadas pela natureza ou pela ação humana.

Eventos da natureza como furacões, vendavais, enchentes, terremotos, dentre outras, catástrofes provocadas pela ação humana como atos de terrorismo, explosões e incêndios, crimes cibernéticos, e, ainda, defeitos de produtos, doenças pandêmicas ou outras doenças altamente contagiosas, ações coletivas, pragas dentre outros eventos ou catástrofes podem afetar os negócios da indústria de seguros.

A ocorrência de acidentes aéreos concentrados em curto espaço de tempo, enchentes e secas severas e/ou prolongadas, bem como ocorrência de granizo e efeitos decorrentes de ventania e de mudanças climáticas (e.g.: fenômenos "el niño", "la niña" etc), que afetaram portos e armazéns na região Sul já afetaram adversamente os resultados da Companhia no passado e podem voltar a afetar no futuro. Entende-se que as alterações climáticas, podem significar uma ameaça financeira à indústria de seguros nas áreas de percepção de risco de catástrofes. Devido à variabilidade associada aos impactos das alterações climáticas, tais catástrofes, e quaisquer leis ou regulamentos relevantes que tratem desses eventos adversos, poderão expor a Companhia a:

(i) aumento de custos de sinistros de propriedade, remuneração de empregados, interrupção das atividades, resultados de atividades do agronegócio, mortalidade e morbidade;

(ii) perdas decorrentes da diminuição do valor de seus ativos investidos;

(iii) perdas decorrentes da verificação de eventos e fatores diferentes se comparados aos considerados no momento da cotação e contratação da apólice;

(iv) diminuição no valor e/ou perdas relativas às companhias ou outras entidades cujos valores mobiliários sejam detidos pela Companhia e cujas contrapartes realizem negócios com a Companhia e perante as quais tenha créditos expostos, inclusive resseguradoras, e diminuição no valor dos investimentos; e

(v) interrupções significativas dos sistemas e operações.

Mudanças na indústria de seguros no Brasil podem impactar a Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os seus negócios e resultados.

As seguradoras do mercado brasileiro podem aumentar sua capacidade de retenção de riscos, ficando menos dependentes de resseguros para amparar sua exposição a riscos. O excesso de capital disponível às seguradoras pode limitar a capacidade da Companhia de aumentar as taxas de prêmio, podendo, inclusive, resultar na sua eventual redução, o que pode ter um efeito adverso sobre sua condição financeira, resultados operacionais, negócios e projeções.

A ocorrência de riscos futuros não identificados ou antecipados por procedimentos de gestão de riscos pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia.

Os procedimentos de gestão de riscos da Companhia podem não ser capazes de antecipar todos os cenários de resultados econômicos e financeiros, ou ainda, as especificidades e o momento da realização de cada risco. Os métodos de gestão de riscos dependem da avaliação de informações relativas aos mercados, clientes, à ocorrência de catástrofes, ou a outras questões disponíveis publicamente ou que possam ser de outra forma acessadas. Essas informações podem, eventualmente, não ser precisas, completas, atualizadas ou adequadamente avaliadas.

Os métodos de gestão de riscos refletem algumas premissas acerca dos graus de correlação, da falta de correlação entre os preços de diversas classes de ativos, e de outros indicadores do mercado. Em épocas de turbulência no mercado ou de outras circunstâncias não previstas, os indicadores previamente não correlacionados poderão se tornar correlacionados, ou os indicadores previamente correlacionados poderão tomar caminhos distintos. Esses movimentos de mercado poderão limitar a eficácia pretendida das políticas e procedimentos de gestão de riscos.

Caso a Companhia não seja capaz (ou caso tenha tal percepção) de desenvolver, implementar, monitorar e, quando necessário, atualizar suas políticas e procedimentos de gestão de riscos para lidar com riscos atuais ou em desenvolvimento, sua reputação poderá ser prejudicada e suas classificações poderão ser adversamente impactadas. Os riscos que a Companhia não for capaz (ou caso tenha tal percepção) de antecipar e/ou abordar adequadamente poderão resultar em perdas não previstas e ter um efeito adverso sobre suas condições financeiras e resultados operacionais.

Ações de classificação negativas podem impactar os contratos de resseguros da Companhia.

Alguns contratos de resseguros maiores, principalmente em negócios fora do Brasil, poderão conter termos que permitam às cedentes cancelar o contrato, na hipótese da classificação da Companhia ou de suas coligadas serem rebaixadas abaixo de determinado limite. O exercício ou não pela cedente deste direito de cancelamento dependerá, entre outros fatores, da razão e da extensão de tal rebaixamento, das condições de mercado em vigor, bem como da cotação e disponibilidade de substituição da cobertura de resseguros. Além disso, qualquer rebaixamento de classificações ou das classificações de suas coligadas, poderá dissuadir a cedente de firmar o contrato de resseguro com a Companhia ou suas subsidiárias, em favor de um concorrente que tenha uma classificação superior. Portanto, a Companhia não pode prever a extensão com base na qual tal direito de cancelamento eventualmente seja exercido, ou ainda, os possíveis efeitos que tal cancelamento teriam sobre sua condição financeira ou operações futuras.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 21 e 61, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir da página 203, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	FGEDUC, BB Seguros, Bradesco Seguros, Itaú Seguros, Itaú Vida e FIP Caixa Barcelona, considerados em conjunto.
Ações	63.960.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 12.792.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem integralmente alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 36 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 9.594.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem integralmente alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 38 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Antes da realização da Oferta, 20.277.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 6,5% do seu capital social, encontram-se em circulação. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 84.237.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 27,0% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até 106.623.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 34,17% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 35 deste Prospecto.

Agente Estabilizador ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Bradesco Securities, Inc., Banco do Brasil Securities LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Brasil Plural Securities LLC, BTG Pactual US Capital LLC e Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta foi (i) aprovada pela Companhia em assembleia geral de acionistas realizada em 21 de agosto de 2015, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 05 de outubro de 2015, sob o nº 00002821933 e publicada no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico em 22 de outubro de 2015; e (ii) ratificada em assembleia geral de acionistas realizada em 19 de maio de 2017, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico. A realização da Oferta foi aprovada pelo FGEDUC em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de agosto de 2015, cuja ata foi devidamente registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, em 14 de agosto de 2015, sob o nº 00898658.

	O conselho de administração da BB Seguridade Participações S.A., controlador da BB Seguros, aprovou, em reunião realizada em 12 de agosto de 2015, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, em 25 de setembro de 2015, sob o nº 20150880880, a orientação à BB Seguros de modo que proceda com todos os atos necessários à preparação da distribuição da Oferta, exceto pelas definições de preço mínimo e da quantidade de ações de titularidade da BB Seguros a serem alienadas, bem como da efetivação do início da distribuição e do pagamento da remuneração dos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, em 23 de junho de 2017, o conselho de administração da BB Seguridade Participações S.A., controlador da BB Seguros, aprovou a orientação à BB Seguros para que oriente seus representantes a aprovarem preço mínimo, a ser definido em comum acordo com os demais acionistas, e a quantidade de ações a serem alienadas. A participação do Bradesco Seguros na Oferta foi aprovada, nos termos de seus atos constitutivos, em Reunião do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. realizada em 18 de maio de 2017. Não houve necessidade de aprovação específica para a realização da Oferta pelo Itaú Seguros e pelo Itaú Vida, tampouco haverá necessidade de aprovação específica para a fixação do Preço por Ação. A realização da Oferta foi aprovada pelo FIP Caixa Barcelona em reunião do comitê de investimentos realizada em 06 de julho de 2017.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em 17 de julho de 2017 pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
BB Investimentos	BB-Banco de Investimento S.A.
BofA Merrill Lynch	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Brasil Plural	Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Características das Ações	Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 43 deste Prospecto.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.

Contrato de Distribuição Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., a ser celebrado entre o BB Seguros, o Bradesco Seguros, o Itaú Seguros, o Itaú Vida, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores	Brasil Plural, BTG Pactual e BofA Merrill Lynch, considerados em conjunto.
Coordenadores da Oferta	Coordenadores Globais e Coordenadores, considerados em conjunto.
Coordenadores Globais	Coordenador Líder, BB Investimentos, Agente Estabilizador, J.P. Morgan, considerados em conjunto.
Corretora	Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.
Cronograma da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma da Oferta", na página 54 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.

Destinação dos Recursos	Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da distribuição pública secundária das Ações, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, portanto, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência Oferta. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 93 deste Prospecto.
Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 55 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	**Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 21 e 61, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.**

Garantia de Firme Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de aquisição e liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem liquidadas pelos investidores que as adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente adquiridas por investidores não tenham sido totalmente liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Oferta pela CVM, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 43 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Informações Adicionais	Maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 57 deste Prospecto. A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 29 de maio de 2017. Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 57 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Banco do Brasil S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560, ou pela Lei 4.131.
Investidor Institucional	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos, nos termos da Instrução CVM 539.

Investidor Não Institucional	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da Instrução CVM 539.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "IRBR3".
Oferta	Oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 63.960.000 Ações, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, de 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do item 7.1 (ii) do Regulamento do Novo Mercado.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre 14 de julho de 2017, inclusive, e 26 de julho de 2017, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Dia 17 de julho de 2017, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de aquisição por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$27,24 (vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) e R$33,65 (trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2017 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 63 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.
Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)	A Companhia, os Acionistas Controladores e os diretores da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii). Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos 6 (seis) meses subsequentes à Oferta, a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

	As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa fé, desde que o respectivo donatário comprometa-se a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta no Brasil ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta no Brasil, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização. Ainda, os Acionistas Controladores, nos termos do Acordo de Acionistas, cujo termo de aditamento e consolidação entra em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início, obrigaram-se a não transferir total ou parcialmente as ações de emissão da Companhia que sejam de sua titularidade e que se encontrem vinculadas no âmbito do acordo de acionistas até 1º de outubro de 2018, ressalvadas determinadas exceções nele previstas. Para mais informações, veja item "15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador faça parte" do Formulário de Referência, na página 915 deste Prospecto. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.
Valor Total da Oferta	R$1.947.582.000,00, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Nos termos da Instrução CVM 539, o valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up*.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 181.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$1.953.080.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões e oitenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 312.000.000 (trezentas e doze milhões) ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial de classe especial de titularidade da União (*golden share*), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após a conclusão da Oferta, o valor do capital social não sofrerá qualquer alteração, tendo em vista a Oferta ser de distribuição secundária, não havendo, portanto, emissão de novas ações. Para informações sobre a ação preferencial de classe especial de titularidade da União, veja item "18.1 – Direitos das ações" do Formulário de Referência, na página 934 deste Prospecto.

Acionistas da Companhia

O quadro abaixo apresenta a composição do capital social da Companhia na data deste Prospecto.

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União	36.458.237	11,68	1	100,00	36.458.238	11,68
FGEDUC	49.161.763	15,76	0	0,00	49.161.763	15,76
BB Seguros	63.726.600	20,43	0	0,00	63.726.600	20,43
Bradesco Seguros	63.726.600	20,43	0	0,00	63.726.600	20,43
Itaú Seguros	45.927.600	14,72	0	0,00	45.927.600	14,72
Itaú Vida	677.400	0,22	0	0,00	677.400	0,22
FIP Caixa Barcelona	30.743.700	9,84	0	0,00	30.743.700	9,84
Ações em circulação	20.277.000	6,50	0	0,00	20.277.000	6,50
Tesouraria	1.301.100	0,42			1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00**	**1**	**100,00**	**312.000.001**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas titulares de mais de 5% do capital social da Companhia, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", do Formulário de Referência, na página 824 deste Prospecto.

Os quadros abaixo indicam a previsão da composição do capital social da Companhia após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União	36.458.237	11,68	1	100,00	36.458.238	11,68
FGEDUC	30.441.763	9,76	0	0,00	30.441.763	9,76
BB Seguros	49.686.600	15,93	0	0,00	49.686.600	15,93
Bradesco Seguros	49.686.600	15,93	0	0,00	49.686.600	15,93
Itaú Seguros	36.309.000	11,64	0	0,00	36.309.000	11,64
Itaú Vida	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FIP Caixa Barcelona	23.879.700	7,64	0	0,00	23.879.700	7,64
Ações em Circulação	84.237.000	27,00	0	0,00	84.237.000	27,00
Tesouraria	1.301.100	0,42	0	0,00	1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00%**	**1**	**100,00%**	**312.000.001**	**100,00%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União	36.458.237	11,68	1	100,00	36.458.238	11,68
FGEDUC	18.910.255	6,06	0	0,00	18.910.255	6,06
BB Seguros	49.686.600	15,93	0	0,00	49.686.600	15,93
Bradesco Seguros	49.686.600	15,93	0	0,00	49.686.600	15,93
Itaú Seguros	36.309.000	11,64	0	0,00	36.309.000	11,64
Itaú Vida	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FIP Caixa Barcelona	22.619.208	7,25	0	0,00	22.619.208	7,25
Ações em Circulação	97.029.000	31,10	0	0,00	97.029.000	31,10
Tesouraria	1.301.100	0,42	0	0,00	1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00%**	**1**	**100,00%**	**312.000.001**	**100,00%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União	36.458.237	11,68	1	100,00	36.458.238	11,68
FGEDUC	27.656.408	8,86	0	0,00	27.656.408	8,86
BB Seguros	47.520.213	15,23	0	0,00	47.520.213	15,23
Bradesco Seguros	47.520.213	15,23	0	0,00	47.520.213	15,23
Itaú Seguros	34.761.581	11,14	0	0,00	34.761.581	11,14
Itaú Vida	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FIP Caixa Barcelona	22.951.248	7,37	0	0,00	22.951.248	7,37
Ações em Circulação	93.831.000	30,07	0	0,00	93.831.000	30,07
Tesouraria	1.301.100	0,42	0	0,00	1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00%**	**1**	**100,00%**	**312.000.001**	**100,00%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União	36.458.237	11,68	1	100,00	36.458.238	11,68
FGEDUC	16.124.900	5,17	0	0,00	16.124.900	5,17
BB Seguros	47.520.213	15,23	0	0,00	47.520.213	15,23
Bradesco Seguros	47.520.213	15,23	0	0,00	47.520.213	15,23
Itaú Seguros	34.761.581	11,14	0	0,00	34.761.581	11,14
Itaú Vida	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FIP Caixa Barcelona	21.690.756	6,95	0	0,00	21.690.756	6,95
Ações em Circulação	106.623.000	34,17	0	0,00	106.623.000	34,17
Tesouraria	1.301.100	0,42	0	0,00	1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00%**	**1**	**100,00%**	**312.000.001**	**100,00%**

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SAUN, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, 10º andar, Asa Norte, CEP 70040-912, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.754.466/0001-61.

BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, 3º andar, Asa Norte, CEP 70040-912, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.159.426/0001-09.

BRADESCO SEGUROS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Alphaville, nº 779 – Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.055.146/0001 - 93.

ITAÚ SEGUROS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Alfredo Egydio, 12º andar, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.557.039/0001-07.

ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Alfredo Egydio, 7º andar, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.661.388/0001-90.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA, fundo de investimento em participações com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, sem número, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.254.490/0001-20, constituído sob a forma de condomínio fechado, gerido e administrado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório CVM nº 3.241, de 4 de janeiro de 1985.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
FGEDUC	18.720.000	570.024.000,00	555.773.400,00
BB Seguros	14.040.000	427.518.000,00	416.830.050,00
Bradesco Seguros	14.040.000	427.518.000,00	416.830.050,00
Itaú Seguros	9.618.600	292.886.370,00	285.564.210,75
Itaú Vida	677.400	20.626.830,00	20.111.159,25
FIP Caixa Barcelona	6.864.000	209.008.800,00	203.783.580,00
Total	**63.960.000**	**1.947.582.000,00**	**1.898.892.450,00**

(1) Com base no Preço por Ação de R$30,45, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
FGEDUC	30.251.508	921.158.418,60	898.129.458,14
BB Seguros	14.040.000	427.518.000,00	416.830.050,00
Bradesco Seguros	14.040.000	427.518.000,00	416.830.050,00
Itaú Seguros	9.618.600	292.886.370,00	285.564.210,75
Itaú Vida	677.400	20.626.830,00	20.111.159,25
FIP Caixa Barcelona	8.124.492	247.390.781,40	241.206.011,87
Total	**76.752.000**	**2.337.098.400,00**	**2.278.670.940,00**

(1) Com base no Preço por Ação de R$30,45, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
FGEDUC	21.505.355	654.838.059,75	638.467.108,26
BB Seguros	16.206.387	493.484.484,15	481.147.372,05
Bradesco Seguros	16.206.387	493.484.484,15	481.147.372,05
Itaú Seguros	11.166.019	340.005.278,55	331.505.146,59
Itaú Vida	677.400	20.626.830,00	20.111.159,25
FIP Caixa Barcelona	7.792.452	237.280.163,40	231.348.159,32
Total	**73.554.000**	**2.239.719.300,00**	**2.183.726.317,50**

(1) Com base no Preço por Ação de R$30,45, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
FGEDUC	33.036.863	1.005.972.478,35	980.823.166,39
BB Seguros	16.206.387	493.484.484,15	481.147.372,05
Bradesco Seguros	16.206.387	493.484.484,15	481.147.372,05
Itaú Seguros	11.166.019	340.005.278,55	331.505.146,59
Itaú Vida	677.400	20.626.830,00	20.111.159,25
FIP Caixa Barcelona	9.052.944	275.662.144,80	268.770.591,18
Total	**86.346.000**	**2.629.235.700,00**	**2.563.504.807,50**

(1) Com base no Preço por Ação de R$30,45, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, e será realizada sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 12.792.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem integralmente alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 36 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 9.594.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem integralmente alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 38 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e observadas as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos sem que haja registro ou isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta foi (i) aprovada pela Companhia em assembleia geral de acionistas realizada em 21 de agosto de 2015, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 05 de outubro de 2015, sob o nº 00002821933 e publicada no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico em 22 de outubro de 2015; e (ii) ratificada em assembleia geral de acionistas realizada em 19 de maio de 2017, cuja ata será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial da União e no jornal Valor Econômico.

A realização da Oferta foi aprovada pelo FGEDUC em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de agosto de 2015, cuja ata foi devidamente registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, em 14 de agosto de 2015, sob o nº 00898658.

O conselho de administração da BB Seguridade Participações S.A., controlador da BB Seguros, aprovou, em reunião realizada em 12 de agosto de 2015, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, em 25 de setembro de 2015, sob o nº 20150880880, a orientação à BB Seguros de modo que proceda com todos os atos necessários à preparação da distribuição da Oferta, exceto pelas definições de preço mínimo e da quantidade de ações de titularidade da BB Seguros a serem alienadas, bem como da efetivação do início da distribuição e do pagamento da remuneração dos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, em 23 de junho de 2017, o conselho de administração da BB Seguridade Participações S.A., controlador da BB Seguros, aprovou a orientação à BB Seguros para que oriente seus representantes a aprovarem preço mínimo, a ser definido em comum acordo com os demais acionistas, e a quantidade de ações a serem alienadas.

A participação do Bradesco Seguros na Oferta foi aprovada, nos termos de seus atos constitutivos, em Reunião do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. realizada em 18 de maio de 2017.

Não houve necessidade de aprovação específica para a realização da Oferta pelo Itaú Seguros e pelo Itaú Vida, tampouco haverá necessidade de aprovação específica para a fixação do Preço por Ação.

A realização da Oferta foi aprovada pelo FIP Caixa Barcelona em reunião do comitê de investimentos realizada em 07 de julho de 2017.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações.

Para fins do artigo 2º, do Anexo II, do Código ANBIMA, o J.P. Morgan, além de Coordenador da Oferta, figura como o Coordenador Adicional no âmbito da Oferta, tendo em vista a participação indireta do Coordenador Líder, do BB Investimentos e do Itaú BBA ser superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, conforme as regras de cálculo de participação indireta previstas no Anexo II, artigo 2º, parágrafo 4º, do Código ANBIMA.

Para mais informações, ver seções "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta" e "Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta", nas páginas 74 e 83, respectivamente, deste Prospecto.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de aquisição por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$27,24 (vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) e R$33,65 (trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2017 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros ou transações de *total return swap*, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total *return swap* e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", na página 65 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 63 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta, 20.277.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 6,5% do seu capital social encontram-se em circulação.

Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 84.237.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 27,00% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até 106.623.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 34,17% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 35 deste Prospecto.

Custos de Distribuição

As despesas com advogados, auditores, comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta e outras despesas descritas abaixo serão pagas exclusivamente pelos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta:

Comissões e Despesas	Valor total (R$)[1][8]	% em relação ao Valor Total da Oferta[8]	Custo unitário por Ação (R$)[7][8]
Comissões da Oferta[2]			
Comissão de Coordenação	6.504.923,88	0,3	0,10
Comissão de Colocação	6.504.923,88	0,3	0,10
Comissão de Garantia Firme[3]	19.514.771,64	1,0	0,31
Comissão de Incentivo[4]	16.164.930,60	0,8	0,25
**Total de Comissões..... **	**48.689.550,00**	**2,5**	**0,76**
Despesas da Oferta[5]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	4.698.541,58	0,2	0,07
Taxa de Registro na CVM	283.291,10	0,0	0,00
Taxa de Registro na B3	740.910,70	0,0	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	97.168,00	0,0	0,00
**Total de Despesas com Taxas ..... **	**5.819.911,38**	**0,3**	**0,08**
Despesas com Advogados[6]	2.500.000,00	0,1	0,04
Despesas com Auditores Independentes	1.000.000,00	0,1	0,02
Outras Despesas[7]	1.200.000,00	0,1	0,02
**Total de Outras Despesas ..... **	**4.700.000,00**	**0,3**	**0,08**
**Total de Despesas..... **	**10.519.911,38**	**0,5**	**0,16**
**Total de Comissões e Despesas ..... **	**59.209.461,38**	**3,1**	**0,93**

(1) Com base no Preço por Ação de R$30,45, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$27,24 e R$33,65, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta exclusivamente pelos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta.

(3) Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(5) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pelos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 57 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, bem como ao recebimento de dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(e) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para informações sobre a ação preferencial de classe especial de titularidade da União, veja item "18.1 – Direitos das ações" do Formulário de Referência, na página 934 deste Prospecto. Além disso, para maiores informações veja item 4.1 – fator de risco – do Formulário de Referência – *"A União (Governo Federal) tem poder de veto sobre algumas mudanças na sua estrutura societária, e seus interesses poderão conflitar com os interesses dos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia."*

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", na página 63 deste Prospecto.**

Não haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a (i) Investidores Não Institucionais que realizem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, e (ii) Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas que realizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, não serão cancelados caso seja verificado o excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, de 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do item 7.1 (ii) do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto na alínea (f) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b) e (d) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 48, 49 e 51, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. **Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência, em especial as**

seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 21 e 61, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(b) **os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(c) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (g) abaixo;

(d) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (c) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(e) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 48, 49 e 51, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista na alínea (f) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(f) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos da Oferta Institucional; e

(g) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R$3.000,00 (três mil reais) por Investidor Não Institucional, desconsiderando-se as frações de Ações; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 48, 49 e 51, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de ordens de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento aos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, incluindo as suas relações com os clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas ordens de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. A aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de contrato de compra e venda, cujo modelo foi previamente apresentado à CVM e informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a aquisição das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa, e o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6°, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE n 01/2017 da CVM ("**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**"), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Participante da Oferta) (a) até as 12:00 horas do 5° (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5° (quinto) dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5° (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Processo de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 63 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5° (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 28 de julho de 2017, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em 28 de janeiro de 2018, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de aquisição e liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem liquidadas pelos investidores que as adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente adquiridas por investidores não tenham sido totalmente liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Oferta pela CVM, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 43 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual (%)**
Coordenador Líder	18.957.744	24,7
BB Investimentos	18.957.744	24,7
Itaú BBA[(1)]	18.957.744	24,7
J.P. Morgan	12.050.064	15,7
Brasil Plural	2.609.568	3,4
BTG Pactual	2.609.568	3,4
BofA Merrill Lynch	2.609.568	3,4
Total	**76.752.000**	**100,0**

(1) Garantia Firme de Liquidação a ser prestada pelo Itaú Unibanco S.A.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Controladores e pelos diretores da Companhia. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior", na página 63 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 57 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, e (iii) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Negociação das Ações na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da B3 a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "IRBR3".

A Companhia e os Acionistas Controladores celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia aderiu às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "17.5 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, na página 931 deste Prospecto.

Especificamente no caso da adesão da União como acionista controlador da Companhia, conforme o Termo de Adesão de Controlador firmado em 7 de julho de 2017 com a B3, a União manifestou sua total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Regulamento de Arbitragem"), inclusive com suas posteriores alterações, realizadas de acordo com o disposto no item 9.8 do referido Regulamento de Arbitragem, e com a Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia, responsabilizando-se e obrigando-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir, entre o próprio, a Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do conselho fiscal e a B3, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato, com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/96. Conforme o Termo de Adesão de Controlador, ficou ressalvado que a União somente poderá submeter-se a arbitragem que tenha por objeto direitos econômicos e/ou que versem sobre direitos disponíveis, ficando expressamente afastadas do âmbito da arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis ou às matérias constantes do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, questões estas previstas como prerrogativas da União decorrentes do processo de desestatização da Companhia, disciplinado pela Resolução nº 3, de 7 de abril de 2011, e pela Resolução nº 3, de 16 de janeiro de 2013, ambas do Conselho Nacional de Desestatização ("CND"), casos em que será competente para dirimir o conflito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal. Tais matérias estão previstas na Resolução nº 3, de 7 de abril de 2011, do CND, mais especificamente em seu artigo 4º, inciso I, alínea c, e na Resolução nº 3, de 16 de janeiro de 2013, do CND, mais especificamente em seu artigo 6º, inciso I e II e parágrafo único.

Por fim, no dia 5 de julho de 2017, a B3 deferiu o pedido para que a Companhia possa adotar procedimento alternativo para viabilizar a admissão à negociação de suas ações ordinárias no Novo Mercado sem que seu Conselho de Administração seja composto, na data de admissão da listagem, por no mínimo 20% de conselheiros independentes, conforme disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, à condição de que (i) a Companhia encaminhe à B3 a ata da reunião prévia dos acionistas controladores, com a orientação de voto no sentido de eleger os indicados a ocupar os cargos de membros independentes, após aprovados pela SUSEP; (ii) a Companhia realize assembleia geral de acionistas para a eleição dos referidos membros, em até 1 (um) mês da data da referida aprovação; (iii) caso os indicados não sejam aprovados pela SUSEP, a Companhia deverá indicar novos nomes em até 1 (um) mês da referida reprovação, que atendam aos requisitos de independência previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; (iv) caso os novos nomes sejam aprovados pela SUSEP, a Companhia deverá realizar assembleia geral de acionistas para a eleição dos referidos membros, em até 1 (um) mês da data da referida aprovação, sendo que se os novos nomes não sejam aprovados, a autorização concedida cessará imediatamente, passando a Companhia a sujeitar-se imediatamente, à aplicação das sanções previstas no Regulamento e no Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Novo Mercado.

Neste sentido, a companhia encaminhou à B3 cópia da ata da 10ª Reunião Prévia do bloco de controle da Companhia, realizado em 4 de julho de 2017, na qual os acionistas controladores se comprometeram a convocar e realizar assembleia geral de acionistas para eleger e empossar os nomes indicados ao cargo de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação da consulta prévia dos indicados junto à Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Esta dispensa também é condicionada à elaboração pela Companhia, de Política de Indicação contemplando, no mínimo, (i) os critérios para composição do conselho de administração, de seus comitês de assessoramento e da diretoria estatuária, por exemplo, complementariedade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade, e (ii) o processo de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatuária. Referida política deverá ser divulgada até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, limitada ao prazo legal.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Controladores e os diretores da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos 6 (seis) meses subsequentes à Oferta, a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os membros da Administração da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os Acionistas Controladores e os membros da Administração da Companhia não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa fé, desde que o respectivo donatário comprometa-se a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta no Brasil ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta no Brasil, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.

Ainda, os Acionistas Controladores, nos termos do Acordo de Acionistas, cujo termo de aditamento e consolidação entra em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início, obrigaram-se a não transferir total ou parcialmente as ações de emissão da Companhia que sejam de sua titularidade e que se encontrem vinculadas no âmbito do acordo de acionistas até 1º de outubro de 2018, ressalvadas determinadas exceções nele previstas. Para mais informações, veja item "15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador faça parte" do Formulário de Referência, na página 915 deste Prospecto.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 62 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco do Brasil S.A.

Cronograma da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido de registro da Oferta junto à CVM:

Ordem dos eventos	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	29 de maio de 2017
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	07 de julho de 2017
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início e encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	17 de julho de 2017
4	Encerramento do Período de Reserva	26 de julho de 2017
5	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	27 de julho de 2017
6	Concessão do registro da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	28 de julho de 2017
7	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	31 de julho de 2017
8	Data de Liquidação	02 de agosto de 2017
9	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	28 de agosto de 2017
10	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	31 de agosto de 2017
11	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	28 de janeiro de 2018

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 55 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 50 deste Prospecto.

Os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, indicados a seguir:

Companhia

http://ri.irbbrasilre.com/ (neste *website*, na aba "Informações Financeiras", acessar "Central de Resultados", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da oferta)

Acionistas Vendedores

BB Seguros

http://www.bbseguridaderi.com.br/pt/conheca-a-bb-seguridade/ofertas-publicas (link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Bradesco Seguros

http://www.bradescori.com.br (link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Itaú Seguros

https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/informacoes-financeiras/arquivos-irb (link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Itaú Vida

https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/informacoes-financeiras/arquivos-irb (link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

FIP Caixa Barcelona

http://www.caixa.gov.br (neste *website*, clicar em "Downloads", na sequência "Investidores Institucionais – FIP Caixa Barcelona, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Coordenadores da Oferta

Coordenadores Globais

Banco Bradesco BBI S.A.

http://www.bradescobbi.com.br/site/ofertas_publicas/ (neste *website* identificar "IRB-Brasil Resseguros S.A." e, posteriormente, escolher o link específico de cada anúncio e aviso da Oferta).

BB-Banco de Investimento S.A.

http://www.bb.com.br/ofertapublica (neste *website*, no item "Ofertas em Andamento", clicar em "IRB-Brasil Resseguros S.A." link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "IRB – Brasil Resseguros S.A.", posteriormente em "2017", na sequência "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Banco J.P. Morgan S.A.

www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/irb (neste link estarão disponíveis os anúncios e avisos da Oferta).

Coordenadores

Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo

http://www.brasilplural.com/ofertaspublicas (neste link estarão disponíveis os anúncios e avisos da Oferta).

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2017" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A.", clicar no título do documento correspondente).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Global Markets & Investment Banking Group", clicar no item "IRB", neste link estarão disponíveis os anúncios e avisos da Oferta).

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br (neste *website,* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "IRB-Brasil Resseguros S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/serviços/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ (neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "IRB-Brasil Resseguros S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 21 e 61, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o FGEDUC foi dispensado pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

IRB-Brasil Resseguros S.A.
Avenida Marechal Câmara, 171
20020-901, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Fernando Passos
Tel.: +55 (21) 2272-0200
http://ri.irbbrasilre.com/ (neste *website*, clicar em "Informações Financeiras" em seguida clicar em "Central de Resultados" ou "Central de Downloads" e, posteriormente, clicar em "Prospecto IPO").

Acionistas Vendedores

Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
SAUN, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, 10º andar, Asa Norte
70040-912, Brasília, DF
At.: Sr. Adonai de Jesus Madeira Basto / Sra. Lidianny Martins Mourão Dantas
Tel.: +55 (61) 3493-3185 / +55 (61) 3493-3189

BB Seguros Participações S.A.
SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, 3º andar, Asa Norte
70040-912, Brasília, DF
At.: Sr. Presidente
Tel.: +55 (61) 3493-2929
http://www.bbseguridaderi.com.br/pt/conheca-a-bb-seguridade/ofertas-publicas (neste *website*, acessar "Prospecto Preliminar").

Bradesco Seguros S.A.
Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 do Forte
06472-900, Barueri, SP
At.: Sr. Vinicius Marinho da Cruz
Tel.: +55 (11) 3930-1000
http://www.bradescori.com.br (neste *website*, acessar "Prospecto Preliminar").

Itaú Seguros S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 12º andar
04344-902, São Paulo, SP
At.: Srs. Leon Gottlieb e Fernando Barçante Tostes Malta
Tel.: +55 (11) 5019-2635 / +55 (11) 5019-8800
https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/informacoes-financeiras/arquivos-irb (neste *website*, acessar "Prospecto Preliminar").

Itaú Vida e Previdência S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 7º andar
04344-902, São Paulo, SP
At.: Srs. Leon Gottlieb e Fernando Barçante Tostes Malta
Tel.: +55 (11) 5019-2635 / +55 (11) 5019-8800
https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/informacoes-financeiras/arquivos-irb (neste *website*, acessar "Prospecto Preliminar").

Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona
Avenida Paulista, 2.300, 11º andar, conjunto 112
01310-300, São Paulo, SP
At.: Gerência Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados
Tel.: +55 (11) 3572-4264
http://www.caixa.gov.br (neste *website*, clicar em "Downloads", na sequência "Investidores Institucionais – FIP Caixa Barcelona" e, posteriormente, "Prospecto Preliminar").

Coordenadores da Oferta

Coordenadores Globais

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 10º andar
01451-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
Fax: +55 (11) 3847-9856
http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website,* localizar "IRB-Brasil Resseguros S.A." e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. João Carlos Floriano
Tel.: +55 (21) 3808-3625
Fax: +55 (21) 2262-3862
http://www.bb.com.br/ofertapublica (neste *website*, no item "Ofertas em Andamento", clicar em "IRB-Brasil Resseguros S.A.", depois acessar "Leia o Prospecto Preliminar").

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "IRB – Brasil Resseguros S.A.", posteriormente em "2017", na sequência "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º, 7º, 10º ao 15º andares
04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
Fax: +55 (11) 4950-6655
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/irb (neste *website*, acessar "Prospecto Preliminar").

Coordenadores

Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo
Praia de Botafogo, 228, 9º andar
22250-145, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Pedro Guimarães
Tel.: +55 (11) 3206-8097
Fax: +55 (11) 3206-8001
http://www.brasilplural.com/ofertaspublicas (neste *website*, acessar "Prospecto Preliminar" logo abaixo de "IRB-Brasil Resseguros S.A.).

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2017" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 18º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4550
Fax: +55 (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Global Markets & Investment Banking Group", clicar no item "IRB" e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Instituições Consorciadas

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 17 de julho de 2017, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites:* (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "IRB-Brasil Resseguros S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/serviços/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "IRB-Brasil Resseguros S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 21 E 61, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 631 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 21 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 203.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 21 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 631 deste Prospecto.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais como condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Em 31 de março de 2017, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$2,4 trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R$7,4 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 60,8% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2016, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$25,5 trilhões em 31 de março de 2017 e um volume diário médio de negociação de US$29,4 bilhões durante o ano de 2017.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Controladores e os diretores da Companhia celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos 6 (seis) meses subsequentes à Oferta, a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

Ainda, os Acionistas Controladores, nos termos do Acordo de Acionistas, cujo termo de aditamento e consolidação entra em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início, obrigaram-se a não transferir total ou parcialmente as ações de emissão da Companhia que sejam de sua titularidade e que se encontrem vinculadas no âmbito do acordo de acionistas até 1º de outubro de 2018, ressalvadas determinadas exceções nele previstas. Para mais informações, veja item "15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador faça parte" do Formulário de Referência, na página 915 deste Prospecto.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 53 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero. Para maiores informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 51 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação do investidor.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), desde que não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta" na página 49 deste Prospecto.

Como resultado do Processo de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição decorrente da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 95 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior.

A Oferta compreenderá a distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países considerados como mercados emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os atuais Acionistas Controladores da Companhia serão titulares de 68,5% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas da Companhia.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos contratadas com terceiros para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e pode influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A União tem poder de veto sobre algumas mudanças na estrutura societária da Companhia, e seus interesses poderão conflitar com os interesses dos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A União é titular de ação preferencial de classe especial da Companhia (*golden share*), com poderes de veto sobre determinadas alterações ao Estatuto Social, tais como a mudança da sede, nome e marca da Companhia, ou quaisquer alterações às políticas de subscrição e de retrocessão em relação à forma atualmente adotada. A União poderá vir a vetar no futuro mudanças que possam ser de interesse dos demais acionistas da Companhia. Não é possível garantir que as aprovações da União serão obtidas no futuro para realizar mudanças para os itens mencionados anteriormente. Para maiores informações, veja o item "18.1 – Direitos das ações" do Formulário de Referência, na página 934 deste Prospecto.

Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional.

Os potenciais investidores das Ações devem levar em consideração que, na data deste Prospecto, alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional, o que pode levar a um potencial conflito de interesses.

Não se pode garantir que esses Coordenadores da Oferta e Agentes de Colocação Internacional estejam conduzindo a Oferta de forma absolutamente imparcial, em função dos relacionamentos societários existentes entre eles e alguns dos Acionistas Vendedores.

Para uma descrição mais detalhada dos relacionamentos existentes, veja seção "Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta" na página 83 deste Prospecto.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma, podendo também arquivar o pedido de registro da Oferta.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor *Investment Banking* do Brasil em 2014 e 2016 pela *Euromoney* e "*Best Investment Bank in Brazil*" em 2013, 2015 e 2016 pela *Global Finance Magazine* e *The Most Innovative Bank from Latin America* pela *The Banker* em 2016, tendo assessorado, no ano de 2016, 292 transações de *Investment Banking* com volume de aproximadamente R$292 bilhões:

- Presença constante em operações de renda variável nos últimos três anos, coordenando IPOs (Initial Public Offerings) e Follow-ons que foram a mercado, tendo papel de destaque em nas ultimas ofertas de ações no Brasil, tais como coordenador líder da oferta da Par Corretora do único IPO realizado em 2015, coordenador líder o Re-IPO da SANEPAR em 2016, coordenador líder da oferta da Movida, o primeiro IPO da América Latina em 2017, e coordenador líder do Follow-on da CCR, maior oferta de ações nos últimos 12 meses no Brasil.

- Nos últimos 12 meses, podemos destacar a participação do Bradesco BBI no Follow-on da Rumo, no valor de R$3,6 bilhões, no Re- IPO da Energisa, no valor de R$1,5 bilhão, no Follow-on da CVC no valor de R$1,2 bilhão, na OPA de cancelamento de registro da Évora, no valor de R$111 milhões, no Re-IPO da SANEPAR, no valor de R$2,0 bilhões; no Follow–on da Rumo Logística, no valor de R$2,6 bilhões; na OPA de cancelamento de registro da DASA, no valor de R$837,1 milhões; na OPA de aquisição de controle da Alpargatas, no valor de R$499,5 milhões, na OPA de aquisição de controle da Tempo Participações, no valor de R$318,2 milhões, no IPO da Movida, no valor de R$580 milhões, no Follow-on da CCR no valor de R$4,1 bilhões e no IPO da Hermes Pardini, no valor de R$760 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o ano de 2016 com grande destaque em renda fixa. Coordenou 89 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$21 bilhões originados e R$10 bilhões distribuídos.No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado como *Bookrunner* em treze emissões de bond e como *Dealer Manager* em oito *tender offers* e em um *consente solicitation* em 2016.

- Em 2016, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 26 transações anunciadas com valor de aproximadamente R$65 bilhões. Dentre elas, destacamos as principais: (i) Assessoria à Petrobras na alienação de 90% de participação na Nova Transportadora Sudeste por R$16.851 milhões; (ii) Assessoria à BM&FBovespa na aquisição da Cetip – R$11.061 milhões; (iii) Assessoria à Estácio na aquisição da Kroton por R$6.554 milhões; (iv) Assessoria à Camargo Corrêa na venda de sua participação na CPFL por R$5.853 milhões; (v) Assessoria à Interconexión Eléctrica na aquisição de 14,9% de participação na TAESA por R$4.143 milhões; (vi) Assessoria à Ultragaz na aquisição da Liquigás por R$2.862 milhões; (vii)Assessoria ao Grupo Ultra na aquisição da Alesat por R$2.168 milhões;

Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco S.A. é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da *Brand Finance* de 2013. O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 99.374 pontos de atendimento, destacando-se 5.317 agências. No terceiro trimestre de 2016, o lucro líquido ajustado foi de R$17,873 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$1,294 trilhão e R$100,442 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

BB Investimentos

O Banco do Brasil, sociedade controladora do BB Investimentos, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do país, ocupando pela 26ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do prêmio Top of Mind 2016, do Instituto Datafolha. Em 2016, o Banco do Brasil apresentou 1,4 trilhão de ativos totais e uma base de aproximadamente 64,7 milhões de clientes, com envolvimento de cerca de 100 mil funcionários, distribuídos entre 5.400 agências e uma rede própria com mais de 16,6 mil pontos de atendimento.

No exterior, o Banco do Brasil mantém presença em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela), além de contar com uma rede no exterior com 38 pontos de atendimento.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB Investimentos, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento e no exterior, atua por meio da Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), da BB Securities Ltd (Londres) e da BB Securities Asia PTE Ltd (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais.

No mercado doméstico de títulos de renda fixa, o BB Investimentos coordenou 46 emissões, totalizando volume de R$12,1 bilhões, com market share de 14,9% ficando em 3º lugar no Ranking ANBIMA de Originação Por Valor de Renda Fixa Consolidado, em valores acumulados até dezembro de 2016.

O BB Investimentos estruturou operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e de Certificados de Recebíveis de Agronegócio (CRA), com um volume total de R$1.299 milhões no mercado de securitização.

Em 2016, o BB Investimentos participou da emissão de US$6,75 bilhões da Petrobrás, e com US$15,1 bilhões em emissões totais, que lhe conferiu o 2º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas - Totais Público & Privado daquele ano.

O BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. No ano de 2013, atuou como coordenador dos IPOs de Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy e CPFL Renováveis, e como coordenador líder no IPO de BB Seguridade, que lhe conferiu o prêmio Latin Finance Deals of the Year 2013, pela realização da maior oferta inicial de ações do mundo daquele ano, no valor de R$11.475 milhões. Em 2014, o BB Investimentos atuou como coordenador do Followon de Oi e IPO de Ourofino Saúde Animal. No ano de 2015 participou como coordenador do Follow-on da Gerdau e, em 2016, como coordenador do Follow-on da Rumo Logística - Operadora Multimodal S.A., que proporcionou a colocação de R$2,6 bilhões em Ações. Em 2017, atuou como coordenador do Follow-on da CCR e Lojas Americanas, além dos IPOs de Azul e Movida.

O serviço de compra e venda de ações para clientes de varejo na rede de agências, home broker e dispositivos móveis, movimentou R$36,4 bilhões, apurados em 2016, dos quais R$35,0 bilhões foram realizados pelo home broker.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,4 trilhão e uma carteira de crédito de R$569 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2016 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$2,2 bilhões, segundo dados do Dealogic.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 54 transações em 2015 no Brasil, obtendo a primeira colocação no ranking Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US$18,6 bilhões. Em 2016, ainda de acordo com a Thomson Reuters, o Itaú BBA foi líder em número de operações e volume no Brasil, tendo prestado assessoria financeira a 41 transações totalizando US$14,5 bilhões, e também na América Latina, com 45 transações que totalizaram US$27,3 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers, fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015 e US$8 bilhões em 2016, equivalente a 14% e 21% do total, respectivamente.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de investment banking oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida no mercado local e internacional e emissões de ações, entre outros; a área de local markets, sales & trading oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de equities disponibiliza serviços de corretora, market-maker, subscrições e operações com derivativos e de american depositary receipts; a área de private bank assessora investimentos a pessoa física de alta renda; a área de treasury and securities services oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos; e a área de worldwide securities services oferece serviços de custódia a investidores não residentes.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,5 trilhões, em 30 de junho de 2016, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de hedge funds, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan Chase & Co. também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "Best M&A House in Latin America" e, em 2009, o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Best Investment Bank in Latin America", concedido pela Latin Finance, e "Best M&A House in Mexico", "Best M&A House in Chile", "Best Debt House in Brazil" e "Best Investment Bank in Chile", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "Best Investment Bank in Latin America", assim como "Best M&A House", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Equity House in Latin America" pela Euromoney.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações, como as ofertas da IEnova, MercadoLibre, Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de outubro de 2016, US$2,152 bilhões em ações em 3.212 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" em 2009, 2010, 2011 e 2014 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Bank of the Year" (2008), "Equity House of the Year" (2008 e 2009), "Bond House of the Year" (2008), "Derivatives House of the Year" (2008), "Loan House of the Year" (2012), "Securitization House of the Year" (2008 e 2010), "Leveraged Loan House of the Year" (2008), "Leveraged Finance House of the Year" (2008), "High-Yield Bond House of the Year" (2012), "Financial Bond House of the Year" (2009), "Latin America Bond House of the Year" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "Best Investment Bank" da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "Best Equity Bank" e "Best Debt Bank" baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

Brasil Plural

A história do Brasil Plural começou em 2009, com uma equipe formada por profissionais com cerca de 20 anos de experiência no mercado financeiro e de capitais e especializados nas mais diversas áreas, como: Banco de Investimento, Tesouraria, Comercial, Trading e Gestão de Recursos.

O Brasil Plural é constituído sob a forma de partnership, fundado e liderado por sócios que coordenaram, ao longo dos últimos quinze anos, o maior número e volume financeiro de transações de abertura de capital na América Latina, num montante aproximado de mais de US$73 bilhões em emissões de ações.

O Brasil Plural é um banco múltiplo com foco em operações estruturadas de financiamento, assessoria financeira, asset management e private wealth management. O objetivo do Brasil Plural é prover seus clientes com serviços e produtos customizados e eficientes, primando pela excelência na execução dentro do mercado financeiro. O relacionamento de longo prazo com seus clientes e o estabelecimento de uma cultura interna meritocrática, ética e baseada em alta performance norteiam os caminhos estratégicos que o banco persegue. Desde sua fundação, o Brasil Plural realizou aproximadamente mais de R$70 bilhões em transações de mercado de capitais e fusões e aquisições, nos mais diversos segmentos da economia.

Em seu primeiro ano como Banco, o Brasil Plural já figurou entre os sete maiores bancos no ranking de operações de Equity Capital Markets no Brasil, além de participar de transações de fusões e aquisições de grande importância no mercado financeiro brasileiro. Entre outras operações, destacamos que o Brasil Plural assessorou o Banco do Brasil na concepção e estruturação da maior abertura de capital do Brasil em 2013, o IPO da BB Seguridade S.A., atuando também como um dos bookrunners da oferta que levantou R$11,4 bilhões.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nova York, o Grupo Brasil Plural conta hoje com uma equipe de profissionais, altamente qualificados, oriundos das melhores instituições de ensino e recrutados junto a instituições de renome do mercado financeiro nacional e internacional, imbuídos do mesmo espírito empreendedor dos sócios fundadores do Grupo.

Atualmente, a atividade de gestão de recursos do Grupo Brasil Plural em todas suas plataformas conta com aproximadamente R$40 bilhões sob gestão, sendo suas atividades de gestão realizadas pela Brasil Plural Gestão de Recursos, Geração Futuro e Triar Gestão de Patrimônio.

A Brasil Plural Gestão de Recursos possui aproximadamente R$20 bilhões em recursos sob sua gestão, com uma equipe que conta com profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro. Com o objetivo de atender diferentes perfis e tipos de investidores, possui ampla grade de produtos como fundos referenciados DI, renda fixa, crédito, multimercados, ações, imobiliário, offshore e alternativos. A sua filosofia alia análise fundamentalista a gestão ativa do portfólio, entregando consistentemente altos retornos ajustados ao risco, independente do cenário. A missão da empresa é ser a melhor gestora de recursos do Brasil em ética, alinhamento de interesses e gestão de risco, aliando capital humano de diferentes capacidades cognitivas a processo de investimento disciplinado, com parâmetros e regras claras. A Brasil Plural Gestão de Recursos possui pela Fitch Ratings a atribuição de Padrão Elevado e foi eleita pela revista Exame como o melhor Gestor Especialista em 2014 e constantemente vem sido premiada por vários veículos especializados como Valor Econômico, Exame, Valor Investe e Investidor Institucional.

Além das atividades de banco de atacado, por meio da Geração Futuro e da plataforma da Genial Investimentos, o Grupo Brasil Plural atua na distribuição de produtos financeiros para o varejo, e conta com mais de 150 mil clientes pessoa física.

Atualmente, atividades de wealth management são direcionadas à Triar Gestão de Patrimônio, uma das maiores empresas de gestão de patrimônio independentes do Brasil, com aproximadamente R$5 bilhões sob gestão com ampla experiência, credibilidade e tradição, resultado de uma associação entre o Grupo Brasil Plural, a Asset Financial Services e a Tribeca Partners.

A área de Gestão de Fundos Ilíquidos do Brasil Plural tem volume de aproximadamente R$15 bilhões e tem como objetivo atuar em conjunto com clientes institucionais em reestruturações financeiras e operacionais, oferecendo soluções customizadas e baseadas em análises rigorosas por meio de uma plataforma independente e completa de análise para empresas com fundamentos de negócio, mas com estruturas de capital inapropriadas, inseridas em contextos macroeconômicos e/ou setoriais adversos.

Também faz parte do Grupo Brasil Plural, a resseguradora Terra Brasis Resseguros S.A., companhia em sociedade com o IFC (divisão de investimento do *World Bank Group*).

BTG Pactual

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Movida, bem como do follow-on da CCR, das Lojas Americanas e da Alupar.

BofA Merrill Lynch

O BofA Merrill Lynch está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o BofA Merrill Lynch acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Cartões de crédito corporativo (Amex Gold) para o uso da diretoria executiva, com limite de R$1,2 milhão.
- Conta corporativa com previsão de gastos anuais em cartões de crédito no total de R$800 mil.
- Aplicação em fundo de ações cuja posição era de R$11,3 milhões.
- Aplicação em fundo de crédito privado cuja posição era de R$63,5 milhões.

Além das operações e serviços contratados acima, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, possui participação indireta na Companhia por meio do Bradesco Seguros. Para mais informações, veja item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência, na página 823 deste Prospecto.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia*" na página 65 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou suas controladas.

Não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou a qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" na página 42 deste Prospecto.

A Companhia declara que o Bradesco Seguros integra o grupo econômico do Coordenador líder, o que pode caracterizar eventual conflito de interesses. Para mais informações sobre o relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional" na página 65 deste Prospecto.

Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o BB Investimentos e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

a) Companhia:

- Conta corrente pessoa jurídica contratada em 24 de junho de 2002, mantendo aplicações financeiras em modalidades do BB Fundo Exclusivo, cujo saldo em 03 de julho de 2017 era de, aproximadamente, R$263 milhões.

- Conta de depósito à vista em moeda estrangeira com contratações a partir de 2008, cujo saldo em 03 de julho de 2017 era de, aproximadamente, R$21,7 milhões.

- Prestação de serviço de escrituração e custódia de ações contratado em 01 de junho de 1998.

- Prestação de serviços referente ao pagamento a fornecedor, salários e diversos, desde 29 de julho de 1998, tendo movimentado, aproximadamente, R$105 milhões no mês de maio de 2017.

- Prestação de serviço de cobrança bancária, contratadas a partir de 08 de junho de 2002, cujo saldo pela consulta efetuada em junho de 2017 era de, aproximadamente, R$10 mil (movimentação em maio de 2017).

- Limites para cartão corporativo no valor de R$800 mil, distribuídos entre duas modalidades de cartões de crédito corporativo e um cartão pré-pago com teto estabelecido em R$10 mil.

- Contratos de Câmbio com posição até 03 de julho de 2017 era de, aproximadamente, R$141 milhões.

b) IRB Service Corporation:

- Aplicação financeira (*time deposit*) mantida no BB Nova York, cuja posição em 30 de junho de 2017 era de, aproximadamente, US$127 mil.

Além das operações e serviços contratados acima, o Banco do Brasil S.A., controlador do BB Investimentos, possui participação indireta na Companhia por meio do BB Seguros. Para mais informações, veja item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência, na página 824 deste Prospecto.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BB Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações* – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 65 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou suas controladas.

Não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BB Investimentos e/ou a qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto.

A Companhia declara que a participação do BB Investimentos na Oferta pode caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre o relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional" na página 65 deste Prospecto.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Itaú BBA e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Contrato de resseguro com os ramos (i) vida individual, (ii) acidentes pessoais individual, e (iii) prestamista individual, com início de cobertura em 1º de junho de 2016 e vencimento em 31 de maio de 2018, no valor total de R$3.300.000,00. Tal contrato não possui garantias;

- Contrato de resseguro com os ramos (i) seguro empresarial, (ii) seguro RD equipamentos, e (iii) responsabilidade civil, com início de cobertura em 1º de março de 2017 e vencimento em 28 de fevereiro de 2018, no valor total de R$373.026,60. Tal contrato não possui garantias.

- Contrato de resseguro com os ramos/produtos (i) prestamista giro pré, e (ii) prestamista/LisPJ com início de cobertura em 1º de maio de 2016 e vencimento em 31 de maio de 2018, no valor total de R$1.221.943,20. Tal contrato não possui garantias.

- Contrato de resseguro com o ramo habitacional, com início de cobertura em 1º de janeiro de 2017 e vencimento em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R$5.391.893,16. Tal contrato não possui garantias;

- Contrato de resseguro com os ramos (i) seguro acidentes pessoais corporativos coletivos, (ii) vida em grupo, e (iii) seguro vida em grupo *taylor made*, com início de cobertura em 1º de outubro de 2016 e vencimento em 30 de setembro de 2017, no valor total de R$7.765.823,53. Tal contrato não possui garantias;

- Em março de 2012, sociedades do grupo econômico do Coordenador Líder celebraram contrato para prestação de serviços de administração de contas a pagar à Companhia e às sociedades pertencentes ao seu grupo econômico no volume de, aproximadamente, R$9.000.000,00/ano por meio do sistema de pagamentos SISPAG. Tal prestação de serviços possui prazo indeterminado e não conta com qualquer garantia.

Além das operações e serviços contratados acima, o Itaú Seguros e o Itaú Vida são sociedades sob o controle comum do Itaú BBA e podem, de acordo com seus respectivos processos decisórios, alienar parte da sua participação societária na Oferta. Para mais informações, veja item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência, na página 824 deste Prospecto, bem como na seção "Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta" na página 83 deste Prospecto.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 65 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que a participação do Itaú BBA na Oferta pode caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre os possíveis conflitos de interesse decorrentes da participação do Itaú BBA na Oferta, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional" na página 37 deste Prospecto.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantêm relacionamento comercial ou societário com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico; tampouco o J.P. Morgan, e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, participou, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou suas controladas ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de total return swap). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 65 deste Prospecto.

Não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan e/ou a qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ademais, para fins do artigo 2°, do Anexo II, do Código ANBIMA, o J.P. Morgan, além de Coordenador da Oferta, figura como Coordenador Adicional no âmbito da Oferta, tendo em vista a participação indireta do Coordenador Líder, do BB Investimentos e do Itaú BBA ser superior a 10% do capital social da Companhia, conforme as regras de cálculo de participação indireta previstas no Anexo II, artigo 2°, parágrafo 4°, do Código ANBIMA.

O J.P. Morgan, na qualidade de Coordenador Adicional, declara, nos termos do artigo 2°, parágrafo 6°, do Anexo II, do Código ANBIMA, que: (i) participará do Procedimento de *Bookbuilding*; (ii) participou da elaboração deste Prospecto, do Formulário de Referência e dos demais documentos da Oferta; e (iii) praticou os padrões usuais de due diligence com relação à distribuição das Ações.

Relacionamento entre a Companhia e o Brasil Plural

Na data deste Prospecto, o Brasil Plural e seu respectivo grupo econômico mantêm com a Companhia o relacionamento abaixo descrito:

- Em 15 de agosto de 2014, a Terra Brasis Resseguros S.A. ("**Terra Brasis**"), sociedade parte do grupo econômico do Brasil Plural, adquiriu por meio de instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças participação inferior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

- A Terra Brasis mantém com a Companhia relacionamento comercial restrito ao setor de seguros e resseguros, tendo assinado contratos de retrocessão, na qualidade de retrocessionário, e negócio facultativo, ambos a preços e condições de mercado.

- Desde 2016, a Companhia possui conta perante a Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., mas nunca efetuou nenhuma operação.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Brasil Plural e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 65 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companha ou suas controladas; e (ii) não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pela Companhia e/ou suas controladas.

Não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Brasil Plural como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, a Companhia é titular de 50 letras financeiras de emissão do BTG Pactual, as quais (i) possuem valor nominal total de R$50.000.000,00; (ii) data de vencimento em 14 de fevereiro de 2018; e (iii) remuneração equivalente a 108,5% da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI over extra grupo". Estas operações não contam com garantias. Na data deste Prospecto, o valor atualizado de tal operação corresponde a aproximadamente R$68.978.032,00.

A BTG Pactual Resseguradora S.A., sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual, atua em uma operação de resseguro automático com a Companhia.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual podem possuir títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação das sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual em ações da Companhia não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Entretanto, a Companhia e/ou sociedades do conglomerado econômico da Companhia podem contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, retrocessão, reestruturação societária, ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, formador de mercado e outras operações necessárias à condução das atividades da Companhia.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 65 deste Prospecto.

Não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou a qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch

O BofA Merrill Lynch e/ou as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico prestam serviços de negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário internacional para a Companhia, bem como oferecimento de cartas de crédito, negociação de contratos de câmbio, serviços de custódia internacional e serviços de cash management, incluindo contrato de conta corrente e de investimento. Além dos serviços acima mencionados, o BofA Merrill Lynch não mantém outros relacionamentos relevantes com a Companhia.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou por suas controladas e coligadas e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas, contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para prestação de serviços financeiros, incluindo, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias ou nas ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA Merrill Lynch no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A Merrill Lynch International, sociedade pertencente ao mesmo conglomerado econômico do BofA Merrill Lynch, e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de total *return swap*). A Merrill Lynch International e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 65 deste Prospecto.

Não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BofA Merrill Lynch e/ou a qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

a) Itaú Seguros

- Aplicações financeiras: depósitos à vista no valor de R$7,5 milhões.
- Aplicações financeiras: operações em certificados de depósitos bancário, operações compromissadas, letras financeiras, derivativos, dívidas subordinadas e letras financeiras subordinadas no valor de R$468,2 milhões.
- Operações de cobrança com volume médio mensal de R$253 mil.

b) Itaú Vida

- Aplicações financeiras: depósitos à vista no valor de R$344 mil.
- Aplicações financeiras: operações compromissadas (debêntures) de R$148,3 milhões.
- Aplicações financeiras: operações subordinadas (letras financeiras) de R$316,3 milhões.
- Operações de cobrança com volume médio mensal de R$11 mil.

c) FIP Caixa Barcelona

- Prestação de serviços de custódia e controladoria. Em 30 de junho de 2017, o patrimônio líquido do FIP Caixa Barcelona, administrado pelo Bradesco BBI, era de R$544,1 milhões.

d) Bradesco Seguros

- Aplicação financeira: fundo de investimento em renda fixa: R$856,0 milhões; e fundo de ações: R$1,0 milhão.
- O Bradesco Seguros, juntamente com o Bradesco BBI, integram o grupo econômico do Banco Bradesco S.A. Para mais informações, veja item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência, na página 824 deste Prospecto.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Bradesco Seguros integra o grupo econômico do Coordenador líder, o que pode caracterizar eventual conflito de interesses. Para mais informações sobre o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional" na página 65 deste Prospecto.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores possuem relacionamento com o BB Investimentos e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

a) FGEDUC:

- O Banco do Brasil S.A. é o administrador do FGEDUC, cujo patrimônio é composto, basicamente, por cotas do fundo de investimento BB FGEDUC Multimercado, fundo de investimento administrado pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição subsidiária integral do Banco do Brasil S.A.

b) Itaú Seguros:

- Convênio para prestação de serviço de débito automático contratado em 13 de outubro de 2005, com movimentação de, aproximadamente, R$216,8 mil em junho de 2017.

c) Itaú Vida:

- Convênio para prestação de serviço de débito automático contratado em 13 de junho de 2010, com movimentação de, aproximadamente, R$30,9 mil em junho de 2017.

d) Bradesco Seguros:

- Convênio para prestação de serviço de débito automático contratado em 21 de setembro de 2011, com movimentação de, aproximadamente, R$1.720,7 mil em junho de 2017.

e) BB Seguros:

- O BB Seguros é uma controlada integral da BB Seguridade Participações S.A. e ambas, juntamente com o BB Investimentos, integram o grupo econômico do Banco do Brasil S.A. Para mais informações, veja item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência, na página 824 deste Prospecto.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BB Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BB Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que a participação do BB Investimentos na Oferta pode caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional" na página 65 deste Prospecto.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, o Itaú Seguros e o Itaú Vida possuem, conjuntamente, participação de, aproximadamente 14,9% do capital social da Companhia, são sociedades sob o controle comum do Itaú BBA e podem, de acordo com seus respectivos processos decisórios, alienar parte da sua participação societária na Oferta. Para mais informações, veja item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência, na página 823 deste Prospecto.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que a participação do Itaú BBA na Oferta pode caracterizar eventual conflito de interesse. Para mais informações sobre o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Alguns dos Acionistas Vendedores integram o grupo econômico de alguns dos Coordenadores da Oferta e de alguns dos Agentes de Colocação Internacional" na página 65 deste Prospecto.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial ou societário com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico; exceto pelo Bradesco Seguros para o qual o J.P. Morgan presta serviços de corretora.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ademais, para fins do artigo 2°, do Anexo II, do Código ANBIMA, o J.P. Morgan, além de Coordenador da Oferta, figura como Coordenador Adicional no âmbito da Oferta, tendo em vista a participação indireta do Coordenador Líder, do BB Investimentos e do Itaú BBA ser superior a 10% do capital social da Companhia, conforme as regras de cálculo de participação indireta previstas no Anexo II, artigo 2º, parágrafo 4º, do Código ANBIMA.

O J.P. Morgan, na qualidade de Coordenador Adicional, declara, nos termos do artigo 2°, parágrafo 6°, do Anexo II, do Código ANBIMA, que: (i) participará do Procedimento de *Bookbuilding*; (ii) participou da elaboração deste Prospecto, do Formulário de Referência e dos demais documentos da Oferta; e (iii) praticou os padrões usuais de due diligence com relação à distribuição das Ações.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Brasil Plural

Na data deste Prospecto, o Brasil Plural e seu respectivo grupo econômico prestam serviços aos seguintes Acionistas Vendedores nas operações abaixo descritas:

- Desde 2014, o Bradesco Seguros possui conta perante a Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., mas não efetuou nenhuma operação nos últimos 12 meses.

- O Itaú Vida possui conta perante a Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., mas nunca efetuou nenhuma operação.

- A Terra Brasis mantém com o Itaú Seguros relacionamento comercial continuo restrito ao setor de seguros e resseguros, tendo assinado contratos de resseguro, na qualidade de ressegurador, e negócios facultativos, ambos a preços e condições de mercado.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Nos últimos 12 meses, o Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores; e (i) não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Brasil Plural e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Brasil Plural poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Brasil Plural como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Brasil Plural ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, a BTG Pactual Resseguradora S.A., sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual, possui contratadas, nos últimos 12 meses, operações de resseguro com o Itaú Seguros, as quais possuem (i) em sua totalidade uma importância ressegurada da soma de US$75.603.780,23 e R$61.950.000,00; (ii) datas de emissão entre 25 de agosto de 2014 e 27 de maio de 2013; (iii) datas finais de vigência entre 13 de outubro de 2018 e 26 de março de 2017; e (iv) em relação às quais a BTG Pactual Resseguradora S.A. faz aproximadamente jus a uma comissão de 0% e 0,73% a.a.

A Bradesco Seguros S.A. realizou operações no âmbito da B3 por meio de sociedade corretora integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual, de tal forma que, nos últimos 12 meses, o valor total de corretagem paga pela Bradesco Seguros S.A. correspondeu a aproximadamente R$101.507,55.

Os Acionistas Vendedores poderão contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedades do seu grupo econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, seguro, resseguro, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações.

Nos últimos 12 meses, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, serviços de conta corrente e de corretora.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para prestação de serviços financeiros, incluindo, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 42 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BofA Merrill Lynch ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BofA Merrill Lynch poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

IRB-Brasil Resseguros S.A.
At.: Sr. Fernando Passos
Avenida Marechal Câmara, 171
20020-901, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: +55 (21) 2272-0200
http://ri.irbbrasilre.com

Acionistas Vendedores

Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
SAUN, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, 10º andar, Asa Norte
70040-912, Brasília, DF
At.: Sr. Adonai de Jesus Madeira Basto / Sra. Lidianny Martins Mourão Dantas
Tel.: +55 (61) 3493-3185 / +55 (61) 3493-3189

BB Seguros Participações S.A.
SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, 3º andar, Asa Norte
70040-912, Brasília, DF
At.: Sr. Presidente
Tel.: +55 (61) 3493-2929

Bradesco Seguros S.A.
Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 do Forte
06472-900, Barueri, SP
At.: Sr. Vinicius Marinho da Cruz
Tel.: +55 (11) 3930-1000

Itaú Seguros S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100,
Torre Alfredo Egydio, 12º andar
04344-902, São Paulo, SP
At.: Srs. Leon Gottlieb e Fernando Barçante Tostes Malta
Tel.: +55 (11) 5019-2635 / +55 (11) 5019-8800

Itaú Vida e Previdência S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100,
Torre Alfredo Egydio, 7º andar
04344-902, São Paulo, SP
At.: Srs. Leon Gottlieb e Fernando Barçante Tostes Malta
Tel.: +55 (11) 5019-2635 / +55 (11) 5019-8800

Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona
Avenida Paulista, 2.300, 11º andar, conjunto 112
01310-300, São Paulo, SP
At.: Gerência Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados
Tel.: +55 (11) 3572-4264

Coordenadores Globais

Coordenador Líder
Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 10º andar
01451-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
Fax: +55 (11) 3847-9856
www.bradescobbi.com.br

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. João Carlos Floriano
Tel.: +55 (21) 3808-3625
Fax: +55 (21) 2262-3862
www.bb.com.br

Agente Estabilizador
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
www.itau.com.br/itaubba-pt/

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º, 7º, 10º ao 15º andares
04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
Fax: +55 (11) 4950-6655
www.jpmorgan.com

Coordenadores

Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo
Praia de Botafogo, 228, 9º andar
22250-145, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Pedro Guimarães
Tel.: +55 (11) 3206-8097
Fax: +55 (11) 3206-8001
www.brasilplural.com

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 18º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4550
Fax: +55 (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
At.: Sr. Rodrigo Azevedo Junqueira
Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar
04533-014, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3024-6100
Fax: +55 (11) 3024-6200
www.lefosse.com

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
At.: Sr. Jean Marcel Arakawa
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
01403-001, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3147-7600
Fax: +55 (11) 3147-7770
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Hogan Lovells US LLP
At.: Sra. Isabel Costa Carvalho
Avenida Juscelino Kubitschek, 1.700, 7º andar
04543-011, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3078-3500
Fax: +55 (11) 3078-3411
www.hoganlovells.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Milbank, Tweed, Hadley & McCloy LLP
At.: Sr. Tobias Stirnberg
Rua Colômbia, 325
01438-000, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3927-7701
Fax: +55 (11) 3927-7777
www.milbank.com

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
At.: Sra. Claudia Eliza
Rua do Russel, 804, 6º e 7º andares
22210-907, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: +55 (21) 3232-6045
Fax: +55 (21) 2516-6591
www.pwc.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 181.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Tendo em vista que a Oferta descrita neste Prospecto será uma distribuição pública secundária das Ações pelos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações objeto desta Oferta.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos consolidados e o patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de março de 2017. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

O investidor deve ler a tabela em conjunto com os itens 3 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como com as demonstrações contábeis da Companhia anexas a este Prospecto.

	Em 31 de março de 2017
	(em R$ mil)
Empréstimos e Financiamentos Totais	0
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo (Circulante)	0
Debêntures curto prazo (Circulante)	0
Empréstimos e Financiamentos Longo Prazo (Não circulante)	0
Debêntures Longo Prazo (Não Circulante)	0
Patrimônio Líquido	**3.091.059**
Capital Social	1.953.080
Reserva de Lucros	973.907
Lucros Acumulados	222.675
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(45.647)
Outros resultados abrangentes	(12.956)
Capitalização Total	**3.091.059**

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta e, consequentemente, a Oferta não impactará na capitalização total da Companhia em 31 de março de 2017.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2017.

DILUIÇÃO

Em 31 de março de 2017, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$3.091,1 milhões e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia, na mesma data, era de R$9,91. O referido valor patrimonial por ação representa o valor contábil total dos ativos da Companhia menos o valor contábil total do passivo, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2017.

A diluição, para os fins da Oferta, representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelo novo investidor e o valor de cada Ação expresso no patrimônio líquido da Companhia no momento imediatamente posterior ao encerramento da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação da Companhia para os investidores da Oferta, com base em seu valor patrimonial de 31 de março de 2017.

Patrimônio Líquido	
Preço por Ação[1]	R$30,45
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de março de 2017	R$9,91
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação ajustado para refletir a Oferta	20,54
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[2]	67,45%

(1) Calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta" na página 35 deste Prospecto.

Histórico do preço de emissão de ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago pelos Administradores e pelos Acionistas Controladores por conta da subscrição de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco anos.

Data	Natureza da Operação	Subscritores	Quantidade de Ações	Valor por Ação	Preço por Ação
07/06/2013	Aumento de capital	Controladores	12.000.000[1]	R$8,59[1]	R$30,45[2]

(1) Considera os efeitos do desdobramento ocorrido em 24 de outubro de 2014, conforme abaixo indicado.
(2) Calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa.

Para mais informações, veja item "17.2 Aumentos do capital social" do Formulário de Referência, na página 928 deste Prospecto.

Desdobramento

Em 24 de outubro de 2014, foi aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia o desdobramento das Ações da Companhia, na proporção de 300 ações ordinárias para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social.

Plano de opção de compra de ações

Na data deste Prospecto, a Companhia não possuía plano de opção de compra de ações, bem como não pretende implementar um plano de opção de compra de ações tão logo a Oferta seja concretizada.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE RATIFICOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO – FGEDUC, QUE APROVOU A OFERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., CONTROLADOR DA BB SEGUROS, QUE APROVOU A OFERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., CONTROLADOR DA BB SEGUROS, QUE DELIBEROU ACERCA DO PREÇO POR AÇÃO

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO BRADESCO S.A. QUE DELIBEROU SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO SEGUROS NA OFERTA

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FIP CAIXA BARCELONA QUE APROVOU A OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

IRB Brasil RE

NIRE
33300309179

CNPJ nº 33.376.989/0001-91

Estatuto Social do IRB Brasil RE

Aprovado pela 54ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, realizada em 06 de julho de 2017.

Capítulo I
DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1 O **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Sociedade"), que utilizará a abreviatura **IRB Brasil RE**, é uma sociedade anônima de capital aberto que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável.

§ 1º Com a admissão da Sociedade no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

§ 2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

§ 3º A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Art. 2 A Sociedade tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no exterior, não podendo explorar qualquer outro ramo de atividade empresarial, nem subscrever seguros diretos.

Parágrafo Único.
A Sociedade participa do Sistema Nacional de Seguros Privados e exerce suas atribuições de acordo com as diretrizes gerais emanadas do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Art. 3 A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado do Rio de Janeiro, podendo, para a consecução dos seus objetivos, instalar ou encerrar filiais, representações, escritórios e outros estabelecimentos no País e no exterior, e participar, ainda, do capital de outras Sociedades, tudo com prévia deliberação do Conselho de Administração.

Art. 4 O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Capítulo II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5 O capital social da Sociedade é de R$ 1.953.080.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões e oitenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 312.000.000 (trezentas e doze milhões) ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial de classe especial de titularidade da União, emitida na forma do art. 8º deste Estatuto Social ("*Golden Share*"), todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

§ 1º Ressalvada a ação preferencial de classe especial referida no caput deste artigo (*Golden Share*), é vedada a emissão de ações preferenciais ou de partes beneficiárias pela Sociedade.

§ 2º O capital social poderá ser alterado nos termos da lei.

§ 3º A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se o subscritor ao

pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M") divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

Art. 6 As ações da Sociedade, por serem escriturais, permanecerão em contas de depósito, em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da referida lei.

Art. 7 Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Parágrafo Único.
A *Golden Share* da União compreenderá sempre uma única ação, que preservará todas as suas prerrogativas enquanto for detida pela União, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, e no artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Art. 8 A *Golden Share* confere à União, em caráter permanente, direitos de veto nas deliberações sociais ou negócios jurídicos a respeito das seguintes matérias:

I - mudança de denominação da Sociedade ou de seu objeto social;

II - transferência de controle acionário da Sociedade, observado o disposto no § 1º deste art. 8º;

III - alteração ou aplicação da logomarca da Sociedade;

IV - definição das políticas de subscrição e retrocessão, representadas por normas de caráter geral, sem indicação individualizada de negócios, devendo esse direito ser exercido de forma a se buscar o equilíbrio econômico-financeiro das carteiras correspondentes, salvo disposição expressa em acordo de acionistas do qual a União faça parte;

V - operações de transformação, fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade, que possam implicar em perdas de direitos atribuídos à *Golden Share*; e

VI - qualquer alteração dos direitos atribuídos à *Golden Share*, sem a anuência escrita manifestada pela União.

§ 1º Não está sujeito ao veto da União de que trata o inciso (ii) do art. 8º deste Estatuto Social as transferências de ações que sejam realizadas em conformidade com acordo de acionistas do qual a União faça parte.

§ 2º Em decorrência da titularidade da *Golden Share*, é assegurado à União o exercício dos seguintes direitos, de forma permanente:

I - indicação de 1 (um) membro para o Conselho de Administração, que exercerá o cargo de Presidente do órgão, e seu respectivo suplente; e

II - indicação de 1 (um) membro e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal.

§ 3º Observado o disposto na Lei nº 6.404/76, as matérias previstas no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, observando-se o seguinte procedimento:

I - exclusivamente para a deliberação das matérias previstas no art. 8º, o Conselho de Administração será convocado com antecedência de 35 (trinta e cinco) dias; simultaneamente à convocação do Conselho de Administração, o Presidente daquele órgão notificará o membro eleito pela União para que esta exerça seu direito de veto ou se manifeste favoravelmente à matéria, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do envio da referida notificação;

II - decorrido o prazo de 35 (trinta e cinco) dias referido no inciso (I) acima, será realizada uma reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre a matéria, sendo que, na referida reunião do Conselho de Administração: (i) a matéria não será considerada

aprovada pelo órgão caso a União tenha exercido o seu direito de veto; e (ii) a matéria poderá ser aprovada ou não pelo órgão, a exclusivo critério do órgão, conforme as regras deste Estatuto Social, caso a União tenha se manifestado favoravelmente ou não tenha proferido qualquer manifestação no prazo indicado acima; e

III - se a matéria proposta depender de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a mesma será levada à deliberação desta apenas caso a União não haja exercido seu direito de veto nos termos do presente art. 8º.

Art. 9 A Sociedade poderá adquirir suas próprias ações ordinárias, a fim de cancelá-las ou mantê-las em Tesouraria para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração.

Capítulo III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10 Os órgãos deliberativos, executivos e de fiscalização, de caráter estatutário, da Sociedade são os seguintes:

I - Assembleia Geral de Acionistas;

II - Conselho de Administração;

III - Diretoria; e

IV - Conselho Fiscal.

Capítulo IV
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 11 A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem, observados os preceitos legais relativos às convocações e deliberações.

§ 1º Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral de Acionistas serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, seu suplente ou outro membro do Conselho de Administração por ele indicado, e secretariados por um dos administradores ou acionistas da Sociedade escolhido pelo Presidente da mesa de trabalhos da Assembleia Geral de Acionistas.

§ 2º Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76, as Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral de Acionistas a que comparecer a totalidade dos acionistas.

§ 3º As Assembleias Gerais de Acionistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ¼ (um quarto) do capital social votante da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, salvo se quórum maior for estabelecido pela Lei nº 6.404/76.

§ 4º Observado o art. 8º e o art. 57, §2 deste Estatuto Social, as deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas serão tomadas pela metade de votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral de Acionistas mais 1 (um) voto, não se computando os votos em branco, salvo se quórum maior for estabelecido na Lei nº 6.404/76.

Art. 12 Além daquelas previstas na Lei nº 6.404/76, deverá, também, ser convocada a Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre as seguintes matérias:

I - aumento (exceto conforme exigido por lei) ou redução do capital social da Sociedade;

II - dissolução e liquidação da Sociedade e suas Controladas, assim como eleição e destituição dos liquidantes;

III - autorização aos administradores para confessar e requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade;

IV - avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social;

V - alteração deste Estatuto Social;

VI - eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e fixação da remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;

VII - tomada, anualmente, das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, bem como a destinação de resultado;

VIII - instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;

IX - realização de oferta pública de distribuição de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário da Sociedade sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes;

X - registro de Controladas da Sociedade como emissoras de valores mobiliários perante a CVM, realização de uma oferta pública inicial (IPO) ou de oferta pública subsequente (*follow-on*), bem como a realização de distribuição pública de qualquer outra espécie de valor mobiliário de Controladas da Sociedade sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes;

XI - saída do Novo Mercado;

XII - cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM pela Sociedade e/ou de suas Controladas;

XIII - escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Sociedade, em caso de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo XII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, observado o art. 57, §2º e o art. 58 deste Estatuto Social.

Capítulo V
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que terão a composição e as atribuições previstas na lei e neste Estatuto Social.

§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Politica de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

§ 4º Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros.

Art. 14 Aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, é vedada a aquisição, ainda que em hasta pública, de bens de propriedade da Sociedade.

Art. 15 Os prazos de gestão dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria estender-se-ão até a posse dos respectivos substitutos eleitos.

Art. 16 Os membros da Diretoria não poderão exercer cargos de direção, administração, consultoria ou assessoramento em empresas ligadas, de qualquer forma, às atividades desenvolvidas pela Sociedade.

Parágrafo Único.
As restrições deste artigo não se aplicam quando a Sociedade se fizer representar nos quadros da administração superior das sociedades de cujo capital participe ou venha a participar a Sociedade, na forma prevista no art. 3º deste Estatuto Social.

Art. 17 Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de Administração da Sociedade pessoas naturais, dotadas de reputação ilibada e de notórios conhecimentos, inclusive sobre as práticas de governança corporativa, experiência e capacidade técnica compatível com o cargo, observadas as disposições dos Arts. 18, 21 e 28 deste Estatuto Social.

Art. 18 Não podem participar dos órgãos de Administração, além dos impedidos por lei, os que não atenderem aos critérios de elegibilidade previstos na regulamentação aplicável, em especial na regulamentação do CNSP.

Art. 19 Nos termos da lei, os membros da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Sociedade e em virtude de ato regular de gestão; respondem, porém, civilmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; ou

II - com violação da lei ou deste Estatuto Social.

Capítulo VI
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20 Observado o § 2º deste Art., o Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo.

§ 1º Dos membros do Conselho de Administração, 3 (três) membros deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos pelos minoritários mediante as faculdades previstas pelo artigo 141, caput, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

§ 2º O Presidente do Conselho de Administração será investido nesse cargo na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após sua eleição, na forma do art. 8º deste Estatuto Social.

Art. 21 Sem prejuízo das disposições contidas no art. 18 deste Estatuto Social, deverão ser observadas as seguintes condições para a investidura dos membros do Conselho de Administração:

I - ser graduado em nível superior, realizado no Brasil ou no exterior, observada a legislação aplicável, salvo dispensa da Assembleia de Acionistas, desde que comprovado notório saber na referida área de atuação;

II - ter reputação ilibada;

III - cumprir, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

a) ter exercido função de direção em sociedades anônimas, entidades públicas ou privadas ou órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos; ou

b) ser pessoa de notória capacidade e renome em suas atividades; ou

c) ter exercido funções de assessoramento superior em sociedade seguradora, entidade de previdência complementar, sociedade de capitalização, entidade pública ou privada ou entidade autorizada a funcionar pela SUSEP ou pelo BACEN, ou, ainda, em área financeira de entidade pública ou privada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

Art. 22 Os membros do Conselho de Administração terão prazo de gestão unificado de 1 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 23 Nos casos de vacância do cargo de conselheiro, seu substituto deverá ser nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral de Acionistas subsequente.

Parágrafo Único.
No caso de indisponibilidade temporária de membro titular do Conselho de Administração, seu respectivo suplente deverá assumir o cargo em exercício enquanto perdurar a indisponibilidade.

Art. 24 O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que os assuntos de sua competência o exigirem.

§ 1º As reuniões do Conselho de Administração serão feitas mediante convocação de seu Presidente, ou de pelo menos 4 (quatro) de seus membros.

§ 2º A convocação de que trata o parágrafo anterior será feita por escrito, por meio de notificação pessoal, via correspondência registrada ou via e-mail endereçado a cada um dos membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data da reunião e com apresentação da pauta e documentos relacionados, que se instalará com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º Não obstante as formalidades acima, serão consideradas validamente instaladas todas as reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.

§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar.

§ 5º Durante as reuniões do Conselho de Administração,

I - qualquer conselheiro, desde que autorizado pela maioria simples do Conselho de Administração, poderá estar acompanhado de um ou mais assessores, que não terão direito de voto, mas que poderão participar da reunião e das discussões sobre a ordem do dia; e

II - o voto dado por um conselheiro por meio de telefone ou através de meios eletrônicos reconhecidos será considerado válido se confirmado, por escrito e com assinatura original do referido conselheiro, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de realização da reunião em que tal voto tiver sido proferido.

§ 6º Perderá o cargo o conselheiro que deixar de comparecer, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, justificado por escrito, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, ordinárias ou extraordinárias, durante o ano.

§ 7º Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, em livro próprio, e as que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro de Comércio e publicadas, na forma da legislação vigente.

§ 8º A remuneração global dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as disposições legais sobre a matéria.

§ 9º O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez por ano, em sessão executiva, reunião sem a presença dos membros da Diretoria, para deliberação sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e para tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

§ 10º É vedado ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Sociedade, bem como na deliberação que a respeito tomarem

os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

§ 11º O Conselho de Administração determinará a elaboração de um código de conduta que estabeleça os valores e princípios que orientam a Sociedade e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Sociedade se relacione.

§ 12º O Conselho de Administração será assessorado por comitês de caráter consultivo, instituídos nos termos do inciso XVII do art. 25 e regidos por regimentos internos próprios, cujos membros poderão também ser membros do Conselho de Administração, devendo 1 (um) membro ser Conselheiro Independente, eleito na forma do § 1° do art. 20, observado o disposto no Capitulo IX deste Estatuto Social a respeito do Comitê de Auditoria.

Art. 25 Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre os assuntos de interesse da Sociedade, especialmente:

I fixação da orientação geral, objetivos e metas dos negócios, particularmente quanto às operações definidas no presente Estatuto Social e na legislação em vigor, fazendo o necessário acompanhamento;

II convocação da Assembleia Geral de Acionistas, quando julgar necessário, ou nos casos previstos na Lei nº 6.404/76;

III proposta, para a Assembleia Geral de Acionistas, da destinação dos lucros e da forma de distribuição de dividendos da Sociedade e/ou de suas Controladas;

IV distribuição de dividendos intercalares e intermediários, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços anuais, semestrais ou intermediários, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76, ou juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas da Sociedade e/ou suas Controladas;

V fixação do prazo para pagamento de dividendos pela Sociedade e/ou suas Controladas;

VI fixação da remuneração de cada administrador da Sociedade de acordo com a remuneração global dos administradores definida pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade;

VII resgate, recompra, amortização, permuta ou aquisição de ações e/ou outros ativos mobiliários da Sociedade e/ou suas Controladas para cancelamento ou manutenção em tesouraria;

VIII qualquer transferência, venda, licenciamento ou renúncia de tecnologia, patentes, marcas registradas, informações técnicas, segredos de indústria e *know-how* detidos pela Sociedade e/ou suas Controladas para quaisquer terceiros;

IX definição das políticas de contratação e de remuneração dos administradores da Sociedade e/ou suas Controladas;

X aprovação do voto a ser proferido pela Sociedade, na qualidade de sócia, em qualquer reunião de sócios ou assembleias gerais de acionistas de suas Controladas e coligadas;

XI atribuição de bonificação em ações e decisão sobre eventual grupamento ou desdobramento de ações da Sociedade e/ou de suas Controladas, sujeita à posterior aprovação pela Assembleia Geral;

XII prestação de garantias em favor de terceiros pela Sociedade e/ou suas Controladas, exceto se em favor de Controlada da Sociedade quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis;

XIII escolha e destituição do(s) titular(es) da Auditoria Interna;

XIV designação ou destituição do Auditor Independente da Sociedade;

XV excetuadas operações comerciais usuais de seguros e resseguros praticadas pela Sociedade em condições de mercado, celebração de qualquer ato ou negócio jurídico pela Diretoria da

Sociedade e/ou suas Controladas, cujo valor individual, ou agregado considerando o período de 1 (um) ano, supere a quantia de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), corrigida pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da aprovação deste Estatuto Social;

XVI aprovação da indicação de representantes da Sociedade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil (PREVIRB);

XVII indicação, nomeação e destituição dos membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, bem como indicação do Presidente do Comitê de Auditoria;

XVIII proposta para a Assembleia Geral de qualquer operação de fusão, cisão, incorporação ou conversão em novo tipo societário da Sociedade;

XIX qualquer investimento pela Sociedade e/ou suas Controladas que seja caracterizado como um investimento relevante (conforme definido na Lei nº 6.404/76) ou de quaisquer direitos relacionados a tais participações;

XX operações da Sociedade e/ou suas Controladas, de um lado, com quaisquer Partes Relacionadas, do outro, conforme previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Sociedade então em vigor, aprovada pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XXXVI;

XXI participação da Sociedade e/ou suas Controladas em acordos de acionistas, consórcios, grupos de sociedades, joint ventures ou quaisquer outras formas associativas, ressalvado o resseguro eventualmente assumido em consórcio com outras resseguradoras;

XXII aprovação de qualquer operação de endividamento ou de emissão de valores mobiliários representativos de dívida, conversíveis ou não em ações de emissão da Sociedade e/ou suas Controladas, que representem obrigação para a Sociedade e/ou suas Controladas que representem mais de 10% (dez por cento) do seu respectivo patrimônio líquido;

XXIII aprovação pela Sociedade e/ou suas Controladas de emissão de bônus de subscrição e de ofertas públicas de valores mobiliários;

XXIV proposta para a criação ou mudança de espécie, classe, características ou direitos de ações emitidas pela Sociedade e/ou suas Controladas, com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados, com exceção da *Golden Share*;

XXV criação de subsidiárias e filiais pela Sociedade e/ou por suas Controladas;

XXVI prestação de garantias reais pela Sociedade e/ou suas Controladas, em valor individual, ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 (um) ano, superior a 10% (dez) do seu respectivo patrimônio líquido;

XXVII aprovação do Plano Anual de Negócios e suas alterações;

XXVIII definição e alteração das políticas de investimentos da Sociedade e/ou de suas Controladas;

XXIX definição e alteração das demais políticas operacionais de resseguros, inclusive nos limites dos riscos e nas linhas de negócios que possam vir a ser assumidos pela Sociedade;

XXX aquisição ou alienação de carteiras de resseguro em *run off*, no Brasil ou no exterior;

XXXI aquisição, alienação, transferência, cessão, oneração ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, de bens integrantes dos subgrupos "investimentos" e "imobilizados" da Sociedade e/ou suas Controladas, que representem mais de 2% (dois por cento) do seu respectivo patrimônio líquido;

XXXII aprovação do Orçamento Anual e suas alterações;

XXXIII aprovação e modificação da estrutura organizacional da Sociedade, criação e definição de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos respectivos regimentos internos e definição da Política de Alçadas;

XXXIV aprovação e modificação dos Planos de Cargos, Salários, Vantagens e Benefícios dos empregados e do regulamento de pessoal da Sociedade, observada a legislação vigente;

XXXV alteração das políticas contábeis e das práticas de divulgação de informações da Sociedade e/ou de suas Controladas, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis;

XXXVI aprovação e alteração da política de transações com Partes Relacionadas da Sociedade e/ou de suas Controladas;

XXXVII manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

XXXVIII definição de lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Sociedade nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado;

XXXIX fixação do orçamento anual do Comitê de Auditoria;

XL eleição e destituição dos membros da Diretoria da Sociedade e de suas respectivas controladas, no país e/ou no exterior, bem como a fixação de suas atribuições, devendo o Conselho ser sempre assessorado, no processo seletivo do substituto, por empresa independente especializada de *headhunting*;

XLI indicação de representantes, sejam ou não administradores, nas sociedades nas quais a Sociedade seja acionista ou quotista, no país e no exterior;

XLII matérias para as quais a União detenha direito de veto, nos termos do art. 8º ; e

XLIII o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

§ 1º Exceto pelo disposto no § 2º abaixo, as decisões do Conselho de Administração da Sociedade dependerão do voto favorável da maioria simples dos membros presentes.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração referentes às matérias previstas nos itens III a XLIII do *caput* deste art. 25 serão tomadas pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

§ 3º Na hipótese de empate nas deliberações do Conselho de Administração da Sociedade, a matéria objeto de empate será retirada de pauta e submetida à apreciação em nova Reunião do Conselho de Administração.

Capítulo VII
DA DIRETORIA

Art. 26 A Diretoria da Sociedade é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria terão prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a recondução.

§ 2º A remuneração dos membros da Diretoria, fixada pelo Conselho de Administração, observará o limite global aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitadas as disposições legais que regem a matéria.

Art. 27 A Diretoria funcionará de forma colegiada e será constituída por:

I - 1 (um) Diretor Presidente;

II - 1 (um) Diretor Financeiro;

III - 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; e

IV - até 6 (seis) Diretores sem designação específica.

Parágrafo Único.
Os Diretores poderão cumular mais de uma das funções indicadas no *caput*.

Art. 28 Sem prejuízo das disposições contidas no art. 18 deste Estatuto Social, deverão ser observadas as seguintes condições para a investidura dos membros da Diretoria:

I - ser residente no País;

II - ser graduado em nível superior, observada a legislação aplicável, salvo dispensa do Conselho de Administração, desde que comprovado notório saber na referida área de atuação; e

III - ter exercido nos últimos 5 (cinco) anos:

a) cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública, pelo período mínimo de 2 (dois) anos;

b) função de Diretor ou cargo gerencial em sociedades seguradoras, resseguradoras ou corretoras de seguros, ou instituições financeiras, com patrimônio líquido equivalente a pelo menos um décimo do da Sociedade, pelo período mínimo de 2 (dois) anos;

c) função de Diretor ou cargo gerencial em companhias de capital aberto, pelo período mínimo de 2 (dois) anos; ou

d) função de Diretor ou cargo gerencial em companhias com patrimônio líquido equivalente a pelo menos um décimo do da Sociedade, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, desde que não tenha por objetivo a investidura em diretorias de atividades inerentes a resseguro.

Art. 29 No impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria, o Diretor Presidente ou seu substituto designará, dentre os demais, aquele que responderá, cumulativamente, pelas atribuições do impedido ou ausente.

Parágrafo Único.
No caso de vacância do cargo de membro da Diretoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto que completará o prazo de gestão restante do substituído em reunião convocada para tal fim.

Art. 30 A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente, sendo necessária, em qualquer caso, a presença da maioria absoluta de seus membros, efetivos ou substitutos, dentre os quais o Diretor Presidente.

§ 1º As deliberações da Diretoria exigem a aprovação da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Uma vez tomada a decisão, cabe ao membro da Diretoria responsável pela área adotar as providências para sua implementação.

Art. 31 Compete à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral de Acionistas, e baixar normas sobre a organização e o funcionamento das atividades da Sociedade, inclusive as de natureza administrativa;

II - aprovar e fazer executar, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades da Sociedade e os respectivos orçamentos;

III - orientar operações, serviços e investimentos da Sociedade, bem como seu programa, orçamento e execução;

IV - autorizar a alienação de bens, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a transação ou abatimento negocial, podendo, conforme normas estabelecidas, delegar poderes com limitação expressa, naquilo que não estiver na alçada do Conselho de Administração;

V - encaminhar ao Conselho de Administração, com periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria, as contas, relatórios e demonstrações financeiras, para os fins previstos em lei;

VI - remeter ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras, documentos e informações necessários ao desempenho das atribuições do referido órgão fiscalizador dos atos de gestão da Sociedade, com a periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria;

VII - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, e segundo a legislação vigente;

VIII - propor ao Conselho de Administração a estruturação organizacional da Sociedade, bem como suas alterações;

IX - propor ao Conselho de Administração a criação, instalação e supressão de filiais ou agências, escritórios, dependências e outros estabelecimentos, no País e no exterior;

X - examinar e propor ao Conselho de Administração participações da Sociedade em empresas no País ou no exterior;

XI - decidir sobre casos extraordinários, observadas as competências do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

XII - propor ao Conselho de Administração a indicação de representantes da Sociedade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da PREVIRB; e

XIII - fixar normas para as operações não previstas no presente Estatuto Social, porém permitidas por disposições legais e regulamentares.

Parágrafo Único.
A investidura em cargo de membro de Diretoria requer dedicação integral, admitindo o exercício de atividades profissionais não conflitantes, por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

Art. 32 Compete ao Diretor Presidente:

I - representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo e em suas relações com terceiros, podendo, para tais fins, em conjunto com outro membro da Diretoria, outorgar mandatos, ficando o mandatário obrigado a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna;

II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e as decisões colegiadas da Diretoria;

III - submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e Orçamentos Anuais, os planos de investimento e os programas de expansão da Sociedade e de suas Controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

IV - nomear, remover, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo autorizar, conforme normas que estabelecer, a prática desses mesmos atos pelos órgãos administrativos;

V - assinar, juntamente, com o membro da Diretoria competente, cheques e obrigações de crédito; contratos em geral, inclusive os relativos à aquisição e alienação de bens imóveis ou de títulos, e

à aplicação do capital e das reservas; acordos e transações; escrituras de hipotecas e outros ônus reais, inclusive cauções, instituídos em favor da Sociedade, podendo, para tal fim, outorgar, em conjunto com outro membro da Diretoria, mandatos específicos para a prática, por dois mandatários, dos atos inscritos neste inciso, de acordo com o Regime de Competências e Alçadas Decisórias, ficando os mandatários obrigados a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna;

VI - dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas, na forma prevista na estrutura organizacional da Sociedade, aprovada pelo Conselho de Administração; e

VII - zelar pela boa imagem da Sociedade junto aos mercados brasileiro e estrangeiro.

Art. 33 Compete a cada membro da Diretoria dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

Art. 34 As atribuições específicas de cada membro da Diretoria serão fixadas pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido pelo art. 25, inciso XL, deste Estatuto Social.

Capítulo VIII
DO CONSELHO FISCAL

Art. 35 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será constituído de até 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição, dentre indivíduos qualificados, de reputação ilibada e que atendam às exigências da Lei nº 6.404/76.

§ 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 2º Em caso de vacância de membro do Conselho Fiscal, seja titular ou suplente, a Assembleia Geral de Acionistas será convocada para eleição de novo membro.

§ 3º Para a investidura dos membros do Conselho Fiscal deverão ser observadas as condições contidas no art. 18 e nos incisos (i) e (ii) do art. 28 deste Estatuto Social.

Art. 36 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, observada a legislação em vigor.

Art. 37 Observadas as disposições deste Estatuto Social, o Conselho Fiscal, por voto favorável da maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu Regimento Interno.

Parágrafo Único.
Em caso de empate na eleição do presidente do Conselho Fiscal, será eleito o membro decano ou, permanecendo o empate, o membro de maior idade.

Art. 38 O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 39 Quando houver deliberação, a aprovação das matérias estará sujeita ao voto favorável da maioria de seus membros, observado que os membros dissidentes podem consignar sua divergência na ata da reunião do Conselho Fiscal em questão.

Parágrafo Único.
Ao presidente do Conselho Fiscal será atribuída a prerrogativa do voto de desempate.

Art. 40 Poderá ser requisitada por qualquer membro do Conselho Fiscal, sem aprovação do Colegiado, a verificação dos livros sociais e de todo e qualquer documento da Sociedade, bem como formulado pedido de informações aos integrantes dos órgãos da Administração, tudo conforme disposto em seu Regimento Interno.

Art. 41 O Conselho Fiscal poderá solicitar aos auditores independentes da Sociedade esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos.

Art. 42 O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria que indique, para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, 3 (três) peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá 1 (um), cujos honorários serão pagos pela Sociedade, nos termos do § 8º do artigo 163 da Lei nº 6.404/76.

Art. 43 Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar.

Parágrafo Único.
O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um dos seus membros nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e responderá aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Art. 44 Perderá o cargo o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, justificado por escrito, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas.

Capítulo IX
DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Art. 45 A Sociedade contará com um Comitê de Auditoria estatutário vinculado ao Conselho de Administração.

Parágrafo Único.
São atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria aquelas definidas pelo CNSP, ou outras determinadas pela legislação ou regulamentação que rege a matéria, ou, ainda, pelo Conselho de Administração, observado o escopo de sua atuação.

Art. 46 O Comitê de Auditoria será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandatos alternados de até 3 (três) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, conforme critérios e condições estabelecidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) membro integrante do Conselho de Administração que não participe da Diretoria, e os demais membros não-vinculados à administração da Sociedade.

§ 1º O Comitê de Auditoria renova-se parcialmente a cada ano.

§ 2º Excepcionalmente, com o único objetivo de implementar a sistemática de alternância de mandatos prevista no *caput* e no § 1º deste artigo, o Conselho de Administração nomeará os membros do Comitê de Auditoria, com mandatos distintos de 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos.

§ 3º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ter o mandato renovado, desde que o tempo total do exercício da função não ultrapasse 5 (cinco) anos.

§ 4º Os assuntos do Comitê de Auditoria serão deliberados por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente do Comitê o voto de qualidade.

§ 5º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será definida pelo Conselho de Administração.

§ 6º As despesas dos membros do Comitê de Auditoria, com estadia e locomoção, nos deslocamentos necessários ao desempenho de suas atribuições, serão ressarcidas na forma dos critérios a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração.

§ 7º Para a investidura dos membros do Comitê de Auditoria deverão ser observadas as condições contidas neste Estatuto Social e nas normas do CNSP.

Art. 47 O auditor interno e o auditor independente deverão se articular com o Comitê de Auditoria, para comunicação imediata ao Conselho de Administração de qualquer indício de fraude, falha ou erro que implique risco relevante à Sociedade ou à fidedignidade das demonstrações contábeis.

Art. 48 O funcionamento e atribuições do Comitê de Auditoria serão regulados por seu Regimento Interno, podendo referido Comitê de Auditoria fazer propostas de alteração, as quais deverão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

Capítulo X
DA AUDITORIA INTERNA

Art. 49 A Sociedade disporá de unidade de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e com as atribuições e encargos estabelecidos na legislação.

Capítulo XI
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS LUCROS, RESERVAS E DIVIDENDOS

Art. 50 O exercício social coincidirá com o ano civil, com término em 31 de dezembro de cada ano, sendo, entretanto, facultado o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias, em qualquer data, na forma da legislação em vigor. As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Art. 51 O Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos Pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração, com base no Relatório do Comitê de Auditoria, serão submetidos à Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 52 Do resultado do exercício, feita a dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral de Acionistas a seguinte destinação:

I - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; e

II - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de remuneração aos acionistas na proporção de suas ações;

§ 1º Parcela do resultado do exercício, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º Observada a legislação vigente, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento aos acionistas, de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, a título de remuneração.

§ 3º Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, serão atualizados de acordo com a variação da SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 53 As antecipações de valores aos acionistas deliberadas pelos órgãos da Administração da Sociedade, ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas, a título de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio, serão deduzidos do montante da remuneração devida aos acionistas no encerramento de cada exercício social.

Capítulo XII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 54 A Alienação de Controle da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Sociedade, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único
A oferta pública de que trata este art. 54 será exigida ainda (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Sociedade; ou (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Sociedade nessa alienação e anexar documentação que comprove o referido valor.

Art. 55 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado, além de atender aos requisitos impostos pela legislação e regulamentação aplicáveis à Sociedade, a: (i) efetivar a oferta pública referida no art. 54 deste Estatuto Social; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Sociedade nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação da Sociedade, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Art. 56 A Sociedade não registrará:

I - qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e

II - qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Art. 57 Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Sociedade, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º deste art. 57, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O laudo de avaliação referido no *caput* deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Sociedade, de seus administradores e Acionistas Controladores, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo artigo.

§ 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Art. 58 Caso seja deliberada a saída da Sociedade do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 1º e 2º do art. 57 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 59 Na hipótese de não haver Acionista Controlador (caso admitido pela legislação e regulamentação aplicáveis à Sociedade), caso seja deliberada a saída da Sociedade do Novo Mercado para que os

valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. 58 acima.

§ 1º A Assembleia Geral de Acionistas deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na Assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária na qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 60 A saída da Sociedade do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 57 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo.

§ 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

§ 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Sociedade deverão convocar Assembleia Geral de Acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Sociedade do Novo Mercado.

§ 4º Caso a Assembleia Geral de Acionistas mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Sociedade do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral de Acionistas deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, os quais, presentes na Assembleia Geral de Acionistas, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Capítulo XIII
DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 61 A Sociedade seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA ("CAM"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado. Fica ressalvado que a União somente poderá submeter-se a arbitragem que tenha por objeto direitos econômicos e/ou que versem sobre direitos disponíveis, ficando expressamente afastadas do âmbito da arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis, casos em que será competente para dirimir o conflito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal.

Capítulo XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62 É vedado ao empregado prestar colaboração ou assistência, em caráter particular, a qualquer sociedade de seguro, resseguro ou empresa de corretagem de seguro ou resseguro, salvo por interesse da Sociedade, a critério do Conselho de Administração.

Art. 63 Ficam assegurados aos empregados da Sociedade os direitos decorrentes de normas legais em vigor no que digam respeito a aposentadoria, enquadramento sindical e aplicação da legislação do trabalho e previdência social.

Art. 64 O Regulamento de Pessoal do IRB Brasil RE disporá sobre as condições necessárias ao provimento de cargos e funções, substituições, direitos, vantagens, deveres e regime disciplinar, observados os preceitos da lei e do presente Estatuto Social.

Art. 65 O empregado eleito para o cargo de Diretoria, ao ser empossado, fica automaticamente afastado das funções que exercer na Sociedade contando-se lhe o tempo de afastamento como tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 66 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral de Acionistas e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76, observado o disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Art. 67 A Sociedade assegurará a seus dirigentes, conselheiros e gerentes, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Sociedade e na forma definida pela Diretoria, por proposta da área jurídica, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função, observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Parágrafo Único. Poderá ser contratado seguro de responsabilidade civil em favor de integrantes e ex-integrantes identificados no caput, obedecidos a legislação e os normativos aplicáveis.

Art. 68 A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral de Acionistas ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Art. 69 As disposições contidas no art. 12, art. 20, art 24, §1° e art. 25 somente terão eficácia a partir da data de protocolização do pedido de listagem da Sociedade no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As disposições contidas no art. 11 §2° somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Sociedade pela CVM. Por fim, as disposições contidas no art. 1°, §1°, §2° e §3°, art. 13, §2°, art. 35, §1°, Capítulo XII e Capítulo XIII deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Sociedade.

Capítulo XV
DAS DEFINIÇÕES

Art. 70 Para fins do presente Estatuto Social, os termos abaixo, quando iniciados com letras maiúsculas, no singular ou no plural e independentemente de gênero, terão os significados indicados:

"Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Sociedade.

"Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Sociedade.

"Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Sociedade.

"Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Sociedade, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Sociedade e aquelas em tesouraria, bem como ações preferenciais, de classe especial, que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.

"Alienação de Controle" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Sociedade.

"Afiliada" significa (a) em relação a uma pessoa jurídica, (i) qualquer pessoa natural ou outra pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, Controle tal pessoa jurídica; (ii) qualquer pessoa jurídica Controlada, direta ou indiretamente, por tal Pessoa jurídica; ou (iii) qualquer pessoa jurídica, direta ou indiretamente, sob Controle comum com tal pessoa jurídica ou com o controlador de tal pessoa jurídica.

"Conselheiro Independente" significa, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, o conselheiro que: (i) não tenha qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (ii) não seja Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não seja funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receba outra remuneração da Sociedade além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum.

"Orçamento Anual" significa o orçamento anual de negócios da Sociedade e/ou de suas Controladas, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Sociedade.

"Parte Relacionada" significa (i) qualquer dos acionistas; (ii) qualquer Afiliada de qualquer dos acionistas; (iii) qualquer administrador, diretor ou contratado da Sociedade ou de qualquer das pessoas referidas nos itens (i) ou (ii) acima; (iv) o cônjuge ou qualquer parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas físicas referidas nos itens precedentes; (v) qualquer pessoa jurídica da qual qualquer das pessoas referidas nas letras precedentes detenha quota, ação ou qualquer valor mobiliário que se possa considerar participação relevante; e (vi) qualquer pessoa jurídica da qual qualquer das pessoas referidas nas letras precedentes seja administrador, diretor, empregado ou contratado.

"Pessoa" significa qualquer pessoa física ou jurídica, companhia, parceria, sociedade, associação, *trust*, fundo de investimento em participações, condomínio, autoridade governamental ou qualquer outra entidade ou organização.

"Plano Anual de Negócios" significa o plano anual de negócios da Sociedade e/ou de suas Controladas, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Sociedade.

"Poder de Controle" (bem como seus termos correlatos "Controlador", "Controlada", "Controle" ou "sob Controle comum") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais de Acionistas da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"PREVIC" significa a Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

"SELIC" significa a taxa de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do BACEN (Copom) para remuneração de títulos públicos emitidos pela República Federativa do Brasil.

"Valor Econômico" significa o valor da Sociedade e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que Aprovou a Realização da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/348591-4 30 set 2015 16:35
JUCERJA Guia: 101731309
33300309179 Atos: 301
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
HASH:S150934859140

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 473,00 Pago: 473,00
DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00002792776 24/07/2015 301

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA (Vide Tabela 1)	Nº DE I AUXILI
33300309179		

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33.3.0030917-9
Protocolo: 00-2015/348591-4 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.
00002821933
DATA: 05/10/2015
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

STADO DO RIO DE JANEIRO

D

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
				Registro de Ata 49ª AGE

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio de Janeiro
Local
30/09/15
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: Isabela de Freitas Gomes Gesso
Assinatura:
Telefone de contato: (21) 2272-2495

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): TRINTA FOLHAS OU

☐ SIM ☐ NÃO ___/___/___ Responsável

☐ SIM ☐ NÃO ___/___/___ Responsável

Processo em ordem. À decisão.
___/___/___ Data
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) — 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se. ___/___/___ Data — Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) — 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐
☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

01/10/2015 Data

Ronald Amaral Sharp Junior
VOGAL - ID.: 44215746
Vogal
Presidente da ____ Turma

Arthur Camara Cardozo
VOGAL - ID.: 44315031
Vogal

Vogal
FD 507 44 039

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA REF.: 311 AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

IRB BrasilRE

NIRE
3330039179

CNPJ nº 33.376.989/0001-91

2971321

ATA DA 49ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às quinze horas, reuniram-se os acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no 9º andar do Edifício Sede da Companhia, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para, de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da União nas edições dos dias 13, 14 e 17 de agosto de 2015, nas página 74, 95 e 89, respectivamente; no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 13, 14 e 17 de agosto de 2015, nas página C9, C5 e C5, respectivamente, conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), deliberarem acerca das seguintes matérias: **(i)** a transformação do IRB Brasil RE em sociedade anônima de capital aberto e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM 480, de 7.12.2009 ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003 ("Instrução CVM 400"); **(iii)** a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Regulamento do Novo Mercado"); e **(iv)** alteração do montante da remuneração global dos administradores, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.03.2015. A Assembleia foi presidida pelo Sr. Charles Carvalho Guedes, Membro do Conselho de Administração, em consonância com o disposto no parágrafo primeiro, artigo 11, do Estatuto Social em vigor, que convidou para tomar assento à mesa os representantes dos acionistas da União, BB Seguros Participações S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A, Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, Gente Seguradora S.A e PQ Seguros, a representante do Conselho Fiscal, Conselheira Maria Carmozita Bessa Maia; o representante da Consultoria Jurídica, Bernardo Netto Arruda; e o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, representante do acionista Bradesco Auto RE Companhia de Seguros, para secretariar os trabalhos. O Presidente, à vista da existência de quórum de instalação, declarou instalada a Assembleia. Após a leitura do

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

IRB Brasil RE

CNPJ nº 33.376.989/0001-91

NIRE
3330039179

2971322

Edital de Convocação pelo Secretário, o Sr. Sérgio Suslik Wais, na qualidade de Diretor-Presidente da Gente Seguradora S.A. solicitou esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: (i) abertura de capital; (ii) fatores de riscos; (iii) uso dos recursos; (iv) participação dos acionistas na abertura de capital e (v) distinção entre acionistas. Diante da solicitação dos referidos esclarecimentos, o Sr. Bernardo Netto Arruda, representante da Consultoria Jurídica da Companhia, apresentou as seguintes considerações: (i) a abertura de capital da Companhia tem como objetivo aprimorar a governança e aumentar a geração de valor aos seus acionistas; (ii) a abertura de capital apenas mitiga os atuais riscos da Companhia, sem gerar riscos adicionais; por outro lado, com relação à oferta, foi esclarecido que, em atendimento à regulamentação vigente, a Companhia apresentará à CVM e divulgará ao público o seu Formulário de Referência, o qual incluirá uma seção denominada Fatores de Riscos, responsável por descrever todos os riscos aos quais as atividades da Companhia estão sujeitas, de forma a possibilitar ao investidor da Oferta todas as informações necessárias à tomada de decisão de investimento; (iii) não haverá oferta primária, mas tão somente secundária, não havendo, portanto, aumento de capital da Companhia e nem a emissão de novas ações; (iv) os minoritários poderão alienar suas respectivas ações no primeiro dia de negociação em bolsa; adicionalmente, foi esclarecido que as ações serão listadas no segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, proporcionando a todos os acionistas maior liquidez para as suas participações acionárias na Companhia; (v) por fim, foi esclarecido que não haverá qualquer distinção entre os acionistas da Companhia, todavia, foi ressaltado que os acionistas, integrantes do Bloco de Controle, estão sujeitos ao período de *lock up* de três anos, com base nos termos do Acordo de Acionistas firmado, em 12.08.2015, entre os acionistas controladores, não se aplicando tal restrição, naturalmente, aos minoritários. Após fornecidos os esclarecimentos acima, o Presidente submeteu à discussão e votação os itens constantes da ordem do dia: **(i)** por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a transformação do IRB Brasil RE em Companhia de capital aberto e, consequentemente, a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria A perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480; **(ii)** por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971323

aprovada a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 400. Os termos e condições da Oferta Pública Inicial deverão observar as disposições do Acordo de Acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia; **(iii)** Por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento do Novo Mercado, conforme Anexo I desta ata; e **(iv)** Por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a alteração do montante da remuneração global dos Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários ("Administradores"), aprovado em 27.03.2015, considerando a expectativa de transformação do IRB Brasil RE em companhia de capital aberto e as mudanças decorrentes desse processo, nos termos descritos a seguir: alterar para até R$ 20.000.000 (vinte milhões de reais) o montante da remuneração global dos Administradores, para o período de 1º. de abril de 2015 a 31 de março de 2016, já incluídos: (a) a manutenção do montante de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) aprovados na 48ª Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27.03.2015, referentes a remuneração fixa mensal, assistência médica e odontológica dos Administradores, remuneração variável, seguro de vida em grupo, plano de previdência complementar, check-up anual completo, encargos sociais, veículos exclusivos e eventuais pagamentos de auxílio transferência e bônus de entrada dos Diretores Estatutários (com a manutenção das especificações estabelecidas pelo Conselho de Administração); (b) a inclusão do montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), referentes à bonificação da Diretoria Estatutária (conforme especificações a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração); e (c) a inclusão do montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), referente a encargos sobre a bonificação (INSS e FGTS). Considera-se nesse montante a indenização em virtude da destituição do Diretor-Presidente e a alteração do número de Conselheiros de Administração, de 5 (cinco) para 8 (oito) membros. A presente Ata foi lavrada de forma resumida, consoante faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Assembleia, pelos representantes dos Acionistas que fizeram parte da mesa e pelo Secretário. Os documentos e proposta submetidos à presente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

IRB BrasilRE

NIRE
3330039179

CNPJ nº 33.376.989/0001-91

2971324

Assembleia citados nesta Ata foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e arquivados na Gerência de Relações com Investidores da Companhia, consoante disposto no artigo 130, § 1º, alínea "a", da Lei das S.A.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2015.

CHARLES CARVALHO GUEDES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

GUSTAVO SCATOLINO SILVA
REPRESENTANTE DO ACIONISTA UNIÃO

JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL
REPRESENTANTE DO ACIONISTA BRADESCO AUTO RE - COMPANHIA DE SEGUROS

CAMILA VARAS SIQUEIRA
REPRESENTANTE DO ACIONISTA ITAÚ SEGUROS S.A.E ITAU VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

RACHEL SICILIANO MACHADO
REPRESENTANTE DO ACIONISTA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A.

FERNANDO HENRIQUE AUGUSTO
REPRESENTANTE DO ACIONISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA

AMANDA ELLEN DE LEDO CRUZ PRADO
REPRESENTANTE DA PQ SEGUROS

SÉRGIO SUSLIK WAIS
GENTE SEGURADORA S.A

MARIA CARMOZITA BESSA MAIA
REPRESENTANTE DO CONSELHO FISCAL

JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL
SECRETÁRIO

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

IRB Brasil RE

CNPJ nº 33.376.989/0001-91

NIRE
3330039179

2971325

Estatuto Social do IRB Brasil RE

Aprovado pela 49ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, realizada em 21 de agosto de 2015.

Capítulo I
DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1 O **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Sociedade"), que utilizará a abreviatura **IRB Brasil RE**, é uma sociedade anônima de capital aberto que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável.

§ 1º Com a admissão da Sociedade no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

§ 2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

§ 3º A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Art. 2 A Sociedade tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no exterior, não podendo explorar qualquer outro ramo de atividade empresarial, nem subscrever seguros diretos.

Parágrafo Único.
A Sociedade participa do Sistema Nacional de Seguros Privados e exerce suas atribuições de acordo com as diretrizes gerais emanadas do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Art. 3 A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado do Rio de Janeiro, podendo, para a consecução dos seus objetivos, instalar ou encerrar filiais, representações, escritórios e outros estabelecimentos no País e no exterior, e participar, ainda, do capital de outras Sociedades, tudo com prévia deliberação do Conselho de Administração.

Art. 4 O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Capítulo II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5 O capital social da Sociedade é de R$ 1.453.080.000 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e três milhões e oitenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 312.000.000 (trezentas e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial de classe especial de titularidade da União, emitida na forma do Art. 8 deste Estatuto Social ("*Golden Share*"), todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

§ 1º Ressalvada a ação preferencial de classe especial referida no caput deste artigo (*Golden Share*), é vedada a emissão de ações preferenciais ou de partes beneficiárias pela Sociedade.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971326

§ 2º O capital social poderá ser alterado nos termos da lei.

§ 3º A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M") divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

Art. 6 As ações da Sociedade, por serem escriturais, permanecerão em contas de depósito, em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da referida lei.

Art. 7 Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Parágrafo Único.
A *Golden Share* da União compreenderá sempre uma única ação, que preservará todas as suas prerrogativas enquanto for detida pela União, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, e no artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Art. 8 A *Golden Share* confere à União, em caráter permanente, direitos de veto nas deliberações sociais ou negócios jurídicos a respeito das seguintes matérias:

I - mudança de denominação da Sociedade ou de seu objeto social;

II - transferência de controle acionário da Sociedade, observado o disposto no § 1º deste Art. 8;

III - alteração ou aplicação da logomarca da Sociedade;

IV - definição das políticas de subscrição e retrocessão, representadas por normas de caráter geral, sem indicação individualizada de negócios, devendo esse direito ser exercido de forma a se buscar o equilíbrio econômico-financeiro das carteiras correspondentes, salvo disposição expressa em acordo de acionistas do qual a União faça parte;

V - operações de transformação, fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade, que possam implicar em perdas de direitos atribuídos à *Golden Share*; e

VI - qualquer alteração dos direitos atribuídos à *Golden Share*, sem a anuência escrita manifestada pela União.

§ 1º Não está sujeito ao veto da União de que trata o inciso (ii) do Art. 8 deste Estatuto Social as transferências de ações que sejam realizadas em conformidade com acordo de acionistas do qual a União faça parte.

§ 2º Em decorrência da titularidade da *Golden Share*, é assegurado à União o exercício dos seguintes direitos, de forma permanente:

I - indicação de 1 (um) membro para o Conselho de Administração, que exercerá o cargo de Presidente do órgão, e seu respectivo suplente; e

II - indicação de 1 (um) membro e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971327

§ 3º Observado o disposto na Lei nº 6.404/76, as matérias previstas no Art. 8 estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, observando-se o seguinte procedimento:

I - exclusivamente para a deliberação das matérias previstas no Art. 8, o Conselho de Administração será convocado com antecedência de 35 (trinta e cinco) dias; simultaneamente à convocação do Conselho de Administração, o Presidente daquele órgão notificará o membro eleito pela União para que esta exerça seu direito de veto ou se manifeste favoravelmente à matéria, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do envio da referida notificação;

II - decorrido o prazo de 35 (trinta e cinco) dias referido no inciso (I) acima, será realizada uma reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre a matéria, sendo que, na referida reunião do Conselho de Administração: (i) a matéria não será considerada aprovada pelo órgão caso a União tenha exercido o seu direito de veto; e (ii) a matéria poderá ser aprovada ou não pelo órgão, a exclusivo critério do órgão, conforme as regras deste Estatuto Social, caso a União tenha se manifestado favoravelmente ou não tenha proferido qualquer manifestação no prazo indicado acima; e

III - se a matéria proposta depender de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a mesma será levada à deliberação desta apenas caso a União não haja exercido seu direito de veto nos termos do presente Art. 8.

Art. 9 A Sociedade poderá adquirir suas próprias ações ordinárias, a fim de cancelá-las ou mantê-las em Tesouraria para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração.

Capítulo III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10 Os órgãos deliberativos, executivos e de fiscalização, de caráter estatutário, da Sociedade são os seguintes:

I - Assembleia Geral de Acionistas;

II - Conselho de Administração;

III - Diretoria;

IV - Conselho Fiscal; e

V - Comitê de Auditoria.

Capítulo IV
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 11 A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem, observados os preceitos legais relativos às convocações e deliberações.

§ 1º Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral de Acionistas serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, seu suplente ou outro membro do Conselho de Administração por ele indicado, e secretariados por um dos administradores ou acionistas da Sociedade escolhido pelo Presidente da mesa de trabalhos da Assembleia Geral de Acionistas.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971328

§ 2º Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76, as Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral de Acionistas a que comparecer a totalidade dos acionistas.

§ 3º As Assembleias Gerais de Acionistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ¼ (um quarto) do capital social votante da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, salvo se quórum maior for estabelecido pela Lei nº 6.404/76.

§ 4º Observado o Art. 8 e o Art. 57, § 2º deste Estatuto Social, as deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas serão tomadas pela metade de votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral de Acionistas mais 1 (um) voto, não se computando os votos em branco, salvo se quórum maior for estabelecido na Lei nº 6.404/76.

Art. 12 Além daquelas previstas na Lei nº 6.404/76, deverá, também, ser convocada a Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre as seguintes matérias:

I - aumento (exceto conforme exigido por lei) ou redução do capital social da Sociedade;

II - dissolução e liquidação da Sociedade e suas Controladas, assim como eleição e destituição dos liquidantes;

III - autorização aos administradores para confessar e requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade;

IV - avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social;

V - alteração deste Estatuto Social;

VI - eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e fixação da remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;

VII - tomada, anualmente, das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, bem como a destinação de resultado;

VIII - instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;

IX - realização de oferta pública subsequente (*follow-on*) da Sociedade, bem como a realização de distribuição pública de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes;

X - registro de Controladas da Sociedade como emissoras de valores mobiliários perante a CVM, realização de uma oferta pública inicial (IPO) ou de oferta pública subsequente (*follow-on*), bem como a realização de distribuição pública de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes;

XI - saída do Novo Mercado;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971329

XII - cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM pela Sociedade e/ou de suas Controladas;

XIII - escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Sociedade, em caso de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo XII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, observado o Art. 57, § 2º e o Art. 58 deste Estatuto Social.

Capítulo V
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que terão a composição e as atribuições previstas na lei e neste Estatuto Social.

§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

§ 4º Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros.

Art. 14 Aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, é vedada a aquisição, ainda que em hasta pública, de bens de propriedade da Sociedade.

Art. 15 Os prazos de gestão dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria estender-se-ão até a posse dos respectivos substitutos eleitos.

Art. 16 Os membros da Diretoria não poderão exercer cargos de direção, administração, consultoria ou assessoramento em empresas ligadas, de qualquer forma, às atividades desenvolvidas pela Sociedade.

Parágrafo Único.
As restrições deste artigo não se aplicam quando a Sociedade se fizer representar nos quadros da administração superior das sociedades de cujo capital participe ou venha a participar a Sociedade, na forma prevista no Art. 3 deste Estatuto Social.

Art. 17 Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de Administração da Sociedade pessoas naturais, dotadas de reputação ilibada e de notórios conhecimentos, inclusive sobre as práticas de governança corporativa, experiência e capacidade técnica compatível com o cargo, observadas as disposições dos Arts. 18, 21 e 28 deste Estatuto Social.

Art. 18 Não podem participar dos órgãos de Administração, além dos impedidos por lei, os que não atenderem aos critérios de elegibilidade previstos na regulamentação aplicável, em especial na regulamentação do CNSP.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971330

Art. 19 Nos termos da lei, os membros da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Sociedade e em virtude de ato regular de gestão; respondem, porém, civilmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; ou

II - com violação da lei ou deste Estatuto Social.

Capítulo VI
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20 Observado o § 2º deste Art., o Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo.

§ 1º Dos membros do Conselho de Administração, 3 (três) membros deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos pelos minoritários mediante as faculdades previstas pelo artigo 141, caput, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

§ 2º O Presidente do Conselho de Administração será investido nesse cargo na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após sua eleição, na forma do Art. 8 deste Estatuto Social.

Art. 21 Sem prejuízo das disposições contidas no Art. 18 deste Estatuto Social, deverão ser observadas as seguintes condições para a investidura dos membros do Conselho de Administração:

I - ser graduado em nível superior, realizado no Brasil ou no exterior, observada a legislação aplicável, salvo dispensa da Assembleia de Acionistas, desde que comprovado notório saber na referida área de atuação;

II - ter reputação ilibada;

III - cumprir, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

a) ter exercido função de direção em sociedades anônimas, entidades públicas ou privadas ou órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos; ou

b) ser pessoa de notória capacidade e renome em suas atividades; ou

c) ter exercido funções de assessoramento superior em sociedade seguradora, entidade de previdência complementar, sociedade de capitalização, entidade pública ou privada ou entidade autorizada a funcionar pela SUSEP ou pelo BACEN, ou, ainda, em área financeira de entidade pública ou privada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

Art. 22 Os membros do Conselho de Administração terão prazo de gestão unificado de 1 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 23 Nos casos de vacância do cargo de conselheiro, seu substituto deverá ser nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral de Acionistas subsequente.

Parágrafo Único.
No caso de indisponibilidade temporária de membro titular do Conselho de Administração, seu respectivo suplente deverá assumir o cargo em exercício enquanto perdurar a indisponibilidade.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971331

Art. 24 O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que os assuntos de sua competência o exigirem.

§ 1º As reuniões do Conselho de Administração serão feitas mediante convocação de seu Presidente, ou de pelo menos 4 (quatro) de seus membros.

§ 2º A convocação de que trata o parágrafo anterior será feita por escrito, por meio de notificação pessoal, via correspondência registrada ou via e-mail endereçado a cada um dos membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data da reunião e com apresentação da pauta e documentos relacionados, que se instalará com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º Não obstante as formalidades acima, serão consideradas validamente instaladas todas as reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.

§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar.

§ 5º Durante as reuniões do Conselho de Administração,

I - qualquer conselheiro, desde que autorizado pela maioria simples do Conselho de Administração, poderá estar acompanhado de um ou mais assessores, que não terão direito de voto, mas que poderão participar da reunião e das discussões sobre a ordem do dia; e

II - o voto dado por um conselheiro por meio de telefone ou através de meios eletrônicos reconhecidos será considerado válido se confirmado, por escrito e com assinatura original do referido conselheiro, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de realização da reunião em que tal voto tiver sido proferido.

§ 6º Perderá o cargo o conselheiro que deixar de comparecer, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, justificado por escrito, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, ordinárias ou extraordinárias, durante o ano.

§ 7º Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, em livro próprio, e as que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro de Comércio e publicadas, na forma da legislação vigente.

§ 8º A remuneração global dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as disposições legais sobre a matéria.

§ 9º O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez por ano, em sessão executiva, reunião sem a presença dos membros da Diretoria, para deliberação sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e para tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

§ 10º É vedado ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Sociedade, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

§ 11º O Conselho de Administração determinará a elaboração de um código de conduta que estabeleça os valores e princípios que orientam a Sociedade e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Sociedade se relacione.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971332

§ 12º O Conselho de Administração nomeará os membros dos comitês de investimentos, subscrição e governança, nos termos do inciso XVII do Art. 25, todos de caráter consultivo e sem remuneração, sendo que o comitê de subscrição e comitê de governança serão formados por até 7 (sete) membros cada um e o comitê de investimentos será formado por até 8 (oito) membros.

Art. 25 Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre os assuntos de interesse da Sociedade, especialmente:

I fixação da orientação geral, objetivos e metas dos negócios, particularmente quanto às operações definidas no presente Estatuto Social e na legislação em vigor, fazendo o necessário acompanhamento;

II convocação da Assembleia Geral de Acionistas, quando julgar necessário, ou nos casos previstos na Lei nº 6.404/76;

III proposta, para a Assembleia Geral de Acionistas, da destinação dos lucros e da forma de distribuição de dividendos da Sociedade e/ou de suas Controladas;

IV distribuição de dividendos intercalares e intermediários, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços anuais, semestrais ou intermediários, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76, ou juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas da Sociedade e/ou suas Controladas;

V fixação do prazo para pagamento de dividendos pela Sociedade e/ou suas Controladas;

VI fixação da remuneração de cada administrador da Sociedade de acordo com a remuneração global dos administradores definida pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade;

VII resgate, recompra, amortização, permuta ou aquisição de ações e/ou outros ativos mobiliários da Sociedade e/ou suas Controladas para cancelamento ou manutenção em tesouraria;

VIII qualquer transferência, venda, licenciamento ou renúncia de tecnologia, patentes, marcas registradas, informações técnicas, segredos de indústria e *know-how* detidos pela Sociedade e/ou suas Controladas para quaisquer terceiros;

IX definição das políticas de contratação e de remuneração dos administradores da Sociedade e/ou suas Controladas;

X aprovação do voto a ser proferido pela Sociedade, na qualidade de sócia, em qualquer reunião de sócios ou assembleias gerais de acionistas de suas Controladas e coligadas;

XI atribuição de bonificação em ações e decisão sobre eventual grupamento ou desdobramento de ações da Sociedade e/ou de suas Controladas;

XII prestação de garantias em favor de terceiros pela Sociedade e/ou suas Controladas, exceto se em favor de Controlada da Sociedade quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis;

XIII escolha e destituição do(s) titular(es) da Auditoria Interna;

XIV designação ou destituição do Auditor Independente da Sociedade;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971333

XV excetuadas operações comerciais usuais de seguros e resseguros praticadas pela Sociedade em condições de mercado, celebração de qualquer ato ou negócio jurídico pela Diretoria da Sociedade e/ou suas Controladas, cujo valor individual, ou agregado considerando o período de 1 (um) ano, supere a quantia de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), corrigida pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da aprovação deste Estatuto Social;

XVI aprovação da indicação de representantes da Sociedade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil (PREVIRB);

XVII indicação, nomeação e destituição dos membros dos Comitês de Investimentos, Subscrição, Governança e Auditoria indicando, dentre eles, o Coordenador do Comitê de Auditoria;

XVIII proposta para a Assembleia Geral de qualquer operação de fusão, cisão, incorporação ou conversão em novo tipo societário da Sociedade;

XIX qualquer investimento pela Sociedade e/ou suas Controladas que seja caracterizado como um investimento relevante (conforme definido na Lei nº 6.404/76) ou de quaisquer direitos relacionados a tais participações;

XX operações da Sociedade e/ou suas Controladas, de um lado, com quaisquer Partes Relacionadas, do outro, conforme previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Sociedade então em vigor, aprovada pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XXXVI;

XXI participação da Sociedade e/ou suas Controladas em acordos de acionistas, consórcios, grupos de sociedades, joint ventures ou quaisquer outras formas associativas, ressalvado o resseguro eventualmente assumido em consórcio com outras resseguradoras;

XXII aprovação de qualquer operação de endividamento ou de emissão de valores mobiliários representativos de dívida, conversíveis ou não em ações de emissão da Sociedade e/ou suas Controladas, que representem obrigação para a Sociedade e/ou suas Controladas que representem mais de 10% (dez por cento) do seu respectivo patrimônio líquido;

XXIII aprovação pela Sociedade e/ou suas Controladas de emissão de bônus de subscrição e de ofertas públicas de valores mobiliários;

XXIV proposta para a criação ou mudança de espécie, classe, características ou direitos de ações emitidas pela Sociedade e/ou suas Controladas, com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados, com exceção da *Golden Share*;

XXV criação de subsidiárias e filiais pela Sociedade e/ou por suas Controladas;

XXVI prestação de garantias reais pela Sociedade e/ou suas Controladas, em valor individual, ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 (um) ano, superior a 10% (dez) do seu respectivo patrimônio líquido;

XXVII aprovação do Plano Anual de Negócios e suas alterações;

XXVIII definição e alteração das políticas de investimentos da Sociedade e/ou de suas Controladas;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971334

XXIX definição e alteração das demais políticas operacionais de resseguros, inclusive nos limites dos riscos e nas linhas de negócios que possam vir a ser assumidos pela Sociedade;

XXX aquisição ou alienação de carteiras de resseguro em *run off*, no Brasil ou no exterior;

XXXI aquisição, alienação, transferência, cessão, oneração ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, de bens integrantes dos subgrupos "investimentos" e "imobilizados" da Sociedade e/ou suas Controladas, que representem mais de 2% (dois por cento) do seu respectivo patrimônio líquido;

XXXII aprovação do Orçamento Anual e suas alterações;

XXXIII aprovação e modificação da estrutura organizacional da Sociedade, criação de Comitês e definição dos respectivos Regimentos Internos e do Regime de Competência e Alçadas Decisórias;

XXXIV aprovação e modificação dos Planos de Cargos, Salários, Vantagens e Benefícios dos empregados e do regulamento de pessoal da Sociedade, observada a legislação vigente;

XXXV alteração das políticas contábeis e das práticas de divulgação de informações da Sociedade e/ou de suas Controladas, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis;

XXXVI aprovação e alteração da política de transações com Partes Relacionadas da Sociedade e/ou de suas Controladas;

XXXVII manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

XXXVIII definição de lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Sociedade nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado;

XXXIX fixação do orçamento anual do Comitê de Auditoria;

XL eleição e destituição dos membros da Diretoria da Sociedade e de outras sociedades nas quais a Sociedade seja acionista ou quotista, no país e/ou no exterior, bem como a fixação de suas atribuições;

XLI indicação de representantes, sejam ou não administradores, nas sociedades nas quais a Sociedade seja acionista ou quotista, no país e no exterior;

XLII matérias para as quais a União detenha direito de veto, nos termos do Art. 8; e

XLIII o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971335

§ 1º Exceto pelo disposto no § 2º abaixo, as decisões do Conselho de Administração da Sociedade dependerão do voto favorável da maioria simples dos membros presentes.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração referentes às matérias previstas nos itens III a XLIII do caput deste Art. 25 serão tomadas pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

§ 3º Na hipótese de empate nas deliberações do Conselho de Administração da Sociedade, a matéria objeto de empate será retirada de pauta e submetida à apreciação em nova Reunião do Conselho de Administração.

Capítulo VII
DA DIRETORIA

Art. 26 A Diretoria da Sociedade é composta por até 9 (nove) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria terão prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a recondução.

§ 2º A remuneração dos membros da Diretoria, fixada pelo Conselho de Administração, observará o limite global aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitadas as disposições legais que regem a matéria.

Art. 27 A Diretoria funcionará de forma colegiada e será constituída dos seguintes cargos:

I - Diretor Presidente;

II - Diretor Financeiro;

III - Diretor de Relações com Investidores; e

IV - até 6 (seis) Diretores sem designação específica.

Parágrafo Único.
Os Diretores poderão cumular mais de uma das funções indicadas no caput.

Art. 28 Sem prejuízo das disposições contidas no Art. 18 deste Estatuto Social, deverão ser observadas as seguintes condições para a investidura dos membros da Diretoria:

I - ser residente no País;

II - ser graduado em nível superior, observada a legislação aplicável, salvo dispensa do Conselho de Administração, desde que comprovado notório saber na referida área de atuação; e

III - ter exercido nos últimos 5 (cinco) anos:

a) cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública, pelo período mínimo de 2 (dois) anos;

b) função de Diretor ou cargo gerencial em sociedades seguradoras, resseguradoras ou corretoras de seguros, ou instituições financeiras, com patrimônio líquido equivalente a pelo menos um décimo do da Sociedade, pelo período mínimo de 2 (dois) anos;

c) função de Diretor ou cargo gerencial em companhias de capital aberto, pelo período mínimo de 2 (dois) anos; ou

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971336

d) função de Diretor ou cargo gerencial em companhias com patrimônio líquido equivalente a pelo menos um décimo do da Sociedade, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, desde que não tenha por objetivo a investidura em diretorias de atividades inerentes a resseguro.

Art. 29 No impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria, o Diretor Presidente ou seu substituto designará, dentre os demais, aquele que responderá, cumulativamente, pelas atribuições do impedido ou ausente.

Parágrafo Único.
No caso de vacância do cargo de membro da Diretoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto que completará o prazo de gestão restante do substituído em reunião convocada para tal fim.

Art. 30 A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente, sendo necessária, em qualquer caso, a presença da maioria absoluta de seus membros, efetivos ou substitutos, dentre os quais o Diretor Presidente.

§ 1º As deliberações da Diretoria exigem a aprovação da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Uma vez tomada a decisão, cabe ao membro da Diretoria responsável pela área adotar as providências para sua implementação.

Art. 31 Compete à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral de Acionistas, e baixar normas sobre a organização e o funcionamento das atividades da Sociedade, inclusive as de natureza administrativa;

II - aprovar e fazer executar, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades da Sociedade e os respectivos orçamentos;

III - orientar operações, serviços e investimentos da Sociedade, bem como seu programa, orçamento e execução;

IV - autorizar a alienação de bens, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a transação ou abatimento negocial, podendo, conforme normas estabelecidas, delegar poderes com limitação expressa, naquilo que não estiver na alçada do Conselho de Administração;

V - encaminhar ao Conselho de Administração, com periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria, as contas, relatórios e demonstrações financeiras, para os fins previstos em lei;

VI - remeter ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras, documentos e informações necessários ao desempenho das atribuições do referido órgão fiscalizador dos atos de gestão da Sociedade, com a periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria;

VII - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, e segundo a legislação vigente;

VIII - propor ao Conselho de Administração a estruturação organizacional da Sociedade, bem como suas alterações;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971337

IX - propor ao Conselho de Administração a criação, instalação e supressão de filiais ou agências, escritórios, dependências e outros estabelecimentos, no País e no exterior;

X - examinar e propor ao Conselho de Administração participações da Sociedade em empresas no País ou no exterior;

XI - decidir sobre casos extraordinários, observadas as competências do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

XII - propor ao Conselho de Administração a indicação de representantes da Sociedade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da PREVIRB; e

XIII - fixar normas para as operações não previstas no presente Estatuto Social, porém permitidas por disposições legais e regulamentares.

Parágrafo Único.
A investidura em cargo de membro de Diretoria requer dedicação integral, admitindo o exercício de atividades profissionais não conflitantes, por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

Art. 32 Compete ao Diretor Presidente:

I - representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo e em suas relações com terceiros, podendo, para tais fins, em conjunto com outro membro da Diretoria, outorgar mandatos, ficando o mandatário obrigado a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna;

II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e as decisões colegiadas da Diretoria;

III - submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e Orçamentos Anuais, os planos de investimento e os programas de expansão da Sociedade e de suas Controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

IV - nomear, remover, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo autorizar, conforme normas que estabelecer, a prática desses mesmos atos pelos órgãos administrativos;

V - assinar, juntamente, com o membro da Diretoria competente, cheques e obrigações de crédito; contratos em geral, inclusive os relativos à aquisição e alienação de bens imóveis ou de títulos, e à aplicação do capital e das reservas; acordos e transações; escrituras de hipotecas e outros ônus reais, inclusive cauções, instituídos em favor da Sociedade, podendo, para tal fim, outorgar, em conjunto com outro membro da Diretoria, mandatos específicos para a prática, por dois mandatários, dos atos inscritos neste inciso, de acordo com o Regime de Competências e Alçadas Decisórias, ficando os mandatários obrigados a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna;

VI - dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas, na forma prevista na estrutura organizacional da Sociedade, aprovada pelo Conselho de Administração; e

VII - zelar pela boa imagem da Sociedade junto aos mercados brasileiro e estrangeiro.

Art. 33 Compete a cada membro da Diretoria dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971338

Art. 34 As atribuições específicas de cada membro da Diretoria serão fixadas pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido pelo Art. 25, inciso XL, deste Estatuto Social.

Capítulo VIII
DO CONSELHO FISCAL

Art. 35 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será constituído de até 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição, dentre indivíduos qualificados, de reputação ilibada e que atendam às exigências da Lei nº 6.404/76.

§ 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 2º Em caso de vacância de membro do Conselho Fiscal, seja titular ou suplente, a Assembleia Geral de Acionistas será convocada para eleição de novo membro.

§ 3º Para a investidura dos membros do Conselho Fiscal deverão ser observadas as condições contidas no Art. 18 e nos incisos (i) e (ii) do Art. 28 deste Estatuto Social.

Art. 36 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, observada a legislação em vigor.

Art. 37 Observadas as disposições deste Estatuto Social, o Conselho Fiscal, por voto favorável da maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu Regimento Interno.

Parágrafo Único.
Em caso de empate na eleição do presidente do Conselho Fiscal, será eleito o membro decano ou, permanecendo o empate, o membro de maior idade.

Art. 38 O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 39 Quando houver deliberação, a aprovação das matérias estará sujeita ao voto favorável da maioria de seus membros, observado que os membros dissidentes podem consignar sua divergência na ata da reunião do Conselho Fiscal em questão.

Parágrafo Único.
Ao presidente do Conselho Fiscal será atribuída a prerrogativa do voto de desempate.

Art. 40 Poderá ser requisitada por qualquer membro do Conselho Fiscal, sem aprovação do Colegiado, a verificação dos livros sociais e de todo e qualquer documento da Sociedade, bem como formulado pedido de informações aos integrantes dos órgãos da Administração, tudo conforme disposto em seu Regimento Interno.

Art. 41 O Conselho Fiscal poderá solicitar aos auditores independentes da Sociedade esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos.

Art. 42 O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria que indique, para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, 3 (três) peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá 1 (um), cujos honorários serão pagos pela Sociedade, nos termos do § 8º do artigo 163 da Lei nº 6.404/76.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971339

Art. 43 Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar.

Parágrafo Único.
O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um dos seus membros nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e responderá aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Art. 44 Perderá o cargo o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, justificado por escrito, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas.

Capítulo IX
DO COMITÊ DE AUDITORIA

Art. 45 A Sociedade contará com um Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração, a quem deverá se reportar diretamente.

Parágrafo Único.
São atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria aquelas definidas pelo CNSP, ou outras determinadas pela legislação ou regulamentação que rege a matéria, ou, ainda, pelo Conselho de Administração, observado o escopo de sua atuação.

Art. 46 O Comitê de Auditoria será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandatos alternados de até 3 (três) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, conforme critérios e condições estabelecidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) membro integrante do Conselho de Administração que não participe da Diretoria, e os demais membros não-vinculados à administração da Sociedade.

§ 1º O Comitê de Auditoria renova-se parcialmente a cada ano.

§ 2º Excepcionalmente, com o único objetivo de implementar a sistemática de alternância de mandatos prevista no caput e no § 1º deste artigo, o Conselho de Administração nomeará os membros do Comitê de Auditoria, com mandatos distintos de 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos.

§ 3º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ter o mandato renovado, desde que o tempo total do exercício da função não ultrapasse 5 (cinco) anos.

§ 4º Os assuntos do Comitê de Auditoria serão deliberados por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente do Comitê o voto de qualidade.

§ 5º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será definida pelo Conselho de Administração, ficando limitada:

I - no caso do Presidente, a 80% (oitenta por cento) da média dos honorários percebidos pelos membros da Diretoria; e

II - no caso dos demais membros, a 60% (sessenta por cento) da média dos honorários percebidos pelos membros da Diretoria.

§ 6º As despesas dos membros do Comitê de Auditoria, com estadia e locomoção, nos deslocamentos necessários ao desempenho de suas atribuições, serão ressarcidas na forma dos critérios a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971340

§ 7º Para a investidura dos membros do Comitê de Auditoria deverão ser observadas as condições contidas neste Estatuto Social e nas normas do CNSP.

Art. 47 O auditor interno e o auditor independente deverão se articular com o Comitê de Auditoria, para comunicação imediata ao Conselho de Administração de qualquer indício de fraude, falha ou erro que implique risco relevante à Sociedade ou à fidedignidade das demonstrações contábeis.

Art. 48 O funcionamento e atribuições do Comitê de Auditoria serão regulados por seu Regimento Interno, podendo referido Comitê de Auditoria fazer propostas de alteração, as quais deverão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

Capítulo X
DA AUDITORIA INTERNA

Art. 49 A Sociedade disporá de unidade de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e com as atribuições e encargos estabelecidos na legislação.

Capítulo XI
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS LUCROS, RESERVAS E DIVIDENDOS

Art. 50 O exercício social coincidirá com o ano civil, com término em 31 de dezembro de cada ano, sendo, entretanto, facultado o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias, em qualquer data, na forma da legislação em vigor. As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Art. 51 O Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos Pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração, com base no Relatório do Comitê de Auditoria, serão submetidos à Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 52 Do resultado do exercício, feita a dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral de Acionistas a seguinte destinação:

I - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; e

II - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de remuneração aos acionistas na proporção de suas ações;

§ 1º Parcela do resultado do exercício, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º Observada a legislação vigente, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento aos acionistas, de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, a título de remuneração.

§ 3º Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, serão atualizados de acordo com a variação da SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971341

Art. 53 As antecipações de valores aos acionistas deliberadas pelos órgãos da Administração da Sociedade, ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas, a título de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio, serão deduzidos do montante da remuneração devida aos acionistas no encerramento de cada exercício social.

Capítulo XII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 54 A Alienação de Controle da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Sociedade, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único
A oferta pública de que trata este Art. 54 será exigida ainda (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Sociedade; ou (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Sociedade nessa alienação e anexar documentação que comprove o referido valor.

Art. 55 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado, além de atender aos requisitos impostos pela legislação e regulamentação aplicáveis à Sociedade, a: (i) efetivar a oferta pública referida no Art. 54 deste Estatuto Social; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Sociedade nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação da Sociedade, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Art. 56 A Sociedade não registrará:

I - qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e

II - qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Art. 57 Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Sociedade, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º deste Art. 57, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O laudo de avaliação referido no caput deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971342

decisão da Sociedade, de seus administradores e Acionistas Controladores, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo artigo.

§ 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Art. 58 Caso seja deliberada a saída da Sociedade do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 1º e 2º do Art. 57 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 59 Na hipótese de não haver Acionista Controlador (caso admitido pela legislação e regulamentação aplicáveis à Sociedade), caso seja deliberada a saída da Sociedade do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Art. 58 acima.

§ 1º A Assembleia Geral de Acionistas deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na Assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária na qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 60 A saída da Sociedade do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Art. 57 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo.

§ 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971343

§ 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Sociedade deverão convocar Assembleia Geral de Acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Sociedade do Novo Mercado.

§ 4º Caso a Assembleia Geral de Acionistas mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Sociedade do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral de Acionistas deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, os quais, presentes na Assembleia Geral de Acionistas, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Art. 61 As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição previstas neste Estatuto Social.

Capítulo XIII
DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 62 A Sociedade seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA ("CAM"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado. Fica ressalvado que a União somente poderá submeter-se a arbitragem que tenha por objeto direitos econômicos e/ou que versem sobre direitos disponíveis, ficando expressamente afastadas do âmbito da arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis, casos em que será competente para dirimir o conflito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal.

Capítulo XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63 É vedado ao empregado prestar colaboração ou assistência, em caráter particular, a qualquer sociedade de seguro, resseguro ou empresa de corretagem de seguro ou resseguro, salvo por interesse da Sociedade, a critério do Conselho de Administração.

Art. 64 Ficam assegurados aos empregados da Sociedade os direitos decorrentes de normas legais em vigor no que digam respeito a aposentadoria, enquadramento sindical e aplicação da legislação do trabalho e previdência social.

Art. 65 O Regulamento de Pessoal do IRB Brasil RE disporá sobre as condições necessárias ao provimento de cargos e funções, substituições, direitos, vantagens, deveres e regime disciplinar, observados os preceitos da lei e do presente Estatuto Social.

Art. 66 O empregado eleito para o cargo de Diretoria, ao ser empossado, fica automaticamente afastado das funções que exercer na Sociedade contando-se lhe o tempo de afastamento como tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 67 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral de Acionistas e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971344

Art. 68 A Sociedade assegurará a seus dirigentes, conselheiros e gerentes, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Sociedade e na forma definida pela Diretoria, por proposta da área jurídica, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função, observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Art. 69 A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral de Acionistas ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Art. 70 As disposições contidas no Art. 12, Art. 20, Art. 24, § 1º e Art. 25 somente terão eficácia a partir da data de protocolização do pedido de listagem da Sociedade no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As disposições contidas no Art. 11 § 2º somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Sociedade pela CVM. Por fim, as disposições contidas no Art. 1, § 1º, § 2º e § 3º, Art. 13 § 2º, Art. 35, § 1º, Capítulo XII e Capítulo XIII deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Sociedade.

Capítulo XV
DAS DEFINIÇÕES

Art. 71 Para fins do presente Estatuto Social, os termos abaixo, quando iniciados com letras maiúsculas, no singular ou no plural e independentemente de gênero, terão os significados indicados:

"Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Sociedade.

"Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Sociedade.

"Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Sociedade.

"Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Sociedade, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Sociedade e aquelas em tesouraria.

"Alienação de Controle" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Sociedade.

"Afiliada" significa (a) em relação a uma pessoa jurídica, (i) qualquer pessoa natural ou outra pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, Controle tal pessoa jurídica; (ii) qualquer pessoa jurídica Controlada, direta ou indiretamente, por tal Pessoa jurídica; ou (iii) qualquer pessoa jurídica, direta ou indiretamente, sob Controle comum com tal pessoa jurídica ou com o controlador de tal pessoa jurídica.

"Conselheiro Independente" significa, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, o conselheiro que: (i) não tenha qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (ii) não seja Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2971345

não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não seja funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receba outra remuneração da Sociedade além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

"Controlada" significa, em relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa cujas ações, quotas ou outros títulos representativos de seu capital social com direito a voto sejam detidos em sua maioria, direta ou indiretamente, por essa Pessoa.

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum.

"Orçamento Anual" significa o orçamento anual de negócios da Sociedade e/ou de suas Controladas, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Sociedade.

"Parte Relacionada" significa (i) qualquer dos acionistas; (ii) qualquer Afiliada de qualquer dos acionistas; (iii) qualquer administrador, diretor ou contratado da Sociedade ou de qualquer das pessoas referidas nos itens (i) ou (ii) acima; (iv) o cônjuge ou qualquer parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas físicas referidas nos itens precedentes; (v) qualquer pessoa jurídica da qual qualquer das pessoas referidas nas letras precedentes detenha quota, ação ou qualquer valor mobiliário que se possa considerar participação relevante; e (vi) qualquer pessoa jurídica da qual qualquer das pessoas referidas nas letras precedentes seja administrador, diretor, empregado ou contratado.

"Pessoa" significa qualquer pessoa física ou jurídica, companhia, parceria, sociedade, associação, *trust*, fundo de investimento em participações, condomínio, autoridade governamental ou qualquer outra entidade ou organização.

"Plano Anual de Negócios" significa o plano anual de negócios da Sociedade e/ou de suas Controladas, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Sociedade.

"Poder de Controle" (bem como seus termos correlatos "Controlador", "Controlada", "Controle" ou "sob Controle comum") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais de Acionistas da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"PREVIC" significa a Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

"SELIC" significa a taxa de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do BACEN (Copom) para remuneração de títulos públicos emitidos pela República Federativa do Brasil.

"Valor Econômico" significa o valor da Sociedade e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1º da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 10882.722214/2015-09, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso II, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ nº 22.147.050/0001-39, em nome do contribuinte JULIANA EHRAT SAVI 07260026901, em razão da constatação de vício no ato cadastral.

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 28/03/2015, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.470/2014.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1º da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 18363.721094/2015-95, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso II, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ nº 19.210.952/0001-68, em nome do contribuinte RAFAEL BRITO LIMA 81121806287, em razão da constatação de vício no ato cadastral.

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 06/11/2013, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.470/2014.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015

Declara a Baixa do CNPJ 07.460.913/0001-30 perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso das atribuições que lhe conferem o arts. nºs. 302 e 303 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no DOU de 04 de outubro de 2013, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 15956.720136/2015-11, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa: JPA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. - ME, CNPJ 07.460.913/0001-30, retroativo à data de 21/06/2005, por ter sido constatada sua inexistência de fato.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
045.165.539-94	LEONARDO D'AVILA	10010.006.859/0915-19

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JAIME BOGER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 249, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Concede registro especial obrigatório a estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, declara:

Art. 1º - inscrito no Registro Especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na categoria de USUÁRIO sob nº UP-09.201/042, o contribuinte AGEIS GRÁFICA E EDITORA LTDA ME, CNPJ 05.248.863/0001-04, estabelecido à Rua Virgílio Espíndola, nº 321, Centro, CEP 88.103-070, São José/SC. O estabelecimento supracitado, conforme processo nº 11516.722.746/2015-79, está autorizado a realizar operações com papel adquirido com imunidade tributária, na qualidade de Pessoa Jurídica que explora essas atividades.

Art. 2º - O registro concedido será cancelado a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 4º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 180, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Cancela Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no inciso I, artigo 8º, da Instrução Normativa nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e a substituição do Anexo I dessa Instrução realizada por meio do artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.583, de 31 de agosto de 2015, bem como o despacho exarado no processo nº 11020.003763/2010-71, declara:

Art. 1º Está cancelado o Registro Especial de Bebidas nº 10106/384, de produtor, pertencente ao estabelecimento da empresa Plinio L Slomp e Cia Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 03.532.988/0001-28, situado na Vila São Roque, s/n, Quarto Distrito, no município de Farroupilha - RS.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 07, de 10 de janeiro de 2013, que concedeu o Registro Especial de Bebidas, publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2013.

VALMOS JOSÉ LAZZARI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 246, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep nº 15414.004312/2015-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de IRB BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para adaptá-lo as exigências legais de companhia aberta e ao regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 21 de agosto de 2015.

Art. 2º Ratificar que o controle acionário e a ingerência efetiva nos negócios de IRB BRASIL RESSEGUROS S.A. permanecem sendo exercidos pelo bloco de controle formado por: UNIÃO, por meio do MINISTÉRIO DA FAZENDA; BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 11.159.426/0001-09, com sede na cidade de Brasília - DF; BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 92.682.038/0001-00, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ; ITAÚ SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.557.039/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 92.661.388/0001-90, com sede na cidade de São Paulo - SP e FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA, CNPJ nº 15.254.490/0001-20, com sede na cidade de Brasília - DF, na forma do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2013 e do termo de aditamento e consolidação firmado em 12 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO GIRÃO GUIMARÃES

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 195, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Águas Vermelhas	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.300	10/08/15	59508.6000021/2015-56
MG	Capitão Enéas	Seca - 1.4.1.2.0	16/2015	03/08/15	59508.6000014/2015-54
MG	Luislândia	Seca - 1.4.1.2.0	25/2015	07/08/15	59508.6000020/2015-10
MG	Pedra Azul	Estiagem - 1.4.1.1.0	039/2015	04/08/15	59508.6000018/2015-32
MG	Rio Pardo de Minas	Seca - 1.4.1.2.0	151/2015	08/06/15	59508.6000022/2015-09

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015092100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
Nire: 33300309179
Protocolo: 0020153485914 - 30/09/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/10/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 159F9C968BB794BE1E7B5AEA0565FB34A9E42F5AA7E4F4BA6D4B508F19FA083B
Arquivamento: 00002821933 - 05/10/2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que Ratificou a Realização da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA 53ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. Aos 19 dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às 10 horas, reuniram-se os acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, na Sala de Reuniões do 8º andar do Edifício Sede da Companhia, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro para, de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da União nas edições dos dias 11, 12 e 15 de maio de 2017, nas páginas 87, 75 e 90, respectivamente, e no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 11, 12 e 15 de março de 2017, nas páginas B9, B9 e B9, respectivamente, conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/76, deliberarem acerca das seguintes matérias: **1. Oferta Inicial de Ações:** (i) ratificação da aprovação do pedido de registro de companhia aberta, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7.12.2009; ocorrida na 49ª AGE, realizada em 21.08.2015; (ii) ratificação da aprovação da solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM n° 400, de 29.12.2003; ocorrida na 49ª AGE, realizada em 21.08.2015; e (iii) ratificação da aprovação da adesão do IRB Brasil RE ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") designado Novo Mercado, ocorrida na 49ª AGE realizada em 21.08.2015. A Assembleia foi presidida pelo Representante do Conselho de Administração, Charles Carvalho Guedes, na forma do Estatuto Social em vigor, que convidou para tomar assento à mesa os representantes dos acionistas da União, do BB Seguros Participações S.A., do Itaú Seguros S.A., do Itaú Vida e Previdência S.A. e do Fundo de Investimento e Participações Caixa Barcelona (FIP); o representante da Consultoria Jurídica, Bernardo Netto Arruda e o Sr.

José Henrique Fernandes do Amaral, representante do acionista Bradesco Seguros S/A, para secretariar os trabalhos. O Presidente, à vista da existência de "quórum" de instalação, declarou instalada a Assembleia. Após a leitura do Edital de Convocação pelo Secretário, obedecida a ordem do dia da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, submeteu à discussão e votação os itens constantes do Edital. Foram adotadas as deliberações a seguir: 1- Oferta Inicial de Ações: (i) Por unanimidade, foi aprovada a ratificação da aprovação do pedido de registro de companhia aberta, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7.12.2009; ocorrida na 49ª AGE, realizada em 21.08.2015; (ii) Por unanimidade, foi aprovada a ratificação da aprovação da solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM n° 400, de 29.12.2003; ocorrida na 49ª AGE, realizada em 21.08.2015; e (iii) Por unanimidade, foi aprovada a ratificação da aprovação da adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") designado Novo Mercado, ocorrida tacitamente na 49ª AGE, realizada em 21.08.2015, considerando que em referida AGE foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para adaptar seus termos e condições às regras vigentes do Novo Mercado – deliberação esta que representa um ato sequencial à aprovação ora ratificada. A presente Ata foi lavrada de forma resumida, consoante faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, e, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Assembleia, pelos representantes dos Acionistas que fizeram parte da mesa, e pelo Secretário. Os documentos e propostas submetidos à presente Assembleia citados nesta Ata foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e arquivados na Gerência de

Relações com Investidores da Companhia, consoante disposto no artigo 130, § 1º, alínea "a", da legislação societária mencionada.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2017.

CHARLES CARVALHO GUEDES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

MARIA TERESA PEREIRA LIMA
REPRESENTANTE DO ACIONISTA UNIÃO

JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL
REPRESENTANTE DO ACIONISTA BRADESCO SEGUROS S/A

CAIO HENRIQUE CARVALHO PERICO
REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS ITAÚ SEGUROS S.A.E ITAU VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

LEONARDO TRUCI DA SILVA
REPRESENTANTE DO ACIONISTA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A.

ANDRÉ LEHMAN
REPRESENTANTE DO ACIONISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA

JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL
SECRETÁRIO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC, que Aprovou a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO – FGEDUC

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 10 horas, na sala de reuniões da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, localizada à SAUN, Quadra 5, lote B, Edifício Banco do Brasil, realizou-se a 2ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC. Estiveram presentes à Assembleia os seguintes representantes do cotista e do Administrador do FGEDUC: Sr. Gustavo Scatolino Silva, representando a União e Sr. Valter Coelho de Sá, representando o Administrador do Fundo e, para secretariar os trabalhos, Sr. Marco Antônio Antunes Vinkler. Itens da pauta: **ABERTURA** – Verificado o quórum, o Sr. Valter deu início à 2ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, relatando aos presentes os assuntos da pauta, que ficou assim definida: **1. Apreciação das propostas de alteração de Estatuto** (i) Inclusão de dois parágrafos ao art. 1º do Estatuto do FGEDUC para adequá-lo às modificações constantes da Portaria Normativa do Ministério da Educação – MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, alterada pela Portaria MEC nº 3, de 13 de janeiro de 2014; (ii) Alteração do art. 5º do Estatuto, a fim de autorizar o Administrador a participar de oferta pública de ações, considerando a possibilidade da participação do Fundo nesse tipo de operação, (iii) Alteração do art. 16 do Estatuto, visando a flexibilização do prazo para enquadramento à política de investimento do Fundo quando as integralizações forem realizadas com ativos de baixa liquidez; (iv) Alteração do art. 17 do Estatuto do FGEDUC, com adoção do conceito de Patrimônio Líquido Ajustado – PLA para apuração do limite máximo a ser garantido pelo Fundo; (v) Alteração do art. 22 do Estatuto do FGEDUC, prevendo a possibilidade de pagamento de honras com ativos do Fundo; (vi) Alteração do art. 23, para permitir, mediante a inclusão de um novo inciso II, a integralização de cotas por meio da transferência de ações de empresas de capital fechado, conforme previsto no Decreto nº 8.495/2015, relativamente às ações do IRB Brasil Resseguros S/A.. Além da inclusão do inciso II, o Administrador propõe a renumeração dos incisos posteriores ao novo dispositivo e aperfeiçoamentos na redação dos atuais incisos, sem mudança de mérito; **2. Autorização especial da Assembleia Geral de Cotistas para que o FGEDUC participe da Oferta Pública de Ações do IRB Brasil Resseguros S/A..** Em seguida, submeteu ao Representante da União as propostas de alteração do Estatuto, que aprovou as alterações e a nova redação, como segue: (i) Diante da alteração no público-alvo do FGEDUC e da condicionalidade da garantia do Fundo à adesão da entidade mantenedora de instituição de ensino ao Fundo, serão incluídos os parágrafos relacionados a seguir, com a consequente renumeração dos parágrafos subsequentes: "*Art. 1º (...) §3º Para os contratos formalizados a partir de 1º de fevereiro de 2014, o risco das mantenedoras será parcialmente coberto pelo FGEDUC inclusive quando se tratar de financiamento concedido a estudante que não se enquadre nos incisos I, II e III do §2º deste artigo; §4º A garantia do FGEDUC está condicionada à adesão da entidade mantenedora de instituição de ensino ao Fundo, nos moldes do previsto no §9º do Art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 1, de 22/10/2010*"; (ii) Considerando a possibilidade da participação do Fundo em operações de oferta pública de ações em decorrência da integralização de cotas com ações do IRB, prevista no Decreto nº 8.495/2015, aprovou-se a redação a seguir: "*Art. 5 Fica o Administrador autorizado a realizar todas as operações, praticar todos os atos que se relacionem com o objeto do FGEDUC e exercer todos os direitos inerentes à propriedade dos bens e direitos integrantes do patrimônio do FGEDUC, inclusive o de ações, recursos e exceções, podendo participar de ofertas públicas de ações,*

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
899650
Registro de Títulos e Documentos

abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos ou quaisquer outros bens e direitos pertencentes ao FGEDUC, bem como transigir"; (iii) O artigo 11 do Estatuto prevê limites máximos em que o patrimônio do FGEDUC poderá ser aplicado por tipo de ativo e institui um teto de 30% do patrimônio para a carteira de ações. Posteriormente, o artigo 16 estabelece que o disposto no artigo 11 não se aplica aos títulos e valores mobiliários recebidos pelo FGEDUC em razão da integralização de suas cotas, pelo prazo de 3 (três) anos contados da integralização. Entretanto, o Fundo obteve recursos advindos de integralização de cotas da União referentes a ações do Banco da Amazônia S/A – BASA e do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, papéis que, historicamente, tem apresentado baixos patamares de negociação e pouca liquidez. Em função das características dessas ações, estipular um prazo para adequação à política de investimento poderia desencadear um processo de venda em condições desfavoráveis, representando, assim, um risco ao patrimônio do Fundo. Desse modo, aprovou-se a alteração do artigo 16, com a desvinculação de prazo para enquadramento na política de investimento do Fundo para ativos que possuam histórico de baixa liquidez, por meio da inclusão de novo parágrafo com a seguinte redação: *"§ 3º O prazo constante do caput deste artigo não se aplica aos títulos e valores mobiliários recebidos pelo FGEDUC em razão da integralização de suas cotas, quando referidos títulos e valores mobiliários apresentarem histórico de baixa liquidez, medido pela quantidade de negócios realizados no mercado onde são negociados ativos da espécie*"; (iv) Adoção do conceito de Patrimônio Líquido Ajustado – PLA para apuração do limite máximo a ser garantido pelo Fundo. Tal alteração consiste em somar ao Patrimônio Líquido – PL do FGEDUC o total da receita relativa à Comissão de Concessão de Garantia – CCG, prêmio cobrado para assumir o risco de crédito no processo de concessão de garantias. Atualmente, na apuração do resultado do fundo e nas variações do PL, a contabilização da CCG se dá de forma diferida, observando o princípio contábil da competência. Pelo critério do PLA, essas rendas de CCG seriam integralmente incorporadas na apuração do limite máximo de garantias a serem concedidas pelo Fundo, considerando que estas rendas já foram efetivamente recebidas pelo Fundo. O Administrador ressaltou que a mudança na metodologia de apuração da receita de CCG, do critério de competência para o regime de caixa, seria apenas para efeito da apuração do limite do valor máximo passível de ser garantido pelo FGEDUC, de modo que o resultado líquido, a evolução do PL e outras variáveis contábeis continuariam a observar o regime de competência, a exemplo do que já é adotado no Fundo de Garantia de Operações – FGO. Dessa forma, a redação do art. 17 do Estatuto do FGEDUC terá a seguinte forma: "*Art. 17. O valor máximo a ser garantido pelo FGEDUC será limitado a 10 (dez) vezes o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido ajustado do Fundo. Parágrafo único - O patrimônio líquido ajustado do fundo de que trata o caput corresponderá ao patrimônio líquido acrescido das rendas antecipadas, apuradas ao final de cada mês*"; (v) Em função das características dos ativos recebidos pelo FGEDUC por ocasião da integralização com ações de baixa liquidez, o Fundo pode ter dificuldades de converter esses papéis em haveres de maior liquidez (dinheiro/título público). Dessa maneira, aprovou-se que, quando o FGEDUC não dispuser de recursos mais líquidos para fazer frente às honras solicitadas, o Fundo possa pagar as honras com outros ativos, conforme redação a seguir, incluindo o § 6º no art. 22: *"§ 6º Quando do pagamento de honras, na impossibilidade de converter ativos em dinheiro ou de fazê-lo em prejuízo do próprio cotista, fica o Administrador do Fundo autorizado a utilizar o respectivo ativo como meio de pagamento da honra solicitada*"; (vi) Quanto ao art. 23, segundo o Administrador do FGEDUC, a atual redação do artigo conduz à interpretação de que o Fundo estaria limitado a receber

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
090659
Registro de Títulos e Documentos

apenas ações negociadas em bolsa de valores, dado que há somente referência à cotação do papel naquele mercado. Assim, o dispositivo inviabilizaria o aporte com ações que não são negociadas em mercado aberto e que poderiam, de forma vantajosa, ser objeto de integralização ao patrimônio do FGEDUC. Dessa maneira, objetivando conferir maior precisão ao Estatuto do Fundo, o Administrador sugere promover alteração na redação do art. 23, com a inclusão de inciso que aborde, especificamente, o critério a ser utilizado para ações que não são negociadas em bolsa de valores e consequente renumeração dos incisos seguintes, conforme redação a seguir: "*Art. 23, inciso II – no caso de ações que não sejam negociadas em bolsa de valores, o valor das ações deverá ser o valor patrimonial calculado a partir do último balanço patrimonial publicado e auditado*". No tocante ao item 2, relativo a autorização especial da Assembleia de Cotistas para que o FGEDUC participe da Oferta Pública de Ações do IRB Brasil Resseguros S/A., o assunto foi aprovado, nos seguintes termos: "*Autorização Especial – A Assembleia de Cotistas autoriza que o FGEDUC participe da Oferta Pública de Ações do IRB Brasil Resseguros S/A., de forma alinhada aos direcionamentos dos demais acionistas, podendo arcar, solidariamente e na proporção das ações alienadas, com os respectivos custos e compromissos inerentes ao processo, desde que o preço de negociação das ações, acrescidos dos respectivos custos da transação, não imputem prejuízo ao Fundo*". **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, o Sr. Valter agradeceu a presença do Representante da União e encerrou a reunião, solicitando a mim, Marco Antônio Antunes Vinkler, a elaboração da presente ata.

Gustavo Scatolino Silva
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Cotista União

Valter Coelho de Sá
Representante do Administrador
do FGEDUC

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
898658
Registro de Títulos e Documentos

CARTORIO MARCELO RIBAS
1ºOFICIO DE REG. DE TITULOS EDOCUMENTOS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2.000
SCS QD. 08,Bl. B-60, Sala 140-E,1ºAndar
Brasília-DF - Fone : 3224-4026

Documento Protocolado, Registrado e Digitalizado sob o número 00898658 nos Livros RE-144 e A-85.

Em 14/08/2015. Dou fé.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Subst.:Edlene Miguel Pereira
Geraldo do Carmo Abreu Rodrigues
Francineide Gomes de Jesus
Selo: TJDFT20150210049785QENJ
Para consultar www.tjdf.jus.br

2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO – FGEDUC

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Órgão - Representação	Assinatura
Gustavo Scatolino Silva	PGFN – Cotista União	
Valter Coelho de Sá	Administrador do FGEDUC	
Marco Antônio Antunes Vinkler	Secretário	

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
898658
Registro de Títulos e Documentos

Ata da Reunião do Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A., Controlador da BB Seguros, que Aprovou a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94

NIRE Nº 5330001458-2

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015

I. Data, Hora e Local: Às 10 horas do dia 12 de agosto de 2015, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 2º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte.

II. Composição da Mesa: Conselheiros: Raul Francisco Moreira, Presidente, José Mauricio Pereira Coelho, Vice-Presidente, Genildo Lins de Albuquerque Neto, Isabel da Silva Ramos, Marcelo Augusto Dutra Labuto e Marcelo Pinheiro Franco. A reunião ocorreu virtualmente.

Secretária: Giselle Cilaine Ilchechen Coelho

III. Ordem do Dia: Reuniram-se os Srs. Conselheiros da Companhia para **aprovar**:

i. o início do processo de Abertura de Capital, Oferta Pública Inicial ("IPO"), atualização do Acordo de Acionistas ("AA") e do Estatuto Social do IRB Brasil Resseguros S.A. ("IRB ou Companhia")

IV. Aprovação: O Conselho de Administração aprovou:

a) A orientação à BB Seguros de modo que: i) oriente seus representantes na Reunião Prévia do Bloco de Controle a definirem o voto em bloco na Assembleia Geral do IRB a votarem favoravelmente sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social do IRB, bem como sobre possíveis alterações necessárias ao novo Estatuto Social durante o processo de IPO, em função das exigências da BM&FBOVESPA, CVM e/ou outros órgãos reguladores; ii) assine o novo Acordo de Acionistas, ficando já autorizada a assinatura desses documentos mesmo que tenham sofrido outras alterações durante o processo de IPO em função das exigências da BM&FBOVESPA, CVM e/ou outros órgãos reguladores; e iii) proceda com todos os atos necessários à preparação da distribuição da Oferta Pública Inicial, inclusive a orientação dos seus representantes na Reunião Prévia do Bloco de Controle a definirem o voto em bloco em Assembleia Geral do IRB e a orientação do seu membro indicado no Conselho de Administração do IRB, excetuando-se os temas relativos às definições de preço mínimo, quantidade de ações ON de titularidade da BB Seguros a serem alienadas, bem como a efetivação do início da distribuição e do pagamento da *Fee*, que serão oportunamente submetidas à aprovação deste Conselho.

VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu,

Giselle Cilaine Ilchechen Coelho, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

Ass. Raul Francisco Moreira, José Maurício Pereira Coelho, Genildo Lins de Albuquerque Neto, Isabel da Silva Ramos, Marcelo Augusto Dutra Labuto e Marcelo Pinheiro Franco.

ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Giselle Cilaine Ilchechen Coelho
Secretária

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94

NIRE Nº 5330001458-2

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2017

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia cinco de maio de dois mil e dezessete, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte.

II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, José Maurício Pereira Coelho, Marcelo Pinheiro Franco e Nerylson Lima da Silva.

Secretária: Patricia Rachel Andrioni

Convidados: Participaram da reunião o Senhor Werner Romera Suffert, Diretor de Gestão Corporativa e RI e o Senhor Antônio Rugero Guibo, Diretor de Governança, Riscos e Compliance.

III. Ordem do Dia: Reuniram-se os Srs. Conselheiros para **aprovar**:

i. A retomada da abertura de Capital e da Oferta Pública Inicial ("IPO") do IRB Brasil Resseguros S.A. e a assinatura do 2º Termo de Aditamento e Consolidação do Acordo de Acionistas ("AA");

IV. Aprovação: O Conselho de Administração aprovou:

i. A Nota Técnica da Superintendência de Gestão das Participações 2017/0141, de 03.05.2017, contendo a orientação à BB Seguros, de modo que oriente os seus representantes na Reunião Prévia do Bloco de Controle do IRB Brasil Resseguros S.A. a votar favoravelmente sobre a:
   a) Ratificação da aprovação do pedido de registro de companhia aberta, categoria A, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, ocorrida na 49ª AGE do IRB Brasil-RE em 21.08.2015;
   b) Ratificação da aprovação da solicitação de autorização para realizar oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos constantes na Instrução CVM nº 400/03, ocorrida na 49ª AGE do IRB Brasil-RE em 21.08.2015; e
   c) Ratificação da aprovação da adesão do IRB ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA, designado Novo Mercado, ocorrida na 49ª AGE do IRB Brasil-RE em 21.08.2015.

Também coube aprovar orientação à BB Seguros a assinar o 2º Termo de Aditamento e Consolidação do Acordo de Acionistas do IRB Brasil Resseguros S.A., bem como quaisquer outras alterações que porventura venham a acontecer durante o processo de IPO em função de exigências da BM&FBOVESPA, CVM e/ou outros órgãos reguladores.

V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Patricia Rachel Andrioni, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, José Mauricio Pereira Coelho, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Isabel da Silva Ramos, Nerylson Lima da Silva e Marcelo Pinheiro Franco.

ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 02 FOLHAS 20 A 21

Brasília, 05 de maio de 2017.

Patricia Rachel Andrioni
Secretária


JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
17/040140-5
24 MAI 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A., Controlador da BB Seguros, que Deliberou Acerca do Preço por Ação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94

NIRE Nº 5330001458-2

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2017

I. Data, Hora e Local: Às quinze horas do dia vinte e três de junho de dois mil e dezessete, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia"), localizada em Brasília (DF), no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil.

II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-Presidente, José Mauricio Pereira Coelho, Isabel da Silva Ramos, Marcelo Pinheiro Franco e Nerylson Lima da Silva. A reunião ocorreu através de audioconferência.

Secretário: Marcelo Romero Nicolino.

III. Ordem do Dia: Reuniram-se os Srs. Conselheiros para:

Aprovar:

1. A Nota Tecnica 2017/0178, sobre a Oferta Pública de Ações do IRB Brasil Resseguros S.A ("IRB");

(...)

IV. Aprovação:

1. O Conselho de Administração aprovou a Nota Técnica 2017/0178 contendo orientação à BB Seguros Participações S.A., para que esta oriente seus representantes a aprovarem o preço mínimo, a ser definido em comum acordo com os demais acionistas, e a quantidade máxima de ações do IRB, de propriedade da companhia, a serem alienadas em Oferta Pública Inicial, conforme valores definidos nesta Nota Técnica.

(...)

V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, ass, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, José Mauricio Pereira Coelho, Isabel da Silva Ramos, Marcelo Pinheiro Franco e Nerylson Lima da Silva.

ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DE LIVRO PRÓPRIO.

Brasília, 23 de junho de 2017.

Marcelo Romero Nicolino
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Reunião do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. que Deliberou sobre a Participação do Bradesco Seguros na Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Reunião Extraordinária nº 2.709, do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., realizada em 18.5.2017 - CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795. Aos 18 dias do mês de maio de 2017, às 16h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Lázaro de Mello Brandão, tendo o senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme assumido a função de Secretário. Durante a reunião, em consonância com a deliberação na Reunião Extraordinária nº 2.405, deste Órgão, de 20.8.2015, os senhores conselheiros concederam autorização:

1) às empresas do Grupo Bradesco Seguros para que seus Diretores e/ou seus representantes participem da Assembleia Geral de acionistas do IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB), a ser realizada em 19.5.2017, e votem favoravelmente à ratificação das seguintes matérias:

   a) transformação do IRB em sociedade anônima de capital aberto e a submissão de pedido de registro de companhia aberta, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº 480/09;

   b) solicitação à CVM de autorização para realizar oferta pública secundária de distribuição de valores mobiliários de emissão do IRB, nos termos da instrução CVM nº 400/03;

   c) aprovação da adesão do IRB ao segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão designado Novo Mercado.

2) aos Diretores e/ou representantes das empresas do Grupo Bradesco Seguros para praticar todos os atos e providências que sejam necessários com relação à oferta pública de ações do IRB.

Quórum da Deliberação: unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros assinam. aa) Lázaro de Mello Brandão, Luiz Carlos Trabuco Cappi, Denise Aguiar Alvarez, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, José Alcides Munhoz e Aurélio Conrado Boni.

-.

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

Banco Bradesco S.A.

Dagilson Ribeiro Carnevali
Procurador

Marcelo Fonseca
Procurador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Extrato da Ata da Reunião do Comitê de Investimentos do FIP Caixa Barcelona que aprovou a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA
CNPJ/MF nº 15.254.490/0001-20

Extrato da Ata da Reunião do Comitê de Investimentos instalada em 06 de julho de 2017

Em reunião instalada no dia 6 de julho de 2017 e encerrada no dia 7 de julho de 2017, a maioria dos membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona ("Fundo") aprovou a alienação de 9.052.944 ações de emissão do IRB Brasil RE de titularidade do Fundo, sendo 6.864.000 na oferta base, 928.452 no lote suplementar (*greenshoe*) e 1.260.492 ações no lote adicional (*hot issue*). Este extrato reflete o teor fiel das deliberações ocorridas da Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, instalada em 6 de julho de 2017.

São Paulo, 7 de julho de 2017

André Lehman
Secretário

Fernando Henrique Augusto
Presidente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FERNANDO HENRIQUE AUGUSTO
Gerente Executivo
Matr. 066.369-2
GN Desenvolvimento de Fundos Estruturad
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

REBECA CORREA BALIAN
Gerente Nacional
Matr. 067.287-0
GEDEF/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração da Companhia nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Marechal Câmara, 171, Centro, CEP 20020-90, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.376.989/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de sua emissão ("Ações") e de titularidade do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC, BB Seguros Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A. e Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), do BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" ou "Coordenador Adicional" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural" e, em conjunto com o BofA Merrill Lynch e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2017, sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participação na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.

Nome: **José Carlos Cardoso**
Cargo: Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Resseguros

Nome: **Fernando Passos**
Cargo: Diretor de Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente Financeiro

Nome: **Lucia Maria da Silva Valle**
Cargo: Diretora Estatutária

Declaração dos Acionistas Vendedores nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.254.490/0001-20, constituído sob a forma de condomínio fechado, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, sem número, gerido e administrado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório da Comissão de Valores Mobiliários nº 3.241, de 4 de janeiro de 1985, neste ato representado por seu administrador, nos termos do seu regulamento ("Acionista Vendedor"), vêm, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) o Acionista Vendedor, a Companhia e os Coordenadores da Oferta contrataram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2015, sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas

relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) o Acionista Vendedor e a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 06 de julho de 2017

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA

Nome: FERNANDO HENRIQUE AUGUSTO
Cargo: Gerente Executivo
Matr. 066.369-2
GN Desenvolvimento de Fundos Estruturad
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome:
Cargo: REBECA CORREA BALIAN
Gerente Nacional
Matr. 067.287-0
GEDEF/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Caixa Econômica Federal
GEAJU

SP - 14405199v1

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO - FGEDUC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.754.466/0001-61, com sede no SAUN, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, 10º Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70040-912, neste ato representado pelo seu administrador, Diretor de Governo do Banco do Brasil S.A., Sr. João Pinto Rabelo Junior, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 364.347.521-72, portador da carteira de identidade (RG) nº 863.364 (SSP/DF), com escritório no SAUN, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, 10º Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70040-912 ("Acionista Vendedor"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) o Acionista Vendedor não é acionista controlador da Companhia ou integrante do bloco de controle;

(B) esta declaração tem por base as informações prestadas pela companhia no âmbito da Oferta;

(C) a Companhia e os Coordenadores da Oferta contrataram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(D) para a realização da Oferta, está sendo efetuada diligência jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2015, sendo que a diligência prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(E) o Acionista Vendedor, no que tange às suas informações, e a Companhia, no que tange às suas informações, disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações

Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(F) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirmou ter disponbilizado; e

(G) o Acionista Vendedor e a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do Anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) tomou as devidas cautelas e agiu com diligência para assegurar a veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

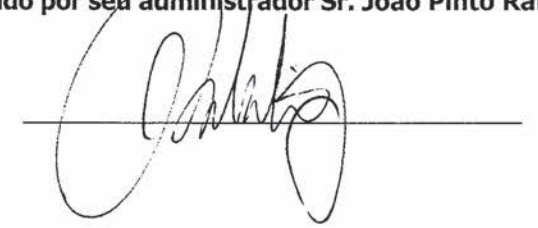
(ii) tomou as devidas cautelas e agiu com diligência para assegurar que (a) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) tomou as devidas cautelas e agiu com diligência para assegurar que o Prospecto Preliminar contenha, nesta data, e o Prospecto Definitivo contenha, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Brasília, 06 de julho de 2017

FUNDO DE GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDUCATIVO - FGEDUC
representado por seu administrador Sr. João Pinto Rabelo Junior



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Alfredo Egydio, 7º Andar, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.661.388/0001-90, neste ato representada nos termos do seu estatuto social ("Acionista Vendedor"), vêm, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) o Acionista Vendedor, a Companhia e os Coordenadores da Oferta contrataram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2015, sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) o Acionista Vendedor e a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

Nome: LEON GOTTLIEB
Cargo: Diretor

Nome: Fernando Barçante Tostes Malta
Cargo: Diretor

SP - 14323786v1

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ITAÚ SEGUROS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Alfredo Egydio, 12º Andar, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.557.039/0001-07, neste ato representada nos termos do seu estatuto social ("Acionista Vendedor"), vêm, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) o Acionista Vendedor, a Companhia e os Coordenadores da Oferta contrataram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2015, sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) o Acionista Vendedor e a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

ITAÚ SEGUROS S.A.

Nome: LEON GOTTLIEB
Cargo: Diretor

Nome: Fernando Bargante Passos Maia
Cargo: Diretor

SP - 14404834v1

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BRADESCO SEGUROS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, neste ato representada nos termos do seu estatuto social ("Acionista Vendedor"), vêm, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) o Acionista Vendedor, a Companhia e os Coordenadores da Oferta contrataram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2015, sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) o Acionista Vendedor e a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 06 de julho de 2017

BRADESCO SEGUROS S.A.

Nome: IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR
Cargo: DIRETOR GERENTE

Nome: HAYDEWALDO ROBERTO CHAMBERLAIN DA COSTA
Cargo: DIRETOR

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, 3º andar, Asa Norte, CEP 70040-912, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.159.426/0001-09, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Acionista Vendedor"), vêm, no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, na qualidade de coordenador adicional, nos termos do artigo 2º do Anexo II do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "Coordenadores Globais"), o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("Brasil Plural"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "Coordenadores" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) o Acionista Vendedor, a Companhia e os Coordenadores da Oferta contrataram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2015, sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) o Acionista Vendedor e a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Antonio Ruzero Guibo
Cargo: Diretor

Nome: Jorge Arthur Afonso Fernandes Rodrigues
Cargo: Superintendente Executivo

Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Bradesco BBI

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, CEP 01451-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 06.271.464/0103-43, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias ("**Ações**") de emissão do **IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.** ("**Companhia**") e de titularidade do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ("**FGEDUC**"), do BB Seguros Participações S.A. ("**BB Seguros**"), do Bradesco Seguros S.A. ("**Bradesco Seguros**"), do Itaú Seguros S.A. ("**Itaú Seguros**"), do Itaú Vida e Previdência S.A. ("**Itaú Vida**") e do Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona ("**FIP Caixa Barcelona**" e, em conjunto com FGEDUC, BB Seguros, Bradesco Seguros, Itaú Seguros e Itaú Vida, "**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), sob sua coordenação e do BB-Banco de Investimento S.A. ("**BB Investimentos**"), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BB Investimentos e o Itaú BBA, "**Coordenadores Globais**"), do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo ("**Brasil Plural**"), do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**") e od Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA Merrill Lynch**" e, em conjunto com o Brasil Plural e o BTG Pactual, "**Coordenadores**" e, conjuntamente com os Coordenadores Globais, "**Coordenadores da Oferta**"), vem apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta ("**Assessores Legais**");

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em abril de 2017 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus Assessores Legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Assessores Legais em nome dos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos

JURÍDICO BBI

à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e Assessores Legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 07 de julho de 2017.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Oswaldo Tadeu Fernandes

Nome: Oswaldo Tadeu Fernandes
Cargo: Diretor

JURÍDICO BBI

Demonstrações Financeiras da Companhia Referentes ao Período de Três Meses Findo em 31 de Março de 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Informações trimestrais individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017 e relatório dos auditores independentes



Rio de Janeiro, 24 de abril de 2017 – O IRB Brasil RE S.A. divulga seus resultados do 1º trimestre de 2017 (1T17). Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados em IFRS, cujas comparações tem como base o mesmo período de 2016, conforme indicado.

DESTAQUES DO TRIMESTRE

- Total dos Prêmios Emitidos crescem **15%**, alcançando **R$ 1,3 bilhão**
- Total de Sinistros Retidos recua **17%** no período
- Resultado de *Underwriting* avança **46%**, totalizando **R$ 223,4 milhões**
- Resultado financeiro recua **16%**, atingindo **R$ 205,4 milhões,** porém com rentabilidade da carteira global de ativos próprios de **127%** do **CDI**
- Lucro líquido avança **5%**, chegando a **R$ 222,7 milhões** com um **ROAE** de **27%**

RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

(R$ milhões)	1T17	1T16	1T15	Var (17/16)	Var (17/15)
Prêmios Emitidos	1.342,4	1.169,4	855,4	14,8%	57%
no Brasil	*876,1*	*882,7*	*691,8*	*-0,7%*	27%
no Exterior	*466,3*	*286,7*	*163,6*	*62,6%*	185%
Prêmios Retidos	893,7	909,4	671,1	-1,7%	33%
Prêmios Ganhos	880,6	896,2	621,5	-1,7%	42%
Sinistros Retidos	(473,8)	(570,4)	(324,5)	-16,9%	46%
Resultado de Underwriting	223,4	152,9	151,8	46,1%	47%
Despesas Administrativas	(62,7)	(45,5)	(61,5)	37,6%	2%
Resultado Financeiro	205,4	243,6	165,2	-15,7%	24%
Lucro Líquido	222,7	212,4	128,4	4,9%	73%

Indicadores	1T17	1T16	1T15	Var. (p.p)	Var (16/14)
Índice Combinado	85,3%	92,1%	90,5%	-7 p.p.	-37 p.p.
Índice de Sinistralidade	53,8%	63,6%	52,2%	-10 p.p.	-45 p.p.
Índice de Despesas Administrativas	7,1%	5,1%	9,9%	2 p.p.	17 p.p.
ROAE	27%	26%	17%	1 p.p.	-17 p.p.

Receita com Prêmios

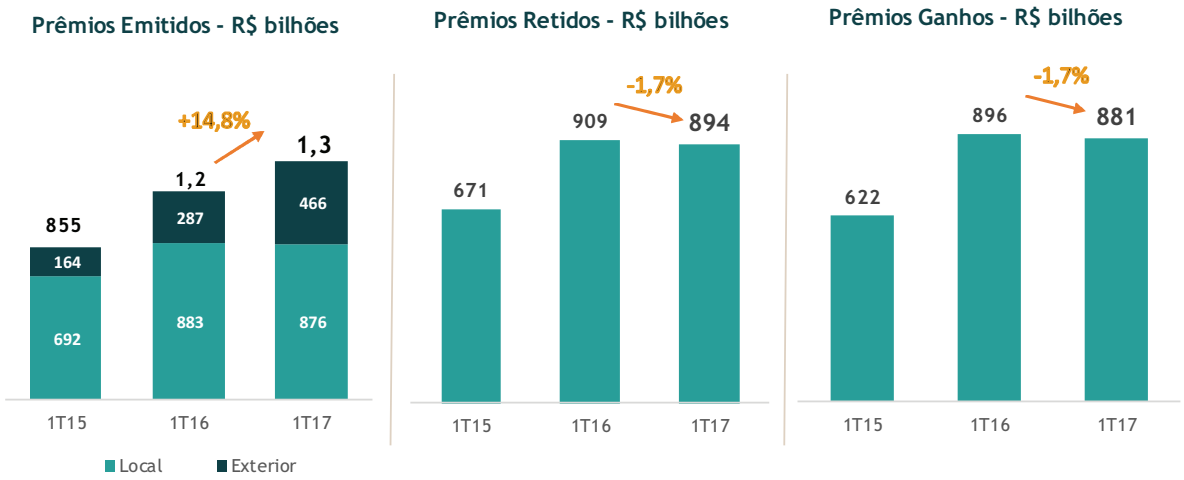
O volume total de **prêmios emitidos** pelo IRB Brasil RE avançou 14,8% em relação ao 1T16, totalizando R$ 1,3 bilhão. Desse montante, R$ 876 milhões foram prêmios emitidos no Brasil e R$ 466 milhões no exterior, que ampliou sua participação de 25% dos prêmios emitidos no 1T16 para 35% no mesmo período de 2017. O aumento registrado no 1T17 nos prêmios emitidos decorre das contribuições positivas, primordialmente, dos ramos de *Property,* Rural e Vida, tanto no Brasil quanto no Exterior.

Distribuição dos Prêmios Emitidos - %



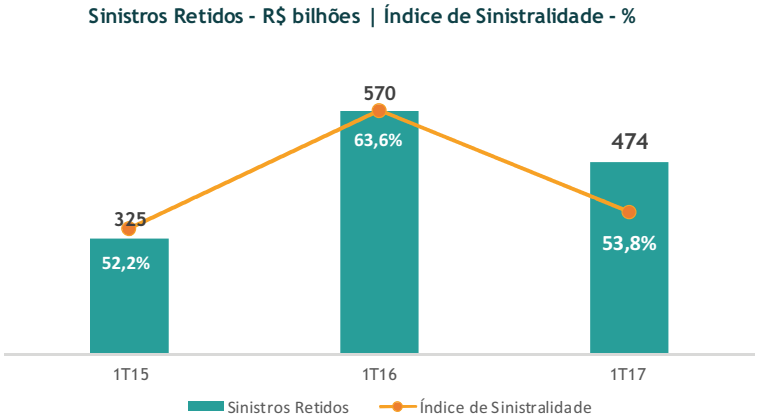


O total de **prêmios retidos** no 1T17 foi de R$ 894 milhões, uma retração de 1,7% em relação ao mesmo período de 2016, explicada pelo aumento nas despesas com retrocessão visando melhorar a proteção das operações e minimizar os impactos de potenciais sinistros no resultado da Companhia. Os **prêmios ganhos** também seguiram a mesma tendência de retração sobre o 1T16, totalizando R$ 881 milhões no 1T17.



Sinistros Retidos

No 1T17 registramos uma redução de 16,9% nos sinistros retidos, que passaram de R$ 570 milhões no 1T16 para R$ 474 milhões no 1T17. Essa redução é reflexo, primordialmente, (i) da contínua melhora da gestão de regulação de sinistros; e (ii) do aumento dos contratos de proteção efetuados pela Companhia no período, visando minimizar os impactos da ocorrência de potenciais sinistros. Nesse contexto, o índice de sinistralidade do 1T17 ficou em 53,8% em comparação aos 63,6% registrados no 1T16, uma redução de 10 pontos percentuais no período.

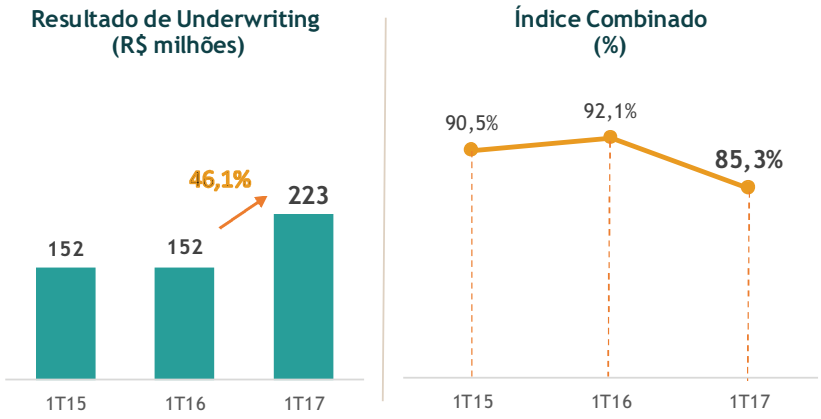




Resultado de Subscrição (*Underwriting*)

O resultado de subscrição totalizou R$ 223 milhões no 1T17, um crescimento de 46,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de cerca de 17% nos sinistros retidos da Companhia contribuiu positivamente para o incremento no resultado de subscrição no trimestre.

No 1T17, o índice combinado recuou cerca de 7 pontos percentuais, passando de 92,1% para 85,3%, em função, primordialmente, da redução do volume de sinistros retidos no trimestre, mais que compensando o aumento no índice de despesas administrativas no período.

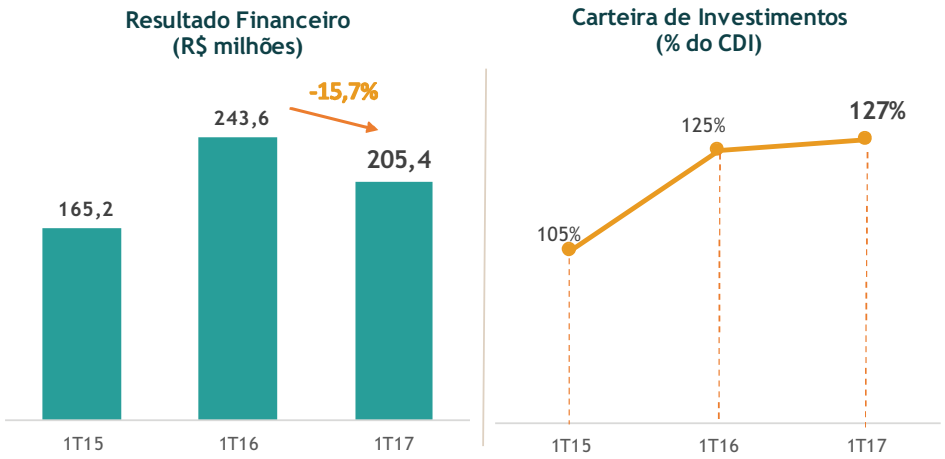


Resultado Financeiro

No 1T17 o resultado financeiro totalizou R$ 205 milhões, uma retração de 15,7% sobre 1T16, reflexo do cenário de redução das taxas de juros que comparativamente, saiu de 14,13% a.a. no 1T16 para 12,93% a.a. no 1T17. Ao final do trimestre, a carteira de investimentos totalizava aproximadamente R$ 6,1 bilhões, com um retorno nominal de 3,89% no período ante um CDI de 3,034% no trimestre, o que gerou um desempenho equivalente a 127% do CDI, uma expansão de 2 pontos percentuais sobre o desempenho relativo ao CDI do 1T16.

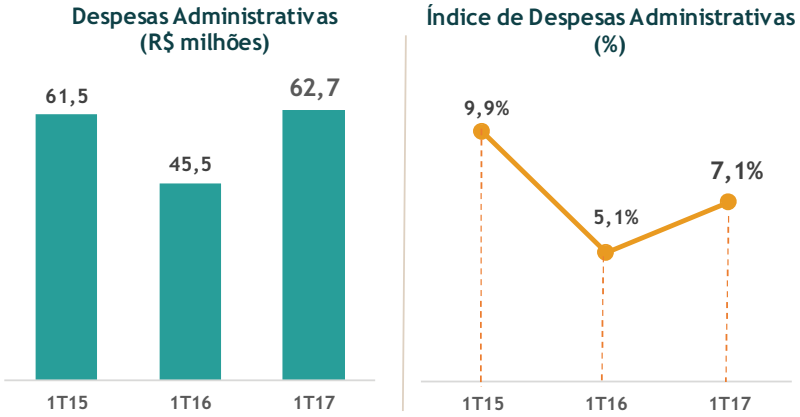
A performance do IRB Brasil RE acima do CDI foi obtida primariamente através de ganhos em renda fixa, com posições prefixadas no segmento médio da curva de juros, com o juro real cedendo ao longo do período e também foram auferidos ganhos em apostas pontuais no mercado de ações.





Despesas Administrativas

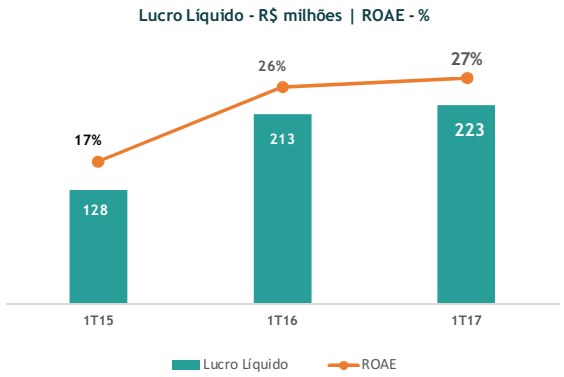
No 1T17 as despesas administrativas apresentaram um aumento nominal de 37,8%, passando de R$46 milhões no 1T16 para R$ 63 milhões no 1T17. A variação de R$ 17 milhões nas despesas pode ser explicada, primordialmente, pelo incremento do próprio negócio e por despesas não recorrentes com gastos corporativos com consultorias. Consequentemente, a relação entre as despesas administrativas sobre prêmios ganhos apresentaram um avanço de 2 pontos percentuais, passando de 5,1% para 7,0% no encerramento do primeiro trimestre de 2017.



Lucro Líquido

O lucro líquido no 1T17 apresentou uma expansão de 4,8% em relação ao 1T16, totalizando R$ 223 milhões. O Retorno sobre o patrimônio líquido médio de 27% expandiu 1 ponto percentual sobre 1T16 de 26%. Esse resultado foi alcançado por meio da combinação do crescimento no volume de prêmios emitidos e do resultado operacional, em função de uma melhor gestão dos sinistros retidos, mais que compensando a redução do resultado financeiro no trimestre.





Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os funcionários, acionistas, clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção, aos parceiros e representantes do poder público pelo apoio e confiança em nossa missão de construir uma Companhia capaz de ser líder no Brasil, bem como na busca constante de geração de valor.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
IRB-Brasil Resseguros S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da IRB-Brasil Resseguros S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Índice

Seção A – Informações gerais 11
1.1 Contexto operacional 11
1.2 Bases de preparação 11
1.3 Consolidação 12
1.4 Reapresentação das demonstrações contábeis 13
1.5 Reclassificação dos saldos comparativos 16
Seção B – Riscos 17
2 Gerenciamento de riscos 17
2.1 Principais tipos de risco 17
2.2 Riscos operacionais 17
2.3 Riscos de subscrição 17
2.4 Risco de mercado 27
2.5 Risco de crédito 29
2.6 Risco de liquidez 33
2.7 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo 33
2.8 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial 33
2.9 Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital 35
Seção C – Informações por segmento 38
3 Informações por segmento de negócios 38
3.1 Demonstrações de resultados por segmentos 38
Seção D – Estrutura do grupo 41
4 Investimentos 41
4.1 Movimentação dos investimentos 41
4.2 Participação societária 42
Seção E – Notas explicativas relevantes às informações trimestrais 42
5 Caixa e equivalentes de caixa 42
6 Aplicações financeiras 43
6.1 Composição das aplicações 43
6.2 Movimentação das aplicações financeiras 52
7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões 53
7.1 Composição 53
7.2 Movimentação 53
7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões 56
8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas 57
8.1 Sinistros – retrocessão (composição) 57
8.2 Prêmios de retrocessão diferidos 59
8.3 Outras provisões técnicas 61
9 Títulos e créditos a receber 61
10 Créditos tributários e previdenciários 62
10.1 Créditos tributários e previdenciários 62
11 Imóveis destinados à renda 64
12 Imobilizado 67
13 Intangível 69
14 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego 69
14.1 Obrigações a pagar 69
14.2 Provisão para benefícios pós-emprego 70
15 Provisões para impostos e contribuições 71
16 Débito de operações de resseguro e retrocessão 71
16.1 Composição 71
16.2 Movimentação 72
17 Depósitos de terceiros 73
18 Provisões técnicas 74
18.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição 74
18.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados 75
18.3 Sinistros em disputa judicial 77
18.4 Outras provisões 78

19 Garantia das provisões técnicas 78
20 Partes relacionadas 79
20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração 79
21 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais 80
21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias 81
21.2 Movimentação das provisões para ações judiciais 82
21.3 Ações fiscais 82
22 Provisões trabalhistas 84
23 Patrimônio líquido 84
23.1 Capital 84
23.2 Ações em tesouraria 85
23.3 Reservas de lucros 85
23.4 Ajuste de avaliação patrimonial 86
23.5 Lucro por ação - básico e diluído 86
24 Detalhamento das contas de resultado 87
24.1 Prêmios ganhos - principais grupos de atuação 87
24.2 Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação 88
24.3 Custo de aquisição 89
24.4 Resultado com retrocessão 89
24.5 Outras receitas e despesas operacionais 92
24.6 Despesas administrativas 92
24.7 Despesas com tributos 92
24.8 Resultado financeiro 93
24.9 Resultado patrimonial 94
24.10 Imposto de renda e contribuição social 94
25 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados 97
25.1 Planos de contribuição variável 98
Seção F – Políticas contábeis 110
26 Resumo das principais políticas contábeis 110
26.1 Conversão em moeda estrangeira 110
26.2 Caixa e equivalentes de caixa 111
26.3 Ativos financeiros 111
26.4 Classificação de contratos de resseguro 114
26.5 Ativos intangíveis 114
26.6 Imobilizado 114
26.7 Propriedades imobiliárias de investimento 115
26.8 Impairment de ativos não financeiros 115
26.9 Provisões 115
26.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 117
26.11 Benefícios a empregados 118
26.12 Capital social 118
26.13 Dividendos 118
26.14 Reconhecimento da receita 119
26.15 Despesa com sinistros e comissões 119
26.16 Demonstração dos resultados abrangentes 120
26.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas 120
27 Estimativas e premissas contábeis críticas 120

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior.

Ao final de 2016, com base em informações do IRB Brasil RE e da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A manteve-se na posição de líder do mercado brasileiro de resseguros, com "*Market share*" de aproximadamente 37,0% (em 2016 – não auditado), focando sua atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março de 2017 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 6 de julho de 2017.

1.2 Bases de preparação

As informações trimestrais individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de informações trimestrais individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na nota 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações trimestrais.

O IRB Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade (*run-off*). Em 11 de dezembro de 2014, em sua 209ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração aprovou a avaliação das operações dessa sucursal a valor de mercado para posterior apreciação de propostas para sua eventual alienação. A referida avaliação não gerou perdas nas informações trimestrais do IRB Brasil RE. Uma vez que a operação de Londres não

representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações da Companhia, conforme requerido pelo CPC 31, os saldos da referida sucursal não foram apresentados como operação descontinuada.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

(a) Informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

(b) Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma controlada localizada nos Estados Unidos da América que se encontra em processo de *run-off* e uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora. As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	International Corporation & Subsidiaries	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.
Percentual de participação no capital social	100,0%	100,0%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000	168.465.949
Ativo	49.627	634.443
Passivo circulante e não circulante	29.086	36.310
Patrimônio líquido no fim do período	20.541	598.133
Lucro líquido do período	78	14.865

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento
- BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50
- Itaú FI IRB BRASIL RE Renda Fixa
- Fundo de Investimento Caixa IRB Brasil RE Renda Fixa
- Bradesco FIRF IRB Caixa
- BB IRB BRASIL RE FI RF LP Crédito Privado
- FI Itaú Renda Fixa IRB BRASIL RE Crédito Privado
- FI Caixa IRB BRASIL RE RF Crédito Privado LP
- Bradesco FI IRB BRASIL RE Crédito Privado LP
- Fundo de Investimento Imobiliário FII Votorantim
- Fundo de Investimento RF IRB BRASIL RE Absoluto

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar a *International Corporation & Subsidiaries*, os fundos exclusivos indicados acima e a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.

1.4 Reapresentação das demonstrações contábeis

(a) Notas 2.4.1: Inclusão da divulgação referente às limitações que podem resultar na incapacidade da informação de refletir completamente o valor justo dos ativos e passivos envolvidos do modelo utilizado, conforme demonstrado abaixo:

"O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Diariamente a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

Entre os métodos utilizados na gestão de risco de mercado, utiliza-se o Value at Risk (VaR). A mensuração do risco de mercado através do VaR estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. É uma métrica difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio, e como limitação, não mensura o montante da mesma acima do nível de confiança."

(b) Notas 2.4.2 e 2.4.3: Reapresentação das notas para melhor atendimento dos incisos incisos II e III do parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução CVM nº 475/08, demonstrando assim hipóteses de deterioração do patrimônio bem como também as cotações que correspondem aos cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco considerada, conforme demonstrado abaixo:

Original: Nota 2.4.2

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma valorização de 25,0% e uma valorização de 50,0% em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,27. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

Ajustado: Nota 2.4.2

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma valorização de 25,0% (Cenário I - taxa de câmbio R$/US$ 4,09) e uma valorização de 50,0% (Cenário II - taxa de câmbio R$/US$ 4,91) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,27. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

Original: Nota 2.4.3

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de juros pré-fixada SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma variação de 25,0% e uma variação de 50,0% em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 8,8%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de março de 2017	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira total (*)	5.866.742	5.985.218	5.803.171	5.760.389
Impacto (%) na carteira total		2,0	(1,1)	(1,8)
Impacto (R$)		118.476	(63.570)	(106.353)
Impacto (%) no patrimônio líquido		3,8	(2,1)	(3,4)
Impacto (%) no resultado		53,2	(28,5)	(47,8)

Ajustado: Nota 2.4.3

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de juros SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma variação de 25,0% (Cenário I - taxa de 11,0%) e uma variação de 50,0% (Cenário II - taxa de 13,1%) em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 8,8%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de março de 2017	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira Total(*)	5.439.863	5.558.339	5.376.293	5.333.510
Impacto (%)		2,2	(1,2)	(2,0)
Impacto (R$ mil)		118.476	(63.570)	(106.353)
Impacto (%) no patrimônio líquido		3,8	(2,1)	(3,4)
Impacto (%) no resultado		53,2	(28,5)	(47,8)

(c) Nota 2.8.2: Inlusão da nota 2.8.2 com a descrição dos pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo para cada categoria de ativos financeiros, conforme demonstrado abaixo:

"Os pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo para cada categoria de ativos financeiros estão descritos a seguir:

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa na demonstração do resultado.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a administração da Companhia tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos."

(d) Nota 20.1: Reapresentação da nota para melhor atendimento do item 17 do CPC05, gerando melhor forma de apresentação e, consequentemente, mais transparência e visibilidade das movimentações, conforme demonstrado abaixo:

Original: Nota 20.1

	Controladora e Consolidado	
	Contas a pagar	Resultado
Em 31 de março de 2017	**14.714**	**3.060**
Em 31 de dezembro de 2016	**14.442**	**11.161**

Ajustado: Nota 20.1

	Controladora e Consolidado			
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios de longo prazo a administradores	Benefício pós-emprego	Total
Contas a pagar				
2016	14.132	310	-	**14.442**
2017	14.714	-	-	**14.714**
Resultado				
2016	10.705	-	456	**11.161**
2017	2.946	-	114	**3.060**

1.5 Reclassificação dos saldos comparativos

A Companhia, para fins de comparabilidade, reclassificou a parcela dos saldos ativos e passivos da provisão para prêmios não ganhos em 31 de dezembro de 2016, cujo diferimento ocorrerá em um prazo superior a doze meses, nos montantes de R$ 61.578 e R$ 150.880, respectivamente. As alterações realizadas não impactaram de forma relevante as informações comparativas relativas aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016 (saldos de abertura), consequentemente, as referidas demonstrações contábeis comparativas não estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Seção B – Riscos

2 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas.

Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeira responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Após a quarta revisão, em dezembro de 2015, foi confirmada a classificação A- (excelente), com viés estável, pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, refletindo, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

2.1 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias.

A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la.

2.2 Riscos operacionais

O programa de gestão dos riscos operacionais dos processos da Companhia privilegiou no período os mais defasados e atuará desta forma ao longo do semestre. Sem prejuízo do programa, foi criado um grupo que vem preparando a ferramenta GRC (*Governance, Risk and Compliance*) para o alinhamento com o atual processo de gestão de riscos da Gerência de Riscos Corporativos.

Os testes realizados para a implementação efetiva do Banco de Dados de Perdas Operacionais provocaram a necessidade de ajustes na ferramenta e nos processos de captura das áreas usuárias.

2.3 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

Uma das técnicas disponíveis para a mitigação e controle do risco de subscrição é a transferência de riscos por meio de retrocessão. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Além disso, para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na nota 2.5.

2.3.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do órgão regulador. O quadro abaixo demonstra os passivos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) brutos e líquidos por linhas de negócio:

	Controladora			
	Resseguro		Retrocessão	
Grupo de Ramos	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimonial	2.621.078	2.854.614	(1.461.337)	(1.580.183)
Riscos especiais	250.089	272.867	(183.304)	(186.980)
Responsabilidades	677.642	682.678	(325.924)	(307.028)
Cascos	478.303	573.658	(414.261)	(492.687)
Automóvel	219.747	221.898	(8.860)	(9.184)
Transportes	375.164	366.205	(208.738)	(202.982)
Riscos financeiros	546.459	609.563	(228.260)	(285.372)
Crédito	24.501	25.816	(16.869)	(18.828)
Pessoas	219.535	209.738	(55.085)	(48.973)
Habitacional	49.634	45.375	(420)	(385)
Rural	479.935	451.758	(42.545)	(23.709)
Marítimos	172.984	143.560	(40.539)	(31.409)
Aeronáuticos	318.797	402.417	(214.701)	(284.260)
Run-off - Londres	165.104	172.061	-	-
Outros	1.035.000	917.754	(59.273)	(90.971)
Total	**7.633.972**	**7.949.962**	**(3.260.116)**	**(3.562.951)**

	Consolidado			
	Resseguro		Retrocessão	
Grupo de Ramos	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimonial	2.621.078	2.854.614	(1.461.337)	(1.580.183)
Riscos especiais	250.089	272.867	(183.304)	(186.980)
Responsabilidades	677.642	682.678	(325.924)	(307.028)
Cascos	478.303	573.658	(414.261)	(492.687)
Automóvel	219.747	221.898	(8.860)	(9.184)
Transportes	375.164	366.205	(208.738)	(202.982)
Riscos financeiros	546.459	609.563	(228.260)	(285.372)
Crédito	24.501	25.816	(16.869)	(18.828)
Pessoas	219.535	209.738	(55.085)	(48.973)
Habitacional	49.634	45.375	(420)	(385)
Rural	479.935	451.758	(42.545)	(23.709)
Marítimos	172.984	143.560	(40.539)	(31.409)
Aeronáuticos	318.797	402.417	(214.701)	(284.260)
Run-off -Londres	165.104	172.061	-	-
Outros	1.063.578	947.803	(87.221)	(120.673)
Total	**7.662.550**	**7.980.011**	**(3.288.064)**	**(3.592.653)**

A natureza das operações de resseguro implica que o ressegurador recebe a maior parte das informações das cedentes de forma agregada, geralmente tendo acesso a dados individualizados em negócios facultativos, somente. Devido à orientação da Circular SUSEP nº517/2015, não é cabível divulgação de concentração de risco por área geográfica.

2.3.2 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros brutos de retrocessão

- **Bruto de retrocessão**

	31 de março de 2017							
	Controladora							
Ano de subscrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Sinistros incorridos no ano	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	112	
Um ano depois	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	613.852		
Dois anos depois	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.109.876			
Três anos depois	1.028.917	2.005.247	2.074.119	1.697.832				
Quatro anos depois	972.769	1.994.059	2.014.919					
Cinco anos depois	1.019.971	1.976.764						
Seis anos depois	1.018.694							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.018.694	1.976.764	2.014.919	1.697.832	2.109.876	613.852	112	9.432.049
Pagamentos acumulados até a data base	803.841	1.742.314	1.753.857	1.375.818	1.356.632	229.700	76	7.262.238
Passivo reconhecido no balanço	**214.853**	**234.450**	**261.062**	**322.014**	**753.244**	**384.152**	**36**	**2.169.811**
Passivo em relação a anos anteriores a 2011								1.957.357
IBNER								**294.604**
Total do passivo incluso no balanço								**4.421.772**

	31 de dezembro de 2016							
	Controladora							
Ano de subscrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Sinistros incorridos no ano	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	
Um ano depois	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610		
Dois anos depois	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391			
Três anos depois	682.091	1.028.917	2.005.247	2.074.119				
Quatro anos depois	838.675	972.769	1.994.059					
Cinco anos depois	815.800	1.019.971						
Seis anos depois	816.965							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	816.965	1.019.971	1.994.059	2.074.119	1.709.391	2.184.610	330.900	10.130.014
Pagamentos acumulados até a data base	734.908	785.621	1.718.250	1.722.485	1.278.923	910.218	114.033	7.264.437
Passivo reconhecido no balanço	**82.057**	**234.350**	**275.809**	**351.634**	**430.469**	**1.274.391**	**216.867**	**2.865.576**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.498.211
IBNER								**289.377**
Total do passivo incluso no balanço								**4.653.164**

	31 de março de 2017							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Sinistros incorridos no ano	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	747	
Um ano depois	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	613.852		
Dois anos depois	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.109.876			
Três anos depois	1.028.917	2.005.247	2.074.119	1.697.832				
Quatro anos depois	972.769	1.994.059	2.014.919					
Cinco anos depois	1.019.971	1.976.764						
Seis anos depois	1.018.694							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.018.694	1.976.764	2.014.919	1.697.832	2.109.876	613.852	747	9.432.684
Pagamentos acumulados até a data base	803.841	1.742.314	1.753.857	1.375.818	1.356.632	229.700	76	7.262.238
Passivo reconhecido no balanço	**214.853**	**234.450**	**261.062**	**322.014**	**753.244**	**384.152**	**671**	**2.170.446**
Passivo em relação a anos anteriores a 2011								1.957.357
IBNER								**294.604**
Total do passivo incluso no balanço								**4.422.407**

	31 de dezembro de 2016							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Sinistros incorridos no ano	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	331.252	
Um ano depois	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610		
Dois anos depois	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391			
Três anos depois	682.091	1.028.917	2.005.247	2.074.119				
Quatro anos depois	838.675	972.769	1.994.059					
Cinco anos depois	815.800	1.019.971						
Seis anos depois	816.964							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	816.964	1.019.971	1.994.059	2.074.119	1.709.391	2.184.610	331.252	10.130.366
Pagamentos acumulados até a data base	734.908	785.621	1.718.250	1.722.485	1.278.923	910.218	114.033	7.264.437
Passivo reconhecido no balanço	**82.056**	**234.350**	**275.809**	**351.634**	**430.468**	**1.274.392**	**217.219**	**2.865.929**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.498.211
IBNER								**289.377**
Total do passivo incluso no balanço								**4.653.516**

- **Líquido de retrocessão**

	31 de março de 2017							
	Controladora							
Ano de subscrição	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	146.828	212.493	719.804	194.043	325.364	202.896	112	
Um ano depois	283.846	588.287	802.663	981.979	1.506.852	460.355		
Dois anos depois	346.747	916.994	1.133.787	1.252.197	1.453.063			
Três anos depois	589.538	1.016.375	1.233.167	1.173.681				
Quatro anos depois	574.959	1.011.914	1.200.779					
Cinco anos depois	587.398	1.000.300						
Seis anos depois	573.293							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	573.293	1.000.300	1.200.779	1.173.681	1.453.063	460.355	112	5.861.583
Pagamentos acumulados até a data base	488.696	865.297	1.087.035	985.915	1.040.843	190.075	76	4.657.937
Passivo reconhecido no balanço	**84.597**	**135.003**	**113.744**	**187.766**	**412.220**	**270.280**	**36**	**1.203.646**
Passivo em relação a anos anteriores a 2011								1.008.986
IBNER								**222.933**
Total do passivo incluso no balanço								**2.435.565**

	31 de março de 2017							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Sinistros incorridos no ano	146.828	212.493	719.804	194.043	325.364	202.896	112	
Um ano depois	283.846	588.287	802.663	981.979	1.506.852	460.355		
Dois anos depois	346.747	916.994	1.133.787	1.252.197	1.453.063			
Três anos depois	589.538	1.016.375	1.233.167	1.173.681				
Quatro anos depois	574.959	1.011.914	1.200.779					
Cinco anos depois	587.398	1.000.300						
Seis anos depois	573.293							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	573.293	1.000.300	1.200.779	1.173.681	1.453.063	460.355	112	5.861.583
Pagamentos acumulados até a data base	488.696	865.297	1.087.035	985.915	1.040.843	190.075	76	4.657.937
Passivo reconhecido no balanço	**84.597**	**135.003**	**113.744**	**187.766**	**412.220**	**270.280**	**36**	**1.203.646**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								981.673
IBNER								**222.933**
Total do passivo incluso no balanço								**2.408.252**

	31 de dezembro de 2016							
	Controladora e Consolidado							
Ano de subscrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Sinistros incorridos no ano	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	202.896	
Um ano depois	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979	1.506.852		
Dois anos depois	550.314	346.747	916.994	1.133.787	1.252.197			
Três anos depois	471.303	589.538	1.016.375	1.233.167				
Quatro anos depois	579.850	574.959	1.011.914					
Cinco anos depois	559.104	587.398						
Seis anos depois	559.513							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	559.513	587.398	1.011.914	1.233.167	1.252.197	1.506.852	202.896	6.353.937
Pagamentos acumulados até a data base	517.635	473.624	856.164	1.072.070	979.743	734.122	100.599	4.733.957
Passivo reconhecido no balanço	**41.878**	**113.774**	**155.750**	**161.097**	**272.454**	**772.730**	**102.297**	**1.619.980**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								665.601
IBNER								**219.577**
Total do passivo incluso no balanço								**2.505.158**

2.3.3 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido em 31 de março de 2017, considerando um aumento de 10,0% na sinistralidade.

Efeitos brutos	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(43.573)
Resultado líquido (%)	(19,6)
Patrimônio líquido (%)	(1,4)

Efeitos líquidos de resseguros	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(45.273)
Resultado líquido (%)	(20,3)
Patrimônio líquido (%)	(1,5)

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Outros estudos internos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação, e cobertos por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse fator de risco.

2.4 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, o que pode causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB são as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos. A gestão do risco dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela Administração, estabelecidas em sua governança. Para esse fim são utilizadas as seguintes técnicas: VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

2.4.1 Análise de *Value at Risk*

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Diariamente a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

Entre os métodos utilizados na gestão de risco de mercado, utiliza-se o *Value at Risk* (VaR). A mensuração do risco de mercado através do VaR estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. É uma métrica difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio, e como limitação, não mensura o montante da mesma acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Resseguradora estimado para 31 de março de 2017 foi de aproximadamente R$ 3.310, o que representa uma perda máxima estimada de 0,07% do total da carteira de ativos.

2.4.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma valorização de 25,0% (Cenário I - taxa de câmbio R$/US$ 4,09) e uma valorização de 50,0% (Cenário II - taxa de câmbio R$/US$ 4,91) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,27. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	31 de março de 2017	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira	3.900.361	125.072	1.131.430	2.137.788
Total de passivos	(3.929.939)	(126.020)	(1.140.010)	(2.154.000)
Exposição líquida	(29.578)	(948)	(8.580)	(16.212)
Impacto (%) no patrimônio líquido		-	(0,3)	(0,5)
Impacto (%) no resultado		(0,4)	(3,9)	(7,3)

2.4.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de juros SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma variação de 25,0% (Cenário I - taxa de 11,0%) e uma variação de 50,0% (Cenário II - taxa de 13,1%) em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 8,8%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de março de 2017	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira Total (*)	5.439.863	5.558.339	5.376.293	5.333.510
Impacto (%)		2,2	(1,2)	(2,0)
Impacto (R$)		118.476	(63.570)	(106.353)
Impacto (%) no patrimônio líquido		3,8	(2,1)	(3,4)
Impacto (%) no resultado		53,2	(28,5)	(47,8)

(*) Saldo da Carteira total não inclui saldo das contas correntes, vide nota 6.1.

Análise consolidada por *stress tests* econômicos

A Administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais *stress test* econômicos mundiais* usando o método *Predictive*, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Fall* 2008, correspondente à falência da Lehman Brothers seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pela FED e pela estatização da Fannie Mae e da Freddie Mac a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, gerando uma perda de 2,4% na carteira.

* Os *stress test* econômicos mundiais analisados são: Asian Crisis (1997), Black Monday (1987), Fall 2008 (2008), Gulf War (1990), Mexican Crisis (1995), Rate Rise 94 (1994), Russian Devaluation (1998), Sept 11th (2011),Tech Wreck (2000), WaMu collapse (2008).

Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 31 de março de 2017, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

2.5 Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos *ratings* em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A qualidade dos atuais retrocessionários do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

Ativos de retrocessão

	31 de março de 2017			
	% de resseguradores participantes dos contratos e proteções em vigor			
Faixa de *rating* (*)	Local	Admitido	Eventual	Total
AAA ou equivalente	-	5,6	0,4	6,0
AA ou equivalente	-	37,9	5,1	43,0
A ou equivalente	0,2	14,3	35,8	50,3
BBB ou equivalente	-	-	-	-
Sem *rating*	0,2	0,1	0,4	0,7
	0,4	57,9	41,7	100,0

* Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch*

Adicionalmente, a qualidade das contrapartes relacionadas ao créditos das operações com resseguros pode ser verificada no quadro abaixo:

Crédito das operações

	31 de março de 2017	% de exposição com resseguradores por faixa de rating			% de exposição com seguradoras por faixa de rating
Faixa de Rating (*)	Local	Admitido	Eventual	Total	Total
A ou equivalente	0,1	0,1	39,4	39,7	46,5
B ou equivalente	0,2	0,4	10,2	10,8	10,8
CCC+ ou equivalente	0,6	1,2	24,5	26,2	15,9
CCC ou equivalente	0,4	1,8	13,9	16,0	13,4
CC ou equivalente	-	-	0,2	0,2	-
CCC- ou equivalente	0,1	0,7	2,4	3,2	1,3
D ou equivalente	-	-	3,8	3,8	12,1
	1,4	4,2	94,4	100,0	100,0

* Os ratings referente aos créditos das operações são medidos por critérios internos da Companhia.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto *rating* de crédito avaliado por agências internacionais.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros devido à natureza do mercado de resseguro. Abaixo seguem as classificações de risco por idade dos saldos.

	Controladora							
	31 de março de 2017							
		Ativos vencidos e não "*impaired*"						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "*impaired*"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	Saldo contábil 31 de dezembro de 2016
Caixa e equivalente de caixa	294.097						294.097	213.543
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	57.714						57.714	21.649
Públicos	718.179						718.179	136.664
Exterior	406.889						406.889	495.190
Disponíveis para venda								
Privados	164.399						164.399	405.629
Públicos	3.632.491						3.632.491	4.183.517
Exterior	192.598						192.598	264.898
Mantido até o vencimento								
Privados	266.636						266.636	258.287
Exterior	957						957	5.264
Créditos com operações seguradora e resseguradora	2.112.105	136.953	87.645	100.856	64.919	228.832	2.731.310	2.460.462
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.846.065**	**136.953**	**87.645**	**100.856**	**64.919**	**228.832**	**8.465.270**	**8.445.103**

	Consolidado							
	31 de março de 2017							
		Ativos vencidos e não "*impaired*"						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "*impaired*"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	Saldo contábil 31 de dezembro de 2016
Caixa e equivalente de caixa	298.309						298.309	217.575
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	213.419						213.419	41.290
Públicos	718.179						718.179	136.984
Exterior	406.889						406.889	495.190
Disponíveis para venda								
Privados	202.410						202.410	195.217
Públicos	3.632.491						3.632.491	4.183.540
Exterior	208.221						208.221	280.869
Mantido até o vencimento								
Privados	266.636						266.636	258.287
Exterior	957						957	5.264
Créditos com operações seguradora e resseguradora	2.112.119	136.953	87.645	100.856	64.919	228.832	2.731.324	2.468.777
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**8.059.630**	**136.953**	**87.645**	**100.856**	**64.919**	**228.832**	**8.678.835**	**8.282.993**

2.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo.

	Controladora					
	Maturidade dos passivos em 31 de março de 2017					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**953.255**	**1.764.972**	**1.021.844**	**932.215**	**1.280.712**	**5.952.998**
PSL Total	363.604	1.290.201	719.745	624.881	1.128.738	4.127.169
IBNR + IBNER	579.478	422.420	268.044	303.061	145.405	1.718.408
PET	6.532	44.110	29.365	-	-	80.007
PDR	3.641	8.241	4.690	4.273	6.569	27.414

	Consolidado					
	Maturidade dos passivos em 31 de março de 2017					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**981.833**	**1.764.972**	**1.021.844**	**932.215**	**1.280.712**	**5.981.576**
PSL Total	392.182	1.290.201	719.745	624.881	1.128.738	4.155.747
IBNR + IBNER	579.478	422.420	268.044	303.061	145.405	1.718.408
PET	6.532	44.110	29.365	-	-	80.007
PDR	3.641	8.241	4.690	4.273	6.569	27.414

A maturidade dos ativos garantidores das provisões técnicas está divulgada na nota 6.1.1.

2.7 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.8 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	6.350	6.163	6.350	6.163
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	-	-	24.242	-
Operações compromissadas	Nível 1	711.609	130.501	711.609	130.821
Cotas de Fundos de Investimentos	Nível 1	103.755	104.438	231.283	124.192
Cotas de Fundos de Renda Variável	Nível 1	23.319	20.749	23.221	20.763
Quotas de Fundos Renda Fixa	Nível 1	-	-	4.100	-
Ações de Empresas Nacionais	Nível 1	30.448	-	30.448	-
Ações no Exterior	Nível 2	223.646	230.048	223.646	230.048
Prêmios de Opção	Nível 1	2.930	-	2.930	-
Debêntures	Nível 1	1.170	773	1.170	773
Depósitos à Prazo Fixo no Exterior	Nível 2	74.926	155.119	74.926	155.119
Títulos da dívida soberana	Nível 1	4.562	5.585	4.562	5.585
Outros	Nível 2	67	127	-	-
		1.182.782	**653.503**	**1.338.487**	**673.464**
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	3.235.952	3.471.051	3.235.952	3.471.051
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	-	166.091	-	166.091
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	370.743	509.728	370.743	509.728
Fundos Imobiliários	Nível 1	-	38.091	-	38.091
Debêntures	Nível 1	12.983	11.986	12.983	11.986
Letras Financeiras	Nível 1	151.390	142.847	151.390	142.847
Operações Compromissadas	Nível 1	25.796	36.647	25.796	36.670
Fundo de Investimentos Imobiliários FII	Nível 2	-	210.496	38.037	-
Quotas de Fundos Renda Fixa	Nível 1	-	2.293	-	2.293
Outros	Nível 2	26	(84)	-	-
Títulos da dívida soberana	Nível 1	156.765	226.297	156.765	226.297
American Depositary Receipts - ADR	Nível 1	3.991	4.283	3.991	4.283
Títulos de Renda Fixa no exterior	Nível 1	31.842	34.318	31.842	34.318
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	Nível 1	-	-	6.909	7.108
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	Nível 1	-	-	1.058	1.091
Non-U.S. Government	Nível 1	-	-	216	1.293
Sec Issued by States & Terr.	Nível 1	-	-	1.147	224
Corporate *securities*	Nível 1	-	-	5.642	5.961
Short-term investiments	Nível 1	-	-	651	294
		3.989.488	**4.854.044**	**4.043.122**	**4.659.626**

2.8.1 Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras - Privadas	266.636	266.636	258.287	258.287
Eurobonds/Term Notes	957	957	5.264	5.264
	267.593	**267.593**	**263.551**	**263.551**

2.8.2 Pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo

Os pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo para cada categoria de ativos financeiros estão descritos a seguir:

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa na demonstração do resultado.

Os títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” são aqueles para os quais a administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aqueles para os quais a administração da Companhia tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos.

2.9 Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

O CNSP, em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo para autorização e funcionamento dos resseguradores locais, cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado e plano de regulação e solvência, consubstanciada na Resolução CNSP nº 321/2015, que consolidou todas as resoluções relativas à liquidez e solvência sem alteração metodológica.

Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.

V Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco.

2.9.1 Cálculo do capital mínimo requerido

O cálculo efetuado pelo IRB Brasil RE, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Na data base em 31 de março de 2017, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital de risco baseado em risco de subscrição	513.107	491.219
Capital de risco baseado em risco de crédito	404.982	429.736
Capital de risco baseado em risco operacional	31.299	32.595
Capital de risco baseado em risco de mercado (*)	33.909	33.909
Benefício da diversificação de riscos	(144.654)	(146.268)
Capital de risco total	**838.643**	**841.191**
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (***)	838.643	841.191
Patrimônio líquido ajustado (**)	2.075.899	2.706.769
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	**1.237.256**	**1.865.578**

(*) Conforme permitido pela Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia utilizou o percentual de 50,0% do montante efetivamente exigido do capital de risco baseado em riscos de mercado.
(**) Cálculo do PL ajustado

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimônio líquido	3.091.059	3.328.217
Deduções		
Despesas antecipadas	(1.567)	(3.320)
Participações societárias	(613.975)	(224.393)
Intangíveis	(59.584)	(62.276)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(117.351)	(105.672)
Créditos tributários (***)	(222.633)	(225.737)
Outras deduções	(50)	(50)
Patrimônio líquido ajustado	**2.075.899**	**2.706.769**

(***) O valor referente ao crédito tributário deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (nota 10.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

2.9.2 Liquidez em relação ao capital de risco

O cálculo da liquidez em relação ao capital mínimo requerido para a data base de 31 de março de 2017 não identificou necessidade do IRB Brasil RE dispor de maior nível de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões.

	Controladora	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos elegíveis (*)	**4.940.726**	**5.380.726**
Provisões técnicas	(4.373.856)	(4.387.011)
Ativos redutores	(588.762)	(512.532)
Direitos creditórios	770.582	807.688
Cobertura de 20,0% do capital de risco	(167.729)	(168.238)
Suficiência de liquidez	**580.961**	**1.120.633**

(*) Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas

	Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos elegíveis (*)	**4.940.726**	**5.380.726**
Provisões técnicas	(4.374.486)	(4.387.358)
Ativos redutores	(588.762)	(512.532)
Direitos creditórios	770.582	807.688
Cobertura de 20,0% do capital de risco	(167.729)	(168.238)
Suficiência de liquidez	**580.331**	**1.120.286**

(*) Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas, vide nota 19.

Seção C – Informações por segmento

3 Informações por segmento de negócios

3.1 Demonstrações de resultados por segmentos

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, onde são utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.

Em 31 de março de 2017 e 2016, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Prêmios emitidos	**1.172.490**	**982.276**	**1.172.490**	**982.276**
Prêmio emitido - país	771.831	738.422	771.831	738.422
Prêmio emitido - exterior	400.659	243.854	400.659	243.854
Prêmios ganhos	**1.109.843**	**1.027.534**	**1.109.843**	**1.027.534**
Prêmio ganho - país	775.235	795.440	775.235	795.440
Prêmio ganho - exterior	334.608	232.094	334.608	232.094
Sinistros ocorridos	**(435.727)**	**(935.295)**	**(435.727)**	**(935.295)**
Sinistro ocorrido - país	(247.083)	(804.710)	(247.083)	(804.710)
Sinistro ocorrido - exterior	(188.644)	(130.585)	(188.644)	(130.585)
Custo de aquisição	**(26.320)**	**(32.602)**	**(26.320)**	**(32.602)**
Custo de aquisição - país	(12.437)	(18.657)	(12.437)	(18.657)
Custo de aquisição - exterior	(13.883)	(13.945)	(13.883)	(13.945)
Resultado com retrocessão	**(393.016)**	**118.784**	**(393.016)**	**118.784**
Resultado com retrocessão - país	(365.647)	133.632	(365.647)	133.632
Resultado com retrocessão - exterior	(27.369)	(14.848)	(27.369)	(14.848)
Margem bruta	**254.780**	**178.421**	**254.780**	**178.421**
Margem bruta - país	150.068	105.705	150.068	105.705
Margem bruta - exterior	104.712	72.716	104.712	72.716
Outras receitas e despesas operacionais	(7.896)	(6.201)	(7.463)	(5.715)
Despesas administrativas	(79.659)	(53.564)	(81.055)	(54.451)
Despesas com tributos	(29.183)	(36.327)	(29.183)	(36.327)
Resultado operacional	**138.042**	**82.329**	**137.079**	**81.928**
Resultado patrimonial	14.786	12.616	7.805	12.703
Resultado financeiro	161.353	201.256	174.969	201.570
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**314.181**	**296.201**	**319.853**	**296.201**
Imposto de renda e contribuição social	(91.506)	(83.828)	(97.178)	(83.828)
Lucro líquido do período	**222.675**	**212.373**	**222.675**	**212.373**

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Prêmios de resseguros país (a)	876.058	882.711	876.058	882.711
Prêmios de resseguros exterior (a)	466.319	286.727	466.319	286.727
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(448.717)	(260.053)	(448.717)	(260.053)
Prêmios retidos	**893.660**	**909.385**	**893.660**	**909.385**
Variações das provisões técnicas (c)	(13.042)	(13.179)	(13.042)	(13.179)
Prêmios ganhos	**880.618**	**896.206**	**880.618**	**896.206**
Sinistros retidos (d)	(473.801)	(570.381)	(473.801)	(570.381)
Custo de aquisição (e)	(163.107)	(168.103)	(163.107)	(168.103)
Resultado bruto	**243.710**	**157.722**	**243.710**	**157.722**
Outros resultados operacionais (f)	(20.731)	(5.342)	(20.298)	(4.856)
Despesas administrativas (g)	(61.331)	(44.662)	(62.675)	(45.549)
Despesas com tributos (j)	(31.354)	(37.047)	(32.063)	(37.047)
Resultado financeiro e patrimonial (h)	198.107	243.166	205.399	243.567
Resultado antes dos impostos	**328.401**	**313.837**	**334.073**	**313.837**
Imposto, contribuições e participações nos lucros (i)	(105.726)	(101.464)	(111.398)	(101.464)
Lucro líquido do período	**222.675**	**212.373**	**222.675**	**212.373**

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados na demonstração do resultado e os saldos para tomada de decisão apresentados acima pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Prêmios emitidos líquidos	**1.172.490**	**982.276**	**1.172.490**	**982.276**
Prêmio emitido bruto (a)	1.342.339	1.171.039	1.342.339	1.171.039
Comissão de resseguros (e)	(169.849)	(188.763)	(169.849)	(188.763)
Variação das provisões técnicas	**(62.647)**	**45.258**	**(62.647)**	**45.258**
Variação das provisões técnicas - prêmios (c)	(50.102)	25.922	(50.102)	25.922
Variação das provisões técnicas - comissão (e)	1.110	30.409	1.110	30.409
Variação das provisões técnicas - outras provisões (c)	(13.655)	(11.073)	(13.655)	(11.073)
Prêmios ganhos	**1.109.843**	**1.027.534**	**1.109.843**	**1.027.534**
Sinistros ocorridos (d)	**(435.727)**	**(935.295)**	**(435.727)**	**(935.295)**
Custo de aquisição (e)	**(26.320)**	**(32.602)**	**(26.320)**	**(32.602)**
Resultado com retrocessão	**(393.016)**	**118.784**	**(393.016)**	**118.784**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	153.461	330.824	153.461	330.824
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(11.036)	(14.709)	(11.036)	(14.709)
Recuperação de IBNR (d)	(170.465)	67.621	(170.465)	67.621
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(448.717)	(260.053)	(448.717)	(260.053)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e)	30.154	21.936	30.154	21.936
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c)	50.715	(28.028)	50.715	(28.028)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e)	1.808	334	1.808	334
Demais resultados com retrocessão (f)	1.064	859	1.064	859
Margem bruta	**254.780**	**178.421**	**254.780**	**178.421**
Outras receitas e despesas operacionais	**(7.896)**	**(6.201)**	**(7.463)**	**(5.715)**
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(11.204)	(6.201)	(10.771)	(5.715)
Provisão de cobertura de crédito (h)	(216)	-	(216)	-
Demais resultados financeiros (h)	3.524	-	3.524	-
Despesas administrativas	**(79.659)**	**(53.564)**	**(81.055)**	**(54.451)**
Participação nos lucros (i)	(5.000)	(5.975)	(5.000)	(5.975)
Despesas com tributos (j)	(1.701)	(1.277)	(2.410)	(1.277)
Demais despesas com tributos (i)	(993)	(1.569)	(993)	(1.569)
Demais despesas administrativas (g)	(61.331)	(44.743)	(62.675)	(45.630)
Demais resultados financeiros (h)	(43)	-	614	-
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(10.591)	-	(10.591)	-
Despesas com tributos	**(29.183)**	**(36.327)**	**(29.183)**	**(36.327)**
Impostos e contribuições (i)	-	(1.051)	-	(1.051)
Despesa com tributos (j)	(29.183)	(35.276)	(29.183)	(35.276)
Resultado operacional	**138.042**	**82.329**	**137.079**	**81.928**
Resultado patrimonial	**14.786**	**12.616**	**7.805**	**12.703**
Demais resultados patrimoniais (h)	14.786	12.535	7.805	12.622
Demais despesas administrativas (g)	-	81	-	81
Resultado financeiro	**161.353**	**201.256**	**174.969**	**201.570**
Juros de custo de aquisição (e)	(10)	583	(10)	583
Juros de prêmios no exterior (a)	17	51	17	51
Juros de prêmios no pais (a)	21	(1.652)	21	(1.652)
Juros de sinistros (d)	(10.034)	(18.822)	(10.034)	(18.822)
Despesas com tributos (j)	(470)	(494)	(470)	(494)
Resultados financeiros (h)	180.056	230.631	193.672	230.945
Demais resultados financeiros (i)	(8.227)	(9.041)	(8.227)	(9.041)
Ganhos com ativos não correntes (h)				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**314.181**	**296.201**	**319.853**	**296.201**
Imposto de renda e contribuição social (i)	(91.506)	(83.828)	(97.178)	(83.828)
Lucro líquido do período	**222.675**	**212.373**	**222.675**	**212.373**

Seção D – Estrutura do grupo

4 Investimentos

4.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Posição Inicial	224.393	-
Aumento capital (i)	383.504	168.466
Lucro de controladoras	14.861	39.321
Ajuste resultado período anterior	-	2.301
Ajuste investimento TVM	1.181	-
Dividendos a pagar	(9.412)	-
Variações cambiais	(454)	(4.157)
Reversão(provisão) de *impairment* (ii)	(98)	18.462
Posição final	**613.975**	**224.393**

(i) Em 29 de fevereiro de 2016, o IRB Brasil RE constituiu o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., subsidiária integral, com escopo a estruturação do sistema de gestão das participações em shopping centers de sua propriedade, a constituição de subsidiárias integrais e a participação no capital de sociedades que tenham por objeto a execução de atividades imobiliárias.

A Companhia possui uma carteira de ativos imobiliários com participação em cinco shopping centers, localizados em quatro diferentes regiões do país, sendo estes empreendimentos bem consolidados no mercado, todos em funcionamento há mais de 20 anos. A participação da Companhia totaliza R$368.214.

Além dos ativos em questão, a Companhia detém participação indireta em quatro subsidiárias integrais, para as quais vem estudando o desenvolvimento de novos empreendimentos e estabelecendo novas parcerias, buscando maior eficiência na exploração dos ativos da Companhia e de suas subsidiárias.

(ii) O IRB Brasil RE recebeu oferta de compra de sua subsidiária situada nos Estados Unidos. O investimento encontra-se em processo de *run-off* e teve 100,0% de *impairment* constituído. No entanto, neste momento, em função da oferta recebida, a Companhia reverteu, parcialmente, o *impairment* constituído anteriormente.

4.2 Participação societária

				Consolidado	
				Percentual	
Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
IRB Internacional	EUA	Holding	Controlada	100,0%	
IRB Investimentos e Participações Imobiliárias	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Santos Dumont (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Chile (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Uso (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Renda (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
BB Ações 22 Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Caixa FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Caixa FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
B.Brasil FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Em 31 de março de 2017					

(*) Controladas diretas do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias

Seção E – Notas explicativas relevantes às informações trimestrais

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa	2	3	2	3
Conta corrente bancária país	181.034	110.937	185.246	114.969
Conta corrente bancária exterior	113.061	102.603	113.061	102.603
	294.097	**213.543**	**298.309**	**217.575**

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações

	Controladora							
	31 de março de 2017							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.928.018	1.924.889	-	-	12,2%	1.924.889
Notas do Tesouro Nacional	-	-	128.668	122.896	-	-	7,6%	122.896
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	1.170	1.170	-	-	-	-		1.170
Letras Financeiras	-	-	-	-	266.636	266.636	12,9%	266.636
Títulos de Renda Variável								
Ações de Empresas Nacionais	30.448	30.448	-	-	-	-		30.448
Prêmios de Opção	2.930	2.930	-	-	-	-		2.930
Quotas de Fundos de Investimento								
Debentures	-	-	12.944	12.983	-	-	13,4%	12.983
Letras Financeiras	-	-	151.108	151.390	-	-	12,8%	151.390
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.350	1.311.612	1.311.063	-	-	12,2%	1.317.413
Notas do Tesouro Nacional	-	-	246.268	247.847	-	-	9,4%	247.847
Operações Compromissadas	711.609	711.609	25.796	25.796	-	-	12,2%	737.405
Outros	67	67	26	26	-	-		93
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	23.001	23.001	-	-	-	-		23.001
Operações Compromissadas	220	220	-	-	-	-	12,2%	220
Outros	98	98	-	-	-	-		98
	769.543	**775.893**	**3.804.440**	**3.796.890**	**266.636**	**266.636**		**4.839.419**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	103.755	103.755	-	-	-	-		103.755
American Deposits Receipt (ii)	-	-	19.035	3.991	-	-		3.991
Títulos da Dívida Soberana (ii)	4.562	4.562	169.996	156.765	-	-	6,9%	161.327
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	957	957	3,8%	957
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	32.791	31.842	-	-	2,5%	31.842
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	74.926	74.926	-	-	-	-	0,4%	74.926
Outras aplicações no exterior	223.646	223.646	-	-	-	-		223.646
	406.889	**406.889**	**221.822**	**192.598**	**957**	**957**		**600.444**
	1.176.432	**1.182.782**	**4.026.262**	**3.989.488**	**267.593**	**267.593**		**5.439.863**
%		21,7%		73,3%		4,9%		100,0%
Circulante		1.182.782		117.090		267.593		1.567.465
Não circulante		-		3.872.398		-		3.872.398

	Controladora							
	31 de dezembro de 2016							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	2.536.934	2.532.669	-	-	13,8%	2.532.669
Letras do Tesouro Nacional	-	-	200	200	-	-	15,8%	200
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	519.445	509.728	-	-	10,5%	509.728
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	773	773	-	-	-	-	-	773
Letras Financeiras	-	-	-	-	258.287	258.287	14,5%	258.287
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	-	-	262.441	250.776	-	-	10,4%	250.776
Quotas de Fundos de Investimento								
Debentures	-	-	11.997	11.986	-	-	15,1%	11.986
Letras Financeiras	-	-	142.816	142.847	-	-	14,3%	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	5.913	6.163	939.072	938.382	-	-	13,8%	944.545
Letras do Tesouro Nacional	-	-	165.539	165.891	-	-	11,6%	165.891
Operações Compromissadas	129.777	129.777	36.647	36.647	-	-	13,6%	166.424
Outros	127	127	20	20	-	-	-	147
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	20.761	20.749	-	-	-	-	-	20.749
Operações Compromissadas	724	724	-	-	-	-	-	724
	158.075	**158.313**	**4.615.111**	**4.589.146**	**258.287**	**258.287**		**5.005.746**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	104.438	104.438	-	-	-	-	24,4%	104.438
American Deposits Receipt (ii)	-	-	19.580	4.283	-	-	6,3%	4.283
Títulos da Dívida Soberana (ii)	5.585	5.585	258.323	226.297	-	-	27,5%	231.882
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	5.264	5.264	4,2%	5.264
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	35.457	34.318	-	-	2,5%	34.318
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	155.119	155.119	-	-	-	-	5,4%	155.119
Outras aplicações no exterior	230.048	230.048	-	-	-	-	-	230.048
	495.190	**495.190**	**313.360**	**264.898**	**5.264**	**5.264**		**765.352**
	653.265	**653.503**	**4.928.471**	**4.854.044**	**263.551**	**263.551**		**5.771.098**
%		11,3%		84,1%		4,6%		100,0%
Circulante		653.503		177.513		5.264		836.280
Não circulante		-		4.676.531		258.287		4.934.818

	Consolidado							
	31 de março de 2017							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	1.928.018	1.924.889	-	-	12,2%	1.924.889
Letras do Tesouro Nacional	24.242	24.242	128.668	122.896	-	-	7,6%	147.138
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debêntures	1.170	1.170	-	-	-	-		1.170
Letras Financeiras	-	-	-	-	266.636	266.636	12,9%	266.636
Títulos de Renda Variável								
Ações de Empresas Nacionais	30.448	30.448						30.448
Prêmios de Opção	2.930	2.930						2.930
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários			40.044	38.037				
Quotas de Fundos de Investimento								
Debêntures	-	-	12.944	12.983	-	-	13,4%	12.983
Letras Financeiras	-	-	151.108	151.390	-	-	12,8%	151.390
Letras Financeiras do Tesouro	6.350	6.350	1.311.612	1.311.063	-	-	12,2%	1.317.413
Notas do Tesouro Nacional	-	-	246.268	247.847	-	-	9,4%	247.847
Operações Compromissadas	711.609	711.609	25.796	25.796	-	-	12,2%	737.405
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusiv	131.628	131.628	-		-	-		131.628
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	23.001	23.001	-	-	-	-		23.001
Operações Compromissadas	220	220	-	-	-	-	12,2%	220
	931.598	**931.598**	**3.844.458**	**3.834.901**	**266.636**	**266.636**		**5.033.135**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	103.755	103.755	-	-	-	-		103.755
American Deposits Receipt (ii)	-	-	19.035	3.991	-	-		3.991
Títulos da Dívida Soberana (ii)	4.562	4.562	169.996	156.765	-	-	6,9%	161.327
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	957	957	3,8%	957
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	32.791	31.842	-	-	2,5%	31.842
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	74.926	74.926	-	-	-	-	0,4%	74.926
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	6.907	6.909	-	-		6.909
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	1.058	1.058	-	-		1.058
Non-U.S. Government	-	-	216	216	-	-		216
Sec Issued by States & Terr.	-	-	1.142	1.147	-	-		1.147
Corporate Securities	-	-	5.632	5.642	-	-		5.642
Short-term Investments	-	-	651	651	-	-		651
Outras aplicações no exterior	223.646	223.646	-	-	-	-		223.646
	406.889	**406.889**	**237.428**	**208.221**	**957**	**957**		**616.067**
	1.338.487	**1.338.487**	**4.081.886**	**4.043.122**	**267.593**	**267.593**		**5.649.202**
%		23,7%		71,6%		4,7%		100,0%
Circulante		1.338.487		122.102		267.593		1.728.182
Não circulante		-		3.921.020		-		3.921.020

	Consolidado							
	31 de dezembro 2016							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	2.536.934	2.532.669	-	-	13,8%	2.532.669
Letras do Tesouro Nacional	-	-	200	200	-	-	15,8%	200
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	519.445	509.728	-	-	10,5%	509.728
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	773	773	-	-	-	-	-	773
Letras Financeiras	-	-	-	-	258.287	258.287	14,5%	258.287
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários			40.044	40.384			10,4%	40.384
Quotas de Fundos de Investimento								
Debentures	-	-	11.997	11.986	-	-	15,1%	11.986
Letras Financeiras	-	-	142.816	142.847	-	-	14,3%	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	5.913	6.163	939.072	938.382	-	-	13,8%	944.545
Letras do Tesouro Nacional	-	-	165.539	165.891	-	-	11,6%	165.891
Operações Compromissadas	130.107	130.097	36.647	36.670	-	-	13,6%	166.767
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	19.754	19.754	-		-	-	-	19.754
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	20.761	20.763	-	-	-	-	-	20.763
Operações Compromissadas	724	724	-	-	-	-	13,6%	724
	178.032	**178.274**	**4.392.694**	**4.378.757**	**258.287**	**258.287**		**4.815.318**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	104.438	104.438	-	-	-	-	24,4%	104.438
American Deposits Receipt (ii)	-	-	19.580	4.283	-	-	6,3%	4.283
Títulos da Divida Soberana (ii)	5.585	5.585	258.323	226.297	-	-	27,5%	231.882
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	5.264	5.264	4,2%	5.264
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	35.457	34.318	-	-	2,5%	34.318
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	155.119	155.119	-	-	-	-	5,4%	155.119
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	7.150	7.108	-	-	-	7.108
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	1.099	1.091	-	-	-	1.091
Non-U.S. Government	-	-	1.292	1.293	-	-	-	1.293
Sec Issued by States & Terr.	-	-	225	224	-	-	-	224
Corporate Securities	-	-	5.980	5.961	-	-	-	5.961
Short-term Investments	-	-	294	294	-	-	-	294
Outras aplicações no exterior	230.048	230.048	-	-	-	-	-	230.048
	495.190	**495.190**	**329.400**	**280.869**	**5.264**	**5.264**		**781.323**
	673.222	**673.464**	**4.722.094**	**4.659.626**	**263.551**	**263.551**		**5.596.641**
%				83,3%		4,7%		100,0%
Circulante		673.464		182.745		5.264		861.473
Não circulante				4.476.881		258.287		4.735.168

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtidos através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) *Brazilian Corporate Bonds*

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da *Bank of America*, em Nova Iorque. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100,0% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) *Corporate Bonds*

Os *Corporate Bonds* são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários no valor de R$ 48.749. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do HSBC, Rabobank e Banco Patagônia, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o Dólar e o Peso.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	31 de março de 2017				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	1.170	-	-	-	1.170
Títulos de Renda Fixa - Variável					
Ações de Empresas Nacionais	30.448	-	-	-	30.448
Prêmios de opção	-	2.930	-	-	2.930
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.280	70	-	6.350
Operações compromissadas	-	711.609	-	-	711.609
Outros	67	-	-	-	67
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	23.001	-	-	-	23.001
Operações compromissadas	-	220	-	-	220
Outros	98	-	-	-	98
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	103.755	-	-	-	103.755
Títulos da Dívida Soberana	-	4.562	-	-	4.562
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	74.926	-	-	74.926
Outras aplicações no exterior	223.646	-	-	-	223.646
	382.185	**800.527**	**70**	**-**	**1.182.782**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.924.889	1.924.889
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	122.896	122.896
Quotas de Fundos de Investimento					
Debêntures	-	816	-	12.167	12.983
Letras Financeiras	-	64.721	12.672	73.997	151.390
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.311.063	1.311.063
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	247.847	247.847
Operações Compromissadas	-	25.796	-	-	25.796
Outros	26	-	-	-	26
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	3.991	-	-	-	3.991
Títulos da Dívida Soberana	-	-	1.460	155.305	156.765
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	3.884	3.724	24.234	31.842
	4.017	**95.217**	**17.856**	**3.872.398**	**3.989.488**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	-	266.636	-	266.636
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	957	-	-	957
	-	**957**	**266.636**	**-**	**267.593**

	Controladora				
	31 de dezembro de 2016				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	773	-	-	-	773
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.909	186	68	6.163
Operações Compromissadas	-	129.777	-	-	129.777
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	20.749	-	-	-	20.749
Operações Compromissadas	-	724	-	-	724
Outros	127	-	-	-	127
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	104.438	-	-	-	104.438
Títulos da Dívida Soberana	-	812	4.773	-	5.585
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	155.119	-	-	155.119
Outras aplicações no exterior	230.048	-	-	-	230.048
	356.135	**292.341**	**4.959**	**68**	**653.503**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.532.669	2.532.669
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	509.728	509.728
Letras do Tesouro Nacional	-	200	-	-	200
Quotas de Fundos de Investimento					
Debêntures	-	1.945	1.464	8.577	11.986
Letras do Tesouro Nacional	-	19.990	-	145.901	165.891
Letras Financeiras	-	1.319	62.578	78.950	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	-	8.426	-	929.956	938.382
Operações Compromissadas	-	36.647	-	-	36.647
Outros	20	-	-	-	20
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					250.776
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	4.283	-	-	-	4.283
Títulos da Dívida Soberana	-	29.361	-	196.936	226.297
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	4.679	4.412	25.227	34.318
	6.492	**102.567**	**68.454**	**4.676.531**	**4.854.044**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	-	-	258.287	258.287
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	5.264	-	-	5.264
	-	**5.264**	**-**	**258.287**	**263.551**

	Consolidado				
	31 de março de 2017				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	1.170	-	-	-	1.170
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	24.242	24.242
Títulos de Renda Variável					
Ações de Empresas Nacionais	30.448	-	-	-	30.448
Prêmios de Opção	-	2.930	-	-	2.930
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.280	70	-	6.350
Operações Compromissadas	-	711.609	-	-	711.609
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	131.628	-	-	-	131.628
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	23.001	-	-	-	23.001
Operações Compromissadas	-	220	-	-	220
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	103.755	-	-	-	103.755
Títulos da Dívida Soberana	-	4.562	-	-	4.562
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	74.926	-	-	74.926
Outras aplicações no exterior	223.646	-	-	-	223.646
	513.648	**800.527**	**70**	**24.242**	**1.338.487**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.924.889	1.924.889
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	122.896	122.896
Quotas de Fundos de Investimento					
Debêntures	-	816	-	12.167	12.983
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	247.847	247.847
Letras Financeiras	-	64.721	12.672	73.997	151.390
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.311.063	1.311.063
Operações Compromissadas	-	25.796	-	-	25.796
Fundos Imobiliários	-	-	-	38.037	38.037
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	3.991	-	-	-	3.991
Títulos da Dívida Soberana	-	-	1.460	155.305	156.765
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	3.884	3.724	24.234	31.842
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	524	1.934	4.451	6.909
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	127	79	852	1.058
Non-U.S. Government	-	-	-	216	216
Sec Issued by States & Terr.	-	160	-	987	1.147
Corporate Securities	-	828	735	4.079	5.642
Short-term Investments	651	-	-	-	651
	4.642	**96.856**	**20.604**	**3.921.020**	**4.043.122**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	-	266.636	-	266.636
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	957	-	-	957
	-	**957**	**266.636**	**-**	**267.593**

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2016				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	773	-	-	-	773
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.909	186	68	6.163
Operações Compromissadas	-	130.097	-	-	130.097
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	19.754	-	-	-	19.754
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	20.763	-	-	-	20.763
Operações Compromissadas	-	724	-	-	724
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	104.438	-	-	-	104.438
Títulos da Dívida Soberana	-	812	4.773	-	5.585
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	155.119	-	-	155.119
Outras aplicações no exterior	230.048	-	-	-	230.048
	375.776	**292.661**	**4.959**	**68**	**673.464**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.532.669	2.532.669
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	509.728	509.728
Letras do Tesouro Nacional	-	200	-	-	200
Quotas de Fundos de Investimento					
Debêntures	-	1.945	1.464	8.577	11.986
Letras do Tesouro Nacional	-	19.990	-	145.901	165.891
Letras Financeiras	-	1.319	62.578	78.950	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	-	8.426	-	929.956	938.382
Operações Compromissadas	-	36.670	-	-	36.670
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					40.384
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	4.283	-	-	-	4.283
Títulos da Dívida Soberana	-	29.361	-	196.936	226.297
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	4.679	4.412	25.227	34.318
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	637	1.712	4.759	7.108
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	212	879	1.091
Non-U.S. Government	-	411	-	882	1.293
Sec Issued by States & Terr.	-	-	-	224	224
Corporate Securities	-	393	1.466	4.102	5.961
Short-term Investments	294				294
	6.870	**104.031**	**71.844**	**4.476.881**	**4.659.626**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	-	-	258.287	258.287
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	5.264	-	-	5.264
	-	**5.264**	**-**	**258.287**	**263.551**

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

				Controladora
Movimentação das aplicações financeiras	**Valor justo por meio do resultado**	**Disponível para venda**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	653.503	4.854.044	263.551	5.771.098
Aplicações	878.071	523.603	-	1.401.674
Rendimento resgate	(2.908)	(223.649)	(47)	(226.604)
Principal resgate	(353.037)	(1.327.541)	(4.130)	(1.684.708)
Resultado financeiro	13.898	134.923	8.370	157.191
Ajuste a valor de mercado	-	37.653	-	37.653
Oscilação cambial	(6.745)	(9.545)	(151)	(16.441)
Saldos em 31 de março de 2017	**1.182.782**	**3.989.488**	**267.593**	**5.439.863**

Movimentação das aplicações financeiras	**Valor justo por meio do resultado**	**Disponível para venda**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	990.521	5.006.493	250.262	6.247.276
Aplicações	3.659.342	4.908.967	-	8.568.309
Rendimento resgate	(39.059)	(63.026)	(649)	(102.734)
Principal resgate	(3.918.493)	(5.621.694)	(17.226)	(9.557.413)
Resultado financeiro	86.303	620.001	34.196	740.500
Ajuste a valor de mercado	-	87.282	-	87.282
Oscilação cambial	(125.111)	(83.979)	(3.032)	(212.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**653.503**	**4.854.044**	**263.551**	**5.771.098**

				Consolidado
Movimentação das aplicações financeiras	**Valor justo por meio do resultado**	**Disponível para venda**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	673.464	4.659.626	263.551	5.596.641
Aplicações	1.154.979	787.236	-	1.942.215
Rendimento resgate	(2.908)	(223.649)	(47)	(226.604)
Principal resgate	(503.349)	(1.328.636)	(4.130)	(1.836.115)
Resultado financeiro	27.253	134.923	8.370	170.546
Ajuste a valor de mercado	-	20.347	-	20.347
Oscilação cambial	(10.952)	(6.725)	(151)	(17.828)
Saldos em 31 de março de 2017	**1.338.487**	**4.043.122**	**267.593**	**5.649.202**

Movimentação das aplicações financeiras	**Valor justo por meio do resultado**	**Disponível para venda**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	990.923	4.929.454	250.262	6.170.639
Aplicações	3.683.196	4.923.363	-	8.606.559
Rendimento resgate	(39.059)	(63.026)	(649)	(102.734)
Principal resgate	(3.923.573)	(5.749.733)	(17.226)	(9.690.532)
Resultado financeiro	86.754	620.001	34.196	740.951
Ajuste a valor de mercado	-	87.282	-	87.282
Oscilação cambial	(125.111)	(87.255)	(3.032)	(215.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**673.130**	**4.660.086**	**263.551**	**5.596.767**

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do país e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	1.905.777	1.828.380	1.905.777	1.822.044
Operações com resseguradoras (7.2.2)	746.412	610.377	746.412	558.334
Outros créditos operacionais	49.367	56.358	49.381	57.007
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(68.298)	(66.045)	(68.298)	(66.045)
	2.633.258	**2.429.070**	**2.633.272**	**2.371.340**
Não circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	29.754	31.392	29.754	31.392
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(29.754)	(31.392)	(29.754)	(31.392)
	-	**-**	**-**	**-**
	2.633.258	**2.429.070**	**2.633.272**	**2.371.340**

7.2 Movimentação

7.2.1 Operações com seguradoras

	Controladora				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.001.928**	**427.444**	**305.437**	**124.963**	**1.859.772**
Prêmios a receber	475.310	155.784	6.775	-	637.869
Recebimentos	(519.095)	(84.034)	(14.589)	-	(617.718)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	55.219	55.219
Variação cambial	5.608	(955)	(3.852)	(412)	389
Saldos em 31 de março de 2017	**963.751**	**498.239**	**293.771**	**179.770**	**1.935.531**
Circulante					1.905.777
Não circulante					29.754
					1.935.531

	Controladora				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.016.800**	**398.701**	**275.431**	**153.849**	**1.844.781**
Prêmios a receber	851.590	518.680	72.780	-	1.443.050
Recebimentos	(817.611)	(471.815)	(14.944)	-	(1.304.370)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	(28.135)	(28.135)
Variação cambial	(48.851)	(18.122)	(27.830)	(751)	(95.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.001.928**	**427.444**	**305.437**	**124.963**	**1.859.772**
Circulante					1.828.380
Não circulante					31.392
					1.859.772

	Consolidado				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.001.928**	**427.444**	**305.437**	**118.627**	**1.853.436**
Prêmios a receber	475.310	155.784	6.775	-	637.869
Recebimentos	(519.095)	(84.034)	(14.589)	-	(617.718)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	55.219	55.219
Variação cambial	5.608	(955)	(3.852)	(412)	389
Saldos em 31 de março de 2017	**963.751**	**498.239**	**293.771**	**173.434**	**1.929.195**
Circulante					1.905.777
Não circulante					29.754
					1.935.531

	Consolidado				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.016.800**	**398.701**	**275.431**	**153.849**	**1.844.781**
Prêmios a receber	851.590	518.680	72.780	-	1.443.050
Recebimentos	(817.611)	(471.815)	(14.944)	-	(1.304.370)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	(34.471)	(34.471)
Variação cambial	(48.851)	(18.122)	(27.830)	(751)	(95.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.001.928**	**427.444**	**305.437**	**118.627**	**1.853.436**
Circulante					1.822.044
Não circulante					31.392
					1.853.436

7.2.2 Operações com resseguradoras

	Controladora			
	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	294.121	312.215	4.041	610.377
Prêmios a receber	264.344	-	-	264.344
Recebimentos	(118.821)	-	-	(118.821)
Recuperação de sinistros	-	(6.002)	-	(6.002)
Variação cambial	3.052	(5.352)	(3)	(2.303)
Outros créditos	-	-	(1.183)	(1.183)
Saldos em 31 de março de 2017	**442.696**	**300.861**	**2.855**	**746.412**

	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172.823	231.023	(388)	403.458
Prêmios a receber	353.024	-	-	353.024
Recebimentos	(198.440)	-	-	(198.440)
Recuperação de sinistros	-	215.535	-	215.535
Variação cambial	(33.286)	(134.343)	(202)	(167.831)
Outros créditos	-	-	4.631	4.631
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**294.121**	**312.215**	**4.041**	**610.377**

	Consolidado			
	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	294.121	260.172	4.041	558.334
Prêmios a receber	264.344	-	-	264.344
Recebimentos	(118.821)	-	-	(118.821)
Recuperação de sinistros	-	(6.002)	-	(6.002)
Variação cambial	3.052	(5.352)	(3)	(2.303)
Outros créditos	-	-	(1.183)	(1.183)
Saldos em 31 de março de 2017	**442.696**	**248.818**	**2.855**	**694.369**

	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172.823	231.023	(388)	403.458
Prêmios a receber	353.024	-	-	353.024
Recebimentos	(198.440)	-	-	(198.440)
Recuperação de sinistros	-	163.492	-	163.492
Variação cambial	(33.286)	(134.343)	(202)	(167.831)
Outros créditos	-	-	4.631	4.631
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**294.121**	**260.172**	**4.041**	**558.334**

7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

			Controladora	
Aging	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
A vencer	2.112.105	(898.154)	(15.475)	1.198.476
Vencidos até 30 dias	136.953	(77.897)	(2.552)	56.504
Vencidos entre 31 e 60 dias	87.646	(47.921)	(1.167)	38.558
Vencidos entre 61 e 120 dias	100.856	(70.444)	(1.808)	28.604
Vencidos entre 121 e 180 dias	64.919	(27.596)	(2.614)	34.709
Vencidos entre 181 e 365 dias	51.830	(41.343)	(1.497)	8.990
Vencidos acima de 365 dias	177.001	(175.602)	(72.939)	(71.540)
	2.731.310	**(1.338.957)**	**(98.052)**	**1.294.301**

			Consolidado	
Aging	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
A vencer	2.112.105	(898.154)	(15.475)	1.198.476
Vencidos até 30 dias	136.953	(77.897)	(2.552)	56.504
Vencidos entre 31 e 60 dias	87.646	(47.921)	(1.167)	38.558
Vencidos entre 61 e 120 dias	100.856	(70.444)	(1.808)	28.604
Vencidos entre 121 e 180 dias	64.919	(27.596)	(2.614)	34.709
Vencidos entre 181 e 365 dias	51.830	(41.343)	(1.497)	8.990
Vencidos acima de 365 dias	177.015	(175.861)	(72.939)	(71.785)
	2.731.324	**(1.339.216)**	**(98.052)**	**1.294.056**

Para os saldos das contas a pagar e a receber, vencidos e a vencer, no valor de R$ 1.392.353 na controladora e R$ 1.392.108 no consolidado, foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R$ 98.052, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação país e exterior e partes relacionadas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas

8.1 Sinistros – retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	31 de março de 2017			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	814.536	78.596	226.553	1.119.685
Riscos especiais	33.780	256	9.237	43.273
Responsabilidades	210.073	27.324	25.518	262.915
Cascos	338.203	6.772	66.102	411.077
Automóveis	1.558	4.270	484	6.312
Transportes	152.860	1.058	23.086	177.004
Riscos financeiros	103.805	4.781	104.514	213.100
Crédito	7.318	3.098	6.448	16.864
Pessoas	26.987	1.320	9.244	37.551
Habitacional	152	-	268	420
Rural	14.876	4.535	6.672	26.083
Marítimo	8.621	401	4.788	13.810
Aeronáutico	120.052	-	57.008	177.060
Outros	20.975	-	3.842	24.817
	1.853.796	**132.411**	**543.764**	**2.529.971**

	Controladora			
	31 de dezembro de 2016			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	924.990	75.251	267.845	1.268.086
Riscos especiais	35.502	258	9.365	45.125
Responsabilidades	211.533	27.482	31.244	270.259
Cascos	354.055	6.826	127.837	488.718
Automóveis	1.825	4.269	713	6.807
Transportes	155.033	996	21.444	177.473
Riscos financeiros	148.927	4.674	108.566	262.167
Crédito	9.637	2.842	6.342	18.821
Pessoas	22.513	1.285	11.723	35.521
Habitacional	153	-	232	385
Rural	5.620	4.427	8.897	18.944
Marítimo	8.293	413	3.791	12.497
Aeronáutico	113.369	-	120.575	233.944
Outros	27.834	-	6.008	33.842
	2.019.284	**128.723**	**724.582**	**2.872.589**

	Consolidado			
	31 de março de 2017			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	814.536	78.596	226.553	1.119.685
Riscos especiais	33.780	256	9.237	43.273
Responsabilidades	210.073	27.324	25.518	262.915
Cascos	338.203	6.772	66.102	411.077
Automóveis	1.558	4.270	484	6.312
Transportes	152.860	1.058	23.086	177.004
Riscos financeiros	103.805	4.781	104.514	213.100
Crédito	7.318	3.098	6.448	16.864
Pessoas	26.987	1.320	9.244	37.551
Habitacional	152	-	268	420
Rural	14.876	4.535	6.672	26.083
Marítimo	8.621	401	4.788	13.810
Aeronáutico	120.052	-	57.008	177.060
Outros	48.923	-	3.842	52.765
	1.881.744	**132.411**	**543.764**	**2.557.919**

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2016			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	924.990	75.251	267.845	1.268.086
Riscos especiais	35.502	258	9.365	45.125
Responsabilidades	211.533	27.482	31.244	270.259
Cascos	354.057	6.826	127.837	488.720
Automóveis	1.825	4.269	713	6807
Transportes	155.033	996	21.444	177.473
Riscos financeiros	148.927	4.674	108.566	262.167
Crédito	9.637	2.842	6.342	18.821
Pessoas	22.513	1.285	11.723	35.521
Habitacional	153	-	232	385
Rural	5.620	4.427	8.897	18.944
Marítimo	8.293	413	3.791	12.497
Aeronáutico	113.369	-	120.575	233.944
Outros	57.534	-	6.008	63.542
	2.048.986	**128.723**	**724.582**	**2.902.291**

8.1.1 Movimentação

	Controladora		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.148.007	724.582	2.872.589
Liquidação de sinistros	(414.263)	(190.067)	(604.330)
Constituição de provisão de sinistros	252.463	9.249	261.712
Saldos em 31 de março de 2017	**1.986.207**	**543.764**	**2.529.971**

	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.945.238	531.023	3.476.261
Liquidação de sinistros	(2.862.926)	(103.261)	(2.966.187)
Constituição de provisão de sinistros	2.065.695	296.820	2.362.515
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.148.007**	**724.582**	**2.872.589**

	Consolidado		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.177.709	724.582	2.902.291
Liquidação de sinistros	(416.017)	(190.067)	(606.084)
Constituição de provisão de sinistros	252.463	9.249	261.712
Saldos em 31 de março de 2017	**2.014.155**	**543.764**	**2.557.919**

	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.987.063	531.023	3.518.086
Liquidação de sinistros	(2.862.926)	(103.261)	(2.966.187)
Constituição de provisão de sinistros	2.053.572	296.820	2.350.392
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.177.709**	**724.582**	**2.902.291**

8.2 Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado						
	31 de março de 2017						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	253.705	67.343	34.847	(11.708)	(4.447)	(2.479)	337.261
Riscos especiais	108.353	17.094	23.251	(7.154)	(427)	(1.295)	139.822
Responsabilidades	43.773	16.283	3.942	(2.037)	(2.267)	(428)	59.266
Cascos	39	-	57	(1)	-	(2)	93
Automóveis	1.643	955	50	(74)	(33)	(3)	2.538
Transportes	11.836	9.808	13.305	(612)	(972)	(1.811)	31.554
Riscos financeiros	13.195	220	3.167	(979)	(61)	(649)	14.893
Crédito	-	-	1	-	-	-	1
Pessoas	16.287	259	2.099	(786)	(29)	(345)	17.485
Rural	15.492	4.446	630	(2.349)	(1.607)	(156)	16.456
Marítimo	13.175	10.729	3.683	(366)	(342)	(173)	26.706
Aeronáutico	23.485	6.366	6.039	(56)	(14)	(149)	35.671
Outros	33.379	2.748	-	(1.229)	(440)	-	34.458
	534.362	**136.251**	**91.071**	**(27.351)**	**(10.639)**	**(7.490)**	**716.204**

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	223.844	71.019	33.180	(11.614)	(7.488)	(2.464)	306.477
Riscos especiais	124.587	4.949	22.558	(9.159)	(49)	(1.268)	141.618
Responsabilidades	23.686	7.624	5.102	(2.250)	(1.266)	(599)	32.297
Cascos	54	-	-	(2)	-	-	52
Automóveis	1.524	876	59	(69)	(39)	(3)	2.348
Transportes	13.134	1.330	13.350	(721)	(69)	(1.696)	25.328
Riscos financeiros	20.042	547	4.474	(1.130)	(226)	(820)	22.887
Pessoas	12.587	-	1.824	(738)	-	(280)	13.393
Rural	2.876	4.245	227	(1.003)	(1.520)	(68)	4.757
Marítimo	10.937	5.726	3.113	(436)	(286)	(155)	18.899
Aeronáutico	31.207	10.764	6.011	(12)	(3)	(169)	47.798
Outros	56.323	2.980	-	(1.321)	(855)	-	57.127
	520.801	**110.060**	**89.898**	**(28.455)**	**(11.801)**	**(7.522)**	**672.981**

8.2.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	520.801	110.060	89.898	(28.455)	(11.801)	(7.522)	672.981
Diferimento pelo risco	(124.128)	(55.521)	(2.288)	5.140	5.360	137	(171.300)
Constituição	137.689	81.712	3.461	(4.036)	(4.198)	(105)	214.523
Saldos em 31 de março de 2017	**534.362**	**136.251**	**91.071**	**(27.351)**	**(10.639)**	**(7.490)**	**716.204**

	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	621.934	46.621	98.853	(36.201)	(6.910)	(8.234)	716.063
Diferimento pelo risco	(379.430)	(47.139)	(34.153)	18.345	8.919	1.947	(431.511)
Constituição	278.297	110.578	25.198	(10.599)	(13.810)	(1.235)	388.429
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**520.801**	**110.060**	**89.898**	**(28.455)**	**(11.801)**	**(7.522)**	**672.981**

8.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e a provisão de despesas relacionadas, constituem coberturas das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimonial	4.389	5.623
Riscos especiais	211	237
Responsabilidades	3.743	4.473
Cascos	3.090	3.913
Automóveis	9	29
Transportes	180	181
Riscos financeiros	267	319
Crédito	4	6
Pessoas	49	59
Rural	6	8
Marítimo	23	15
Aeronáutico	1.970	2.518
	13.941	**17.381**

9 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante				
Valores a receber de shopping centers/ Imóveis	-	-	32.547	28.456
Valores a receber de acordos judiciais(**)	3.687	3.580	3.687	3.580
Valores a receber - despesas médicas/ INSS/ aposentados	303	278	303	278
Adiantamento a fornecedores	1.881	2.192	1.881	2.192
Adiantamento a funcionários	2.517	440	2.517	440
Dividendos a receber	9.413	-	-	-
Outros	300	304	5.328	430
Total circulante	**18.101**	**6.794**	**46.263**	**35.376**
Não circulante				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	16.063	15.987	16.063	15.987
Valores a receber de acordos judiciais (**)	11.061	15.872	11.618	10.741
Outros	4.924	-	-	-
Total não circulante	**32.048**	**31.859**	**27.681**	**26.728**
	50.149	**38.653**	**73.944**	**62.104**

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta da ação relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA.

(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10 Créditos tributários e previdenciários

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	Controladora	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	78.024	96.660
Imposto de renda retido na fonte	3.985	4.944
Impostos a compensar/recuperar	26	25
	82.035	**101.629**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	170.883	165.066
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (**)	348.429	351.907
	519.312	**516.973**
	601.347	**618.602**

	Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	78.024	96.660
Imposto de renda retido na fonte	5.513	4.964
Impostos a compensar/recuperar	26	25
	83.563	**101.649**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	170.883	165.066
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (**)	348.429	351.907
	519.312	**516.973**
	602.875	**618.622**

(*) Referem-se principalmente a pagamentos a maior referentes a PIS (R$ 60.973) e COFINS (R$ 182.923), oriundos da ação de alargamento de base, cujo o trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. Estes créditos têm sido utilizados pela Companhia a fim de liquidar os débitos mensais dos tributos diretos (PIS e COFINS). Durante o trimestre foram compensados R$ 18.636.

(**) A Medida Provisória nº 675 de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota de Contribuição Social para 20,0% com vigência a partir de 1° de setembro de 2015.

10.1.1 Créditos tributários sobre diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2017		31 de dezembro de 2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Créditos tributários diferenças temporárias				
Provisões trabalhistas (a)	405.129	405.129	381.694	381.694
Provisão para desvalorização do investimento (b)	220.344	220.344	221.121	221.121
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	188.262	188.262	189.677	189.677
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d)	140.463	140.463	132.236	132.236
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	36.773	36.773	74.427	74.427
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(49.178)	(49.178)	(53.508)	(53.508)
Provisão para contingências trabalhistas (d)	53.420	53.420	51.445	51.445
Ajuste a valor de mercado - investimento	(41.882)	(41.882)	(47.234)	(47.234)
Atualização de depósitos judiciais fiscais/trabalhistas	(172.088)	(172.088)	(160.800)	(160.800)
Outras provisões	14.776	14.776	15.062	15.062
Base de cálculo	**796.019**	**796.019**	**804.120**	**804.120**
Alíquota nominal vigente	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
Crédito tributário diferenças temporárias	**199.004**	**149.425**	**201.031**	**150.876**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25,0% e 20,0%, respectivamente. Para as diferenças temporárias que serão realizadas a partir de 1° de janeiro de 2019, a Companhia utilizou a alíquota de 15,0% para constituição da contribuição social diferida.

(a) A consumação do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas e considera as expectativas da Administração quanto à realização do ativo.

(b) Referem-se às provisões para perda das aplicações financeiras "*Brazilian Bonds*", "BB *Securities*" e "Banco Econômico". A primeira e a segunda encontram-se em *default* e a aplicação do Banco Econômico encontra-se em litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da Administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

11 Imóveis destinados à renda

	Controladora			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	7.879	7.879
Em 31 de março de 2017	**-**	**-**	**7.879**	**7.879**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	(1.733)	(1.733)
Depreciação	-	-	(79)	(79)
Em 31 de março de 2017	**-**	**-**	**(1.812)**	**(1.812)**
Saldo contábil, líquido	**-**	**-**	**6.067**	**6.067**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.489	672	171.561	188.722
Benfeitorias	-	-	775	775
Transferência de ativos para controlada (*)	(16.489)	(672)	(164.457)	(181.618)
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**7.879**	**7.879**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(672)	(13.619)	(14.291)
Depreciação	-	-	(1.119)	(1.119)
Transferência de ativos para controlada (*)	-	672	13.005	13.677
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**(1.733)**	**(1.733)**
Saldo contábil, líquido	**-**	**-**	**6.146**	**6.146**

(*) Os ativos foram transferidos para a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. a valor de custo, líquidos de depreciação acumulada a título de integralização do capital.

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.447	763	385.406	402.616
Aquisição (*)	-	-	24.426	24.426
Em 31 de março de 2017	**16.447**	**763**	**409.832**	**427.042**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(763)	(17.192)	(17.955)
Depreciação	-	-	(840)	(840)
Em 31 de março de 2017	**-**	**(763)**	**(18.032)**	**(18.795)**
Saldo contábil, líquido	**16.447**	**-**	**391.800**	**408.247**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.489	672	270.692	287.853
Aquisição (*)	-	-	111.366	111.366
Benfeitorias	-	-	4.727	4.727
Alienação	(42)	91	(1.379)	(1.330)
Em 31 de dezembro de 2016	**16.447**	**763**	**385.406**	**402.616**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(672)	(13.619)	(14.291)
Depreciação	-	-	(3.298)	(3.298)
Alienação	-	(91)	(275)	(366)
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(763)**	**(17.192)**	**(17.955)**
Saldo contábil, líquido	**16.447**	**-**	**368.214**	**384.661**

(*) Valor de R$ 24.426 e 111.366 referente a aquisição de participação no Estacionamento do Internacional Shopping Guarulhos – Fundo de Investimento Imobiliário Parking Partners.

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e respectivas benfeitorias realizadas no trimestre findo em 31 de março de 2017:

		Benfeitorias realizadas	
		31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
	Investimento percentual	Benfeitoria realizadas	Benfeitoria realizadas
Park Shopping - Brasília	20,0%	-	444
Esplanada - Sorocaba	15,0%	23	100
Praia de Belas - Porto Alegre	20,0%	33	71
Minas Shopping - Belo Horizonte	19,0%	-	144
Shopping Barra - Salvador	20,0%	54	16
Saldo contábil das benfeitorias em shopping center ativos		**110**	**775**
Devolução de benfeitorias			
Park Shopping - Brasília		-	-
Saldo contábil líquido das benfeitorias em shopping center ativos		**110**	**775**

Os investimentos em shopping center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável, cujo valor de mercado está avaliado em R$ 468.137 em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pela Companhia nos seguintes exercícios:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Até um ano	42.322	40.406
Entre um e cinco anos	144.447	136.681
Acima de cinco anos	133.435	127.904
Total	**320.204**	**304.991**

12 Imobilizado

						Controladora	
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.882	47.995	3.540	9.365	15.578	115	98.475
Adições	-	2.114	-	-	9.322	-	11.436
Em 31 de março de 2017	**21.882**	**50.109**	**3.540**	**9.365**	**24.900**	**115**	**109.911**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.942)	(34.602)	(1.700)	(5.481)	(18)	(13)	(51.756)
Depreciação	(174)	(1.344)	(173)	(157)	(128)	(6)	(1.982)
Em 31 de março de 2017	**(10.116)**	**(35.946)**	**(1.873)**	**(5.638)**	**(146)**	**(19)**	**(53.738)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.766**	**14.163**	**1.667**	**3.727**	**24.754**	**96**	**56.173**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.867	44.096	3.540	8.509	1.354	629	81.995
Adições	-	3.899	-	212	14.926	115	19.152
Baixas	(2.019)	-	-	(24)	-	(629)	(2.672)
Transferências	34	-	-	668	(702)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	**21.882**	**47.995**	**3.540**	**9.365**	**15.578**	**115**	**98.475**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.851)	(29.152)	(1.008)	(4.965)	-	(114)	(46.090)
Depreciação	(696)	(5.450)	(692)	(540)	(18)	(107)	(7.503)
Baixas	1.605	-	-	24	-	208	1.837
Em 31 de dezembro de 2016	**(9.942)**	**(34.602)**	**(1.700)**	**(5.481)**	**(18)**	**(13)**	**(51.756)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.940**	**13.393**	**1.840**	**3.884**	**15.560**	**102**	**46.719**

						Consolidado	
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.882	47.995	3.540	9.365	15.578	115	98.475
Adições	-	2.114	-	-	9.381	-	11.495
Em 31 de março de 2017	**21.882**	**50.109**	**3.540**	**9.365**	**24.959**	**115**	**109.970**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.942)	(34.602)	(1.700)	(5.481)	(18)	(13)	(51.756)
Depreciação	(174)	(1.344)	(173)	(157)	(128)	(6)	(1.982)
Em 31 de março de 2017	**(10.116)**	**(35.946)**	**(1.873)**	**(5.638)**	**(146)**	**(19)**	**(53.738)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.766**	**14.163**	**1.667**	**3.727**	**24.813**	**96**	**56.232**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.867	44.096	3.540	8.509	1354	629	81.995
Adições	-	3.899	-	212	14.926	115	19.152
Baixas	(2.019)	-	-	(24)	-	(629)	(2.672)
Transferências	34	-	-	668	(702)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	**21.882**	**47.995**	**3.540**	**9.365**	**15.578**	**115**	**98.475**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.851)	(29.152)	(1.008)	(4.965)	-	(114)	(46.090)
Depreciação	(696)	(5.450)	(692)	(540)	(18)	(107)	(7.503)
Baixas	1.605	-	-	24	-	208	1.837
Em 31 de dezembro de 2016	**(9.942)**	**(34.602)**	**(1.700)**	**(5.481)**	**(18)**	**(13)**	**(51.756)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.940**	**13.393**	**1.840**	**3.884**	**15.560**	**102**	**46.719**

13 Intangível

	Controladora e Consolidado		
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	127.977	2.073	130.050
Adições	2.062	355	2.417
Transferências	(1.592)	1.592	-
Em 31 de março de 2017	**128.447**	**4.020**	**132.467**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(67.774)	-	(67.774)
Amortização	(5.109)	-	(5.109)
Em 31 de março de 2017	**(72.883)**	**-**	**(72.883)**
Saldo contábil, líquido	**55.564**	**4.020**	**59.584**
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	107.330	2.266	109.596
Adições	18.662	1.792	20.454
Transferências	1.985	(1.985)	-
Em 31 de dezembro de 2016	**127.977**	**2.073**	**130.050**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(46.239)	-	(46.239)
Amortização	(21.535)	-	(21.535)
Em 31 de dezembro de 2016	**(67.774)**	**-**	**(67.774)**
Saldo contábil, líquido	**60.203**	**2.073**	**62.276**

14 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego

14.1 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores	15.044	16.825	15.733	16.825
Dividendos	419.389	5.657	428.802	5.657
Juros sobre capital próprio	61.476	51.653	61.476	51.653
Participações nos lucros	23.842	18.842	23.842	18.842
Remuneração do pessoal-chave da administração	22.495	14.442	22.495	14.442
Outros	791	7.521	7.724	8.832
	543.037	**114.940**	**560.072**	**116.251**
Circulante	**542.727**	**114.630**	**551.889**	**115.941**
Não circulante	**310**	**310**	**8.183**	**310**

14.2 Provisão para benefícios pós-emprego

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Benefício - pós emprego - Aposentadoria (i)	170.960	175.694
Benefício - pós emprego - Plano médico (ii)	230.796	203.214
Benefício - pós emprego - Seguro de vida (iii)	1.702	1.321
Benefício - pós emprego - Auxílio funeral (iv)	1.671	1.465
	405.129	**381.694**
Circulante	**32.948**	**32.771**
Não circulante	**372.181**	**348.923**
	405.129	**381.694**

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos. Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$ 2.640,80 para funeral com cremação.

15 Provisões para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
IRPJ a pagar	2.832	8.433	2.832	9.185
CSLL a pagar	4.195	8.900	4.195	9.177
PIS/COFINS a pagar	8.534	-	8.534	128
Total	**15.561**	**17.333**	**15.561**	**18.490**

16 Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

16.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Operações com seguradoras	256.214	269.827	256.214	269.827
Operações com resseguradoras	999.949	861.092	1.000.208	861.092
Corretores de resseguros, retrocessões e outros	52.449	49.117	52.449	49.383
Outros débitos operacionais	30.345	29.766	30.345	31.350
	1.338.957	**1.209.802**	**1.339.216**	**1.211.652**

16.2 Movimentação

16.2.1 Operação com seguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	361	269.388	78	269.827
Prêmios e juros de retrocessão pagos	-	-	-	-
Sinistro de resseguro a pagar	-	59.649	-	59.649
Sinistro de resseguro pagos	-	(77.489)	-	(77.489)
Outros a pagar	-	-	61	61
Outros pagos	-	-	(6)	(6)
Variação cambial	(10)	4.183	(1)	4.172
Saldos em 31 de março de 2017	**351**	**255.731**	**132**	**256.214**

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	751	155.137	194	156.082
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(186)	-	-	(186)
Sinistro de resseguro a pagar	-	249.219	-	249.219
Sinistro de resseguro pagos	-	(129.807)	-	(129.807)
Outros a pagar	-	-	70	70
Outros pagos	-	-	(141)	(141)
Variação cambial	(204)	(5.161)	(45)	(5.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**361**	**269.388**	**78**	**269.827**

16.2.2 Operação com resseguradoras

	Controladora			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	743.584	109.381	8.127	861.092
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	351.991	-	-	351.991
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(257.038)	-	-	(257.038)
Sinistro de resseguro a pagar	-	68.044	-	68.044
Sinistro de resseguro pagos	-	(25.640)	-	(25.640)
Outros a pagar	-	-	1.156	1.156
Outros pagos	-	-	(4.062)	(4.062)
Variação cambial	765	3.424	217	4.406
Saldo em 31 de março de 2017	**839.302**	**155.209**	**5.438**	**999.949**

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	660.583	8.671	7.505	676.759
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	609.701	-	-	609.701
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(475.891)	-	-	(475.891)
Sinistro de resseguro a pagar	-	150.131	-	150.131
Sinistro de resseguro pagos	-	(55.260)	-	(55.260)
Outros a pagar	-	-	8.243	8.243
Outros pagos	-	-	(7.264)	(7.264)
Variação cambial	(50.809)	5.839	-357	(45.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**743.584**	**109.381**	**8.127**	**861.092**

	Consolidado			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	743.584	109.381	8.127	861.092
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	351.991	-	-	351.991
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(257.038)	-	-	(257.038)
Sinistro de resseguro a pagar	-	68.303	-	68.303
Sinistro de resseguro pagos	-	(25.640)	-	(25.640)
Outros a pagar	-	-	1.156	1.156
Outros pagos	-	-	(4.062)	(4.062)
Variação cambial	765	3.424	217	4.406
Saldo em 31 de março de 2017	**839.302**	**155.468**	**5.438**	**1.000.208**

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	660.762	8.708	7.608	677.078
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	609.522	-	-	609.522
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(475.891)	-	-	(475.891)
Sinistro de resseguro a pagar	-	150.094	-	150.094
Sinistro de resseguro pagos	-	(55.260)	-	(55.260)
Outros a pagar	-	-	8.140	8.140
Outros pagos	-	-	(7.264)	(7.264)
Variação cambial	(50.809)	5.839	(357)	(45.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**743.584**	**109.381**	**8.127**	**861.092**

17 Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Até 30 dias	41.449	31.237
Entre 31 e 60 dias	7.528	10.261
Entre 61 e 120 dias	5.496	7.882
Entre 121 e 180 dias	5.440	5.263
Entre 181 e 365 dias	5.595	3.322
Acima de 365 dias	4.003	1.998
	69.511	**59.963**

18 Provisões técnicas

18.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	Controladora e Consolidado						
	31 de março de 2017						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	482.443	113.710	72.035	(34.596)	(19.691)	(6.413)	**607.488**
Riscos especiais	141.918	17.993	28.037	(13.287)	-	(1.897)	**172.764**
Responsabilidades	60.677	19.745	5.905	(3.697)	(2.586)	(561)	**79.483**
Cascos	412	-	361	(17)	-	(14)	**742**
Automóveis	4.939	2.667	272	(893)	(467)	(68)	**6.450**
Transportes	36.406	14.640	25.814	(4.345)	(1.949)	(3.093)	**67.473**
Riscos financeiros	112.471	37.498	18.813	(38.654)	(16.044)	(6.703)	**107.381**
Créditos	-	-	4	-	-	(3)	**1**
Pessoas	35.619	3.794	12.713	(36.015)	(584)	(2.223)	**13.304**
Habitacional	5.264	4.903	2.193	(455)	(1.026)	(434)	**10.445**
Rural	110.386	56.612	10.296	(25.964)	(14.105)	(2.477)	**134.748**
Marítimos	38.878	14.912	10.244	(3.434)	(836)	(882)	**58.882**
Aeronáuticos	39.214	10.463	12.904	(3.410)	(1.255)	(1.219)	**56.697**
Outros	277.960	187.713	-	(55.427)	(45.130)	-	**365.116**
	1.346.587	**484.650**	**199.591**	**(220.194)**	**(103.673)**	**(25.987)**	**1.680.974**

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	455.104	118.258	77.413	(37.576)	(15.043)	(9.154)	589.002
Riscos especiais	170.434	8.343	32.006	(15.774)	-	(2.721)	192.288
Responsabilidades	43.252	9.609	8.659	(4.736)	(1.535)	(852)	54.397
Cascos	552	-	-	(28)	-	-	524
Automóveis	4.475	2.585	396	(688)	(466)	(109)	6.193
Transportes	37.962	4.541	30.105	(3.618)	(854)	(3.623)	64.513
Riscos financeiros	119.368	43.205	22.908	(38.670)	(18.695)	(7.893)	120.223
Crédito	-	-	2	-	-	-	2
Pessoas	34.538	2.481	10.290	(37.360)	(624)	(1.724)	7.601
Habitacional	2.718	4.691	1.206	(186)	(947)	(236)	7.246
Rural	143.228	75.583	5.678	(34.247)	(18.411)	(1.371)	170.460
Marítimo	37.671	13.261	11.002	(3.450)	(728)	(1.162)	56.594
Aeronáutico	43.826	14.215	20.721	(3.390)	(994)	(2.621)	71.757
Outros	232.829	157.204	-	(44.605)	(37.265)	-	308.163
	1.325.957	**453.976**	**220.386**	**(224.328)**	**(95.562)**	**(31.466)**	**1.648.963**

18.1.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.325.957	453.976	220.386	(224.328)	(95.562)	(31.466)
Diferimento pelo risco	(93.233)	(72.279)	(22.784)	28.071	13.687	5.701
Constituição	113.863	102.953	1.989	(23.937)	(21.798)	(222)
Saldos em 31 de março de 2017	**1.346.587**	**484.650**	**199.591**	**(220.194)**	**(103.673)**	**(25.987)**

	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.583.850	389.082	196.453	(213.595)	(95.362)	(22.229)
Diferimento pelo risco	(772.626)	(293.212)	(38.916)	125.174	116.753	2.843
Constituição	514.733	358.106	62.849	(135.907)	(116.953)	(12.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.325.957**	**453.976**	**220.386**	**(224.328)**	**(95.562)**	**(31.466)**

18.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	31 de março de 2017					
	Controladora			Consolidado		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados
Grupo de Ramos	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	1.428.663	176.480	390.199	1.428.663	176.480	390.199
Riscos especiais	61.612	300	14.916	61.612	300	14.916
Responsabilidades	438.677	90.620	58.935	438.677	90.620	58.935
Cascos	377.193	13.675	83.148	377.193	13.675	83.148
Automóveis	154.604	26.448	30.779	154.604	26.448	30.779
Transportes	253.073	2.117	50.333	253.073	2.117	50.333
Riscos financeiros	190.158	11.513	219.444	190.158	11.513	219.444
Crédito	11.608	3.960	8.889	11.608	3.960	8.889
Pessoas	120.214	7.788	52.939	120.214	7.788	52.939
Habitacional	12.578	805	20.997	12.578	805	20.997
Rural	175.309	11.822	152.164	175.309	11.822	152.164
Marítimo	90.912	-	22.740	90.912	-	22.740
Aeronáutico	185.800	-	73.083	185.800	-	73.083
Run-off (Londres) (*)	88.063	-	77.040	88.063	-	77.040
Outros	487.780	-	168.199	488.415	-	196.142
	4.076.244	**345.528**	**1.423.805**	**4.076.879**	**345.528**	**1.451.748**

	31 de dezembro de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados
Grupo de Ramos	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	1.641.975	167.537	438.270	1.641.976	167.537	438.270
Riscos especiais	64.519	302	15.141	64.519	302	15.141
Responsabilidades	458.589	90.627	66.662	458.590	90.627	66.662
Cascos	405.532	13.725	149.388	405.532	13.725	149.388
Automóveis	157.148	28.044	28.861	157.148	28.044	28.861
Transportes	251.272	73	48.272	251.272	73	48.272
Riscos financeiros	246.694	11.490	214.182	246.694	11.490	214.182
Crédito	14.025	3.337	8.408	14.025	3.337	8.408
Pessoas	115.856	7.582	59.291	115.856	7.582	59.291
Habitacional	12.146	775	20.346	12.146	775	20.346
Rural	106.823	11.558	156.904	106.823	11.558	156.904
Marítimo	67.091	2	19.578	67.091	2	19.578
Aeronáutico	197.917	-	129.214	197.917	-	129.214
Run-off (Londres) (*)	91.089	-	80.972	91.089	-	80.972
Outros	487.436	-	111.879	487.786	-	141.576
	4.318.112	**335.052**	**1.547.368**	**4.318.464**	**335.052**	**1.577.065**

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro.

18.2.1 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017			
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.653.164	1.547.368	4.653.516	1.577.065
Liquidação de sinistros	(379.450)	(213.934)	(379.167)	(215.688)
Constituição de provisão de sinistros	148.058	90.371	148.058	90.371
Saldos em 31 de março de 2017	**4.421.772**	**1.423.805**	**4.422.407**	**1.451.748**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016			
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.922.313	1.265.900	5.923.334	1.309.642
Liquidação de sinistros	(2.822.688)	(251.656)	(2.823.357)	(265.701)
Constituição de provisão de sinistros	1.553.539	533.124	1.553.539	533.124
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**4.653.164**	**1.547.368**	**4.653.516**	**1.577.065**

18.3 Sinistros em disputa judicial

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

	Controladora e Consolidado					
	31 de março de 2017					
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	693	401.135	41,0%	164.465	(54.883)	109.582
Possível	592	438.024	37,0%	162.069	(65.137)	96.932
Remota	202	316.584	6,0%	18.994	(12.391)	6.603
	1.487	**1.155.743**		**345.528**	**(132.411)**	**213.118**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2016					
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	702	378.663	41,0%	155.252	(59.646)	95.606
Possível	605	361.621	37,0%	133.800	(51.404)	82.395
Remota	208	766.676	6,0%	46.001	(17.673)	28.328
	1.515	**1.506.960**		**335.052**	**(128.723)**	**206.329**

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica sinistros a liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "ativos de retrocessão - provisões técnicas", na rubrica de sinistros pendentes de pagamento.

18.3.1 *Aging* de sinistros judiciais

	Controladora e Consolidado		
Aging	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 31 a 60 dias	2.493	(1.247)	1.246
De 61 a 90 dias	50	(32)	18
De 91 a 120 dias	20	-	20
De 121 a 180 dias	48.205	(22.604)	25.601
De 181 a 365 dias	1.766	(1.417)	349
Acima de 365 dias	292.994	(107.110)	185.884
	345.528	**(132.410)**	**213.118**

18.4 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

	Controladora e Consolidado	
Grupo de Ramos	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimonial	18.248	17.827
Riscos especiais	497	616
Responsabilidades	9.927	12.402
Cascos	3.545	4.488
Automóveis	1.467	1.653
Transportes	2.165	2.075
Riscos financeiros	17.963	16.974
Crédito	42	46
Pessoas	25.291	19.407
Habitacional	4.808	4.863
Rural	5.892	6.013
Marítimo	449	296
Aeronáutico	3.217	3.529
Outros	13.910	10.278
	107.421	**100.467**

19 Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisões técnicas de resseguros	**7.633.972**	**7.949.962**	**7.662.550**	**7.980.011**
(-) Ativos de retrocessão (*)	3.260.116	3.562.951	3.288.064	3.592.653
(+) Ativo redutor (*)	588.762	512.532	588.762	512.532
(-) Direitos creditórios (*)	770.582	807.688	770.582	807.688
Montante a ser garantido	**4.192.036**	**4.091.855**	**4.192.666**	**4.092.202**
Ativos disponíveis para garantia:				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	2.490.509	529.885	2.490.509	529.885
Quotas de fundos de investimentos	-	27.661	-	27.661
Letras financeiras do tesouro	1.902.750	2.519.054	1.902.750	2.519.054
Letras financeiras	266.636	224.661	266.636	224.661
Notas do tesouro nacional	122.896	590.585	122.896	590.585
Letras do Tesouro Nacional	-	1.127.106	-	1.127.106
Títulos da dívida soberana	156.765	360.923	156.765	360.923
Debentures	1.170	409	1.170	409
Total de ativos	**4.940.726**	**5.380.285**	**4.940.726**	**5.380.285**

(*) Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas (redutores)", referentes à parcela de retrocessão de risco.

20 Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas (acionistas) em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31 de março de 2017		31 de dezembro de 2016		31 de março de 2017	31 de março de 2016
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora						
Prêmios	627.079	83.754	699.844	113.303	416.224	231.694
Indenizações e despesas com sinistros	61.154	88.963	60.175	143.184	(369.894)	(33.728)
Comissões	2.903	81.938	2.941	87.582	(73.389)	(51.227)
Outros	-	8.678	-	7.602	(1.112)	486
	691.136	**263.333**	**762.960**	**351.671**	**(28.171)**	**147.225**

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 31 de março de 2017, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios de longo prazo a administradores	Benefício pós-emprego	Total
Contas a pagar				
2016	14.132	310	-	**14.442**
2017	14.714	-	-	**14.714**
Resultado				
2016	10.705	-	456	**11.161**
2017	2.946	-	114	**3.060**

21 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	31 de março de 2017		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	**428.060**	-	**397.654**
COFINS	7.622	-	-
PIS	3.912	-	-
Contribuição social	413.793	-	397.654
Imposto de renda	1.645	-	-
ISS	1.088	-	-
Previdenciárias	**110.420**	-	-
INSS	109.227	-	-
FGTS	1.193	-	-
Trabalhistas e cíveis	**37.848**	**60.212**	-
Ações trabalhistas	28.627	53.417	-
Ações cíveis	9.221	2.354	-
Honorários	-	4.441	-
Não circulante	**576.328**	**60.212**	**397.654**

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2016		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	**419.522**	**-**	**389.427**
COFINS	7.454	-	-
PIS	3.826	-	-
Contribuição social	405.566	-	389.427
Imposto de renda	1.608	-	-
FINSOCIAL	1.068	-	-
Previdenciárias	**107.885**	**-**	
INSS	106.696	-	-
FGTS	1.189	-	-
Trabalhistas e cíveis	**56.015**	**58.173**	**-**
Ações trabalhistas	40.820	51.442	-
Ações cíveis	15.195	2.290	-
Honorários	-	4.441	-
Não circulante	**583.422**	**58.173**	**389.427**

21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	Controladora e Consolidado		
	31 de março de 2017		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo (*)
Fiscal			
Provável	1	397.654	397.654
Possível	15	255.945	
Remota	1	200	
	17	**653.799**	**397.654**
Previdenciário			
Possível	10	69.392	-
Remota	2	18.578	-
	2	**87.970**	**-**
Trabalhista e cível			
Provável	53	55.771	55.771
Possível	88	17.052	4.441
Remota	20	1.977	-
	161	**74.800**	**60.212**

(*) O montante de R$ 397.654 (R$ 389.427 em 31 de dezembro de 2016) está registrado como contas a pagar - provisão para impostos e contribuições e o montante de R$ 60.212 (R$ 58.173 em 31 de dezembro de 2016) está registrado na rubrica passivo contingente.

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2016		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo
Fiscal			
Provável	1	389.427	389.427
Possível	15	255.945	-
Remota	1	200	-
	17	**645.572**	**389.427**
Previdenciário			
Possível	10	68.550	-
Remota	2	18.578	-
	12	**87.128**	**-**
Trabalhista e cível			
Provável	53	53.732	53.732
Possível	88	39.392	4.441
Remota	20	8.810	-
	161	**101.934**	**58.173**

As provisões contabilizadas na rubrica "obrigações fiscais" tratam-se de obrigações legais da Companhia que atuamente estão sob discussão judicial e, dessa forma, a liquidação das mesmas depende de decisões judiciais ainda não transitadas em julgado. Para essas obrigações legais, a Companhia provisiona 100,0% dos valores em risco, independente da classificação de perda pelos escritórios jurídicos patrocinadores das causas.

As provisões contabilizadas na rubrica "outros débitos" tratam-se de questões de matérias interpretativas que se enquadram no conceito de passivo contingente de acordo com o "CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" e, dessa forma, a contabilização dos valores em risco somente são realizadas para as causas classificadas como risco provável. Para as causas de risco possível, a referida norma exige somente a divulgação em notas explicativas. Para as causas de risco remoto, não há necessidade de divulgação.

21.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2016	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	31 de março de 2017
Fiscais	**389.427**	**-**	**8.227**	**-**	**397.654**
Contribuição social (Nota 21.3.4)	389.427	-	8.227	-	397.654
Trabalhistas e cíveis	**58.173**	**-**	**2.039**	**-**	**60.212**
Ações trabalhistas (Nota 21.3.3)	51.442	-	1.975	-	53.417
Cíveis	2.290	-	64	-	2.354
Honorários	4.441	-	-	-	4.441
Saldo final do exercício	**447.600**	**-**	**10.266**	**-**	**457.866**

	31 de dezembro de 2015	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	31 de dezembro de 2016
Fiscais	**419.161**	**-**	**38.430**	**(68.164)**	**389.427**
COFINS (Nota 21.3.2)	6.709	-	1.383	(8.092)	-
PIS (Nota 21.3.2)	3.445	-	710	(4.155)	-
Contribuição social (Nota 21.3.4)	353.108	-	36.319	-	389.427
Imposto de renda (Nota 21.3.2)	55.899	-	18	(55.917)	-
Trabalhistas e cíveis	**54.131**	**6.400**	**4.940**	**(7.298)**	**58.173**
Ações trabalhistas (Nota 21.3.3)	48.184	5.710	4.846	(7.298)	51.442
Cíveis	2.196	-	94	-	2.290
Honorários	3.751	690	-	-	4.441
Saldo final do exercício	**473.292**	**6.400**	**43.370**	**(75.462)**	**447.600**

21.3 Ações fiscais

21.3.1 INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades. O montante questionado e atualizado atinge R$ 48.322 relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de

abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R$ 48.322. Considerando que o recurso extraordinário interposto pelo IRB Brasil RE se encontra suspenso desde 29 de março de 2010, sem nenhuma movimentação processual, bem como que a probabilidade de perda do referido processo permanece como possível, com base na avaliação do escritório externo, e na avaliação de baixa probabilidade de perda evidenciada pelos fatos e pelos andamentos processuais, a Companhia entendeu que, não havia a obrigatoriedade de manutenção de provisão constituída, inclusive, que tais depósitos não foram efetuados por ordem judicial, mas somente para a emissão de certidão previdenciária do IRB Brasil RE à época.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

21.3.2 Ações trabalhistas/ Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhistas ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração. A Administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R$55.771 e classificam as chances de perda nesses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis totalizam R$ 366.

Tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ ação civil pública proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais. Após a suspensão do referido processo em 2014, tendo em vista não ter sido obtido sucesso nas tratativas de acordo, em novembro de 2016 o processo foi reincluído em pauta com audiência agendada para agosto de 2017.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam um valor de R$ 13.900 em risco e classificam sua probabilidade de perda como possível.

21.3.3 Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da MP n° 413/08, convertida na Lei de nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9,0% para 15,0%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de março de 2016, o valor depositado judicialmente atualizado para

pagamento da CSLL totaliza R$ 397.654 (nota 21).

Mandado de Segurança impetrado em 30 de outubro de 2015 (Majoração da Alíquota da CSLL de 15,0% para 20,0%):

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n° 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15,0% para 20,0%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulado, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008, cuja discussão está pendente de julgamento pelo STF (ADI nº 4101). Nesse contexto, foi interposto embargos de declaração contra a aludida decisão, alegando omissão quanto aos argumentos aduzidos na petição inicial acerca inequívoca diferença entre a capacidade econômica das instituições financeiras e das companhias seguradoras. Importante ressaltar que a Companhia optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

22 Provisões trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para férias	8.744	7.846
Provisão para licença prêmio e previdência privada	1	3
	8.745	**7.849**

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 31 de março de 2017, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital votante
Ministério da Fazenda	36.458.237	11,7%
Banco do Brasil	63.726.600	20,5%
Bradesco	63.726.600	20,5%
Grupo Itaú (Itaú Seguros e Itaú Vida)	46.605.000	15,0%
FIP - Caixa Barcelona	30.743.700	9,9%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo	49.161.763	15,8%
Outros	20.277.000	6,5%
	310.698.900	**100,0%**

23.2 Ações em tesouraria

Em setembro de 2013 a Companhia adquiriu 1.301.100 (um milhão, trezentos e um mil e cem ações) de sua emissão, que representam R$ 10.531, pertencentes ao então acionista Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP. Em 31 de julho de 2014 a Companhia adquiriu 283.500 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentas ações) de sua emissão, pertencentes ao então acionista Caixa Geral S.A. – Seguradora (*), que somadas passam a 1.584.600 ações, que representam um total de R$ 12.956.

(*) A transferência de titularidade ainda não foi efetivada para o IRB Brasil Resseguros S.A.

23.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5,0% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20,0% do capital social, nos termos da Lei no 6.404 de 16 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base na proposta dos órgãos da Administração da Companhia com base em previsão orçamentária, e deliberada pela assembleia-geral para retenção de parcela do lucro líquido do exercício com base no art. 196, parágrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

A Companhia antecipou no trimestre remuneração aos acionistas a título de juros sobre capital, no valor de R$ 61.914 à conta de reserva de lucros.

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Resseguradora atingiu esse limite e em 24 de março de 2017 na assembléia geral, aprovou a integralização de capital na totalidade das reservas de lucros no valor no valor de R$ 500.000.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Saldo no início do período	**(65.289)**	**(80.405)**
Ganho (perda) líquido originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no período	37.654	76.265
Perdas não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	3.163	200
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(24.105)	(29.863)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas	33	217
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(16.944)	(34.319)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	20.344	13.438
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	(503)	(237)
Saldo no final do período	**(45.647)**	**(54.704)**

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

23.5 Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Numerador		
Lucro líquido do período	222.675	212.373
Denominador (quantidade de ações em unidades)	310.698.900	310.698.900
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação		
Lucro por ação	**0,72**	**0,68**

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

24 Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de março de 2017 e 2016, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

24.1 Prêmios ganhos - principais grupos de atuação

	Controladora e Consolidado							
	31 de março de 2017							
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade	% Comissão
Patrimonial	344.778	(22.640)	(19.194)	(1.013)	(2.331)	299.600	43,8%	11,6%
Riscos especiais	48.720	713	16.815	(2.778)	77	63.547	3,0%	6,0%
Responsabilidade	58.901	(2.181)	(25.258)	(224)	(9)	31.229	51,6%	3,3%
Cascos	900	(24)	(221)	3	(1)	657	473,8%	-3,7%
Automóvel	5.440	(1.062)	(422)	165	(17)	4.104	125,3%	25,3%
Transportes	42.562	(5.258)	(5.135)	1.366	(111)	33.424	48,8%	10,8%
Riscos financeiros	42.145	(17.205)	16.436	(3.807)	(1.121)	36.448	28,5%	42,5%
Crédito	3	(3)	(2)	2	-	-	45687,1%	102,5%
Pessoas	53.124	(2.592)	(5.074)	(886)	(5.972)	38.600	60,6%	9,1%
Habitacional	17.414	(2.057)	(3.745)	546	53	12.211	17,5%	14,5%
Rural	214.968	(51.833)	47.195	(11.483)	(30)	198.817	53,1%	26,2%
Marítimo	34.557	(742)	(2.999)	(112)	(145)	30.559	137,4%	8,0%
Aeronáutico	12.748	455	14.088	(961)	(290)	26.040	187,8%	15,8%
Outros (*)	466.079	(65.420)	(82.586)	20.292	(3.758)	334.607	53,9%	16,2%
Total	**1.342.339**	**(169.849)**	**(50.102)**	**1.110**	**(13.655)**	**1.109.843**	**53,8%**	**18,5%**

	Controladora e Consolidado							
	31 de março de 2016							
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade	% Comissão
Patrimonial	288.727	(28.349)	9.484	5.343	(9.153)	266.052	48,8%	12,4%
Riscos especiais	75.157	(1.070)	13.246	(2.280)	(396)	84.657	7,6%	11,6%
Responsabilidade	24.582	(1.593)	1.609	(229)	-	24.369	427,1%	8,2%
Cascos	825	-	(245)	17	-	597	62,0%	13,9%
Automóvel	8.130	(1.643)	1.780	(743)	(7)	7.517	255,4%	30,2%
Transportes	33.732	(5.326)	10.666	(1.593)	(167)	37.312	81,7%	22,4%
Riscos financeiros	73.455	(19.239)	(32.924)	6.443	10.773	38.508	41,1%	25,0%
Crédito	5	(2)	(4)	1	-	-	226341,8%	21,2%
Pessoas	114.879	(46.700)	(12.629)	39.054	(9.138)	85.466	72,7%	8,3%
Habitacional	24.789	(4.497)	1.059	(668)	240	20.923	-20,0%	19,9%
Rural	143.960	(34.142)	71.985	(17.506)	435	164.732	63,9%	23,9%
Marítimo	43.727	(609)	(15.743)	2.214	(17)	29.572	-10,2%	9,9%
Aeronáutico	53.281	(3.657)	(14.313)	898	(474)	35.735	673,8%	22,2%
Outros (*)	285.790	(41.936)	(8.049)	(541)	(3.170)	232.094	50,0%	21,7%
Total	**1.171.039**	**(188.763)**	**25.922**	**30.410**	**(11.074)**	**1.027.534**	**63,6%**	**18,8%**

(*) Refere-se principalmente a riscos aceitos no exterior e sucursais no exterior.

24.2 Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2017			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(115.886)	1.824	44.357	(69.705)
Riscos especiais	(918)	-	(196)	(1.114)
Responsabilidade	(9.753)	12	7.595	(2.146)
Cascos	(6.163)	-	62.630	56.467
Automóvel	(2.771)	15	(1.925)	(4.681)
Transportes	(25.501)	12.125	(2.544)	(15.920)
Riscos financeiros	30.635	655	(5.282)	26.008
Crédito	1.572	1.516	(482)	2.606
Pessoas	(36.882)	-	6.362	(30.520)
Habitacional	(1.791)	-	(651)	(2.442)
Rural	(131.917)	534	4.742	(126.641)
Marítimo	(26.237)	27	(3.439)	(29.649)
Aeronáutico	(102.468)	116	53.005	(49.347)
Outros	(132.937)	545	(56.251)	(188.643)
	(561.017)	**17.369**	**107.921**	**(435.727)**

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2016			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(302.290)	250	(19.458)	(321.498)
Riscos especiais	3.541	-	7.659	11.200
Responsabilidade	(52.727)	-	1.993	(50.734)
Cascos	345	-	(27.142)	(26.797)
Automóvel	(13.984)	609	(1.410)	(14.785)
Transportes	(37.662)	9.914	(4.403)	(32.151)
Riscos financeiros	(38.863)	311	(10.183)	(48.735)
Crédito	811	5.649	2.680	9.140
Pessoas	(61.995)	-	(1.668)	(63.663)
Habitacional	(622)	-	(16.824)	(17.446)
Rural	(140.824)	-	5.982	(134.842)
Marítimo	(14.600)	-	6.570	(8.030)
Aeronáutico	(87.238)	611	(19.742)	(106.369)
Outros	(119.898)	310	(10.997)	(130.585)
	(866.006)	**17.654**	**(86.943)**	**(935.295)**

24.3 Custo de aquisição

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Patrimonial	(4.414)	(6.732)
Riscos especiais	(2.572)	(4.157)
Responsabilidades	(346)	(626)
Cascos	(11)	(41)
Automóvel	(71)	(216)
Transportes	(1.047)	(1.442)
Risco financeiro	(95)	(253)
Pessoas	(277)	(157)
Habitacional	(484)	(20)
Rural	(464)	(204)
Marítimo	(1.342)	(3.534)
Aeronáutico	(1.314)	(1.274)
Outros	(13.883)	(13.946)
	(26.320)	**(32.602)**

24.4 Resultado com retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Receitas com retrocessões	**(17.004)**	**398.445**
Recuperação de sinistros ocorridos	153.461	330.824
Recuperação de IBNR	(170.465)	67.621
Despesas com retrocessões	**(366.569)**	**(265.811)**
Prêmios cedidos em retrocessão	(448.717)	(260.053)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	29.625	21.936
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido	50.715	(28.028)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida	1.808	334
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário	**(11.036)**	**(14.709)**
Demais resultados com retrocessão	**1.593**	**859**
Total de resultado com retrocessão	**(393.016)**	**118.784**

24.4.1 Receitas com retrocessões

	Controladora e Consolidado		
	31 de março de 2017		
	Recuperação de sinistros ocorridos	Variação de IBNR	Recuperação de sinistro cedido
Patrimonial	43.784	(37.750)	6.034
Riscos especiais	611	133	744
Responsabilidade	4.251	(5.650)	(1.399)
Cascos	6.207	(58.640)	(52.433)
Automóvel	424	(230)	194
Transportes	12.337	1.908	14.245
Riscos financeiros	(34.751)	(4.048)	(38.799)
Crédito	(1.686)	106	(1.580)
Pessoas	12.766	(2.482)	10.284
Habitacional	-	36	36
Rural	10.311	(2.226)	8.085
Marítimo	1.083	1.069	2.152
Aeronáutico	93.858	(60.696)	33.162
Outros	4.266	(1.995)	2.271
Total	**153.461**	**(170.465)**	**(17.004)**

	Controladora e Consolidado		
	31 de março de 2016		
	Recuperação de sinistros ocorridos	Variação de IBNR	Recuperação de sinistro cedido
Patrimonial	222.531	18.662	241.193
Riscos especiais	(8.082)	(5.029)	(13.111)
Responsabilidade	10.378	(581)	9.797
Cascos	5.640	33.977	39.617
Automóvel	(8.526)	1.977	(6.549)
Transportes	12.513	496	13.009
Riscos financeiros	35.593	(2.224)	33.369
Crédito	(3.546)	(1.449)	(4.995)
Pessoas	7.478	544	8.022
Habitacional	649	22.013	22.662
Rural	2.101	(6.078)	(3.977)
Marítimo	(207)	(2.308)	(2.515)
Aeronáutico	52.749	7.348	60.097
Outros	1.554	272	1.826
Total	**330.825**	**67.620**	**398.445**

24.4.2 Despesas com retrocessões

	Controladora e Consolidado				
	31 de março de 2017				
	Prêmios Cedidos em Retrocessão	Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão	Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido	Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida	Prêmio Cedido
Patrimonial	(206.370)	8.251	28.969	2.867	(166.283)
Riscos Especiais	(54.304)	2.617	924	1.279	(49.484)
Responsabilidade	(54.476)	3.154	27.710	(632)	(24.244)
Cascos	(1.572)	3	43	(1)	(1.527)
Automovel	(1.609)	61	189	1	(1.358)
Transportes	(23.843)	3.604	7.630	(941)	(13.550)
Riscos financeiros	(1.903)	577	(8.404)	482	(9.248)
Pessoas	(13.166)	875	4.508	(156)	(7.939)
Rural	(52.226)	6.765	13.220	(1.521)	(33.762)
Marítimo	(19.563)	611	8.160	(20)	(10.812)
Aeronáutico	(7.270)	501	(10.657)	(40)	(17.466)
Outros	(12.415)	2.606	(21.577)	490	(30.896)
Total	**(448.717)**	**29.625**	**50.715**	**1.808**	**(366.569)**

	Controladora e Consolidado				
	31 de março de 2016				
	Prêmios Cedidos em Retrocessão	Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão	Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido	Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida	Prêmio Cedido
Patrimonial	(92.223)	8.589	(32.236)	765	(115.105)
Riscos Especiais	(56.217)	3.393	(5.768)	1.134	(57.458)
Responsabilidade	(15.158)	1.761	(1.449)	(98)	(14.944)
Cascos	(23.482)	216	5.155	(105)	(18.216)
Automovel	(1.658)	81	108	3	(1.466)
Transportes	(5.009)	767	(5.984)	36	(10.190)
Riscos financeiros	(36.322)	5.012	23.141	(1.491)	(9.660)
Crédito	(3)	1	2	(1)	(1)
Pessoas	(23.179)	2.015	6.598	(544)	(15.110)
Habitacional	(1)	-	-	-	(1)
Rural	984	(63)	12	67	1.000
Marítimo	(1.272)	35	303	(59)	(993)
Aeronáutico	(4.113)	159	(3.103)	61	(6.996)
Outros	(2.400)	(30)	(14.807)	566	(16.671)
Total	**(260.053)**	**21.936**	**(28.028)**	**334**	**(265.811)**

24.5 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(4.146)	(13.860)	(4.146)	(13.860)
Reversão (constituição) de provisão para riscos de crédito	(2.254)	10.142	(2.469)	10.142
Recuperação (perdas) de outras receitas de resseguro	(167)	597	49	597
Despesa com inspeção de riscos	3	(1.050)	3	(1.050)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.332)	(2.030)	(900)	(1.544)
	(7.896)	**(6.201)**	**(7.463)**	**(5.715)**

24.6 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Pessoal próprio	(36.316)	(27.621)	(36.316)	(27.988)
Provisão de benefícios pós-emprego	(9.734)	-	(9.734)	-
Serviços de terceiros	(5.723)	(9.401)	(5.723)	(9.427)
Localização e funcionamento	(13.087)	(11.253)	(13.087)	(11.362)
Publicidade e propaganda	(2.273)	(2.518)	(2.273)	(2.518)
Despesas judiciais	(162)	(86)	(162)	(101)
Despesa de carta de crédito	(10.591)	-	(10.591)	-
Multas	(17)	(55)	(17)	(55)
Outras despesas	(1.756)	(2.630)	(3.152)	(3.000)
	(79.659)	**(53.564)**	**(81.055)**	**(54.451)**

24.7 Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
COFINS	(21.468)	(19.479)	(21.468)	(19.479)
PIS/PASEP	(3.765)	(3.358)	(3.765)	(3.358)
Provisões tributárias - líquidas	-	(1.158)	-	(1.158)
Taxas de fiscalização da SUSEP	(638)	(635)	(638)	(635)
Impostos sobre propriedades	-	(6.302)	-	(6.302)
Impostos e contribuições com filiais no exterior	(1.127)	(2.665)	(1.127)	(2.665)
Outros	(2.185)	(2.730)	(2.185)	(2.730)
	(29.183)	**(36.327)**	**(29.183)**	**(36.327)**

24.8 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Títulos e valores mobiliários	140.750	87.233	152.718	87.233
Valor justo por meio do resultado	7.153	(56.861)	16.301	(56.861)
Disponível para venda	125.378	137.889	128.198	138.203
Mantidos até o vencimento	8.219	6.205	8.219	6.205
Operações de resseguros	16.033	105.518	16.033	105.518
Oscilação cambial contas bancárias	(5.427)	(6.174)	(5.427)	(6.174)
Correção monetária e demais encargos financeiros	33.700	14.075	34.254	14.053
Juros	(8)	(982)	(8)	(982)
Outros	(23.695)	1.586	(22.601)	1.608
	161.353	**201.256**	**174.969**	**201.570**

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Valorização de quotas de fundos de investimentos	9.218	16.573	18.366	16.558
Títulos de renda fixa - privados	71.678	28.934	72.138	28.934
Títulos de renda fixa - públicos	85.336	126.678	87.696	126.678
Operações de resseguros	511.637	508.043	511.637	508.043
Oscilação cambial contas bancárias	161.338	67	161.338	67
Correção monetária e demais encargos financeiros	37.824	25.649	38.409	25.650
Juros	-	156	-	156
Outras	29.674	11.339	29.961	11.338
	906.705	**717.439**	**919.545**	**717.424**

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(25.482)	(84.952)	(25.482)	(84.623)
Operações de resseguros	(495.604)	(402.525)	(495.604)	(402.525)
Oscilação cambial contas bancárias	(166.765)	(6.241)	(166.765)	(6.241)
Correção monetária e demais encargos financeiros	(4.124)	(11.574)	(4.155)	(11.597)
Juros	(8)	(1.138)	(8)	(1.138)
Outras	(53.369)	(9.753)	(52.562)	(9.730)
	(745.352)	**(516.183)**	**(744.576)**	**(515.854)**

24.9 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Receita operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento	-	13.978	7.880	13.978
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(79)	(1.449)	(79)	(1.449)
Reversão (provisão) da redução ao valor recuperável dos ativos	-	(217)	-	(217)
Equivalência patrimonial	14.861	(87)	-	-
Reversão (provisão) para *impairment* investimento	-	87	-	87
Outras receitas patrimoniais	8	608	8	608
Outras despesas patrimoniais	(4)	(304)	(4)	(304)
	14.786	**12.616**	**7.805**	**12.703**

24.10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	31 de março de 2017		31 de março de 2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações	314.181	314.181	296.201	296.201
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(78.545)	(62.836)	(74.050)	(59.240)
Adições e exclusões permanentes				
Incentivo licença maternidade	(6)	(5)	(14)	(11)
Remuneração administradores	(28)	(23)	(27)	(22)
Juros sobre capital próprio	15.478	12.383	11.250	9.000
Incentivos fiscais	(242)	(194)	(378)	(303)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	677	-	892	-
Encargos de depreciação e amortização	(20)	(16)	(206)	(164)
Perdas em operações realizadas no exterior	-	-	(21)	(17)
Outras adições/exclusões	(2.358)	(1.934)	(133)	(106)
Participações societária	6.894	5.515	1.683	1.346
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	941	753	317	253
Seguro rural	15.161	-	34.658	-
IRPJ ESBAS	(3.101)	-	-	-
Reversão de provisão para contigência de IRPJ (Nota 21.3.2)	-	-	(5.618)	(2.917)
IR e CS na demonstração do resultado	**(45.149)**	**(46.357)**	**(31.647)**	**(52.181)**
Correntes	(39.748)	(44.881)	(22.267)	(46.258)
Diferidos	(5.401)	(1.476)	(9.380)	(5.923)

	Consolidado			
	31 de março de 2017		31 de março de 2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL	319.853	319.853	296.201	296.201
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(79.963)	(63.971)	(74.050)	(59.240)
Adições e exclusões permanentes				
Incentivo licença maternidade	(6)	(5)	(14)	(11)
Remuneração administradores	(28)	(23)	(27)	(22)
Juros sobre capital próprio	15.478	12.383	11.250	9.000
Incentivos fiscais	(242)	(194)	(378)	(303)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	677	-	892	-
Encargos de depreciação e amortização	(20)	(16)	(206)	(164)
Perdas em operações realizadas no exterior	-	-	(21)	(17)
Outras adições/exclusões	(1.108)	(935)	(133)	(106)
Participações societária	6.894	5.515	1.683	1.346
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	941	753	317	253
Seguro rural	15.161	-	34.658	-
IRPJ ESBAS	(3.101)	-	-	-
Consolidação	(4.243)	(1.125)	-	-
Reversão de provisão para contigência de IRPJ (Nota 21.3.2)	-	-	(5.618)	(2.917)
IR e CS na demonstração do resultado	**(49.560)**	**(47.618)**	**(31.647)**	**(52.181)**
Correntes	(44.159)	(46.142)	(22.267)	(46.258)
Diferidos	(5.401)	(1.476)	(9.380)	(5.923)

Lei nº 13.169/2015

Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº. 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15,0% para 20,0%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15,0%.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31 de março de 2017
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	167.755	10.299	-	10.299	-	178.054
Provisão para desvalorização do investimento	97.183	-	(342)	(342)	-	96.841
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	83.364	-	(623)	(623)	-	82.741
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	58.118	3.615	-	3.615	-	61.733
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	33.492	-	(16.944)	-	(16.944)	16.548
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(24.018)	2.404	-	(17.941)	20.344	(21.614)
Provisão para contingências trabalhistas	22.610	868	-	868	-	23.478
Ajuste a valor de mercado - Investimento	(18.407)	-	-	-	-	(18.407)
Outras provisões	4.268	2.227	-	2.227	-	6.495
Total ativo fiscal diferido	**424.365**	**19.413**	**(17.909)**	**(1.897)**	**3.400**	**425.869**

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31 de março de 2017
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(72.460)	(4.980)	-	(4.980)	-	(77.440)
Total passivo fiscal diferido	**(72.460)**	**(4.980)**	**-**	**(4.980)**	**-**	**(77.440)**
Total líquido	**351.907**	**14.433**	**(17.909)**	**(6.877)**	**3.400**	**348.429**

25 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica.

Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, em 2017, incluindo o Plano Pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R$ 6.425 (R$ 24.903 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia oferece os seguintes benefícios:

a. Custeio integral dos benefícios de Complementação de Aposentadoria e de Pecúlio por Morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de Melhoria de Complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

b. Plano de saúde de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

c. Auxílio funeral para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O benefício é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$2.640,80 para funeral com cremação.

d. Seguro de vida para os funcionários admitidos até 1998, onde o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e, para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

A partir do método do crédito unitário projetado, foram realizadas as recentes Avaliações Atuariais dos ativos dos planos e do valor presente da obrigação dos benefícios oferecidos.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-administrados pelo IRB	
Hipóteses econômicas	**31 de março de 2017**	**31 de dezembro de 2016**	**31 de março de 2017**	**31 de dezembro de 2016**
Taxa real de desconto (*)	5,0%	6,0%	5,0%	6,0%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 6,0% a.a.	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 6,0% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada Plano B: 1,3% até 60 anos	Plano A: Não adotada Plano B: 1,3% até 60 anos	Plano médico: 1,3% até 60 anos Demais planos: Não se aplica	Plano médico: 1,3% até 60 anos Demais planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb (segregada por sexo)	BR-EMSsb (segregada por sexo)	BR-EMSsb (segregada por sexo)	BR-EMSsb (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos do títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e o prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

25.1 Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano pela Companhia foi de R$ 1.282 (R$ 4.958 em 31 de dezembro de 2016).

Nessa avaliação atuarial foi apurado um superávit técnico de R$ 34.276 (R$ 37.871 em 31 de dezembro de 2016) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação do plano B no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	65.653	53.831
Custo dos serviços correntes	26	103
Custo dos juros	547	1.842
(Ganho) / perda atuarial	7.103	13.896
Benefícios pagos	(1.676)	(4.019)
Valor presente das obrigações atuariais	**71.653**	**65.653**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano B no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor justo inicial dos ativos do plano	103.526	74.475
Retorno ocorrido nos investimentos	3.065	9.997
Contribuições do empregador	1.282	4.958
Contribuições dos participantes do plano	1.282	4.958
Benefícios pagos	(1.676)	(4.019)
Retorno sobre os ativos	(1.550)	13.155
Valor justo final dos ativos do plano	**105.929**	**103.524**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(71.653)	(65.653)
Valor justo dos ativos do plano	105.929	103.524
Situação financeira	34.276	37.871
Efeito do teto de ativos	(34.276)	(37.871)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**-**	**-**

25.2 Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R$ 5 (R$ 18 em 31 de dezembro de 2016).

Foi apurado um superávit técnico de R$ 461.582 (R$ 612.655 em 31 de dezembro de 2016) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.326.918	983.965
Custo dos juros	37.471	125.006
(Ganho) / perda atuarial	112.274	321.185
Benefícios pagos	(25.403)	(103.238)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.451.260**	**1.326.918**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano A no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.939.573	1.676.876
Retorno ocorrido nos investimentos	56.623	229.657
Contribuições do empregador	5	18
Contribuições dos participantes do plano	20	79
Benefícios pagos	(25.403)	(103.238)
Retorno sobre os ativos	(57.976)	136.181
Valor justo final dos ativos do plano	**1.912.842**	**1.939.573**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.451.260)	(1.326.918)
Valor justo dos ativos do plano	1.912.842	1.939.573
Situação financeira	461.582	612.655
Efeito do teto de ativos	(461.582)	(612.655)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**-**	**-**

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Disponível	94	150
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	1.322.102	1.274.923
Créditos privados e depósitos	423.845	442.609
Ações	33.048	31.093
Fundos de investimentos	103.905	108.967
Investimentos imobiliários	86.776	87.264
Empréstimos e financiamentos	5.752	5.604
	1.975.522	**1.950.610**
Exigível operacional de investimentos		
Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e renda	(9)	(4)
	(9)	**(4)**
Exigível contingencial de investimentos	**(23.449)**	**(23.449)**
Recursos garantidores	**1.952.064**	**1.927.157**

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 258 integrantes, em 31 de março de 2017 (260 em 31 de dezembro de 2016), sendo 246 aposentados com idade média de 83,51 anos (83,34 anos em 31 de dezembro de 2016) e 12 pensionistas com idade média de 83,42 anos (83,17 anos em 31 de dezembro de 2016).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R$ 5.138 (R$ 19.927 em 31 de dezembro de 2016).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R$ 151.035 (R$ 142.609 em 31 de dezembro de 2016), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS.

Cabe esclarecer que o valor justo dos ativos é proveniente do contrato firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68.

O valor do Contrato de Dívida foi atualizado, atingindo o montante de 170.960 (R$ 175.694 em 31 de dezembro de 2016).

Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

A movimentação no valor justo da obrigação do Plano no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	142.609	119.778
Custo dos juros	3.940	14.855
(Ganho)/Perda atuarial	9.624	27.903
Benefícios pagos	(5.138)	(19.927)
Valor presente das obrigações atuariais	**151.035**	**142.609**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor justo inicial dos ativos do plano	175.694	170.443
Contribuições do empregador	404	25.179
Benefícios pagos	(5.138)	(19.927)
Valor justo final dos ativos do plano	**170.960**	**175.695**

Os valores apurados no resultado de março de 2017 e os valores projetados para o exercício de abril de 2017 a março de 2018 são apresentados a seguir:

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo dos juros	21.380	21.759
Receita no final do período	**21.380**	**21.759**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(151.035)	(142.609)
Valor justo dos ativos do plano	170.960	175.695
Superávit	**19.925**	**33.086**

25.3 Outros benefícios a empregados

Assistência médica e odontológica

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	202.793	190.576
Custo dos serviços correntes	83	425
Custo dos juros	5.730	25.737
(Ganho)/Perda atuarial	27.015	6.905
Benefícios pagos	(5.139)	(20.850)
Valor presente das obrigações atuariais	**230.482**	**202.793**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições do empregador	3.741	16.032
Contribuições dos participantes do plano	1.398	4.818
Benefícios pagos	(5.139)	(20.850)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

Os valores apurados no resultado de março de 2017 e os valores projetados para o exercício de abril de 2017 a março de 2018 são apresentados a seguir:

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo dos serviços correntes	583	423
Custo dos juros	24.838	22.027
Valor esperado de contribuições dos empregados	(1.468)	(5.059)
Receita no final do período	**23.953**	**17.391**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(230.482)	(202.793)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(230.482)**	**(202.793)**

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.465	1.360
Custo dos juros	44	175
(Ganho)/Perda atuarial	171	(36)
Benefícios pagos	(9)	(35)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.671**	**1.464**

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições do empregador	9	35
Benefícios pagos	(9)	(35)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

Os valores apurados no resultado de março de 2017 e os valores projetados para o exercício de abril de 2017 a março de 2018 são apresentados a seguir:

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo dos juros	175	175
Despesa no final do período	**175**	**175**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.671)	(1.464)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.671)**	**(1.464)**

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do seguro de vida no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.321	969
Custo dos juros	37	121
(Ganho)/Perda atuarial	455	406
Benefícios pagos	(111)	(174)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.702**	**1.322**

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de Vida no período atual é apresentada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições do empregador	111	174
Benefícios pagos	(111)	(174)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

Os valores apurados no resultado de março de 2017 e os valores projetados para o exercício de abril de 2017 a março de 2018 são apresentados a seguir:

	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo dos juros	173	146
Despesa no final do período	**173**	**146**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.702)	(1.322)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.702)**	**(1.322)**

25.4 Obrigação total do IRB-Brasil RE

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB-Brasil RE entre Circulante e Não Circulante:

Contudo, em função do Contrato de Dívida firmado entre o IRB-Brasil RE e a PREVIRB, existe um passivo complementar que representa a diferença entre o valor do Contrato de Dívida (R$ 170.960) e o valor apurado para fins de CVM, conforme apresentado acima (R$ 151.035). Atualmente, esta diferença é de R$ 19.924 e sua abertura entre Circulante e Não Circulante é demonstrada a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	1.423	1.989
	1.423	**1.989**
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	18.501	31.096
	18.501	**31.096**

Desta forma, o passivo total registrado é apresentado a seguir:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	19.493	19.928
Assistência médica e odontológica	12.861	12.178
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	315	422
Seguro de vida em grupo	193	159
Auxílio funeral	85	84
	32.948	**32.771**
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	151.466	155.766
Assistência médica e odontológica	217.620	190.614
Seguro de vida em grupo	1.509	1.162
Auxílio funeral	1.586	1.381
	372.181	**348.923**

25.5 Consolidação dos efeitos – Benefício Pós Emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos valores reconhecidos no resultado do período

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Custo do serviço	-	-	83	212	-	-	83	212
Custo dos juros	3.940	3.714	5.810	6.508	-	-	9.750	10.222
Benefícios pagos	(5.138)	(3.004)	(5.259)	(5.138)	-	-	(10.397)	(8.142)
Outras movimentações	-	-	-	-	(866)	49	(866)	49
Total valores reconhecidos	**(1.198)**	**709**	**634**	**1.582**	**(866)**	**49**	**(1.430)**	**2.341**

Total dos Valores Reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Outros Benefícios		Outras Provisões (PEONA)		Total	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Total Valores Reconhecidos	**(3.536)**	**4.437**	**27.641**	**18.604**	**-**	**-**	**24.105**	**23.041**

25.6 Análise de Sensibilidade

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	1.618.500	1.531.102	1.311.048	1.192.433
	Impacto com o cenário principal	167.240	79.842	(140.212)	(258.827)
PLANO B	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	74.923	73.204	68.978	66.764
	Impacto com o cenário principal	3.270	1.551	(2.675)	(4.889)
PRE 68	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	161.779	156.247	141.480	132.942
	Impacto com o cenário principal	10.743	5.211	(9.555)	(18.094)
PCAM	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	260.625	244.736	205.460	184.736
	Impacto com o cenário principal	30.144	14.255	(25.021)	(45.745)
Auxílio Funeral	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	1.926	1.791	1.468	1.302
	Impacto com o cenário principal	254	120	(204)	(369)
Seguro de Vida	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	1.831	1.764	1.588	1.487
	Impacto com o cenário principal	129	62	(114)	(215)

Sensibilidade na tábua de mortalidade – AT-2000 (Suavizada em 10%)

PLANO A	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	1.541.547	1.462.417	1.261.505	1.152.126
	Impacto com o cenário principal	90.287	11.157	(189.755)	(299.134)
PLANO B	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	73.561	71.961	68.012	65.934
	Impacto com o cenário principal	1.908	308	(3.641)	(5.719)
PRE 68	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	153.213	148.230	134.867	127.097
	Impacto com o cenário principal	2.178	(2.805)	(16.168)	(23.939)
PCAM	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	241.208	227.109	192.043	173.401
	Impacto com o cenário principal	10.727	(3.372)	(38.438)	(57.080)
Auxílio Funeral	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	2.011	1.878	1.557	1.391
	Impacto com o cenário principal	339	207	(114)	(280)
Seguro de Vida	**Taxa real**	4,0%	4,5%	6,0%	7,0%
	Taxa nominal (*)	9,7%	10,3%	11,8%	12,9%
	Obrigação de benefício definido	1.743	1.682	1.519	1.426
	Impacto com o cenário principal	41	(20)	(183)	(276)

(*) Considera inflação.

Seção F – Políticas contábeis

26 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

26.1 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

26.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

26.3 Ativos financeiros

26.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

26.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em " Receitas e despesas financeiras " no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

26.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo -

medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

26.4 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

26.5 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

26.6 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1), não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4,0	25
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5
Veículos	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

26.7 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1). A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

26.8 *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

26.9 Provisões

(a) Provisões técnicas

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos

vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

- A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos.

- Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test* - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O modelo de *Svensson* é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

O teste realizado para a data base de 31 de março de 2017 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de

adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das informações trimestrais consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

26.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.
A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 20,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

26.11 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo exercício médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.
A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia disponibiliza um plano de saúde contributário para empregados admitidos até 1º de outubro de 2013, com cobertura ambulatorial e hospitalar, além de cobertura odontológica. O Plano prevê a manutenção vitalícia, ou temporária, na forma do que estabelece a legislação aplicável. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que a usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo CPC33. Essas obrigações são avaliadas por atuários independentes qualificados.

26.12 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

26.13 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às informações trimestrais consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de

dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

26.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

26.15 Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na nota 26.9(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

26.16 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

26.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma será aplicável de acordo com a orientação da SUSEP.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas informações trimestrais dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais consolidadas da Companhia.

27 Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste

dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (d), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das informações trimestrais consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente a essa estimativa critica está demonstrada na nota 2.3.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das informações trimestrais consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo

de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.7, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 25, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

* * *

Tarcísio José Massote de Godoy
Presidente

Fernando Passos
Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com investidores

José Carlos Cardoso
Vice-Presidente Executivo de Resseguros

Lúcia Maria da Silva Valle
Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance

Paulo Daniel Araújo da Rocha
Contador
CRC RJ - 095001/O-5

Rodrigo de Valnisio
Atuário
MIBA 1573

Demonstrações Financeiras da Companhia Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e relatório dos auditores independentes

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros, e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – International Financial Reporting Standards (IFRS), estabelecidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Crescimento e planejamento marcaram o ano de 2016 para o IRB Brasil RE. Consolidamos nossa estrutura organizacional, desenhamos o mapa estratégico que norteará a Companhia para os próximos anos e ampliamos significativamente a nossa participação no mercado de resseguros, reforçando a nossa posição de Ressegurador Líder no Brasil.

Em meio a um cenário macroeconômico desafiador, com queda na atividade econômica, contração do PIB e elevação da taxa de juros, o IRB mostrou-se resiliente. Tivemos avanços relevantes do ponto de vista operacional, que combinados ao nosso resultado financeiro geraram um lucro líquido recorrente total de R$ 849,9 milhões no acumulado do ano de 2016, um crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O retorno sobre o patrimônio líquido – ROE* – foi de 31,2%, um avanço de 2,6 pontos percentuais sobre 28,6% alcançados em 2015.

Registramos ainda um crescimento de 13,6% nos prêmios emitidos, que totalizaram R$ 4,9 bilhões, dos quais 75,7% oriundos do Brasil e 24,3% das operações no exterior. Contribuíram para esse crescimento, primordialmente, a participação significativa das linhas de Property, Rural e Vida.

Outros destaques para a obtenção do resultado recorde alcançado pela Companhia em 2016 foram (i) o resultado dasubscrição (underwriting) no montante de R$ 628,6 milhões, um crescimento de 22,9% sobre 2015; com redução no índice de sinistralidade de 1,9 ponto percentual, mesmo em um ano com eventos climáticos inesperados, passando de 63,8% em 2015 para 61,9% em 2016; e (ii) o resultado financeiro de mais de R$ 1,0 bilhão, um avanço de 18,3% em relação ao obtido em 2015; com uma rentabilidade da carteira de ativos próprios da ordem de 129% do CDI, superior à rentabilidade média registrada pelas empresas de seguros locais.

Ampliamos nossas parcerias com os principais clientes do mercado, o que nos permitiu aumentar em 5 pontos percentuais a participação da Companhia no mercado total (de 34% em 2015 para 39% em 2016), e em 3 pontos percentuais a participação entre os resseguradores nacionais (de 47% para 50%), segundo dados dos últimos doze meses findos em setembro de 2016, divulgados pela SUSEP.

* Retorno sobre o Capital Próprio (ROE) calculado: Lucro Líquido do Exercício/(Patrimônio Líquido de 2015– Dividendos Adicionais Propostos relativos a 2015 e pagos em 24 de março de 2016).

Em 2016, conseguimos consolidar os nossos resultados operacionais e financeiros, como demonstram os robustos números obtidos no ano passado, que confirmam a liderança da Companhia no mercado brasileiro. Estamos prontos para continuar crescendo e ampliando nossa participação nesse importante segmento da economia nacional, pois contamos com capacidade adequada, gestão profissional e um time bem treinado e motivado, além de uma estrutura sólida de gestão de riscos e governança, apoiada por firmes parcerias internacionais atuantes na mitigação de riscos. Estamos cada vez mais preparados para fortalecer nossa presença no mercado brasileiro e da América Latina.

O ano de 2016 marcou ainda o lançamento de nossa empresa de gestão de ativos e empreendimentos imobiliários, o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que ao longo do ano incorporou a participação em cinco shoppings centers, dois terrenos no Centro do Rio de Janeiro e alguns imóveis de renda localizados no Rio e em São Paulo. Por meio de uma gestão especializada e focada, essa nova empresa imobiliária permitirá à Companhia extrair mais valor desses ativos para os seus acionistas.

Outro passo importante concretizado no ano passado foi a atualização do nosso Planejamento Estratégico, com o "Projeto Avançar 2017 - 2019". De uma forma inovadora e colaborativa, lançando mão de técnicas de cocriação e design thinking, o projeto teve como objetivo revisar e elaborar a nossa missão, visão e valores, além de estabelecer o mapa estratégico da Companhia que permeará nossas atividades até 2019. Durante três meses, executivos e colaboradores em geral foram mobilizados para desenhar os percursos da empresa para um futuro próximo. As contribuições para o projeto foram anunciadas na primeira quinzena de janeiro de 2017 no Museu do Amanhã na cidade do Rio de Janeiro. A Missão, Visão e Valores da Companhia ganharam as seguintes definições:

Missão

Proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

Visão

Ser uma companhia que cresce e amplia de forma sustentável seus resultados.

Valores

- **Agilidade**
- **Alta Performance**
- **Espírito de Equipe**
- **Inovação**
- **Integridade**
- **Reconhecimento**

Nosso apoio a projetos sociais também foi reforçado em 2016, pois reconhecemos a importância na condução de nossos negócios o estímulo aos talentos dos colaboradores, o que está expresso explicitamente em ao menos dois dos nossos seis valores: Reconhecimento e Espírito de Equipe. Demos sequência a dois importantes programas de desenvolvimento profissional, o de inserção de portadores de deficiência e o Jovem Aprendiz, além da Operação Equilíbrio, voltada à promoção da saúde e do bem-estar entre nossos colaboradores. Patrocinamos ainda vários projetos culturais, como a exposição de Picasso, os Teatros Riachuelo e Maison de France, bem como o espetáculo teatral Cinderella, entre outros, e eventos esportivos como o torneio de tênis Rio Open e as corridas do Circuito das Estações. São ações cujos resultados aparecem também internamente: na Pesquisa de Clima de 2016 que apresentou índice de favorabiliade de 76%, com adesão de 90% dos colaboradores, o Orgulho de trabalhar na Companhia foi citado como uma das dimensões mais

valorizada. Do total de respondentes, 94% afirmaram que a empresa “dá oportunidade de participar em atividades de ação social ou comunitária”.

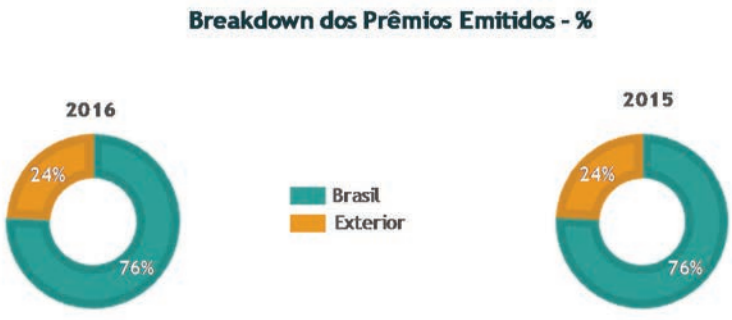
Ainda na esfera social fechamos parcerias com o Hospital GRAACC, O Lar Divino Amigo, o Instituto Olga Kos de Inclusão Social, o Centro de Tratamento Fabiana Macedo de Morais do Grupo de Assistência à Criança com Câncer e o Hospital de Câncer de Barretos, todos no estado de São Paulo, e com o Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba. Nosso Programa de Voluntariado, com quatro frentes de atuação, realizou diversas campanhas de conscientização de boas práticas entre nossos colaboradores, como a da gestão eficiente de resíduos no Dia do Descarte.

Com a base sólida que construímos nos últimos anos, estamos preparados para os desafios e oportunidades que virão. A execução do mapa estratégico, desenhado no Projeto Avançar 2017—2019, permitirá à Companhia crescer de forma estruturada e com perenidade, diversificando ainda mais suas fontes de receita e inovando em produtos e serviços, em consonância com nossos valores. Temos o compromisso de seguir ampliando nosso negócio e, para que essa trajetória estratégica atinja seu objetivo, estamos investindo fortemente em pessoas e em tecnologia. À nossa frente há uma avenida de crescimento que devemos trilhar com determinação, sempre abertos a inovações e contribuições de todos os acionistas, colaboradores, parceiros de negócio, públicos de interesse e a sociedade em geral.

PRINCIPAIS DESTAQUES 2016

Receita com Prêmios

Em 2016, o volume total de **prêmios emitidos** pelo IRB Brasil RE avançou 13,6% em relação a 2015, totalizando R$ 4,9 bilhões. Desse montante, R$ 3,7 bilhões (75,7%) foram emitidos no Brasil e R$ 1,2 bilhão (24,3%) no exterior. Esse substancial aumento decorreu principalmente das contribuições positivas dos ramos de *Property*, Rural e Vida, tanto no Brasil quanto no Exterior.

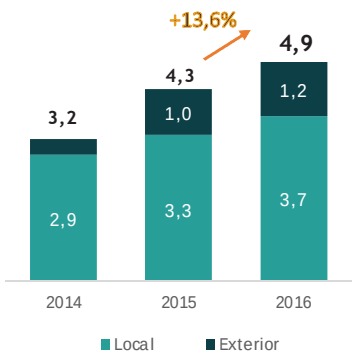


Encerramos 2016 com um crescimento nos **prêmios retidos** de 18,4% em relação a 2015, totalizando R$ 3,5 bilhões. Esse crescimento pode ser explicado pela maior retenção dos prêmios, cujo índice saiu de 69,0% em 2015 para 71,9% em 2016, um avanço de 2,9 pontos percentuais.

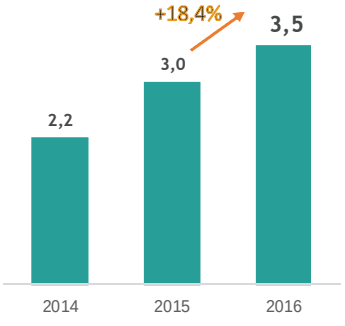
Os **prêmios ganhos** também seguiram a tendência de crescimento e avançaram 19,8% sobre 2015, totalizando R$ 3,5 bilhões no acumulado do ano de 2016, influenciado pelo aumento de volume de emissões e pela maior retenção dos prêmios no período.

O foco da Companhia na obtenção de novos negócios e sua consolidação como Ressegurador Líder no Brasil contribuiu para a manutenção do crescimento no período.

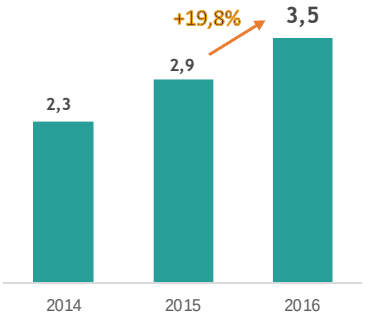
Prêmios Emitidos - R$ bilhões



Prêmios Retidos - R$ bilhões



Prêmios Ganhos - R$ bilhões

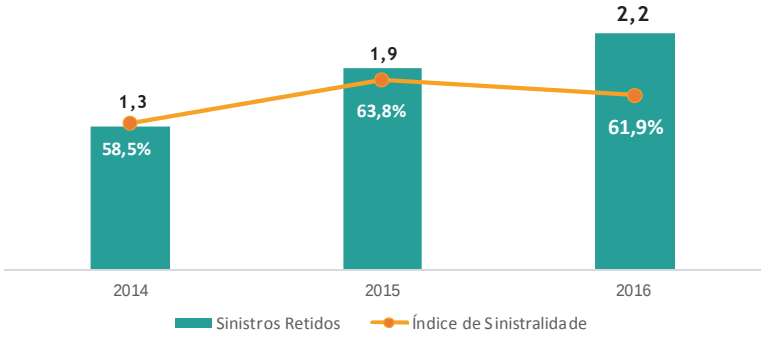


Sinistros Retidos

Em 2016 registramos um aumento de 16,3% nos sinistros retidos, que passaram de R$ 1,9 bilhão em 2015 para R$ 2,2 bilhões no acumulado do ano de 2016. Essa variação é explicada pelos sinistros registrados, principalmente, no segmento Rural em função (i) da estiagem registradas na região Centro-Oeste, que prejudicou as plantações de milho, soja e café; e (ii) do aumento da média histórica de chuvas na região Sul, que causou danos às plantações.

O **índice de sinistralidade** em 2016, no entanto, recuou 1,9 ponto percentual, passando de 63,8% no encerramento de 2015 para 61,9% em 2016. Essa redução é explicada pelo aumento de 19,8% nos prêmios ganhos, face ao aumento de 16,3% na sinistralidade.

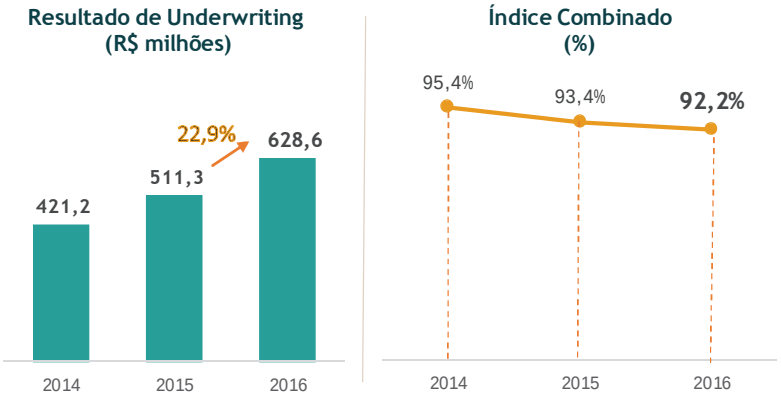
Sinistros Retidos - R$ bilhões | Índice de Sinistralidade - %



Resultado de Subscrição (*Underwriting*)

Em 2016, o **resultado de subscrição** totalizou R$ 628,6 milhões, um crescimento de 22,9% em relação ao ano anterior. Esse crescimento é decorrente do aumento no volume de prêmios ganhos, que cresceu em nível superior ao dos sinistros retidos.

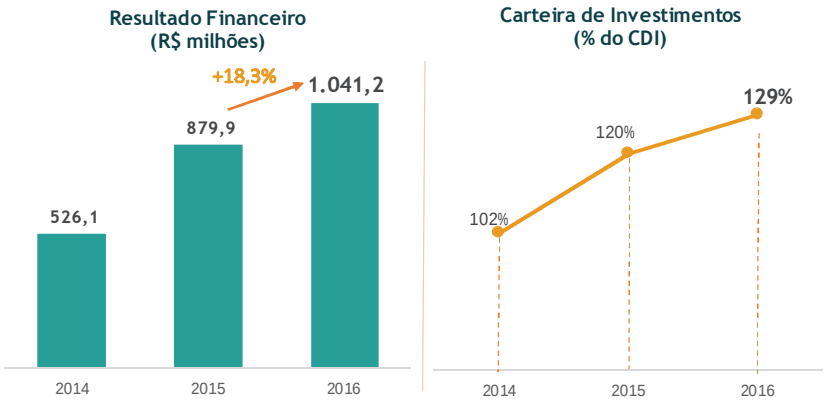
No acumulado do ano, o **índice combinado** foi de 92,2%, um recuo de 1,2 ponto percentual em relação aos 93,4% registrados em 2015, em função, primordialmente, da redução do índice de sinistralidade, associada à queda do índice de despesas administrativas.



Resultado Financeiro

O **resultado financeiro** no ano de 2016 foi de R$ 1.041,2 milhão, um avanço de 18,3% sobre 2015. Ao final do ano de 2016, a carteira de investimentos totalizava, aproximadamente, R$ 6,1 bilhões, com um retorno nominal de 18,08% no ano, gerando um desempenho equivalente a 129% do Benchmark (CDI).

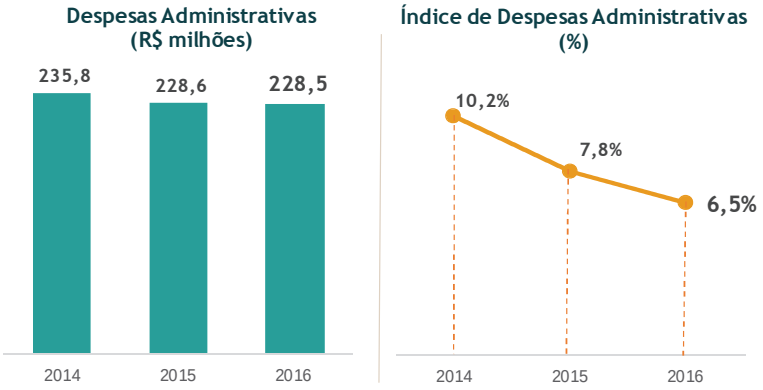
Contribuíram para esse desempenho as seguintes ações: (i) posição em títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) com ganhos de 111% do CDI; (ii) posição em títulos públicos pré-fixados (LTN´s) com ganhos de 134% do CDI; e (iii) posição em renda variável com ganhos nominais de 35% até dezembro de 2016.



Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

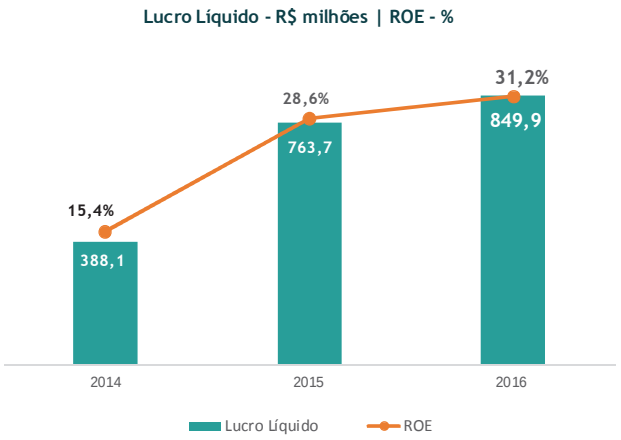
Despesas Gerais e Administrativas

No encerramento de 2016, as **despesas administrativas** mantiveram-se estáveis, em termos nominais, em relação a 2015, totalizando R$ 228,5 milhões. Em termos reais, atualizado pelo IPCA, essa redução foi de 6,7%, explicada pela reestruturação na busca de maior eficiência, sem prejuízo na expansão do volume de prêmios emitidos pela Companhia. Consequentemente, a relação entre as despesas administrativas sobre prêmios ganhos apresentaram uma redução de 1,3 ponto percentual, passando de 7,8% para 6,5% em 2016.



Lucro Líquido

O **lucro líquido** totalizou R$ 849,9 milhões, um aumento de 11,3% em relação a 2015. O retorno sobre o patrimônio líquido de 31,2%, 2,6 pontos percentuais acima dos 28,6% de 2015. Esse resultado foi alcançado por meio da combinação do crescimento do resultado operacional com o resultado financeiro, aliados a uma gestão administrativa eficiente e focada na geração de valor, dentro da nossa visão de crescer e ampliar de forma sustentável seus resultados.



Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Ao longo do exercício de 2016, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de R$ 219,8 milhões a título de juros sobre o capital próprio a seus acionistas, líquido de impostos. O Conselho de Administração da Companhia propôs ainda a distribuição adicional de R$ 417,6 milhões

sob a forma de dividendos. A distribuição total de dividendos e JCP proposta pela administração para o exercício de 2016 totalizou R$ 637,4 milhões, o que representa 75% do lucro líquido registrado no período. A proposta de destinação do resultado de 2016 será submetida à aprovação dos acionistas na AGO que deverá ser realizada no mês de março.

Gestão de Risco

Em 2016 a Companhia implementou com sucesso a primeira fase do projeto de criação da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), em atendimento à Circular SUSEP no. 492, que prevê o desenvolvimento dos controles de captura das perdas operacionais que irão alimentar a base.

Outro destaque do ano foi a antecipação da Companhia às exigências da Circular SUSEP no. 521/15, ao adaptar sua estrutura de gestão de risco às novas regras, praticamente um ano antes do prazo final para a implantação.

A renovação do rating concedido pela agência de classificação de risco A.M. Best, especializada no setor de resseguros e seguros, será realizada no primeiro trimestre de 2017. Em 2016, mantivemos pelo quarto ano consecutivo a classificação A-, atestando nossa solidez e robustez financeira, bem como nossa disciplina na subscrição de riscos e gestão financeira, em acordo com nossos Valores de agilidade, alta performance e integridade.

Governança Corporativa

Para o IRB Brasil RE a governança corporativa é um valor a ser continuamente aprimorado. A Companhia adota de forma voluntária as melhores práticas de governança aplicadas ao mercado de capitais, demonstrando o comprometimento de seus acionistas controladores, administradores e colaboradores.

Alguns exemplos da adoção de boas práticas de governança são a manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, que assessora e monitora os órgãos de administração e os comitês de assessoramento e o Portal de Governança, que disponibiliza todas a pautas e atas do Conselho e dos Comitês realizados ao longo do ano. Em 2016, implementamos ainda a avaliação formal do desempenho dos Administradores pelo Conselho de Administração, garantindo a observância das melhores práticas de governança adotadas no mercado de capitais.

O Conselho de Administração do IRB Brasil RE é composto por cinco membros com conhecimento do mercado que atuamos. O IRB Brasil RE mantém a separação de funções para os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. O Conselho de Administração é assessorado por cinco Comitês independentes estatutários, que auxiliam os Administradores na melhor tomada de decisão para os acionistas minoritários. A Companhia possui ainda um Conselho Fiscal independente, composto por três membros efetivos.

Principais Reconhecimentos

Em 2016, o IRB Brasil RE recebeu importantes reconhecimentos por parte de seus parceiros estratégicos, o que está de acordo com um de nossos Valores: o reconhecimento. Vale destacar os seguintes prêmios:

- Anuário Valor 1000 – Maior do País, Maior Lucro Operacional, Maior Lucro Líquido, Maior Ativo Total, Maior Patrimônio Líquido e Maior Renda sobre o Patrimônio. O IRB Brasil RE foi mais uma vez destaque no ranking de Finanças/Resseguro da edição do anuário Valor 1000, produzido pelo jornal Valor Econômico.

- Brazil Insurance Awards 2015 – Categoria Melhor Ressegurador Brasileiro. A premiação promovida pela revista LatAm Insurance Review.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que o IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da PricewaterhouseCoopers (PwC) não sejam afetados, quanto à independência e à objetividade necessárias ao seu trabalho junto à Companhia, pela prestação de serviços a outras empresas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a PwC prestou serviços adicionais no valor total de R$ 1,1 milhão, referente a consultoria e auditoria no processo de abertura de capital.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas e clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos corretores, pelo apoio e confiança em nossa missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

A Administração

Conselho de Administração

Presidente
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Conselheiros
Alexsandro Broedel Lopes
Flavio Eduardo Arakaki
José Mauricio Pereira Coelho
Samuel Monteiro dos Santos Junior

Diretoria Executiva

Presidente
Tarcísio José Massote de Godoy

Vice-Presidentes
Fernando Passos
José Carlos Cardoso
Lucia Maria da Silva Valle
Mario Di Croce

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
IRB-Brasil Resseguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

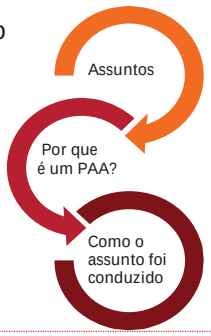
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros (Notas 18 e 26.9)	
A determinação dos valores de provisões técnicas dos contratos de resseguros envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e prêmios emitidos baseado no triangulo de *run-off* , bem como na definição de premissas para os cálculos, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, taxa de desconto, estimativa dos fatores de risco dos sinistros judiciais, expectativa de recuperação de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologia para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas pode resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes da efetividade de controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguros da Companhia e de suas controladas. Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuarias da Companhia e suas controladas pelos responsáveis finais técnicos, confirmando se estes tinham as qualificações e experiência apropriadas. Adicionalmente, avaliamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação das provisões em relação às premissas utilizadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Companhia e procedemos ao recálculo dos principais saldos das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2016, testando a exatidão e a integridade das bases de dados de emissão de apólices e de sinistros utilizadas, por meio de técnicas de auditoria por computador. Consideramos que as premissas utilizadas na determinação das provisões técnicas são razoáveis, o resultado do cálculo das provisões reflete as premissas utilizadas e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.
Receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros (Notas 24.1 e 26.14)	
O reconhecimento da receita de prêmios de coDentratos de resseguros é complexo, pois as transações envolvem diversas variáveis que abrangem, entre outras, a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição, o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos- facultativos ou automáticos- e os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessários controles distintos, alguns manuais, que permitam o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da receita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles. Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e as inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco.	posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil. Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmação das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimentos dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos. Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente. Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros é apropriado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Índice

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais 15
Demonstrações dos resultados....16
Demonstrações dos resultados abrangentes....17
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido....18
Demonstrações dos fluxos de caixa....19
Conciliação dos fluxos de caixa....20
Demonstrações dos valores adicionados....21
Seção A – Informações gerais....17
1.1 Contexto operacional 17
1.2 Declaração de conformidade....17
1.3 Bases de preparação 17
1.4 Consolidação 18
1.5 Reapresentação das demonstrações contábeis....19
1.6 Reclassificação dos saldos comparativos....22
Seção B – Riscos....23
2 Gerenciamento de riscos 23
2.1 Principais tipos de risco....23
2.2 Riscos operacionais 23
2.3 Riscos de subscrição 23
2.4 Risco de mercado 33
2.5 Risco de crédito 35
2.6 Risco de liquidez....39
2.7 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo 39
2.8 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial 39
2.9 Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital 41
Seção C – Informações por segmento....44
3 Informações por segmento de negócios....44
3.1 Demonstrações de resultados por segmentos 44
Seção D – Estrutura do grupo....47
4 Investimentos....47
4.1 Movimentação dos investimentos....47
4.2 Participação societária 48
Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis....48
5 Caixa e equivalentes de caixa....48
6 Aplicações financeiras 49
6.1 Composição das aplicações....49
6.2 Movimentação das aplicações financeiras....58
7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões 59
7.1 Composição....59
7.2 Movimentação....59
7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões 61
8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas....62
8.1 Sinistros – retrocessão (composição) 62
8.2 Prêmios de retrocessão diferidos....65
8.3 Outras provisões técnicas 66
9 Títulos e créditos a receber....67
10 Créditos tributários e previdenciários....67
10.1 Créditos tributários e previdenciários 67
11 Imóveis destinados à renda....70
12 Imobilizado....73
13 Intangível....75
14 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego....75
14.1 Obrigações a pagar 75

14.2 Provisão para benefícios pós-emprego 76
15 Provisões para impostos e contribuições 77
16 Débito de operações de resseguro e retrocessão 77
16.1 Composição 77
16.2 Movimentação 77
17 Depósitos de terceiros 79
18 Provisões técnicas 80
18.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição 80
18.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados 81
18.3 Sinistros em disputa judicial 83
18.4 Outras provisões 84
19 Garantia das provisões técnicas 84
20 Partes relacionadas 85
20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração 85
21 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais 86
21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias 87
21.2 Movimentação das provisões para ações judiciais 88
21.3 Ações fiscais 88
22 Provisões trabalhistas 91
23 Patrimônio líquido 91
23.1 Capital 91
23.2 Ações em tesouraria 93
23.3 Reservas de lucros 93
23.4 Ajuste de avaliação patrimonial 93
23.5 Lucro por ação - básico e diluído 94
23.6 Dividendos e juros sobre capital próprio 94
24 Detalhamento das contas de resultado 95
24.1 Prêmios ganhos - principais grupos de atuação 95
24.2 Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação 96
24.3 Custo de aquisição 97
24.4 Resultado com retrocessão 97
24.5 Outras receitas e despesas operacionais 100
24.6 Despesas administrativas 101
24.7 Despesas com tributos 101
24.8 Resultado financeiro 101
24.9 Resultado patrimonial 102
24.10 Imposto de renda e contribuição social 102
25 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados 106
25.1 Outros benefícios a empregados 113
Seção F – Políticas contábeis 118
26 Resumo das principais políticas contábeis 118
26.1 Conversão em moeda estrangeira 118
26.2 Caixa e equivalentes de caixa 119
26.3 Ativos financeiros 119
26.4 Classificação de contratos de resseguro 122
26.5 Ativos intangíveis 122
26.6 Imobilizado 122
26.7 Propriedades imobiliárias de investimento 123
26.8 Impairment de ativos não financeiros 123
26.9 Provisões 123
26.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 125
26.11 Benefícios a empregados 126
26.12 Capital social 126
26.13 Dividendos 127
26.14 Reconhecimento da receita 127
26.15 Despesa com sinistros e comissões 128

26.16 Demonstração dos resultados abrangentes 128
26.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas 128
27 Estimativas e premissas contábeis críticas 129
28 Eventos subsequentes 131
PARECER DO CONSELHO FISCAL 132
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 133
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 134

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante		**7.092.009**	**8.579.514**	**7.180.187**	**8.633.069**
Disponível		213.543	13.952	217.575	18.277
Caixa e bancos	5	213.543	13.952	217.575	18.277
Aplicações	6	836.280	2.060.711	861.473	2.066.856
Créditos de operações com resseguros e retrocessões	7.1	2.429.070	2.218.305	2.429.719	2.218.305
Operações com seguradoras	7.2.1	1.828.380	1.819.174	1.828.380	1.819.174
Operações com resseguradoras	7.2.2	610.377	427.255	610.377	427.255
Outros créditos operacionais		56.358	120.492	57.007	120.492
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(66.045)	(148.616)	(66.045)	(148.616)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		3.501.373	4.143.154	3.531.075	4.184.979
Prêmios - retrocessão	8.2	611.403	646.462	611.403	646.462
Sinistros - retrocessão	8.1	2.872.589	3.476.261	2.902.291	3.518.086
Outras provisões	8.3	17.381	20.431	17.381	20.431
Títulos e créditos a receber		108.423	142.145	137.025	143.405
Títulos e créditos a receber	9	6.794	11.053	35.376	12.313
Créditos tributários e previdenciários	10.1	101.629	131.092	101.649	131.092
Despesas antecipadas		3.320	1.247	3.320	1.247
Não circulante		**6.455.667**	**5.719.014**	**6.405.008**	**5.735.379**
Realizável a longo prazo		6.116.027	5.445.207	5.911.246	5.362.425
Aplicações	6	4.934.818	4.186.565	4.735.168	4.103.783
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		61.578	69.601	61.578	69.601
Prêmios - retrocessão	8.2	61.578	69.601	61.578	69.601
Títulos e créditos a receber		1.119.631	1.189.041	1.114.500	1.189.041
Títulos e créditos a receber	9	31.859	28.118	26.728	28.118
Créditos tributários e previdenciários	10.1	165.066	206.190	165.066	206.190
Ativo fiscal diferido	10.1	351.907	480.691	351.907	480.691
Depósitos judiciais e fiscais	21	570.799	474.042	570.799	474.042
Investimentos		230.645	174.545	384.767	273.676
Participações societárias	1.3	224.393	-	-	-
Imóveis destinados à renda	11	6.146	174.431	384.661	273.562
Outros Investimentos		106	114	106	114
Imobilizado	12	46.719	35.905	46.719	35.921
Intangível	13	62.276	63.357	62.276	63.357
Total do ativo		**13.547.676**	**14.298.528**	**13.585.195**	**14.368.448**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Circulante		**9.270.957**	**10.141.973**	**9.308.476**	**10.211.893**
Contas a pagar		202.110	158.815	209.314	183.649
Obrigações a pagar	14.1	114.630	79.637	115.941	81.272
Impostos e encargos sociais a recolher		29.527	22.113	29.527	22.113
Provisões trabalhistas	21	7.849	7.212	7.849	7.212
Provisões para benefícios pós-emprego	14.2 e 24.1	32.771	35.582	32.771	35.582
Impostos e contribuições a recolher	15	17.333	14.271	18.490	14.271
Provisão para desvalorização de investimentos		-	-	4.736	23.199
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	16.1	1.209.802	1.024.987	1.210.068	1.025.310
Operações com seguradoras	16.2.1	269.827	156.082	269.827	156.082
Operações com resseguradoras	16.2.2	861.092	676.759	861.092	676.759
Corretores de resseguros e retrocessões		49.117	52.500	49.383	52.521
Outros débitos operacionais		29.766	139.646	29.766	139.948
Depósitos de terceiros	17	59.963	45.958	59.963	45.958
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		7.799.082	8.912.213	7.829.131	8.956.976
Ramos elementares e vida em grupo		7.799.082	8.912.213	7.829.131	8.956.976
Provisão de prêmios não ganhos	18.1	1.498.083	1.659.526	1.498.083	1.659.526
Riscos vigentes emitidos		1.326.449	1.502.237	1.326.449	1.502.237
Riscos vigentes não emitidos		171.634	157.289	171.634	157.289
Sinistros a liquidar	18.2	4.653.164	5.922.313	4.653.516	5.923.334
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	18.2	1.547.368	1.265.900	1.577.065	1.309.642
Outras provisões	18.4	100.467	64.474	100.467	64.474
Não circulante		**948.502**	**981.960**	**948.502**	**981.960**
Exigível a longo prazo		948.502	981.960	948.502	981.960
Contas a pagar		738.660	682.314	738.660	682.314
Obrigações fiscais	21	389.427	353.107	389.427	353.107
Provisões para benefícios pós-emprego	14.2 e 25.1	348.923	328.897	348.923	328.897
Outras contas a pagar	14.1	310	310	310	310
Débitos das operações com resseguros e retrocessões		789	789	789	789
Outros débitos operacionais		789	789	789	789
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		150.880	178.673	150.880	178.673
Ramos elementares e vida em grupo		150.880	178.673	150.880	178.673
Provisão de prêmios não ganhos	18.1	150.880	178.673	150.880	178.673
Riscos vigentes emitidos		133.594	161.738	133.594	161.738
Riscos vigentes não emitidos		17.286	16.935	17.286	16.935
Outros débitos	21	58.173	120.184	58.173	120.184
Contingências fiscais		-	66.053	-	66.053
Contingências trabalhistas		53.732	50.379	53.732	50.379
Outras provisões		4.441	3.752	4.441	3.752
Patrimônio líquido		3.328.217	3.174.595	3.328.217	3.174.595
Capital social	23.1	1.453.080	1.453.080	1.453.080	1.453.080
Reservas de lucros	23.3	1.535.821	1.360.814	1.535.821	1.360.814
Ajustes de avaliação patrimonial	23.4	(65.289)	(80.405)	(65.289)	(80.405)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	23.6	417.561	454.062	417.561	454.062
Ações em tesouraria	23.2	(12.956)	(12.956)	(12.956)	(12.956)
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.547.676**	**14.298.528**	**13.585.195**	**14.368.448**

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Prêmios emitidos líquidos		4.188.263	3.723.449	4.188.263	3.723.449
Variações das provisões técnicas		(26.088)	22.662	(26.088)	22.662
Prêmios ganhos	24.1	**4.162.175**	**3.746.111**	**4.162.175**	**3.746.111**
Sinistros ocorridos	24.2	**(2.589.635)**	**(2.285.679)**	**(2.589.635)**	**(2.287.603)**
Sinistros diretos		(2.322.882)	(1.972.100)	(2.322.882)	(1.973.677)
Salvados e ressarcimentos		99.936	74.953	99.936	74.953
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(366.689)	(388.532)	(366.689)	(388.879)
Custos de aquisição	24.3	**(103.521)**	**(95.430)**	**(103.521)**	**(95.430)**
Comissões		(103.521)	(95.430)	(103.521)	(95.430)
Outras receitas e despesas operacionais	24.5	**20.829**	**9.217**	**22.610**	**11.969**
Resultado com retrocessão	24.4	**(752.135)**	**(792.310)**	**(752.135)**	**(792.310)**
Receitas com retrocessões	24.4.1	537.826	547.442	537.826	547.442
Despesas com retrocessões	24.4.2	(1.260.402)	(1.289.209)	(1.260.402)	(1.289.209)
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário	24.4.1	(43.255)	(54.388)	(43.255)	(54.388)
Outras receitas e despesas operacionais		13.696	3.845	13.696	3.845
Despesas administrativas	24.6	**(253.436)**	**(261.786)**	**(260.807)**	**(266.605)**
Despesas com tributos	24.7	**(134.153)**	**(111.018)**	**(135.540)**	**(111.018)**
Resultado financeiro	24.8	**816.738**	**798.114**	**818.423**	**799.423**
Receitas financeiras		**1.251.274**	**1.395.684**	**1.252.284**	**1.395.698**
Receitas financeiras provenientes da carteira de investimentos		1.174.163	1.305.474	1.174.614	1.305.488
Receitas financeiras outras		77.111	90.210	77.670	90.210
Despesas financeiras		**(434.536)**	**(597.570)**	**(433.861)**	**(596.275)**
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos		(247.720)	(543.533)	(247.045)	(542.238)
Despesas financeiras outras		(186.816)	(54.037)	(186.816)	(54.037)
Resultado patrimonial	24.9	**71.229**	**12.651**	**79.843**	**15.450**
Receitas com imóveis de renda, líquidas		14.730	37.955	62.665	37.955
Ajustes de investimentos em controladas		39.321	(2.798)	-	-
Outras receitas patrimoniais, líquidas		17.178	(22.506)	17.178	(22.505)
Resultado operacional		**1.238.091**	**1.019.870**	**1.241.413**	**1.019.987**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**-**	**21**	**-**	**21**
Resultado antes dos impostos e participações		**1.238.091**	**1.019.891**	**1.241.413**	**1.020.008**
Imposto de renda	24.10	(197.994)	(158.160)	(200.388)	(158.277)
Contribuição social	24.10	(190.223)	(98.013)	(191.151)	(98.013)
Lucro líquido do exercício		**849.874**	**763.718**	**849.874**	**763.718**
Quantidade de ações		**310.698.900**	**310.698.900**	**310.698.900**	**310.698.900**
Lucro básico e diluído por ação		**2,74**	**2,46**	**2,74**	**2,46**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado 2016	2015
Lucro líquido do exercício		**849.874**	**763.718**
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente registradas em resultado			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	**23.4**	**(887)**	**8.537**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**23.4**		
Ganho (perda) líquida originado de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício		87.282	(122.322)
Perdas não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas		(82)	(23)
Imposto de renda e contribuição social		**(39.277)**	**57.014**
		47.036	**(56.794)**
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Benefícios pós-emprego	**23.4**		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		(57.103)	12.077
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas		665	(1.465)
Imposto de renda e contribuição social		**24.518**	**(5.435)**
		(31.920)	**5.177**
Total de outros resultados abrangentes		**15.116**	**(51.617)**
Total do resultado abrangente do exercício		**864.990**	**712.101**

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
			Legal	Reinvestimento					
Saldos em 1º de janeiro de 2015		**1.453.080**	**283.670**	**973.193**	**(12.956)**	**(28.788)**		**285.733**	**2.953.932**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	23.4	-	-	-	-	(65.331)	-	-	(65.331)
Ajustes acumulados de conversão	23.4	-	-	-	-	8.537	-	-	8.537
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	23.4	-	-	-	-	5.177	-	-	5.177
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	763.718	-	763.718
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(51.617)**	**763.718**	**-**	**712.101**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Proposta para distribuição do resultado									
Dividendo adicional pago do exercício de 2014		-	-	-	-	-	-	(285.733)	(285.733)
Constituição de reserva legal		-	6.947	-	-	-	(6.947)	-	-
Constituição de reserva de reinvestimentos	23.3	-	-	273.004	-	-	(273.004)	-	-
Distribuição de dividendos	23.6	-	-	-	-	-	(483.767)	454.062	(29.705)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.6	-	-	(176.000)	-	-	-	-	(176.000)
Total de de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		**-**	**6.947**	**97.004**	**-**	**-**	**(763.718)**	**168.329**	**(491.438)**
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**1.453.080**	**290.617**	**1.070.197**	**(12.956)**	**(80.405)**	**-**	**454.062**	**3.174.595**
Saldos em 1º de janeiro de 2016		**1.453.080**	**290.617**	**1.070.197**	**(12.956)**	**(80.405)**		**454.062**	**3.174.595**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	23.4	-	-	-	-	47.923	-	-	47.923
Ajustes acumulados de conversão	23.4	-	-	-	-	(887)	-	-	(887)
Perdas atuariais em benefício pós-emprego	23.4	-	-		-	(31.920)	-	-	(31.920)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	849.874	-	849.874
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**15.116**	**849.874**	**-**	**864.990**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Proposta para distribuição do resultado									
Dividendo adicional pago do exercício de 2015		-	-	(14.700)	-	-	-	(454.062)	(468.762)
Constituição de reserva de reinvestimentos	23.1	-	-	432.313	-	-	(432.313)	-	-
Distribuição de dividendos	23.6	-	-	-	-	-	(417.561)	417.561	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.3	-	-	(242.606)	-	-	-	-	(242.606)
Total de de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		**-**	**-**	**175.007**	**-**	**-**	**(849.874)**	**(36.501)**	**(711.368)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**1.453.080**	**290.617**	**1.245.204**	**(12.956)**	**(65.289)**	-	**417.561**	**3.328.217**

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	4.338.640	4.116.644	4.340.273	4.118.610
Recuperações de sinistros e comissões	502.099	762.975	505.543	765.118
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	201.653	105.263	203.093	105.263
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(3.113.012)	(2.560.435)	(3.115.213)	(2.562.727)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(1.086.334)	(1.328.140)	(1.086.334)	(1.328.140)
Pagamentos de despesas e obrigações	(252.647)	(312.203)	(259.347)	(317.856)
Outros pagamentos operacionais	(342.658)	(100.231)	(343.963)	(101.012)
Recebimento de aluguéis e venda imoveis	10.285	39.068	34.185	39.068
Recebimentos de juros e dividendos	17.642	15.193	18.039	15.653
Constituição de depósitos judiciais	(57.769)	(33.182)	(57.769)	(33.182)
Caixa gerado pelas operações	217.899	704.952	238.507	700.795
Impostos e contribuições pagos	(358.055)	(421.611)	(361.749)	(421.611)
Investimentos financeiros				
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(3.659.342)	(4.036.468)	(3.683.196)	(4.036.468)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	3.957.552	4.183.682	3.962.632	4.183.682
Investimentos financeiros líquidos	298.210	147.214	279.436	147.214
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**158.054**	**430.555**	**156.194**	**426.398**
Atividades de investimento				
Aplicações de investimentos disponíveis para venda	(4.908.967)	(2.797.168)	(4.923.363)	(2.707.759)
Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	5.684.720	2.354.096	5.812.759	2.358.545
Aplicações de investimentos mantidos até o vencimento	-	(1.718.172)	-	(1.718.172)
Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	17.875	2.226.048	17.875	2.226.048
Pagamento pela compra de:				
Imobilizado	(19.152)	(10.548)	(19.152)	(10.548)
Intangível	(20.454)	(22.463)	(20.454)	(22.463)
Imóveis destinados à renda	-	-	(111.366)	(99.131)
Recebimento pela venda de:				
Imobilizado	1.035	256	1.035	256
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**755.057**	**32.049**	**757.334**	**26.776**
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(680.891)	(478.670)	(680.891)	(478.670)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(680.891)**	**(478.670)**	**(680.891)**	**(478.670)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	232.220	(16.066)	232.637	(25.496)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(32.629)	20.507	(33.339)	30.485
Aumento de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	**199.591**	**4.441**	**199.298**	**4.989**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**13.952**	**9.511**	**18.277**	**13.288**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**213.543**	**13.952**	**217.575**	**18.277**

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais (continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**	**849.874**	**763.718**
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciações e amortizações	30.157	27.088	32.336	27.114
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(16.331)	3.931	(16.331)	3.917
Constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(59.742)	(2.301)	(59.742)	(2.301)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	600	(21)	600	(21)
Resultado de equivalência patrimonial	(39.321)	2.798	-	-
Outros ajustes	32.317	20.507	31.307	19.719
Variação nas contas patrimoniais				
Aplicações financeiras	(230.167)	(823.192)	(249.981)	(823.167)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(361.410)	(243.050)	(362.108)	(243.031)
Ativos de retrocessão	649.805	(558.206)	649.805	(555.940)
Créditos fiscais e previdenciários	179.418	(93.502)	179.418	(93.502)
Despesas antecipadas	(2.080)	(288)	(2.080)	(288)
Outros ativos	610	9.259	(22.447)	10.598
Depósitos judiciais e fiscais	(96.757)	(55.688)	(96.757)	(55.688)
Fornecedores	46.882	2.298	46.607	2.298
Impostos e contribuições	30.432	8.034	31.589	8.034
Débitos de operações com seguros e resseguros	292.637	140.578	292.637	138.386
Depósitos de terceiros	(2.917)	(14.071)	(2.917)	(14.071)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(1.140.924)	1.262.551	(1.141.425)	1.262.207
Outros passivos	20.662	(49.742)	21.500	(51.438)
Provisões judiciais	(25.691)	29.854	(25.691)	29.854
Caixa líquido gerado pelas operações	**158.054**	**430.555**	**156.194**	**426.398**

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Receita com operação de seguros	4.188.263	3.723.449	4.188.263	3.723.449
Outras	(108.982)	(46.591)	(107.201)	(43.839)
Constituição de créditos de liquidação duvidosa	59.742	2.301	59.742	2.301
Variação das provisões técnicas	(26.088)	22.662	(26.088)	22.662
Receita líquida operacional	**4.112.935**	**3.701.821**	**4.114.716**	**3.704.573**
Benefícios e sinistros				
Sinistros	(2.322.882)	(1.972.100)	(2.322.882)	(1.973.677)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(366.689)	(388.532)	(366.689)	(388.879)
Outras	99.936	74.953	99.936	74.953
	(2.589.635)	**(2.285.679)**	**(2.589.635)**	**(2.287.603)**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(39.897)	(39.054)	(40.637)	(39.225)
Serviços de terceiros, comissões liquidas	(38.134)	(41.214)	(42.139)	(41.214)
	(78.031)	**(80.268)**	**(82.776)**	**(80.439)**
Valor adicionado bruto	**1.445.269**	**1.335.874**	**1.442.305**	**1.336.531**
Depreciação, amortização e exaustão	**(30.157)**	**(27.088)**	**(32.336)**	**(27.114)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.415.112**	**1.308.786**	**1.409.969**	**1.309.417**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro	816.738	798.114	818.423	799.423
Resultado com retrocessão	(752.135)	(792.310)	(752.135)	(792.310)
Outras	38.874	(26.038)	47.041	(27.375)
	103.477	**(20.234)**	**113.329**	**(20.262)**
Valor adicionado total a distribuir	**1.518.589**	**1.288.552**	**1.523.298**	**1.289.155**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	146.345	157.645	146.345	158.130
Impostos, taxas e contribuições	522.370	367.189	527.079	367.307
Juros sobre capital próprio	242.606	176.000	242.606	176.000
Lucros retidos do exercício	607.268	587.718	607.268	587.718
	1.518.589	**1.288.552**	**1.523.298**	**1.289.155**

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior.

Ao final de 2016, com base em informações do IRB Brasil RE e da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A manteve-se na posição de líder do mercado brasileiro de resseguros, com "*Market share*" de aproximadamente 39,0% (acumulado até setembro de 2016 – não auditado), focando sua atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 6 de julho de 2017.

1.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

1.3 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O IRB Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade ("*run-off*"). Em 11 de dezembro de 2014, em sua 209ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração aprovou a avaliação das operações dessa sucursal a valor de mercado para posterior apreciação de propostas para sua eventual alienação. A referida avaliação não gerou perdas nas demonstrações contábeis do IRB Brasil RE. Uma vez que a operação de Londres não representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações da Companhia, conforme requerido pelo CPC 31, os saldos da referida sucursal não foram apresentados como operação descontinuada.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1.4 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma controlada localizada nos Estados Unidos da América que se encontra em processo de *"run-off"* e uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora. As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	International Corporation & Subsidiaries	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.
Percentual de participação no capital social	100,0%	100,0%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000	168.465.949
Ativo	51.568	214.835
Passivo circulante e não circulante	30.537	6.737
Patrimônio líquido no fim do exercício	21.031	208.098
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(311)	39.632

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento

- BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50
- Itaú FI IRB BRASIL RE Renda Fixa
- Fundo de Investimento Caixa IRB Brasil RE Renda Fixa
- Bradesco FIRF IRB Caixa
- BB IRB BRASIL RE FI RF LP Crédito Privado
- FI Itaú Renda Fixa IRB BRASIL RE Crédito Privado
- FI Caixa IRB BRASIL RE RF Crédito Privado LP
- Bradesco FI IRB BRASIL RE Crédito Privado LP
- Fundo de Investimento Imobiliário FII Votorantim
- Fundo de Investimento RF IRB BRASIL RE Absoluto

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar a *International Corporation & Subsidiaries*, os fundos exclusivos indicados acima e a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.

1.5 Reapresentação das demonstrações contábeis

(a) Notas 2.4.1: Inclusão da divulgação referente às limitações que podem resultar na incapacidade da informação de refletir completamente o valor justo dos ativos e passivos envolvidos do modelo utilizado, conforme demonstrado abaixo:

"O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Diariamente a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

Entre os métodos utilizados na gestão de risco de mercado, utiliza-se o Value at Risk (VaR). A mensuração do risco de mercado através do VaR estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. É uma métrica difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio, e como limitação, não mensura o montante da mesma acima do nível de confiança."

(b) Notas 2.4.2 e 2.4.3: Reapresentação das notas para melhor atendimento dos incisos incisos II e III do parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução CVM nº 475/08, demonstrando assim hipóteses de deterioração do patrimônio bem como também as cotações que correspondem aos cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco considerada, conforme demonstrado abaixo:

Original: Nota 2.4.2

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma deterioração de 25,0% e uma deterioração de 50,0% em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de dezembro de 2016, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,47. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	2016	Cenários para 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira	4.027.083	260.597	(3.718.172)	(3.409.262)
Total de passivos	(3.922.386)	(253.822)	3.621.506	3.320.627
Exposição líquida	104.697	6.775	(96.666)	(88.635)
Impacto (%) no patrimônio líquido		0,2	(2,9)	(2,7)
Impacto (%) no resultado		0,8	(11,4)	(10,4)

Ajustado: Nota 2.4.2

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma deterioração de 25,0% (Cenário I - taxa de câmbio R$/US$ 2,60) e uma deterioração de 50,0% (Cenário II - taxa de câmbio R$/US$ 1,74) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de dezembro de 2016, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,47. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	31 de dezembro de 2016	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira	4.027.083	260.597	(811.323)	(1.883.243)
Total de passivos	(3.922.386)	(253.822)	790.230	1.834.282
Exposição líquida	104.697	6.775	(21.093)	(48.961)
Impacto (%) no patrimônio líquido		0,2	(0,6)	(1,5)
Impacto (%) no resultado		0,8	(2,5)	(5,8)

Original: Nota 2.4.3

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade as variações na taxa de juros pré-fixada SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma variação de 25,0% e uma variação de 50,0% em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de dezembro de 2016, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 10,3%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	2016	Cenários para 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira total (*)	5.771.097	5.834.439	5.713.160	5.661.888
Impacto (%) na carteira total		1,1	(1,0)	(1,9)
Impacto (R$)		63.342	(57.937)	(109.210)
Impacto (%) no patrimônio líquido		1,9	(1,7)	(3,3)
Impacto (%) no resultado		7,5	(6,8)	(12,9)

Ajustado: Nota 2.4.3

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade as variações na taxa de juros SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma variação de 25,0% (Cenário I - taxa de 12,9%) e uma variação de 50,0% (Cenário II - taxa de 15,5%) em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de dezembro de 2016, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 10,3%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de dezembro de 2016	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira total (*)	5.771.098	5.834.440	5.713.161	5.661.888
Impacto (%) na carteira total		1,1	(1,0)	(1,9)
Impacto (R$)		63.342	(57.937)	(109.210)
Impacto (%) no patrimônio líquido		1,9	(1,7)	(3,3)
Impacto (%) no resultado		7,5	(6,8)	(12,9)

(c) Nota 2.8.2: Inlusão da nota 2.8.2 com a descrição dos pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo para cada categoria de ativos financeiros, conforme demonstrado abaixo:

"Os pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo para cada categoria de ativos financeiros estão descritos a seguir:

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa na demonstração do resultado.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo

esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aqueles para os quais a administração da Companhia tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos.”

(d) Nota 20.1: Reapresentação da nota para melhor atendimento do item 17 do CPC05, gerando melhor forma de apresentação e, consequentemente, mais transparência e visibilidade das movimentações, conforme demonstrado abaixo:

Original: Nota 20.1

	Controladora e Consolidado	
	Contas a pagar	Resultado
Em 31 de dezembro de 2016	**14.442**	**11.161**
Em 31 de dezembro de 2015	**11.812**	**15.652**

Ajustado: Nota 20.1

	Controladora e Consolidado			
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios de longo prazo a administradores	Benefício pós-emprego	Total
Contas a pagar				
2015	11.502	310	-	**11.812**
2016	14.132	310	-	**14.442**
Resultado				
2015	15.270	-	382	**15.652**
2016	10.705	-	456	**11.161**

1.6 Reclassificação dos saldos comparativos

A Companhia, para fins de comparabilidade, reclassificou a parcela dos saldos ativos e passivos da provisão para prêmios não ganhos em 31 de dezembro de 2015, cujo diferimento ocorrerá em um prazo superior a doze meses, nos montantes de R$ 69.601 e R$ 178.673, respectivamente. As alterações realizadas não impactaram de forma relevante as informações comparativas relativas aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015 (saldos de abertura), consequentemente, as referidas demonstrações contábeis comparativas não estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Seção B – Riscos

2 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas.

Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeiro responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Após 4ª revisão, ocorrida em dezembro de 2015, foi confirmada a classificação A- (excelente), com viés estável, pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

2.1 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias.

A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la.

2.2 Riscos operacionais

A gestão de riscos operacionais, que já envolvia o escritório de Buenos Aires, incorporou as atividades do escritório de Londres uma vez que, mesmo se dedicando a administração da carteira em "*run-off*", é uma unidade que presta contas para os órgãos reguladores e financeiros locais e preserva a imagem do IRB Brasil RE no exterior.

Em paralelo, o desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais se encontra em fase avançada de desenvolvimento. A ferramenta SAP, que suportará os processos, foi preparada e disponibilizada para testes dos usuários.

2.3 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

Uma das técnicas disponíveis para a mitigação e controle do risco de subscrição é a transferência de riscos por meio de retrocessão. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Além disso, para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na nota 2.5.

2.3.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do órgão regulador. O quadro abaixo demonstra os passivos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) brutos e líquidos por linhas de negócio:

	Controladora			
	Resseguro		Retrocessão	
Grupo de Ramos	2016	2015	2016	2015
Patrimonial	2.854.614	3.361.049	(1.580.183)	(1.887.700)
Riscos especiais	272.867	645.634	(186.980)	(470.335)
Responsabilidades	682.678	686.881	(307.028)	(304.393)
Cascos	573.658	672.707	(492.687)	(559.666)
Automóvel	221.898	251.306	(9.184)	(6.295)
Transportes	366.205	413.570	(202.982)	(243.290)
Riscos financeiros	609.563	710.635	(285.372)	(367.277)
Crédito	25.816	37.515	(18.828)	(27.715)
Pessoas	209.738	203.075	(48.973)	(38.980)
Habitacional	45.375	52.307	(385)	(270)
Rural	451.758	442.205	(23.709)	(44.316)
Marítimos	143.560	176.366	(31.409)	(39.859)
Aeronáuticos	402.417	338.119	(284.260)	(166.654)
Run-off -Londres	172.061	217.661	-	-
Outros	917.754	881.856	(90.971)	(56.005)
Total	**7.949.962**	**9.090.886**	**(3.562.951)**	**(4.212.755)**

	Consolidado			
	Resseguro		Retrocessão	
Grupo de Ramos	2016	2015	2016	2015
Patrimonial	2.854.614	3.361.049	(1.580.183)	(1.887.700)
Riscos especiais	272.867	645.634	(186.980)	(470.335)
Responsabilidades	682.678	686.881	(307.028)	(304.393)
Cascos	573.658	672.707	(492.687)	(559.666)
Automóvel	221.898	251.306	(9.184)	(6.295)
Transportes	366.205	413.570	(202.982)	(243.290)
Riscos financeiros	609.563	710.635	(285.372)	(367.277)
Crédito	25.816	37.515	(18.828)	(27.715)
Pessoas	209.738	203.075	(48.973)	(38.980)
Habitacional	45.375	52.307	(385)	(270)
Rural	451.758	442.205	(23.709)	(44.316)
Marítimos	143.560	176.366	(31.409)	(39.859)
Aeronáuticos	402.417	338.119	(284.260)	(166.654)
Run-off -Londres	172.061	217.661	-	-
Outros	947.803	926.619	(120.673)	(97.830)
Total	**7.980.011**	**9.135.649**	**(3.592.653)**	**(4.254.580)**

A natureza das operações de resseguro implica que o ressegurador recebe a maior parte das informações das cedentes de forma agregada, geralmente tendo acesso a dados individualizados em negócios facultativos, somente. Devido à orientação da Circular SUSEP nº517/2015, não é cabível divulgação de concentração de risco por área geográfica.

2.3.2 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros brutos de retrocessão

- **Bruto de retrocessão**

	2016							
	Controladora							
Ano de subscrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Sinistros incorridos no ano	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	
Um ano depois	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610		
Dois anos depois	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391			
Três anos depois	682.091	1.028.917	2.005.247	2.074.119				
Quatro anos depois	838.675	972.769	1.994.059					
Cinco anos depois	815.800	1.019.971						
Seis anos depois	816.965							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	816.965	1.019.971	1.994.059	2.074.119	1.709.391	2.184.610	330.900	10.130.014
Pagamentos acumulados até a data base	734.908	785.621	1.718.250	1.722.485	1.278.923	910.218	114.033	7.264.437
Passivo reconhecido no balanço	**82.057**	**234.350**	**275.809**	**351.634**	**430.469**	**1.274.391**	**216.867**	**2.865.576**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.498.211
IBNER								**289.377**
Total do passivo incluso no balanço								**4.653.164**

	2015							
	Controladora							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	
Um ano depois	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605		
Dois anos depois	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277			
Três anos depois	1.433.714	682.091	1.028.917	2.005.247				
Quatro anos depois	1.391.459	838.675	972.769					
Cinco anos depois	1.396.592	815.800						
Seis anos depois	1.398.616							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.398.616	815.800	972.769	2.005.247	2.039.277	1.331.605	656.095	9.219.409
Pagamentos acumulados até a data base	(1.300.853)	(717.082)	(736.838)	(1.569.578)	(1.390.356)	(665.001)	(103.756)	(6.483.464)
Passivo reconhecido no balanço	**97.763**	**98.718**	**235.931**	**435.669**	**648.921**	**666.604**	**552.339**	**2.735.945**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								2.830.867
IBNER								355.501
Total do passivo incluso no balanço								**5.922.313**

	2016							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Sinistros incorridos no ano	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	331.252	
Um ano depois	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610		
Dois anos depois	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391			
Três anos depois	682.091	1.028.917	2.005.247	2.074.119				
Quatro anos depois	838.675	972.769	1.994.059					
Cinco anos depois	815.800	1.019.971						
Seis anos depois	816.964							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	816.964	1.019.971	1.994.059	2.074.119	1.709.391	2.184.610	331.252	10.130.366
Pagamentos acumulados até a data base	734.908	785.621	1.718.250	1.722.485	1.278.923	910.218	114.033	7.264.437
Passivo reconhecido no balanço	**82.056**	**234.350**	**275.809**	**351.634**	**430.468**	**1.274.392**	**217.219**	**2.865.929**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								1.498.211
IBNER								**289.377**
Total do passivo incluso no balanço								**4.653.516**

	2015							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	
Um ano depois	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605		
Dois anos depois	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277			
Três anos depois	1.433.714	682.091	1.028.917	2.005.247				
Quatro anos depois	1.391.459	838.675	972.769					
Cinco anos depois	1.396.592	815.800						
Seis anos depois	1.398.616							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.398.616	815.800	972.769	2.005.247	2.039.277	1.331.605	656.095	9.219.409
Pagamentos acumulados até a data base	(1.300.853)	(717.082)	(736.838)	(1.569.578)	(1.390.356)	(665.001)	(103.756)	(6.483.464)
Passivo reconhecido no balanço	**97.763**	**98.718**	**235.931**	**435.669**	**648.921**	**666.604**	**552.339**	**2.735.945**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								2.831.888
IBNER								355.501
Total do passivo incluso no balanço								**5.923.334**

- **Líquido de retrocessão**

	2016							
	Controladora e Consolidado							
Ano de subscrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Sinistros incorridos no ano	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	202.896	
Um ano depois	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979	1.506.852		
Dois anos depois	550.314	346.747	916.994	1.133.787	1.252.197			
Três anos depois	471.303	589.538	1.016.375	1.233.167				
Quatro anos depois	579.850	574.959	1.011.914					
Cinco anos depois	559.104	587.398						
Seis anos depois	559.513							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	559.513	587.398	1.011.914	1.233.167	1.252.197	1.506.852	202.896	6.353.937
Pagamentos acumulados até a data base	517.635	473.624	856.164	1.072.070	979.743	734.122	100.599	4.733.957
Passivo reconhecido no balanço	**41.878**	**113.774**	**155.750**	**161.097**	**272.454**	**772.730**	**102.297**	**1.619.980**
Passivo em relação a anos anteriores a 2010								665.601
IBNER								**219.577**
Total do passivo incluso no balanço								**2.505.158**

	2015							
	Controladora							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	
Um ano depois	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979		
Dois anos depois	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.133.787			
Três anos depois	1.052.361	471.303	589.538	1.016.375				
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	574.959					
Cinco anos depois	1.056.507	559.104						
Seis anos depois	1.057.876							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.057.876	559.104	574.959	1.016.375	1.133.787	981.979	325.364	5.649.444
Pagamentos acumulados até a data base	(972.799)	(511.132)	(443.267)	(795.880)	(886.031)	(528.145)	(76.636)	(4.213.890)
Passivo reconhecido no balanço	**85.077**	**47.972**	**131.692**	**220.495**	**247.756**	**453.834**	**248.728**	**1.435.554**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								1.311.122
IBNER								230.399
Total do passivo incluso no balanço								**2.977.075**

	2015							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	
Um ano depois	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979		
Dois anos depois	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.133.787			
Três anos depois	1.052.361	471.303	589.538	1.016.375				
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	574.959					
Cinco anos depois	1.056.507	559.104						
Seis anos depois	1.057.876							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.057.876	559.104	574.959	1.016.375	1.133.787	981.979	325.364	5.649.444
Pagamentos acumulados até a data base	(972.799)	(511.132)	(443.267)	(795.880)	(886.031)	(528.145)	(76.636)	(4.213.890)
Passivo reconhecido no balanço	**85.077**	**47.972**	**131.692**	**220.495**	**247.756**	**453.834**	**248.728**	**1.435.554**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								1.270.318
IBNER								230.399
Total do passivo incluso no balanço								**2.936.271**

2.3.3 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, considerando um aumento de 10,0% na sinistralidade.

Efeitos brutos	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(258.963)
Resultado líquido (%)	(30,5)
Patrimônio líquido (%)	(7,8)

Efeitos líquidos de resseguros	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(205.181)
Resultado líquido (%)	(24,1)
Patrimônio líquido (%)	(6,2)

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Outros estudos internos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação, e cobertos por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse fator de risco.

2.4 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, o que pode causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB são as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos. A gestão do risco dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela Administração, estabelecidas em sua governança. Para esse fim são utilizadas as seguintes técnicas: VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

2.4.1 Análise de *Value at Risk*

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Diariamente a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

Entre os métodos utilizados na gestão de risco de mercado, utiliza-se o Value at Risk (VaR). A mensuração do risco de mercado através do VaR estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. É uma métrica difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio, e como limitação, não mensura o montante da mesma acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Resseguradora estimado para 31 de dezembro de 2016 foi de aproximadamente R$ 2.600, o que representa uma perda máxima estimada de 0,05% do total da carteira de ativos.

2.4.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma deterioração de 25,0% (Cenário I - taxa de câmbio R$/US$ 2,60) e uma deterioração de 50,0% (Cenário II - taxa de câmbio R$/US$ 1,74) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de dezembro de 2016, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,47. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	31 de dezembro de 2016	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira	4.027.083	260.597	(811.323)	(1.883.243)
Total de passivos	(3.922.386)	(253.822)	790.230	1.834.282
Exposição líquida	104.697	6.775	(21.093)	(48.961)
Impacto (%) no patrimônio líquido		0,2	(0,6)	(1,5)
Impacto (%) no resultado		0,8	(2,5)	(5,8)

2.4.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade as variações na taxa de juros SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma variação de 25,0% (Cenário I - taxa de 12,9%) e uma variação de 50,0% (Cenário II - taxa de 15,5%) em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 30 de dezembro de 2016, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 10,3%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de dezembro de 2016	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira total (*)	5.771.098	5.834.440	5.713.161	5.661.888
Impacto (%) na carteira total		1,1	(1,0)	(1,9)
Impacto (R$)		63.342	(57.937)	(109.210)
Impacto (%) no patrimônio líquido		1,9	(1,7)	(3,3)
Impacto (%) no resultado		7,5	(6,8)	(12,9)

(*) Saldo da carteira total não inclui saldo das contas correntes, vide nota 6.1.

Análise consolidada por *stress tests* econômicos

A Administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais *stress test* econômicos mundiais* usando o método *Predictive*, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Fall* 2008, correspondente à falência da Lehman Brothers seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pela FED e pela estatização da Fannie Mae e da Freddie Mac a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, gerando uma perda de 2,4% na carteira.

* Os *stress test* econômicos mundiais analisados são: Asian Crisis (1997), Black Monday (1987), Fall 2008 (2008), Gulf War (1990), Mexican Crisis (1995), Rate Rise 94 (1994), Russian Devaluation (1998), Sept 11th (2011),Tech Wreck (2000), WaMu collapse (2008).

Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

2.5 Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos *ratings* em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A qualidade dos atuais retrocessionários do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

Ativos de retrocessão

	2016			
	% de resseguradores participantes dos contratos e proteções em vigor			
Faixa de Rating (*)	Local	Admitido	Eventual	Total
AAA ou equivalente	-	1,1	0,4	1,5
AA ou equivalente	-	37,5	7,1	44,5
A ou equivalente	-	17,9	35,4	53,2
BBB ou equivalente	-	-	0,1	0,1
Sem rating	0,2	0,1	0,4	0,7
	0,2	56,5	43,3	100,0

* Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch

Adicionalmente, a qualidade das contrapartes relacionadas ao créditos das operações com resseguros pode ser verificada no quadro abaixo:

Crédito das operações

	31 de dezembro de 2016	% de exposição com resseguradores por faixa de rating			% de exposição com seguradoras por faixa de rating
Faixa de Rating (*)	Local	Admitido	Eventual	Total	Total
A ou equivalente	0,12	0,12	38,05	38,3	43,3
B ou equivalente	0,49	0,24	9,63	10,4	13,4
CCC+ ou equivalente	0,49	1,22	25,73	27,4	17,2
CCC ou equivalente	0,12	1,95	14,27	16,3	12,1
CC ou equivalente	-	-	0,12	0,1	-
C ou equivalente	-	-	-	-	-
CCC- ou equivalente	0,12	0,61	2,80	3,5	1,9
D ou equivalente	-	-	3,90	3,9	12,1
	1,3	4,1	94,5	100,0	100,0

* Os ratings referente aos créditos das operações são medidos por critérios internos da Companhia.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto *rating* de crédito avaliado por agências internacionais.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros devido à natureza do mercado de resseguro. Abaixo seguem as classificações de risco por idade dos saldos.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2016							
		Ativos vencidos e não "*impaired*"						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "*impaired*"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	Saldo contábil 31 de dezembro de 2015
Caixa e equivalente de caixa	213.543						213.543	13.952
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	21.649						21.649	43.592
Públicos	136.664						136.664	277.396
Exterior	495.190						495.190	669.533
Disponíveis para venda								
Privados	405.629						405.629	168.466
Públicos	4.183.517						4.183.517	4.435.653
Exterior	264.898						264.898	402.374
Mantido até o vencimento								
Privados	258.287						258.287	224.661
Exterior	5.264						5.264	25.601
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.876.673	169.123	86.010	142.106	20.698	231.897	2.526.507	2.398.564
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.861.314**	**169.123**	**86.010**	**142.106**	**20.698**	**231.897**	**8.511.148**	**8.659.792**

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2016							
		Ativos vencidos e não "*impaired*"						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "*impaired*"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	Saldo contábil 31 de dezembro de 2015
Caixa e equivalente de caixa	217.575						217.575	18.277
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	41.290						41.290	43.841
Públicos	136.984						136.984	277.549
Exterior	495.190						495.190	669.533
Disponíveis para venda								
Privados	195.217						195.217	69.411
Públicos	4.183.540						4.183.540	4.435.669
Exterior	280.869						280.869	424.374
Mantido até o vencimento								
Privados	258.287						258.287	224.661
Exterior	5.264						5.264	25.601
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.877.321	169.123	86.010	142.106	20.698	231.897	2.527.155	2.398.564
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.691.537**	**169.123**	**86.010**	**142.106**	**20.698**	**231.897**	**8.341.371**	**8.587.480**

2.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo.

	Controladora					
	Maturidade dos passivos em 31 de dezembro de 2016					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**1.148.166**	**2.177.288**	**872.903**	**827.041**	**1.275.601**	**6.300.999**
PSL Total	467.975	1.477.777	655.815	617.631	1.144.590	4.363.788
IBNR + IBNER	671.115	626.541	210.980	204.798	123.310	1.836.744
PET	3.877	61.483	1.232	-	-	66.592
PDR	5.199	11.487	4.876	4.612	7.701	33.875

	Consolidado					
	Maturidade dos passivos em 31 de dezembro de 2016					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**1.148.517**	**2.177.288**	**872.903**	**856.739**	**1.275.601**	**6.331.048**
PSL Total	468.325	1.477.777	655.815	617.632	1.144.590	4.364.139
IBNR + IBNER	671.116	626.541	210.980	234.495	123.310	1.866.442
PET	3.877	61.483	1.232	-	-	66.592
PDR	5.199	11.487	4.876	4.612	7.701	33.875

A maturidade dos ativos garantidores das provisões técnicas está divulgada na nota 6.1.1.

2.7 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.8 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	6.163	607	6.163	607
Operações compromissadas	Nível 1	130.501	276.789	130.821	276.942
Cotas de Fundos de Investimentos	Nível 1	104.438	74.832	124.192	75.077
Cotas de Fundos de Renda Variável	Nível 1	20.749	43.428	20.763	43.432
Ações no Exterior	Nível 2	230.048	275.626	230.048	275.626
Debêntures	Nível 1	773	409	773	409
Depósitos à Prazo Fixo no Exterior	Nível 2	155.119	312.029	155.119	312.029
Títulos da dívida soberana	Nível 1	5.585	6.801	5.585	6.801
Outros	Nível 2	127	-	-	-
		653.503	**990.521**	**673.464**	**990.923**
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	3.471.051	2.572.790	3.471.051	2.572.790
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	166.091	1.127.107	166.091	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	509.728	590.585	509.728	590.585
Fundos Imobiliários	Nivel 1	38.091	39.570	38.091	39.570
Certificados de Depósitos Bancários	Nível 2	-	10.815	-	10.815
Debêntures	Nível 1	11.986	18.482	11.986	18.482
Letras Financeiras	Nível 1	142.847	123.163	142.847	123.163
Operações Compromissadas	Nível 1	36.647	22.008	36.670	22.024
Fundo de Investimentos Imobiliários FII	Nível 2	210.496	99.131	-	-
Quotas de Fundos Renda Fixa	Nível 1	2.293	468	2.293	544
Outros	Nível 2	(84)	-	-	-
Títulos da dívida soberana	Nivel 1	226.297	360.925	226.297	360.925
American Depositary Receipts - ADR	Nivel 1	4.283	2.183	4.283	2.183
Títulos de Renda Fixa no exterior	Nivel 1	34.318	39.266	34.318	39.266
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	Nível 1	-	-	7.108	6.811
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	Nível 1	-	-	1.091	3.115
Non-U.S. Government	Nível 1	-	-	1.293	278
Sec Issued by States & Terr.	Nível 1	-	-	224	-
Corporate *securities*	Nível 1	-	-	5.961	9.467
Short-term investiments	Nível 1	-	-	294	2.329
		4.854.044	**5.006.493**	**4.659.626**	**4.929.454**

2.8.1 Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Controladora e Consolidado			
	2016		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras - Privadas	258.287	258.287	224.661	224.661
Eurobonds/Term Notes	5.264	5.264	25.601	25.492
	263.551	**263.551**	**250.262**	**250.153**

2.8.2 Pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo

Os pressupostos e premissas usados na avaliação pela curva e na estimativa do valor justo para cada categoria de ativos financeiros estão descritos a seguir:

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa na demonstração do resultado.

Os títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” são aqueles para os quais a administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aqueles para os quais a administração da Companhia tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos.

2.9 Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

O CNSP, em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo para autorização e funcionamento dos resseguradores locais, cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado e plano de regulação e solvência, consubstanciada na Resolução CNSP nº 321/2015, que consolidou todas as resoluções relativas à liquidez e solvência sem alteração metodológica.

Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.

V Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco.

2.9.1 Cálculo do capital mínimo requerido

O cálculo efetuado pelo IRB Brasil RE, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Na data base em 31 de dezembro de 2016, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2016	**2015**
Capital de risco baseado em risco de subscrição	491.219	619.354
Capital de risco baseado em risco de crédito	429.736	460.566
Capital de risco baseado em risco operacional	32.595	37.282
Capital de risco baseado em risco de mercado (*)	33.909	-
Benefício da diversificação de riscos	(146.268)	(141.318)
Capital de risco total	**841.191**	**975.884**
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (***)	841.191	975.884
Patrimônio líquido ajustado (**)	2.706.769	3.010.331
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	**1.865.578**	**2.034.447**

(*) Conforme permitido pela Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia utilizou o percentual de 50,0% do montante efetivamente exigido do capital de risco baseado em riscos de mercado.
(**) Cálculo do PL ajustado

	2016	2015
Patrimônio líquido	3.328.217	3.174.595
Deduções		
Despesas antecipadas	(3.320)	(1.247)
Participações societárias	(224.393)	-
Intangíveis	(62.276)	(63.357)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(105.672)	(99.610)
Créditos tributários (***)	(225.737)	-
Outras deduções	(50)	(50)
Patrimônio líquido ajustado	**2.706.769**	**3.010.331**

(***) O valor referente ao crédito tributário deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (nota 10.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

2.9.2 Liquidez em relação ao capital de risco

O cálculo da liquidez em relação ao capital mínimo requerido para a data base de 31 de dezembro de 2016 não identificou necessidade do IRB Brasil RE dispor de maior nível de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões.

	Controladora	
	2016	2015
Ativos elegíveis (*)	**4.959.780**	**5.380.285**
Provisões técnicas	(4.387.011)	(4.878.131)
Ativos redutores	(512.532)	(629.545)
Direitos creditórios	807.688	512.833
Cobertura de 20,0% do capital de risco	(168.238)	(195.177)
Suficiência de liquidez	**699.687**	**190.265**

(*) Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos elegíveis (*)	**4.959.780**	**5.380.285**
Provisões técnicas	(4.387.358)	(4.881.069)
Ativos redutores	(512.532)	(629.545)
Direitos creditórios	807.688	512.833
Cobertura de 20,0% do capital de risco	(168.238)	(195.177)
Suficiência de liquidez	**699.340**	**187.327**

(*) Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas, vide nota 19.

Seção C – Informações por segmento

3 Informações por segmento de negócios

3.1 Demonstrações de resultados por segmentos

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, onde são utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prêmios emitidos	**4.188.263**	**3.723.449**	**4.188.263**	**3.723.449**
Prêmio emitido - país	3.182.357	2.863.969	3.182.357	2.863.969
Prêmio emitido - exterior	1.005.906	859.480	1.005.906	859.480
Prêmios ganhos	**4.162.175**	**3.746.111**	**4.162.175**	**3.746.111**
Prêmio ganho - país	3.205.336	3.022.224	3.205.336	3.022.224
Prêmio ganho - exterior	956.839	723.887	956.839	723.887
Sinistros Ocorridos	**(2.589.635)**	**(2.285.679)**	**(2.589.635)**	**(2.287.603)**
Sinistro ocorrido - país	(1.971.726)	(1.878.054)	(1.971.726)	(1.878.054)
Sinistro ocorrido - exterior	(617.909)	(407.625)	(617.909)	(409.549)
Custo de aquisição	**(103.521)**	**(95.430)**	**(103.521)**	**(95.430)**
Custo de aquisição - país	(54.339)	(53.724)	(54.339)	(53.724)
Custo de aquisição - exterior	(49.182)	(41.706)	(49.182)	(41.706)
Resultado com retrocessão	**(752.135)**	**(792.310)**	**(752.135)**	**(792.310)**
Resultado com retrocessão - país	(694.058)	(777.325)	(694.058)	(777.325)
Resultado com retrocessão - exterior	(58.077)	(14.985)	(58.077)	(14.985)
Margem bruta	**716.884**	**572.692**	**716.884**	**570.768**
Margem bruta - país	485.213	313.120	485.213	359.540
Margem bruta - exterior	231.671	259.571	231.671	211.228
Outras receitas e despesas operacionais	20.829	9.217	22.610	11.969
Despesas administrativas	(253.436)	(261.786)	(260.807)	(266.605)
Despesas com tributos	(134.153)	(111.018)	(135.540)	(111.018)
Resultado operacional	**350.124**	**209.105**	**343.147**	**205.114**
Resultado patrimonial	71.229	12.651	79.843	15.450
Resultado financeiro	816.738	798.114	818.423	799.423
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	21	-	21
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.238.091**	**1.019.891**	**1.241.413**	**1.020.008**
Imposto de renda e contribuição social	(388.217)	(256.173)	(391.539)	(256.290)
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**	**849.874**	**763.718**

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prêmios de resseguros país (a)	3.732.247	3.291.987	3.732.247	3.291.987
Prêmios de resseguros exterior (a)	1.196.139	1.045.424	1.196.139	1.045.424
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(1.386.585)	(1.346.142)	(1.386.585)	(1.346.142)
Prêmios retidos	**3.541.801**	**2.991.269**	**3.541.801**	**2.991.269**
Variações das provisões técnicas (c)	(40.812)	(68.685)	(40.812)	(68.685)
Prêmios ganhos	**3.500.989**	**2.922.584**	**3.500.989**	**2.922.584**
Sinistros retidos (d)	(2.166.921)	(1.863.956)	(2.166.921)	(1.865.880)
Custo de aquisição (e)	(703.229)	(560.399)	(703.229)	(560.399)
Resultado bruto	**630.839**	**498.229**	**630.839**	**496.305**
Outros resultados operacionais (f)	(2.247)	13.062	(466)	15.814
Despesas administrativas (g)	(226.262)	(228.624)	(230.204)	(233.443)
Despesas com tributos (j)	(127.323)	(89.084)	(128.710)	(89.084)
Resultado financeiro e patrimonial (h)	1.034.312	879.874	1.041.182	883.982
Resultado antes dos impostos	**1.309.319**	**1.073.457**	**1.312.641**	**1.073.574**
Imposto, contribuições e participações nos lucros (i)	(459.445)	(309.739)	(462.767)	(309.856)
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**	**849.874**	**763.718**

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados na demonstração do resultado e os saldos para tomada de decisão apresentados acima pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prêmios emitidos líquidos	**4.188.263**	**3.723.449**	**4.188.263**	**3.723.449**
Prêmio emitido bruto (a)	4.929.032	4.336.351	4.929.032	4.336.351
Comissão de resseguros (e)	(740.769)	(612.902)	(740.769)	(612.902)
Variação das provisões técnicas	**(26.088)**	**22.662**	**(26.088)**	**22.662**
Variação das provisões técnicas - prêmios (c)	(28.501)	(30.269)	(28.501)	(30.269)
Variação das provisões técnicas - comissão (e)	44.991	39.329	44.991	39.329
Variação das provisões técnicas - outras provisões (c)	(42.578)	13.602	(42.578)	13.602
Prêmios ganhos	**4.162.175**	**3.746.111**	**4.162.175**	**3.746.111**
Sinistros ocorridos (d)	**(2.589.635)**	**(2.285.679)**	**(2.589.635)**	**(2.287.603)**
Custo de aquisição (e)	**(103.521)**	**(95.430)**	**(103.521)**	**(95.430)**
Resultado com retrocessão	**(752.135)**	**(792.310)**	**(752.135)**	**(792.310)**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	304.391	337.261	304.391	337.261
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(43.255)	(54.388)	(43.255)	(54.388)
Recuperação de IBNR (d)	233.435	210.182	233.435	210.182
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(1.386.168)	(1.345.866)	(1.386.168)	(1.345.866)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e)	96.605	90.537	96.605	90.537
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c)	30.267	(52.018)	30.267	(52.018)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e)	(1.106)	18.137	(1.106)	18.137
Demais resultados com retrocessão (f)	13.696	-	13.696	-
Outras receitas e despesas operacionais (f)	-	3.845	-	3.845
Margem bruta	**716.884**	**572.692**	**716.884**	**570.768**
Outras receitas e despesas operacionais	**20.829**	**9.217**	**22.610**	**11.969**
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(15.943)	9.217	(14.162)	11.969
Provisão de cobertura de crédito (h)	36.772	-	36.772	-
Despesas administrativas	**(253.436)**	**(261.786)**	**(260.807)**	**(266.605)**
Participação nos lucros (i)	(16.900)	(23.000)	(16.900)	(23.000)
Despesas com tributos (j)	(3.803)	-	(3.803)	-
Demais impostos e participações (i)	(6.341)	(8.632)	(6.341)	(8.632)
Demais despesas administrativas (g)	(226.262)	(229.028)	(230.204)	(233.847)
Demais resultados financeiros (h)	(130)	(1.126)	(3.559)	(1.126)
Despesas com tributos	**(134.153)**	**(111.018)**	**(135.540)**	**(111.018)**
Impostos e contribuições - filiais exterior (i)	(11.669)	(21.934)	(11.669)	(21.934)
Despesa com tributos (j)	(122.484)	(89.084)	(123.871)	(89.084)
Resultado operacional	**350.124**	**209.105**	**343.147**	**205.114**
Resultado patrimonial	**71.229**	**12.651**	**79.843**	**15.450**
Demais resultados patrimoniais (h)	71.229	12.247	79.843	15.046
Demais despesas administrativas (g)	-	404	-	404
Resultado financeiro	**816.738**	**798.114**	**818.423**	**799.423**
Juros de custo de aquisição (e)	571	(70)	571	(70)
Juros de prêmios cedidos (b)	(417)	(276)	(417)	(276)
Juros de prêmios no exterior (a)	192	104	192	104
Juros de prêmios no pais (a)	(838)	956	(838)	956
Juros de sinistros (d)	(71.857)	(71.332)	(71.857)	(71.332)
Despesas com tributos (j)	(1.036)	-	(1.036)	-
Resultados financeiros (h)	926.441	868.732	928.126	870.041
Demais despesas com tributos (i)	(36.318)	-	(36.318)	-
Ganhos com ativos não correntes (h)	**-**	**21**	**-**	**21**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.238.091**	**1.019.891**	**1.241.413**	**1.020.008**
Imposto de renda e contribuição social (i)	(388.217)	(256.173)	(391.539)	(256.290)
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**	**849.874**	**763.718**

Seção D – Estrutura do grupo

4 Investimentos

4.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2016	2015
Posição inicial	-	18.418
Integralização de controlada (i)	168.466	-
Lucro de controladas	39.321	(2.798)
Ajuste resultado período anterior	2.301	(733)
Variações cambiais	(4.157)	8.311
Reversão (provisão) de *impairment* (ii)	18.462	(23.198)
Posição final	**224.393**	**-**

(i) Em 29 de fevereiro de 2016, o IRB Brasil RE constituiu o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., subsidiária integral, com escopo a estruturação do sistema de gestão das participações em shopping centers de sua propriedade, a constituição de subsidiárias integrais e a participação no capital de sociedades que tenham por objeto a execução de atividades imobiliárias.

A Companhia possui uma carteira de ativos imobiliários com participação em cinco shopping centers, localizados em quatro diferentes regiões do país, sendo estes empreendimentos bem consolidados no mercado, todos em funcionamento há mais de 20 anos. A participação da Companhia totaliza R$368.214.

Além dos ativos em questão, a Companhia detém participação indireta em quatro subsidiárias integrais, para as quais vem estudando o desenvolvimento de novos empreendimentos e estabelecendo novas parcerias, buscando maior eficiência na exploração dos ativos da Companhia e de suas subsidiárias.

(ii) O IRB Brasil RE recebeu oferta de compra de sua subsidiária situada nos Estados Unidos. O investimento encontra-se em processo de *run-off* e teve 100,0% de *impairment* constituído. No entanto, neste momento, em função da oferta recebida, a Companhia reverteu, parcialmente, o *impairment* constituído anteriormente.

4.2 Participação societária

				Consolidado	
				Percentual	
Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
IRB Internacional	EUA	Holding	Controlada	100,0%	
IRB Investimentos e Participações Imobiliárias	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Santos Dumont (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Coligada		100,0%
IRB Chile (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Coligada		100,0%
IRB Uso (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Coligada		100,0%
IRB Renda (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Coligada		100,0%
BB Ações 22 Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Caixa FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Caixa FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
B.Brasil FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Em 31 de dezembro de 2016					

(*) Controladas diretas do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias

Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	3	5	3	5
Conta corrente bancária país	110.937	2.849	114.969	2.881
Conta corrente bancária exterior	102.603	11.098	102.603	15.391
	213.543	**13.952**	**217.575**	**18.277**

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações

	Controladora							
	2016							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	2.536.934	2.532.669	-	-	13,8%	2.532.669
Letras do Tesouro Nacional	-	-	200	200	-	-	15,8%	200
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	519.445	509.728	-	-	10,5%	509.728
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	773	773	-	-	-	-	-	773
Letras Financeiras	-	-	-	-	258.287	258.287	14,5%	258.287
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários			262.441	250.776			10,4%	250.776
Quotas de Fundos de Investimento								
Debentures	-	-	11.997	11.986	-	-	15,1%	11.986
Letras Financeiras	-	-	142.816	142.847	-	-	14,3%	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	5.913	6.163	939.072	938.382	-	-	13,8%	944.545
Letras do Tesouro Nacional	-	-	165.539	165.891	-	-	11,6%	165.891
Operações Compromissadas	129.777	129.777	36.647	36.647	-	-	13,6%	166.424
Outros	127	127	20	20	-	-	-	147
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	20.761	20.749	-	-	-	-	-	20.749
Operações Compromissadas	724	724	-	-	-	-	-	724
	158.075	**158.313**	**4.615.111**	**4.589.146**	**258.287**	**258.287**		**5.005.746**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	104.438	104.438	-	-	-	-	24,4%	104.438
American Deposits Receipt (ii)	-	-	19.580	4.283	-	-	6,3%	4.283
Títulos da Dívida Soberana (ii)	5.585	5.585	258.323	226.297	-	-	27,5%	231.882
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	5.264	5.264	4,2%	5.264
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	35.457	34.318	-	-	2,5%	34.318
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	155.119	155.119	-	-	-	-	5,4%	155.119
Outras aplicações no exterior	230.048	230.048	-	-	-	-	-	230.048
	495.190	**495.190**	**313.360**	**264.898**	**5.264**	**5.264**		**765.352**
	653.265	**653.503**	**4.928.471**	**4.854.044**	**263.551**	**263.551**		**5.771.098**
%	-	-	-	84,1%	-	4,6%	-	100,0%
Circulante	-	653.503	-	177.513	-	5.264	-	836.280
Não circulante	-	-	-	4.676.531	-	258.287	-	4.934.818

	Controladora							
	2015							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	2.538.572	2.537.937	-	-	13,2%	2.537.937
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.131.418	1.127.107	-	-	13,3%	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	627.661	590.585	-	-	17,4%	590.585
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debêntures	886	409	-	-	-	-	-	409
Letras Financeiras	-	-	-	-	224.661	224.661	-	224.661
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários			139.762	139.187			8,2%	139.187
Fundos Imobiliários	-	-	40.044	39.570	-	-	8,2%	39.570
Participação imobiliária em shoppings centers	-	-	99.232	99.131	-	-	0,2%	99.131
Quotas Fundos Renda Fixa	-	-	544	544	-	-	2,6%	544
Outros	-	-	(58)	(58)	-	-	-	(58)
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários	-	-	10.815	10.815	-	-	13,4%	10.815
Debêntures	-	-	18.442	18.482	-	-	14,4%	18.482
Letras Financeiras	-	-	123.679	123.163	-	-	14,0%	123.163
Letras Financeiras do Tesouro (i)	148	148	34.853	34.853	-	-	13,3%	35.001
Operações compromissadas	274.780	274.780	22.008	22.008	-	-	14,2%	296.788
Outros	16	16	(18)	(18)	-	-	-	(2)
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de empresas nacionais	46.231	43.428	-	-	-	-	-	43.428
Letras Financeiras do Tesouro	449	459	-	-	-	-	13,3%	459
Operações compromissadas	2.009	2.009	-	-	-	-	14,1%	2.009
Outros	(267)	(261)	-	-	-	-	-	(261)
	324.252	**320.988**	**4.647.192**	**4.604.119**	**224.661**	**224.661**		**5.149.768**
Aplicações no exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	75.077	75.077	-	-	-	-	23,7%	75.077
American Deposits Receipt (ii)	-	-	23.459	2.183	-	-	-	2.183
Títulos da Dívida Soberana (ii)	6.801	6.801	457.014	360.925	-	-	5,6%	367.726
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	25.601	25.601	4,3%	25.601
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	40.537	39.266	-	-	2,4%	39.266
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	312.029	312.029	-	-	-	-	21,0%	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	275.626	-	-	-	-	-	275.626
	669.533	**669.533**	**521.010**	**402.374**	**25.601**	**25.601**		**1.097.508**
	993.785	**990.521**	**5.168.202**	**5.006.493**	**250.262**	**250.262**		**6.247.276**
%		15,9%		80,1%		4,0%		100,0%
Circulante		990.521		1.049.709		20.481		2.060.711
Não circulante		-		3.956.784		229.781		4.186.565

	Consolidado							
	2016							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	2.536.934	2.532.669	-	-	13,8%	2.532.669
Letras do Tesouro Nacional	-	-	200	200	-	-	15,8%	200
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	519.445	509.728	-	-	10,5%	509.728
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	773	773	-	-	-	-	-	773
Letras Financeiras	-	-	-	-	258.287	258.287	14,5%	258.287
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários			40.044	40.384			10,4%	40.384
Quotas de Fundos de Investimento								
Debentures	-	-	11.997	11.986	-	-	15,1%	11.986
Letras Financeiras	-	-	142.816	142.847	-	-	14,3%	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	5.913	6.163	939.072	938.382	-	-	13,8%	944.545
Letras do Tesouro Nacional	-	-	165.539	165.891	-	-	11,6%	165.891
Operações Compromissadas	130.107	130.097	36.647	36.670	-	-	13,6%	166.767
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	19.754	19.754	-		-	-	-	19.754
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	20.761	20.763	-	-	-	-	-	20.763
Operações Compromissadas	724	724	-	-	-	-	13,6%	724
	178.032	**178.274**	**4.392.694**	**4.378.757**	**258.287**	**258.287**		**4.815.318**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	104.438	104.438	-	-	-	-	24,4%	104.438
American Deposits Receipt (ii)	-	-	19.580	4.283	-	-	6,3%	4.283
Títulos da Dívida Soberana (ii)	5.585	5.585	258.323	226.297	-	-	27,5%	231.882
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	5.264	5.264	4,2%	5.264
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	35.457	34.318	-	-	2,5%	34.318
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	155.119	155.119	-	-	-	-	5,4%	155.119
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	7.150	7.108	-	-	-	7.108
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	1.099	1.091	-	-	-	1.091
Non-U.S. Government	-	-	1.292	1.293	-	-	-	1.293
Sec Issued by States & Terr.	-	-	225	224	-	-	-	224
Corporate Securities	-	-	5.980	5.961	-	-	-	5.961
Short-term Investments	-	-	294	294	-	-	-	294
Outras aplicações no exterior	230.048	230.048	-	-	-	-	-	230.048
	495.190	**495.190**	**329.400**	**280.869**	**5.264**	**5.264**		**781.323**
	673.222	**673.464**	**4.722.094**	**4.659.626**	**263.551**	**263.551**		**5.596.641**
%				83,3%		4,7%		100,0%
Circulante		673.464		182.745		5.264		861.473
Não circulante				4.476.881		258.287		4.735.168

	Consolidado							
	2015							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	-	2.538.572	2.537.937	-	-	13,2%	2.537.937
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.131.418	1.127.107	-	-	13,3%	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	627.661	590.585	-	-	17,4%	590.585
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	886	409	-	-	-	-	-	409
Letras Financeiras	-	-	-	-	224.661	224.661	14,2%	224.661
Quotas de Fundo de Investimentos Imobiliários			40.588	40.114			8,2%	40.114
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários	-	-	10.815	10.815	-	-	13,4%	10.815
Debentures	-	-	18.442	18.482	-	-	14,4%	18.482
Letras Finaneiras	-	-	123.679	123.163	-	-	14,0%	123.163
Letras Financeiras do Tesouro (i)	148	148	34.853	34.853	-	-	13,3%	35.001
Operações Compromissadas	274.810	274.810	22.024	22.024	-	-	14,2%	296.834
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	46.230	43.432	-	-	-	-	-	43.432
Letras Financeiras do Tesouro	449	459	-	-	-	-	13,3%	459
Operações Compromissadas	2.132	2.132	-	-	-	-	14,1%	2.132
	324.655	**321.390**	**4.548.052**	**4.505.080**	**224.661**	**224.661**		**5.051.131**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	75.077	75.077	-	-	-	-	23,7%	75.077
American Deposits Receipt (ii)	-	-	23.459	2.183	-	-	-	2.183
Títulos de Dívida Soberana (ii)	6.801	6.801	457.014	360.925	-	-	5,6%	367.726
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	25.601	25.601	4,3%	25.601
Papéis de Renda Fixa (HSBC)	-	-	40.537	39.266	-	-	2,4%	39.266
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	312.029	312.029	-	-	-	-	21,0%	312.029
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	6.811	6.811	-	-	-	6.811
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	3.115	3.115	-	-	-	3.115
Non-U.S. Government	-	-	278	278	-	-	-	278
Corporate Securities	-	-	9.467	9.467	-	-	-	9.467
Short-term Investments	-	-	2.329	2.329	-	-	-	2.329
Outras aplicações no exterior	275.626	275.626	-	-	-	-	-	275.626
	669.533	**669.533**	**543.010**	**424.374**	**25.601**	**25.601**		**1.119.508**
	994.188	**990.923**	**5.091.062**	**4.929.454**	**250.262**	**250.262**		**6.170.639**
%		**16,1%**		**79,9%**		**4,1%**		**100,0%**
Circulante		**990.923**		**1.054.999**		**20.934**		**2.066.856**
Não Circulante				**3.874.455**		**229.328**		**4.103.783**

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtidos através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) *Brazilian Corporate Bonds*

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da *Bank of America*, em Nova Iorque. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100,0% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) *Corporate Bonds*

Os *Corporate Bonds* são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários no valor de R$ 50.145. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do HSBC, Rabobank e Banco Patagônia, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o Dólar e o Peso.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	2016				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	773	-	-	-	773
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.909	186	68	6.163
Operações Compromissadas	-	129.777	-	-	129.777
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	20.749	-	-	-	20.749
Operações Compromissadas	-	724	-	-	724
Outros	127	-	-	-	127
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	104.438	-	-	-	104.438
Títulos da Dívida Soberana	-	812	4.773	-	5.585
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	155.119	-	-	155.119
Outras aplicações no exterior	230.048	-	-	-	230.048
	356.135	**292.341**	**4.959**	**68**	**653.503**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.532.669	2.532.669
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	509.728	509.728
Letras do Tesouro Nacional	-	200	-	-	200
Quotas de Fundos de Investimento					
Debêntures	-	1.945	1.464	8.577	11.986
Letras do Tesouro Nacional	-	19.990	-	145.901	165.891
Letras Financeiras	-	1.319	62.578	78.950	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	-	8.426	-	929.956	938.382
Operações Compromissadas	-	36.647	-	-	36.647
Outros	20	-	-	-	20
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					250.776
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	4.283	-	-	-	4.283
Títulos da Dívida Soberana	-	29.361	-	196.936	226.297
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	4.679	4.412	25.227	34.318
	6.492	**102.567**	**68.454**	**4.676.531**	**4.854.044**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	-	-	258.287	258.287
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	5.264	-	-	5.264
	-	**5.264**	**-**	**258.287**	**263.551**

	Controladora				
	2015				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	409	-	-	-	409
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	148	148
Operações Compromissadas	-	268.715	-	6.065	274.780
Outros	-	16	-	-	16
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	43.428	-	-	-	43.428
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	459	459
Operações Compromissadas	-	2.009	-	-	2.009
Outros	-	(261)	-	-	(261)
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	75.077	-	-	-	75.077
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	6.801	6.801
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	312.029	-	-	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	-	-	-	275.626
	394.540	**582.508**	**-**	**13.473**	**990.521**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.537.937	2.537.937
Notas do Tesouro Nacional	-	-	28.339	562.246	590.585
Letras do Tesouro Nacional	-	434.456	528.359	164.292	1.127.107
Quotas de Fundos de Investimento					
Certificado Depósitos Bancários	-	2.025	8.790	-	10.815
Debêntures	-	1.922	1.602	14.958	18.482
Letras Financeiras	-	-	12.165	110.998	123.163
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	34.853	34.853
Operações Compromissadas	-	22.008	-	-	22.008
Outros	(18)	-	-	-	(18)
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					
Fundos Imobiliários	-	-	-	39.570	39.570
Imóveis	-	-	-	99.131	99.131
Quotas de Fundos de Renda Fixa	544	-	-	-	544
Outros	(58)	-	-	-	(58)
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.183	-	-	-	2.183
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	360.925	360.925
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	2.901	4.491	31.874	39.266
	2.651	**463.312**	**583.746**	**3.956.784**	**5.006.493**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	-	224.661	224.661
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	14.118	6.363	5.120	25.601
	-	**14.118**	**6.363**	**229.781**	**250.262**

	Consolidado				
	2016				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	773	-	-	-	773
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.909	186	68	6.163
Operações Compromissadas	-	130.097	-	-	130.097
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	19.754	-	-	-	19.754
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	20.763	-	-	-	20.763
Operações Compromissadas	-	724	-	-	724
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	104.438	-	-	-	104.438
Títulos da Dívida Soberana	-	812	4.773	-	5.585
Depósito à Prazo Fixo no Exterior	-	155.119	-	-	155.119
Outras aplicações no exterior	230.048	-	-	-	230.048
	375.776	**292.661**	**4.959**	**68**	**673.464**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.532.669	2.532.669
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	509.728	509.728
Letras do Tesouro Nacional	-	200	-	-	200
Quotas de Fundos de Investimento					
Debêntures	-	1.945	1.464	8.577	11.986
Letras do Tesouro Nacional	-	19.990	-	145.901	165.891
Letras Financeiras	-	1.319	62.578	78.950	142.847
Letras Financeiras do Tesouro	-	8.426	-	929.956	938.382
Operações Compromissadas	-	36.670	-	-	36.670
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					40.384
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	4.283	-	-	-	4.283
Títulos da Dívida Soberana	-	29.361	-	196.936	226.297
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	4.679	4.412	25.227	34.318
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	637	1.712	4.759	7.108
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	212	879	1.091
Non-U.S. Government	-	411	-	882	1.293
Sec Issued by States & Terr.	-	-	-	224	224
Corporate Securities	-	393	1.466	4.102	5.961
Short-term Investments	294				294
	6.870	**104.031**	**71.844**	**4.476.881**	**4.659.626**
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	-	-	258.287	258.287
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	5.264	-	-	5.264
	-	**5.264**	**-**	**258.287**	**263.551**

	Consolidado				
	2015				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	409	-	-	-	409
Quotas de Fundos de Investimento					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	148	148
Operações Compromissadas	-	268.745	-	6.065	274.810
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	43.432	-	-	-	43.432
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	459	459
Operações Compromissadas	-	2.132	-	-	2.132
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	75.077	-	-	-	75.077
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	6.801	6.801
Depósito à prazo fixo no exterior	-	312.029	-	-	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	-	-	-	275.626
	394.544	**582.906**	**-**	**13.473**	**990.923**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.537.937	2.537.937
Notas do Tesouro Nacional	-	-	28.339	562.246	590.585
Letras do Tesouro Nacional	-	434.456	528.359	164.292	1.127.107
Quotas de Fundos de Investimento					
Certificado Depósitos Bancários	-	2.025	8.790	-	10.815
Debêntures	-	1.922	1.602	14.958	18.482
Letras Financeiras	-	-	12.165	110.998	123.163
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	34.853	34.853
Operações Compromissadas	-	22.024	-	-	22.024
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					
Fundos Imobiliários	-	-	-	39.570	39.570
Quotas de Fundos de Renda Fixa	544	-	-	-	544
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.183	-	-	-	2.183
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	360.925	360.925
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	2.901	4.491	31.874	39.266
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	942	392	5.477	6.811
Obligations of U.S. Govermment corporations and agencies	-	294	98	2.723	3.115
Non- U.S. Govermment	-	-	-	278	278
Corporate Securities	-	372	1.224	7.871	9.467
Short-term Investments	2.329	-	-	-	2.329
	5.056	**464.936**	**585.460**	**3.874.002**	**4.929.454**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	-	224.661	224.661
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds	-	14.118	6.363	5.120	25.601
	-	**14.118**	**6.363**	**229.781**	**250.262**

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

Controladora

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	990.521	5.006.493	250.262	6.247.276
Aplicações	3.659.342	4.908.967	-	8.568.309
Rendimento resgate	(39.059)	(63.026)	(649)	(102.734)
Principal resgate	(3.918.493)	(5.621.694)	(17.226)	(9.557.413)
Resultado financeiro	86.303	620.001	34.196	740.500
Ajuste a valor de mercado	-	87.282	-	87.282
Oscilação cambial	(125.111)	(83.979)	(3.032)	(212.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**653.503**	**4.854.044**	**263.551**	**5.771.098**

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.516	3.995.219	697.670	5.546.405
Aplicações	4.036.468	2.797.168	1.718.172	8.551.808
Rendimento resgate	(45.208)	(31.176)	(10.336)	(86.720)
Principal resgate	(4.138.474)	(2.322.920)	(2.215.712)	(8.677.106)
Resultado financeiro	120.191	547.219	48.343	715.753
Ajuste a valor de mercado	-	(122.322)	-	(122.322)
Oscilação cambial	164.028	143.305	12.125	319.458
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**990.521**	**5.006.493**	**250.262**	**6.247.276**

Consolidado

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	990.923	4.929.454	250.262	6.170.639
Aplicações	3.683.196	4.923.363	-	8.606.559
Rendimento resgate	(39.059)	(63.026)	(649)	(102.734)
Principal resgate	(3.923.573)	(5.749.733)	(17.226)	(9.690.532)
Resultado financeiro	86.754	620.001	34.196	740.951
Ajuste a valor de mercado	-	87.282	-	87.282
Oscilação cambial	(125.111)	(87.255)	(3.032)	(215.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**673.130**	**4.660.086**	**263.551**	**5.596.767**

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.291	4.011.356	697.670	5.562.317
Aplicações	4.036.468	2.707.759	1.718.172	8.462.399
Rendimento resgate	(45.208)	(31.176)	(10.336)	(86.720)
Principal resgate	(4.138.474)	(2.327.369)	(2.215.712)	(8.681.555)
Resultado financeiro	120.818	547.901	48.343	717.062
Ajuste a valor de mercado	-	(122.322)	-	(122.322)
Oscilação cambial	164.028	143.305	12.125	319.458
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**990.923**	**4.929.454**	**250.262**	**6.170.639**

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do país e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	1.828.380	1.819.174	1.828.380	1.819.174
Operações com resseguradoras (7.2.2)	610.377	427.255	610.377	427.255
Outros créditos operacionais	56.358	120.492	57.007	120.492
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(66.045)	(148.616)	(66.045)	(148.616)
	2.429.070	**2.218.305**	**2.429.719**	**2.218.305**
Não circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	31.392	31.643	31.392	31.643
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(31.392)	(31.643)	(31.392)	(31.643)
	-	**-**	**-**	**-**
	2.429.070	**2.218.305**	**2.429.719**	**2.218.305**

7.2 Movimentação

7.2.1 Operações com seguradoras

	Controladora e Consolidado				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.016.800**	**398.701**	**275.431**	**153.849**	**1.844.781**
Prêmios a receber	851.590	518.680	72.780	-	1.443.050
Recebimentos	(817.611)	(471.815)	(14.944)	-	(1.304.370)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	(28.135)	(28.135)
Variação cambial	(48.851)	(18.122)	(27.830)	(751)	(95.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.001.928**	**427.444**	**305.437**	**124.963**	**1.859.772**
Circulante					1.828.380
Não circulante					31.392
					1.859.772

	Controladora e Consolidado				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**661.569**	**487.385**	**231.824**	**160.443**	**1.541.221**
Prêmios a receber	3.358.274	54.202	43.821	-	3.456.297
Recebimentos	(3.018.295)	(163.966)	(52.703)	-	(3.234.964)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	(7.118)	(7.118)
Variação cambial	19.715	21.080	52.489	2.097	95.381
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.021.263**	**398.701**	**275.431**	**155.422**	**1.850.817**
Circulante					1.819.174
Não circulante					31.643
					1.850.817

7.2.2 Operações com resseguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	189.889	236.522	844	427.255
Prêmios a receber	353.024	-	-	353.024
Recebimentos	(215.506)	-	-	(215.506)
Recuperação de sinistros	-	215.535	-	215.535
Variação cambial	(33.286)	(139.842)	(202)	(173.330)
Outros créditos	-	-	3.399	3.399
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**294.121**	**312.215**	**4.041**	**610.377**

	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	81.744	426.275	4.219	512.238
Prêmios a receber	318.307	-	-	318.307
Recebimentos	(228.109)	-	-	(228.109)
Recuperação de sinistros	-	(231.702)	-	(231.702)
Variação cambial	17.947	41.949	7	59.903
Outros créditos	-	-	(3.382)	(3.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**189.889**	**236.522**	**844**	**427.255**

7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

				Controladora
Aging	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
A vencer	1.876.673	(745.025)	(11.094)	1.120.554
Vencidos até 30 dias	169.123	(173.317)	(2.459)	(6.653)
Vencidos entre 31 e 60 dias	86.010	(52.818)	(2.945)	30.247
Vencidos entre 61 e 120 dias	142.106	(70.602)	(1.478)	70.026
Vencidos entre 121 e 180 dias	20.698	(13.016)	(2.199)	5.483
Vencidos entre 181 e 365 dias	43.820	(18.031)	(1.457)	24.332
Vencidos acima de 365 dias	188.077	(138.577)	(75.805)	(26.305)
	2.526.507	**(1.211.386)**	**(97.437)**	**1.217.684**

				Consolidado
Aging	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
A vencer	1.876.673	(745.025)	(11.094)	1.120.554
Vencidos até 30 dias	169.123	(173.317)	(2.459)	(6.653)
Vencidos entre 31 e 60 dias	86.010	(52.818)	(2.945)	30.247
Vencidos entre 61 e 120 dias	142.106	(70.602)	(1.478)	70.026
Vencidos entre 121 e 180 dias	20.698	(13.016)	(2.199)	5.483
Vencidos entre 181 e 365 dias	43.820	(18.031)	(1.457)	24.332
Vencidos acima de 365 dias	188.726	(138.843)	(75.805)	(25.922)
	2.527.156	**(1.211.652)**	**(97.437)**	**1.218.067**

Para os saldos das contas a pagar e a receber, vencidos e a vencer, no valor de R$ 1.256.742 na controladora e R$ 1.257.125 no consolidado, foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R$ 97.437, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação país e exterior e partes relacionadas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas

8.1 Sinistros – retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2016			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	924.990	75.251	267.845	1.268.086
Riscos especiais	35.502	258	9.365	45.125
Responsabilidades	211.533	27.482	31.244	270.259
Cascos	354.055	6.826	127.837	488.718
Automóveis	1.825	4.269	713	6.807
Transportes	155.033	996	21.444	177.473
Riscos financeiros	148.927	4.674	108.566	262.167
Crédito	9.637	2.842	6.342	18.821
Pessoas	22.513	1.285	11.723	35.521
Habitacional	153	-	232	385
Rural	5.620	4.427	8.897	18.944
Marítimo	8.293	413	3.791	12.497
Aeronáutico	113.369	-	120.575	233.944
Outros	27.834	-	6.008	33.842
	2.019.284	**128.723**	**724.582**	**2.872.589**

	Controladora			
	2015			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.222.605	150.492	213.380	1.586.477
Riscos especiais	222.293	278	22.409	244.980
Responsabilidades	231.240	30.295	12.585	274.120
Cascos	502.725	13.572	39.554	555.851
Automóveis	2.012	53	1.763	3.828
Transportes	186.810	954	26.863	214.627
Riscos financeiros	201.394	4.379	141.036	346.809
Crédito	16.704	4.899	6.109	27.712
Pessoas	21.690	2.071	7.600	31.361
Habitacional	96	-	173	269
Rural	14.744	4.292	24.858	43.894
Marítimo	10.597	-	11.121	21.718
Aeronáutico	86.286	146	23.283	109.715
Outros	14.611	-	289	14.900
	2.733.807	**211.431**	**531.023**	**3.476.261**

	Consolidado			
	2016			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	924.990	75.251	267.845	1.268.086
Riscos especiais	35.502	258	9.365	45.125
Responsabilidades	211.533	27.482	31.244	270.259
Cascos	354.057	6.826	127.837	488.720
Automóveis	1.825	4.269	713	6807
Transportes	155.033	996	21.444	177.473
Riscos financeiros	148.927	4.674	108.566	262.167
Crédito	9.637	2.842	6.342	18.821
Pessoas	22.513	1.285	11.723	35.521
Habitacional	153	-	232	385
Rural	5.620	4.427	8.897	18.944
Marítimo	8.293	413	3.791	12.497
Aeronáutico	113.369	-	120.575	233.944
Outros	57.534	-	6.008	63.542
	2.048.986	**128.723**	**724.582**	**2.902.291**

	Consolidado			
	2015			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.222.605	150.492	213.380	1.586.477
Riscos especiais	222.293	278	22.409	244.980
Responsabilidades	231.240	30.295	12.585	274.120
Cascos	502.725	13.572	39.554	555.851
Automóveis	2.012	53	1.763	3.828
Transportes	186.810	954	26.863	214.627
Riscos financeiros	201.394	4.379	141.036	346.809
Crédito	16.704	4.899	6.109	27.712
Pessoas	21.690	2.071	7.600	31.361
Habitacional	96	-	173	269
Rural	14.744	4.292	24.858	43.894
Marítimo	10.597	-	11.121	21.718
Aeronáutico	86.286	146	23.283	109.715
Outros	56.436	-	289	56.725
	2.775.632	**211.431**	**531.023**	**3.518.086**

8.1.1 Movimentação

	Controladora		
	2016		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.945.238	531.023	3.476.261
Liquidação de sinistros	(2.862.926)	(103.261)	(2.966.187)
Constituição de provisão de sinistros	2.065.695	296.820	2.362.515
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.148.007**	**724.582**	**2.872.589**

	2015		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.743.224	269.950	3.013.174
Liquidação de sinistros	(3.401.008)	(324.120)	(3.725.128)
Constituição de provisão de sinistros	3.603.022	585.193	4.188.215
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.945.238**	**531.023**	**3.476.261**

	Consolidado		
	2016		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.987.063	531.023	3.518.086
Liquidação de sinistros	(2.862.926)	(103.261)	(2.966.187)
Constituição de provisão de sinistros	2.053.572	296.820	2.350.392
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.177.709**	**724.582**	**2.902.291**

	2015		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.743.447	269.970	3.013.417
Liquidação de sinistros	(3.401.008)	(324.140)	(3.725.148)
Constituição de provisão de sinistros	3.644.624	585.193	4.229.817
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.987.063**	**531.023**	**3.518.086**

8.2 Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado						
	2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	223.844	71.019	33.180	(11.614)	(7.488)	(2.464)	306.477
Riscos especiais	124.587	4.949	22.558	(9.159)	(49)	(1.268)	141.618
Responsabilidades	23.686	7.624	5.102	(2.250)	(1.266)	(599)	32.297
Cascos	54	-	-	(2)	-	-	52
Automóveis	1.524	876	59	(69)	(39)	(3)	2.348
Transportes	13.134	1.330	13.350	(721)	(69)	(1.696)	25.328
Riscos financeiros	20.042	547	4.474	(1.130)	(226)	(820)	22.887
Pessoas	12.587	-	1.824	(738)	-	(280)	13.393
Rural	2.876	4.245	227	(1.003)	(1.520)	(68)	4.757
Marítimo	10.937	5.726	3.113	(436)	(286)	(155)	18.899
Aeronáutico	31.207	10.764	6.011	(12)	(3)	(169)	47.798
Outros	56.323	2.980	-	(1.321)	(855)	-	57.127
	520.801	**110.060**	**89.898**	**(28.455)**	**(11.801)**	**(7.522)**	**672.981**

	Controladora e Consolidado						
	2015						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	270.567	15.719	24.424	(15.233)	(1.865)	(2.406)	291.206
Riscos especiais	198.827	1.354	42.441	(15.736)	(68)	(2.734)	224.084
Responsabilidades	20.373	5.352	3.846	(2.075)	(888)	(625)	25.983
Cascos	329	-	-	-	-	-	329
Automóveis	615	1.902	42	(34)	(105)	(2)	2.418
Transportes	17.924	3.843	8.372	(399)	(213)	(1.097)	28.430
Riscos financeiros	17.029	3.184	3.092	(1.246)	(1.002)	(684)	20.373
Crédito	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Pessoas	7.238	714	35	(390)	(51)	(5)	7.541
Rural	213	-	360	(63)	(12)	(100)	398
Marítimo	10.581	398	7.505	(143)	(20)	(301)	18.020
Aeronáutico	39.236	8.685	8.737	(200)	-	(280)	56.178
Outros	39.002	5.470	-	(682)	(2.686)	-	41.104
	621.934	**46.621**	**98.853**	**(36.201)**	**(6.910)**	**(8.234)**	**716.063**

8.2.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado						
	2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	621.934	46.621	98.853	(36.201)	(6.910)	(8.234)	716.063
Diferimento pelo risco	(379.430)	(47.139)	(34.153)	18.345	8.919	1.947	(431.511)
Constituição	278.297	110.578	25.198	(10.599)	(13.810)	(1.235)	388.429
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**520.801**	**110.060**	**89.898**	**(28.455)**	**(11.801)**	**(7.522)**	**672.981**

	2015						
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	511.638	67.414	85.903	(46.668)	(3.100)	(7.332)	607.855
Diferimento pelo risco	(1.197.174)	(288.017)	(43.974)	112.648	39.507	4.655	(1.372.355)
Constituição	1.307.470	267.224	56.924	(102.181)	(43.317)	(5.557)	1.480.563
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**621.934**	**46.621**	**98.853**	**(36.201)**	**(6.910)**	**(8.234)**	**716.063**

8.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e a provisão de despesas relacionadas, constituem coberturas das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Patrimonial	5.623	10.018
Riscos especiais	237	1.271
Responsabilidades	4.473	4.290
Cascos	3.913	3.486
Automóveis	29	49
Transportes	181	233
Riscos financeiros	319	95
Crédito	6	4
Pessoas	59	78
Habitacional	-	1
Rural	8	24
Marítimo	15	121
Aeronáutico	2.518	761
	17.381	**20.431**

9 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Valores a receber de shopping centers / Imóveis	-	6.487	28.456	6.487
Valores a receber de acordos judiciais(**)	3.580	3.108	3.580	3.108
Valores a receber - despesas médicas/ INSS/ aposentados	278	457	278	457
Adiantamento a fornecedores	2.192	189	2.192	189
Adiantamento a funcionários	440	428	440	428
Outros	304	384	430	1.644
Total circulante	**6.794**	**11.053**	**35.376**	**12.313**
Não circulante				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	15.987	15.686	15.987	15.686
Valores a receber de acordos judiciais (**)	15.872	12.432	10.741	12.432
Total não circulante	**31.859**	**28.118**	**26.728**	**28.118**
	38.653	**39.171**	**62.104**	**40.431**

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta da ação relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA.

(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10 Créditos tributários e previdenciários

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	Controladora	
	2016	2015
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	96.660	126.244
Imposto de renda retido na fonte	4.944	4.848
Impostos a compensar/recuperar	25	-
	101.629	**131.092**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	165.066	206.190
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (**)	351.907	480.691
	516.973	**686.881**
	618.602	**817.973**

	Consolidado	
	2016	2015
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	96.660	126.244
Imposto de renda retido na fonte	4.964	4.848
Impostos a compensar/recuperar	25	-
	101.649	**131.092**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	165.066	206.190
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (**)	351.907	480.691
	516.973	**686.881**
	618.622	**817.973**

(*) Referem-se principalmente a pagamentos a maior referentes a PIS (R$ 59.607) e COFINS (R$ 197.191), oriundos da ação de alargamento de base, cujo o trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. Estes créditos têm sido utilizados pela Companhia a fim de liquidar os débitos mensais dos tributos diretos (PIS e COFINS). Durante o exercício foram compensados R$ 76.127.

(**) A Medida Provisória nº 675 de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota de Contribuição Social para 20,0% com vigência a partir de 1° de setembro de 2015.

10.1.1 Créditos tributários sobre diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Créditos tributários diferenças temporárias				
Provisões trabalhistas (a)	381.694	381.694	313.815	313.815
Provisão para desvalorização do investimento (b)	221.121	221.121	242.790	242.790
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	189.677	189.677	302.154	302.154
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d)	132.236	132.236	162.694	162.694
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	74.427	74.427	161.709	161.709
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(53.508)	(53.508)	(22.390)	(22.390)
Provisão para contingências trabalhistas (d)	51.445	51.445	48.187	48.187
Ajuste a valor de mercado - investimento	(47.234)	(47.234)	(47.234)	(47.234)
Atualização de depósitos judiciais fiscais/trabalhistas	(160.800)	(160.800)	(108.491)	(108.491)
Outras provisões	15.062	15.062	14.968	14.968
Base de cálculo	**804.120**	**804.120**	**1.068.202**	**1.068.202**
Alíquota nominal vigente	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
Crédito tributário diferenças temporárias	**201.031**	**150.876**	**267.051**	**213.640**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25,0% e 20,0%, respectivamente. Para as diferenças temporárias que serão realizadas a partir de 1° de janeiro de 2019, a Companhia utilizou a alíquota de 15,0% para constituição da contribuição social diferida.

(a) A consumação do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas e considera as expectativas da Administração quanto à realização do ativo.

(b) Referem-se às provisões para perda das aplicações financeiras "*Brazilian Bonds*", "BB *Securities*" e "Banco Econômico". A primeira e a segunda encontram-se em *default* e a aplicação do Banco Econômico encontra-se em litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da Administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

11 Imóveis destinados à renda

	Controladora			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2015	16.489	672	171.561	188.722
Benfeitorias	-	-	775	775
Transferência de ativos para controlada (*)	(16.489)	(672)	(164.457)	(181.618)
Em 31 de dezembro 2016	**-**	**-**	**7.879**	**7.879**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2015	-	(672)	(13.619)	(14.291)
Depreciação	-	-	(1.119)	(1.119)
Transferência de ativos para controlada (*)	-	672	13.005	13.677
Em 31 de dezembro 2016	**-**	**-**	**(1.733)**	**(1.733)**
Saldo contábil, líquido	**-**	**-**	**6.146**	**6.146**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2014	16.489	672	169.395	186.556
Benfeitorias	-	-	2.166	2.166
Em 31 de dezembro 2015	**16.489**	**672**	**171.561**	**188.722**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2014	-	(672)	(10.364)	(11.036)
Depreciação	-	-	(3.255)	(3.255)
Em 31 de dezembro 2015	**-**	**(672)**	**(13.619)**	**(14.291)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**	**-**	**157.942**	**174.431**

(*) Os ativos foram transferidos para a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. a valor de custo, líquidos de depreciação acumulada a título de integralização do capital.

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2015	16.489	672	270.692	287.853
Aquisição (*)	-	-	111.366	111.366
Benfeitorias	-	-	4.727	4.727
Alienação	(42)	91	(1.379)	(1.330)
Em 31 de dezembro 2016	**16.447**	**763**	**385.406**	**402.616**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2015	-	(672)	(13.619)	(14.291)
Depreciação	-	-	(3.298)	(3.298)
Alienação	-	(91)	(275)	(366)
Em 31 de dezembro 2016	**-**	**(763)**	**(17.192)**	**(17.955)**
Saldo contábil, líquido	**16.447**	**-**	**368.214**	**384.661**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2014	16.489	672	169.395	186.556
Aquisição	-	-	99.131	99.131
Benfeitorias	-	-	2.166	2.166
Em 31 de dezembro 2015	**16.489**	**672**	**270.692**	**287.853**
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2014	-	(672)	(10.364)	(11.036)
Depreciação	-	-	(3.255)	(3.255)
Em 31 de dezembro 2015	**-**	**(672)**	**(13.619)**	**(14.291)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**	**-**	**257.073**	**273.562**

(*) Valor de R$ 111.366 referente a aquisição de participação no Estacionamento do Internacional Shopping Guarulhos – Fundo de Investimento Imobiliário Parking Partners.

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e respectivas benfeitorias realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

		Benfeitorias realizadas	
		2016	2015
	Investimento percentual	Benfeitoria realizadas	Benfeitoria realizadas
Park Shopping - Brasília	20,0%	444	1.352
Esplanada - Sorocaba	15,0%	100	292
Praia de Belas - Porto Alegre	20,0%	71	1.411
Minas Shopping - Belo Horizonte	19,0%	144	269
Shopping Barra - Salvador	20,0%	16	328
Saldo contábil das benfeitorias em shopping center ativos		**775**	**3.652**
Devolução de benfeitorias			
Park Shopping - Brasília		-	(1.486)
Saldo contábil líquido das benfeitorias em shopping center ativos		**775**	**2.166**

Os investimentos em shopping center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável, cujo valor de mercado está avaliado em R$ 468.137.

Abaixo o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pela Companhia nos seguintes exercícios:

	2016	2015
Até um ano	40.406	35.997
Entre um e cinco anos	136.681	131.183
Acima de cinco anos	127.904	153.488
Total	**304.991**	**320.668**

12 Imobilizado

						Controladora	
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.867	44.096	3.540	8.509	1.354	629	81.995
Adições	-	3.899	-	212	14.926	115	19.152
Baixas	(2.019)	-	-	(24)	-	(629)	(2.672)
Transferências	34	-	-	668	(702)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	**21.882**	**47.995**	**3.540**	**9.365**	**15.578**	**115**	**98.475**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.851)	(29.152)	(1.008)	(4.965)	-	(114)	(46.090)
Depreciação	(696)	(5.450)	(692)	(540)	(18)	(107)	(7.503)
Baixas	1.605	-	-	24	-	208	1.837
Em 31 de dezembro de 2016	**(9.942)**	**(34.602)**	**(1.700)**	**(5.481)**	**(18)**	**(13)**	**(51.756)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.940**	**13.393**	**1.840**	**3.884**	**15.560**	**102**	**46.719**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.141	40.309	3.667	7.469	78	603	74.267
Adições	150	5.678	302	649	3.504	265	10.548
Baixas	-	(1.891)	(429)	(261)	-	(239)	(2.820)
Transferências	1.576	-	-	652	(2.228)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	**23.867**	**44.096**	**3.540**	**8.509**	**1.354**	**629**	**81.995**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.221)	(25.633)	(765)	(4.733)	-	(35)	(41.387)
Depreciação	(630)	(5.656)	(664)	(471)	-	(124)	(7.545)
Baixas	-	2.137	421	239	-	45	2.842
Em 31 de dezembro de 2015	**(10.851)**	**(29.152)**	**(1.008)**	**(4.965)**	**-**	**(114)**	**(46.090)**
Saldos contábeis, líquidos	**13.016**	**14.944**	**2.532**	**3.544**	**1.354**	**515**	**35.905**

						Consolidado	
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.867	44.096	3.540	8.509	1.354	629	81.995
Adições	-	3.899	-	212	14.926	115	19.152
Baixas	(2.019)	-	-	(24)	-	(629)	(2.672)
Transferências	34	-	-	668	(702)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	**21.882**	**47.995**	**3.540**	**9.365**	**15.578**	**115**	**98.475**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.851)	(29.152)	(1.008)	(4.965)	-	(114)	(46.090)
Depreciação	(696)	(5.450)	(692)	(540)	(18)	(107)	(7.503)
Baixas	1.605	-	-	24	-	208	1.837
Em 31 de dezembro de 2016	**(9.942)**	**(34.602)**	**(1.700)**	**(5.481)**	**(18)**	**(13)**	**(51.756)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.940**	**13.393**	**1.840**	**3.884**	**15.560**	**102**	**46.719**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.141	40.309	3.667	7.661	78	603	74.459
Adições	150	5.678	302	649	3.504	265	10.548
Baixas	-	(1.891)	(429)	(377)	-	(239)	(2.936)
Transferências	1.576	-	-	652	(2.228)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	**23.867**	**44.096**	**3.540**	**8.585**	**1.354**	**629**	**82.071**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.221)	(25.633)	(765)	(4.906)	-	(35)	(41.560)
Depreciação	(630)	(5.656)	(664)	(497)	-	(124)	(7.571)
Baixas	-	2.137	421	378	-	45	2.981
Em 31 de dezembro de 2015	**(10.851)**	**(29.152)**	**(1.008)**	**(5.025)**	**-**	**(114)**	**(46.150)**
Saldos contábeis, líquidos	**13.016**	**14.944**	**2.532**	**3.560**	**1.354**	**515**	**35.921**

13 Intangível

	Controladora e Consolidado		
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	107.330	2.266	109.596
Adições	18.662	1.792	20.454
Transferências	1.985	(1.985)	-
Em 31 de dezembro de 2016	**127.977**	**2.073**	**130.050**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(46.239)	-	(46.239)
Amortização	(21.535)	-	(21.535)
Em 31 de dezembro de 2016	**(67.774)**	**-**	**(67.774)**
Saldo contábil, líquido	**60.203**	**2.073**	**62.276**
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	85.694	1.439	87.133
Adições	15.226	7.237	22.463
Transferências	6.410	(6.410)	-
Em 31 de dezembro de 2015	**107.330**	**2.266**	**109.596**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(29.951)	-	(29.951)
Amortização	(16.288)	-	(16.288)
Em 31 de dezembro de 2015	**(46.239)**	**-**	**(46.239)**
Saldo contábil, líquido	**61.091**	**2.266**	**63.357**

14 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego

14.1 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	16.825	7.457	16.825	7.457
Dividendos	5.657	34.155	5.657	34.155
Juros sobre capital próprio	51.653	2.643	51.653	2.643
Participações nos lucros	18.842	23.310	18.842	23.310
Remuneração do pessoal-chave da administração	14.442	11.812	14.442	11.812
Outros	7.521	570	8.832	2.205
	114.940	**79.947**	**116.251**	**81.582**
Circulante	**114.630**	**79.637**	**115.941**	**81.272**
Não circulante	**310**	**310**	**310**	**310**

14.2 Provisão para benefícios pós-emprego

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Benefício - pós emprego - Aposentadoria (i)	175.694	170.443
Benefício - pós emprego - Plano médico (ii)	203.214	191.707
Benefício - pós emprego - Seguro de vida (iii)	1.321	969
Benefício - pós emprego - Auxílio funeral (iv)	1.465	1.360
	381.694	**364.479**
Circulante	**32.771**	**35.582**
Não circulante	**348.923**	**328.897**
	381.694	**364.479**

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos. Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$ 2.640,80 para funeral com cremação.

15 Provisões para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ a pagar	8.433	-	9.185	-
CSLL a pagar	8.900	9.479	9.177	9.479
PIS/COFINS a pagar	-	4.792	128	4.792
Total	**17.333**	**14.271**	**18.490**	**14.271**

16 Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

16.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações com seguradoras	269.827	156.082	269.827	156.082
Operações com resseguradoras	861.092	676.759	861.092	676.759
Corretores de resseguros, retrocessões e outros	49.117	52.500	49.383	52.521
Outros débitos operacionais	29.766	139.646	29.766	139.948
	1.209.802	**1.024.987**	**1.210.068**	**1.025.310**

16.2 Movimentação

16.2.1 Operação com seguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	751	155.137	194	156.082
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(186)	-	-	(186)
Sinistro de resseguro a pagar	-	249.219	-	249.219
Sinistro de resseguro pagos	-	(129.807)	-	(129.807)
Outros a pagar	-	-	70	70
Outros pagos	-	-	(141)	(141)
Variação cambial	(204)	(5.161)	(45)	(5.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**361**	**269.388**	**78**	**269.827**

	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	908	52.861	174	53.943
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(342)	-	-	(342)
Sinistro de resseguro a pagar	-	1.890.438	-	1.890.438
Sinistro de resseguro pagos	-	(1.792.016)	-	(1.792.016)
Outros a pagar	-	-	103	103
Outros pagos	-	-	(97)	(97)
Variação cambial	185	3.854	14	4.053
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**751**	**155.137**	**194**	**156.082**

16.2.2 Operação com resseguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	660.583	8.671	7.505	676.759
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	609.701	-	-	609.701
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(475.891)	-	-	(475.891)
Sinistro de resseguro a pagar	-	150.131	-	150.131
Sinistro de resseguro pagos	-	(55.260)	-	(55.260)
Outros a pagar	-	-	8.243	8.243
Outros pagos	-	-	(7.264)	(7.264)
Variação cambial	(50.809)	5.839	(357)	(45.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**743.584**	**109.381**	**8.127**	**861.092**

	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	606.011	(16.409)	203	589.805
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.236.915	-	-	1.236.915
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.224.317)	-	-	(1.224.317)
Sinistro de resseguro a pagar	-	148.828	-	148.828
Sinistro de resseguro pagos	-	(116.424)	-	(116.424)
Outros a pagar	-	-	47.637	47.637
Outros pagos	-	-	(40.449)	(40.449)
Variação cambial	41.974	(7.324)	114	34.764
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**660.583**	**8.671**	**7.505**	**676.759**

17 Depósitos de terceiros

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Até 30 dias	31.237	30.676
Entre 31 e 60 dias	10.261	2.770
Entre 61 e 120 dias	7.882	4.978
Entre 121 e 180 dias	5.263	1.827
Entre 181 e 365 dias	3.322	4.379
Acima de 365 dias	1.998	1.328
	59.963	**45.958**

18 Provisões técnicas

18.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	Controladora e Consolidado						
	2016						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	455.104	118.258	77.413	(37.576)	(15.043)	(9.154)	589.002
Riscos especiais	170.434	8.343	32.006	(15.774)	-	(2.721)	192.288
Responsabilidades	43.252	9.609	8.659	(4.736)	(1.535)	(852)	54.397
Cascos	552	-	-	(28)	-	-	524
Automóveis	4.475	2.585	396	(688)	(466)	(109)	6.193
Transportes	37.962	4.541	30.105	(3.618)	(854)	(3.623)	64.513
Riscos financeiros	119.368	43.205	22.908	(38.670)	(18.695)	(7.893)	120.223
Crédito	-	-	2	-	-	-	2
Pessoas	34.538	2.481	10.290	(37.360)	(624)	(1.724)	7.601
Habitacional	2.718	4.691	1.206	(186)	(947)	(236)	7.246
Rural	143.228	75.583	5.678	(34.247)	(18.411)	(1.371)	170.460
Marítimo	37.671	13.261	11.002	(3.450)	(728)	(1.162)	56.594
Aeronáutico	43.826	14.215	20.721	(3.390)	(994)	(2.621)	71.757
Outros	232.829	157.204	-	(44.605)	(37.265)	-	308.163
	1.325.957	**453.976**	**220.386**	**(224.328)**	**(95.562)**	**(31.466)**	**1.648.963**

	Controladora e Consolidado						
	2015						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	514.625	73.781	58.730	(37.788)	(14.602)	(5.859)	588.887
Riscos especiais	291.668	1.432	54832	(28.621)	(2)	(4.479)	314.830
Responsabilidades	39.436	7.268	6.481	(4.696)	(1.007)	(843)	46.639
Cascos	672	-	-	(25)	-	-	647
Automóveis	6.228	5.697	315	(1.888)	(1.142)	(87)	9.123
Transportes	47.133	8.084	17706	(5.620)	(1.425)	(1.991)	63.887
Riscos financeiros	110.831	42.029	15343	(33.045)	(17.488)	(4.935)	112.735
Pessoas	25.276	2.711	169	(1.127)	(177)	(12)	26.840
Habitacional	2.529	6.498	33	(181)	(1.753)	(6)	7.120
Rural	182.267	73.584	3767	(44.019)	(17.788)	(903)	196.908
Marítimos	35.793	2.879	16.580	(3.408)	(559)	(1.275)	50.010
Aeronáuticos	57.855	10.476	22.497	(3.901)	(1.694)	(1.839)	83.394
Outros	269.537	154.643	-	(49.276)	(37.725)	-	337.179
	1.583.850	**389.082**	**196.453**	**(213.595)**	**(95.362)**	**(22.229)**	**1.838.199**

18.1.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	2016					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.583.850	389.082	196.453	(213.595)	(95.362)	(22.229)
Diferimento pelo risco	(772.626)	(293.212)	(38.916)	125.174	116.753	2.843
Constituição	514.733	358.106	62.849	(135.907)	(116.953)	(12.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.325.957**	**453.976**	**220.386**	**(224.328)**	**(95.562)**	**(31.466)**

	2015					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custo de aquisição diferidos		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.231.331	387.388	194.197	(135.639)	(103.661)	(16.824)
Diferimento pelo risco	(460.731)	(410.551)	(73.441)	64.240	82.705	9.446
Constituição	813.250	412.245	75.697	(142.196)	(74.406)	(14.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.583.850**	**389.082**	**196.453**	**(213.595)**	**(95.362)**	**(22.229)**

18.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	2016					
	Controladora			Consolidado		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados
Grupo de Ramos	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	1.641.975	167.537	438.270	1.641.976	167.537	438.270
Riscos especiais	64.519	302	15.141	64.519	302	15.141
Responsabilidades	458.589	90.627	66.662	458.590	90.627	66.662
Cascos	405.532	13.725	149.388	405.532	13.725	149.388
Automóveis	157.148	28.044	28.861	157.148	28.044	28.861
Transportes	251.272	73	48.272	251.272	73	48.272
Riscos financeiros	246.694	11.490	214.182	246.694	11.490	214.182
Crédito	14.025	3.337	8.408	14.025	3.337	8.408
Pessoas	115.856	7.582	59.291	115.856	7.582	59.291
Habitacional	12.146	775	20.346	12.146	775	20.346
Rural	106.823	11.558	156.904	106.823	11.558	156.904
Marítimo	67.091	2	19.578	67.091	2	19.578
Aeronáutico	197.917	-	129.214	197.917	-	129.214
Run-off (Londres) (*)	91.089	-	80.972	91.089	-	80.972
Outros	487.436	-	111.879	487.786	-	141.576
	4.318.112	**335.052**	**1.547.368**	**4.318.464**	**335.052**	**1.577.065**

	2015					
	Controladora			Consolidado		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados
Grupo de Ramos	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Patrimonial	2.138.289	245.223	371.298	2.138.289	245.223	371.298
Riscos especiais	297.564	325	31.188	297.564	325	31.188
Responsabilidades	501.437	96.337	30.712	501.437	96.337	30.712
Cascos	588.895	21.535	57.413	588.895	21.535	57.413
Automóveis	173.187	27.180	40.720	173.187	27.180	40.720
Transportes	291.247	2.583	55.195	291.247	2.583	55.195
Riscos financeiros	331.103	18.953	233.104	331.103	18.953	233.104
Crédito	21.494	5.866	10.114	21.494	5.866	10.114
Pessoas	125.174	8.004	35.596	125.174	8.004	35.596
Habitacional	24.755	697	18.488	24.755	697	18.488
Rural	125.236	11.203	108.108	125.236	11.203	108.108
Marítimo	99.121	-	26.515	99.121	-	26.515
Aeronáutico	214.193	2	39.231	214.193	2	39.231
Run-off (Londres) (*)	119.299	-	98.361	119.299	-	98.361
Outros	433.411	-	109.857	434.432	-	153.599
	5.484.405	**437.908**	**1.265.900**	**5.485.426**	**437.908**	**1.309.642**

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro.

18.2.1 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2016			
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.922.313	1.265.900	5.923.334	1.309.642
Liquidação de sinistros	(2.822.688)	(251.656)	(2.823.357)	(265.701)
Constituição de provisão de sinistros	1.553.539	533.124	1.553.539	533.124
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**4.653.164**	**1.547.368**	**4.653.516**	**1.577.065**

	Controladora		Consolidado	
	2015			
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.381.192	796.289	5.383.377	796.515
Liquidação de sinistros	(331.930)	(88.404)	(333.094)	(88.404)
Constituição de provisão de sinistros	873.051	558.015	873.051	601.531
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**5.922.313**	**1.265.900**	**5.923.334**	**1.309.642**

18.3 Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

	Controladora e Consolidado					
	2016					
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	702	378.663	41,0%	155.252	(59.646)	95.606
Possível	605	361.621	37,0%	133.800	(51.404)	82.395
Remota	208	766.676	6,0%	46.001	(17.673)	28.328
	1.515	**1.506.960**		**335.052**	**(128.723)**	**206.329**

	Controladora e Consolidado					
	2015					
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	796	463.013	44,0%	203.726	(98.363)	105.363
Possível	675	595.716	29,0%	172.757	(83.411)	89.347
Remota	240	1.023.748	6,0%	61.425	(29.657)	31.768
	1.711	**2.082.477**		**437.908**	**(211.431)**	**226.477**

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica sinistros a liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "ativos de retrocessão - provisões técnicas", na rubrica de sinistros pendentes de pagamento.

18.3.1 *Aging* de sinistros judiciais

	Controladora e Consolidado		
Aging	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 0 a 30 dias	36.592	(19.023)	17.569
De 31 a 60 dias	48	-	48
De 61 a 90 dias	154	(77)	77
De 91 a 120 dias	187	(93)	94
De 121 a 180 dias	1.425	(1.200)	225
De 181 a 365 dias	558	-	558
Acima de 365 dias	296.088	(108.330)	187.758
	335.052	**(128.723)**	**206.329**

18.4 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

	Controladora e Consolidado	
Grupo de Ramos	2016	2015
Patrimonial	17.827	17.352
Riscos especiais	616	1.728
Responsabilidades	12.402	11.757
Cascos	4.488	4.216
Automóveis	1.653	1.096
Transportes	2.075	658
Riscos financeiros	16.974	14.739
Crédito	46	42
Pessoas	19.407	7.462
Habitacional	4.863	1.247
Rural	6.013	750
Marítimo	296	719
Aeronáutico	3.529	1.300
Outros	10.278	1.408
	100.467	**64.474**

19 Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisões Técnicas de Resseguros	**7.949.962**	**9.090.886**	**7.980.011**	**9.135.649**
(-) Ativos de retrocessão (*)	3.562.951	4.212.755	3.592.653	4.254.580
(+) Ativo redutor (*)	512.532	629.545	512.532	629.545
(-) Direitos creditórios (*)	807.688	512.833	807.688	512.833
Montante a ser garantido	**4.091.855**	**4.994.843**	**4.092.202**	**4.997.781**
Ativos disponíveis para garantia:				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	1.453.312	529.885	1.453.312	529.885
Quotas de fundos de investimentos	-	27.661	-	27.661
Letras financeiras do tesouro	2.511.183	2.519.054	2.511.183	2.519.054
Letras financeiras	258.287	224.661	258.287	224.661
Notas do tesouro nacional	509.728	590.585	509.728	590.585
Letras do Tesouro Nacional	200	1.127.106	200	1.127.106
Títulos da dívida soberana	226.297	360.923	226.297	360.923
Debentures	773	409	773	409
Total de ativos	**4.959.780**	**5.380.285**	**4.959.780**	**5.380.285**

(*) Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas (redutores)", referentes à parcela de retrocessão de risco.

20 Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas (acionistas) em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	2016		2015		2016	2015
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora						
Prêmios	699.844	113.303	746.155	160.614	1.036.855	1.773.206
Indenizações e despesas com sinistros	60.175	143.184	29.520	79.912	(326.673)	(728.600)
Comissões	2.941	87.582	-	96.749	(176.864)	(345.360)
Outros	-	7.602	-	10.108	(1.150)	(14.559)
	762.960	**351.671**	**775.675**	**347.383**	**532.168**	**684.687**

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios de longo prazo a administradores	Benefício pós-emprego	Total
Contas a pagar				
2015	11.502	310	-	**11.812**
2016	14.132	310	-	**14.442**
Resultado				
2015	15.270	-	382	**15.652**
2016	10.705	-	456	**11.161**

21 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	2016		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	**419.522**	**-**	**389.427**
COFINS	7.454	-	-
PIS	3.826	-	-
Contribuição social	405.566	-	389.427
Imposto de renda	1.608	-	-
FINSOCIAL	1.068	-	-
Previdenciárias	**107.885**	**-**	
INSS	106.696	-	-
FGTS	1.189	-	-
Trabalhistas e cíveis	**43.392**	**58.173**	**-**
Ações trabalhistas	28.197	51.442	-
Ações cíveis	15.195	2.290	-
Honorários	-	4.441	-
Não circulante	**570.799**	**58.173**	**389.427**

	Controladora e Consolidado		
	2015		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	**381.833**	**66.053**	**353.107**
COFINS	6.709	6.709	-
PIS	3.444	3.445	-
Contribuição social	369.247	-	353.107
Imposto de renda	1.447	55.899	-
ISS	986	-	-
Previdenciárias	**44.901**	-	-
INSS	43.746	-	-
FGTS	1.155	-	-
Trabalhistas e cíveis	**47.308**	**54.131**	-
Ações trabalhistas	29.970	48.184	-
Ações cíveis	17.338	2.195	-
Honorários	-	3.752	-
Não circulante	**474.042**	**120.184**	**353.107**

21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	Controladora e Consolidado		
	2016		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo (*)
Fiscal			
Provável	1	389.427	389.427
Possível	15	255.945	-
Remota	1	200	-
	17	**645.572**	**389.427**
Previdenciário			
Possível	10	68.550	-
Remota	2	18.578	-
	12	**87.128**	**-**
Trabalhista e cível			
Provável	53	53.732	53.732
Possível	88	39.392	4.441
Remota	20	8.810	-
	161	**101.934**	**58.173**

(*) O montante de R$ 389.427 (R$ 353.107 em 31 de dezembro de 2015) está registrado como contas a pagar - provisão para impostos e contribuições e o montante de R$ 58.173 (R$ 120.184 em 31 de dezembro de 2015) está registrado na rubrica passivo contingente.

	Controladora e Consolidado		
	2015		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo
Fiscal			
Provável	2	407.561	407.561
Possível	14	194.543	11.600
Remota	1	200	
	17	**602.304**	**419.161**
Previdenciário			
Possível	10	64.815	-
Remota	2	18.578	-
	12	**83.393**	**-**
Trabalhista e cível			
Provável	79	50.379	50.379
Possível	83	34.701	3.752
Remota	22	7.786	-
	184	**92.866**	**54.131**

As provisões contabilizadas na rubrica "obrigações fiscais" tratam-se de obrigações legais da Companhia que atuamente estão sob discussão judicial e, dessa forma, a liquidação das mesmas depende de decisões judiciais ainda não transitadas em julgado. Para essas obrigações legais, a Companhia provisiona 100,0% dos valores em risco, independente da classificação de perda pelos escritórios jurídicos patrocinadores das causas.

As provisões contabilizadas na rubrica "outros débitos" tratam-se de questões de matérias interpretativas que se enquadram no conceito de passivo contingente de acordo com o "CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" e, dessa forma, a contabilização dos valores em risco somente são realizadas para as causas classificadas como risco provável. Para as causas de risco possível, a referida norma exige somente a divulgação em notas explicativas. Para as causas de risco remoto, não há necessidade de divulgação.

21.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

	Controladora e Consolidado				
	2015	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2016
Fiscais	**419.161**	**-**	**38.430**	**(68.164)**	**389.427**
COFINS (Nota 21.3.2)	6.709	-	1.383	(8.092)	-
PIS (Nota 21.3.2)	3.445	-	710	(4.155)	-
Contribuição social (Nota 21.3.4)	353.108	-	36.319	-	389.427
Imposto de renda (Nota 21.3.2)	55.899	-	18	(55.917)	-
Trabalhistas e cíveis	**54.131**	**6.400**	**4.940**	**(7.298)**	**58.173**
Ações trabalhistas (Nota 21.3.3)	48.184	5.710	4.846	(7.298)	51.442
Cíveis	2.196	-	94	-	2.290
Honorários	3.751	690	-	-	4.441
Saldo final do exercício	**473.292**	**6.400**	**43.370**	**(75.462)**	**447.600**

	2014	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2015
Fiscais	**349.576**	**33.977**	**35.608**	**-**	**419.161**
COFINS (Nota 21.3.2)	6.021	-	688	-	6.709
PIS (Nota 21.3.2)	3.091	-	354	-	3.445
Contribuição social (Nota 21.3.4)	286.867	33.977	32.264	-	353.108
Imposto de renda (Nota 21.3.2)	53.597	-	2.302	-	55.899
Previdenciárias	**40.296**	**-**	**2.533**	**(42.829)**	**-**
INSS (Nota 21.3.1)	40.296	-	2.533	(42.829)	-
Trabalhistas e cíveis	**53.565**	**29.882**	**3.408**	**(32.725)**	**54.131**
Ações trabalhistas (Nota 21.3.3)	47.914	29.862	3.132	(32.725)	48.184
Cíveis	1.900	20	276	-	2.196
Honorários	3.751	-	-	-	3.751
Saldo final do exercício	**443.437**	**63.859**	**41.549**	**(75.554)**	**473.292**

21.3 Ações fiscais

21.3.1 INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades. O montante questionado e atualizado atinge R$ 47.481 relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R$ 47.481. Considerando que o recurso extraordinário interposto pelo IRB Brasil RE se encontra suspenso desde 29 de março de 2010, sem nenhuma movimentação processual, bem como que a probabilidade de perda do referido processo permanece como possível, com base na avaliação do escritório externo, e na avaliação de baixa probabilidade de perda evidenciada pelos fatos e pelos andamentos processuais, a Companhia entendeu que, não havia a obrigatoriedade de manutenção de provisão constituída, inclusive, que tais depósitos não foram efetuados por ordem judicial, mas somente para a emissão de certidão previdenciária do IRB Brasil RE à época.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

21.3.2 Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a fevereiro de 1992, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação dos referidos créditos tributários com débitos vincendos de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os citados pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamentos de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório para os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas.

Nesse sentido, diante da decisão definitiva na esfera administrativa, a Companhia ajuizou, em março de 2014, ação para pleitear judicialmente a parcela do valor dos créditos que não foram reconhecidos pela Receita Federal do Brasil. Desta forma, a Companhia optou por realizar em 28 de março de 2014, depósitos judiciais das quantias cobradas por meio dos aludidos débitos, para suspensão da exigibilidade dos mesmos, nos valores de R$ 5.573 para COFINS, R$ 2.861 para PIS e R$ 1.202 para IR. Os referidos depósitos, atualizados até dezembro de 2016, somam R$7.454, R$ 3.826 e R$ 1.608, respectivamente.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de

2007, notificação para pagamento do valor de R$ 33.836, de crédito de FINSOCIAL compensados com débitos de imposto de renda, tendo impetrado Mandado de Segurança, suspendendo a exigibilidade dos referidos débitos fiscais até que haja uma decisão definitiva na esfera administrativa. Importante ressaltar que a suspensão dos referidos débitos fiscais foi deferida pelo juiz, sem a necessidade da Companhia efetuar depósito judicial do referido valor.

Considerando a jurisprudência do STF (RE n° 566.621), em regime de repercussão geral, acerca do prazo prescricional aplicável aos pedidos de restituição de créditos fiscais pleiteados anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 118/2005 (10 anos, consubstanciados na tese dos 5 mais 5, sendo cinco para homologar e mais cinco para repetir), a Companhia entende que a procedência da referida compensação é praticamente certa e portanto reverteu, em 2016, a provisão de IRPJ no montante de R$ 55.917, os quais tinham sido compensados anteriormente com os referidos créditos de FINSOCIAL.

21.3.3 Ações trabalhistas/ Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhistas ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração. A Administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ ação civil pública proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais. O valor total envolvido totaliza R$ 12.500 e os assessores jurídicos da Companhia classificam essa ação como perda possível.Após a suspensão do referido processo em 2014, tendo em vista não ter sido obtido sucesso nas tratativas de acordo, em novembro de 2016 o processo foi reincluído em pauta com audiência agendada para maio de 2017.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R$51.442 e classificam as chances de perda nesses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis totalizam R$ 23.694.

21.3.4 Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da MP n° 413/08, convertida na Lei de nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9,0% para 15,0%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2016, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R$ 405.566 (nota 21).

Mandado de Segurança impetrado em 30 de outubro de 2015 (Majoração da Alíquota da CSLL de 15,0% para 20,0%):

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n° 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15,0% para 20,0%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulado, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008, cuja discussão está pendente de julgamento pelo STF (ADI nº 4101). Nesse contexto, foi interposto embargos de declaração contra a aludida decisão, alegando omissão quanto aos argumentos aduzidos na petição inicial acerca inequívoca diferença entre a capacidade econômica das instituições financeiras e das companhias seguradoras. Importante ressaltar que a Companhia optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

22 Provisões trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Provisão para férias	7.846	7.209
Provisão para licença prêmio e previdência privada	3	3
	7.849	**7.212**

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 31 de dezembro de 2016, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital votante
Ministério da Fazenda	36.458.237	11,7%
Banco do Brasil	63.726.600	20,5%
Bradesco	63.726.600	20,5%
Grupo Itaú (Itaú Seguros e Itaú Vida)	46.605.000	15,0%
FIP - Caixa Barcelona	30.743.700	9,9%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo	49.161.763	15,8%
Outros	20.277.000	6,5%
	310.698.900	**100,0%**

23.2 Ações em tesouraria

Em setembro de 2013 a Companhia adquiriu 1.301.100 (um milhão, trezentos e um mil e cem ações) de sua emissão, que representam R$ 10.531, pertencentes ao então acionista Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP. Em 31 de julho de 2014 a Companhia adquiriu 283.500 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentas ações) de sua emissão, pertencentes ao então acionista Caixa Geral S.A. – Seguradora (*), que somadas passam a 1.584.600 ações, que representam um total de R$ 12.956.

(*) A transferência de titularidade ainda não foi efetivada para o IRB Brasil Resseguros S.A.

23.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5,0% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20,0% do capital social, nos termos da Lei no 6.404 de 16 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base na proposta dos órgãos da Administração da Companhia com base em previsão orçamentária, e deliberada pela assembleia-geral para retenção de parcela do lucro líquido do exercício com base no art. 196, parágrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

A Companhia antecipou no exercício remuneração aos acionistas a título de juros sobre capital, no valor de R$ 242.606 à conta de reserva de lucros.

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anôninas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Resseguradora atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2016 e deliberará, na próxima assembléia geral, pela integralização de capital da totalidade das reservas de lucros no valor no valor de R$ 500.000.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	**(80.405)**	**(28.788)**
Ganho (perda) líquido originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	87.282	(122.322)
Perdas não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	(82)	(23)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(57.103)	12.077
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas	665	(1.465)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(39.277)	57.014
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	24.518	(5.435)
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	(887)	8.537
Saldo no final do exercício	**(65.289)**	**(80.405)**

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia são

reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

23.5 Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 e o IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício	849.874	763.718
Denominador (quantidade de ações em unidades)	310.698.900	310.698.900
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação		
Lucro por ação	**2,74**	**2,46**

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 e o IAS 33. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

23.6 Dividendos e juros sobre capital próprio

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	849.874	763.718
Constituição de reserva legal (5,0%)	-	(6.947)
Base de cálculo dos dividendos	**849.874**	**756.771**
Dividendo mínimo obrigatório (25,0%)	(212.469)	(189.194)
Dividendo adicional proposto a pagar	(424.936)	(454.062)
	(637.405)	**(643.256)**
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	**75,0%**	**85,0%**
(-) Juros sobre capital próprio a ser considerado nos dividendos	219.844	159.487
Bruto	242.606	176.000
Imposto de renda	(22.762)	(16.513)
Dividendo mínimo obrigatório a pagar		
2015 (R$ 0,10 para ações ON e Golden Share)	-	29.705
Dividendo adicional proposto		
2015 (R$ 1,46 para ações ON e Golden Share)	-	454.062
Dividendo adicional proposto		
2016 (R$1,34 para ações ON e Golden Share)	417.561	-
Constituição da reserva para reinvestimento	**432.313**	**273.004**

24 Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

24.1 Prêmios ganhos - principais grupos de atuação

	Controladora e Consolidado							
	2016							
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade	% Comissão
Patrimonial	1.273.721	(103.875)	(33.846)	4.183	(6.262)	1.133.921	40,9%	12,7%
Riscos especiais	289.300	(2.186)	85.651	(9.876)	(232)	362.657	13,0%	10,7%
Responsabilidade	126.789	(9.082)	(10.327)	864	(178)	108.066	90,7%	5,4%
Cascos	2.147	-	112	2	-	2.261	205,4%	5,6%
Automovel	23.051	(4.444)	4.783	(1.854)	(66)	21.470	144,9%	29,5%
Transportes	180.935	(18.340)	(4.166)	(568)	(1.524)	156.337	56,5%	16,3%
Riscos financeiros	234.298	(81.190)	(19.851)	10.006	(1.768)	141.495	6,5%	39,4%
Crédito	(1.901)	570	(4)	1	-	(1.334)	739,1%	23,0%
Pessoas	334.264	(73.905)	(20.502)	38.396	(11.952)	266.301	71,0%	12,4%
Habitacional	68.823	(11.368)	445	(571)	(3.732)	53.597	3,6%	18,7%
Rural	944.100	(232.588)	35.129	(8.681)	(5.080)	732.880	93,6%	24,5%
Marítimo	123.709	(4.198)	(15.474)	927	(143)	104.821	39,8%	10,7%
Aeronáutico	133.891	(10.164)	(848)	615	(630)	122.864	41,8%	19,6%
Outros (*)	1.195.906	(190.000)	(49.603)	11.547	(11.011)	956.839	56,4%	21,7%
Total	**4.929.033**	**(740.770)**	**(28.501)**	**44.991**	**(42.578)**	**4.162.175**	**62,2%**	**20,1%**

	Controladora e Consolidado							
	2015							
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade	% Comissão
Patrimonial	1.260.082	(96.038)	34.418	1.583	(823)	1.199.222	85,4%	10,8%
Riscos especiais	242.206	1.828	123.234	(18.520)	143	348.891	40,9%	14,7%
Responsabilidade	96.593	(7.332)	(3.779)	539	-	86.021	81,7%	4,8%
Cascos	2.229	22	1.074	(31)	10	3.304	14,4%	6,1%
Automovel	28.431	(5.724)	2.870	(1.592)	58	24.043	246,7%	29,9%
Transportes	186.567	(25.369)	4.218	(1.527)	506	164.395	35,6%	17,9%
Riscos financeiros	193.944	(67.456)	(18.808)	15.355	(2.153)	120.882	13,9%	32,8%
Crédito	(872)	(407)	566	(54)	498	(269)	2774,5%	112,6%
Pessoas	209.848	(16.832)	(12.107)	871	13.325	195.105	77,0%	-8,6%
Habitacional	111.154	(23.729)	(6.342)	1.603	2.414	85.100	19,2%	20,9%
Rural	687.828	(169.197)	12.022	(1.673)	(438)	528.542	61,8%	26,0%
Marítimo	111.177	(7.255)	5.202	1.018	27	110.169	56,3%	9,9%
Aeronáutico	162.049	(9.781)	4.866	(359)	38	156.813	96,8%	12,5%
Outros (*)	1.045.115	(185.632)	(177.703)	42.116	(3)	723.893	50,0%	22,9%
Total	**4.336.351**	**(612.902)**	**(30.269)**	**39.329**	**13.602**	**3.746.111**	**61,0%**	**19,2%**

(*) Refere-se principalmente a riscos aceitos no exterior e sucursais no exterior.

24.2 Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação

	Controladora e Consolidado			
	2016			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(547.258)	33.574	(86.826)	(600.510)
Riscos especiais	130.985	1.171	11.571	143.727
Responsabilidade	(35.975)	460	(36.791)	(72.306)
Cascos	41.423	209	(103.319)	(61.687)
Automóvel	(39.646)	793	11.882	(26.971)
Transportes	(110.303)	23.440	3.072	(83.791)
Riscos financeiros	21.367	2.964	18.682	43.013
Crédito	(154)	11.445	1.704	12.995
Pessoas	(195.751)	-	(23.724)	(219.475)
Habitacional	(732)	-	(1.785)	(2.517)
Rural	(824.481)	43	(48.800)	(873.238)
Marítimo	(36.465)	405	5.029	(31.031)
Aeronáutico	(127.294)	24.409	(97.050)	(199.935)
Outros	(598.598)	1.023	(20.334)	(617.909)
	(2.322.882)	**99.936**	**(366.689)**	**(2.589.635)**

	Controladora			
	2015			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(735.281)	2.631	(150.649)	(883.299)
Riscos especiais	(114.508)	-	(25.644)	(140.152)
Responsabilidade	(92.265)	6	6.254	(86.005)
Cascos	170.224	33	(33.592)	136.665
Automóvel	(68.477)	192	2.044	(66.241)
Transportes	(71.478)	14.785	7.393	(49.300)
Riscos financeiros	70.424	11.436	(120.909)	(39.049)
Crédito	5.050	5.408	(2.473)	7.985
Pessoas	(145.615)	-	(8.161)	(153.776)
Habitacional	(13.839)	-	(5.717)	(19.556)
Rural	(436.236)	210	23.483	(412.543)
Marítimo	(40.362)	2.426	(16.544)	(54.480)
Aeronáutico	(124.030)	34.910	(29.184)	(118.304)
Outros	(375.707)	2.916	(34.833)	(407.624)
	(1.972.100)	**74.953**	**(388.532)**	**(2.285.679)**

	Consolidado			
	2015			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(735.281)	2.631	(150.649)	(883.299)
Riscos especiais	(114.508)	-	(25.644)	(140.152)
Responsabilidade	(92.265)	6	6.254	(86.005)
Cascos	170.224	33	(33.592)	136.665
Automóvel	(68.477)	192	2.044	(66.241)
Transportes	(71.478)	14.785	7.393	(49.300)
Riscos financeiros	70.424	11.436	(120.909)	(39.049)
Crédito	5.050	5.408	(2.473)	7.985
Pessoas	(145.615)	-	(8.161)	(153.776)
Habitacional	(13.839)	-	(5.717)	(19.556)
Rural	(436.236)	210	23.483	(412.543)
Marítimo	(40.362)	2.426	(16.544)	(54.480)
Aeronáutico	(124.030)	34.910	(29.184)	(118.304)
Outros	(377.284)	2.916	(35.180)	(409.548)
	(1.973.677)	**74.953**	**(388.879)**	**(2.287.603)**

24.3 Custo de aquisição

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Patrimonial	(17.729)	(18.503)
Riscos especiais	(12.927)	(13.874)
Responsabilidades	(2.759)	(3.163)
Cascos	(101)	(119)
Automóvel	(515)	(523)
Transportes	(5.626)	(5.183)
Risco financeiro	(710)	(833)
Pessoas	(2.196)	(2.492)
Habitacional	(289)	(244)
Rural	(1.141)	(424)
Marítimo	(5.520)	(3.714)
Aeronáutico	(4.826)	(4.653)
Outros	(49.182)	(41.705)
	(103.521)	**(95.430)**

24.4 Resultado com retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Receitas com retrocessões	**537.826**	**547.442**
Recuperação de sinistros ocorridos	304.391	337.260
Recuperação de IBNR	233.435	210.182
Despesas com retrocessões	**(1.260.402)**	**(1.289.209)**
Prêmios cedidos em retrocessão	(1.386.168)	(1.345.865)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	96.605	90.537
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido	30.265	(52.018)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida	(1.104)	18.137
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário	**(43.255)**	**(54.388)**
Demais resultados com retrocessão	**13.696**	**3.845**
Total de resultado com retrocessão	**(752.135)**	**(792.310)**

24.4.1 Receitas com retrocessões

	Controladora e Consolidado		
	2016		
	Recuperação de sinistros ocorridos	Variação de IBNR	Recuperação de sinistro cedido
Patrimonial	268.373	72.886	341.259
Riscos especiais	(122.820)	(9.759)	(132.579)
Responsabilidade	18.471	19.216	37.687
Cascos	(31.358)	96.755	65.397
Automóvel	(4.059)	(1.052)	(5.111)
Transportes	43.719	(2.887)	40.832
Riscos financeiros	(15.670)	(32.381)	(48.051)
Crédito	(818)	235	(583)
Pessoas	36.436	4.127	40.563
Habitacional	81	58	139
Rural	4.407	(15.971)	(11.564)
Marítimo	6.522	(6.271)	251
Aeronáutico	81.239	102.718	183.957
Outros	19.868	5.761	25.629
Total	**304.391**	**233.435**	**537.826**

	Controladora e Consolidado		
	2015		
	Recuperação de sinistros ocorridos	Variação de IBNR	Recuperação de sinistro cedido
Patrimonial	230.133	107.315	337.448
Riscos especiais	86.636	18.913	105.549
Responsabilidade	58.158	(6.632)	51.526
Cascos	(171.276)	21.914	(149.362)
Automóvel	2.155	1.313	3.468
Transportes	22.628	(7.481)	15.147
Riscos financeiros	(40.396)	72.681	32.285
Crédito	(963)	3.634	2.671
Pessoas	27.818	555	28.373
Habitacional	171	(402)	(231)
Rural	35.522	(30.365)	5.157
Marítimo	1.521	10.279	11.800
Aeronáutico	69.366	19.220	88.586
Outros	15.787	(762)	15.025
Total	**337.260**	**210.182**	**547.442**

24.4.2 Despesas com retrocessões

	Controladora e Consolidado				
	2016				
	Prêmios Cedidos em Retrocessão	Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão	Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido	Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida	Prêmio Cedido
Patrimonial	(635.739)	39.690	39.274	(2.915)	(559.690)
Riscos Especiais	(240.902)	11.115	(55.053)	5.416	(279.424)
Responsabilidade	(85.854)	9.522	7.732	(605)	(69.205)
Cascos	(204)	-	(249)	(1)	(454)
Automovel	(5.522)	253	(100)	30	(5.339)
Transportes	(69.911)	8.363	(769)	(849)	(63.166)
Riscos financeiros	(53.562)	7.267	3.080	685	(42.530)
Crédito	1.209	(410)	2	(1)	800
Pessoas	(57.636)	7.233	7.764	(646)	(43.285)
Habitacional	6	(2)	-	-	4
Rural	(36.026)	12.995	6.950	(2.416)	(18.497)
Marítimo	(34.739)	1.011	3.932	(501)	(30.297)
Aeronáutico	(63.908)	1.006	(1.428)	223	(64.107)
Outros	(103.380)	(1.438)	19.130	476	(85.212)
Total	**(1.386.168)**	**96.605**	**30.265**	**(1.104)**	**(1.260.402)**

	Controladora e Consolidado				
	2015				
	Prêmios Cedidos em Retrocessão	Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão	Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido	Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida	Prêmio Cedido
Patrimonial	(654.126)	37.313	2.977	6.220	(607.616)
Riscos Especiais	(218.616)	9.801	(62.345)	8.309	(262.851)
Responsabilidade	(57.236)	10.043	4.766	(2.026)	(44.453)
Cascos	(970)	-	(235)	-	(1.205)
Automovel	(6.507)	360	250	(16)	(5.913)
Transportes	(83.806)	10.853	13.760	(469)	(59.662)
Riscos financeiros	(29.733)	7.399	(6.363)	676	(28.021)
Crédito	569	(2)	(351)	1	217
Pessoas	(54.855)	7.999	6.706	(336)	(40.486)
Habitacional	6	(2)	-	-	4
Rural	2.876	(1.661)	(42.868)	1.700	(39.953)
Marítimo	(47.803)	2.164	7.400	233	(38.006)
Aeronáutico	(107.893)	2.715	18.089	2.251	(84.838)
Outros	(87.771)	3.555	6.196	1.594	(76.426)
Total	**(1.345.865)**	**90.537**	**(52.018)**	**18.137**	**(1.289.209)**

24.5 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(28.320)	(43.418)	(28.320)	(43.418)
Recuperação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (*)	59	71.620	59	71.620
Reversão (constituição) de provisão para riscos de crédito	59.742	2.301	59.742	2.301
Recuperação (perdas) de outras receitas de resseguro	1.245	1.242	1.245	1.242
Despesa com inspeção de riscos	(2.622)	(2.440)	(2.622)	(2.440)
Indenizações judiciais	(737)	(11.636)	(737)	(11.636)
Outras receitas e despesas operacionais	(8.538)	(8.452)	(6.757)	(5.700)
	20.829	**9.217**	**22.610**	**11.969**

(*) Até 2014, o IRB Brasil RE na qualidade de participante do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural possuía uma proteção para o segmento agrícola mediante a participação no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Dessa forma, a Companhia possuía uma obrigação com o referido fundo, referente a assunção de riscos em nome da Resseguradora. Em 2015, a Companhia optou pela proteção diretamente com os seus contratos de retrocessão, deixando de participar do Fundo.

24.6 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal próprio	(144.757)	(127.461)	(146.783)	(127.461)
Provisão de benefícios pós-emprego	(1.587)	(30.184)	(1.587)	(30.184)
Serviços de terceiros	(37.458)	(41.212)	(38.154)	(41.212)
Localização e funcionamento	(45.035)	(36.693)	(48.889)	(36.693)
Publicidade e propaganda	(11.630)	(13.128)	(11.630)	(13.128)
Despesas judiciais	(237)	(522)	(237)	(522)
Multas	(102)	(366)	(102)	(366)
Outras despesas	(12.630)	(12.220)	(13.425)	(17.039)
	(253.436)	**(261.786)**	**(260.807)**	**(266.605)**

24.7 Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
COFINS	(78.435)	(57.419)	(79.575)	(57.419)
PIS/PASEP	(13.685)	(10.400)	(13.932)	(10.400)
Provisões tributárias - líquidas	(2.112)	(3.344)	(2.112)	(3.344)
Taxas de fiscalização da SUSEP	(2.353)	(2.021)	(2.353)	(2.021)
Impostos sobre propriedades	(11.187)	(2.347)	(11.187)	(2.347)
Impostos e contribuições com filiais no exterior	(16.256)	(25.028)	(16.256)	(25.028)
Outros	(10.125)	(10.459)	(10.125)	(10.459)
	(134.153)	**(111.018)**	**(135.540)**	**(111.018)**

24.8 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos e valores mobiliários	528.378	1.035.211	525.553	1.036.520
Valor justo por meio do resultado	(38.808)	284.219	(38.357)	284.846
Disponível para venda	536.022	690.524	532.746	691.206
Mantidos até o vencimento	31.164	60.468	31.164	60.468
Operações de resseguros	128.905	(348.531)	128.905	(348.531)
Oscilação cambial contas bancárias	(32.629)	20.507	(32.629)	20.507
Correção monetária e demais encargos financeiros	159.186	1.775	159.186	1.775
Juros	(145)	(897)	(145)	(897)
Outros	33.043	90.049	37.553	90.049
	816.738	**798.114**	**818.423**	**799.423**

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Valorização de quotas de fundos de investimentos	54.919	69.089	55.370	69.103
Títulos de renda fixa - privados	152.267	320.284	152.267	320.284
Títulos de renda fixa - públicos	547.982	682.221	547.982	682.221
Operações de resseguros	150.886	120.750	150.886	120.750
Oscilação cambial contas bancárias	3.277	21.047	3.277	21.047
Correção monetária e demais encargos financeiros	264.254	91.863	264.254	91.863
Juros	578	220	578	220
Outras	77.111	90.210	77.670	90.210
	1.251.274	**1.395.684**	**1.252.284**	**1.395.698**

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(226.790)	(36.383)	(230.066)	(35.088)
Operações de resseguros	(21.981)	(469.281)	(21.981)	(469.281)
Oscilação cambial contas bancárias	(35.906)	(540)	(35.906)	(540)
Correção monetária e demais encargos financeiros	(105.068)	(90.088)	(105.068)	(90.088)
Juros	(723)	(1.117)	(723)	(1.117)
Outras	(44.068)	(161)	(40.117)	(161)
	(434.536)	**(597.570)**	**(433.861)**	**(596.275)**

24.9 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento	16.681	43.368	64.963	43.368
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(1.951)	(5.163)	(1.951)	(5.163)
Reversão (provisão) da redução ao valor recuperável dos ativos	16.331	(23.466)	15.117	(23.466)
Equivalência patrimonial	39.321	(2.798)	-	-
Outras receitas patrimoniais	1.179	710	2.393	711
Outras despesas patrimoniais	(332)	-	(679)	-
	71.229	**12.651**	**79.843**	**15.450**

24.10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL	1.238.091	1.238.091	1.019.891	1.019.891
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(309.523)	(247.618)	(254.973)	(203.978)
Adições e exclusões permanentes				
Incentivo licença maternidade	(48)	(38)	-	-
Remuneração administradores	(120)	(96)	1.116	893
Juros sobre capital próprio	60.652	48.521	44.000	35.200
Incentivos fiscais	(2.321)	(1.857)	5.832	(1.726)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	7.752	-	-	-
Encargos de depreciação e amortização	(280)	(224)	-	-
Perdas em operações realizadas no exterior	(97)	(78)	-	-
Outras adições/exclusões	(1.002)	(730)	2.064	64.400
Participações societária	19.744	15.795	8.510	6.808
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	1.416	(3.898)	(2.804)	390
Seguro rural	-	-	38.096	-
Reversão de provisão para contigência de IRPJ (Nota 20.3.2)	25.833	-	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	**(197.994)**	**(190.223)**	**(158.160)**	**(98.013)**
Correntes	(135.008)	(139.182)	(167.047)	(142.058)
Diferidos	(62.986)	(51.041)	8.887	44.045

	Consolidado			
	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações	1.241.413	1.241.413	1.020.008	1.020.008
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(310.353)	(248.283)	(255.002)	(204.002)
Adições e exclusões permanentes				
Incentivo licença maternidade	(48)	(38)	-	-
Remuneração administradores	(120)	(96)	1.116	893
Juros sobre capital próprio	60.652	48.521	44.000	35.200
Incentivos fiscais	(2.321)	(1.857)	5.832	(1.726)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	7.752	-	-	-
Encargos de depreciação e amortização	(280)	(224)	-	-
Perdas em operações realizadas no exterior	(97)	(78)	-	-
Outras adições/exclusões	(2.566)	(993)	1.976	64.424
Participações societária	19.744	15.795	8.510	6.808
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	1.416	(3.898)	(2.804)	390
Seguro rural	-	-	38.095	-
Reversão de provisão para contigência de IRPJ (Nota 20.3.2)	25.833	-	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	**(200.388)**	**(191.151)**	**(158.277)**	**(98.013)**
Correntes	(137.402)	(140.110)	(167.164)	(142.058)
Diferidos	(62.986)	(51.041)	8.887	44.045

Lei nº 13.169/2015

Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº. 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15,0% para 20,0%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15,0%.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	130.740	39.509	(2.494)	37.015	-	167.755
Provisão para desvalorização do investimento	109.256	-	(12.073)	(12.073)	-	97.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135.969	-	(52.605)	(52.605)	-	83.364
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	72.886	6.581	(21.349)	(14.768)	-	58.118
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	72.769	-	(39.277)	-	(39.277)	33.492
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(33.382)	9.364	-	(15.154)	24.518	(24.018)
Provisão para contingências trabalhistas	21.684	2.957	(2.031)	926	-	22.610
Ajuste a valor de mercado - Investimento	18.847	-	(37.254)	(37.254)	-	(18.407)
Outras provisões	4.328	-	(60)	(60)	-	4.268
Total ativo fiscal diferido	**533.097**	**58.411**	**(167.143)**	**(93.973)**	**(14.759)**	**424.365**

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(52.406)	(20.054)	-	(20.054)	-	(72.460)
Total passivo fiscal diferido	**(52.406)**	**(20.054)**	**-**	**(20.054)**	**-**	**(72.460)**
Total líquido	**480.691**	**38.357**	**(167.143)**	**(114.027)**	**(14.759)**	**351.907**

25 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, em 2016, incluindo o Plano Pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R$ 24.904 (R$ 20.066 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Companhia oferece os seguintes benefícios:

a. Custeio integral dos benefícios de Complementação de Aposentadoria e de Pecúlio por Morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de Melhoria de Complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

b. Plano de saúde de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB Brasil RE arca com 50% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

c. Auxílio funeral para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O benefício é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$2.640,80 para funeral com cremação.

d. Seguro de vida para os funcionários admitidos até 1998, onde o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e, para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

A partir do método do crédito unitário projetado, foram realizadas as recentes Avaliações Atuariais dos ativos dos planos e do valor presente da obrigação dos benefícios oferecidos. As avaliações de 2016 e 2015 foram realizadas pelas atuárias do IRB Brasil RE Debora Pereira Tavares, MIBA 2011 e Fernanda Pinheiro Gomes, MIBA 1894.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
Hipóteses econômicas	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2015**	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2015**
Taxa real de desconto (*)	6,0%	7,5%	6,0%	7,5%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 6,0% a.a.	INPC + 7,5% a.a.	INPC + 6,0% a.a.	INPC + 7,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 1,3% até 60 anos	Plano Médico: 1,3% até 60 anos
	Plano B: 1,3% até 60 anos	Plano B: 1,3% até 60 anos	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb (segregada por sexo)	AT-2000 suavizada em 10,0%	BR-EMSsb (segregada por sexo)	AT-2000 suavizada em 10,0%
Tábua de entrada em invalidez	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos do títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e o prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano pela Companhia foi de R$ 4.958 (R$ 4.475 em 31 de dezembro de 2015).

Nessa avaliação atuarial foi apurado um *superávit* técnico de R$ 37.871 (R$ 20.644 em 31 de dezembro de 2015) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2016 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2017, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	53.831	51.644
Custo dos serviços correntes	103	338
Custo dos juros	1.842	4.446
(Ganho) / perda atuarial	13.896	5.750
Benefícios pagos	(4.019)	(8.347)
Valor presente das obrigações atuariais	**65.653**	**53.831**

A movimentação no valor justo da obrigação do plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor justo inicial dos ativos do plano	74.475	68.460
Retorno ocorrido nos investimentos	9.997	6.324
Contribuições do empregador	4.958	4.475
Contribuições dos participantes do plano	4.958	4.475
Benefícios pagos	(4.019)	(8.347)
Retorno sobre os ativos	13.155	(912)
Valor justo final dos ativos do plano	**103.524**	**74.475**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(65.653)	(53.831)
Valor justo dos ativos do plano	103.524	74.475
Situação Financeira	37.871	20.644
Efeito do teto de ativos	(37.871)	(20.644)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**-**	**-**

Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R$ 18 (R$ 55 em 31 de dezembro de 2015).

Foi apurado um *superávit* técnico de R$ 612.656 (R$ 692.912 em 31 de dezembro de 2015) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2016 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2017, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Custo dos juros	149.884	125.006
Juros sobre os ativos do plano	(229.657)	(225.091)
Valor esperado de contribuições dos empregados	(81)	(62)
Receita no final do exercício	**(79.855)**	**(100.147)**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.326.918)	(983.964)
Valor justo dos ativos do plano	1.939.573	1.676.876
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**612.655**	**692.912**

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	983.964	1.303.641
Custo dos serviços correntes	-	167
Custo dos juros	125.006	109.040
(Ganho) / perda atuarial	321.185	(334.234)
Benefícios pagos	(103.238)	(94.650)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.326.917**	**983.964**

A seguir encontram-se discriminados os recursos garantidores das reservas do Plano A da PREVIRB:

	2016	2015
Disponível	150	116
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	1.274.923	1.208.647
Créditos privados e depósitos	442.609	380.379
Ações	31.093	26.626
Fundos de investimentos	108.967	92.625
Investimentos imobiliários	87.264	87.747
Empréstimos e financiamentos	5.604	4.707
	1.950.610	**1.800.847**
Exigível operacional de investimentos		
Empréstimos e financiamentos	-	(91)
Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e renda	(5)	(5)
	(5)	**(96)**
Exigível contingencial de investimentos	**(23.449)**	**(22.509)**
Recursos garantidores	**1.927.156**	**1.778.242**

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.676.876	1.631.218
Retorno ocorrido nos investimentos	229.657	137.641
Contribuições do empregador	18	55
Contribuições dos participantes do plano	79	2.545
Benefícios pagos	(103.238)	(94.650)
Retorno sobre os ativos	136.181	67
Valor justo final dos ativos do plano	**1.939.573**	**1.676.876**

O retorno esperado dos ativos do plano A em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 229.657 (R$ 137.641 em 31 de dezembro de 2015).

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.326.917)	(983.964)
Valor justo dos ativos do plano	1.939.573	1.676.876
Superávit	**612.656**	**692.912**

Pré-68

A Companhia custeia, integralmente, os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 261 integrantes, em 31 de dezembro de 2016 (285 em 31 de dezembro de 2015), sendo 248 aposentados e 12 pensionistas, com média de idade de 83,34 anos (82,84 anos em 31 de dezembro de 2015).

A despesa total incorrida pela Companhia para o Plano foi de R$ 19.927 (R$ 15.536 em dezembro de 2015) e refere-se aos benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários, de acordo com as regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R$ 142.609 (R$ 119.778 em 31 de dezembro de 2015), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe esclarecer que o valor justo dos ativos é proveniente do contrato firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68.

O valor do Contrato de Dívida foi atualizado, atingindo o montante de R$ 175.694 (R$ 170.443 em 31 de dezembro de 2015).

Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2016 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2017, relativos ao Plano Pré-68, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Custo dos juros	21.759	14.855
Despesa no final do exercício	**21.759**	**14.855**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(142.609)	(119.778)
Valor justo dos ativos do plano	175.694	170.443
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**33.085**	**50.665**

A movimentação no valor justo da obrigação do Plano Pré-68 no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	119.778	147.906
Custo dos juros	14.855	13.457
(Ganho)/Perda atuarial	27.903	(26.049)
Benefícios pagos	(19.927)	(15.536)
Valor presente das obrigações atuariais	**142.609**	**119.778**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Pré-68 no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor justo inicial dos ativos do plano	170.443	-
Contribuições do empregador	25.178	185.979
Benefícios pagos	(19.927)	(15.536)
Valor justo final dos ativos do plano	**175.694**	**170.443**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(142.609)	(119.778)
Valor justo dos ativos do plano	175.694	170.443
Superávit	**33.085**	**50.665**

Em consonância com o CPC 33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	1.463.730	1.392.420	1.210.690	1.159.002
	Impacto com o cenário principal	136.811	65.502	(116.229)	(167.916)

PLANO B	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	68.183	66.856	63.563	62.652
	Impacto com o cenário principal	2.530	1.203	(2.090)	(3.002)

PRE 68	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	154.752	149.630	135.918	131.833
	Impacto com o cenário principal	12.143	7.021	(6.691)	(10.776)

(*) Considera inflação.

Sensibilidade na tábua de mortalidade – AT-2000 (Suavizada em 10%)

PLANO A	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	1.417.236	1.350.650	1.179.743	1.130.883
	Impacto com o cenário principal	90.318	23.732	(147.176)	(196.036)

PLANO B	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	67.571	66.313	63.178	62.307
	Impacto com o cenário principal	1.918	660	(2.475)	(3.346)

PRE 68	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	147.099	142.461	129.989	126.257
	Impacto com o cenário principal	4.490	(148)	(12.620)	(16.352)

(*) Considera inflação.

25.1 Outros benefícios a empregados

	2016	2015
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	19.928	20.431
Assistência médica e odontológica	12.178	13.789
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	422	1.131
Seguro de vida em grupo	159	130
Auxílio funeral	84	101
	32.771	**35.582**
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	155.766	150.012
Assistência médica e odontológica	190.615	176.787
Seguro de vida em grupo	1.163	839
Auxílio funeral	1.380	1.259
	348.924	**328.897**

A Companhia oferece, ainda, os seguintes benefícios assistenciais:

Assistência médica e odontológica

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2016 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2017, relativos ao Plano Médico, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Custo dos serviços correntes	423	425
Custo dos juros	22.027	25.736
Valor esperado de contribuições dos empregados	(5.059)	-
Receita no final do exercício	**17.391**	**26.161**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(202.793)	(190.576)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(202.793)**	**(190.576)**

A movimentação no valor justo da obrigação do plano médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	190.576	225.356
Custo dos serviços correntes	425	828
Custo dos juros	25.737	21.345
(Ganho)/Perda atuarial	6.905	(35.851)
Benefícios pagos	(20.850)	(21.102)
Valor presente das obrigações atuariais	**202.793**	**190.576**

A movimentação no valor justo do plano médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Contribuições do empregador	16.032	17.346
Contribuições dos participantes do plano	4.818	3.756
Benefícios pagos	(20.850)	(21.102)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(202.793)	(190.576)
Superávit	**(202.793)**	**(190.576)**

Em consonância com o CPC33 (R1), encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PCAM	Taxa real	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	227.579	214.600	182.169	173.135
	Impacto com o cenário principal	24.787	11.808	(20.624)	(29.657)

(*) Considera inflação.

Sensibilidade na tábua de mortalidade – AT-2000 (Suavizada em 10%)

PCAM	Taxa real	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	211.682	200.085	170.943	162.780
	Impacto com o cenário principal	8.890	(2.707)	(31.849)	(40.012)

(*) Considera inflação.

Auxílio funeral

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2016 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2017, relativos ao Auxílio Funeral, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Custo dos juros	179	175
Despesa no final do exercício	**179**	**175**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.464)	(1.360)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.464)**	**(1.360)**

A movimentação no valor justo da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.360	1.733
Custo dos juros	175	164
(Ganho)/Perda atuarial	(36)	(478)
Benefícios pagos	(35)	(59)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.464**	**1.360**

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Contribuições do empregador	35	59
Benefícios pagos	(35)	(59)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.464)	(1.360)
Superávit	**(1.464)**	**(1.360)**

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

Auxílio Funeral	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	1.669	1.561	1.299	1.228
	Impacto com o cenário principal	204	96	(166)	(237)

(*) Considera inflação.

Sensibilidade na tábua de mortalidade – AT-2000 (Suavizada em 10%)

Auxílio Funeral	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	1.758	1.651	1.388	1.316
	Impacto com o cenário principal	293	186	(77)	(149)

(*) Considera inflação.

Seguro de vida em grupo

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2016 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2017, relativos ao Seguro de Vida, são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo dos juros	146	121
Despesa (receita) no final do exercício	**146**	**121**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.322)	(969)
Superávit	**(1.322)**	**(969)**

A movimentação no valor justo da obrigação do seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	969	1.347
Custo dos juros	121	123
(Ganho)/Perda atuarial	406	(364)
Benefícios pagos	(174)	(137)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.322**	**969**

A movimentação no valor justo dos ativos do seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2016	2015
Contribuições do empregador	174	137
Benefícios pagos	(174)	(137)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.322)	(969)
Superávit	**(1.322)**	**(969)**

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

Seguro de Vida	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	1.432	1.381	1.246	1.206
	Impacto com o cenário principal	111	60	(76)	(116)

(*) Considera inflação.

Sensibilidade na tábua de mortalidade – AT-2000 (Suavizada em 10%)

Seguro de Vida	**Taxa real**	5,0%	5,5%	7,0%	7,5%
	Taxa nominal (*)	10,8%	11,3%	12,9%	13,4%
	Obrigação de benefício definido	1.371	1.323	1.198	1.160
	Impacto com o cenário principal	49	2	(124)	(161)

(*) Considera inflação.

Seção F – Políticas contábeis

26 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

26.1 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

26.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

26.3 Ativos financeiros

26.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

26.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em " Receitas e despesas financeiras " no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

26.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer

evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

26.4 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

26.5 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

26.6 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1), não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4,0	25
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5
Veículos	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

26.7 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1). A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

26.8 *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

26.9 Provisões

(a) Provisões técnicas

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

- A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos.

- Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test* - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O modelo de *Svensson* é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2016 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

26.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.
A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração

do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 20,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

26.11 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo exercício médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.
A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia disponibiliza um plano de saúde contributário para empregados admitidos até 1º de outubro de 2013, com cobertura ambulatorial e hospitalar, além de cobertura odontológica. O Plano prevê a manutenção vitalícia, ou temporária, na forma do que estabelece a legislação aplicável. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que a usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo CPC33. Essas obrigações são avaliadas por atuários independentes qualificados.

26.12 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos

do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

26.13 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

26.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

26.15 Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na nota 26.9(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

26.16 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

26.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma será aplicável de acordo com a orientação da SUSEP.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para

praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

27 Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (d), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente a essa estimativa critica está demonstrada na nota 2.3.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração

e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.7, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 25, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

28 Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2017, foi aprovada a integralização de capital mediante a capitalização de reservas de lucros, no valor no valor de R$ 500.000.

* * *

Tarcísio José Massote de Godoy
Presidente

Fernando Passos
Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com investidores

José Carlos Cardoso
Vice-Presidente Executivo de Resseguros

Lúcia Maria da Silva Valle
Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance

Paulo Daniel Araújo da Rocha
Contador
CRC RJ - 095001/O-5

Rodrigo de Valnisio
Atuário
MIBA 1573

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A., relativas ao exercício de 2016. Com base nesse exame e à luz do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 17 de fevereiro de 2017, é da opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017

Reginaldo José Camilo
Presidente

Maria Carmozita Bessa Maia
Conselheiro Titular

Ives Cézar Fülber
Conselheiro Titular

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A., em cumprimento ao disposto no artigo 142, inciso V, da Lei no 6.404/76 e no artigo 52 do Estatuto Social da Companhia e considerando o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e o Relatório do Comitê de Auditoria, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis Individuais do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, observados os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015. No tocante à Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2016, o Conselho também se manifestou favoravelmente à proposta de dividendos, conforme especificado no quadro abaixo:

Período 2016
Percentual de Distribuição 75%
Lucro Líquido do exercício 849.874.028,92
Base para distribuição 637.405.521,69

Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%) 212.468.507,23
Dividendos adicionais propostos 424.937.014,46
Dividendos a distribuir 637.405.521,69

Juros sobre capital próprio líquidos 219.844.566,64
Dividendos à pagar 417.560.955,05

Reserva para reinvestimento 432.313.073,87

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Presidente

Alexsandro Broedel Lopes
Conselheiro

Flavio Eduardo Arakaki
Conselheiro

José Maurício Pereira Coelho
Conselheiro

Samuel Monteiro dos Santos Júnior
Conselheiro

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis do exercício de 2016

O IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB Brasil RE) é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável e tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

O Comitê de Auditoria do IRB Brasil RE é um órgão consultivo estatutário que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade: (i) assessorar o mencionado Conselho em suas funções de auditoria e fiscalização, principalmente no acompanhamento dos princípios e normas contábeis e das demonstrações contábeis da Companhia; (ii) monitorar o processo de Controles Internos; e (iii) supervisionar as atividades e avaliar os trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. É composto por um integrante do Conselho de Administração, o qual não participa da Diretoria Estatutária e quatro membros independentes, não-vinculados à Administração da Companhia.

O presente relatório compreendeu as atividades desenvolvidas no período janeiro a dezembro de 2016, relativas ao acompanhamento das ações visando às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Como resultado dos trabalhos, foram analisadas as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016, foram feitas solicitações e recomendações sobre diversos assuntos e registradas em atas. As avaliações basearam-se nas informações recebidas, por ocasião de suas reuniões, da Administração, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, pelo gestor da área contábil e das demais áreas operacionais e administrativas.

As Demonstrações Contábeis do IRB-Brasil RE, incluídas as Notas Explicativas, foram auditadas pela empresa de auditoria independente externa, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC). A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das Demonstrações Contábeis da Companhia, forneceu ao auditor independente todos os dados, documentações, informações e condições necessárias para o efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. As Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas à legislação societária, às normas dos órgãos reguladores concernentes e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologados pela SUSEP.

Os controles internos e o gerenciamento de riscos vêm sendo motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte do Comitê, por meio de reuniões periódicas com as Gerências de Compliance, de Riscos Corporativos e, com a participação da Vice-Presidente de Riscos e Compliance. A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aprimoramento do Sistema de Controles Internos e de administração de riscos, visando torná-lo efetivo e adequado ao atual porte e complexidade dos negócios.

O Comitê manteve com os auditores externos um canal regular de comunicação para discussão dos resultados da auditoria e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados.

No período em questão, a Auditoria Interna passou por uma reorganização, de forma a se estruturar para realizar suas atividades, considerada a forma jurídica da Companhia. Ampliou o quadro de auditores e adotou novas competências, fato que impactou positivamente a realização do Plano de Auditoria.

De acordo com as informações prestadas pelas: Administração; auditoria externa; auditoria interna; área contábil e controles internos não foi constatado qualquer registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

A Companhia mantém sucursais em Londres, cujas operações se encontram em processo de descontinuidade “run off” e na Argentina, cujas operações se iniciaram em 2011. Os saldos dessas sucursais compõem os saldos individuais das demonstrações contábeis do IRB Brasil RE, sendo que os mesmos também foram auditados pela PricewaterhouseCoopers.

A auditoria das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016 foi realizada pela PricewaterhouseCoopers com eficiência e independência atendendo, em sua totalidade, os termos do Contrato firmado, tendo emitido o relatório de auditoria, datado de 17 de fevereiro de 2017, sem ressalvas.

Por todo o exposto, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE, findas em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as normas legais, regulamentares e as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, estão aptas para manifestação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017.

Nelson Machado
Presidente

Adriana Queiroz de Carvalho
Membro

Leonardo Giuberti Mattedi
Membro

Marco Antonio da Silva Barros
Membro

Paulo Pereira Ferreira
Membro

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

FERNANDO PASSOS, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade (RG) nº 2.580.061, expedida pela Secretaria de Segurança Pública – PI, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 714.491.591-68, com escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Bairro Castelo, CEP 20020-901, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente Financeiro do **IRB-Brasil Resseguros S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Bairro Castelo, CEP 20020-901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.376.989/0001-91 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e; (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

FERNANDO PASSOS
Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente Executivo Financeiro

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

JOSÉ CARLOS CARDOSO, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade (RG) nº 6608623-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 828.395.498-91, com escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Bairro Castelo, CEP 20020-901, na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Resseguros do **IRB-Brasil Resseguros S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Bairro Castelo, CEP 20020-901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.376.989/0001-91 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e; (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

JOSÉ CARLOS CARDOSO
Diretor Presidente e Vice-Presidente Executivo de Resseguros

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 480/09

LUCIA MARIA DA SILVA VALLE, brasileira, solteira, atuária, portadora da carteira de identidade (RG) nº 32.701.050-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 769.692.747-72, com escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Bairro Castelo, CEP 20020-901, na qualidade de Diretora Vice-Presidente de Riscos e Compliance do **IRB-Brasil Resseguros S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Bairro Castelo, CEP 20020-901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.376.989/0001-91 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e; (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2017

LUCIA MARIA DA SILVA VALLE
Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros, e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Mensagem da Administração

Em 2015, o IRB Brasil RE cumpriu sua missão de manter-se como o líder em resseguros no Brasil e referência de qualidade na prestação de serviços de resseguros aos seus clientes.

Completamos as mudanças em nossa equipe de gestão, adequamos o perfil dos profissionais de nossas principais frentes de negócios e delineamos novos processos a fim de melhorarmos, pro ativamente, o atendimento às demandas de governança e transparência, requeridas pelos nossos órgãos reguladores, para nos prepararmos para a continuidade do crescimento que buscamos para os próximos anos, em linha com os interesses e as expectativas dos nossos acionistas.

A preparação para a Oferta Pública de Ações no segundo semestre de 2015 foi, sem dúvida, um grande aprendizado para a Companhia, que se encontra preparada para tornar-se uma empresa de capital aberto e atender aos mais elevados padrões de governança corporativa do mercado de capitais.

Obtivemos resultados relevantes do ponto de vista operacional, que combinados ao nosso resultado financeiro, contribuíram positivamente para atingirmos um lucro líquido recorrente total de R$ 764 milhões no acumulado do ano de 2015, crescimento de 97% em relação ao mesmo período do ano anterior. O retorno sobre o patrimônio líquido – ROE registrado em 2015 foi de 29%, praticamente o dobro do retorno reportado no ano de 2014 de 15%.

Em meio a um cenário macroeconômico desafiador no ano de 2015, registramos ainda um crescimento de 35% nos prêmios emitidos, alcançando R$ 4,3 bilhões, dos quais 76% oriundos do Brasil e 24% das operações no exterior. Contribuíram, primordialmente, para esse crescimento a participação representativa das linhas de *Property*, Rural e Vida, que nesse ano, representaram 62% dos prêmios emitido no Brasil e 74% dos prêmios emitidos no exterior.
Outros destaques para a obtenção de nosso resultado recorde no ano de 2015 foram (i) o resultado de subscrição (*underwriting*) no montante de R$ 511 milhões e que correspondeu a cerca de 85% do mercado de Resseguros do Brasil, de acordo com dados apurados até novembro

da Superintendência de Seguros Privada – SUSEP; e (ii) o resultado financeiro de R$ 880 milhões, um crescimento de 67% em relação a 2014, com uma rentabilidade da carteira de ativos próprios da ordem de 120% do CDI, superior à rentabilidade média registrada pelas empresas de seguros locais de cerca de 96% do CDI.

A ampliação de nossa participação em contratos de grandes clientes e a disciplina na subscrição de riscos por parte de nossa equipe técnica, foram determinantes para que atingíssemos 34% de participação do mercado total de resseguros no Brasil; e 48% de participação entre as resseguradoras locais, mantendo-nos como líder no país por mais um ano consecutivo, de acordo com dados dos últimos doze meses divulgados pela SUSEP.

No que se refere a nossa eficiência no mercado de resseguros no Brasil, o nosso lucro líquido representou cerca de 80% do lucro total das resseguradoras locais, no período de janeiro a novembro de 2015, segundo a SUSEP, mantendo-nos na liderança ainda em vários grupos de ramos, com destaque para Habitacional, Marítimos, Riscos Especiais, Rural, Patrimonial e Vida.

Não obstante, nossa atuação internacional, medida pela evolução da participação dos prêmios do exterior e pela contribuição à exportação de serviços, também apresentou resultados positivos. O principal serviço exportado pelo Brasil em 2015 foi o de Resseguros e de Retrocessão, correspondendo a 11% da exportação de serviços, de acordo com dados do primeiro semestre divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC. Desses 11%, nossa Companhia foi responsável por aproximadamente 80% desse montante exportado pelo Brasil, ratificando nossa representatividade no mercado de atuação.

Conseguimos em 2015 superar nossos objetivos e além de resultados financeiros, priorizamos também nosso apoio a projetos sociais, e dedicamos especial atenção a nossos talentos, que sempre foram de extrema importância na condução de nossos negócios.

Anunciamos o apoio a seis grandes projetos sociais totalizando cerca de R$ 2,2 milhões, destinados a fortalecer ações com foco nas áreas de saúde, bem-estar de crianças e idosos, prioritariamente em suas regiões de atuação, via leis de incentivo fiscais. Estabelecemos processos mais objetivos de avaliação de nossos mais de 370 funcionários, com elevada dose de meritocracia. Tivemos ainda em 2015 o primeiro programa de Trainee com mais de 18 mil inscritos, no qual conseguimos atrair para a Companhia candidatos formados em renomadas Universidades do Brasil e do exterior. Dessa forma, queremos manter aqueles profissionais alinhados com nossa estratégia e cultura e com os interesses de nossos acionistas.
Mesmo com os desafios impostos pelo cenário macroeconômico ao longo de 2015, os resultados apresentados no encerramento do ano demonstram que estamos bem estruturados e posicionados para, satisfatoriamente, extrair valor do cenário adverso, mantendo a rentabilidade de nossos investimentos, a sustentabilidade de nosso resultado operacional e a eficiência de nossa gestão das despesas.

Principais Destaques de 2015

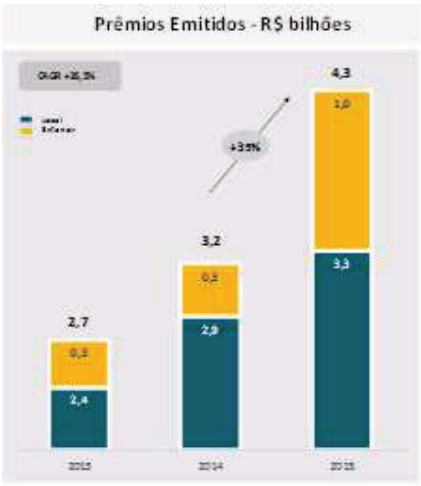
Receita com Prêmios

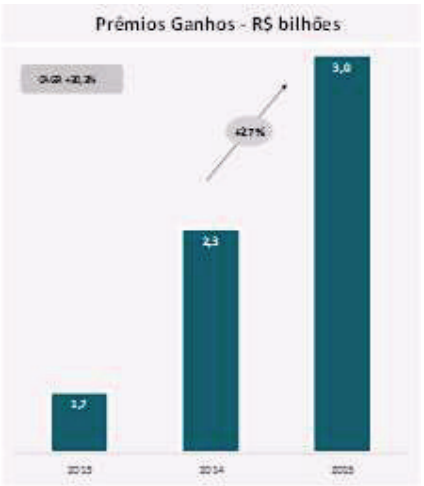
O volume total de prêmios emitidos pelo IRB Brasil RE no ano de 2015 totalizou R$ 4,3 bilhões, um aumento de 35% em relação a 2014. Desse montante, R$ 3,3 bilhões foram prêmios emitidos no Brasil e R$ 1,0 bilhão no exterior, que ampliou sua participação de 11% dos prêmios emitidos para 24% em 2015.

Os prêmios emitidos no Brasil avançaram 15%, com as contribuições positivas dos ramos de *Property,* Rural e Vida. No exterior, o crescimento foi de 203% no volume de prêmios emitidos, explicado pela estratégia da Companhia de ampliar sua presença na América Latina e fortalecer sua presença no mercado global, bem como pela variação positiva da moeda estrangeira vis-à-vis o Real.

Encerramos 2015 com um crescimento nos prêmios retidos de 38% em relação a 2014, totalizando R$ 3,0 bilhões. Consequentemente, os prêmios ganhos seguiram a tendência de crescimento e avançaram 27% sobre 2014, totalizando R$ 3,0 bilhões em 2015.

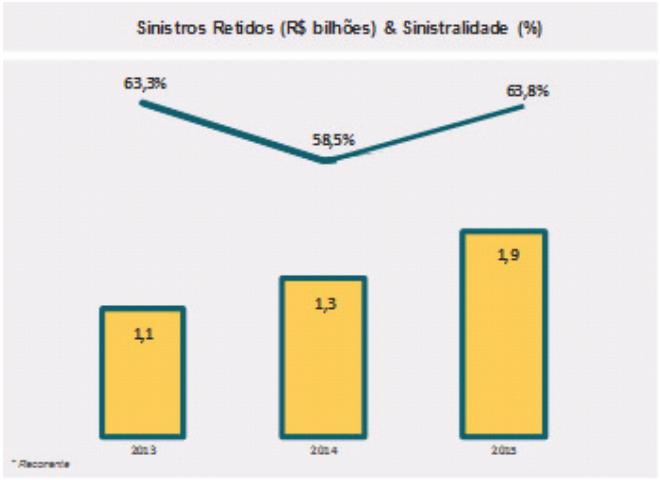
O foco da Companhia na obtenção de novos negócios e manutenção da posição de liderança no mercado de resseguros do Brasil contribuíram para obtenção do vigoroso crescimento.





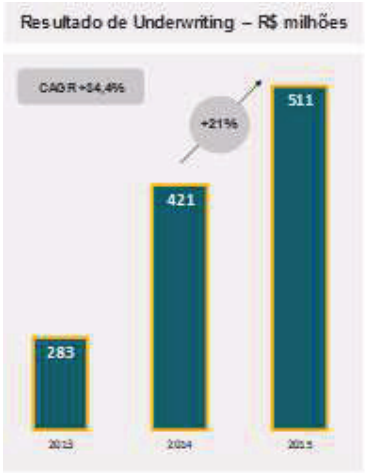
Sinistros Retidos

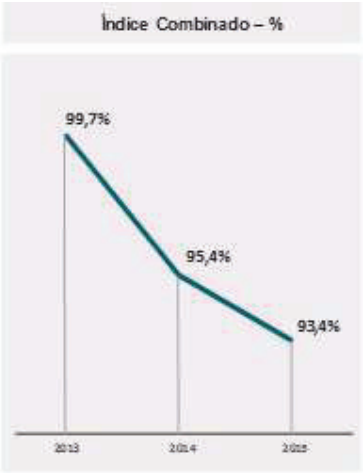
Em 2015 registramos R$ 1,9 bilhões em sinistros retidos, um aumento de 38% em relação a 2014. Esse aumento é reflexo da ocorrência de diversos sinistros ao longo do ano, mas que não impactaram o resultado de subscrição da Companhia. Em meio a esse cenário, o índice de sinistralidade ficou em 63,8%, um incremento de 5,3 pontos. Esperamos alcançar a redução do índice de sinistralidade nos próximos anos com base (i) na continua melhora na gestão de regulação dos sinistros; e (ii) nos novos contratos de proteção vigentes a partir do segundo semestre de 2015.



Resultado de Subscrição (*Underwriting*)

O resultado de subscrição totalizou R$ 511 milhões em 2015, uma expansão de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado positivo foi decorrente do crescimento no volume de prêmios ganhos, com a ampliação das contribuições ao negócio das linhas de *Property,* Rural e Vida.



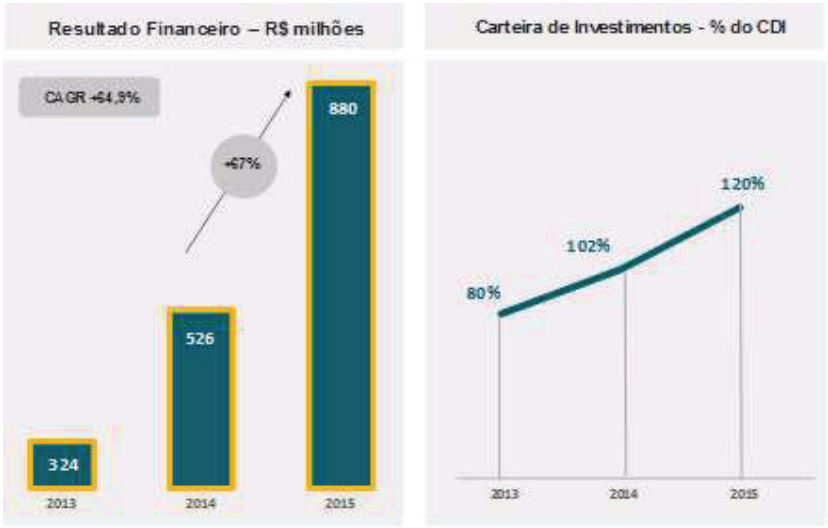


Resultado Financeiro

O resultado financeiro recorrente no ano de 2015 foi de R$ 880 milhões, um avanço de 67% sobre 2014, ou cerca de R$ 350 milhões em valores nominais.

Ao final do ano de 2015, a carteira de investimentos totalizava aproximadamente R$ 6,2 bilhões, com um retorno nominal de 16% no ano ante um CDI de 13% no mesmo período, o que gerou um desempenho equivalente a 120% do CDI.

Contribuíram para esse desempenho superior ao CDI, as seguintes ações: (i) venda da posição de renda variável no momento em que o índice Ibovespa estava no patamar dos 56.000 pontos; (ii) incremento da alocação em títulos públicos indexados à inflação (NTN-B – vértices curtos); e (iii) posição em moeda estrangeira (posição para fazer hedge das exposições operacionais passivas da Companhia), em títulos soberanos da República Federativa do Brasil, aproveitando as oportunidades de arbitragem entre tais ativos e o CDI.



Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

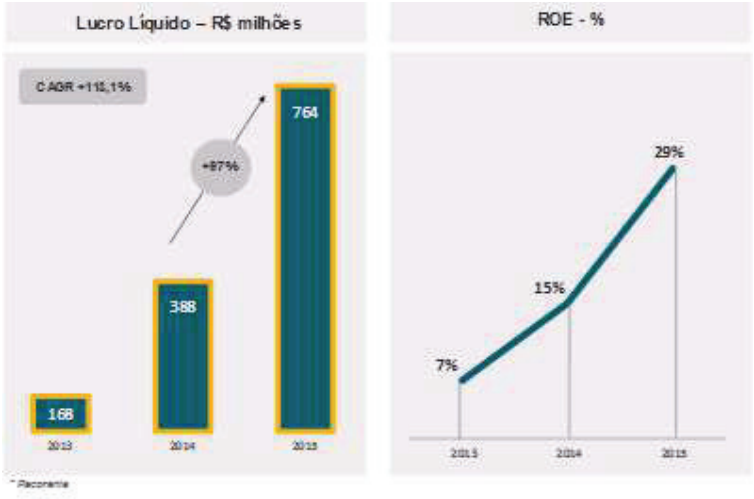
Despesas Gerais e Administrativas

A expansão no volume de prêmios emitidos em 2015 foi possível, mesmo com uma redução nas despesas, resultado do comprometimento especial com a eficiência administrativa. As despesas administrativas apresentaram uma redução nominal de 3%, inferior à inflação registrada no ano de 10%, resultado da reestruturação implementada ao longo do ano na busca de maior eficiência e geração de valor para os acionistas. Consequentemente, a relação entre as despesas gerais e administrativas sobre prêmios ganhos apresentaram uma redução de 2,4 pontos percentuais, passando de 10,2% para 7,8% ao encerramento do ano.



Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente foi o maior valor da história da Companhia, um aumento de 97% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 764 milhões. O Retorno sobre o patrimônio líquido de 29% expandiu 14 pontos percentuais sobre 2014 de 15%. Esse resultado foi alcançado por meio da combinação do crescimento do resultado operacional e do resultado financeiro, aliados a uma gestão administrativa eficiente e focada na geração de valor. O sólido resultado apresentado pelo IRB no ano de 2015 reforça sua posição de líder do mercado de resseguros no Brasil.



Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Ao longo do exercício de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de R$ 176 milhões sob a forma de juros sobre o capital próprio a seus acionistas. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia propôs a distribuição adicional de R$ 454 milhões sob a forma de dividendos. A distribuição bruta total de dividendos e JCP

proposta pela administração para o exercício de 2015 totalizou R$ 643 milhões, o que representa 85% do lucro líquido registrado no período, superior à distribuição de 75% do resultado do exercício de 2014. A proposta de destinação do resultado de 2015 será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada no mês de março.

Gestão de Riscos

Em 2015 a Companhia conduziu a primeira etapa do importante projeto de desenvolvimento e implantação da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), em atendimento à Circular SUSEP nº. 492, que prevê o desenvolvimento dos controles de captura das perdas operacionais que irão alimentar a base.
Ademais, pelo quarto ano consecutivo, o IRB Brasil RE conduziu o processo de renovação de seu rating A- pela agência de classificação de riscos A. M. Best, especializada no setor de seguros e resseguros, que vem atestando a solidez e robustez financeira do balanço do IRB, e disciplina na subscrição de riscos e na gestão financeira.

Governança Corporativa

O Conselho de Administração do IRB Brasil RE é composto por cinco membros. O histórico e o conhecimento de mercado dos nossos principais acionistas, com quem interagimos frequentemente, são um importante suporte para a Administração. Ademais, o Conselho de Administração é assessorado por um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos, e por cinco Comitês independentes estatutários para auxiliar nossos administradores na melhor tomada de decisão para os acionistas minoritários.





Em 2015, a Companhia ainda implementou o canal de Ética Corporativa e disponibilizou sua Cartilha de Prevenção a Fraudes a todos os funcionários e parceiros de negócios, visando a prevenção à lavagem de dinheiro e a mitigação de riscos e fraudes. Ademais, o IRB Brasil RE atendeu com êxito a todas as exigências dos órgãos reguladores e aprimorou ao longo do ano seu programa de controles internos.

Principais Reconhecimentos

Em 2015, a Companhia se destacou perante seus concorrentes com alguns importantes reconhecimentos oriundos de seus parceiros estratégicos, vale destacar o prêmio de Melhor Ressegurador Brasileiro, concedido pela *Brazil Insurance Awards* e o de Melhor Ressegurador Nacional no prêmio concedido pela Melhores de Seguros da Revista Apólice.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers (PWC), no sentido de assegurar-se de que a prestação de outros serviços por eles não venha a afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a PWC prestou serviços adicionais no valor total de R$ 2,6 milhões, referentes à auditoria no processo de abertura de capital.
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os funcionários, acionistas, clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção, aos parceiros e representantes do poder público pelo apoio e confiança em nossa missão de construir uma Companhia capaz de ser líder no Brasil, bem como na busca constante de geração de valor.

A Administração

Conselho de Administração

Presidente
Marcelo Barbosa Saintive
Conselheiros
Flavio Eduardo Arakaki
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Osvaldo do Nascimento (Suplente)
Samuel Monteiro dos Santos Junior

Diretoria Executiva

Presidente
José Carlos Cardoso
Vice-Presidentes
Fernando Passos
Lucia Maria da Silva Valle
Mario Di Croce
Paul Conolly

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
IRB-Brasil Resseguros S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB-Brasil Resseguros S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)**.**

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Circulante		**8.579.514**	**8.076.409**	**8.633.069**	**8.086.661**
Disponível		13.952	9.511	18.277	13.288
Caixa e bancos	5	13.952	9.511	18.277	13.288
Aplicações	6	2.060.711	2.410.608	2.066.856	2.414.646
Créditos de operações com resseguros e retroccessões	7.1	2.218.305	1.947.721	2.218.305	1.948.421
Operações com seguradoras	7.2.1	1.819.174	1.510.586	1.819.174	1.510.586
Operações com resseguradoras	7.2.2	427.255	512.238	427.255	512.238
Outros créditos operacionais		120.492	76.822	120.492	77.522
(-) Provisão para riscos de créditos		(148.616)	(151.925)	(148.616)	(151.925)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		4.143.154	3.595.526	4.184.979	3.595.769
Prêmios - Retrocessão	8.2	646.462	548.832	646.462	548.832
Sinistros - Retrocessão	8.1	3.476.261	3.013.174	3.518.086	3.013.417
Outras Provisões	8.3	20.431	33.520	20.431	33.520
Títulos e créditos a receber		142.145	112.084	143.405	113.578
Títulos e créditos a receber	9	11.053	14.577	12.313	16.071
Créditos tributários e previdenciários	10.1	131.092	97.507	131.092	97.507
Despesas antecipadas		1.247	871	1.247	871
Custo de aquisição diferidos		-	88	-	88
Não Circulante		**5.719.014**	**4.561.258**	**5.735.379**	**4.554.734**
Realizável a longo prazo		5.445.207	4.277.129	5.362.425	4.289.003
Aplicações	6	4.186.565	3.135.797	4.103.783	3.147.671
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		69.601	59.023	69.601	59.023
Prêmios - Retrocessão	8.2	69.601	59.023	69.601	59.023
Títulos e créditos a receber		1.189.041	1.082.309	1.189.041	1.082.309
Títulos e créditos a receber	9	28.118	29.037	28.118	29.037
Créditos tributários e previdenciários	10.1	206.190	249.992	206.190	249.992
Ativo fiscal diferido	10.1	480.691	376.178	480.691	376.178
Depósitos judiciais e fiscais	21	474.042	418.354	474.042	418.354
Outros créditos a receber		-	8.748	-	8.748
Investimentos		174.545	194.067	273.676	175.650
Participações societárias		-	18.417	-	-
Imóveis destinados à renda	11	174.431	175.520	273.562	175.520
Outros Investimentos		114	130	114	130
Imobilizado	12	35.905	32.880	35.921	32.899
Imóveis		13.016	11.920	13.016	11.920
Bens móveis		21.535	20.882	21.551	20.901
Outras imobilizações		1.354	78	1.354	78
Intangível	13	63.357	57.182	63.357	57.182
Total do Ativo		**14.298.528**	**12.637.667**	**14.368.448**	**12.641.395**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Circulante		**10.141.973**	**8.745.029**	**10.211.893**	**8.748.757**
Contas a pagar		158.815	153.280	183.649	154.366
Obrigações a pagar	14.1	79.637	82.997	81.272	84.083
Impostos e encargos sociais a recolher		22.113	24.528	22.113	24.528
Provisões trabalhistas	22	7.212	8.217	7.212	8.217
Provisões para benefícios pós-emprego	14.2 e 25	35.582	33.717	35.582	33.717
Provisões para impostos e contribuições	15	14.271	3.821	14.271	3.821
Provisão para desvalorização de investimentos	24.9	-	-	23.199	-
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	16.1	1.024.987	855.120	1.025.310	855.351
Operações com seguradoras	16.2.1	156.082	53.943	156.082	53.943
Operações com resseguradoras	16.2.2	676.759	589.805	676.759	590.022
Corretores de resseguros e retrocessões		52.500	39.245	52.521	39.259
Outros débitos operacionais		139.646	172.127	139.948	172.127
Depósitos de terceiros	17	45.958	59.459	45.958	59.459
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		8.912.213	7.677.170	8.956.976	7.679.581
Ramos elementares e vida em grupo		8.912.213	7.677.170	8.956.976	7.679.581
Provisão de prêmios não ganhos	18.1	1.659.526	1.405.627	1.659.526	1.405.627
Riscos vigentes emitidos		1.502.237	1.245.477	1.502.237	1.245.477
Riscos vigentes não emitidos		157.289	160.150	157.289	160.150
Sinistros a liquidar	18.2	5.922.313	5.381.192	5.923.334	5.383.377
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	18.2	1.265.900	796.289	1.309.642	796.515
Outras provisões	18.4	64.474	94.062	64.474	94.062
Não Circulante		**981.960**	**938.706**	**981.960**	**938.706**
Exigível a longo prazo		981.960	938.706	981.960	938.706
Contas a pagar		682.314	630.155	682.314	630.155
Provisões para Impostos e contribuições	21	353.107	286.867	353.107	286.867
Provisões para benefícios pós-emprego	14.2 e 25	328.897	343.067	328.897	343.067
Outras contas a pagar	14.1	310	221	310	221
Débitos das operações com resseguros e retrocessões		789	816	789	816
Outros débitos operacionais		789	816	789	816
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		178.673	151.165	178.673	151.165
Ramos elementares e vida em grupo		178.673	151.165	178.673	151.165
Provisão de prêmios não ganhos	18.1	178.673	151.165	178.673	151.165
Riscos vigentes emitidos		161.738	133.942	161.738	133.942
Riscos vigentes não emitidos		16.935	17.223	16.935	17.223
Outros passivos contingentes	21	120.184	156.570	120.184	156.570
Contingências fiscais		66.053	62.708	66.053	62.708
Contingências trabalhistas		50.379	47.914	50.379	47.914
Contingências previdenciárias		-	40.296	-	40.296
Outras provisões		3.752	5.652	3.752	5.652
Patrimônio líquido		3.174.595	2.953.932	3.174.595	2.953.932
Capital social	23.1	1.453.080	1.453.080	1.453.080	1.453.080
Reservas de lucros	23.3	1.360.814	1.256.863	1.360.814	1.256.863
Ajustes de avaliação patrimonial	23.4	(80.405)	(28.788)	(80.405)	(28.788)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	23.6	454.062	285.733	454.062	285.733
Ações em tesouraria	23.2	(12.956)	(12.956)	(12.956)	(12.956)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**14.298.528**	**12.637.667**	**14.368.448**	**12.641.395**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Prêmios emitidos líquidos		3.723.449	2.759.395	3.723.449	2.759.395
Variações das provisões técnicas		22.662	233.662	22.662	233.662
Prêmios ganhos	24.1	**3.746.111**	**2.993.057**	**3.746.111**	**2.993.057**
Sinistros ocorridos	24.2	**(2.285.680)**	**(2.256.827)**	**(2.287.603)**	**(2.256.827)**
Sinistros diretos		(1.971.754)	(2.201.008)	(1.973.677)	(2.201.008)
Salvados e ressarcimentos		74.953	60.053	74.953	60.053
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(388.879)	(115.872)	(388.879)	(115.872)
Custos de aquisição	24.3	**(95.430)**	**(79.548)**	**(95.430)**	**(79.548)**
Comissões		(95.430)	(79.548)	(95.430)	(79.548)
Outras receitas e despesas operacionais	24.5	**9.217**	**(103.132)**	**11.969**	**(100.839)**
Resultado com retrocessão	24.4	**(792.310)**	**(117.941)**	**(792.310)**	**(117.941)**
Receitas com retrocessões		547.442	945.368	547.442	945.368
Despesas com retrocessões		(1.289.209)	(1.046.586)	(1.289.209)	(1.046.586)
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário		(54.388)	(20.884)	(54.388)	(20.884)
Outras receitas e despesas operacionais		3.845	4.161	3.845	4.161
Despesas administrativas	24.6	**(261.786)**	**(283.165)**	**(266.605)**	**(287.255)**
Despesas com tributos	24.7	**(111.018)**	**73.988**	**(111.018)**	**73.988**
Resultado financeiro	24.8	**798.114**	**627.626**	**799.423**	**629.788**
Receitas financeiras		1.947.141	1.010.119	1.947.155	1.299.165
Despesas financeiras		(1.149.027)	(382.493)	(1.147.732)	(669.377)
Resultado patrimonial	24.9	**12.651**	**45.963**	**15.450**	**45.762**
Receitas com imóveis de renda, líquidas		37.955	37.064	37.955	37.064
Ajustes de investimentos em controladas		(2.798)	7.331	-	7.141
Outras receitas patrimoniais, líquidas		(22.506)	1.568	(22.505)	1.557
Resultado Operacional		**1.019.869**	**900.021**	**1.019.987**	**900.185**
Ganhos com ativos não correntes		**21**	**26**	**21**	**26**
Resultado antes dos impostos e participações		**1.019.890**	**900.047**	**1.020.008**	**900.211**
Imposto de renda	24.10	(158.159)	(183.128)	(158.277)	(183.292)
Contribuição social	24.10	(98.013)	(115.377)	(98.013)	(115.377)
Lucro líquido do exercício		**763.718**	**601.542**	**763.718**	**601.542**
Lucro básico e diluído por ação		2,46	1,94	2,46	1,94

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado 2015	2014
Lucro líquido do exercício		**763.718**	**601.542**
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente registradas em resultado			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	**23.4**	8.537	2.270
Ativos financeiros disponíveis para venda	**23.4**		
Perda líquida originado de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no período		(122.322)	(6.522)
Realização ganho originados da venda de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício			193
Ganhos e perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários - Controladas		(23)	95
Imposto de renda e contribuição social		57.014	2531
		(56.794)	**(1.433)**
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Benefícios pós-emprego	**23.4**		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		12.077	15.876
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas		(1.465)	(985)
Imposto de renda e contribuição social		**(5.435)**	**(6.350)**
		5.177	**8.541**
Total de outros resultados abrangentes		**(51.617)**	**7.108**
Total do resultado abrangente do exercício		**712.101**	**608.650**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto juros sobre capital próprio e dividendos por ação ordinária

	Nota	Capital social	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
			Legal	Reinvestimento					
Saldos em 1º de janeiro de 2014		**1.453.080**	**253.593**	**842.333**	**(10.531)**	**(35.896)**		**165.634**	**2.668.213**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	23.4					(3.703)			(3.703)
Ajustes acumulados de conversão	23.4					2.270			2.270
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	25					8.541			8.541
Lucro líquido do exercício							601.542		601.542
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**7.108**	**601.542**	**-**	**608.650**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria					(2.425)				(2.425)
Proposta para distribuição do resultado									-
Dividendo adicional pago do exercício de 2013								(165.634)	(165.634)
Constituição de reserva legal			30.077				(30.077)		-
Constituição de reserva de reinvestimentos	23.3			258.830			(258.830)		-
Distribuição de dividendos	23.6						(312.635)	285.733	(26.902)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.6			(127.970)					(127.970)
Total de de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		**-**	**30.077**	**130.860**	**(2.425)**	**-**	**(601.542)**	**120.099**	**(322.931)**
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**1.453.080**	**283.670**	**973.193**	**(12.956)**	**(28.788)**		**285.733**	**2.953.932**
Saldos em 1º de janeiro de 2015		**1.453.080**	**283.670**	**973.193**	**(12.956)**	**(28.788)**		**285.733**	**2.953.932**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	23.4					(65.331)			(65.331)
Ajustes acumulados de conversão	23.4					8.537			8.537
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	25					5.177			5.177
Lucro líquido do exercício							763.718		763.718
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(51.617)**	**763.718**	**-**	**712.101**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria									-
Proposta para distribuição do resultado									-
Dividendo adicional pago do exercício de 2014								(285.733)	(285.733)
Constituição de reserva legal			6.947				(6.947)		-
Constituição de reserva de reinvestimentos	23.3			273.004			(273.004)		-
Distribuição de dividendos	23.6						(483.767)	454.062	(29.705)
Distribuição de juros sobre capital próprio	23.6			(176.000)					(176.000)
Total de de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		**-**	**6.947**	**97.004**	**-**	**-**	**(763.718)**	**168.329**	**(491.438)**
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**1.453.080**	**290.617**	**1.070.197**	**(12.956)**	**(80.405)**		**454.062**	**3.174.595**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Direto)
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	4.116.644	3.337.244	4.119.677	3.337.244
Recuperações de sinistros e comissões	762.975	728.437	762.975	728.437
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	105.263	242.580	109.137	242.580
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(2.560.435)	(2.207.505)	(2.563.188)	(2.207.505)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(1.328.140)	(1.180.277)	(1.328.140)	(1.180.277)
Pagamentos de despesas e obrigações	(312.203)	(262.585)	(318.086)	(262.293)
Outros pagamentos operacionais	(100.231)	(218.567)	(101.793)	(218.567)
Recebimento de aluguéis	39.068	31.853	39.068	31.853
Recebimentos de juros e dividendos	15.193	1.951	15.798	1.953
Constituição de depósitos judiciais	(33.182)	(76.058)	(33.182)	(76.058)
Caixa gerado pelas operações	704.952	397.073	702.266	397.367
Impostos e contribuições pagos	(421.611)	(324.719)	(421.611)	(324.719)
Investimentos financeiros				
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(4.036.468)	(2.911.847)	(4.036.468)	(2.914.726)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	4.183.682	3.863.746	4.183.682	3.866.863
Investimentos financeiros líquidos	147.214	951.899	147.214	952.137
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**430.555**	**1.024.253**	**427.869**	**1.024.785**
Atividades de investimento				
Aplicações de investimentos disponíveis para venda	(2.797.168)	(2.425.991)	(2.705.429)	(2.429.800)
Vendas e Resgates de investimentos disponíveis para venda	2.354.096	1.259.847	2.362.950	1.263.337
Aplicações de investimentos mantidos até o vencimento	(1.718.172)	(5.703.981)	(1.718.172)	(5.703.981)
Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	2.226.048	6.135.643	2.226.048	6.135.643
Pagamento pela compra de:				
Imobilizado	(10.548)	(7.330)	(10.548)	(7.330)
Intangível	(22.463)	(28.959)	(22.463)	(28.959)
Investimentos			(99.131)	
Recebimento pela venda de:				
Imobilizado	256	26	256	26
Caixa líquido (gerado) consumido nas atividades de investimento	**32.049**	**(770.745)**	**33.511**	**(771.064)**
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(478.670)	(296.790)	(478.670)	(296.790)
Aquisição das próprias ações		(2.424)		(2.424)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(478.670)**	**(299.214)**	**(478.670)**	**(299.214)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(16.066)	(45.706)	(17.290)	(45.493)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	20.507	199	22.279	522
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	**4.441**	**(45.507)**	**4.989**	**(44.971)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.511**	**55.018**	**13.288**	**58.259**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**13.952**	**9.511**	**18.277**	**13.288**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**763.718**	**601.542**	**763.718**	**601.542**
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciações e amortizações	27.088	17.081	27.114	17.263
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	3.931		3.917	
Constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(2.301)	47.640	(2.301)	47.640
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(21)	(26)	(21)	(26)
Resultado de equivalência patrimonial	2.798	(190)		
Outros ajustes	20.507	(199)	19.719	(407)
Variação nas contas patrimoniais				
Aplicações financeiras	(823.192)	413.044	(823.167)	413.323
Créditos das operações de seguros e resseguros	(243.050)	54.696	(243.031)	54.699
Ativos de retrocessão	(558.206)	(243.668)	(555.940)	(238.268)
Créditos fiscais e previdenciários	(93.502)	(163.623)	(93.502)	(163.623)
Despesas antecipadas	(288)	101	(288)	101
Outros ativos	9.259	(103)	10.598	(166)
Depósitos judiciais e fiscais	(55.688)	(108.399)	(55.688)	(108.399)
Fornecedores	2.298	21.945	2.298	21.604
Impostos e contribuições	8.034	(75.252)	8.034	(75.252)
Débitos de operações com seguros e resseguros	140.578	(119.610)	138.386	(119.610)
Depósitos de terceiros	(14.071)	(12.099)	(14.071)	(12.099)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.262.551	538.036	1.262.207	533.134
Outros passivos	(49.742)	(19.041)	(51.438)	(19.049)
Provisões judiciais	29.854	72.378	29.854	72.378
Caixa líquido gerado pelas operações	**430.555**	**1.024.253**	**426.398**	**1.024.785**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Receita com operação de seguros	3.723.449	2.759.395	3.723.449	2.759.395
Outras	(46.591)	(62.042)	(43.839)	(59.749)
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	2.301	(47.640)	2.301	(47.640)
Variação das provisões técnicas	22.662	233.662	22.662	233.662
Receita líquida operacional	**3.701.821**	**2.883.375**	**3.704.573**	**2.885.668**
Benefícios e Sinistros				
Sinistros	(1.971.754)	(2.201.008)	(1.973.677)	(2.201.008)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(388.879)	(115.872)	(388.879)	(115.872)
Outras	74.953	60.053	74.953	60.053
	(2.285.680)	**(2.256.827)**	**(2.287.603)**	**(2.256.827)**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(39.054)	(29.857)	(39.226)	(29.965)
Serviços de terceiros, comissões liquidas	(41.212)	(44.397)	(41.212)	(46.565)
	(80.266)	**(74.254)**	**(80.438)**	**(76.530)**
Valor adicionado bruto	**1.335.875**	**552.294**	**1.336.532**	**552.311**
Depreciação, amortização e exaustão	**(27.088)**	**(17.081)**	**(27.114)**	**(17.263)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.308.787**	**535.213**	**1.309.418**	**535.048**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado Financeiro	798.114	627.626	799.423	629.788
Resultado com operações de resseguros cedidos	(792.310)	(117.941)	(792.310)	(117.941)
Outras	(26.038)	(27.709)	(27.375)	(28.225)
	(20.234)	**481.976**	**(20.262)**	**483.622**
Valor adicionado total a distribuir	**1.288.553**	**1.017.189**	**1.289.156**	**1.018.670**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	157.645	191.130	158.130	192.447
Impostos, taxas e contribuições	367.189	224.517	367.307	224.681
Juros sobre capital próprio	176.000	312.635	176.000	312.635
Lucros retidos do período	587.719	288.907	587.719	288.907
	1.288.553	**1.017.189**	**1.289.156**	**1.018.670**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior.

Ao final de 2015, com base em informações do IRB Brasil RE e da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A manteve-se na posição de líder do mercado brasileiro de resseguros, com "*Market share*" de aproximadamente 38% (acumulado até dezembro de 2015 – não auditado), focando sua atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 18 de maio de 2017.

1.2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 26.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O IRB Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade ("*run-off*"). Em 11 de dezembro de 2014, em sua 209ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração aprovou a avaliação das operações dessa sucursal a valor

de mercado para posterior apreciação de propostas para sua eventual alienação. A referida avaliação não gerou perdas nas demonstrações contábeis do IRB Brasil RE. Uma vez que a operação de Londres não representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações da Companhia, conforme requerido pelo CPC 31, os saldos da referida sucursal não foram apresentados como operação descontinuada.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma controlada localizada nos Estados Unidos da América que se encontra em processo de *"run-off"*. As informações sobre a controlada estão apresentadas conforme abaixo:

	International Corporation & Subisidiaries
Percentual de participação no capital social	100%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000
Ativo	68.950
Passivo circulante e não circulante	45.751
Patrimônio líquido no fim do exercício	23.199
Prejuízo do exercício	(2.798)

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento.
- BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa.
- Harbor Fundos de Investimentos em Ações.
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50.
- Fundo de Investimento Imobiliário FII

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar sua controlada International Corporation & Subsidiaries e os fundos excluvisos indicados acima.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em " Receitas e despesas financeiras " no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de

opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

2.7 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	20	5
Veículos	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.9 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1). A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.11 Provisões

(a) Provisões técnicas

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data base de cálculo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

- A provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

- Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test* - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O Modelo de Svensson é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas.

O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2015 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos

nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia disponibiliza um plano de saúde contributário para empregados admitidos até 1º de outubro de 2013, com cobertura ambulatorial e hospitalar, além de cobertura odontológica. O Plano prevê a manutenção vitalícia, ou temporária, na forma do que estabelece a legislação aplicável. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que a usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo CPC 33. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor

recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

2.15 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Obrigações a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais", no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de

juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17 Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 2.11(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

2.18 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. A partir de 2013, os itens do resultado abrangente passaram a ser apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015:

(a) Alteração de normas adotadeas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Comapnhia.

CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013 :

(i) CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios: foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumentos de patrimônio e que a sua remensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para remensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da norma.

(ii) CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

(iii) CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

(iv) CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmento: aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1o de janeiro de 2015 não são relevantes para a Companhia.

(b) Novas normas que não estão em vigor

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", aborda o reconhecimento da receita, tendo foco na transferência do controle do produto ou serviço, contra o conceito de riscos e benefícios. O IFRS 15 foi emitido em 28 de maio de 2014 e substitui o IAS 18 e o IAS 11. Está norma substituirá toda a licenciatura existente sobre reconhecimento de receitas (normas e interpretações). O nível de detalhamento sobre a aplicação dos conceitos, especialmente em transações mais complexas, é bem maior que a orientação atualmente existente. As principais mudanças são: (a) postergação do reconhecimento, em muitos casos é postergado; (b) O risco de crédito não é deduzido da receita bruta no ato da venda, quando aplicável; (c) O conceito de ajuste a valor presente para vendas a prazo (mais longos) continua aplicável; (d) Há exigências de divulgações específicas sobre contratos com clientes, julgamentos significativos na aplicação das orientações de reconhecimento de receitas, entre outras; (e) É preciso adequar os processos das empresas para que seja possível capturar as novas informações exigidas pela norma. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

2.20 Reclassificação dos saldos comparativos

A Companhia, para fins de comparabilidade, reclassificou a parcela dos saldos ativos e passivos da provisão para prêmios não ganhos em 31 de dezembro de 2014, cujo diferimento ocorrerá em um prazo superior a doze meses, nos montantes de R$ 59.023 e R$ 151.165, respectivamente. As alterações realizadas não impactaram de forma relevante as informações comparativas relativas aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2014 (saldos de abertura), consequentemente, as referidas demonstrações contábeis comparativas não estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito nos itens: (a) as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descrito no item (b) as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros descritos no item (c) as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descrito no item (d) as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercício futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente a essa estimativa critica está demonstrada na Nota 4.3.3 e as premissas utilizadas estão indicadas abaixo:

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de

estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 4.9, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A Nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na Nota 25, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

4 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas.

Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeiro responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de

Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Após 3ª revisão, ocorrida em dezembro de 2014, foi confirmada a classificação A- (excelente), com viés estável, pela agência de rating A.M. Best sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

4.1 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la.

4.2 Riscos operacionais

Em termos de riscos operacionais, foi desenvolvido e implantado um programa de gerenciamento de continuidade de negócios, compreendendo planos que endereçam desde o momento da ruptura da operação até a volta à normalidade, mantendo níveis de serviço previamente acordados. Ainda, no que tange a processos, procedeu-se a um segundo ciclo do programa de gestão de riscos operacionais, que passa por identificar, avaliar, tratar e reportar as potenciais ameaças às atividades.

4.3 Riscos de subscrição

O risco de Subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

Uma das técnicas disponíveis para a mitigação e controle do risco de subscrição é a transferência de riscos por meio de retrocessão. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Além disso, para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 4.5.

4.3.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do órgão regulador. O quadro abaixo demonstra os passivos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) brutos e líquidos por linhas de negócio:

	Controladora			
	Resseguro		Retrocessão	
Grupo de Ramos	2015	2014	2015	2014
Patrimonial	3.361.049	3.075.672	(1.887.700)	(1.689.489)
Riscos especiais	645.634	452.612	(470.335)	(304.076)
Responsabilidades	686.881	621.592	(304.393)	(258.339)
Cascos	672.707	598.506	(559.666)	(452.672)
Automóvel	251.306	241.795	(6.295)	(3.623)
Transportes	413.570	366.562	(243.290)	(190.975)
Riscos financeiros	710.635	715.802	(367.277)	(379.931)
Crédito	37.515	40.770	(27.715)	(16.511)
Pessoas	203.075	183.348	(38.980)	(32.550)
Habitacional	52.307	44.175	(270)	(808)
Rural	442.205	431.704	(44.316)	(116.874)
Marítimos	176.366	137.602	(39.859)	(18.892)
Aeronáuticos	338.119	239.008	(166.654)	(149.937)
Run-off -Londres	217.661	172.206	-	-
Outros	881.856	506.981	(56.005)	(39.872)
Total	**9.090.886**	**7.828.335**	**(4.212.755)**	**(3.654.549)**

	Consolidado			
	Resseguro		Retrocessão	
Grupo de Ramos	2015	2014	2015	2014
Patrimonial	3.361.049	3.075.672	(1.887.700)	(1.689.489)
Riscos especiais	645.634	452.612	(470.335)	(304.076)
Responsabilidades	686.881	621.592	(304.393)	(258.339)
Cascos	672.707	598.506	(559.666)	(452.672)
Automóvel	251.306	241.795	(6.295)	(3.623)
Transportes	413.570	366.562	(243.290)	(190.975)
Riscos financeiros	710.635	715.802	(367.277)	(379.931)
Crédito	37.515	40.770	(27.715)	(16.511)
Pessoas	203.075	183.348	(38.980)	(32.550)
Habitacional	52.307	44.175	(270)	(808)
Rural	442.205	431.704	(44.316)	(116.874)
Marítimos	176.366	137.602	(39.859)	(18.892)
Aeronáuticos	338.119	239.008	(166.654)	(149.937)
Run-off -Londres	217.661	172.206	-	-
Outros	926.619	509.392	(97.830)	(40.115)
Total	**9.135.649**	**7.830.746**	**(4.254.580)**	**(3.654.792)**

A natureza das operações de resseguro implica que o ressegurador recebe a maior parte das informações das cedentes de forma agregada, geralmente tendo acesso a dados individualizados em negócios facultativos, somente. Portanto, devido à ausência de informações completas a respeito de segregação de região geográfica, e seguindo a orientação da Circular SUSEP nº517/2015, não é cabível divulgação de concentração de risco por área geográfica.

4.3.2 Desenvolvimento de Sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros Brutos de Retrocessão

- **Bruto de retrocessão**

	2015							
	Controladora							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	
Um ano depois	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605		
Dois anos depois	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277			
Três anos depois	1.433.714	682.091	1.028.917	2.005.247				
Quatro anos depois	1.391.459	838.675	972.769					
Cinco anos depois	1.396.592	815.800						
Seis anos depois	1.398.616							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.398.616	815.800	972.769	2.005.247	2.039.277	1.331.605	656.095	9.219.408
Pagamentos acumulados até a data base	(1.300.853)	(717.082)	(736.838)	(1.569.578)	(1.390.356)	(665.001)	(103.756)	(6.483.464)
Passivo reconhecido no balanço	**97.763**	**98.718**	**235.931**	**435.669**	**648.921**	**666.604**	**552.339**	**2.735.945**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								2.830.867
IBNER								355.501
Total do passivo incluso no balanço								**5.922.313**

	2014							
	Controladora							
Ano de subscrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Sinistros incorridos no ano	777.939	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	
Um ano depois	1.782.336	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435		
Dois anos depois	1.833.735	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805			
Três anos depois	1.858.580	1.433.714	682.091	1.028.917				
Quatro anos depois	2.180.920	1.391.459	838.675					
Cinco anos depois	2.043.347	1.396.592						
Seis anos depois	2.265.476							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	2.265.476	1.396.592	838.675	1.028.917	1.813.805	1.362.435	293.187	8.999.087
Pagamentos acumulados até a data base	(1.820.988)	(1.289.101)	(663.284)	(611.479)	(1.222.660)	(604.982)	(56.718)	(6.269.212)
Passivo reconhecido no balanço	**444.488**	**107.491**	**175.391**	**417.438**	**591.145**	**757.453**	**236.469**	**2.729.875**
Passivo em relação a anos anteriores a 2008								2.254.708
IBNER								396.607
Total do passivo incluso no balanço								**5.381.192**

	2015							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	
Um ano depois	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605		
Dois anos depois	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805	2.039.277			
Três anos depois	1.433.714	682.091	1.028.917	2.005.247				
Quatro anos depois	1.391.459	838.675	972.769					
Cinco anos depois	1.396.592	815.800						
Seis anos depois	1.398.616							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.398.616	815.800	972.769	2.005.247	2.039.277	1.331.605	656.095	9.219.408
Pagamentos acumulados até a data base	(1.300.853)	(717.082)	(736.838)	(1.569.578)	(1.390.356)	(665.001)	(103.756)	(6.483.464)
Passivo reconhecido no balanço	**97.763**	**98.718**	**235.931**	**435.669**	**648.921**	**666.604**	**552.339**	**2.735.945**
Passivo em relação a anos anteriores a 2009								2.831.888
IBNER								355.501
Total do passivo incluso no balanço								**5.923.334**

	2014							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Sinistros incorridos no ano	777.939	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	293.187	
Um ano depois	1.782.336	1.241.026	845.278	516.906	975.304	1.362.435		
Dois anos depois	1.833.735	1.374.800	750.949	765.358	1.813.805			
Três anos depois	1.858.580	1.433.714	682.091	1.028.917				
Quatro anos depois	2.180.920	1.391.459	838.675					
Cinco anos depois	2.043.347	1.396.592						
Seis anos depois	2.265.476							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	2.265.476	1.396.592	838.675	1.028.917	1.813.805	1.362.435	293.187	8.999.087
Pagamentos acumulados até a data base	(1.820.988)	(1.289.101)	(663.284)	(611.479)	(1.222.660)	(604.982)	(56.718)	(6.269.212)
Passivo reconhecido no balanço	**444.488**	**107.491**	**175.391**	**417.438**	**591.145**	**757.453**	**236.469**	**2.729.875**
Passivo em relação a anos anteriores a 2008								2.256.895
IBNER								396.607
Total do passivo incluso no balanço								**5.383.377**

- **Líquido de retrocessão**

	2015							
	Controladora							
Ano de subscrição	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Sinistros incorridos no ano	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	
Um ano depois	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979		
Dois anos depois	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.133.787			
Três anos depois	1.052.361	471.303	589.538	1.016.375				
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	574.959					
Cinco anos depois	1.056.507	559.104						
Seis anos depois	1.057.876							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.057.876	559.104	574.959	1.016.375	1.133.787	981.979	325.364	5.649.444
Pagamentos acumulados até a data base	(972.799)	(511.132)	(443.267)	(795.880)	(886.031)	(528.145)	(76.636)	(4.213.890)
Passivo reconhecido no balanço	**85.077**	**47.972**	**131.692**	**220.495**	**247.756**	**453.834**	**248.728**	**1.435.554**
Passivo em relação a anos anteriores a 2008								1.311.122
IBNER								230.399
Total do passivo incluso no balanço								**2.977.075**

	2014							
	Controladora							
Ano de subscrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Sinistros incorridos no ano	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	
Um ano depois	1.088.423	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663		
Dois anos depois	1.209.256	1.051.953	550.314	346.747	916.994			
Três anos depois	1.237.117	1.052.361	471.303	589.538				
Quatro anos depois	1.380.918	1.011.430	579.850					
Cinco anos depois	1.378.820	1.056.507						
Seis anos depois	1.508.595							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.508.595	1.056.507	579.850	589.538	916.994	802.663	194.043	5.648.190
Pagamentos acumulados até a data base	(1.281.909)	(964.458)	(480.594)	(373.834)	(603.592)	(454.902)	(49.939)	(4.209.228)
Passivo reconhecido no balanço	226.686	92.049	99.256	215.704	313.402	347.761	144.104	1.438.962
Passivo em relação a anos anteriores a 2008								980.952
IBNER								218.054
Total do passivo incluso no balanço								**2.637.968**

	2015							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sinistros incorridos no ano	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	
Um ano depois	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	981.979		
Dois anos depois	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.133.787			
Três anos depois	1.052.361	471.303	589.538	1.016.375				
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	574.959					
Cinco anos depois	1.056.507	559.104						
Seis anos depois	1.057.876							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.057.876	559.104	574.959	1.016.375	1.133.787	981.979	325.364	5.649.444
Pagamentos acumulados até a data base	(972.799)	(511.132)	(443.267)	(795.880)	(886.031)	(528.145)	(76.636)	(4.213.890)
Passivo reconhecido no balanço	**85.077**	**47.972**	**131.692**	**220.495**	**247.756**	**453.834**	**248.728**	**1.435.554**
Passivo em relação a anos anteriores a 2008								1.270.318
IBNER								230.399
Total do passivo incluso no balanço								**2.936.271**

	2014							
	Consolidado							
Ano de subscrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Sinistros incorridos no ano	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	
Um ano depois	1.088.423	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663		
Dois anos depois	1.209.256	1.051.953	550.314	346.747	916.994			
Três anos depois	1.237.117	1.052.361	471.303	589.538				
Quatro anos depois	1.380.918	1.011.430	579.850					
Cinco anos depois	1.378.820	1.056.507						
Seis anos depois	1.508.595							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.508.595	1.056.507	579.850	589.538	916.994	802.663	194.043	5.648.190
Pagamentos acumulados até a data base	(1.281.909)	(964.458)	(480.594)	(373.834)	(603.592)	(454.902)	(49.939)	(4.209.228)
Passivo reconhecido no balanço	226.686	92.049	99.256	215.704	313.402	347.761	144.104	1.438.962
Passivo em relação a anos anteriores a 2008								982.914
IBNER								218.054
Total do passivo incluso no balanço								**2.639.930**

4.3.3 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, considerando um aumento de 10% (dez por cento) na sinistralidade.

Efeitos brutos	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(181.275)
Resultado líquido (%)	(23,74)
Patrimônio líquido (%)	(5,71)

Efeitos líquidos	Impacto
Resultado e patrimônio líquido	(147.354)
Resultado líquido (%)	(19,29)
Patrimônio líquido (%)	(4,64)

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Outros estudos internos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação, e cobertos por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse índice.

4.4 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, e que pode refletir na redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado são: as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos. A gestão do risco proveniente dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela administração, objetivando a gestão dos riscos oriundos daquelas variáveis. Para esse fim são utilizadas as seguintes técnicas: definição de limites máximos de VaR (Value at Risk) e construção de cenários de estresse; monitoramento de mercado; e gestão preventiva de perdas.

A partir do 1º. de Janeiro de 2015, a administração da Resseguradora começou a monitorar o Risco de Mercado da carteira usando a ferramenta *RiskMetrics* da MSCI (*Morgan Stanley Capital International).*

4.4.1 Análise de *Value at Risk*

A mensuração do risco de mercado, feita através do VaR, estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência, considerando as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado.
Segundo o método histórico, com nível de significância de 5% (janela de observação móvel de 252 dias úteis e EWMA de 0,94) o VaR diário da carteira de ativos da Resseguradora, registrado em 31 de dezembro de 2015, foi de R$ 21.807, o que representa uma perda de 0,35% do total da carteira de ativos.

4.4.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, principalmente a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

A administração aplicou aos ativos Stress Tests usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre as diferentes moedas e outros fatores de risco, considerando variações absolutas nas quais a taxa de câmbio R$/US$ é diminuida em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2015 (taxa de câmbio R$/US$ de 4,21 para 31 de dezembro de 2016). A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos à variação da taxa de câmbio:

	2015	Cenários para 31 de dezembro de 2016		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira	3.842.699	29.589	(914.232)	(1.986.363)
Total de passivos	(3.460.099)	(250.837)	865.002	1.980.842
Exposição líquida	382.600	(221.248)	(49.230)	(5.521)
Impacto (%) no patrimônio líquido		(6,97)	(1,55)	(0,17)
Impacto (%) no resultado do exercício		(28,97)	(6,45)	(0,72)

4.4.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros.

A administração aplicou aos ativos Stress Tests usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco, considerando variações absolutas nas quais as taxas sobre a curva DI Futuro são aumentadas em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2015 (taxa de 15,25% para 31 de dezembro de 2016). A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos à variação da taxa de juros:

	2015	Cenários para 31 de dezembro de 2016		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Impacto (R$ mil)		(193.666)	(512.277)	(431.186)
Carteira Total	6.247.276	6.053.610	5.734.999	5.813.090
Impacto (%) no patrimônio líquido		(6,10)	(16,14)	(13,58)
Impacto (%) no resultado do exercício		(25,36)	(67,08)	(56,46)

Análise consolidada por Stress Tests Econômicos

A administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais Stress Test Econômicos mundiais* usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o Fall 2008, correspondente à falência da Lehman Brothers seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pela FED e pela estatização da Fannie Mae e da Freddie Mac a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, gerando uma perda de 2,37% na carteira.

* Os Stress Test Econômicos mundiais analisados são: Asian Crisis (1997), Black Monday (1987), Fall 2008 (2008), Gulf War (1990), Mexican Crisis (1995), Rate Rise 94 (1994), Russian Devaluation (1998), Sept 11th (2011),Tech Wreck (2000), WaMu collapse (2008).

Contratos Futuros de Moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

4.5 Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de Security. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

Ativos de retrocessão

	% de resseguradores participantes dos contratos de proteção em vigor			
Faixa de Rating (*)	**Local**	**Admitido**	**Eventual**	**Total**
AA ou equivalente		41,39	0,26	41,65
A ou equivalente		49,85	8,35	58,20
Sem rating	0,15			0,15
	0,15	91,24	8,61	100

* Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch

Adicionalmente, a qualidade das contrapartes relacionadas ao créditos das operações com resseguros pode ser verificada no quadro abaixo:

Crédito das operações

	31 de dezembro de 2015	% de exposição com resseguradores por faixa de rating			% de exposição com seguradoras por faixa de rating
Faixa de Rating (*)	Local	Admitido	Eventual	Total	Total
A ou equivalente	0,15	-	26,85	27,0	38,4
B ou equivalente	0,44	0,58	24,38	25,4	16,4
CCC+ ou equivalente	-	-	-	-	15,8
CCC ou equivalente	-	-	-	-	13,0
C ou equivalente	0,87	4,06	38,03	43,0	9,6
CCC- ou equivalente	-	-	-	-	3,4
D ou equivalente	-	-	4,64	4,6	3,4
	1,5	4,6	93,9	100,0	100,0

* Os ratings referente aos créditos das operações são medidos por critérios internos da Companhia.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais.
As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros devido à natureza do mercado de resseguro. Abaixo seguem as classificações de risco por idade dos saldos.

	Controladora							
	2015							
		Ativos vencidos e não "*impaired*"						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "*impaired*"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	Saldo contábil 31 de dezembro de 2014
Caixa e equivalente de caixa	13.952						13.952	9.511
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	43.592						43.592	179.406
Públicos	277.396						277.396	515.833
Exterior	669.533						669.533	158.277
Disponíveis para venda								
Privados	168.466						168.466	
Públicos	4.435.653						4.435.653	3.799.408
Exterior	402.374						402.374	195.811
Mantido até o vencimento								
Privados	224.661						224.661	
Públicos							0	290.153
Exterior	25.601						25.601	407.517
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.622.473	89.333	54.665	48.822	2.472	550.966	2.368.731	2.130.281
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.883.701**	**89.333**	**54.665**	**48.822**	**2.472**	**550.966**	**8.629.959**	**7.686.197**

	Consolidado							
	2015							
		Ativos vencidos e não "*impaired*"						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "*impaired*"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	Saldo contábil 31 de dezembro de 2014
Caixa e equivalente de caixa	18.277						18.277	13.288
Ao valor justo por meio do resultado							0	
Privados	43.841						43.841	178.944
Públicos	277.549						277.549	516.070
Exterior	669.533						669.533	158.277
Disponíveis para venda								
Privados	69.411						69.411	
Públicos	4.435.669						4.435.669	3.799.408
Exterior	424.374						424.374	211.948
Mantido até o vencimento								
Privados	224.661						224.661	
Públicos								290.153
Exterior	25.601						25.601	407.517
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.622.473	89.333	54.665	48.822	2.472	550.983	2.368.748	2.130.981
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.811.389**	**89.333**	**54.665**	**48.822**	**2.472**	**550.983**	**8.557.664**	**7.706.586**

4.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo.

	Controladora					
	Maturidade dos passivos em 31 de dezembro de 2015					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**1.553.116**	**2.241.300**	**418.110**	**1.174.587**	**1.865.574**	**7.252.687**
PSL Total	934.396	1.670.702	366.899	873.863	1.720.953	5.566.813
IBNR + IBNER	605.682	538.241	48.887	294.506	134.084	1.621.400
PET	5.276	20.564	-	-	-	25.840
PDR	7.762	11.793	2.324	6.218	10.537	38.634

	Consolidado					
	Maturidade dos passivos em 31 de dezembro de 2015					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**1.553.116**	**2.241.300**	**418.110**	**1.174.587**	**1.910.337**	**7.297.450**
PSL Total	934.396	1.670.702	366.899	873.863	1.722.244	5.568.104
IBNR + IBNER	605.682	538.241	48.887	294.506	177.556	1.664.872
PET	5.276	20.564	-	-	-	25.840
PDR	7.762	11.793	2.324	6.218	10.537	38.634

A maturidade dos ativos garantidores das provisões técnicas está divulgada na nota 6.1.1.

4.7 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

4.8 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	607	484	607	484
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1		120.110		120.136
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1		3.583		3.583
Operações compromissadas	Nível 1	276.789	391.656	276.942	391.867
Cotas de Fundos de Investimentos	Nível 1	74.832	39.254	75.077	39.254
Cotas de Fundos de Renda Variável	Nível 1	43.428	178.944	43.432	178.944
Ações no Exterior	Nível 2	275.626	119.023	275.626	119.023
Debêntures	Nível 1	409		409	
Depósitos à Prazo Fixo no Exterior	Nível 2	312.029		312.029	
Títulos da dívida soberana	Nível 1	6.801		6.801	
Outros	Nível 2		462		
		990.521	**853.516**	**990.923**	**853.291**
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	2.572.790	3.316.061	2.572.790	3.316.061
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	1.127.107	355.589	1.127.107	355.589
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	590.585	127.758	590.585	127.758
Fundos Imobiliários	Nivel 1	39.570		39.570	
Certificados de Depósitos Bancários	Nível 2	10.815		10.815	
Debêntures	Nível 1	18.482		18.482	
Letras Financeiras	Nível 1	123.163		123.163	
Operações Compromissadas	Nível 1	22.008		22.024	
Fundo de Investimentos Imobiliários FII	Nível 2	99.131			
Quotas de Fundos Renda Fixa	Nível 1	468		544	
Outros	Nível 2				
Títulos da dívida soberana	Nivel 1	360.925	162.953	360.925	162.953
American Depositary Receipts - ADR	Nivel 1	2.183	2.521	2.183	2.521
Corporate Bonds -Nova Iorque	Nivel 1				
Títulos de Renda Fixa no exterior	Nivel 1	39.266	30.337	39.266	30.337
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	Nível 1			6.811	7.600
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	Nível 1			3.115	2.237
Non-U.S. Government	Nível 1			278	195
Corporate *securities*	Nível 1			9.467	5.751
Short-term investiments	Nível 1			2.329	354
		5.006.493	**3.995.219**	**4.929.454**	**4.011.356**

4.8.1 Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Controladora e Consolidado			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
Notas do Tesouro Nacional			290.153	295.006
Letras Financeiras - Privadas	224.661	224.661		
Certificados de depósito bancário			373.935	373.935
Títulos de Renda Fixa no Exterior			1.391	1.391
Eurobonds/Term Notes	25.601	25.492	32.191	32.191
	250.262	**250.153**	**697.670**	**702.523**

4.9 Capital Mínimo, de Risco e Liquidez em Relação ao Capital

O CNSP, em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo para autorização e funcionamento dos resseguradores locais, cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado e plano de regulação e solvência, consubstanciada na Resolução CNSP nº 321/2015, que consolidou todas as resoluções relativas à liquidez e solvência sem alteração metodológica.

Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100% (cem por cento) na cobertura das provisões técnicas.

V Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco.

4.9.1 Cálculo do Capital Mínimo Requerido

O cálculo efetuado pelo IRB Brasil RE, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Na data base em 31 de dezembro de 2015, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Capital de risco baseado em risco de subscrição	619.354	476.048
Capital de risco baseado em risco de crédito	460.566	392.777
Capital de risco baseado em risco operacional	37.282	32.096
Benefício da diversificação de riscos	(141.318)	(115.249)
Capital de risco total	**975.884**	**785.672**
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido	975.885	785.672
Patrimônio líquido ajustado (*)	3.010.331	2.798.385
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	**2.034.446**	**2.012.713**

* Cálculo do PL ajustado

	2015	2014
Patrimônio líquido	3.174.595	2.953.932
Deduções		
Despesas antecipadas	(1.247)	(871)
Participações societárias	-	(18.417)
Intangíveis	(63.357)	(57.182)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(99.610)	(79.027)
Outras deduções	(50)	(50)
Patrimônio líquido Ajustado	**3.010.331**	**2.798.385**

4.9.2 Liquidez em relação ao capital de risco

O cálculo da liquidez em relação ao capital mínimo requerido para a data base de 31 de dezembro de 2015 não identificou necessidade do IRB Brasil RE dispor de maior nível de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões.

	Controladora	
	2015	2014
Ativos Elegíveis (*)	**5.380.285**	**5.044.699**
Provisões Técnicas de Resseguros Líquido de ativos redutores	(5.507.676)	(4.574.016)
Direitos creditórios	512.833	361.889
Cobertura de 20% do Capital de Risco	(195.177)	(157.134)
Suficiência de liquidez	**190.265**	**675.438**

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos Elegíveis (*)	**5.380.285**	**5.044.699**
Provisões Técnicas de Resseguros Líquido de ativos redutores	(5.510.614)	(4.576.427)
Direitos creditórios	512.833	361.889
Cobertura de 20% do Capital de Risco	(195.177)	(157.134)
Suficiência de liquidez	**187.327**	**673.027**

(*) Aplicações financeiras elegíveis a garantia das proviões técnicas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2015	2014	2015	2014
Caixa	5	7	5	7
Conta corrente bancária país	2.849	3.476	2.881	3.482
Conta corrente bancária exterior	11.098	6.028	15.391	9.799
	13.952	**9.511**	**18.277**	**13.288**

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações

	Controladora							
	2015							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)			2.538.572	2.537.937			13,24%	2.537.937
Letras do Tesouro Nacional			1.131.418	1.127.107			13,26%	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B			627.661	590.585			17,44%	590.585
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	886	409						409
Letras Financeiras					224.661	224.661		224.661
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários								
Fundos Imobiliários			40.044	39.570			8,21%	39.570
Fundos Imobiliários Exclusivos								
Participação imobiliária em shoppings centers			99.232	99.131			0,15%	99.131
Quotas Fundos Renda Fixa			544	544			2,63%	544
Outros			(58)	(58)				-58
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários			10.815	10.815			13,38%	10.815
Debentures			18.442	18.482			14,41%	18.482
Letras Financeiras			123.679	123.163			13,95%	123.163
Letras Financeiras do Tesouro (i)	148	148	34.853	34.853			13,25%	35.001
Operações Compromissadas	274.780	274.780	22.008	22.008			14,22%	296.788
Outros	16	16	(18)	(18)				-2
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	46.231	43.428						43.428
Letras Financeiras do Tesouro	449	459					13,25%	459
Operações Compromissadas	2.009	2.009					14,14%	2.009
Outros	(267)	(261)						-261
	324.252	**320.988**	**4.647.192**	**4.604.119**	**224.661**	**224.661**		**5.149.768**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento								
Não Exclusivo	75.077	75.077					23,68%	75.077
American Deposits Receipt (ii)			23.459	2.183				2.183
Títulos da Dívida Soberana (ii)	6.801	6.801	457.014	360.925			5,57%	367.726
Brazilian Corporate Bonds (iii)					25.601	25.601	4,29%	25.601
Papéis de renda fixa (HSBC)			40.537	39.266			2,39%	39.266
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	312.029	312.029					20,96%	312.029
Outras aplicações no exterior	275.626	275.626						275.626
	669.533	**669.533**	**521.010**	**402.374**	**25.601**	**25.601**		**1.097.508**
	993.785	**990.521**	**5.168.202**	**5.006.493**	**250.262**	**250.262**		**6.247.276**
%		16%		80%		4%		100%
Circulante		990.521		1.049.709	20.481			2.060.711
Não circulante				3.956.784	229.781			4.186.565

	Controladora							
	2014							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)			3.317.271	3.316.061			10,86%	3.316.061
Letras do Tesouro Nacional			359.673	355.589			11,99%	355.589
Notas do Tesouro Nacional - Série B			140.840	127.758	290153	290153	12,39%	417.911
Quotas de Fundos de Investimento							10,34	
Letras do Tesouro Nacional	120.116	120.110						120.110
Notas do Tesouro Nacional	3.583	3.583						3.583
Operações Compromissadas	390.909	390.909						390.909
Outros	15	15						15
Quotas de Fundos de Investimento em Ações							-4,12	
Ações de Empresas Nacionais	178.944	178.944						178.944
Letras Financeiras do Tesouro	484	484						484
Operações Compromissadas	747	747						747
Outros	447	447						447
	695.245	**695.239**	**3.817.784**	**3.799.408**	**290.153**	**290.153**		**4.784.800**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento								
Não Exclusivo	39.254	39.254					19,01%	39.254
American Deposits Receipt (ii)			15.958	2.521			-39,93%	2.521
Títulos da Dívida Soberana (ii)			169.792	162.953			25,39%	162.953
Brazilian Corporate Bonds (iii)					32.191	32.191	16,84%	32.191
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv)					1.391	1.391	17,52%	1.391
Papéis de renda fixa (HSBC)			31.072	30.337			15,78%	30.337
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)					373.935	373.935	13,61%	373.935
Outras aplicações no exterior	119.023	119.023						119.023
	158.277	**158.277**	**216.822**	**195.811**	**407.517**	**407.517**		**761.605**
	853.522	**853.516**	**4.034.606**	**3.995.219**	**697.670**	**697.670**		**5.546.405**
%		15%		72%		13%		100%
Circulante		853.516		1.148.719		408.373		2.410.608
Não circulante				2.846.500		289.297		3.135.797

	Consolidado							
	2015							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)			2.538.572	2.537.937			13,24%	2.537.937
Letras do Tesouro Nacional			1.131.418	1.127.107			13,26%	1.127.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B			627.661	590.585			17,44%	590.585
Títulos de Renda Fixa - Privados								0
Debentures	886	409						409
Letras Financeiras					224.661	224.661	14,22%	224.661
Quotas de Fundo de Investimentos Imobiliários								
Fundos Imobiliários			40.044	39.570			8,21%	39.570
Quotas Fundos de Renda Fixa			544	544			2,63%	544
Quotas de Fundos de Investimento								
Certificado Depósitos Bancários			10.815	10.815			13,38%	10.815
Debentures			18.442	18.482			14,41%	18.482
Letras Finaneiras			123.679	123.163			13,95%	123.163
Letras Financeiras do Tesouro (i)	148	148	34.853	34.853			13,25%	35.001
Operações Compromissadas	274.810	274.810	22.024	22.024			14,22%	296.834
Quotas de Fundos de Investimento em Ações								
Ações de Empresas Nacionais	46.230	43.432						43.432
Letras Financeiras do Tesouro	449	459					13,25%	459
Operações Compromissadas	2.132	2.132					14,14%	2.132
	324.655	**321.390**	**4.548.052**	**4.505.080**	**224.661**	**224.661**		**5.051.131**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento								
Não Exclusivo	75.077	75.077					23,68%	75.077
American Deposits Receipt (ii)			23.459	2.183				2.183
Títulos de Dívida Soberana (ii)	6.801	6.801	457.014	360.925			5,57%	367.726
Brazilian Corporate Bonds (iii)					25.601	25.601	4,29%	25.601
Papéis de Renda Fixa (HSBC)			40.537	39.266			2,39%	39.266
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	312.029	312.029					20,96%	312.029
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.			6.811	6.811				6.811
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies			3.115	3.115				3.115
Non-U.S. Government			278	278				278
Corporate Securities			9.467	9.467				9.467
Short-term Investments			2.329	2.329				2.329
Outras aplicações no exterior	275.626	275.626						275.626
	669.533	**669.533**	**543.010**	**424.374**	**25.601**	**25.601**		**1.119.508**
	994.188	**990.923**	**5.091.062**	**4.929.454**	**250.262**	**250.262**		**6.170.639**
%		**16%**		**80%**		**4%**		**100%**
Circulante		**990.923**		**1.054.999**		**20.934**		**2.066.856**
Não Circulante				**3.874.455**		**229.328**		**4.103.783**

	Consolidado							
	2014							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	484	484	3.317.271	3.316.061			10,86%	3.316.545
Letras do Tesouro Nacional	120.142	120.136	359.673	355.589			11,99%	475.725
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.583	3.583	140.840	127.758	290.153	290.153	12,39%	421.494
Operações compromissadas	391.867	391.867						391.867
Títulos de Renda Variável								
Ações de Empresas Nacionais	178.944	178.944					-4,12%	178.944
	695.020	**695.014**	**3.817.784**	**3.799.408**	**290.153**	**290.153**		**4.784.575**
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento								
Não Exclusivo	39.254	39.254					19,01%	39.254
American Deposits Receipt (ii)			15.958	2.521			-39,93%	2.521
Títulos de Dívida Soberana (ii)			169.792	162.953			25,38%	162.953
Brazilian Corporate Bonds (iii)					32.191	32.191	16,84%	32.191
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv)					1.391	1.391	17,52%	1.391
Papéis de Renda Fixa (HSBC)			31.072	30.337			15,78%	30.337
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)					373.935	373.935	13,61%	373.935
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.			7.567	7.600				7.600
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies			2.223	2.237				2.237
Non-U.S. Government			192	195				195
Corporate Securities			5.690	5.751				5.751
Short-term Investments			354	354				354
Outras aplicações no exterior	119.023	119.023						119.023
	158.277	**158.277**	**232.848**	**211.948**	**407.517**	**407.517**		**777.742**
	853.297	**853.291**	**4.050.632**	**4.011.356**	**697.670**	**697.670**		**5.562.317**
%		**15%**		**72%**		**13%**		**100%**
Circulante		**853.291**		**1.152.982**		**408.373**		**2.414.646**
Não Circulante				**2.858.374**		**289.297**		**3.147.671**

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtidos através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) *Brazilian Corporate Bonds*

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) *Corporate Bonds*

Os Corporate Bonds são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	2015				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debentures	409				409
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos					
Letras Financeiras do Tesouro				148	148
Operações Compromissadas		268.715		6.065	274.780
Outros		16			16
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	43.428				43.428
Letras Financeiras do Tesouro				459	459
Operações Compromissadas		2.009			2.009
Outros		(261)			(261)
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	75.077				75.077
Títulos da Dívida Soberana				6.801	6.801
Depósito à Prazo Fixo no Exterior		312.029			312.029
Outras aplicações no exterior	275.626				275.626
	394.540	**582.508**		**13.473**	**990.521**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro				2.537.937	2.537.937
Notas do Tesouro Nacional			28.339	562.246	590.585
Letras do Tesouro Nacional		434.456	528.359	164.292	1.127.107
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos LP					
Certificado Depósitos Bancários		2.025	8.790		10.815
Debentures		1.922	1.602	14.958	18.482
Letras Financeiras			12.165	110.998	123.163
Letras Financeiras do Tesouro				34.853	34.853
Operações Compromissadas		22.008			22.008
Outros	(18)				(18)
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					
Fundos Imobiliários				39.570	39.570
Fundos Imobiliários Exclusivos					
Imóveis				99.131	99.131
Quotas de Fundos de Renda Fixa	544				544
Outros	(58)				(58)
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.183				2.183
Títulos da Dívida Soberana				360.925	360.925
Papéis de renda fixa (HSBC)		2.901	4.491	31.874	39.266
	2.651	**463.312**	**583.746**	**3.956.784**	**5.006.493**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Privados Letras Financeiras				224.661	224.661
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds		14.118	6.363	5.120	25.601
Depósito à Prazo Fixo no Exterior					
		14.118	**6.363**	**229.781**	**250.262**

	Controladora				
	2014				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos					
Letras do Tesouro Nacional		120.110			120.110
Notas do Tesouro Nacional		3.583			3.583
Operações Compromissadas		390.909			390.909
Outros	15				15
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	178.944				178.944
Letras Financeiras do Tesouro			484		484
Operações Compromissadas	747				747
Outros	447				447
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	158.277				158.277
	338.430	**514.602**	**484**		**853.516**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro		780.945	315.210	2.219.906	3.316.061
Notas do Tesouro Nacional			45.665	309.924	355.589
Letras do Tesouro Nacional				127.758	127.758
Títulos de Renda Variável					
Fundos Imobiliários					
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.521				2.521
Títulos da Dívida Soberana				162.953	162.953
Papéis de renda fixa (HSBC)		373	4.005	25.959	30.337
	2.521	**781.318**	**364.880**	**2.846.500**	**3.995.219**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Notas do Tesouro Nacional		34.438		255.715	290.153
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds				32.191	32.191
Corporate Bonds - Nova Iorque				1.391	1.391
Depósito à Prazo Fixo no Exterior		373.935			373.935
		408.373		**289.297**	**697.670**

	Consolidado				
	2015				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debentures	409				409
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos					
Letras Financeiras do Tesouro				148	148
Operações Compromissadas		268.745		6.065	274.810
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	43.432				43.432
Letras Financeiras do Tesouro				459	459
Operações Compromissadas		2.132			2.132
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	75.077				75.077
Títulos da Dívida Soberana				6.801	6.801
Depósito à Prazo Fixo no Exterior		312.029			312.029
Outras aplicações no exterior	275.626				275.626
	394.544	**582.906**		**13.473**	**990.923**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro				2.537.937	2.537.937
Notas do Tesouro Nacional			28.339	562.246	590.585
Letras do Tesouro Nacional		434.456	528.359	164.292	1.127.107
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos LP					
Certificado Depósitos Bancários		2.025	8.790		10.815
Debentures		1.922	1.602	14.958	18.482
Letras Financeiras			12.165	110.998	123.163
Letras Financeiras do Tesouro				34.853	34.853
Operações Compromissadas		22.024			22.024
Quotas de Fundos de Investimentos Imobiliários					
Fundos Imobiliários				39.570	39.570
Quotas de Fundos de Renda Fixa	544				544
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipt	2.183				2.183
Títulos da Dívida Soberana				360.925	360.925
Papéis de renda fixa (HSBC)		2.901	4.491	31.874	39.266
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.		942	392	5.477	6.811
Obligations of U.S. Govermment corporations and agencies		294	98	2.723	3.115
Non- U.S. Govermment				278	278
Corporate Securities		372	1.224	7.871	9.467
Short-term Investments	2.329				2.329
	5.056	**464.936**	**585.460**	**3.874.002**	**4.929.454**
Mantidos até o vencimento					0
Títulos de Renda Fixa - Privados Letras Financeiras				224.661	224.661
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds		14.118	6.363	5.120	25.601
Depósito à Prazo Fixo no Exterior					
		14.118	**6.363**	**229.781**	**250.262**

	Consolidado				
	2014				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Publicos					
Letras Financeiras do Tesouro		484			484
Letras do Tesouro Nacional		120.136			120.136
Notas do Tesouro Nacional		3.583			3.583
Operações Compromissadas		391.867			391.867
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	178.944				178.944
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	39.254				39.254
Outras aplicações no exterior	119.023				119.023
	337.221	**516.070**			**853.291**
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro		780.945	315.210	2.219.906	3.316.061
Notas do Tesouro Nacional			45.665	309.924	355.589
Letras do Tesouro Nacional				127.758	127.758
Títulos de Renda Variável					
Fundos Imobiliários					
Aplicações no Exterior					
American Deposits Receipts	2.521				2.521
Títulos da Dívida Soberana				162.953	162.953
Papéis de renda fixa (HSBC)		373	4.005	25.959	30.337
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.		951	2.596	4.053	7.600
Obligations of U.S. Govermment corporations and agencies			123	2.114	2.237
Non- U.S. Govermment				195	195
Corporate Securities		159	80	5.512	5.751
Short-term Investments	354				354
	2.875	**782.428**	**367.679**	**2.858.374**	**4.011.356**
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Notasdo Tesouro Nacional - Série B			34.438	255.715	290.153
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Letras Financeiras					
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds				32.191	32.191
Corporate Bonds - Nova Iorque				1.391	1.391
Depósito à Prazo Fixo no Exterior		373.935			373.935
		373.935	**34.438**	**289.297**	**697.670**

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

Controladora

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.516	3.995.219	697.670	5.546.405
Aplicações	4.036.468	2.797.168	1.718.172	8.551.808
Rendimento resgate	(45.208)	(31.176)	(10.336)	(86.720)
Principal resgate	(4.138.474)	(2.322.920)	(2.215.712)	(8.677.106)
Resultado financeiro	120.191	547.219	48.343	715.753
Ajuste a valor de mercado		(122.322)		(122.322)
Oscilação cambial	164.028	143.305	12.125	319.458
Outros				0
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**990.521**	**5.006.493**	**250.262**	**6.247.276**

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.711.061	2.500.127	1.013.829	5.225.017
Aplicações	2.911.847	2.425.991	5.703.981	11.041.819
Rendimento resgate	(287.135)	(23.397)	(23.491)	(334.023)
Principal resgate	(3.576.611)	(1.236.450)	(6.112.152)	(10.925.213)
Resultado financeiro	94.354	310.076	65.165	469.595
Ajuste a valor de mercado		(6.329)		(6.329)
Oscilação cambial		25.201	50.338	75.539
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**853.516**	**3.995.219**	**697.670**	**5.546.405**

Consolidado

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.291	4.011.356	697.670	5.562.317
Aplicações	4.036.468	2.707.759	1.718.172	8.462.399
Rendimento resgate	(45.208)	(31.176)	(10.336)	(86.720)
Principal resgate	(4.138.474)	(2.327.369)	(2.215.712)	(8.681.555)
Resultado financeiro	120.818	547.901	48.343	717.062
Ajuste a valor de mercado		(122.322)		(122.322)
Oscilação cambial	164.028	143.305	12.125	319.458
Outros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**990.923**	**4.929.454**	**250.262**	**6.170.639**

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.710.910	2.514.124	1.013.829	5.238.863
Aplicações	2.914.726	2.429.800	5.703.981	11.048.507
Rendimento resgate	(287.135)	(23.397)	(23.491)	(334.023)
Principal resgate	(3.579.728)	(1.239.940)	(6.112.152)	(10.931.820)
Resultado financeiro	94.355	310.141	65.165	469.661
Ajuste a valor de mercado		(6.234)		(6.234)
Oscilação cambial	163	26.862	50.338	77.363
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**853.291**	**4.011.356**	**697.670**	**5.562.317**

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do país e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	1.819.174	1.510.586	1.819.174	1.510.586
Operações com resseguradoras (7.2.2)	427.255	512.238	427.255	512.238
Outros créditos operacionais	120.492	76.822	120.492	77.522
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(148.616)	(151.925)	(148.616)	(151.925)
	2.218.305	**1.947.721**	**2.218.305**	**1.948.421**
Não circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	31.643	30.635	31.643	30.635
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(31.643)	(30.635)	(31.643)	(30.635)
	2.218.305	**1.947.721**	**2.218.305**	**1.948.421**

7.2 Movimentação

7.2.1 Operações com seguradoras

	Controladora e Consolidado				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**661.569**	**487.385**	**231.824**	**160.443**	**1.541.221**
Prêmios a receber	3.358.274	54.202	43.821	-	3.456.297
Recebimentos	(3.018.295)	(163.966)	(52.703)	-	(3.234.964)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	(7.118)	(7.118)
Variação cambial	19.715	21.080	52.489	2.097	95.381
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.021.263**	**398.701**	**275.431**	**155.422**	**1.850.817**
Circulante					1.819.174
Não circulante					31.643
					1.850.817

	Controladora e Consolidado				
Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**868.186**	**610.762**	**198.450**	**121.410**	**1.798.808**
Prêmios a receber	461.696	1.455.527	110.545		2.027.768
Recebimentos	(687.188)	(1.582.950)	(90.910)		(2.361.048)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros				38.773	38.773
Variação cambial	18.875	4.046	13.739	260	36.920
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**661.569**	**487.385**	**231.824**	**160.443**	**1.541.221**
Circulante					1.510.586
Não circulante					30.635
					1.541.221

7.2.2 Operações com resseguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	81.744	426.275	4.219	512.238
Prêmios a receber	318.307	-	-	318.307
Recebimentos	(228.109)	-	-	(228.109)
Recuperação de sinistros	-	(231.702)	-	(231.702)
Variação cambial	17.947	41.949	7	59.903
Outros créditos	-	-	(3.382)	(3.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**189.889**	**236.522**	**844**	**427.255**

	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	212.294	283.167		495.461
Prêmios a receber	74.782	-	-	74.782
Recebimentos	(212.287)	-	-	(212.287)
Recuperação de sinistros	-	113.661	-	113.661
Variação cambial	6.955	29.447	181	36.583
Outros créditos	-	-	4.038	4.038
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**81.744**	**426.275**	**4.219**	**512.238**

7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

			Controladora	
Aging	**Crédito das operações**	**Débito das operações**	**PDD**	**Total**
A vencer	1.652.307	(628.078)	(10.296)	1.013.933
Vencidos até 30 dias	89.333	(42.854)	(9.534)	36.945
Vencidos entre 31 e 60 dias	54.665	(62.483)	(1.830)	(9.648)
Vencidos entre 61 e 120 dias	48.822	(17.603)	(7.028)	24.191
Vencidos entre 121 e 180 dias	2.472	(23.544)	(811)	(21.883)
Vencidos entre 181 e 365 dias	59.883	(31.427)	(4.351)	24.105
Vencidos acima de 365 dias	491.082	(218.998)	(146.409)	125.675
	2.398.564	**(1.024.987)**	**(180.259)**	**1.193.318**

			Consolidado	
Aging	**Crédito das operações**	**Débito das operações**	**PDD**	**Total**
A vencer	1.652.307	(628.078)	(10.296)	1.013.933
Vencidos até 30 dias	89.333	(42.854)	(9.534)	36.945
Vencidos entre 31 e 60 dias	54.665	(62.483)	(1.830)	(9.648)
Vencidos entre 61 e 120 dias	48.822	(17.603)	(7.028)	24.191
Vencidos entre 121 e 180 dias	2.472	(23.544)	(811)	(21.883)
Vencidos entre 181 e 365 dias	59.883	(31.427)	(4.351)	24.105
Vencidos acima de 365 dias	491.082	(219.321)	(146.409)	125.352
	2.398.564	**(1.025.310)**	**(180.259)**	**1.192.995**

Para os saldos dos contas a pagar e contas a receber, vencidos e a vencer no valor de R$ 1.330.213, foi constituída provisão para devedores duvidos no valor de R$ 180.259, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação peis e exterior e partes relacionadas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas

8.1 Composição

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		
	2015		
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.373.097	213.380	1.586.477
Riscos especiais	222.571	22.409	244.980
Responsabilidades	261.535	12.585	274.120
Cascos	516.297	39.554	555.851
Automóveis	2.065	1.763	3.828
Transportes	187.764	26.863	214.627
Riscos financeiros	205.773	141.036	346.809
Crédito	21.603	6.109	27.712
Pessoas	23.761	7.600	31.361
Habitacional	96	173	269
Rural	19.036	24.858	43.894
Marítimo	10.597	11.121	21.718
Aeronáutico	86.432	23.283	109.715
Outros	14.611	289	14.900
	2.945.238	**531.023**	**3.476.261**

	Controladora		
	2014		
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.335.837	83.032	1.418.869
Riscos especiais	108.904	2.081	110.985
Responsabilidades	218.266	13.994	232.260
Cascos	441.329	10.042	451.371
Automóveis	967	454	1.421
Transportes	153.304	23.492	176.796
Riscos financeiros	290.149	68.004	358.153
Crédito	14.131	2.031	16.162
Pessoas	24.273	7.038	31.311
Habitacional	224	572	796
Rural	20.195	55.160	75.355
Marítimo	11.034	568	11.602
Aeronáutico	111.990	2.506	114.496
Outros	12.621	976	13.597
	2.743.224	**269.950**	**3.013.174**

	Consolidado		
	2015		
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.373.097	213.380	1.586.477
Riscos especiais	222.571	22.409	244.980
Responsabilidades	261.535	12.585	274.120
Cascos	516.297	39.554	555.851
Automóveis	2.065	1.763	3.828
Transportes	187.764	26.863	214.627
Riscos financeiros	205.773	141.036	346.809
Crédito	21.603	6.109	27.712
Pessoas	23.761	7.600	31.361
Habitacional	96	173	269
Rural	19.036	24.858	43.894
Marítimo	10.597	11.121	21.718
Aeronáutico	86.432	23.283	109.715
Outros	56.436	289	56.725
	2.987.063	**531.023**	**3.518.086**

	Consolidado		
	2014		
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.335.837	83.032	1.418.869
Riscos especiais	108.904	2.081	110.985
Responsabilidades	218.266	13.994	232.260
Cascos	441.329	10.042	451.371
Automóveis	967	454	1.421
Transportes	153.304	23.492	176.796
Riscos financeiros	290.149	68.004	358.153
Crédito	14.131	2.031	16.162
Pessoas	24.273	7.038	31.311
Habitacional	224	572	796
Rural	20.195	55.160	75.355
Marítimo	11.034	568	11.602
Aeronáutico	111.990	2.506	114.496
Outros	12.844	996	13.840
	2.743.447	**269.970**	**3.013.417**

8.1.1 Movimentação

	Controladora		
	2015		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.743.224	269.950	3.013.174
Liquidação de sinistros	(3.401.008)	(324.120)	(3.725.128)
Constituição de provisão de sinistros	3.603.022	585.193	4.188.215
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.945.238**	**531.023**	**3.476.261**

	2014		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.474.493	235.408	2.709.901
Liquidação de sinistros	(9.836.321)	(48.092)	(9.884.413)
Constituição de provisão de sinistros	10.105.052	82.634	10.187.686
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**2.743.224**	**269.950**	**3.013.174**

	Consolidado		
	2015		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.743.447	269.970	3.013.417
Liquidação de sinistros	(3.401.008)	(324.140)	(3.725.148)
Constituição de provisão de sinistros	3.644.624	585.193	4.229.817
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.987.063**	**531.023**	**3.518.086**

	2014		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.474.511	235.612	2.710.123
Liquidação de sinistros	(9.836.320)	(48.093)	(9.884.413)
Constituição de provisão de sinistros	10.105.256	82.451	10.187.707
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**2.743.447**	**269.970**	**3.013.417**

8.2 Prêmios de retrocessão diferidos

Controladora e Consolidado

2015

	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	270.567	15.719	24.424	(15.233)	(1.865)	(2.406)	291.206
Riscos especiais	198.827	1.354	42.441	(15.736)	(68)	(2.734)	224.084
Responsabilidades	20.373	5.352	3.846	(2.075)	(888)	(625)	25.983
Cascos	329	-	-	-	-	-	329
Automóveis	615	1.902	42	(34)	(105)	(2)	2.418
Transportes	17.924	3.843	8.372	(399)	(213)	(1.097)	28.430
Riscos financeiros	17.029	3.184	3.092	(1.246)	(1.002)	(684)	20.373
Crédito	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Pessoas	7.238	714	35	(390)	(51)	(5)	7.541
Rural	213	-	360	(63)	(12)	(100)	398
Marítimo	10.581	398	7.505	(143)	(20)	(301)	18.020
Aeronáutico	39.236	8.685	8.737	(200)	-	(280)	56.178
Outros	39.002	5.470	-	(682)	(2.686)	-	41.104
	621.934	**46.621**	**98.853**	**(36.201)**	**(6.910)**	**(8.234)**	**716.063**

Controladora e Consolidado

2014

	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	238.883	12.113	27.890	(21.028)	(96)	(2.389)	255.373
Riscos especiais	177.251	23	32.626	(16.040)	(1)	(2.486)	191.373
Responsabilidades	10.842	7.723	4.036	(906)	(17)	(395)	21.283
Cascos	14		455				469
Automóveis	2.264		45	(125)			2.184
Transportes	6.861	2.403	5.396	(611)		(497)	13.552
Riscos financeiros	13.403	1.888	9.662	(1.896)		(1.346)	21.711
Crédito			349			(1)	348
Pessoas	1.149	53	24	(107)		(1)	1.118
Rural	6.667	36.183	416	(1.805)		(70)	41.391
Marítimo	4.998	468	2.277	(438)	(12)	(72)	7.221
Aeronáutico	23.986	777	2.727	(1.825)	(34)	(75)	25.556
Outros	25.320	5.783		(1.887)	(2.940)		26.276
	511.638	**67.414**	**85.903**	**(46.668)**	**(3.100)**	**(7.332)**	**607.855**

8.2.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado						
	2015						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	511.638	67.414	85.903	(46.668)	(3.100)	(7.332)	607.855
Diferimento pelo risco	(1.197.174)	(288.017)	(43.974)	112.648	39.507	4.655	(1.372.355)
Constituição	1.307.470	267.224	56.924	(102.181)	(43.317)	(5.557)	1.480.563
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**621.934**	**46.621**	**98.853**	**(36.201)**	**(6.910)**	**(8.234)**	**716.063**

	2014						
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	558.419	163.998	42.880	(56.410)	(17.367)	(4.957)	686.563
Diferimento pelo risco	(819.060)	(159.203)	(8.001)	39.964	17.854	4.058	(924.388)
Constituição	772.279	62.619	51.024	(30.222)	(3.587)	(6.433)	845.680
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**511.638**	**67.414**	**85.903**	**(46.668)**	**(3.100)**	**(7.332)**	**607.855**

8.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e a provisão de despesas relacionadas, constituem coberturas das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Patrimonial	10.018	15.249
Riscos especiais	1.271	1.717
Responsabilidades	4.290	4.796
Cascos	3.486	832
Automóveis	49	18
Transportes	233	628
Riscos financeiros	95	66
Crédito	4	1
Pessoas	78	122
Habitacional	1	12
Rural	24	127
Marítimo	121	68
Aeronáutico	761	9.884
	20.431	**33.520**

9 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Valores a receber de shopping centers	6.487	6.730	6.487	6.730
Valores a receber de acordos judiciais(**)	3.108	5.642	3.108	5.642
Valores a receber - despesas médicas/INSS/aposentados	457	799	457	799
Adiantamento a funcionários	428	372	428	372
Outros	573	1.034	1.833	2.528
Total circulante	**11.053**	**14.577**	**12.313**	**16.071**
Não circulante				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	15.686	14.426	15.686	14.426
Valores a receber de acordos judiciais (**)	12.432	14.611	12.432	14.611
Total não circulante	**28.118**	**29.037**	**28.118**	**29.037**
	39.171	**43.614**	**40.431**	**45.108**

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta da ação relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA.

(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10 Créditos tributários e previdenciários

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	126.244	62.400
Imposto de renda retido na fonte	4.848	16.858
Impostos a compensar/recuperar		18.249
	131.092	**97.507**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	206.190	249.992
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (**)	480.691	376.178
	686.881	**626.170**
	817.972	**723.677**

(*) Refere-se principalmente a pagamentos a maior referentes a PIS (R$ 53.733) e Cofins (R$ 249.574), oriundos da ação de alargamento de base, cujo o trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013 (Nota 21.3.4). Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. Estes créditos têm sido utilizados pela Companhia a fim de liquidar os débitos mensais dos tributos diretos (PIS e COFINS). Durante o exercício foram compensados R$ 43.409.

(**) A Medida Provisória nº 675 de de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota de Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1o de setembro de 2015.

10.1.1 Créditos tributários sobre diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Créditos tributários diferenças temporárias				
Provisões trabalhistas (a)	313.815	313.815	392.661	392.661
Provisão para desvalorização do investimento (b)	242.790	242.790	188.587	188.587
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	302.154	302.154	251.930	251.930
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d)	162.694	162.694	166.657	166.657
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	161.709	161.709	39.387	39.387
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(22.390)	(22.390)	(63.838)	(63.838)
Provisão para contingências trabalhistas (d)	48.187	48.187	48.078	48.078
Ajuste a valor de mercado - investimento	(47.234)	(47.234)	(14.921)	(14.921)
Provisão para contingências fiscais/trabalhistas - passivo	(108.491)	(108.491)	(79.289)	(79.289)
Outras provisões	14.968	14.968	11.193	11.193
Base de calculo	**1.068.203**	**1.068.203**	**940.445**	**940.445**
Alíquota	25%	20%	25%	15%
Crédito tributário diferenças temporárias	**267.051**	**213.640**	**235.111**	**141.067**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 20%, respectivamente.

(a) A consumação do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas e considera as expectativas da administração quanto à realização do ativo.

(b) Referem-se às provisões para perda das aplicações financeiras "*Brazilian Bonds*", "BB *Securities*" e "Banco Econômico". A primeira encontra-se em default, a segunda tem a previsão de ultrapassar 20 anos para a sua realização e a aplicação do Banco Econômico encontra-se em litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

11 Imóveis destinados à renda

	Controladora			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 2014	16.489	672	169.395	186.556
Aquisição			2.166	2.166
Em 31 de dezembro 2015	**16.489**	**672**	**171.561**	**188.722**
Depreciação acumulada				
Saldo em 2014		(672)	(10.364)	(11.036)
Depreciação			(3.255)	(3.255)
Em 31 de dezembro 2015		**(672)**	**(13.619)**	**(14.291)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**		**157.942**	**174.431**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 2013	16.489	672	161.645	178.806
Aquisição			7.750	7.750
Em 31 de dezembro de 2014	**16.489**	**672**	**169.395**	**186.556**
Depreciação acumulada				
Saldo em 2013		(672)	(7.260)	(7.932)
Depreciação			(3.104)	(3.104)
Em 31 de dezembro de 2014		**(672)**	**(10.364)**	**(11.036)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**		**159.031**	**175.520**

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 2014	16.489	672	169.395	186.556
Aquisição			101.297	101.297
Em 31 de dezembro 2015	**16.489**	**672**	**270.692**	**287.853**
Depreciação acumulada				
Saldo em 2014		(672)	(10.364)	(11.036)
Depreciação			(3.255)	(3.255)
Em 31 de dezembro 2015		**(672)**	**(13.619)**	**(14.291)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**	**-**	**257.073**	**273.562**
Custo imóveis de renda bruto				
Saldo em 2013	16.489	672	161.645	178.806
Aquisição			7.750	7.750
Em 31 de dezembro de 2014	**16.489**	**672**	**169.395**	**186.556**
Depreciação acumulada				
Saldo em 2013		(672)	(7.260)	(7.932)
Depreciação			(3.104)	(3.104)
Em 31 de dezembro de 2014		**(672)**	**(10.364)**	**(11.036)**
Saldo contábil, líquido	**16.489**	**-**	**159.031**	**175.520**

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação da Companhia e respectivas benfeitorias realizadas pelo IRB no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

		Benfeitorias realizadas	
		2015	2014
	Investimento Percentual	Benfeitoria realizadas	Benfeitoria realizadas
Park Shopping - Brasília	20%	1.352	458
Esplanada - Sorocaba	12%	292	366
Praia de Belas - Porto Alegre	15%	1.411	2.293
Minas Shopping - Belo Horizonte	19%	269	3.123
Shopping Barra - Salvador	20%	328	1.510
Saldo contábil das benfeitorias em shopping center ativos		**3.652**	**7.750**
Devolução de benfeitorias			
Park Shopping - Brasília		(1.486)	
Saldo contábil líquido das benfeitorias em shopping center ativos		**2.166**	**7.750**

Os investimentos em shopping Center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável, cujo valor de mercado está avaliado em R$ 557.257.

Abaixo o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pela Companhia nos seguintes exercícios :

	2015	2014
Até um ano	35.997	37.067
Entre um e cinco anos	131.183	147.269
Acima de cinco anos	153.488	179.355
Total	320.668	363.691

12 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Controladora Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.141	40.309	3.667	7.469	78	603	74.267
Adições	150	5.678	302	649	3.504	265	10.548
Baixas		(1.891)	(429)	(261)		(239)	(2.820)
Transferências	1.576			652	(2.228)		-
Em 31 de dezembro de 2015	**23.867**	**44.096**	**3.540**	**8.509**	**1.354**	**629**	**81.995**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.221)	(25.633)	(765)	(4.733)		(35)	(41.387)
Depreciação	(630)	(5.656)	(664)	(471)		(124)	(7.545)
Baixas		2.137	421	239		45	2.842
Em 31 de dezembro de 2015	**(10.851)**	**(29.152)**	**(1.008)**	**(4.965)**	**-**	**(114)**	**(46.090)**
Saldos contábeis, líquidos	**13.016**	**14.944**	**2.532**	**3.544**	**1.354**	**515**	**35.905**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.998	38.726	572	7.048	2.389		70.733
Adições	143	2.522	3.080	550	423	603	7.321
Transferências		2.509	15	238	(2.734)		28
Baixas		(3.448)		(367)			(3.815)
Em 31 de dezembro de 2014	**22.141**	**40.309**	**3.667**	**7.469**	**78**	**603**	**74.267**
Depreciação acumulada							
Saldo 31 de dezembro de 2013	(9.600)	(24.027)	(457)	(4.540)			(38.624)
Depreciação	(621)	(5.054)	(308)	(547)		(35)	(6.565)
Baixas		3.448		354			3.802
Em 31 de dezembro de 2014	**(10.221)**	**(25.633)**	**(765)**	**(4.733)**	**-**	**(35)**	**(41.387)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.920**	**14.676**	**2.902**	**2.736**	**78**	**568**	**32.880**

	Consolidado						
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.141	40.309	3.667	7.661	78	603	74.459
Adições	150	5.678	302	649	3.504	265	10.548
Baixas		(1.891)	(429)	(377)		(239)	(2.936)
Transferências	1.576			652	(2.228)		
Em 31 de dezembro de 2015	**23.867**	**44.096**	**3.540**	**8.585**	**1.354**	**629**	**82.071**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.221)	(25.633)	(765)	(4.906)	-	(35)	(41.560)
Depreciação	(630)	(5.656)	(664)	(497)		(124)	(7.571)
Baixas		2.137	421	378		45	2.981
Em 31 de dezembro de 2015	**(10.851)**	**(29.152)**	**(1.008)**	**(5.025)**	**-**	**(114)**	**(46.150)**
Saldos contábeis, líquidos	**13.016**	**14.944**	**2.532**	**3.560**	**1.354**	**515**	**35.921**
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.998	38.726	572	7.217	2.389		70.902
Adições	143	2.522	3.080	582	423	603	7.353
Transferências		2.509	15	229	(2.734)		19
Baixas		(3.448)		(367)			(3.815)
Em 31 de dezembro de 2014	**22.141**	**40.309**	**3.667**	**7.661**	**78**	**603**	**74.459**
Depreciação acumulada							
Saldo 31 de dezembro de 2013	(9.600)	(24.027)	(457)	(4.664)			(38.748)
Depreciação	(621)	(5.054)	(308)	(596)		(35)	(6.614)
Baixas		3.448		354			3.802
Em 31 de dezembro de 2014	**(10.221)**	**(25.633)**	**(765)**	**(4.906)**	**-**	**(35)**	**(41.560)**
Saldos contábeis, líquidos	**11.920**	**14.676**	**2.902**	**2.755**	**78**	**568**	**32.899**

13 Intangível

	Controladora e Consolidado		
	Custo com desenvolvimento de Software	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	85.694	1.439	87.133
Adições	15.226	7.237	22.463
Transferências	6.410	(6.410)	0
Em 31 de dezembro de 2015	**107.330**	**2.266**	**109.596**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(29.951)		(29.951)
Amortização	(16.288)		(16.288)
Em 31 de dezembro de 2015	**(46.239)**	**-**	**(46.239)**
Saldo contábil, líquido	**61.091**	**2.266**	**63.357**
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.832	25.383	58.215
Adições	21.007	7.952	28.959
Transferências	31.855	(31.896)	(41)
Em 31 de dezembro de 2014	**85.694**	**1.439**	**87.133**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(18.737)		(18.737)
Amortização	(11.214)		(11.214)
Em 31 de dezembro de 2014	**(29.951)**	**-**	**(29.951)**
Saldo contábil, líquido	**55.743**	**1.439**	**57.182**

14 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego

14.1 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores	7.457	5.165	7.457	5.165
Dividendos	34.155	30.739	34.155	30.739
Juros sobre capital próprio	2.643	1.657	2.643	1.657
Participações nos lucros	23.310	44.878	23.310	44.878
Outros	12.382	779	13.707	1.865
	79.947	**83.218**	**81.272**	**84.304**
Circulante	**79.637**	**82.997**	**81.272**	**84.083**
Não circulante	**310**	**221**	**310**	**221**

14.2 Provisão para benefícios pós-emprego

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
Benefício - pós emprego - Aposentadoria (i)	170.443	147.905
Benefício - pós emprego - Plano Médico (ii)	191.707	225.798
Benefício - pós emprego - Seguro de vida (iii)	969	1.348
Benefício - pós emprego - Auxílio funeral (iv)	1.360	1.733
	364.479	**376.784**
Circulante	**35.582**	**33.717**
Não circulante	**328.897**	**343.067**
	364.479	**376.784**

(i) Benefício pós-emprego - Aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - Assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médico (ambulatorial), cirúrgico (internação), obstetrício e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos. Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica)) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,25% a 2% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - Seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.384,38 para funeral simples, R$ 1.630,36 para cremação e R$ 2.739,07 para funeral com cremação.

15 Provisões para impostos e contribuições

	Controladora e Consolidado	
	2015	**2014**
CSLL a pagar	9.479	3.821
PIS/COFINS a pagar	4.792	
Total	**14.271**	**3.821**

16 Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

16.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Operações com seguradoras	156.082	53.943	156.082	53.943
Operações com resseguradoras	676.759	589.805	676.759	590.022
Corretores de resseguros, retrocessões e outros	52.500	39.245	52.521	39.259
Outros débitos operacionais (*)	139.646	172.127	139.948	172.127
	1.024.987	**855.120**	**1.025.310**	**855.351**

(*) Referem-se a débitos da Companhia decorrentes de operações realizadas junto a Fundos e Consórcios.

16.2 Movimentação

16.2.1 Operação com seguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	908	52.861	174	53.943
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(342)			(342)
Sinistro de resseguro a pagar		1.890.438		1.890.438
Sinistro de resseguro pagos		(1.792.016)		(1.792.016)
Outros a pagar			103	103
Outros pagos			(97)	(97)
Variação cambial	185	3.854	14	4.053
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**751**	**155.137**	**194**	**156.082**

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202.647	114.652	18.964	336.263
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	33			33
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(201.926)			(201.926)
Sinistro de resseguro a pagar		1.956.954		1.956.954
Sinistro de resseguro pagos		(2.018.921)		(2.018.921)
Outros a pagar			14.045	14.045
Outros pagos			(32.866)	(32.866)
Variação cambial	154	176	31	361
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**908**	**52.861**	**174**	**53.943**

16.2.2 Operação com resseguradoras

				Controladora
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	606.011	(16.409)	203	589.805
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.236.915	-	-	1.236.915
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.224.317)	-	-	(1.224.317)
Sinistro de resseguro a pagar	-	148.828	-	148.828
Sinistro de resseguro pagos	-	(116.424)	-	(116.424)
Outros a pagar	-	-	47.637	47.637
Outros pagos	-	-	(40.449)	(40.449)
Variação cambial	41.974	(7.324)	114	34.764
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**660.583**	**8.671**	**7.505**	**676.759**

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	766.368	18.589	-	784.957
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.036.753	-	-	1.036.753
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.236.194)	-	-	(1.236.194)
Sinistro de resseguro a pagar	-	205.063	-	205.063
Sinistro de resseguro pagos	-	(235.214)	-	(235.214)
Outros a pagar	-	-	6.375	6.375
Outros pagos	-	-	(6.186)	(6.186)
Variação cambial	39.084	(4.847)	14	34.251
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**606.011**	**(16.409)**	**203**	**589.805**

	Consolidado			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	606.190	(16.372)	204	590.022
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.236.915	-	-	1.236.915
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.224.317)	-	-	(1.224.317)
Sinistro de resseguro a pagar	-	148.828	-	148.828
Sinistro de resseguro pagos	-	(116.424)	-	(116.424)
Outros a pagar	-	-	47.739	47.739
Outros pagos	-	-	(40.768)	(40.768)
Variação cambial	41.974	(7.324)	114	34.764
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**660.762**	**8.708**	**7.289**	**676.759**

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	766.547	18.615	1	785.163
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	1.036.753	-	-	1.036.753
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.236.194)	-	-	(1.236.194)
Sinistro de resseguro a pagar	-	205.074	-	205.074
Sinistro de resseguro pagos	-	(235.214)	-	(235.214)
Outros a pagar	-	-	6.375	6.375
Outros pagos	-	-	(6.186)	(6.186)
Variação cambial	39.084	(4.847)	14	34.251
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**606.190**	**(16.372)**	**204**	**590.022**

17 Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Até 30 dias	30.676	43.868
31 a 60 dias	2.770	-
61 a 90 dias	3.985	-
91 a 120 dias	993	-
Acima de 120 dias	7.534	15.591
	45.958	**59.459**

18 Provisões técnicas

18.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

Controladora e Consolidado

2015

	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	514.625	73.781	58.730	(37.788)	(14.602)	(5.859)	588.887
Riscos especiais	291.668	1.432	54.832	(28.621)	(2)	(4.479)	314.830
Responsabilidades	39.436	7.268	6.481	(4.696)	(1.007)	(843)	46.639
Cascos	672	-	-	(25)	-	-	647
Automóveis	6.228	5.697	315	(1.888)	(1.142)	(87)	9.123
Transportes	47.133	8.084	17.706	(5.620)	(1.425)	(1.991)	63.887
Riscos financeiros	110.831	42.029	15.343	(33.045)	(17.488)	(4.935)	112.735
Pessoas	25.276	2.711	169	(1.127)	(177)	(12)	26.840
Habitacional	2.529	6.498	33	(181)	(1.753)	(6)	7.120
Rural	182.267	73.584	3.767	(44.019)	(17.788)	(903)	196.908
Marítimos	35.793	2.879	16.580	(3.408)	(559)	(1.275)	50.010
Aeronáuticos	57.855	10.476	22.497	(3.901)	(1.694)	(1.839)	83.394
Outros	269.537	154.643	-	(49.276)	(37.725)	-	337.179
	1.583.850	**389.082**	**196.453**	**(213.595)**	**(95.362)**	**(22.229)**	**1.838.199**

Controladora e Consolidado

2014

	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			Total
Grupo de Ramos	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Patrimonial	498.619	62.563	77.163	(36.014)	(14.223)	(4.854)	583.254
Riscos especiais	275.306	62	51.026	(30.323)	(9)	(4.820)	291.242
Responsabilidades	26.567	11.443	6.904	(2.622)	(2.366)	(494)	39.432
Cascos	736		627	(37)		(13)	1.313
Automóveis	5.878	8.835	397	(1.054)	(3.585)	(70)	10.401
Transportes	37.241	11.835	14.158	(5.169)	(2.918)	(1.301)	53.846
Riscos financeiros	70.846	50.920	19.209	(15.845)	(20.030)	(3.499)	101.601
Crédito			564			(53)	511
Pessoas	11.931	3.950	112	(298)	(145)	(1)	15.549
Habitacional	2.155	530	34	(208)	(125)	(5)	2.381
Rural	87.967	181.865	1.807	(20.074)	(44.013)	(296)	207.256
Marítimos	32.812	2.866	9.396	(2.273)	(190)	(610)	42.001
Aeronáuticos	54.056	3.577	12.800	(3.944)	(778)	(808)	64.903
Outros	127.217	48.942		(17.778)	(15.279)		143.102
	1.231.331	**387.388**	**194.197**	**(135.639)**	**(103.661)**	**(16.824)**	**1.556.792**

18.1.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2015					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.231.331	387.388	194.197	(135.639)	(103.661)	(16.824)
Diferimento pelo risco	(460.731)	(410.551)	(73.441)	64.240	82.705	9.446
Constituição	813.250	412.245	75.697	(142.196)	(74.406)	(14.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.583.850**	**389.082**	**196.453**	**(213.595)**	**(95.362)**	**(22.229)**

	31 de dezembro de 2014					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.227.125	618.428	175.223	(147.302)	(152.112)	(8.019)
Diferimento pelo risco	(43.485)	(429.518)	(149.589)	209.193	103.293	20.701
Constituição	47.691	198.478	168.563	(197.530)	(54.842)	(29.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**1.231.331**	**387.388**	**194.197**	**(135.639)**	**(103.661)**	**(16.824)**

18.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	2015			
	Controladora		Consolidado	
Grupo de Ramos	Sinistros a liquidar Resseguro	Sinistros ocorridos mas não avisados Resseguro	Sinistros a liquidar Resseguro	Sinistros ocorridos mas não avisados Resseguro
Patrimonial	2.383.512	371.298	2.383.512	371.298
Riscos especiais	297.889	31.188	297.889	31.188
Responsabilidades	597.774	30.712	597.774	30.712
Cascos	610.430	57.413	610.430	57.413
Automóveis	200.367	40.720	200.367	40.720
Transportes	293.830	55.195	293.830	55.195
Riscos financeiros	350.056	233.104	350.056	233.104
Crédito	27.360	10.114	27.360	10.114
Pessoas	133.178	35.596	133.178	35.596
Habitacional	25.452	18.488	25.452	18.488
Rural	136.439	108.108	136.439	108.108
Marítimo	99.121	26.515	99.121	26.515
Aeronáutico	214.195	39.231	214.195	39.231
Run-off (Londres) (*)	119.299	98.361	119.299	98.361
Outros	433.411	109.857	434.432	153.599
	5.922.313	**1.265.900**	**5.923.334**	**1.309.642**

	2014			
	Controladora		Consolidado	
Grupo de Ramos	Sinistros a liquidar Resseguro	Sinistros ocorridos mas não avisados Resseguro	Sinistros a liquidar Resseguro	Sinistros ocorridos mas não avisados Resseguro
Patrimonial	2.272.953	194.574	2.272.953	194.574
Riscos especiais	154.395	3.331	154.395	3.331
Responsabilidades	538.414	30.790	538.414	30.790
Cascos	580.790	15.445	580.790	15.445
Automóveis	188.263	42.695	188.263	42.695
Transportes	264.356	46.551	264.356	46.551
Riscos financeiros	490.706	111.736	490.706	111.736
Crédito	32.676	7.100	32.676	7.100
Pessoas	119.725	27.419	119.725	27.419
Habitacional	25.535	12.768	25.535	12.768
Rural	92.661	131.480	92.661	131.480
Marítimo	87.164	8.208	87.164	8.208
Aeronáutico	155.243	7.333	155.243	7.333
Run-off (Londres) (*)	90.867	81.339	90.867	81.339
Outros	287.444	75.520	289.629	75.746
	5.381.192	**796.289**	**5.383.377**	**796.515**

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro. Dessa forma, os valores finais podem variar significativamente, para mais ou para menos, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes.

18.2.1 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2015			
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.381.192	796.289	5.383.377	796.515
Liquidação de sinistros	(331.930)	(88.404)	(333.094)	(88.404)
Constituição de provisão de sinistros	873.051	558.015	873.051	601.531
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**5.922.313**	**1.265.900**	**5.923.334**	**1.309.642**

	Controladora		Consolidado	
	2014			
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.880.918	647.204	4.882.406	647.410
Liquidação de sinistros	(672.728)	(577.378)	(672.729)	(577.378)
Constituição de provisão de sinistros	1.173.002	726.463	1.173.700	726.483
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**5.381.192**	**796.289**	**5.383.377**	**796.515**

18.3 Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro 2015 e 2014, a rubrica Sinistros a Liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

	Controladora e Consolidado					
	2015					
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	796	463.013	44%	203.726	(98.363)	105.363
Possível	675	595.716	29%	172.757	(83.411)	89.347
Remota	240	1.023.748	6%	61.425	(29.657)	31.768
	1.711	**2.082.477**		**437.908**	**(211.431)**	**226.477**

	Controladora e Consolidado					
	2014					
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	869	407.248	44%	179.189	(84.462)	94.727
Possível	729	442.120	34%	150.321	(70.855)	79.466
Remota	265	546.433	10%	54.643	(25.757)	28.886
	1.863	**1.395.801**		**384.153**	**(181.074)**	**203.079**

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

18.3.1 *Aging* de sinistros judiciais

	Controladora e Consolidado		
Aging	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 121 a 180 dias	21.547	(19.923)	1.624
De 181 a 365 dias	109	-	109
Acima de 365 dias	416.252	(191.508)	224.744
	437.908	**(211.431)**	**226.477**

18.4 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

	Controladora e Consolidado	
Grupo de Ramos	2015	2014
Patrimonial	17.352	24.895
Riscos especiais	1.728	3.644
Responsabilidades	11.757	12.957
Cascos	4.216	958
Automóveis	1.096	436
Transportes	658	1.808
Riscos financeiros	14.739	11.758
Crédito	42	483
Pessoas	7.462	20.654
Habitacional	1.247	3.492
Rural	750	305
Marítimo	719	228
Aeronáutico	1.300	11.529
Outros	1.408	915
	64.474	**94.062**

19 Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisões Técnicas de Resseguros	9.090.886	7.828.335	9.135.649	7.830.746
(-) Ativos de retrocessão redutores (*)	3.583.210	3.254.319	3.625.035	3.254.319
(-) Direitos creditórios (*)	512.833	361.889	512.833	361.889
Montante a ser garantido	4.994.843	4.212.127	4.997.781	4.214.538
Ativos dados em garantia:				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	529.885	695.239	529.885	695.239
Quotas de fundos de investimentos	27.661	-	27.661	-
Letras financeiras do tesouro	2.519.054	3.295.031	2.519.054	3.295.031
Letras financeiras	224.661	-	224.661	-
Notas do tesouro nacional	590.585	417.910	590.585	417.910
Letras do Tesouro Nacional	1.127.106	355.589	1.127.106	355.589
Títulos da dívida soberana	360.923	150.479	360.923	150.479
Debentures	409	-	409	-
Time deposit	-	130.451	-	130.451
Total de ativos	**5.380.285**	**5.044.699**	**5.380.285**	**5.044.699**

(*)Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas (redutores)", referentes à parcela de retrocessão de risco.

20 Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas (acionistas) em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir.

	Controladora e Consolidado					
	2015		2014		2015	2014
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora						
Prêmios	746.155	160.614	295.936	2.779	1.773.206	542.450
Indenizações e despesas com sinistros	29.520	79.912	34.035	21.538	(728.600)	(197.735)
Comissões		96.749		19.893	(345.360)	(85.334)
Outros		10.108	870	6.695	(14.559)	(1.473)
	775.675	**347.383**	**330.841**	**50.905**	**684.687**	**257.908**

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	Contas a pagar	Resultado
Remuneração a curto prazo a administradores	**11.812**	**15.270**
Benefícios pós-emprego		**382**
Em 31 de dezembro de 2015	**11.812**	**15.652**
Em 31 de dezembro de 2014	**6.049**	**5.504**

21 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	2015		
	Depósitos judiciais e fiscais	Passivo contingente	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	6.709	6.709	
PIS	3.444	3.445	
Contribuição social	369.247		353.107
Imposto de renda	1.447	55.899	
ISS	986		
Previdenciárias			
INSS	43.746		
FGTS	1.155		
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	29.970	48.184	
Ações cíveis	17.338	2.195	
Honorários		3.752	
Não circulante	**474.042**	**120.184**	**353.107**

	Controladora e Consolidado		
	2014		
	Depósitos judiciais e fiscais	Passivo contingente	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	6.021	6.021	
PIS	3.091	3.091	
Contribuição social	303.005		286.867
Imposto de renda	1.299	53.597	
ISS	914		
Previdenciárias			
INSS	40.296	40.296	
FGTS	1.127		
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	42.025	47.914	
Ações cíveis	20.576	1.900	
Honorários		3.751	
Não circulante	**418.354**	**156.570**	**286.867**

21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	Controladora e Consolidado		
	2015		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo (*)
Fiscal			
Provável	2	407.561	407.561
Possível	14	194.543	11.600
Remota	1	200	
	17	**602.304**	**419.161**
Previdenciário			
Possível	10	64.815	-
Remota	2	18.578	-
	12	**83.393**	**-**
Trabalhista e cível			
Provável	79	50.379	50.379
Possível	83	34.701	3.751
Remota	22	7.786	0
	184	**92.866**	**54.130**

	Controladora e Consolidado		
	2014		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo (*)
Fiscal			
Provável	1	52.299	52.299
Possível	15	550.506	297.277
Remota	1	200	
	17	**603.005**	**349.576**
Previdenciário			
Possível	10	61.309	40.296
Remota	2	18.516	
	12	**79.825**	**40.296**
Trabalhista e cível			
Provável	90	53.565	53.565
Possível	95	20.687	
Remota	30	4.825	
	215	**79.077**	**53.565**

(*) O montante de R$ 353.107 (R$ 286.867 em 2014) está registrado como contas a pagar - provisão para impostos e contribuições e o montante de R$ 120.184 (R$ 156.570 em 2014) está regisgrado na rubrica passivo contingente sendo, R$ 66.054 relacionados a riscos fiscais (R$ 62.709 em 2014) e R$ 54.130 relacionados a riscos trabalhistas/cíveis (R$ 53.565 em 2014), vide nota explicativa 21.

As provisões contabilizadas na rubrica “Obrigações Fiscais” tratam-se de obrigações legais da Companhia que atuamente estão sob discussão judicial e, dessa forma, a liquidação das mesmas depende de decisões judiciais ainda não transitadas em julgado. Para essas obrigações legais, a Companhia provisiona 100% dos valores em risco, independente da classificação de perda pelos escritórios jurídicos patrocinadores das causas.

As provisões contabilizadas na rubrica “Outros Passivos Contingentes” tratam-se de questões de matérias interpretativas que se enquadram no conceito de passivo contingente de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e, dessa forma, a contabilização dos valores em risco somente são realizadas para as causas classificadas como risco provável. Para as causas de risco possível, a referida norma exige somente a divulgação em notas explicativas. Para as causas de risco remoto, não há necessidade de divulgação.

21.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

Controladora e Consolidado

	2014	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2015
Fiscais					
COFINS (Nota 21.3.2)	6.021		688		6.709
PIS (Nota 21.3.2)	3.091		354		3.445
Contribuição Social (Nota 21.3.5)	286.867	33.977	32.264		353.108
Imposto de Renda (Nota 21.3.2)	53.597		2.302		55.899
Previdenciárias					
INSS (21.3.1)	40.296		2.533	(42.829)	
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (21.3.3)	47.914	29.862	3.132	(32.725)	48.184
Cíveis	1.900	19	276		2.195
Honorários	3.751				3.751
	443.437	**63.858**	**41.549**	**(75.554)**	**473.291**

	2013	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2014
Fiscais					
COFINS (Nota 21.3.2)	13.081	5.574	447	(13.081)	6.021
PIS (Nota 21.3.2)	2.934	2.861	230	(2.934)	3.091
Contribuição Social (Nota 21.3.5)	213.404	52.396	21.067		286.867
Contribuição Social (Nota 21.3.5)	3.286			(3.286)	
Imposto de Renda (Nota 21.3.2)	50.355	1.202	2.040		53.597
IPTU	2.949			(2.949)	
Previdenciárias					
INSS (21.3.1)	37.436		2.860		40.296
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (21.3.3)	44.096	3.818			47.914
Cíveis		1.900			1.900
Honorários	2.725	1.033		(7)	3.751
	370.266	**68.784**	**26.644**	**(22.257)**	**443.437**

21.3 Ações fiscais

21.3.1 INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades. O montante questionado e atualizado tange R$ 43.746 relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de

encargos legais (R$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R$ 43.746. Considerando que o Recurso Extraordinário interposto pelo IRB Brasil RE se encontra suspenso desde 29 de março de 2010, sem nenhuma movimentação processual, bem como que a probabilidade de perda do referido processo permanece como possível, com base na avaliação do escritório externo, e na avaliação de baixa probabilidade de perda evidenciada pelos fatos e pelos andamentos processuais, a Companhia entende que, não há a obrigatoriedade de manutenção da provisão constituída, inclusive, que tais depósitos não foram efetuados por ordem judicial, mas somente para a emissão de certidão previdenciária do IRB Brasil RE à época.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

21.3.2 Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a dezembro de 1991, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação desses créditos tributários com débitos vincendos de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os citados pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamentos de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório para os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas.

Nesse sentido, diante da decisão definitiva na esfera administrativa em fevereiro de 2014, reconhecendo parte dos referidos créditos fiscais, a Companhia procedeu a reversão da provisão contábil constituída com o referido Processo Administrativo, que se encontrava no valor aproximado de R$ 19.000, para R$ 9.000, com efeito positivo no resultado do IRB Brasil RE. Em seguida, a Companhia ajuizou, em março de 2014, ação para pleitear judicialmente a parcela do valor dos créditos que não foram reconhecidos pela Receita Federal do Brasil. Desta forma, a companhia optou por realizar em 28 de março de 2014, depósitos judiciais das quantias cobradas por meio dos aludidos débitos, para suspensão da exigibilidade dos mesmos, nos valores de R$ 6.021 para COFINS e R$ 3.091 para PIS. Os referidos depósitos, atualizados até dezembro de 2015, somam R$ 6.709 e R$ 3.445, respectivamente estando este montante totalmente provisionado.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de 2007, notificação para pagamento do valor de R$ 33.836 tendo impetrado Mandado de Segurança, obtendo a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos fiscais até que se tenha decisão definitiva na esfera administrativa. Atualmente a Companhia aguarda julgamento final por parte da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O valor provisionado atualmente de Imposto de Renda é de R$ 55.899.

Os consultores jurídicos externos da Companhia classificam como provável a expectativa de perda da demanda referente ao FINSOCIAL, e como possível a expectativa de perda da ação judicial relacionada ao ILL.

21.3.3 Ações trabalhistas/Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhistas ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais. A administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R$ 50.379 e classificam as chances de perda nesses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis totalizam R$ 3.751.

Tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ ação civil pública proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais. Frustradas as tentativas de acordo entre as partes, o Juízo decidiu em audiência realizada, em 14 de outubro de 2014, pela suspensão do processo, enquanto se aguarda o trânsito em julgado dos processos referentes às Ações de Consignação em Pagamento e Declaratória, ambas em curso perante a 25ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, tendo em vista a discussão existente acerca da ausência de registro sindical do SINTRES perante o Ministério do Trabalho. O valor total envolvido totaliza R$ 12.500 e os assessores jurídicos da Companhia classificam essa ação como perda possível.

Em 25 de novembro de 2014, foi proferido despacho mantendo a suspensão do feito e determinando a intimação do Ministério Público do Trabalho - MPT para que se manifeste quanto ao seu possível ingresso no feito, a fim de viabilizar o prosseguimento da ação. Atualmente, portanto, aguarda-se a manifestação do MPT.

21.3.4 PIS/PASEP e COFINS

Trata-se de ação em que a Companhia pretendia o reconhecimento da inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, relativo ao alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS, envolvendo um valor de crédito fiscal a ser compensado pelo IRB Brasil RE, da ordem de R$ 272.213, valor original, relativo ao período de maio de 2001 a maio de 2006 (data de ajuizamento da ação). A presente ação foi distribuída em 1° de junho de 2006 originalmente para a 6ª Vara Federal/RJ.

A ação transitou em julgado em 29 de outubro de 2013. Com o reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o PIS e a COFINS devem incidir apenas sobre as receitas operacionais. Considerando que a Companhia vinha calculando e recolhendo, mensalmente, aos cofres públicos, até maio de 2009, tais contribuições com base em sua receita bruta, incluindo, consequentemente, as receitas não operacionais, tais como receitas financeiras e de aluguel, a Companhia, com o trânsito em julgado formal da referida ação judicial, teve direito a um crédito fiscal na ordem de R$ 509.234, correspondente aos valores de PIS e COFINS pagos a maior no período integral de maio de 2001 a maio de 2009, quando ocorreu a revogação do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, por meio do inciso

XII, do art. 79, da Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009.
Em 19 de dezembro de 2013, a habilitação foi pleiteada pela Companhia junto à Receita Federal, tendo sido o referido pedido de habilitação de crédito integralmente deferido pelas autoridades fiscais em fevereiro de 2014 (Comunicado RFB n° 068/2014), uma vez se tratar de crédito fiscal reconhecido por decisão judicial transitada em julgado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu o montante de R$ 223.007 relativo à parcela do PIS e COFINS calculada considerando as receitas sobre as quais não existiam discussões ou incertezas quanto à sua natureza não operacional. A Companhia procedeu, em novembro de 2014, ao registro do saldo remanescente no montante de R$ 312.866, uma vez que todas as partes envolvidas entendem não caber mais qualquer questionamento sobre os referidos créditos fiscais.

21.3.5 Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da MP n° 413/08, convertida na Lei de nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2015, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R$ 369.247 (Nota 21).

22 Provisões trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Provisão para férias e décimo terceiro	7.209	7.637
Provisão para licença prêmio e previdência privada	3	580
	7.212	**8.217**

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 31 de dezembro de 2015, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital votante
Ministério da Fazenda	36.458.237	11,73%
Banco do Brasil	63.726.600	20,51%
Bradesco	63.726.600	20,51%
Itaú	46.605.000	15,00%
FIP - Caixa Barcelona	30.743.700	9,90%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo	49.161.763	15,82%
Outros	20.277.000	6,53%
	310.698.900	**100,00%**

23.2 Ações em tesouraria

Em setembro de 2013 a Companhia adquiriu 1.301.100 (um milhão, trezentos e um mil e cem ações) de sua emissão, que representam R$ 10.531, pertencentes ao então acionista Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP. Em 31 de julho de 2014 a Companhia adquiriu 283.500 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentas ações) de sua emissão, pertencentes ao então acionista Caixa Geral S.A. - Seguradora, que somadas passam a 1.584.600 ações, que representam um total de R$ 12.956. As ações referente a COSESP estão em processo de transferência de titularidade na custódia, estando ainda em nome do referido acionista. Dessa forma, essas ações ainda constam no quadro da composição acionária.

23.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20% do capital social, nos termos da Lei no 6.404 de 16 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base na proposta dos órgãos da administração da Companhia com base em previsão orçamentária, e deliberada pela assembleia-geral para retenção de parcela do lucro líquido do exercício com base no art. 196, parágrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

A Companhia antecipou no exercício remuneração aos acionistas a título de juros sobre capital, no valor de R$ 176.000 à conta de reserva de lucros.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	**(28.788)**	**(35.896)**
Ganho (perda) líquido originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no período	(122.322)	(6.522)
Realização ganho originados da venda de ativos financeiros disponíveis para venda no período	-	193
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	(23)	95
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	12.077	15.876
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas	(1.465)	(985)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	57.014	2.531
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(5.435)	(6.350)
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	8.537	2.270
Saldo no final do exercício	**(80.405)**	**(28.788)**

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

23.5 Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	763.718	601.542
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	310.698.900	310.698.900
Lucro por ação	**2,46**	**1,94**

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

23.6 Dividendos e juros sobre capital próprio

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	763.718	601.542
* Constituição de reserva legal (5%)	(6.947)	(30.077)
Base de cálculo dos dividendos	**756.771**	**571.465**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(189.194)	(142.866)
Dividendo adicional proposto a pagar	(454.062)	(285.733)
	(643.256)	**(428.599)**
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	**85%**	**75%**
(-) Juros sobre capital próprio a ser considerado nos dividendos	**159.487**	**115.964**
Bruto	176.000	127.970
Imposto de Renda	(16.513)	(12.006)
Dividendo mínimo obrigatório a pagar		
2014 (R$ 0,09 para ações ON e Golden Share)	-	26.903
Dividendo mínimo obrigatório a pagar		
2015 (R$ 0,10 para ações ON e Golden Share)	29.705	-
Dividendo adicional proposto		
2014 (R$ 0,92 para ações ON e Golden Share)	-	285.733
Dividendo adicional proposto		
2015 (R$ 1,46 para ações ON e Golden Share)	454.062	-
Constituição da Reserva para Reinvestimento	**273.004**	**258.830**

(*) Limitada a 20% do capital social.

24 Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

24.1 Prêmios ganhos - Principais grupos de atuação

	Controladora e Consolidado					
	2015					
	Prêmios Emitidos Bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras Provisões técnicas	Prêmios ganhos
Patrimonial	1.260.082	(96.038)	34.418	1.583	(823)	1.199.222
Riscos Especiais	242.206	1.828	123.234	(18.520)	143	348.891
Responsabilidade	96.593	(7.332)	(3.779)	539	-	86.021
Cascos	2.229	22	1.074	(31)	10	3.304
Automovel	28.431	(5.724)	2.870	(1.592)	58	24.043
Transportes	186.567	(25.369)	4.218	(1.527)	506	164.395
Riscos financeiros	193.944	(67.456)	(18.808)	15.355	(2.153)	120.882
Crédito	(872)	(407)	566	(54)	498	(269)
Pessoas	209.848	(16.832)	(12.107)	871	13.325	195.105
Habitacional	111.154	(23.729)	(6.342)	1.603	2.414	85.100
Rural	687.828	(169.197)	12.022	(1.673)	(438)	528.542
Marítimo	111.177	(7.255)	5.202	1.018	27	110.169
Aeronáutico	162.049	(9.781)	4.866	(359)	38	156.813
Outros	1.045.115	(185.632)	(177.703)	42.116	(3)	723.893
Total	**4.336.351**	**(612.902)**	**(30.269)**	**39.329**	**13.602**	**3.746.111**

	Controladora e Consolidado					
	2014					
	Prêmios Emitidos Bruto	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras Provisões técnicas	Prêmios ganhos
Patrimonial	1.027.901	(86.614)	58.339	(13.177)	3.698	990.147
Riscos Especiais	235.728	(3.415)	47.748	(2.371)	(106)	277.584
Responsabilidade	105.100	(12.086)	49.836	(7.583)	403	135.670
Cascos	2.591	(15)	(1.185)	48	(1)	1.438
Automovel	43.935	(12.293)	2.806	(372)	56	34.132
Transportes	171.389	(28.480)	21.600	(9.614)	(285)	154.610
Riscos financeiros	169.364	(49.198)	307	(2.959)	(3.057)	114.457
Crédito	606	77	(564)	53	(481)	(309)
Pessoas	179.939	(7.274)	(9.125)	438	(4.951)	159.027
Habitacional	60.440	(12.304)	38.412	(4.627)	(2.500)	79.421
Rural	710.761	(172.363)	22.080	(11.673)		548.805
Marítimo	83.401	(3.606)	(3.266)	(323)	77	76.283
Aeronáutico	76.884	(2.871)	13.505	(1.960)	(30)	85.528
Outros	344.462	(62.664)	63.075	(5.745)	(2.864)	336.264
Total	**3.212.501**	**(453.106)**	**303.568**	**(59.865)**	**(10.041)**	**2.993.057**

24.2 Sinistros ocorridos - Principais grupos de atuação

	Controladora 2015			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(735.281)	2.631	(150.649)	(883.299)
Riscos especiais	(114.508)		(25.644)	(140.152)
Responsabilidade	(92.265)	6	6.254	(86.005)
Cascos	170.224	33	(33.592)	136.665
Automóvel	(68.477)	192	2.044	(66.241)
Transportes	(71.478)	14.785	7.393	(49.300)
Riscos financeiros	70.424	11.436	(120.909)	(39.049)
Crédito	5.050	5.408	(2.473)	7.985
Pessoas	(145.615)		(8.161)	(153.776)
Habitacional	(13.839)		(5.717)	(19.556)
Rural	(436.236)	210	23.483	(412.543)
Marítimo	(40.362)	2.426	(16.544)	(54.480)
Aeronáutico	(124.030)	34.910	(29.184)	(118.304)
Outros	(375.361)	2.916	(35.180)	(407.625)
	(1.971.754)	**74.953**	**(388.879)**	**(2.285.680)**

	Consolidado 2015			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(735.281)	2.631	(150.649)	(883.299)
Riscos especiais	(114.508)	-	(25.644)	(140.152)
Responsabilidade	(92.265)	6	6.254	(86.005)
Cascos	170.224	33	(33.592)	136.665
Automóvel	(68.477)	192	2.044	(66.241)
Transportes	(71.478)	14.785	7.393	(49.300)
Riscos financeiros	70.424	11.436	(120.909)	(39.049)
Crédito	5.050	5.408	(2.473)	7.985
Pessoas	(145.615)	-	(8.161)	(153.776)
Habitacional	(13.839)	-	(5.717)	(19.556)
Rural	(436.236)	210	23.483	(412.543)
Marítimo	(40.362)	2.426	(16.544)	(54.480)
Aeronáutico	(124.030)	34.910	(29.184)	(118.304)
Outros	(377.284)	2.916	(35.180)	(409.548)
	(1.973.677)	**74.953**	**(388.879)**	**(2.287.603)**

	Controladora e Consolidado			
	2014			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(1.115.878)	33.637	(78.383)	(1.160.624)
Riscos especiais	(50.277)		1.573	(48.704)
Responsabilidade	(112.323)	2	28.751	(83.570)
Cascos	(36.898)	37	(13.510)	(50.371)
Automóvel	(59.202)	49	(1.388)	(60.541)
Transportes	(91.757)	12.548	286	(78.923)
Riscos financeiros	(21.556)	7.195	(2.799)	(17.160)
Crédito	(8.934)	5.626	(6.163)	(9.471)
Pessoas	(113.040)		(18.051)	(131.091)
Habitacional	(16.671)		(5.583)	(22.254)
Rural	(279.317)	79	(63.048)	(342.286)
Marítimo	(46.572)	858	2.173	(43.541)
Aeronáutico	(46.738)	22	15.867	(30.849)
Outros	(201.845)		24.403	(177.442)
	(2.201.008)	**60.053**	**(115.872)**	**(2.256.827)**

24.3 Custo de aquisição

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Patrimonial	(18.503)	(23.327)
Riscos especiais	(13.874)	(22.367)
Responsabilidades	(3.163)	(2.474)
Cascos	(119)	(93)
Automóvel	(523)	(669)
Transportes	(5.183)	(5.011)
Risco financeiro	(833)	(890)
Pessoas	(2.492)	(1.876)
Habitacional	(244)	(115)
Rural	(424)	(1.003)
Outros	(41.705)	(9.157)
Marítimo	(3.714)	(3.435)
Aeronáutico	(4.653)	(9.131)
	(95.430)	**(79.548)**

24.4 Resultado com retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Receitas com retrocessões	**547.442**	**945.368**
Recuperação de sinistros ocorridos	337.260	915.169
Recuperação de IBNR	210.182	30.199
Despesas com retrocessões	**(1.289.209)**	**(1.046.586)**
Prêmios Cedidos em Retrocessão	(1.345.865)	(1.039.948)
Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão	90.537	129.885
Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido	(52.018)	(154.930)
Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida	18.137	25.973
Variação das provisões técnicas - Outras provisões		(7.566)
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário	**(54.388)**	**(20.884)**
Demais resultados com retrocessão	**3.845**	**4.161**
Total de resultado com retrocessão	**(792.310)**	**(117.941)**

24.5 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(43.418)	(20.894)	(43.418)	(20.894)
Perda referente a baixa de depósitos de terceiros		(4.733)		(4.733)
Recuperação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (*)	71.620	(28.889)	71.620	(28.889)
Reversão (Constituição) de provisão para riscos de crédito	2.301	(47.640)	2.301	(47.640)
Recuperação (perdas) de outras receitas de resseguro	1.242	(101)	1.242	(101)
Despesa com inspeção de riscos	(2.440)		(2.440)	
Indenizações judiciais	(11.636)		(11.636)	
Outras receitas e despesas operacionais	(8.452)	(875)	(5.700)	1.418
	9.217	**(103.132)**	**11.969**	**(100.839)**

(*) Até 2014, o IRB Brasil RE na qualidade de participante do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural possuía uma proteção para o segmento agrícola mediante a participação no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Dessa forma, a Companhia possuía uma obrigação com o referido fundo, referente a assunção de riscos em nome da Resseguradora. Em 2015, a Companhia optou pela proteção diretamente com os seus contratos de retrocessão, deixando de participar do Fundo.

24.6 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal próprio	(127.461)	(169.057)	(127.461)	(170.374)
Provisão de benefícios pós-emprego	(30.184)	(22.072)	(30.184)	(22.072)
Serviços de terceiros	(41.212)	(44.397)	(41.212)	(46.565)
Localização e funcionamento	(36.693)	(30.405)	(36.693)	(30.695)
Publicidade e propaganda	(13.128)	(8.845)	(13.128)	(8.845)
Despesas judiciais	(522)	(2.080)	(522)	(2.080)
Multas	(366)	(627)	(366)	(627)
Outras despesas	(12.220)	(5.682)	(17.039)	(5.997)
	(261.786)	**(283.165)**	**(266.605)**	**(287.255)**

24.7 Despesas com tributos

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
COFINS	(57.419)	(66.269)
PIS/PASEP	(10.400)	(11.633)
Provisões tributárias - Líquidas	(3.344)	9.897
Taxas de fiscalização da SUSEP	(2.021)	(1.380)
Impostos sobre propriedades	(2.347)	
Impostos e Contribuições com filiais no exterior	(25.028)	(1.721)
Outros	(10.459)	(5.735)
Sub-total	**(111.018)**	**(76.841)**
Recuperação COFINS - Alargamento de base (Nota 21.3.4)		128.243
Recuperação PIS - Alargamento de base (Nota 21.3.4)		22.586
	(111.018)	**73.988**

24.8 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Títulos e valores mobiliários	1.035.211	545.134	1.036.520	547.296
Valor justo por meio do resultado	284.219	94.354	284.846	94.354
Disponível para venda	690.524	335.277	691.206	337.439
Mantidos até o vencimento	60.468	115.503	60.468	115.503
Operações de resseguros	(291.048)	(81.797)	(291.048)	(81.797)
Oscilação cambial contas bancárias	20.507	199	20.507	199
Correção monetária e demais encargos financeiros	23.811	162.186	23.811	162.186
Juros	423	132	423	132
Outros	9.210	1.772	9.210	1.772
	798.114	**627.626**	**799.423**	**629.788**

Receitas financeiras

Descrição	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Valorização de quotas de fundos de investimentos	92.469	156.957	92.483	446.003
Títulos de renda fixa - privados	473.908	152.954	473.908	152.954
Títulos de renda fixa - públicos	541.351	405.819	541.351	405.819
Operações de resseguros	693.556	9.360	693.556	9.360
Oscilação cambial contas bancárias	21.047	61.574	21.047	61.574
Correção monetária e demais encargos financeiros	113.899	215.726	113.899	215.726
Juros	1.540	318	1.540	318
Outras	9.371	7.411	9.371	7.411
	1.947.141	**1.010.119**	**1.947.155**	**1.299.165**

Despesas financeiras

Descrição	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(72.517)	(170.596)	(71.222)	(457.480)
Operações de resseguros	(984.604)	(91.157)	(984.604)	(91.157)
Oscilação cambial contas bancárias	(540)	(61.375)	(540)	(61.375)
Correção monetária e demais encargos financeiros	(90.088)	(53.540)	(90.088)	(53.540)
Juros	(1.117)	(186)	(1.117)	(186)
Outras	(161)	(5.639)	(161)	(5.639)
	(1.149.027)	**(382.493)**	**(1.147.732)**	**(669.377)**

24.9 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2015	2014	2015	2014
Receita operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento	43.368	42.447	43.368	42.447
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(5.163)	(4.870)	(5.163)	(4.870)
Reversão (provisão) da redução ao valor recuperável dos ativos	(267)	(509)	(267)	(509)
Equivalência patrimonial	(2.798)	190		
Variação cambial sucursal no exterior		7.141	-	7.141
Provisão para impairment investimento (*)	(23.199)		(23.199)	
Outras receitas patrimoniais	710	1.564	711	1.553
Outras despesas patrimoniais				-
	12.651	**45.963**	**15.450**	**45.762**

(*) A Companhia contabilizou a provisão para *impairment* de 100% de sua participação na IRB International Corporation and Subsidiaries, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2015 totaliza em R$ 23.199, em decorrência da baixa expectativa de realização do ativo líquido a valor de mercardo, conforme laudo preparado por consultotia independente.

24.10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL	1.019.890	1.019.890	900.047	900.047
Alíquotas nominais vigentes	25%	20%	25%	20%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(254.973)	(203.978)	(225.012)	(141.663)
Adições e exclusões permanentes				
JCP	44.000	35.200	(31.993)	(19.196)
Participações no exterior	8.510	6.808	-	-
Remunerações	1.116	893	2.583	1.550
Incentivos fiscais	5.832	(1.726)	(6.978)	1.279
Trabalhista (Pré 68)	(2.804)	390	(1.811)	(1.087)
Seguro Rural	38.095	-	-	-
Demais adições e excluções	2.064	64.400	(3.687)	(2.176)
IR e CS na demonstração do resultado	**(158.159)**	**(98.013)**	**(183.128)**	**(115.377)**
Correntes	(167.046)	(142.058)	(209.199)	(131.020)
Diferidos	8.887	44.045	26.071	15.643

	Consolidado			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL	1.020.008	1.020.008	900.211	900.211
Alíquotas nominais vigentes	25%	20%	25%	15%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(255.002)	(204.002)	(225.053)	(135.032)
Adições e exclusões permanentes				
JCP	44.000	35.200	31.993	19.196
Participações no exterior	8.510	6.808	-	-
Remunerações	1.116	893	(2.583)	(1.550)
Incentivos fiscais	5.832	(1.726)	6.978	(1.279)
Trabalhista (Pré 68)	(2.804)	390	1.811	1.087
Seguro Rural	38.095	-	-	-
Demais adições e exclusões	1.976	64.424	3.562	2.201
IR e CS na demonstração do resultado	**(158.277)**	**(98.013)**	**(183.292)**	**(115.377)**
Correntes	(167.163)	(142.058)	(209.363)	(131.020)
Diferidos	8.887	44.045	26.071	15.643

Lei nº 13.169/2015

Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº. 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	150.046	-	(19.306)	(19.306)	-	130.740
Provisão para desvalorização do investimento	75.435	52.212	(18.391)	33.821	-	109.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.131	35.835	-	35.835	-	135.969
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	66.663	22.341	(16.118)	6.223	-	72.886
Provisão para contingências trabalhistas	19.231	2.453	-	2.453	-	21.684
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	15.755	57.014	-	-	57.014	72.769
Ajuste a valor de mercado - Investimento	3.828	15.019	-	15.019	-	18.847
Ganhos ou perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(25.533)	22.799	(30.648)	(2.414)	(5.435)	(33.382)
Outras provisões	2.337	1.991	-	1.991	-	4.328
Total ativo fiscal diferido	**407.893**	**209.664**	**(84.463)**	**73.622**	**51.579**	**533.097**

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(31.715)	(20.690)	-	(20.690)	-	(52.406)
Total passivo fiscal diferido	**(31.715)**	**(20.690)**		**(20.690)**		**(52.406)**
Total líquido	**376.178**	**188.974**	**(84.463)**	**52.932**	**51.579**	**480.691**

25 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, em 2015, incluindo o plano pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R$ 20.075 (R$ 24.130 em 31 de dezembro de 2014).

A partir do método do crédito unitário projetado, foram realizadas as recentes avaliações atuariais dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos. As avaliações de 2015 foram realizadas pelas atuárias do IRB Brasil RE Debora Pereira Tavares, MIBA 2011 e Fernanda Pinheiro Gomes, MIBA 1894.

Seguem as descrições dos planos patrocinados:

Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia foi de R$ 4.475 (R$ 4.504 em 31 de dezembro de 2014), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários do IRB Brasil RE foi apurado um superávit técnico de R$ 20.645 (R$ 16.816 em 31 de dezembro de 2014) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e plano pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

A despesa total incorrida pela Companhia para plano A foi de R$ 64 (R$ 256 em 31 de dezembro de 2014), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

A despesa total incorrida pela Companhia para o plano pré-68 foi de R$ 15.536 (R$ 19.370 pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial para o plano pré-68, efetuada por atuários do IRB Brasil RE, o saldo provisionado é de R$ 119.778 (R$ 147.906 em 31 de dezembro de 2014), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários do IRB Brasil RE foi apurado um superávit técnico, para o plano A, de R$ 692.912 (R$ 327.577 em 31 de dezembro de 2014) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
Hipóteses econômicas	**31 de dezembro de 2015**	**31 de dezembro de 2014**	**31 de dezembro de 2015**	**31 de dezembro de 2014**
Taxa real de desconto (*)	7,50%	4,00%	7,50%	5,00%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 7,50% a.a.	INPC + 4,00% a.a.	INPC + 7,50% a.a.	INPC + 5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada Plano B: 1,25% até os 60 anos	Plano A: Não adotada Plano B: 1% até os 60 anos	Plano Médico: 1,25% até os 60 Demais Planos: Não se aplica	Plano Médico: 1% até os 60 anos Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência	AT-2000 MALE e FEMALE suavizada em 10%	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE suavizada em 10%	AT-2000 MALE e FEMALE
Tábua de entrada em invalidez	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizado como base a taxa de títulos do títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e o prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2015 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2016, relativos ao plano A, que é o plano de benefício definido patrocinado pelo IRB Brasil RE junto à PREVIRB, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Custo dos serviços correntes	-	168
Custo dos juros	125.006	109.040
Juros sobre os ativos do plano	(225.091)	(137.641)
Valor esperado de contribuições dos empregados	(62)	(2.545)
Receita no final do exercício	**(100.147)**	**(30.978)**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido (Plano A) é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(983.964)	(1.303.641)
Valor justo dos ativos do plano	1.676.876	1.631.218
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**692.912**	**327.577**

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.303.641	1.250.650
Custo dos serviços correntes	168	378
Custo dos juros	109.040	104.706
(Ganho perda atuarial)	(334.234)	37.542
Benefícios pagos	(94.650)	(89.635)
Valor presente das obrigações atuariais	**983.964**	**1.303.641**

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Disponível	116	763
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	1.208.647	1.043.629
Créditos privados e depósitos	380.379	391.842
Ações	26.626	68.539
Fundos de investimentos	92.625	110.636
Investimentos imobiliários	87.747	89.646
Empréstimos e financiamentos	4.707	4.840
	1.800.847	**1.709.132**
Exigível operacional de investimentos		
Créditos privados e depósitos	-	(40)
Investimentos imobiliários	-	(1)
Empréstimos e financiamentos	(91)	(298)
Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e Renda	(5)	(7)
	(96)	**(346)**
Exigível contingencial de investimentos	**(22.509)**	**(2.716)**
Recursos garantidores	**1.778.242**	**1.706.833**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.631.218	1.516.708
Retorno ocorrido nos investimentos	137.641	127.999
Contribuições do empregador	64	256
Contribuições dos participantes do plano	3.282	3.747
Benefícios pagos	(94.650)	(89.635)
Retorno sobre os ativos	678	72.143
Valor justo final dos ativos do plano	**1.676.876**	**1.631.218**

O retorno esperado dos ativos do plano A em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 137.641 (R$ 127.999 em 31 de dezembro de 2014).

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(983.964)	(1.303.641)
Valor justo dos ativos do plano	1.676.876	1.631.218
Superávit	**692.912**	**327.577**

A Companhia espera contribuir com R$ 24 com o plano A de benefício definido durante o próximo exercício.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2015 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2016, relativos ao Plano Pré-68, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Custo dos juros	14.855	13.457
Despesa no final do exercício	**14.855**	**13.457**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Pré-68) é apresentado a seguir.

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(119.778)	(147.906)
Valor justo dos ativos do plano	170.443	
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**50.665**	**(147.906)**

A movimentação no valor justo da obrigação do Plano Pré-68 no exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	147.906	157.640
Custo dos juros	13.457	13.628
(Ganho)/Perda atuarial	(26.049)	(3.992)
Benefícios pagos	(15.536)	(19.370)
Valor presente das obrigações atuariais	**119.778**	**147.906**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Pré-68 no exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Contribuições do empregador	185.979	19.370
Benefícios pagos	(15.536)	(19.370)
Valor justo final dos ativos do plano	**170.443**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(119.778)	(147.906)
Valor justo dos ativos do plano	170.443	-
Superávit (Déficit)	**50.665**	**(147.906)**

A Companhia espera contribuir com R$ 12.428 com o Plano Pré-68 de benefício definido durante o próximo exercício para pagamento dos benefícios previdenciários, além de eventuais variações nos montantes apurados relativamente ao Contrato firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68.

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

Plano A	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	1.073.658	1.027.113	943.889	906.601
	Impacto com o cenário principal	89.693	43.148	(40.075)	(77.363)
Plano B	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	55.690	54.811	53.269	52.591
	Impacto com o cenário principal	1.860	981	(561)	(1.240)
Pré-68	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	127.125	123.354	116.385	113.161
	Impacto com o cenário principal	7.347	3.576	(3.393)	(6.617)

Sensibilidade na tábua de mortalidade - AT-2000 (Básica)

Plano A	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	1.053.999	1.009.219	928.970	892.937
	Impacto com o cenário principal	70.034	25.255	(54.994)	(91.027)

Plano B	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	55.486	54.627	53.119	52.454
	Impacto com o cenário principal	1.655	797	(712)	(1.376)
Pré-68	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	122.961	119.437	112.910	109.884
	Impacto com o cenário principal	3.182	(341)	(6.868)	(9.894)

(*) Considera inflação.

25.1 Outros benefícios a empregados

	2015	2014
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	20.431	19.212
Assistência médica e odontológica	13.789	13.793
para eventos ocorridos e não avisados	1.131	442
Seguro de vida em grupo	130	164
Auxílio funeral	101	106
	35.582	**33.717**
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	150.012	128.694
Assistência médica e odontológica	176.787	211.563
Seguro de vida em grupo	839	1.183
Auxílio funeral	1.259	1.627
	328.897	**343.067**

A Companhia custeia, integralmente, os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 285 integrantes, em 31 de dezembro de 2015 (300 em 31 de dezembro de 2014), sendo 272 aposentados e 13 pensionistas, com média de idade de 82,8 anos (82,1 anos em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia oferece, ainda, os seguintes benefícios assistenciais:

Assistência médica e odontológica

Plano de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB Brasil RE arca com 50% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2015 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2016, relativos ao Plano Médico, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Custo dos serviços correntes	425	828
Custo dos juros	25.736	21.345
Receita no final do exercício	**26.161**	**22.173**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Plano Médico) é apresentado a seguir.

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(190.576)	(225.356)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(190.576)**	**(225.356)**

A movimentação no valor justo da obrigação do Plano Médico no semestre/exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	225.356	227.289
Custo dos serviços correntes	828	1.023
Custo dos juros	21.345	20.303
(Ganho)/Perda atuarial	(35.851)	(14.281)
Benefícios pagos	(21.102)	(8.978)
Valor presente das obrigações atuariais	**190.576**	**225.356**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Contribuições do empregador	17.346	8.978
Contribuições dos participantes do plano	3.756	-
Benefícios pagos	(21.102)	(8.978)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(190.576)	(225.356)
Superávit	**(190.576)**	**(225.356)**

A Companhia espera contribuir com R$ 33.513 com o Plano Médico de benefício definido durante o próximo exercício.

Em consonância com o CPC33 (R1), encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PCAM	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	246.187	200.178	181.729	173.560
	Impacto com o cenário principal	55.611	9.602	(8.847)	(17.016)

Sensibilidade na tábua de mortalidade

PCAM	**Taxa real**	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
	Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
	Obrigação de benefício definido	203.005	193.158	175.726	167.991
	Impacto com o cenário principal	12.429	2.582	(14.850)	(22.585)

(*) Considera inflação.

Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.384,38 para funeral simples, R$ 1.630,36 para cremação e R$ 2.739,07 para funeral com cremação.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2015 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2016, relativos ao Auxílio Funeral, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Custo dos juros	175	164
Despesa no final do exercício	**175**	**164**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.360)	(1.733)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.360)**	**(1.733)**

A movimentação no valor justo da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.733	1.832
Custo dos juros	164	164
(Ganho)/Perda atuarial	(478)	(218)
Benefícios pagos	(59)	(45)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.360**	**1.733**

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Contribuições do empregador	59	45
Benefícios pagos	(59)	(45)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.360)	(1.733)
Superávit	(1.360)	(1.733)

A Companhia espera contribuir com R$ 77 com o Auxílio Funeral de benefício definido durante o próximo exercício.

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

Auxílio Funeral

Taxa real	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
Obrigação de benefício definido	1.522	1.437	1.290	1.226
Impacto com o cenário principal	162	77	(70)	(134)

Sensibilidade na tábua de mortalidade - AT-2000 (Básica)

Auxílio Funeral

Taxa real	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
Obrigação de benefício definido	1.577	1.492	1.344	1.279
Impacto com o cenário principal	217	132	(16)	(81)

(*) Considera inflação.

Seguro de vida em grupo

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2015 e os valores projetados para o exercício de janeiro a dezembro de 2016, relativos ao Seguro de Vida, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Custo dos juros	121	123
Despesa (receita) no final do exercício/ semestre	**121**	**123**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Seguro de Vida) é apresentado a seguir.

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(969)	(1.347)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(969)**	**(1.347)**

A movimentação no valor justo da obrigação do seguro de vida no semestre/exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.347	2.092
Custo dos juros	123	182
(Ganho)/Perda atuarial	(364)	(762)
Benefícios pagos	(137)	(165)
Valor presente das obrigações atuariais	**969**	**1.347**

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de Vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2015	2014
Contribuições do empregador	137	165
Benefícios pagos	(137)	(165)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(969)	(1.347)
Superávit	**(969)**	**(1.347)**

A Companhia espera contribuir com R$ 114 com o seguro de vida durante o próximo exercício.

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

Seguro de Vida				
Taxa real	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
Obrigação de benefício definido	1.032	1.000	940	912
Impacto com o cenário principal	63	31	(29)	(57)

Sensibilidade na tábua de mortalidade - AT-2000 (Básica)

Seguro de Vida				
Taxa real	6,50%	7,00%	8,00%	8,50%
Taxa nominal (*)	12,37%	12,90%	13,95%	14,48%
Obrigação de benefício definido	1.006	975	918	891
Impacto com o cenário principal	37	6	(51)	(78)

(*) Considera inflação.

26 Informações por segmento de negócios

26.1 Demonstrações de resultados por segmentos

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no pais e no exterior, onde são utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prêmios emitidos	**3.723.449**	**2.759.395**	**3.723.449**	**2.759.395**
Prêmio emitido - Pais	2.863.969	2.480.460	2.863.969	2.480.460
Prêmio emitido - Exterior	859.480	278.935	859.480	278.935
Prêmios ganhos	**3.746.111**	**2.993.057**	**3.746.111**	**2.993.057**
Prêmio ganho - Pais	3.022.224	2.656.793	3.022.224	2.656.793
Prêmio ganho - Exterior	723.887	336.264	723.887	336.264
Sinistros Ocorridos	**(2.285.680)**	**(2.256.827)**	**(2.287.603)**	**(2.256.827)**
Sinistro Ocorrido - Pais	(1.878.055)	(2.061.505)	(1.878.055)	(2.061.505)
Sinistro Ocorrido - Exterior	(407.625)	(195.322)	(409.548)	(195.322)
Custo de aquisição	**(95.430)**	**(79.548)**	**(95.430)**	**(79.548)**
Custo de aquisição - Pais	(53.724)	(54.971)	(53.724)	(54.971)
Custo de aquisição - Exterior	(41.706)	(24.577)	(41.706)	(24.577)
Resultado com Retrocessão	**(792.310)**	**(117.941)**	**(792.310)**	**(117.941)**
Resultado com retrocessão - Pais	(777.325)	(93.818)	(777.325)	(93.818)
Resultado com retrocessão - Exterior	(14.985)	(24.123)	(14.985)	(24.123)
Margem Bruta	**572.691**	**538.741**	**570.768**	**538.741**
Margem Bruta - Pais	359.540	446.499	359.540	446.499
Margem Bruta - Exterior	211.228	92.242	211.228	92.242
Outras Receitas e Despesas Operacionais	9.217	(103.132)	11.969	(100.839)
Despesas Administrativas	(261.786)	(283.165)	(266.605)	(287.255)
Despesas com Tributos	(111.018)	73.988	(111.018)	73.988
Resultado Operacional	**209.104**	**226.432**	**205.114**	**224.635**
Resultado Patrimonial	12.651	45.963	15.450	45.762
Resultado Financeiro	798.114	627.626	799.423	629.788
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21	26	21	26
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.019.890**	**900.047**	**1.020.008**	**900.211**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256.172)	(298.505)	(256.290)	(298.669)
Lucro Líquído do Exercício	**763.718**	**601.542**	**763.718**	**601.542**

A administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prêmios de Resseguros País (a)	3.291.987	2.868.254	3.291.987	2.868.254
Prêmios de Resseguros Exterior (a)	1.045.424	344.509	1.045.424	344.509
Prêmios Cedidos em Retrocessão (b)	(1.346.142)	(1.039.947)	(1.346.142)	(1.039.947)
Prêmios Retidos	**2.991.269**	**2.172.816**	**2.991.269**	**2.172.816**
Variações das provisões técnicas (c)	(68.685)	131.033	(68.685)	131.033
Prêmios ganhos	**2.922.584**	**2.303.849**	**2.922.584**	**2.303.849**
Sinistros Retidos (d)	(1.863.958)	(1.346.998)	(1.865.880)	(1.346.998)
Custo de aquisição (e)	(560.399)	(436.701)	(560.399)	(436.701)
Resultado Bruto	**498.227**	**520.150**	**496.305**	**520.150**
Outros resultados Operacionais (f)	13.061	(98.986)	15.814	(96.693)
Despesas Administrativas (g)	(228.624)	(235.828)	(233.443)	(239.918)
Despesas com Tributos (j)	(89.084)	71.024	(89.084)	71.024
Resultado Financeiro e Patrimonial (h)	879.874	688.061	883.982	690.021
Resultado antes dos impostos	**1.073.454**	**944.421**	**1.073.574**	**944.584**
Imposto, Contribuições e Participações nos lucros (i)	(309.738)	(342.879)	(309.856)	(343.042)
Lucro líquido do exercício	**763.716**	**601.542**	**763.718**	**601.542**

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados na demonstração do resultado e os saldos para tomada de decisão apresentados acima pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Prêmios emitidos Líquidos	**3.723.449**	**2.759.395**	**3.723.449**	**2.759.395**
Prêmio emitido bruto (a)	4.336.351	3.212.501	4.336.351	3.212.501
Comissão de resseguros (e)	(612.902)	(453.106)	(612.902)	(453.106)
Variação das provisões técnicas	**22.662**	**233.662**	**22.662**	**233.662**
Variação das provisões técnicas - Prêmios (c)	(30.269)	303.568	(30.269)	303.568
Variação das provisões técnicas - Comissão (e)	39.329	(59.865)	39.329	(59.865)
Variação das provisões técnicas - Outras Provisões (c)	13.602	(10.041)	13.602	(10.041)
Prêmios ganhos	**3.746.111**	**2.993.057**	**3.746.111**	**2.993.057**
Sinistros ocorridos (d)	**(2.285.680)**	**(2.256.827)**	**(2.287.603)**	**(2.256.827)**
Custo de aquisição (e)	**(95.430)**	**(79.548)**	**(95.430)**	**(79.548)**
Resultado com retrocessão	**(792.310)**	**(117.941)**	**(792.310)**	**(117.941)**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	337.261	915.169	337.261	915.169
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(54.388)	(20.884)	(54.388)	(20.884)
Recuperação de IBNR (d)	210.182	30.199	210.182	30.199
Prêmios Cedidos em Retrocessão (b)	(1.345.866)	(1.039.948)	(1.345.866)	(1.039.948)
Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão (e)	90.537	129.885	90.537	129.885
Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido (c)	(52.018)	(154.930)	(52.018)	(154.930)
Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida (e)	18.137	25.973	18.137	25.973
Demais resultados com retrocessão (c)	-	(7.566)	-	(7.566)
Outras receitas e despesas operacionais (f)	3.845	4.161	3.845	4.161
Margem Bruta	**572.691**	**538.741**	**570.768**	**538.741**
Outras receitas e despesas operacionais (f)	**9.217**	**(103.132)**	**11.969**	**(100.839)**
Outras despesas custo de aquisição (e)	-	15	-	15
Outras receitas e despesas operacionais (f)	9.217	(103.147)	11.969	(100.854)
Despesas Administrativas	**(261.786)**	**(283.165)**	**(266.605)**	**(287.255)**
Participação nos lucros (i)	(23.000)	(44.373)	(23.000)	(44.373)
Demais despesas com tributos (j)	-	(2.964)	-	(2.964)
Demais impostos e participações (i)	(8.632)	-	(8.632)	-
Demais despesas Administrativas (g)	(229.028)	(235.828)	(233.847)	(239.918)
Demais resultados financeiros (h)	(1.126)	-	(1.126)	-
Despesas com Tributos	**(111.018)**	**73.988**	**(111.018)**	**73.988**
Impostos e contribuições - Filiais exterior (i)	(21.934)	-	(21.934)	-
Despesa com tributos (j)	(89.084)	73.988	(89.084)	73.988
Resultado Operacional	**209.103**	**226.432**	**205.114**	**224.635**
Resultado Patrimonial	**12.651**	**45.963**	**15.450**	**45.762**
Demais resultados patrimoniais (h)	12.247	45.963	15.046	45.762
Demais despesas Administrativas (g)	404	-	404	-
Resultado Financeiro	**798.114**	**627.626**	**799.423**	**629.788**
Juros de custo de aquisição (e)	(70)	(54)	(70)	(54)
Juros de prêmios cedidos (b)	(276)	1	(276)	1
Juros de prêmios no exterior (a)	104	46	104	46
Juros de prêmios no pais (a)	956	216	956	216
Juros de sinistros (d)	(71.332)	(14.655)	(71.332)	(14.655)
Demais resultados financeiros (h)	868.732	642.072	870.041	644.234
Ganhos com ativos não correntes (h)	**21**	**26**	**21**	**26**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.019.890**	**900.047**	**1.020.008**	**900.211**
Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	(256.172)	(298.505)	(256.290)	(298.669)
Lucro Líquído do exercício	**763.718**	**601.542**	**763.718**	**601.542**

27 Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2017, foi aprovada a integralização de capital mediante a capitalização de reservas de lucros, no valor no valor de R$ 500.000.

Em 29 de fevereiro de 2016, A Companhia constituiu a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. (“IRB Investimentos” ou “Companhia”), com a integralização de capital om participações imobiliárias em shopping centers e saldos contábeis correlatos, bem como participações societárias em entidades voltadas para atividades imobiliárias e tem como objeto social a estruturação de sistema de gestão das participações em shopping centers de sua propriedade e a constituição de subsidiárias integrais e a participação no capital de sociedades que tenham por objeto a execução de atividades imobiliárias.

* * *

Tarcísio José Massote de Godoy
Presidente

Fernando Passos
Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com investidores

José Carlos Cardoso
Vice-Presidente Executivo de Resseguros

Lúcia Maria da Silva Valle
Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance

Paulo Daniel Araújo da Rocha
Contador
CRC RJ - 095001/O-5

Rodrigo de Valnisio
Atuário
MIBA 1573

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

2.3 - Outras informações relevantes 5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6

3.2 - Medições não contábeis 7

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 16

3.4 - Política de destinação dos resultados 17

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 18

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 19

3.7 - Nível de endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras informações relevantes 22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 23

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 39

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 42

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 59

4.5 - Processos sigilosos relevantes 60

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 61

4.7 - Outras contingências relevantes 62

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 63

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 64

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 70

5.3 - Descrição dos controles internos 73

5.4 - Alterações significativas 77

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 78

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 79

6.3 - Breve histórico 80

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 82

6.6 - Outras informações relevantes 83

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 84

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 88

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 93

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 101

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 102

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 106

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 107

7.8 - Políticas socioambientais 108

7.9 - Outras informações relevantes 109

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 114

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 115

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 116

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 117

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 118

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 119

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 120

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 122

9.2 - Outras informações relevantes 123

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 124

10.2 - Resultado operacional e financeiro 138

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 141

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 142

10.5 - Políticas contábeis críticas 143

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 146

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 147

10.8 - Plano de Negócios 148

10.9 - Outros fatores com influência relevante 149

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 150

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 151

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 152

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 161

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 163

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 164

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 165

12.7/8 - Composição dos comitês 171

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 178

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 179

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 180

12.12 - Práticas de Governança Corporativa 181

12.13 - Outras informações relevantes 182

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 186

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 190

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 194

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 196

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 197

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 198

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 199

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 200

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 201

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 202

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 203

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 204

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 205

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 206

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 207

13.16 - Outras informações relevantes 208

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 209

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 212

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 213

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 214

14.5 - Outras informações relevantes 215

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 216

15.3 - Distribuição de capital 305

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 306

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 307

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 310

15.7 - Principais operações societárias 311

15.8 - Outras informações relevantes 312

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 313

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 315

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 317

16.4 - Outras informações relevantes 318

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 319

17.2 - Aumentos do capital social 320

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 321

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 322

17.5 - Outras informações relevantes 323

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 326

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 328

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 329

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 330

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 331

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 332

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 333

18.8 - Títulos emitidos no exterior 334

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 335

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 336

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 337

18.12 - Outras infomações relevantes 338

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 339

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 340

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 342

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 343

20.2 - Outras informações relevantes 344

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 345

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 346

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 348

21.4 - Outras informações relevantes 349

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Carlos Cardoso**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Fernando Passos**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

JOSÉ CARLOS CARDOSO, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6608623-1SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 828.395.498-91, com endereço comercial na Av. Marechal Câmara, n°171, Castelo, CEP 20020-901, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Presidente do IRB-Brasil Resseguros S.A., vem, de acordo com o Anexo 24 da instrução CVM n°480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada declarar que:

a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM n°480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2017.

José Carlos Cardoso
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

FERNANDO PASSOS, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG n° 2.580.061, expedida pela SSP-PI, inscrito no CPF/MF sob o n° 714.491.691-68, expedida pela SSP-PI, com endereço comercial na Av. Marechal Câmara, n°171, Castelo, CEP 20020-901, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do IRB-Brasil Resseguros S.A., vem, de acordo com o Anexo 24 da instrução CVM n°480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada declara que:

a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM n°480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Fernando Passos

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SP - 20283150v1

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	(i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016; (ii) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de março de 2017 e em 31 de março 2016; (iii) prestação de serviços profissionais em conexão com a oferta pública de valores mobiliários da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes em 2016 foi R$2.180.189,00
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Claudia Eliza Medeiros de Miranda	01/01/2012	998.676.997-34	Rua do Russel, 804 - 6º andar, Ed. Manchete, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-907, Telefone (21) 32326112, Fax (21) 32326113, e-mail: claudia.eliza@br.pwc.com

612

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	3.091.059.000,00	3.328.217.000,00	3.174.595.000,00	2.953.932.000,00
Ativo Total	13.648.630.000,00	13.585.195.000,00	14.368.448.000,00	12.641.395.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.109.843.000,00	4.162.175.000,00	3.746.111.000,00	2.993.057.000,00
Resultado Bruto	247.317.000,00	739.494.000,00	582.737.000,00	437.902.000,00
Resultado Líquido	222.675.000,00	849.874.000,00	763.718.000,00	601.542.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	310.698.900	310.698.900	310.698.900	310.698.900
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	9,948728	10,712033	10,217593	9,507378
Resultado Básico por Ação	0,716691	2,735362	2,458065	1,936093

614

3.2 - Medições não contábeis

Conforme apresentado nas notas de segmento 3.1 das Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2017 e do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e 26.1 das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração da Companhia utiliza, para fins de cálculo dos seus indicadores de performance utilizados para a tomada de decisão, em linha com a praxe adotada pelas resseguradoras globais, uma aglutinação de contas contábeis denominada Visão do Negócio, que é diferente do plano de contas apresentado na demonstração do resultado elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras.

a) e b) Valor e Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Seguem, abaixo, em milhares de Reais (R$), (i) a demonstração do resultado consolidado; (ii) a demonstração consolidado *Visão do Negócio*; e (iii) sua respectiva conciliação em 31 de março de 2017 e 2016, bem como dos exercícios de 2016, 2015 e 2014, entre os saldos apresentados na demonstração do resultado, e os saldos para tomada de decisão (Visão do Negócio) apresentados pela Administração da Companhia.

(i) Demonstrações Financeiras Consolidadas:

	Consolidado	
R$ (mil)	**31 de março de 2017**	**31 de março de 2016**
Prêmios emitidos	**1.172.490**	**982.276**
Prêmio emitido – país	771.831	738.422
Prêmio emitido – exterior	400.659	243.854
Prêmios ganhos	**1.109.843**	**1.027.534**
Prêmio ganho – país	775.235	795.440
Prêmio ganho – exterior	334.608	232.094
Sinistros ocorridos	**(435.727)**	**(935.295)**
Sinistro ocorrido – país	(247.083)	(804.710)
Sinistro ocorrido – exterior	(188.644)	(130.585)
Custo de aquisição	**(26.320)**	**(32.602)**
Custo de aquisição – país	(12.437)	(18.657)
Custo de aquisição – exterior	(13.883)	(13.945)
Resultado com retrocessão	**(393.016)**	**118.784**
Resultado com retrocessão – país	(365.647)	133.632
Resultado com retrocessão – exterior	(27.369)	(14.848)
Margem bruta	**254.780**	**178.421**
Margem bruta – país	150.068	105.705
Margem bruta – exterior	104.712	72.716
Outras receitas e despesas operacionais	(7.463)	(5.715)
Despesas administrativas	(81.055)	(54.451)
Despesas com tributos	(29.183)	(36.327)
Resultado operacional	**137.079**	**81.928**
Resultado patrimonial	7.805	12.703
Resultado financeiro	174.969	201.570
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**319.853**	**296.201**
Imposto de renda e contribuição social	(97.178)	(83.828)
Lucro líquido do período	**222.675**	**212.373**

3.2 - Medições não contábeis

	Consolidado	
R$ (mil)	**2016**	**2015**
Prêmios emitidos	**4.188.263**	**3.723.449**
Prêmio emitido – país	3.182.357	2.863.969
Prêmio emitido – exterior	1.005.906	859.480
Prêmios ganhos	**4.162.175**	**3.746.111**
Prêmio ganho – país	3.205.336	3.022.224
Prêmio ganho – exterior	956.839	723.887
Sinistros Ocorridos	**(2.589.635)**	**(2.287.603)**
Sinistro ocorrido – país	(1.971.726)	(1.878.054)
Sinistro ocorrido – exterior	(617.909)	(409.549)
Custo de aquisição	**(103.521)**	**(95.430)**
Custo de aquisição – país	(54.339)	(53.724)
Custo de aquisição – exterior	(49.182)	(41.706)
Resultado com retrocessão	**(752.135)**	**(792.310)**
Resultado com retrocessão – país	(694.058)	(777.325)
Resultado com retrocessão – exterior	(58.077)	(14.985)
Margem bruta	**716.884**	**570.768**
Margem bruta – país	485.213	359.540
Margem bruta – exterior	231.671	211.228
Outras receitas e despesas operacionais	22.610	11.969
Despesas administrativas	(260.807)	(266.605)
Despesas com tributos	(135.540)	(111.018)
Resultado operacional	**343.147**	**205.114**
Resultado patrimonial	79.843	15.450
Resultado financeiro	818.423	799.423
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	–	21
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.241.413**	**1.020.008**
Imposto de renda e contribuição social	(391.539)	(256.290)
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**

	Consolidado	
	2015	**2014**
Prêmios emitidos	**3.723.449**	**2.759.395**
Prêmio emitido – País	2.863.969	2.480.460
Prêmio emitido – Exterior	859.480	278.935
Prêmios ganhos	**3.746.111**	**2.993.057**
Prêmio ganho – País	3.022.224	2.656.793
Prêmio ganho – Exterior	723.887	336.264
Sinistros Ocorridos	**(2.287.603)**	**(2.256.827)**
Sinistro Ocorrido – País	(1.878.055)	(2.061.505)
Sinistro Ocorrido – Exterior	(409.548)	(195.322)
Custo de aquisição	**(95.430)**	**(79.548)**
Custo de aquisição – País	(53.724)	(54.971)
Custo de aquisição – Exterior	(41.706)	(24.577)
Resultado com Retrocessão	**(792.310)**	**(117.941)**
Resultado com retrocessão – País	(777.325)	(93.818)
Resultado com retrocessão – Exterior	(14.985)	(24.123)
Margem Bruta	**570.768**	**538.741**
Margem Bruta – País	359.540	446.499
Margem Bruta – Exterior	211.228	92.242
Outras Receitas e Despesas Operacionais	11.969	(100.839)
Despesas Administrativas	(266.605)	(287.255)
Despesas com Tributos	(111.018)	73.988
Resultado Operacional	**205.114**	**224.635**
Resultado patrimonial	15.450	45.762
Resultado financeiro	799.423	629.788
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21	26
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.020.008**	**900.211**
Imposto de renda e contribuição social	(256.290)	(298.669)
Lucro líquído do exercício	**763.718**	**601.542**

3.2 - Medições não contábeis

(ii) Visão do Negócio Consolidado:

R$ (mil)	Consolidado 31 de março de 2017	Consolidado 31 de março de 2016
Prêmios de resseguros país (a)	876.058	882.711
Prêmios de resseguros exterior (a)	466.319	286.727
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(448.717)	(260.053)
Prêmios retidos	**893.660**	**909.385**
Variações das provisões técnicas (c)	(13.042)	(13.179)
Prêmios ganhos	**880.618**	**896.206**
Sinistros retidos (d)	(473.801)	(570.381)
Custo de aquisição (e)	(163.107)	(168.103)
Resultado bruto	**243.710**	**157.722**
Outros resultados operacionais (f)	(20.298)	(4.856)
Despesas administrativas (g)	(62.675)	(45.549)
Despesas com tributos (j)	(32.063)	(37.047)
Resultado financeiro e patrimonial (h)	205.399	243.567
Resultado antes dos impostos	**334.073**	**313.837**
Imposto, contribuições e participações nos lucros (i)	(111.398)	(101.464)
Lucro líquido do período	**222.675**	**212.373**

	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Prêmios de resseguros país (a)	3.732.247	3.291.987
Prêmios de resseguros exterior (a)	1.196.139	1.045.424
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(1.386.585)	(1.346.142)
Prêmios retidos	**3.541.801**	**2.991.269**
Variações das provisões técnicas (c)	(40.812)	(68.685)
Prêmios ganhos	**3.500.989**	**2.922.584**
Sinistros retidos (d)	(2.166.921)	(1.865.880)
Custo de aquisição (e)	(703.229)	(560.399)
Resultado bruto	**630.839**	**496.305**
Outros resultados operacionais (f)	(466)	15.814
Despesas administrativas (g)	(230.204)	(233.443)
Despesas com tributos (j)	(128.710)	(89.084)
Resultado financeiro e patrimonial (h)	1.041.182	883.982
Resultado antes dos impostos	**1.312.641**	**1.073.574**
Imposto, contribuições e participações nos lucros (i)	(462.767)	(309.856)
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**

	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Prêmios de Resseguros País (a)	3.291.987	2.868.254
Prêmios de Resseguros Exterior (a)	1.045.424	344.509
Prêmios Cedidos em Retrocessão (b)	(1.346.142)	(1.039.947)
Prêmios Retidos	**2.991.269**	**2.172.816**
Variações das provisões técnicas (c)	(68.685)	131.033
Prêmios ganhos	**2.922.584**	**2.303.849**
Sinistros Retidos (d)	(1.865.880)	(1.346.998)
Custo de aquisição (e)	(560.399)	(436.701)
Resultado Bruto	**496.305**	**520.150**
Outros resultados Operacionais (f)	15.814	(96.693)
Despesas Administrativas (g)	(233.443)	(239.918)
Despesas com Tributos (j)	(89.084)	71.024
Resultado Financeiro e Patrimonial (h)	883.982	690.021
Resultado antes dos impostos	**1.073.574**	**944.584**
Imposto, Contribuições e Participações nos lucros (i)	(309.856)	(343.042)
Lucro líquido do exercício	**763.718**	**601.542**

3.2 - Medições não contábeis

(iii) Conciliação entre IFRS (base SUSEP) Consolidado e Visão do Negócio Consolidado:

R$ (mil)	Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Prêmios emitidos líquidos	**1.172.490**	**982.276**
Prêmio emitido bruto (a)	1.342.339	1.171.039
Comissão de resseguros (e)	(169.849)	(188.763)
Variação das provisões técnicas	**(62.647)**	**45.258**
Variação das provisões técnicas - prêmios (c)	(50.102)	25.922
Variação das provisões técnicas - comissão (e)	1.110	30.409
Variação das provisões técnicas - outras provisões (c)	(13.655)	(11.073)
Prêmios ganhos	**1.109.843**	**1.027.534**
Sinistros ocorridos (d)	**(435.727)**	**(935.295)**
Custo de aquisição (e)	**(26.320)**	**(32.602)**
Resultado com retrocessão	**(393.016)**	**118.784**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	153.461	330.824
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(11.036)	(14.709)
Recuperação de IBNR (d)	(170.465)	67.621
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(448.717)	(260.053)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e)	30.154	21.936
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c)	50.715	(28.028)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e)	1.808	334
Demais resultados com retrocessão (f) Outras receitas e despesas operacionais (f)	1.064	859
Margem bruta	**254.780**	**178.421**
Outras receitas e despesas operacionais	**(7.463)**	**(5.715)**
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(10.771)	(5.715)
Provisão de cobertura de crédito (h)	(216)	–
Demais resultados financeiros (h)	3.524	–
Despesas administrativas	**(81.055)**	**(54.451)**
Participação nos lucros (i)	(5.000)	(5.975)
Despesas com tributos (j)	(2.410)	(1.277)
Demais impostos e participações (i)	(993)	(1.569)
Demais despesas administrativas (g)	(62.675)	(45.630)
Demais resultados financeiros (h)	614	–
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(10.591)	–
Despesas com tributos	**(29.183)**	**(36.327)**
Impostos e contribuições (i)	–	(1.051)
Despesa com tributos (j)	(29.183)	(35.276)
Resultado operacional	**137.079**	**81.928**
Resultado patrimonial	**7.805**	**12.703**
Demais resultados patrimoniais (h)	7.805	12.622
Demais despesas administrativas (g)	–	81
Resultado financeiro	**174.969**	**201.570**
Juros de custo de aquisição (e)	(10)	583
Juros de prêmios no exterior (a)	17	51
Juros de prêmios no país (a)	21	(1.652)
Juros de sinistros (d)	(10.034)	(18.822)
Despesas com tributos (j)	(470)	(494)
Resultados financeiros (h)	193.672	230.945
Demais resultados financeiros (i)	(8.227)	(9.041)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**319.853**	**296.201**
Imposto de renda e contribuição social (i)	(97.178)	(83.828)
Lucro líquido do período	**222.675**	**212.373**

3.2 - Medições não contábeis

R$ (mil)	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Prêmios emitidos líquidos	**4.188.263**	**3.723.449**
Prêmio emitido bruto (a)	4.929.032	4.336.351
Comissão de resseguros (e)	(740.769)	(612.902)
Variação das provisões técnicas	**(26.088)**	**22.662**
Variação das provisões técnicas - prêmios (c)	(28.501)	(30.269)
Variação das provisões técnicas - comissão (e)	44.991	39.329
Variação das provisões técnicas - outras provisões (c)	(42.578)	13.602
Prêmios ganhos	**4.162.175**	**3.746.111**
Sinistros ocorridos (d)	**(2.589.635)**	**(2.287.603)**
Custo de aquisição (e)	**(103.521)**	**(95.430)**
Resultado com retrocessão	**(752.135)**	**(792.310)**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	304.391	337.261
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(43.255)	(54.388)
Recuperação de IBNR (d)	233.435	210.182
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(1.386.168)	(1.345.866)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e)	96.605	90.537
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c)	30.267	(52.018)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e)	(1.106)	18.137
Demais resultados com retrocessão (f)	13.696	–
Outras receitas e despesas operacionais (f)	–	3.845
Margem bruta	**716.884**	**570.768**
Outras receitas e despesas operacionais	**22.610**	**11.969**
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(14.162)	11.969
Provisão de cobertura de crédito (h)	36.772	–
Despesas administrativas	**(260.807)**	**(266.605)**
Participação nos lucros (i)	(16.900)	(23.000)
Despesas com tributos (j)	(3.803)	–
Demais impostos e participações (i)	(6.341)	(8.632)
Demais despesas administrativas (g)	(230.204)	(233.847)
Demais resultados financeiros (h)	(3.559)	(1.126)
Despesas com tributos	**(135.540)**	**(111.018)**
Impostos e contribuições - filiais exterior (i)	(11.669)	(21.934)
Despesa com tributos (j)	(123.871)	(89.084)
Resultado operacional	**343.147**	**205.114**
Resultado patrimonial	**79.843**	**15.450**
Demais resultados patrimoniais (h)	79.843	15.046
Demais despesas administrativas (g)	–	404
Resultado financeiro	**818.423**	**799.423**
Juros de custo de aquisição (e)	571	(70)
Juros de prêmios cedidos (b)	(417)	(276)
Juros de prêmios no exterior (a)	192	104
Juros de prêmios no país (a)	(838)	956
Juros de sinistros (d)	(71.857)	(71.332)
Despesas com tributos (j)	(1.036)	–
Resultados financeiros (h)	928.126	870.041
Demais despesas com tributos (i)	(36.318)	–
Ganhos com ativos não correntes (h)	**–**	**21**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.241.413**	**1.020.008**
Imposto de renda e contribuição social (i)	(391.539)	(256.290)
Lucro líquido do exercício	**849.874**	**763.718**

3.2 - Medições não contábeis

R$ (mil)	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Prêmios emitidos Líquidos	**3.723.449**	**2.759.395**
Prêmio emitido bruto (a)	4.336.351	3.212.501
Comissão de resseguros (e)	(612.902)	(453.106)
Variação das provisões técnicas	**22.662**	**233.662**
Variação das provisões técnicas - Prêmios (c)	(30.269)	303.568
Variação das provisões técnicas - Comissão (e)	39.329	(59.865)
Variação das provisões técnicas - Outras Provisões (c)	13.602	(10.041)
Prêmios ganhos	**3.746.111**	**2.993.057**
Sinistros Ocorridos (d)	**(2.287.603)**	**(2.256.827)**
Custo de aquisição (e)	**(95.430)**	**(79.548)**
Resultado com Retrocessão	**(792.310)**	**(117.941)**
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	337.261	915.169
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(54.388)	(20.884)
Recuperação de IBNR (d)	210.182	30.199
Prêmios Cedidos em Retrocessão (b)	(1.345.866)	(1.039.948)
Comissão sobre Prêmios Cedidos em Retrocessão (e)	90.537	129.885
Variação das provisões técnicas - Prêmio Cedido (c)	(52.018)	(154.930)
Variação das provisões técnicas - Comissão Cedida (e)	18.137	25.973
Demais resultados com retrocessão (c)	–	(7.566)
Outras receitas e despesas operacionais (f)	3.845	4.161
Margem Bruta	**570.768**	**538.741**
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**11.969**	**(100.839)**
Outras despesas custo de aquisição (e)		15
Outras receitas e despesas operacionais (f)	11.969	(100.854)
Despesas Administrativas	**(266.605)**	**(287.255)**
Participação nos lucros (i)	(23.000)	(44.373)
Demais despesas com tributos (j)	–	(2.964)
Demais impostos e participações (i)	(8.632)	–
Demais despesas Administrativas (g)	(233.847)	(239.918)
Demais resultados financeiros (h)	(1.126)	–
Despesas com Tributos	**(111.018)**	**73.988**
Impostos e contribuições - Filiais exterior (i)	(21.934)	–
Despesa com tributos (j)	(89.084)	73.988
Resultado Operacional	**205.114**	**224.635**
Resultado Patrimonial	**15.450**	**45.762**
Demais resultados patrimoniais (h)	15.046	45.762
Demais despesas Administrativas (g)	404	–
Resultado Financeiro	**799.423**	**629.788**
Juros de custo de aquisição (e)	(70)	(54)
Juros de prêmios cedidos (b)	(276)	1
Juros de prêmios no exterior (a)	104	46
Juros de prêmios no país (a)	956	216
Juros de sinistros (d)	(71.332)	(14.655)
Demais resultados financeiros (h)	870.041	644.234
Ganhos com ativos não correntes (h)	**21**	**26**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.020.008**	**900.211**
Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	(256.290)	(298.669)
Lucro Líquido do exercício	**763.718**	**601.542**

3.2 - Medições não contábeis

(iv) Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente na Visão do Negócio Consolidado:

Visão do Negócio Consolidado (em milhões de reais, ou conforme indicado)	**2014**
Lucro Líquido recorrente	**388,1**
Despesas com tributos não recorrentes	150,0
Resultado Financeiro e Patrimonial não recorrentes	162,0
Impostos e contribuições não recorrentes	(98,6)
Lucro Líquido não recorrente	**601,5**

(v) Demonstrativo de Indicadores de Solvência e de Liquidez:

Demonstração Financeiras Consolidadas	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**					**Período de três meses findo em 31 de março de**
(R$ mil)	**2014**	**2015**	**%**	**2016**	**%**	**2017**
Ativo Circulante	8.086.661,0	8.633.069,0	6,8%	7.180.187,0	-16,8%	8.004.628,0
Passivo Circulante	8.748.757,0	10.211.893,0	16,7%	9.308.476,0	-8,8%	9.541.377,0
Índice de Liquidez corrente	0,9	0,8	-0,1 P P	0,8	–	0,8
Realizável a longo prazo	4.289.003,0	5.362.425,0	25,0%	5.911.246,0	10,2%	5.119.829,0
Exigível a longo prazo	938.706,0	981.960,0	4,6%	948.502,0	-3,4%	1.016.194,0
Índice de Liquidez geral	1,3	1,3	–	1,3	–	1,2
Patrimônio Líquido Ajustado	2.798.385,0	3.010.331,0	7,6%	2.706.769,0	-10,1%	2.075.899,0
Capital Mínimo Requerido	785.672,0	975.885,0	24,2%	841.191,0	-13,8%	838.643,0
Índice de Solvência	3,6	3,1	-0,5 p.p.	3,2	0,1 p.p.	2,5

(vi) Demonstrativo de principais indicadores operacionais por período:

	Período de três meses findo em 31 de março de		
	2016	**2017**	**%**
Visão de Negócio	*(em milhões de reais, ou conforme indicado)*		
Prêmios Ganhos	896,2	880,6	-1,7%
Sinistros Retidos	(570,4)	(473,8)	-16,9%
Custo de Aquisição	(168,1)	(163,1)	-3,0%
Outros resultados operacionais	(4,9)	(20,3)	318,0%
Despesas Administrativas	(45,5)	(62,7)	37,6%
Despesas com tributos	(37,0)	(32,1)	-13,5%
Resultado Financeiro e Patrimonial	243,6	205,4	-15,7%
Lucro Líquido	212,4	222,7	4,9%
ROE	–	–	–
ROAE	26,0%	27,0%	1,0 p.p.
Taxa de Sinistralidade	63,6%	53,8%	-9,8 p.p.
Índice Combinado	92,2%	85,4%	-6,8 p.p.
Índice Combinado Ampliado	72,5%	69,2%	-3,3 p.p.
Patrimônio Líquido	2.898,9	3.091,1	6,6%

3.2 - Medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	2015	%	2016	%
Visão de Negócio	*(em milhões de reais, ou conforme indicado)*				
Prêmios Ganhos	2.303,8	2.922,6	26,9%	3.501,0	19,8%
Sinistros Retidos	(1.347,0)	(1.865,9)	38,5%	(2.166,9)	16,1%
Custo de Aquisição	(436,7)	(560,4)	28,3%	(703,2)	25,6%
Outros resultados operacionais	(96,7)	15,8	-116,4%	(0,5)	-102,9%
Despesas Administrativas	(239,9)	(233,4)	-2,7%	(230,2)	-1,4%
Despesas com tributos	71,0	(89,1)	-225,4%	(128,7)	44,5%
Resultado Financeiro e Patrimonial	690,0	884,0	28,1%	1.041,2	17,8%
Lucro Líquido	601,5	763,7	27,0%	849,9	11,3%
Lucro Líquido Recorrente	388,2	763,7	96,7%	849,9	11,3%
ROE	15,5%	28,6%	13,1 p.p.	31,2%	2,6 p.p.
ROAE	13,8%	24,9%	11,1 p.p.	26,1%	1,2 p.p.
Taxa de Sinistrai id ade	58,5%	63,8%	5,3 p.p.	61,9%	-1,9 p.p.
Índice Combinado	89,0%	93,5%	4,5 p.p.	92,2%	-1,3 p.p.
Índice Combinado recorrente	95,5%	–	–	–	–
Índice Combinado Ampliado	68,4%	71,8%	3,4 p p	71,1%	-0,7 p.p.
Índice Combinado Ampliado recorrente	77,7%	–	–	–	–
Patrimônio Líquido	2.953,9	3.174,6	7,5%	3.328,2	4,8%

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis denominada “Visão do Negócio” e é uma medida contábil, porém com forma de alocação de contas visando melhor demonstrar o desempenho da Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”) conciliada com nossas demonstrações financeiras.

No que se refere ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido recorrente foi de R$388,2 milhões, já que nesse período, a Companhia registrou um efeito não recorrente de R$213,4 milhões referente ao reconhecimento dos valores a compensar do trânsito em julgado da ação de PIS/COFINS em 2014, resultando em Lucro Líquido não recorrente de R$601,5 milhões

Ademais, a Companhia utiliza indicadores financeiros que são elementos derivados de cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados no modelo “Visão de Negócios”, procurando números que ajudem no processo de clarificação do entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

Os indicadores financeiros são construídos a partir dos conceitos de interrelação e interdependência de elementos patrimoniais do ativo, passivo e de resultados.

O objetivo básico dos indicadores financeiros é evidenciar a posição atual da empresa, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer no futuro, com a empresa, caso aquela situação detectada pelos indicadores tenham sequência.

Dentre os principais indicadores utilizados apresentamos a seguir a denominação, breve definição e motivo de que a medição é apropriada para entendimento do resultado das operações e da condição financeira:

i) Índice de Sinistralidade, que significa o resultado da divisão entre sinistros retidos e prêmios ganhos em um determinado período. A utilização deste indicador, usualmente utilizado pelo mercado, relaciona as receitas (prêmios ganhos) e as despesas diretas (sinistros retidos) da operação de resseguro e retrocessão, num determinado período, e orienta sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

ii) Margem líquida, que significa o resultado da divisão entre (i) lucro líquido e (ii) prêmios ganhos brutos de comissão, registrados em um determinado período. A utilização deste indicador, usualmente utilizado em empresas de diversos mercados, relaciona o resultado final da operação e do resultado financeiro de toda a operação (lucro líquido) e suas receitas operacionais (prêmio ganho). Este indicador, também orienta sobre a performance global, facilitando assim a tomada da decisão.

3.2 - Medições não contábeis

iii) Índice combinado, que significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos, registrados em um determinado período. A utilização deste indicador, usualmente utilizado pelo mercado, relaciona as receitas (prêmios ganhos) e todas as despesas diretas da operação de resseguro e retrocessão, num determinado período, e orienta sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

iv) Índice combinado ampliado, que significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas, e (ii) prêmios ganhos adicionados do resultado financeiro, registrados em um determinado período. A utilização deste indicador, usualmente utilizado pelas empresas do mercado que se destacam pelo seu desempenho financeiro, relaciona as receitas (prêmios ganhos e resultado financeiro) e todas as despesas diretas da operação de resseguro e retrocessão, num determinado período, e orienta sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

v) Retorno sobre patrimônio líquido (ROE), que significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido do período inicial anterior. A utilização deste indicador pela Companhia mede a capacidade de agregar valor de uma empresa a partir de seus próprios recursos e do dinheiro de investidores, orientando assim sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

vi) Retorno sobre patrimônio líquido médio (ROAE), que significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio registrado em um determinado período. A utilização deste indicador pela Companhia mede a capacidade média de agregar valor de uma empresa a partir de seus próprios recursos e do dinheiro de investidores, orientando assim sobre a performance do negócio, facilitando assim a tomada da decisão.

vii) Índice de Liquidez Corrente, que significa a razão entre os direitos a curto prazo da empresa (ativo circulante) e a as dívidas a curto prazo (passivo circulante). O Índice de Liquidez Geral, que significa a razão entre a soma do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo e a soma do passivo circulante e o passivo realizável a longo prazo. O Índice de Liquidez Corrente, o Índice de Liquidez Geral não são medidas de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS. Outras empresas podem calcular o Índice de Liquidez Corrente e o Índice de Liquidez Geral de maneira diferente da Companhia. Na gestão de seus negócios, a Companhia utiliza o Índice de Liquidez Corrente e o Índice de Liquidez Geral como forma de avaliar sua liquidez. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de liquidez em relação a seu passivo, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais.

viii) Índice de Solvência, que significa o resultado da divisão entre o Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia e o Capital Mínimo Requerido em um determinado período. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para analisar e comparar, periodicamente, o patrimônio necessário para manter a sustentabilidade da operação de resseguro da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, cuja emissão foi autorizada em 18 de maio de 2017.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2016	2015	2014
a. Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que o saldo do lucro líquido do exercício, após dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; e (ii) pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas de 25%.	O estatuto social da Companhia prevê que o saldo do lucro líquido do exercício, após dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; e (ii) pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas de 25%.	O estatuto social da Companhia prevê que o saldo do lucro líquido do exercício, após dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; e (ii) pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas de 25%.
a.i. Valores das retenções de lucros	Reserva Legal: R$290.617 mil Reserva de Reinvestimento: R$ 1.245.204 mil	Reserva Legal: R$290.617 mil Reserva de Reinvestimento: R$1.070.197 mil	Reserva Legal: R$283.670 mil Reserva de Reinvestimento: R$973.193 mil
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado anual. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram distribuídos R$ 637.405 mil a título de dividendos. O dividendo distribuído é calculado com base no lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal (vide nota explicativa 22.6)	De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado anual. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram distribuídos R$643.256 mil a título de dividendos. O dividendo distribuído é calculado com base no lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal (vide nota explicativa 23.6)	De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado anual. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram distribuídos R$428.599 mil a título de dividendos. O dividendo distribuído é calculado com base no lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal (vide nota explicativa 23.6)
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	222.675.000,00	849.874.000,00	756.771.000,00	571.465.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	77,678250	87,181930	77,100940
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	7,203840	25,535410	24,057170	20,364110
Dividendo distribuído total	0,00	660.167.240,05	659.767.532,38	440.604.871,45
Lucro líquido retido	0,00	432.313.073,87	273.002.970,28	258.829.806,70
Data da aprovação da retenção		24/03/2017	12/02/2016	27/03/2015

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária	20.000.000,00		45.000.000,00	14/06/2016	79.000.000,00	05/08/2015	127.969.950,00	22/12/2014
Ordinária	41.913.154,00							
Ordinária			68.800.000,00	27/07/2016				
Ordinária			97.950.000,00	30/12/2016				
Ordinária			30.856.285,00	06/02/2017				
Ordinária					44.000.000,00	24/11/2015		
Ordinária					53.000.000,00	30/12/2015		
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			417.560.955,05	03/04/2017	483.767.532,38	24/03/2016	312.634.921,45	30/03/2015

626

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em 2014, o percentual de dividendos distribuído em relação ao lucro líquido ajustado foi de 75% (conforme nota explicativa 23.6 – “2015”), no valor de R$ 440,6 milhões, dos quais (i) R$ 312,6 milhões a título de dividendos e (ii) R$ 128,0 milhões a título de juros sobre capital próprio (valor bruto de imposto de renda), antecipados a conta de lucros retidos em exercícios anteriores. Adicionalmente, foram declarados R$ 165,6 milhões de dividendos a conta de lucros retidos em exercícios anteriores.

Em 2015, o percentual de dividendos distribuído em relação ao lucro líquido ajustado foi de 85% (conforme nota explicativa 23.6), no valor de R$ 659,8 milhões, dos quais (i) R$ 483,8 milhões a título de dividendos e (ii) R$ 176,0 milhões a título de juros sobre capital próprio (valor bruto de imposto de renda), antecipados a conta de lucros retidos em exercícios anteriores. Adicionalmente, foram declarados R$ 285,7 milhões de dividendos a conta de lucros retidos em exercícios anteriores.

Em 2016, o percentual de dividendos distribuído em relação ao lucro líquido ajustado foi de 75% (conforme nota explicativa 23.6), no valor de R$ 660,2 milhões, dos quais (i) R$ 417,6 milhões a título de dividendos e (ii) R$ 242,6 milhões a título de juros sobre capital próprio (valor bruto de imposto de renda), antecipados a conta de lucros retidos em exercícios anteriores. Adicionalmente, foram declarados R$ 51,2 milhões de dividendos declarados a conta de lucros retidos de anos anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2017	10.557.571.000,00	Índice de Endividamento	3,41551908	
31/12/2016	10.256.978.000,00	Índice de Endividamento	3,08182369	
31/03/2017	0,00	Outros índices	0,80000000	Índice de Liquidez Corrente. Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (ativo circulante) e a as dívidas a curto prazo (passivo circulante).
	0,00	Outros índices	1,20000000	Índice de Liquidez Geral. Razão entre a soma do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo e a soma do passivo circulante e o passivo realizável a longo prazo.
31/12/2016	0,00	Outros índices	0,80000000	Índice de Liquidez Corrente. Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da Companhia frente a suas obrigações, sendo as variações destes índices motivos de estudos dos administradores.
	0,00	Outros índices	1,30000000	Índice de Liquidez Geral. Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da Companhia frente a suas obrigações, sendo as variações destes índices motivos de estudos dos administradores.

628

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31/12/2016 e em 31/03/2017 a Companhia não possuía empréstimos, financiamentos e títulos de dívida conforme o item 10.2.3.g do Oficio- Circular/CVM/SEP/Nº01/2017.

3.9 - Outras informações relevantes

O dividendo distribuído, conforme tabela do item 3.5, é demonstrado com o Lucro Líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal e liquido de imposto quando cabível (vide nota explicativa 23.2.4 (2013); e para os anos de 2014 e 2015, o cálculo é o mesmo (vide nota explicativa 23.6).

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os potenciais compradores dos títulos e valores mobiliários da Companhia devem considerar de forma cuidadosa os riscos específicos relacionados à Companhia e aos próprios títulos e valores mobiliários. Devem ser consideradas, à luz das circunstâncias financeiras e dos objetivos do investimento, todas as informações constantes neste Formulário de Referência, os prospectos de ofertas públicas de valores mobiliários e, em particular, considerar os fatores de risco abaixo relacionados.

Os potenciais investidores devem observar, ainda, que os riscos abaixo relacionados não são os únicos riscos aos quais a Companhia está sujeita. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetadas de forma adversa e material por qualquer um desses fatores de risco. O preço de mercado dos títulos e valores mobiliários pode ser reduzido em razão de qualquer um desses fatores de risco, ocasionando perdas totais ou parciais ao investidor. Há outros fatores de risco adicionais que a Companhia atualmente considera improváveis ou dos quais atualmente não tem conhecimento, que, todavia, podem acarretar efeitos similares aos riscos abaixo relacionados.

Para fins desta Seção 4, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso” para a Companhia ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso sobre a participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultado das operações, margens, fluxo de caixa e/ou no preço de mercado das ações.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente. A ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos neste Formulário de Referência.

(a) Riscos relativos à Companhia

Obrigações de seguros são estimadas com base em projeções estatísticas, sujeitas a incertezas, e caso os modelos utilizados para precificação e para constituição de provisões sejam mal dimensionados, estimados ou controlados sem precisão, as obrigações de seguro poderão exceder às provisões relacionadas às perdas, podendo afetar, de maneira relevante, os resultados da Companhia.

Os produtos de seguros se caracterizam pela incerteza quanto aos desembolsos futuros das indenizações face à aleatoriedade dos eventos cobertos. As provisões da Companhia poderão ser impactadas por desvios não previstos nos fatores considerados para constituir as perdas e determinar as provisões. Essas mudanças nos fatores de desenvolvimento de sinistros podem ocorrer devido às dificuldades em sua previsão, tais como mudanças na frequência e severidade dos sinistros, macroeconômicas, ambientais, jurídicas ou outros fatores sociais ou cambiais, com impacto sobre sinistros. Se as perdas reais forem superiores às estimativas, as empresas seguradoras poderão ser expostas a um aumento em suas provisões técnicas, o que pode impactar adversamente a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais consolidados, liquidez, condição financeira e classificações de risco estão sujeitos aos efeitos de catástrofes ocasionadas pela natureza ou pela ação humana.

Eventos da natureza como furacões, vendavais, enchentes, terremotos, dentre outras, catástrofes provocadas pela ação humana como atos de terrorismo, explosões e incêndios, crimes cibernéticos, e, ainda, defeitos de produtos, doenças pandêmicas ou outras doenças altamente contagiosas, ações coletivas, pragas dentre outros eventos ou catástrofes podem afetar os negócios da indústria de seguros.

A ocorrência de acidentes aéreos concentrados em curto espaço de tempo, enchentes e secas severas e/ou prolongadas, bem como ocorrência de granizo e efeitos decorrentes de ventania e de mudanças climáticas (e.g.: fenômenos “el niño”, “la niña” etc), que afetaram portos e armazéns na região Sul já afetaram adversamente os resultados da Companhia no passado e podem voltar a afetar no futuro. Entende-se que as alterações climáticas, podem significar uma ameaça financeira à indústria de seguros nas áreas de percepção de risco de catástrofes. Devido à variabilidade associada aos impactos das alterações climáticas, tais catástrofes, e quaisquer leis ou regulamentos relevantes que tratem desses eventos adversos, poderão expor a Companhia a:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(i) aumento de custos de sinistros de propriedade, remuneração de empregados, interrupção das atividades, resultados de atividades do agronegócio, mortalidade e morbidade;

(ii) perdas decorrentes da diminuição do valor de seus ativos investidos;

(iii) perdas decorrentes da verificação de eventos e fatores diferentes se comparados aos considerados no momento da cotação e contratação da apólice;

(iv) diminuição no valor e/ou perdas relativas às companhias ou outras entidades cujos valores mobiliários sejam detidos pela Companhia e cujas contrapartes realizem negócios com a Companhia e perante as quais tenha créditos expostos, inclusive resseguradoras, e diminuição no valor dos investimentos; e

(v) interrupções significativas dos sistemas e operações.

Incerteza com relação aos efeitos de sinistros emergentes e problemas com coberturas sobre os negócios da Companhia.

Práticas industriais e condições legais, judiciais, sociais e outras condições ambientais podem mudar e, portanto, questões não esperadas e não pretendidas relativas a sinistros e coberturas poderão surgir. As referidas questões poderão ter um impacto adverso sobre os negócios da Companhia, seja por meio da necessidade de se estenderem as coberturas para além da intenção da Companhia, seja por meio do aumento do número ou da extensão de sinistros e recuperações a serem pagos. Alguns exemplos de sinistros emergentes e de problemas com coberturas incluem:

(i) alterações adversas nas tendências de perdas;

(ii) extensão judicial da cobertura de resseguro e o impacto de novas teorias de responsabilidade;

(iii) mudança significativa na expectativa de vida e no comportamento dos segurados;

(iv) sinistros de danos de “área mais extensa” no âmbito de interrupção de atividades, envolvendo, por exemplo, danos à infraestrutura que cerceia as instalações do segurado e sinistros relativos a restrições sobre a capacidade de fornecimento, ou de transporte de bens, de tais instalações; e

(v) sinistros de responsabilidade no âmbito de coberturas de propriedade.

Os efeitos desses e de outros sinistros emergentes, assim como de outros problemas de cobertura não previstos podem prejudicar os negócios da Companhia, provocando efeito adverso relevante sobre suas condições financeiras e resultados operacionais.

O comportamento cíclico do segmento de resseguros ocasionou, e pode continuar a ocasionar, flutuações nos resultados da Companhia.

O fornecimento de resseguro está relacionado aos preços predominantes, ao nível das perdas garantidas e ao nível do superávit do segmento, que pode variar em resposta às alterações nas taxas de prêmio e nas taxas de retorno sobre investimentos auferidos na indústria de resseguros. Como resultado, a indústria de resseguros tem sido historicamente cíclica, caracterizada por períodos de forte concorrência de preços devido ao excesso de capacidade na subscrição de riscos, bem como por períodos em que a falta de capacidade possibilita taxas de prêmio e condições contratuais mais favoráveis. Normalmente, não há dois ciclos iguais de forma sequencial.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nos últimos anos, houve uma flutuação significativa nos resultados operacionais das resseguradoras no Brasil, sobretudo devido à ocorrência de eventos de volatilidade por vezes imprevisíveis, muitos dos quais estão além do controle direto das resseguradoras. Tais eventos incluem:

(i) mudanças nas condições econômicas gerais e no ambiente político;

(ii) concorrência de preço;

(iii) frequência na ocorrência e/ou gravidade de eventos catastróficos;

(iv) volatilidade dos mercados financeiro e de capitais;

(v) mudanças na capacidade de subscrever riscos, inclusive para novos provedores de capital (chamados de capital alternativo);

(vi) aumento nos custos de financiamento devido à falta de liquidez do mercado; e

(vii) redução da demanda de produtos e serviços de resseguros (inclusive em decorrência de maiores níveis de retenção de seguradoras, o que tipicamente resulta em balanços patrimoniais mais sólidos).

A natureza cíclica do segmento de resseguros pode ter um efeito adverso sobre a condição financeira, resultados operacionais e negócios da Companhia, bem como ocasionar flutuações em seus resultados contabilizados em comparação com períodos anteriores.

Mudanças na indústria de seguros no Brasil podem impactar a Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os seus negócios e resultados.

As seguradoras do mercado brasileiro podem aumentar sua capacidade de retenção de riscos, ficando menos dependentes de resseguros para amparar sua exposição a riscos. O excesso de capital disponível às seguradoras pode limitar a capacidade da Companhia de aumentar as taxas de prêmio, podendo, inclusive, resultar na sua eventual redução, o que pode ter um efeito adverso sobre sua condição financeira, resultados operacionais, negócios e projeções.

A ocorrência de riscos futuros não identificados ou antecipados por procedimentos de gestão de riscos pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia.

Os procedimentos de gestão de riscos da Companhia podem não ser capazes de antecipar todos os cenários de resultados econômicos e financeiros, ou ainda, as especificidades e o momento da realização de cada risco. Os métodos de gestão de riscos dependem da avaliação de informações relativas aos mercados, clientes, à ocorrência de catástrofes, ou a outras questões disponíveis publicamente ou que possam ser de outra forma acessadas. Essas informações podem, eventualmente, não ser precisas, completas, atualizadas ou adequadamente avaliadas.

Os métodos de gestão de riscos refletem algumas premissas acerca dos graus de correlação, da falta de correlação entre os preços de diversas classes de ativos, e de outros indicadores do mercado. Em épocas de turbulência no mercado ou de outras circunstâncias não previstas, os indicadores previamente não correlacionados poderão se tornar correlacionados, ou os indicadores previamente correlacionados poderão tomar caminhos distintos. Esses movimentos de mercado poderão limitar a eficácia pretendida das políticas e procedimentos de gestão de riscos.

Caso a Companhia não seja capaz (ou caso tenha tal percepção) de desenvolver, implementar, monitorar e, quando necessário, atualizar suas políticas e procedimentos de gestão de riscos para lidar com riscos atuais ou em desenvolvimento, sua reputação poderá ser prejudicada e suas classificações poderão ser adversamente impactadas. Os riscos que a Companhia não for capaz (ou caso tenha tal percepção) de antecipar e/ou abordar adequadamente poderão resultar em perdas não previstas e ter um efeito adverso sobre suas condições financeiras e resultados operacionais.

A Companhia depende das políticas, procedimentos e conhecimentos das cedentes, que podem não ser capazes de avaliar corretamente os riscos que assumem, o que pode resultar em maiores perdas à Companhia.

O êxito dos esforços da Companhia de determinação de riscos de resseguros depende parcialmente das políticas, dos procedimentos e do conhecimento das companhias cedentes que tomarem as decisões originais de determinação de riscos. A Companhia pode não ter a visibilidade adequada quanto à determinação, ao modelo e a outras técnicas utilizadas por tais companhias cedentes, e tais determinações, modelos e outras técnicas podem não ser benéficas para a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso as companhias cedentes não façam uma avaliação adequada dos riscos que assumem, ou não forneçam informações oportunas e adequadas, a Companhia poderá avaliar, de forma imprecisa, os riscos ressegurados e os prêmios cedidos poderão não remunerar de forma adequada os riscos assumidos. Isso é principalmente importante para a Companhia, dado que uma grande parte dos prêmios da Companhia são derivados de contratos proporcionais. Além disso, a eventual dependência nas decisões de subscrição de riscos das cedentes pode criar certo grau de incerteza com relação à adequação de suas provisões. Ainda, a exposição a sinistros da Companhia poderá se agravar caso as cedentes não tomem nenhuma providência com relação às suas políticas de gestão de riscos à sua exposição direta. Além da correta avaliação dos riscos que assumem, ainda que recebam informações adequadas e precisas das companhias cedentes, a Companhia também depende da elaboração de precificação correta dos contratos de seguro, baseada em cálculos atuariais que permitam uma correta exposição em eventuais sinistros. Em decorrência de quaisquer dos eventos descritos acima, a condição financeira ou resultados operacionais da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Premissas de precificação inadequadas e outras decisões de subscrição de riscos podem impactar os resultados da Companhia.

A subscrição de riscos, como uma das atividades precípuas do setor de resseguros, envolve premissas complexas e relevantes sobre questões imprevisíveis, e que, portanto, podem fugir ao controle da Companhia, tais como: mortalidade, morbidade, longevidade, despesas, taxas de juros, condições de mercado, volatilidade do mercado de capitais, obrigação fiscal, combinação de negócios, frequência e gravidade de sinistros, correlação de riscos, obrigações contingentes, desempenho de investimentos e outros fatores.

Os produtos de resseguros caracterizam-se pela incerteza quanto aos desembolsos futuros das indenizações face aos eventos cobertos. Devido à natureza do negócio, podem ocorrer desvios acima daqueles previstos nos modelos atuariais e estatísticos, tais como, frequência de sinistros, severidade das indenizações, mortalidade, morbidade, persistência, taxas de juros, despesas, entre outros, que afetariam a rentabilidade do negócio.

Caso a Companhia não avalie de forma precisa os potenciais riscos que subscreve, sua avaliação sobre os riscos ressegurados poderá ser inadequada e os prêmios recebidos poderão não remunerá-la adequadamente, o que, dependendo das circunstâncias, poderá ensejar um efeito adverso sobre sua condição financeira e resultado operacional.

A integração de companhias que venham a ser adquiridas pela Companhia poderá não ser tão bem sucedida conforme previsto. A Companhia pode não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Aquisições envolvem diversos riscos, inclusive riscos operacionais, estratégicos, financeiros, contábeis, jurídicos e fiscais. As dificuldades de integração de uma companhia adquirida poderão resultar na condução, por tal companhia adquirida, de suas atividades de forma diversa daquela esperada pela Companhia ou na sua falha em realizar eficiências antecipadas relativas a despesas. Os negócios atuais também poderiam ser negativamente impactados por aquisições. Os riscos decorrentes de aquisições futuras poderão ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia pode buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de sua estratégia de negócios, todavia tais transações podem não ser concluídas oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não serem efetivadas por diversas razões imprevisíveis, ou previsíveis, porém de efeitos não calculáveis.

Além disso, a Companhia poderá naturalmente estar sujeita a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos em avaliações estratégicas, que a impeçam de usufruir dos benefícios esperados. A Companhia poderá não obter êxito na integração de empregados ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos maiores do que aqueles originalmente previstos.

A Companhia poderá não ser capaz de integrar com êxito os negócios adquiridos aos seus negócios atuais, assim como poderá não ser capaz de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos.

A Companhia pode estar sujeita a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-empregados, clientes e terceiros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Assim, caso a Companhia não consiga integrar com êxito o negócio adquirido ou captar sinergias conforme planejado, a mesma poderá ser afetada adversamente.

Ações de classificação negativas podem impactar os contratos de resseguros da Companhia.

Alguns contratos de resseguros maiores, principalmente em negócios fora do Brasil, poderão conter termos que permitam às cedentes cancelar o contrato, na hipótese da classificação da Companhia ou de suas coligadas serem rebaixadas abaixo de determinado limite. O exercício ou não pela cedente deste direito de cancelamento dependerá, entre outros fatores, da razão e da extensão de tal rebaixamento, das condições de mercado em vigor, bem como da cotação e disponibilidade de substituição da cobertura de resseguros. Além disso, qualquer rebaixamento de classificações ou das classificações de suas coligadas, poderá dissuadir a cedente de firmar o contrato de resseguro com a Companhia ou suas subsidiárias, em favor de um concorrente que tenha uma classificação superior. Portanto, a Companhia não pode prever a extensão com base na qual tal direito de cancelamento eventualmente seja exercido, ou ainda, os possíveis efeitos que tal cancelamento teriam sobre sua condição financeira ou operações futuras.

Os negócios, rentabilidade e liquidez da Companhia poderão ser adversamente afetados pela deterioração da credibilidade de, ou pelo inadimplemento por parte de terceiros que devem dinheiro, valores mobiliários ou outros ativos ou ainda pela insolvência ou por outras restrições de crédito que afetarem as contrapartes nas suas operações de resseguro.

O mercado de resseguro brasileiro, do qual a Companhia faz parte, poderá ser adversamente impactado pela insolvência de cedentes de grande relevância no referido mercado ou pela ocorrência de outros eventos que afetem seus créditos.

A Companhia pode estar ainda exposta ao risco de inadimplemento de suas contrapartes, tendo em vista que os emissores dos valores mobiliários que a Companhia detém, bem como suas contrapartes comerciais, contrapartes sob *swaps* e outros contratos derivativos, agentes de compensação, câmaras de compensação e outros intermediários financeiros, podem vir a inadimplir suas obrigações com a Companhia em razão de falência, insolvência, falta de liquidez, condições econômicas adversas, falha de operações, fraude ou outras razões, o que pode resultar em efeito adverso na condição financeira da Companhia.

A Companhia realiza a retrocessão de parte de seus riscos de resseguros a terceiros e quando celebra tais contratos para a transferência de uma parte do risco de resseguro, permanece primariamente responsável pelas obrigações assumidas perante a cedente. Assim, a possível deterioração de crédito ou outro impacto que afete a capacidade de tais terceiros de cumprir com suas obrigações perante a Companhia, poderá causar um efeito adverso na Companhia. A Companhia também poderá ser adversamente impactada pela insolvência, ou pela ocorrência de outros eventos de crédito, que afetem as cedentes.

A Companhia pode estar sujeita a necessidades não previstas de liquidez, que podem ser agravadas por fatores que estão além do seu controle e, consequentemente, limitar sua capacidade de desenvolver atividades desejadas.

Os negócios da Companhia demandam capital e liquidez suficientes para cumprir com suas obrigações de resseguros, inclusive para cobrir qualquer evento ou série de eventos imprevisíveis, tais como catástrofes extremas, que implicariam no cumprimento de suas obrigações de cobertura. A falha da Companhia em cumprir com suas obrigações pode ter um efeito adverso sobre sua posição de liquidez, sua capacidade de cumprir com exigências regulatórias e, finalmente, sua capacidade de conduzir suas atividades. A utilização dos fundos mantidos pela Companhia advém de suas obrigações oriundas de seus negócios de resseguros, o que poderá incluir sinistros de grande porte e imprevisíveis, o financiamento de exigências de capital e de custos operacionais, o pagamento de principal e juros sobre dívidas em aberto e o eventual financiamento de aquisições.

As condições de mercado também podem sujeitar a Companhia a necessidades não previstas de liquidez, que podem exigir a liquidação de investimentos ou outros ativos. Caso a Companhia necessite de liquidez em um momento em que o acesso ao crédito ou ao mercado de capitais estiver limitado, a Companhia pode não ser capaz de garantir novas fontes de recursos. A capacidade da Companhia de atender às necessidades de liquidez por meio de vendas de ativos poderá ser limitada pelas condições de mercado e por valorizações acentuadas de tais ativos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Falhas nos sistemas operacionais ou infraestrutura da Companhia, ou nos sistemas operacionais ou infraestrutura de terceiros, podem provocar a interrupção de atividades ou resultar em perdas.

A operação do sistema financeiro, contábil, de processamento de dados e de outros sistemas e instalações operacionais da Companhia pode falhar ou ficar desativada em decorrência de eventos como o aumento do volume da operação, afetando, dependendo da proporção das circunstâncias e variáveis fáticas relacionadas ao evento, de forma adversa, a sua capacidade estrutural de processar tais operações ou de prestar seus serviços.

Adicionalmente, potenciais falhas nos sistemas da Companhia podem, conforme o caso, impactar adversamente sua capacidade de determinar, de forma eficaz, sua precificação, obrigações de subscrição de riscos, os níveis necessários de reservas e o nível aceitável de exposição aos riscos com relação a tais operações ou serviços. Ainda, a atualização dos sistemas e da infraestrutura da Companhia, sobretudo se insuficiente, pode gerar riscos relacionados à implementação de novos sistemas e sua integração com os sistemas atuais.

Determinadas falhas, término ou restrições com relação aos seus sistemas poderão afetar de forma adversa a capacidade da Companhia de realizar operações, atender seus clientes, administrar sua exposição a riscos, expandir seus negócios e, consequentemente, ensejar eventuais perdas ou obrigações financeiras para seus clientes. Além disso, as referidas falhas podem levar ao enfraquecimento de sua liquidez, à interrupção de suas atividades e à intervenção regulatória ou danos à própria imagem.

A capacidade da Companhia de conduzir seus negócios poderá ser adversamente impactada pela interrupção da infraestrutura, que mantém suas atividades e as comunidades onde está localizada, e será agravada, principalmente, quando não existir um tratamento sistêmico corretivo. Essas interrupções podem acontecer em seus sistemas elétricos, de comunicação, internet, transporte ou outros serviços utilizados pela Companhia ou por terceiros com os quais realiza negócios. Dependendo da intensidade e da duração do evento, bem como do tratamento conferido, um evento catastrófico que impactar quaisquer de seus escritórios poderá atingir negativamente os negócios da Companhia.

Ataques cibernéticos aos sistemas ou redes de computadores da Companhia poderão causar a interrupção de suas atividades, resultar na divulgação de informações confidenciais, danos à sua imagem e causar perdas.

Diversos ataques cibernéticos ocorreram recentemente, inclusive na indústria de seguros, e, com isso, informações confidenciais foram obtidas ilegalmente. Caso um ou mais desses eventos ocorram na Companhia, eles poderão, de alguma maneira, gerar prejuízo com relação à divulgação das suas informações, sobretudo as de natureza confidencial, bem como de seus clientes que são processadas, armazenadas e transmitidas por meio de seus sistemas e redes de computadores. Nesse sentido, as operações da Companhia podem ser interrompidas ou deixarem de funcionar adequadamente, assim como a de seus clientes ou de terceiros, além de poderem resultar em perdas ou prejuízos à imagem da Companhia.

O desembolso de recursos adicionais poderá ser necessário para alterar as medidas de proteção adotadas pela Companhia ou para investigar e remediar vulnerabilidades ou outras exposições. A Companhia poderá estar sujeita, ainda, a perdas que não sejam seguradas ou não totalmente cobertas por meio de qualquer seguro mantido pela Companhia.

A Companhia transmite e recebe informações pessoais e confidenciais por e-mail e outros meios eletrônicos, sendo que não se pode garantir que esses terceiros tenham controles adequados para proteger a confidencialidade de suas informações. A interceptação, mau uso ou a inépcia de informações pessoais ou confidenciais a serem enviadas ou recebidas de clientes, fornecedores, prestadores de serviços, contrapartes ou outros terceiros poderá resultar em responsabilidade legal, ação regulatória e prejuízos à imagem da Companhia.

A perda de empregados qualificados, mudanças na alta administração da Companhia e a eventual dificuldade para atrair e repor pessoal qualificado poderá ter um impacto relevante sobre a Companhia.

A Companhia possui aproximadamente 400 empregados, em sua maioria especialistas no setor de seguros e resseguros, e, portanto, a Companhia e suas subsidiárias dependem da capacidade, experiência e qualificação profissional de tais executivos e empregados tecnicamente qualificados nos referidos segmentos. Logo, seu êxito depende e continuará a depender do recrutamento, contratação e manutenção de empregados qualificados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma alta taxa de rotatividade gera a possibilidade de não ser promovida a seleção de novos empregados imediatamente, resultando, assim, em custos adicionais. A perda de empregados qualificados ou dificuldades em contratar empregados adequados pode levar a uma situação em que a Companhia não consiga implementar com êxito decisões, medidas e desenvolvimentos essenciais, o que poderá afetar de forma adversa suas operações.

O patrocínio de planos de previdência privada e de saúde aos empregados da Companhia poderá levar a despesas que impactem a Companhia.

A Companhia patrocina um plano de previdência complementar aos seus empregados por meio de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, a PREVIRB, que mantém um plano de benefício definido, fechado para novos participantes desde 1998, com 1.528 participantes assistidos, e um plano de contribuição variável aberto para os empregados contratados a partir de 2004, com 560 participantes. No plano de benefício definido existe o risco da patrocinadora aportar recursos adicionais em casos de déficit do plano.

No âmbito destes planos, a Companhia custeia integralmente os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, com 258 participantes entre aposentados e pensionistas em março de 2017.

A Companhia oferece ainda assistência médica e odontológica através de um plano de saúde fechado para novos participantes que contempla empregados admitidos até 30 de setembro de 2013. Os empregados admitidos após esta data entraram em plano gerido por seguradora do ramo saúde.

O aumento da expectativa de vida e a redução do retorno sobre os investimentos podem aumentar o custo do plano de benefício na medida que desviem das premissas utilizadas no cálculo atuarial. A expectativa de vida tanto no Brasil como ao redor do mundo tem aumentado devido a uma série de eventos, como o desenvolvimento tecnológico na medicina, as políticas de saúde pública e a prevenção de doenças resultantes de programas de qualidade de vida.

Adicionalmente, na hipótese de existência de eventuais déficits nos planos patrocinados, a Companhia estará sujeita a aportar recursos para cobrir tais déficits. Por fim, a Companhia pode estar sujeita a pleitos judiciais visando obriga-la a aportar recursos para cobrir benefícios não contemplados no plano.

Aumento nos custos operacionais da Companhia podem afetar o controle e a gestão do índice de eficiência

A Companhia está exposta a fatores de mercado como aumento de tarifas de serviços básicos e inflação, bem como reajustes de contratos e adequações sistêmicas para cumprir requisitos legais, que podem impactar em sua eficiência operacional através do aumento de custos.

O portfólio de investimentos da Companhia está atrelado à performance dos títulos públicos brasileiros. Mudanças nas taxas de juros poderão levar a Companhia a alterar a estratégia de investimentos, com eventual aumento no risco de exposição a outros investimentos.

A Companhia investe em títulos da dívida do Governo Federal. Os preços desses títulos no mercado estão sujeitos a oscilações, podendo impactar a rentabilidade da carteira de ativos financeiros da Companhia. Tais oscilações decorrem de alterações na conjuntura macroeconômica ou outros eventos capazes de afetar a percepção dos agentes em relação à capacidade de pagamento do Governo Federal, seja do principal ou de cupons dos títulos representativos de sua dívida dentro do prazo de maturação desses papéis. Assim, as condições do mercado e a capacidade de pagamento do Governo Federal têm potencial para afetar, de forma adversa ou não, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, parte relevante do resultado financeiro da Companhia é decorrente de títulos pós fixados do Governo Federal, os quais poderão ser impactados em virtude de reduções da taxa básica de juros apuradas no “Sistema Especial de Liquidação e de Custódia” (“Selic”) para títulos federais, conforme definida em reuniões periódicas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. A Companhia não pode assegurar que continuará a ter os retornos nos níveis atuais ou que conseguirá mantê-los sem correr riscos adicionais. Caso qualquer dessas hipóteses venha a ocorrer, os resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias estão ou poderão ser envolvidas em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista no curso de seus negócios, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, e que eventualmente alcancem valores substanciais ou, de alguma forma, impeçam a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, poderão afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia. Para maiores informações referente às ações judiciais promovidas contra a Companhia e suas subsidiárias, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

A eventual conduta ilícita daqueles que comercializam os produtos oferecidos pela Companhia e suas subsidiárias, pode ocasionar a responsabilidade da Companhia por atos de terceiro e empregados, gerar danos à imagem da Companhia, bem como afetar adversamente seus negócios e resultados.

A Companhia, e suas subsidiárias, não possuem o controle direto sobre a atuação dos seus corretores terceirizados, tendo em vista a autonomia de tais corretores, nem sobre o atendimento prestado nos canais de distribuição por meio dos quais opera. Da mesma forma, a Companhia, e suas subsidiárias, não possuem controle direto sobre a conduta desempenhada pelos empregados das companhias seguradoras. Portanto, pode haver conduta não condizente com os padrões estabelecidos pela Companhia ou em desacordo com a legislação e com a regulamentação aplicável. Eventuais condutas em desconformidade com os padrões éticos da Companhia poderão prejudicar a imagem e reputação da Companhia no mercado, bem como gerar responsabilidade pelos atos praticados pelos corretores terceirizados, pelos empregados das companhias seguradoras, ou pelos profissionais atuantes no atendimento dos canais de distribuição por meio dos quais as companhias corretoras da Companhia distribuem seus produtos, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

(b) Riscos relativos aos acionistas controladores da Companhia

A Companhia é controlada pela União (Governo Federal), BB Seguros Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A. e Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, e os interesses dos acionistas controladores poderão conflitar com os interesses da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia estão vinculados aos termos e condições de um Acordo de Acionistas e, em decorrência dos termos e condições pactuados, agirão como um bloco de controle, que possui, e continuará possuindo após a oferta pública inicial de ações da Companhia, o poder, entre outros, de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e de determinar o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, inclusive de operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienação de ativos, parcerias e o momento e o valor de quaisquer distribuições de dividendos futuros, sujeitos às exigências mínimas de pagamento de dividendos impostas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76).

Além disso, alguns dos acionistas controladores da Companhia também figuram entre as maiores seguradoras do Brasil e são, consequentemente, alguns de seus maiores clientes. A Companhia não pode garantir que tais acionistas controladores, em seu papel de clientes, atuarão no melhor interesse da Companhia em casos em que sejam verificados conflitos de interesses entre os acionistas, o que poderá afetar as operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A União (Governo Federal) tem poder de veto sobre algumas mudanças na estrutura societária da Companhia, e seus interesses poderão conflitar com os interesses dos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A União (Governo Federal) é titular de ação preferencial de classe especial da Companhia (*Golden Share)*, com poderes de veto sobre determinadas alterações ao Estatuto Social da Companhia, tais como a mudança de nome e marca da Companhia, ou quaisquer alterações às políticas de subscrição e de retrocessão em relação à forma atualmente adotada. O Governo Federal poderá vir a vetar no futuro mudanças que possam ser de interesse dos demais acionistas da Companhia. Não é possível garantir que as aprovações do Governo Federal serão obtidas no futuro para realizar mudanças para os itens mencionados anteriormente. Para informações sobre a referida *Golden Share*, veja o item 18.1 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(c) Riscos relativos aos acionistas da Companhia

Os acionistas da Companhia podem não receber os dividendos ou os juros sobre o capital próprio.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento anual aos seus acionistas de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Não obstante, o lucro líquido da Companhia pode ser incorporado ao seu capital social, utilizado para compensar prejuízos ou então ser retido para a constituição de reservas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite suspender a distribuição obrigatória de dividendos em um determinado exercício na hipótese do Conselho de Administração comunicar aos acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, a distribuição de dividendos pelas controladas e coligadas da Companhia está limitada aos respectivos estatutos sociais e, no caso das empresas do setor de seguro e resseguro, o lucro líquido é apurado com base nas práticas contábeis regulatórias adotadas no Brasil e aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Caso quaisquer destes eventos ocorram, os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Não existe atualmente mercado para as ações ordinárias de emissão da Companhia. A Companhia não pode garantir que suas ações serão negociadas em um mercado ativo e líquido.

Não existe atualmente mercado para as ações ordinárias de emissão da Companhia, não se podendo garantir que haverá um mercado ativo e líquido onde tais ações poderão ser negociadas e, mesmo havendo, que este mercado seja suficientemente líquido. Mercados líquidos e ativos geralmente resultam em menor volatilidade de preços e maior eficiência nas compras e vendas de ações ordinárias.

O investimento em títulos e valores mobiliários no mercado brasileiro está sujeito a certos riscos políticos e econômicos, os quais incluem, mas não se limitam a: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e, (ii) restrições a investimento estrangeiro e o repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários. A B3, antiga BM&FBOVESPA, apresentou, em 31 de dezembro de 2016, uma capitalização de mercado de aproximadamente R$1,84 trilhão, e um volume médio diário de negociação de R$7,41 bilhões. O número total de negócios foi de 244.218.648 e a média diária de negócios foi de 980.798 registrados em 2016. O valor de mercado (capitalização bursátil) das 349 empresas com ações negociadas na B3, ao final de 2016, atingiu R$2,47 trilhões.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações pode diluir a participação acionária dos acionistas da Companhia.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que poderá resultar na diluição da participação acionária de tais acionistas.

(d) Riscos relativos às controladas e coligadas da Companhia

Mudanças regulatórias em países onde a Companhia detém operações podem afetar adversamente a Companhia.

A Companhia conta com uma subsidiária em Nova Iorque, Estados Unidos da América, e uma sucursal no Reino Unido, ambas em fase de *run-off*, e estuda a alienação destes ativos. Estamos, portanto, sujeitos ao risco de que alterações nas leis e regulamentos pertinentes às operações da Companhia nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, ou a adoção de novas leis e regulamentações relacionadas, possam afetar a Companhia de forma adversa, impactando ou onerando eventual alienação de ativos eventualmente decidida, ou aumentando despesas e ônus regulatórios relacionados à manutenção destes ativos até sua alienação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(e) Riscos relativos aos fornecedores da Companhia

Serviços prestados por fornecedores fora das especificações ou com atrasos podem gerar danos à imagem da Companhia

A Companhia está exposta a riscos relacionados a seus fornecedores, que incluem riscos de não atendimento à SLAs (descontinuidade de negócios ou serviços). Serviços de Tecnologia da Informação prestados fora das especificações ou com atrasos podem causar descontinuidade operacional, bem como gerar danos à imagem da Companhia quando os serviços/produtos atendem a atividades relacionadas a clientes, e finalmente questões trabalhistas e jurídicas se relacionadas à gestão dos contratos.

(f) Riscos relativos aos clientes da Companhia

A alta concentração no mercado de seguros brasileiro pode impactar nos resultados da Companhia.

O mercado de seguros brasileiro é altamente concentrado. Conforme dados da SUSEP, as 10 maiores seguradoras detinham aproximadamente 70% da participação do mercado nacional, em 2016. Além disso, entre os clientes da Companhia, estão grandes conglomerados financeiros, com forte alavancagem de negociação. A alta concentração existente pode provocar uma concentração da base de clientes dos resseguradores ou até mesmo uma dependência de poucos clientes, o que poderá implicar em uma perda de poder de negociação, perda de receita e diminuição das margens operacionais.

(g) Riscos relativos aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Condições competitivas no segmento de resseguros podem impactar os resultados da Companhia.

A Companhia já exerceu, durante aproximadamente 70 anos, o monopólio no mercado de resseguros no Brasil e, desde a reforma jurídica e regulamentar no setor de resseguros em 2007, passou a competir neste mercado com resseguradores locais, admitidos e eventuais. Atualmente, existem aproximadamente 130 resseguradores atuantes no Brasil. A Companhia também enfrenta concorrência com resseguradoras internacionais, muitas das quais são grandes conglomerados internacionais com maior presença geográfica, escala e oferta de produtos.

A concorrência no segmento de resseguros poderá ser diretamente impactada por exigências regulatórias de capital, regras de retenção e cessão de limites relativos a operações de resseguros intragrupo. A indústria de resseguros também poderá ser impactada caso as novas exigências de capital impostas pelo Acordo da Basiléia III sobre os bancos resultem no desinvestimento de suas operações de seguros.

O grau de concorrência enfrentado pela Companhia pode ser impactado pela mudança do marco regulatório e da regulação aplicável às resseguradoras em atividade no Brasil. Para mais informações sobre as mudanças recentes do marco regulatório e da regulação aplicável às resseguradoras em atividade no Brasil, veja abaixo o risco intitulado: “A Companhia está ampla e continuamente sujeita a regulamentações promovidas pelos respectivos órgãos reguladores, que estão sujeitas a mudanças e podem afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.”

A incapacidade da Companhia de concorrer efetivamente no mercado de resseguros poderá resultar na perda de negócios existentes e de oportunidades de atrair novos negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre sua condição financeira e resultados operacionais.

As operações de reorganização societária das indústrias de seguros e resseguros podem impactar adversamente a Companhia.

Os participantes da indústria de seguros poderão optar pela consolidação por meio de operações de fusão e aquisição. Essas entidades consolidadas poderão fazer uso de seu poder de mercado reforçado e sua base de capital ampliada para negociar reduções nos preços dos produtos e serviços da Companhia e para reduzir a utilização de resseguros e, dessa forma, a Companhia poderá ter seus preços reduzidos e possivelmente realizar um volume menor de negócios.

A consolidação da indústria de resseguros também poderá ocorrer mediante operações de fusão e aquisição entre os concorrentes da Companhia. Tal atividade de crescimento externo dos concorrentes da Companhia poderia reforçar sua posição em termos de concorrência, de forma que tais concorrentes poderiam oferecer um maior volume ou uma gama maior de produtos, o que os possibilitaria obter participações de mercados à custa da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de quaisquer dos eventos dispostos acima poderá ter um efeito adverso sobre os negócios, receitas atuais e futuras, lucro líquido, fluxos de caixa, posição financeira e, possivelmente, no preço das ações da Companhia.

Mudanças no setor de corretagem podem trazer aumentos nos custos de distribuição.

Mudanças no setor de corretagem, tais como aquisição e fusão de corretoras, verticalização de corretores de seguros e resseguros ou aumento de poder de mercado de corretoras podem ocasionar pressão de preços e consequente deterioração dos resultados da Companhia.

(h) Riscos relativos à regulação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia está ampla e continuamente sujeita à regulamentação por parte de órgãos reguladores, a qual está sujeita a mudanças e, consequentemente, pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A estrutura regulatória brasileira que rege as sociedades resseguradoras está em contínua evolução desde o fim do monopólio e o início da concorrência no setor a partir de 2007. A Companhia está sujeita às leis e regulamentações específicas do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), e da SUSEP, que incidem sobre os negócios da Companhia, incluindo, mas não se limitando, as que impõem ou disciplinam:

(i) pedidos de autorização para constituição, organização, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento de ações, transferência de controle acionário, eleição de conselheiros e diretores e reformas em seu estatuto social;

(ii) aprovação dos limites de operações;

(iii) procedimentos relativos à lavagem de dinheiro e *compliance*;

(iv) movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;

(v) execução das normas gerais de contabilidade e estatística pelo CNSP;

(vi) liquidação das sociedades seguradoras cuja autorização para funcionar no País seja cassada; e

(vii) exigências de capital mínimo, reservas obrigatórias, margens de solvência e requisitos de liquidez.

A SUSEP é o principal órgão regulador e fiscalizador da atividade econômica de resseguro explorada pela Companhia. O descumprimento das regras impostas ao setor de resseguros pode acarretar, desde a emissão de recomendações até a imposição de sanções, as quais podem variar notadamente de simples advertência, passando por multas, culminando com a cassação da autorização da Companhia para funcionar.

A Resolução CNSP nº 325, de 30 de julho de 2015 referendou a Resolução CNSP nº 322/2015, estipulando alterações, que tiveram por objetivo principal:

(i) incluir um escalonamento (20%, 30%, 45%, 60% e 75%) de aumento do percentual de 20%, de 31 de dezembro de 2016 a 01 de janeiro de 2020, de cessão do prêmio correspondente a cada contrato automático facultativo, para empresas do mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, desde que cadastradas como resseguradores admitidos ou eventuais; e

(ii) incluir um escalonamento (40%, 30%, 25%, 20% e 15%) de redução do atual percentual de 40% da cessão de resseguro, a ser contratado obrigatoriamente com o mercado local, de 31 de dezembro de 2016 a 01 de janeiro de 2020.

Não é possível garantir que o Governo Federal não alterará as leis ou a regulamentação, de modo a limitar os aumentos dos prêmios, impor padrões mais severos ou alterações que, de outra forma, teriam um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia. A estrutura regulatória a que estão sujeitas as seguradoras e resseguradoras brasileiras está em constante evolução e novas leis e regulamentações podem ser adotadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(i) Riscos relativos aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia está exposta a riscos oriundos de novos mercados ou novos negócios em que resolva atuar.

A Companhia vem expandindo suas operações para novos mercados, em especial América Latina, o que a sujeita a determinados riscos. É preciso se adaptar às condições locais uma vez que a Companhia dependerá altamente das condições econômicas e regulatórias em vigor, das disposições de cooperação de sócios em potencial, da acessibilidade das respectivas indústrias dos mercados e dos canais locais de vendas. Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de reversão das medidas tomadas à abertura dos mercados. Há ainda a possibilidade de ocorrência de eventos decorrentes de catástrofes naturais, atingindo vários riscos cobertos simultaneamente, o que pode implicar em perdas elevadas em um curto período de tempo. A probabilidade de ocorrência de terremoto ou um furacão é maior em alguns países da América Latina quando comparamos com as ocorrências de eventos desta magnitude no Brasil.

No caso de falha, atraso ou de dificuldades não previstas na tentativa de ingresso em um mercado novo, as operações, condições financeiras e os resultados consolidados da Companhia poderão ser afetados de forma adversa.

(j) Riscos Macroeconômicos

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia, de alguma maneira, e em medida dificilmente mensurável por qualquer agente de mercado, prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. A perspectiva de crescimento dos Estados Unidos, China e União Europeia permanece baixa, considerando determinados requisitos de poupança, política fiscal mais firme e as baixas taxas de crescimento global. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), que poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais e impactar as operações internacionais da Companhia. Adicionalmente, o Brexit poderia levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar o resultado financeiro da companhia, bem como a percepção de lucratividade do setor de seguros. O Impacto direto de alta de juros se dá na parcela da carteira de investimentos prefixada, impactando negativamente a marcação à mercado destes ativos sensíveis a variação das taxas de juros. Analogamente, reduções expressivas das taxas de juros podem impactar positivamente tal parcela, contudo, eventualmente podem reduzir a demanda de produtos de seguros/resseguros e impactar o resultado financeiro, vide menor rentabilidade da parcela indexada às taxas flutuantes como CDI e SELIC. Podendo em casos de grandes oscilações nas taxas de juros refletir nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão afetar a Companhia de forma adversa.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o Banco Central eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Estas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, o que poderá ter um efeito adverso à Companhia.

À medida que as operações internacionais da Companhia aumentam, a turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das operações da Companhia. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

A inflação e eventuais medidas adotadas pelo Governo Federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, podendo gerar um efeito adverso relevante a todo o mercado, inclusive acarretando eventuais consequências em relação à condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações da Companhia.

A inflação, as ações para combater a inflação, e a especulação pública sobre possíveis medidas para combatê-la também contribuíram, de forma importante, para a incerteza econômica no Brasil no passado e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. O Brasil, dependendo das circunstâncias econômicas futuras, poderá experimentar altos níveis de inflação. Períodos de altos níveis de inflação poderão desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, o que, se caracterizado, poderia gerar uma queda na demanda pelos produtos da Companhia no Brasil. Além disso, uma inflação alta eleva a taxa de juros, e, consequentemente, os custos da Companhia poderão também aumentar, resultando em um lucro líquido menor. A inflação e seus efeitos sobre a taxa de juros interna podem, ainda, acarretar a redução da liquidez nos mercados internos de capitais e de crédito, o que poderá afetar negativamente o negócio, resultados operacionais e a própria condição financeira da Companhia.

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional poderão afetar negativamente os resultados das operações da Companhia e sua condição financeira.

A situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados pelas condições econômicas no país. Futuras reduções nas taxas de crescimento do Brasil podem afetar o consumo dos produtos da Companhia e, consequentemente, poderão afetar negativamente sua estratégia de negócio, seus resultados operacionais bem como sua própria condição financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O governo brasileiro intervém na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo brasileiro, detidos pela Companhia. Os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como:

- eleições políticas;
- política monetária;
- taxas de juros;
- taxas de inflação;
- liquidez nos mercados internos de capital, empréstimos e crédito;
- controles de exportação e importação;
- taxas de câmbio e controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;
- escassez de energia;
- instabilidade econômica e social; e
- outras eventualidades não mensuradas acima.

O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando, conforme o caso, na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente o valor de mercado da companhia.

Recentemente, o Brasil experimentou a perda do grau de investimento na classificação de risco de crédito da agência de classificação de riscos *Standard & Poors*, *Fitch Ratings* e *Moody´s*. Dessa forma, eventuais alterações nas políticas do governo brasileiro, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além do controle da Companhia, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre a Companhia e no preço de mercado das ações de sua emissão.

A instabilidade política pode afetar adversamente nossos negócios e resultados e o preço de nossas ações.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Atualmente, os mercados brasileiros estão enfrentando um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção em curso, os quais estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield e outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito municipal, estadual e federal, bem como altos funcionários de grandes empresas estão sendo processados pelo crime de corrupção.

Como resultado, diversos políticos, incluindo deputados e senadores, e diretores de empresas estatais e privadas no Brasil renunciaram ou foram presos. Atualmente, políticos e outros funcionários públicos estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante as investigações das Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield e outras.

O potencial resultado das investigações sobre o esquema de corrupção é incerto, mas as investigações já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas implicadas e sobre a percepção geral do mercado da economia brasileira. Não podemos prever se tais alegações levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra os funcionários do governo irão surgir no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, os tribunais eleitorais brasileiros estão atualmente analisando diversas ações relativas, entre outros assuntos, a alegações de contribuições para campanhas políticas que não foram contabilizadas, incluindo contribuições feitas a diversos membros do atual Governo Federal, os quais são acusados de terem recebido recursos relacionados ao esquema de corrupção sob investigação na Operação Lava Jato. Caso algum desses processos confirme o que está sendo alegado, a eleição presidencial realizada em 2014 pode ser anulada e nova eleição convocada.

O desenrolar de tais casos de conduta antiética pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados.

Em 26 de outubro de 2014, a Presidente Dilma Rousseff foi reeleita após uma acirrada campanha eleitoral à Presidência. O segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff foi marcado pela insatisfação de determinados segmentos da população, conforme evidenciado pelos diversos protestos populares. Essa insatisfação é atribuída a acontecimentos como o agravamento do cenário econômico (incluindo o aumento da inflação e dos preços dos combustíveis, bem como o aumento dos índices de desemprego), a percepção de corrupção generalizada (incluindo acusações relativas ao escândalo de corrupção amplamente noticiado envolvendo a Petrobras), bem como outros fatores. Além disso, a economia brasileira continua sujeita aos efeitos do resultado do processo de impeachment que, após julgamento pelo Senado em 31 de agosto de 2016, resultou no impeachment da então presidente Dilma Rousseff e na posse do vice-presidente, Michel Temer, do cargo de presidente do Brasil. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. O processo de impeachment afetou e poderá continuar afetando adversamente os mercados brasileiros e preços de negociação dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

Mais recentemente, em maio de 2017, o avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República aumentou a incerteza em relação às perspectivas futuras do mercado brasileiro, inclusive com o protocolo de vários pedidos de impeachment contra o Presidente Michel Temer, bem como uma denúncia foi apresentada pela PGR posteriormente – que podem resultar, inclusive, no seu afastamento da Presidência da República –, após alegações de que o Sr. Temer supostamente endossou o suborno de um político encarcerado. Não podemos prever se as investigações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra membros do alto escalão do Governo Federal no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado de nenhuma dessas investigações incluindo seus efeitos sobre a economia brasileira. A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios.

Não podemos prever se as investigações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra membros do alto escalão do Governo Federal no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado de nenhuma dessas investigações incluindo seus efeitos sobre a economia brasileira. A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios. Além disso, em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, seus negócios ou condição financeira. A instabilidade política e econômica atual levou a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente nossos negócios e nossas ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os nossos negócios.

(k) Riscos Socioambientais

A exposição aos riscos socioambientais decorrentes do processo de subscrição podem causar eventuais prejuízos à imagem, reputação e perdas financeiras à Companhia.

A Companhia está exposta a riscos socioambientais no seu processo de subscrição, uma vez que não possui informações sobre todos os dados dos segurados em algumas modalidades de contratos de resseguro. Nestes contratos, a cedente inclui todos os riscos que se enquadrem nas condições previstas, sem análise individual.

Existe a possibilidade de que segurados com incidentes ou exposições a esta classe de risco sejam repassados ao contrato de resseguro e, portanto, tenham amplo direito às coberturas contratuais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em outras tipologias de contratos a avaliação de riscos socioambientais está a cargo da seguradora mesmo que seguindo manuais de subscrição acordado com esta Companhia. Desta forma, segurados com incidentes ou exposições a esta classe de risco podem ser repassados ao contrato de resseguro, o que poderá, consequentemente, prejudicar a imagem e reputação da Companhia, assim como sujeitá-la a elevadas perdas financeiras, a depender da magnitude dos danos ambientais, decorrentes ou não de ações judiciais.

Em ocasiões, no mercado internacional, o mercado segurador e ressegurador têm sido acionados a pagar os danos socioambientais causados por sinistros de seus clientes por força legal ou de regulamentação, especialmente em relação a casos de poluição.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, e que pode refletir na redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado são: as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos.

Risco de moeda estrangeira:

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, como a libra esterlina, o euro e o peso argentino.

Para a análise de sensibilidade, as variações na taxa de câmbio R$/US$ foram consideradas os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do período findo em 31 de março de 2017, uma valorização de 25,0% (Cenário I – taxa de câmbio R$3,96) e uma valorização de 50,0% (Cenário II – taxa de câmbio R$/US$4,75) em relação à taxa de câmbio de 31 de março de 2017, quando a taxa era de R$3,16. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	31 de março de 2017	Acréscimo de perda em relação ao cenário base	
Grupo	**Base**	**Cenário I**	**Cenário II**
Total de ativos em moeda estrangeira	3.900.361	975.090	1.950.181
Total de passivos	(3.929.939)	(982.485)	(1.964.970)
Exposição líquida	(29.578)	(7.395)	(14.789)
Impacto (%) no patrimônio líquido		(0,2)	(0,5)
Impacto (%) no resultado		(3,3)	(6,6)

Risco atrelado à taxa de juros:

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros uma vez que possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade, as variações na taxa de juros SELIC foram considerados nos seguintes cenários: uma variação de 25,0% (Cenário I – taxa de 15,2%) e uma variação de 50,0% (Cenário II – taxa de 18,2%) em relação à curva de juros para 31 de março de 2017, quando a taxa era de 12,13%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de março de 2017	Acréscimo de perda em relação ao cenário base	
Grupo	**Base**	**Cenário I**	**Cenário II**
Carteira Total(*)	5.866.742	5.803.171	5.760.389
Impacto (%)		-1,1	-1,8
Impacto (R$ mil)		-63.570	-106.353
Impacto (%) no patrimônio líquido		-2,1	-3,4
Impacto (%) no resultado		-28,5	-47,8

(*) Saldo da Carteira total não inclui saldo das contas correntes, vide nota 6.1.

Risco de crédito

Risco de crédito corresponde ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais com perdas financeiras. A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Ativos de retrocessão

	31 de março de 2017			
	% de resseguradores participantes dos contratos e proteções em vigor			
Faixa de *rating* (*)	**Local**	**Admitido**	**Eventual**	**Total**
AAA ou equivalente	–	5,6	0,4	6,0
AA ou equivalente	–	37,9	5,1	43,0
A ou equivalente	0,2	14,3	35,8	50,3
BBB ou equivalente	–	–	–	–
Sem *rating*	0,2	0,1	0,4	0,7
	0,4	57,9	41,7	100,0

*Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P – Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch*.

Exposiçao ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros devido à natureza do mercado de resseguro. Abaixo seguem as classificações de risco por idade dos saldos.

	Controladora							
	31 de março de 2017							
		Ativos vencidos e não *"impaired"'*						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos e não "*impaired*"**	**0 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**Acima de 180 dias**	**Valor contábil**	**Saldo contábil 31 de dezembro de 2016**
Caixa e equivalente de caixa	294.097						294.097	213.543
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	57.714						57.714	21.649
Públicos	718.179						718.179	136.664
Exterior	406.889						406.889	495.190
Dsponíveis para venda								
Privados	164.399						164.399	405.629
Públicos	3.632.491						3.632.491	4.183.517
Exterior	192.598						192.598	264.898
Mantido até o vencimento								
Privados	–						–	258.287
Exterior	267.593						267.593	5.264
Créditos com operações seguradora e resseguradora	2.112.105	136.953	87.645	100.856	64.919	228.832	2.731.310	2.460.462
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**7.846.065**	**136.953**	**87.645**	**100.856**	**64.919**	**228.832**	**8.465.270**	**8.445.103**

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Consolidado							
	31 de março de 2017							
	Ativos não vencidos e não *"impaired"*	Ativos vencidos e não *"impaired"*						Saldo contábil 31 de dezembro de 2016
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor contábil	
Caixa e equivalente de caixa	298.309						298.309	217.575
Ao valor justo por meio do resultado								
Privados	213.419						213.419	41.290
Públicos	718.179						718.179	136.984
Exterior	406.889						406.889	495.190
Disponíveis para venda								
Privados	202.410						202.410	195.217
Públicos	3.632.491						3.632.491	4.183.540
Exterior	208.221						208.221	280.869
Mantido até o vencimento								
Privados	–						–	258.287
Exterior	267.593						267.593	5.264
Créditos com operações seguradora e resseguradora	2.112.119	136.953	87.645	100.856	64.919	228.832	2.731.324	2.468.777
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	**8.059.630**	**136.953**	**87.645**	**100.856**	**64.919**	**228.832**	**8.678.835**	**8.282.993**

Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumprí-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.

	Controladora					
	Maturidade dos passivos em 31 de março de 2017					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**953.255**	**1.764.972**	**1.021.844**	**932.215**	**1.280.712**	**5.952.998**
PSL Total	363.604	1.290.201	719.745	624.881	1.128.738	4.127.169
IBNR + IBNER	579.478	422.420	268.044	303.061	145.405	1.718.408
PET	6.532	44.110	29.365	–	–	80.007
PDR	3.641	8.241	4.690	4.273	6.569	27.414

	Consolidado					
	Maturidade dos passivos em 31 de março de 2017					
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	**981.833**	**1.764.972**	**1.021.844**	**932.215**	**1.280.712**	**5.981.576**
PSL Total	392.182	1.290.201	719.745	624.881	1.128.738	4.155.747
IBNR + IBNER	579.478	422.420	268.044	303.061	145.405	1.718.408
PET	6.532	44.110	29.365	–	–	80.007
PDR	3.641	8.241	4.690	4.273	6.569	27.414

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível (não operacional e operacional). Em 31 de março de 2017, a quantidade total de processos e os valores efetivamente provisionados eram de aproximadamente:

(i) *Processos tributários*: total de 31 processos ativos, dos quais 4 se referem a potenciais direitos creditórios e 27 representam contingências passivas materializadas no valor de, aproximadamente, R$1.182,5 milhões. Há depósitos no montante de, aproximadamente, R$ 538,4 milhões e valores provisionados no montante de, aproximadamente, R$397,6 milhões; e

(ii) *Processos trabalhistas e cíveis não operacionais:* total de 209 processos ativos, com valores provisionados no montante de aproximadamente R$55,2 milhões.

As provisões tributárias, trabalhistas e cíveis não operacionais da Companhia são registradas conforme Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, sendo constituídas nos casos de processos avaliados por seus consultores jurídicos como de chance de perda provável.

Em relação aos processos cíveis operacionais, em 31 de março de 2017, R$345,5 milhões foram provisionados, com base nos parâmetros previstos na Resolução CNSP nº 321/15 e Circular SUSEP nº 517/15, havendo a efetiva constituição de provisão nos processos avaliados por seus consultores jurídicos como de probabilidade de perda remota, possível e provável, incidindo percentuais distintos de provisionamento, dependendo da classificação de perda de cada processo.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa o patrimônio da Companhia, sua capacidade financeira e seus negócios, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática ou riscos jurídicos diversos.

Processos de natureza tributária

Em 31 de março de 2017, a Companhia era parte em 31 processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial, nos quais se discute contingências passivas (débitos tributários), e ativas (potenciais créditos). Na mesma data, o valor total provisionado referente a tais processos era de aproximadamente R$397,6 milhões.

No tocante aos referidos processos, a Companhia relaciona, abaixo, aqueles que podem impactar negativamente as suas atividades, descrevendo as informações mais relevantes de cada um deles.

Ação Declaratória cumulada com Anulatória – Créditos de FINSOCIAL (Ação Ordinária nº 0092662-52.2016.4.02.5101)

a.	**Juízo**	14ª Vara Federal no Rio de Janeiro
b.	**Instância**	1ª Instância
c.	**data de instauração**	11.07.2016
d.	**partes no processo**	IRB Brasil RE X União Federal (Fazenda Nacional)
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$60.786.323,80 (atualizado para março/2017) R$56,107 milhões (valor do depósito judicial)
f.	**principais fatos**	Trata-se de Ação Declaratória cumulada com Anulatória, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada no dia 11.07.2016, pelo IRB Brasil RE, perante a 14ª Vara Federal no Rio de Janeiro, em face da decisão administrativa que denegou a restituição, pleiteada pela Companhia, de créditos fiscais de FINSOCIAL, no valor de aproximadamente R$55 milhões, tendo como base a autorização contida no artigo 169, do Código Tributário Nacional - CTN.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A referida decisão definitiva na esfera administrativa foi recebida pela Companhia em 29.06.2016, por meio do Termo de Intimação n° 914/2016 enviado pela Receita Federal do Brasil, o qual encerrou definitivamente o Processo Administrativo nº 10768.011681/2001-11, que tinha como objeto o pedido de restituição de um crédito fiscal de FINSOCIAL, à época (out/2001), no valor de aproximadamente R$33 milhões.

Conforme ressaltado, o referido processo administrativo foi formalizado em virtude de pedido de restituição formulado pelo IRB Brasil RE, em 01.10.2001, objetivando a recuperação de valores recolhidos a maior a título de FINSOCIAL, no período compreendido entre 1989 e 1992, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, das majorações de alíquotas impostas pelas Leis nº 7.689/89, 7.787/89, 7.891/89 e 8.147/90, pelo julgamento do RE nº 201.372/SP e do AGRE nº 275.300-9/SP.

No presente caso, não fora questionada a legitimidade do direito creditório da Companhia, de modo que a discussão se manteve tão somente quanto ao prazo para pleitear a restituição do indébito.

Desta forma, tem-se que a decisão, proferida pelo Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), rejeitou os embargos de declaração opostos pela Companhia nos autos do referido processo administrativo, mantendo, de forma definitiva, o acórdão do CARF que indeferiu tal pedido, por entender que o direito do IRB Brasil RE pleitear a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de FINSOCIAL teria decaído, tendo em vista que o prazo seria de 05 anos, contados da data de vigência da MP nº 1.110/95, ou da data do pagamento indevido, nos termos do artigo 168, inciso I, do CTN, com interpretação dada pela Lei Complementar nº 118/2005.

Com o encerramento da discussão na via administrativa, de forma desfavorável à Companhia, o débito de IRPJ, relativo ao 2º trimestre de 2002, objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, o qual seria quitado por meio de compensação com os créditos objeto do pedido de restituição formulado no Processo Administrativo nº 10768.011681/2001-11, teve sua exigibilidade reativada, alcançando, atualmente, o valor de R$55.886.600,00, conforme DARF anexo ao referido Termo de Intimação.

Diante deste cenário, para que seja reconhecido o crédito pleiteado pelo IRB Brasil RE e, por conseguinte, quitado o débito objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, foi ajuizada a referida medida judicial em face da decisão administrativa que denegou a restituição pleiteada pela Companhia, tendo como base a autorização contida no artigo 169, do CTN.

A Companhia efetuou depósito judicial do montante do débito de IRPJ discutido. Atualmente, o processo aguarda julgamento em 1ª. instância.

Neste sentido, a Consultoria Jurídica da Companhia e o referido escritório externo (Castro Barros) entendem como possíveis as chances de êxito no questionamento judicial desta decisão administrativa. Isto porque, diferentemente do que restou decido na esfera administrativa, o Plenário do STF julgou, sob o regime da repercussão geral, o RE nº 566.621, para definir o entendimento de que nas restituições pleiteadas anteriormente à vigência da LC nº 118/2005, que é o caso do pedido em questão, deve ser aplicado o prazo dos 10 anos, consubstanciados na tese dos 5 mais 5 (cinco para homologar e mais cinco para repetir).

g.	**chance de perda**	Possível
h.	**análise do impacto em caso de perda**	A Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados, os quais foram depositados judicialmente em 27.07.2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Mandado de Segurança nº 2008.51.01.028018-0 e Mandado de Segurança nº 0134273-19.2015.4.02.5101.

a.	**juízo**	3ª Vara da Justiça Federal da Comarca do Rio de Janeiro 8ª Vara da Justiça Federal da Comarca do Rio de Janeiro
b.	**instância**	2ª instância
c.	**data de instauração**	30.06.2008 e 30.10.2015
d.	**partes no processo**	IRB Brasil RE X Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro – DEMAC/RJ.
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$413,793 milhões em 31 de março de 2017 (valor envolvido). R$397,654 milhões em 31 de março de 2017 (valor provisionado).
f.	**principais fatos**	O Mandado de Segurança nº 2008.51.01.028018-0 foi impetrado para declarar a inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória nº 413/08 referente à diferença da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social, bem como suspender a exigibilidade do crédito tributário. Em 30 de junho de 2008, foi proferida a decisão judicial, deferindo a liminar e autorizando a Companhia a realizar, mensalmente, o depósito judicial referente aos valores da CSLL questionados no aludido Mandado de Segurança. Na mesma decisão, restou suspensa a exigibilidade do crédito tributário objeto da demanda judicial. Desde então, a Companhia mensalmente recolhe diretamente aos cofres públicos a CSLL à alíquota de 9% e deposita judicialmente a diferença de alíquota de 6%. Em 31 de agosto de 2009 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido, condenando a Companhia nas custas, sem honorários. Em 22 de setembro de 2009, a Companha interpôs recurso de apelação, o qual teve provimento negado por unanimidade. Em face desta última decisão foi interposto recurso extraordinário, que foi inadmitido em 18/01/2017, por meio de decisão contra a qual foi interposto Agravo. Já o Mandado de Segurança nº 0134273-19.2018.4.02.5101 foi impetrado o Objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n° 13.169 de 07.10.2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15% para 20%. O pedido de liminar foi denegado, sob a alegação de que a discussão em tela não seria nova. Contra essa decisão, foi interposto Agravo de Instrumento. Em março/2016, foi prolatada sentença denegando a segurança pleiteada, em face da qual a empresa opôs Embargos de Declaração. Os Embargos de Declaração foram rejeitados e, em julho/2016, foi interposto Recurso de Apelação. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou provimento à Apelação interposta, decisão que foi objeto de Embargos de Declaração por parte da Companhia, os quais aguardam julgamento. A partir de 30 de setembro de 2015, o IRB Brasil RE optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9%) quanto a parcela controversa (11%).
g.	**chance de perda**	Provável.
h.	**análise do impacto em caso de perda**	O risco da Companhia consiste em ter os depósitos realizados convertidos em renda da União Federal.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Mandado de Segurança nº 99.00.23782-0

a.	**juízo**	26ª Vara da Justiça Federal da Comarca do Rio de Janeiro
b.	**instância**	2ª instância
c.	**data de instauração**	Outubro de 1998
d.	**partes no processo**	IRB Brasil RE X Coordenador Gerente de Arrecadação e Fiscalização do INSS do Rio de Janeiro.
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$48.263.809,99 em 31 de março de 2017.
f.	**principais fatos**	A Companhia foi autuada pelo INSS com base no entendimento que esta deveria ser enquadrada no grupo das instituições financeiras e empresas de seguro privado (Lei n° 8.212/91, art. 22, I) e sujeita à alíquota adicional de INSS de 2,5% (Processo Administrativo NFLD n° 32.711.075-9). Diante da referida autuação pela fiscalização do INSS, a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a cobrança do adicional de 2,5% nas contribuições previdenciárias (§ 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91), inclusive do crédito formalizado pela NFLD nº 32.711.075-9, referente ao período de 09/89 a 09/98, face à violação ao princípio da isonomia; decadência do direito do fisco em exigir parte dos débitos em questão; e a indevida utilização da TRD para o cômputo dos juros moratórios aplicados. A Companhia realizou depósitos judiciais cujo valor atualizado em março de 2017 é de aproximadamente R$48.322 milhões. O Supremo Tribunal Federal julgou o leading case (RE nº 598.572), no qual discute-se a constitucionalidade do artigo 22, § 1º, da Lei 8.212/91, referente ao adicional de 2,5% nas contribuições previdenciárias das instituições financeiras e demais relacionadas na referida norma legal. Por unanimidade de votos, restou decidido pela constitucionalidade da cobrança do adicional de 2,5% em questão. Contudo, a Corte ponderou que este precedente seria aplicado com limite temporal, aplicando-se apenas para os casos de cobrança de fatos geradores ocorridos após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, eis que o período anterior será analisado por meio de outro recurso (RE nº 599.309/SP). Assim, o STF fixou a seguinte tese: “É constitucional a previsão legal de diferenciação de alíquotas em relação às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários de instituições financeiras ou de entidades a elas legalmente equiparáveis, após a edição da Emenda Constitucional nº 20/1998”. Por meio do Mandado de Segurança nº 99.0023782-0 em referência, o IRB Brasil RE questiona a cobrança do adicional de 2,5%, tanto antes da EC nº 20/1998, quanto depois da sua vigência. A referida EC nº 20/1998 legitimou a cobrança de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica desenvolvida, ao incluir no artigo 195, da Constituição Federal. Desta forma, tendo sido expressamente determinada limitação temporal na referida decisão, entende-se que este posicionamento não se aplica à totalidade da discussão objeto do Mandado de Segurança nº 99.0023782-0, já que os débitos formalizados pela NFLD nº 32.711.075-9 referem-se a período (de janeiro de 1993 a setembro de 1998) anterior à vigência da Emenda Constitucional nº 20/1998 (a partir de dezembro de 1998).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

		A Companhia apresentou petição requerendo o sobrestamento do feito até o julgamento, pelo STF, do RE nº 599/309/SP. Aguarda-se julgamento do *leading case*.
g.	**chance de perda**	Possível.
h.	**análise do impacto em caso de perda**	O risco da Companhia consiste em não ter a devolução dos valores já depositados nos autos da referida ação judicial, devidamente atualizados.

Auto de Infração PIS/COFINS nº 16682.720511/2011-11

a.	**juízo**	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b.	**instância**	2ª instância
c.	**data de instauração**	30.06.2011
d.	**partes no processo**	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$77.536.848,59 em 31 de março de 2017.
f.	**principais fatos**	Em 30 de junho de 2011, a Companhia, após encerramento da fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente à apuração do PIS/COFINS do período de julho de 2007 a dezembro de 2009, recebeu o auto de infração cobrando supostos créditos tributários no aludido período. Considerou a autoridade que a Companhia teria excluído indevidamente das respectivas bases tributáveis os seguintes valores: (a) variações cambiais passivas; (b) quantias por ele repassadas ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), a título de contribuição sobre o excedente do lucro máximo admissível tecnicamente nas operações de seguros de crédito rural, e, ainda, (c) "despesas com retenções diversas". Em 29 de julho de 2011, foi apresentada impugnação. Em 29 de fevereiro de 2012, os autos foram remetidos à Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário da DEMAC/RJ. Em 18 de outubro de 2012, a Companhia interpôs Recurso Voluntário contra a decisão que julgou parcialmente procedente a autuação. Em sessão de julgamento realizada em 20 de agosto de 2013, o CARF, por unanimidade, deu parcial provimento ao Recurso Voluntário, para cancelar as exigências referentes à glosa das deduções de variação monetária passiva das receitas de variação cambial ativa. O IRB e a União federal interpuseram recurso especial de divergência contra o referido acórdão. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos.
g.	**chance de perda**	Possível.
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Auto de Infração de PIS/COFINS nº 16682.720146/2015-78 (Jan/2010 a Dez/2011)

a.	**juízo**	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b.	**instância**	2ª instância
c.	**data de instauração**	26.01.2015
d.	**partes no processo**	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 425.969.184,67. Foi proferida decisão unânime pela Delegacia Regional de Julgamento, em 25.06.2015, sujeita a revisão pelo CARF, que reduziu o valor do auto de infração para R$ 1.358.380,35 (atualizado para 31.03.2017).
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo no qual se pretende a cobrança de crédito tributário de PIS (R$44.785.676,55) e COFINS (R$275.604.163,30) relativos ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, totalizando o montante de R$320.389.839,55, já acrescido de juros e multa. De acordo com o entendimento da Fiscalização, a Companhia teria (i) deixado de incluir na base de cálculo do PIS e da COFINS as variações monetárias ativas decorrentes de reservas ou provisões técnicas e fundos especiais realizadas em virtude de determinação legal (artigos 84 e 85 do Decreto nº 73/1966 e (ii) excluído indevidamente da base de cálculo do PIS e da COFINS valores referentes às contribuições realizadas em favor do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural ("FESR"). No julgamento da impugnação em 25.06.2015, a DRJ exonerou grande parte do crédito tributário reduzindo o valor de R$320.389.839,85 para R$1.194.654,99, com base no entendimento que os investimentos financeiros não fazem parte do objeto das seguradoras, nem são inerentes à sua atividade operacional. Houve interposição de recurso de ofício por parte da Receita Federal. Em face dessa decisão foi interposto Recurso Voluntário pelo IRB e recurso de oficio pela Turma Julgadora. No momento, o valor original atualizado do referido Auto de Infração é de, aproximadamente, R$ 420 milhões, estando o processo administrativo em questão no CARF aguardando julgamento dos Recursos de Ofício e Voluntário interpostos.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos fiscais cobrados no processo no valor original de, aproximadamente, R$ 420 milhões, devidamente atualizados, conforme acima mencionado.

Processos de natureza trabalhista

De acordo com o relatório consolidado de demandas judiciais, a Companhia, em 31 de março de 2017, figurava como parte em 185 processos de natureza trabalhista movidos por funcionários ou ex-funcionários, dos quais; (i) 54 processos encontram-se provisionados, com valor total envolvido de, aproximadamente, R$53,4 milhões; e (ii) 131 processos sem quaisquer provisões de valores, mas com valores envolvidos de, aproximadamente, R$47,8 milhões. Os processos trabalhistas, nos quais a Companhia é parte, apresentam, em linhas gerais, os seguintes objetos: (i) planos de cargos e salários; (ii) diferenças de horas extras e reflexos; (iii) pagamento de verbas rescisórias e diferenças de verbas não pagas; e (iv) pedidos de reintegração, dentre outros.

Além das 185 ações de natureza trabalhista acima discriminadas, a Companhia ainda possui mais uma demanda judicial,abaixo discriminada, onde figura como parte em Ação Civil Pública movida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros. A Companhia não dispõe de qualquer valor provisionado para o presente caso, sendo que o valor envolvido corresponde ao montante de R$13,9 milhões.

Ação Civil Pública nº 0010694-57.2014.5.01.0075

a. juízo	75ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02/06/2014
d. partes no processo	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC X Companhia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$13,9 milhões em 31 de março de 2017.
f.	**principais fatos**	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada contra a Companhia pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC, em trâmite na 75ª Vara do Trabalho, por meio da qual as referidas partes autoras pleiteiam, em suma, pelo deferimento de medida liminar, e a sua confirmação em decisão final de mérito, para que seja determinado o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde PCAM, relativamente à assistência médica, cirúrgica, hospitalar, de ambulatório, domiciliar, dentária, farmacêutica, social e assistência ao excepcional, sobretudo na forma estabelecida antes da alteração para o plano MEDISERVICE. Alegam os autores que foram promovidas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Portanto, além do restabelecimento das condições originais do PCAM, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos, no valor de 10 remunerações pagas a cada substituído, e às entidades sindicais, no valor de, no mínimo, R$250.000,00. Frustradas as tentativas de acordo entre as partes, o Juízo decidiu, em audiência realizada em 14 de outubro de 2014, pela suspensão do processo, enquanto se aguarda o trânsito em julgado das decisões proferidas nos processos referentes às Ações de Consignação em Pagamento e Declaratória, ambas em curso perante a 25ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, tendo em vista a discussão existente acerca da ausência de registro sindical do SINTRES junto ao Ministério do Trabalho. Em 25 de novembro de 2014, foi proferido despacho mantendo a suspensão do feito e determinando a intimação do MPT para que se manifeste quanto ao seu possível ingresso no feito, a fim de viabilizar o prosseguimento da ação. Atualmente, portanto, aguarda-se a manifestação do MPT. Em 08.06.2015, foi proferido o seguinte despacho: “Autos conclusos. Aguarda-se por 180 dias”. Em 08.09.2015, os autores peticionaram ao Juízo informando a extinção do registro do PCAM junto à ANS, pleiteando pela remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho para que o órgão adotasse as providências que entendesse necessárias, e a intimação da ANS para que tomasse ciência da existência da demanda, o que foi deferido pela magistrada em 15.09.2015. Intimado, o Ministério Público do Trabalho se limitou a requerer o fim da suspensão do processo, o que foi indeferido pela juíza mediante a inexistência de alteração, do ponto de vista processual, que ensejasse o rompimento da instabilidade processual no polo ativo, sendo certo não haver notícia do trânsito em julgado das ações que tratam da ausência de registro sindical do SINTRES junto ao Ministério do Trabalho. Em 23/09/2016, após o registro do Sindicato perante o Ministério do Trabalho, o processo foi incluído em pauta para audiência em 06/12/2012, tendo sido realizada e redesignada para 28/08/2017.
g.	**chance de perda**	Possível
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores devidos, bem como uma possível obrigação de fazer quanto ao reestabelecimento dos benefícios de plano de saúde.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos de natureza cível não operacional

Os processos cíveis de natureza não operacional consistem naqueles que não estão relacionados à atividade fim da Companhia (resseguro e retrocessão). Dentre os 24 processos de natureza cível não operacional, em 31 de março de 2017, a Companhia destaca dois processos relevantes, em vista dos objetos envolvidos.

Ação Popular nº 0044101-36.2012.4.02.5101

a.	**juízo**	26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b.	**instância**	1ª instância
c.	**data de instauração**	14.9.2012
d.	**partes no processo**	Hermes Pinto dos Santos X IRB Brasil RE e BNDES e Banco do Brasil/ Presidente do CND
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$10 mil.
f.	**principais fatos**	Foi recebido na Companhia, dia 10 de outubro de 2012, mandado de citação da Ação Popular proposta por Hermes Pinto dos Santos em face da União Federal, da Companhia, BNDES, Banco do Brasil e Fernando Damata Pimentel – Presidente do Conselho Nacional de Desestatização – CND, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (26ª VF). Por intermédio da referida Ação Popular o autor pugnou, resumidamente: (i) pela concessão de liminar, *inaudita altera pars*, para sustar os efeitos das Resoluções CND nº 03 e 10, ambas de 2011; e, ao final, (ii) pelo reconhecimento da nulidade das mencionadas Resoluções, relacionadas ao processo de desestatização da Companhia. As Resoluções em comento foram publicadas com a finalidade de retomar e aprovar o modelo do processo de desestatização da Companhia, bem como autorizar a contratação de empresas pela gestora do referido processo (BNDES), para viabilizar a prestação dos serviços de avaliação econômico-financeira, patrimonial, jurídico e de auditoria. O Juízo da 26ª Vara Federal/RJ se manifestou no sentido de indeferir o pleito formulado pelo Autor Popular, em sede liminar, considerando a inexistência de periculum in mora. Em sede de contestação a Companhia, preliminarmente, sustentou a necessidade de a Ação Popular ser julgada improcedente sem resolução de mérito, considerando: (i) a ausência de legitimidade para integrar o polo passivo da presente Ação Popular, tendo em vista que não possui ingerência para autorizar ou executar quaisquer procedimentos que sejam necessários à sua própria desestatização; e, (ii) a inépcia da inicial, tendo em vista o não atendimento dos requisitos legais da peça vestibular, especialmente a ausência de pedido direto formulado contra esta Empresa. Quanto ao mérito, a Companhia argumentou que as Resoluções CND nº 03 e 10, de 2011: (i) não violam os princípios administrativos da finalidade, razoabilidade e moralidade, na medida em que resguardado o interesse público; (ii) que a desestatização da Companhia é essencial após a quebra do monopólio do desempenho da atividade econômica de resseguro no Brasil, bem como prima pela valorização do princípio da livre iniciativa; (iii) tais resoluções foram elaboradas em estrita conformidade com o ordenamento jurídico; e, (iv) o critério de urgência está dentro da esfera do mérito administrativo, e foi plenamente justificado pelas autoridades competentes. Todos os Réus da Ação Popular foram citados e apresentaram suas peças de defesa. Em 30 de abril de 2013, o Ministério Público Federal requereu: (i) a intimação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MIDIC, para informar se as Resoluções 03 e 10, de 2011, tomadas pelo Presidente do

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

		CND, foram levadas ao Colegiado, nos termos da Lei nº 9.491/97; (ii) a intimação do TCU para encaminhar cópia do processo administrativo que discute a regularidade do procedimento de privatização da Companhia; e, (iii) a intimação do BNDES para apresentar cópia do processo licitatório que justificou a realização da contratação direta das empresas fundamentada na Resolução nº 10/2011. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi intimado para apresentar as informações requeridas pelo Ministério Público Federal e informe se as Resoluções n. 3 e 10, de 2011, tomadas pelo Presidente do CND já foram levadas ao Colegiado, conforme determinado pela Lei nº 9.491/97, devendo, ainda, encaminhar cópia integral da deliberação a esta Juízo, caso tenha ocorrido. Após, o magistrado abriu prazo para manifestação do Autor acerca das alegações e, em 09/02/2017, determinou o prosseguimento do feito, afastando as preliminares de ilegitimidade passiva e inépcia da inicial arguidas pelos réus. Atualmente, após remessa ao Ministério Público Federal para manifestação, o processo encontra concluso para despacho.
g.	**chance de perda**	Remota
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Processo de desestatização da Companhia, retornando ao status de entidade pública de economia mista, com as devidas restrições e condições especiais.

Ação Ordinária de Anulação das Deliberações das Assembleias Gerais nº 2001.5101016561-9

a.	**juízo**	12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
b.	**instância**	1ª instância
c.	**data de instauração**	24.08.2001
d.	**partes no processo**	AGF-Brasil Seguros S.A. e Outras X IRB Brasil RE e União Federal
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$810.979.302,80 (valor atualizado)
f.	**principais fatos**	Trata-se de demanda judicial ajuizada por AGF Brasil Seguros S.A. e outros contra a Companhia e outro, na qual se pleiteia a anulação das deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, realizadas em 27 de agosto de 1999 e 24 de agosto de 2000, as quais aprovaram o pagamento à União, de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas ao exterior de prêmios de resseguro e retrocessão, contrariando, em tese, os interesses das sócias minoritárias, ora Autoras (AGF-Brasil Seguros S.A. e Outras). Requereram, ainda, a condenação da União, a pagar à Companhia, o valor do IRRF e acréscimos recebidos (R$280.393.546,62), bem como os danos resultantes do pagamento do IRRF não devido, referentes à perda dos rendimentos financeiros (juros e correção monetária) desse valor, desde o pagamento até a data da restituição, calculados à taxa de juros Selic. Em primeira instância a decisão foi desfavorável aos autores, julgando o pedido autoral improcedente. Apreciado o apelo, foi negado o seu provimento. Interposto recurso especial, aguarda-se decisão do mesmo. O valor histórico envolvido é de R$281.000.000,00. Apreciado o apelo, foi negado o seu provimento. Interposto Recurso Especial (nº 1641874/RJ) em 07.11.2012, aguardando-se julgamento do mesmo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g.	**chance de perda**	Possível
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Não há.

Processos de natureza cível operacional

Os processos cíveis de natureza operacional consistem naqueles que estão relacionados à atividade fim da Companhia (resseguro e retrocessão). Em 31 de março de 2017, a Companhia era parte em 2,9 mil processos cíveis judiciais, de natureza operacional, sendo que deste montante aproximados 1,5 mil geram efetiva possibilidade de perda, e, portanto, possuem provisões constituídas, no valor de R$345,5 milhões. Há 1,4 mil processos cíveis judiciais que não geram provisões por razões diversas, dentre as quais:

(i) processos relacionados ao Sistema Financeiro de Habitação, cujas responsabilidades foram transferidas à Caixa Econômica Federal, consoante os termos da Portaria do Ministério da Fazenda, Portaria MF nº 243/2000;

(ii) processos em que a Companhia é parte autora, que basicamente se referem a cobranças de valores devidos por seguradoras e resseguradores;

(iii) casos de acionamento do Fundo para Indenizações Especiais do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações – FIE-DPEM; e

(iv) casos em que a Companhia foi denunciada indevidamente pela seguradora (ausência de Resseguro);

A Companhia apresenta abaixo os processos cíveis operacionais de maior relevância.

Mandado de Segurança EURE nº 1008401-29.2016.4.01.3400

a.	**juízo**	14ª Vara Federal de Brasília
b.	**instância**	1ª instância
c.	**data de instauração**	18.10.2016
d.	**partes no processo**	Companhia x Secretaria do Tesouro Nacional - STN
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	Valor histórico da demanda R$146.631.674,97.
f.	**principais fatos**	Foi criado pelo Ato CNSP nº01/76 e com base no art. 15 do Decreto-Lei nº73/66, o Fundo intitulado EURE com objetivo de suplementar a cobertura de riscos vultosos de resseguro mediante garantia fornecida pelo Governo Federal. Em 1992 houve a suspensão da colocação de novos riscos, sendo o saldo fundo em questão, em 2010, transferido à Secretaria Nacional do Tesouro, momento em que era avaliado em aproximadamente R$760 milhões. Nesta oportunidade, o IRB recebeu R$81 milhões à título de taxa de administração do fundo (0,45% ao ano sobre os saldos do período compreendido entre 1992 e 2010). Em 2013, a STN, com base em posicionamento da CGU, requereu a restituição dos valores transferidos ao IRB como taxa de administração. Em 2016, foi exigido o pagamento imediato deste valor recebido pelo IRB à título de taxa de administração pela STN, motivo pelo qual foi impetrado Mandado de Segurança por esta Companhia, no qual houve deferimento de Liminar, suspendendo a exigibilidade do valor de **R$146.631.674,97** cobrado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g.	**chance de perda**	Possível
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados, todavia com cenário favorável até o presente momento.

Ação de Cobrança nº 0000850-47.2009.8.11.0102

a.	**juízo**	Vara Única de Vera-MT
b.	**instância**	1ª instância
c.	**data de instauração**	25.09.2009
d.	**partes no processo**	Algodoeira Teles Pires Ltda X Sul América Cia. Nacional de Seguros e IRB Brasil RE
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$120,461 milhões em 31 de março de 2017. Valor provisionado de R$44,570 milhões.
f.	**principais fatos**	Em razão de contrato de seguro, a Algodoeira Teles Pires, ajuizou três demandas em face da Sul América Companhia Nacional de Seguros, sendo elas: (i) Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas; (ii) Ação de Cobrança de indenização securitária; e (iii) uma segunda Ação de Cobrança de Lucros Cessantes. O evento danoso foi o incêndio que danificou, em 28 de novembro de 2008, a edificação em que ficavam armazenadas safras colhidas de algodão e maquinário utilizado para enfardamento dos mesmos de propriedade da Segurada. As circunstâncias do sinistro em questão ensejaram a instauração de inquérito policial pela Delegacia Especializada de Crimes Fazendários e Administração Pública de Mato Grosso, localizada em Cuiabá, por requisição do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, para apurar as causas do evento danoso, que concluiu pela existência de fraude e culminou na propositura de Ação Penal pelo Ministério Público. A Ação de Cobrança ajuizada pela Segurada e por seus sócios, em 2009, em trâmite perante o juízo da Vara Única da Comarca de Vera no Mato Grosso, teve como pedido a condenação da Cedente ao pagamento de R$45.420.500,94 a título de danos materiais e R$3.000.000,00 a título de danos morais, além dos consectários legais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa. Na ação de cobrança originária, após o Juiz haver prolatado decisão de extinção do processo, por entender que deveria prevalecer a cláusula de arbitragem, prevista na apólice, a Algodoeira ofereceu embargos declaratórios, com pedido de concessão de efeitos infringentes. Por decisão publicada em 18.02.2014, o Juiz deu provimento aos declaratórios para anular a sentença, ao fundamento de que a cláusula arbitral contida na apólice não vincularia as partes, rejeitando ED da Sul América, com o foi apresentado agravo retido, com prazo para contrarrazões. Após, fixou-se em despacho de 12.09.2014 se as partes têm interesse na produção de outras provas, tendo sido promovida a juntada de petições da Autora e das Rés, com conclusão ao gabinete em 12.11.2014. Por fim, em decisão de 18.12.2014, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16.04.2015, que foi realizada, oportunidade na qual o juiz determinou que se aguardasse o retorno das missivas devidamente cumpridas, fixando prazo para manifestação do polo passivo, com juntada de petições das rés

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

		em 10.06.2015. Por fim, em 04.12.2015, foi proferida decisão julgando procedente em parte o pedido, acolhendo-se em suma o laudo pericial e desconsiderando toda a prova constante dos autos sobre a fraude do sinistro. Já opostos embargos declaratórios e agravos retidos, com conclusão ao magistrado em 13.04.2016. Posteriormente, em decisão de 26.10.2016, foram os autos remetidos à secretaria do juízo ante afastamento por motivos médicos de pessoa da família do magistrado (04.11.2016). Em 13.02.2017, o processo retornou para o gabinete do juízo e encontra-se neste sem alterações na data base de 31.03.2017.
g.	**chance de perda**	Possível
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos, observado o resseguro.

Ação de Cobrança nº 0009512-33.2002.8.26.0100

a.	**juízo**	31ª Vara Cível de São Paulo-SP
b.	**instância**	2ª instância (aguarda-se julgamento de recurso no TJSP)
c.	**data de instauração**	24.01.2002
d.	**partes no processo**	Trebbore Comércio de Exportação e Importação Ltda X AGF Brasil Seguros S.A. (Atual Allianz Seguros S.A) e IRB Brasil RE
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$94,989 milhões em 31 de março de 2017. Valor provisionado de R$5,699 milhões.
f.	**principais fatos**	Trata-se de ação de cobrança de indenização securitária cumulada com pedido de danos morais ajuizada pela Trebbore em face de AGF Brasil Seguros S.A., hoje Allianz Seguros S.A., fundada na negativa de pagamento de indenização securitária relacionada ao contrato de seguro das mercadorias eletrônicas armazenadas em depósito da Autora/Segurada, que foram destruídas devido à ocorrência de sinistro de incêndio. Pelos fatos alegados, a Autora pleiteou a condenação da Ré ao pagamento de R$30.340.398,70 a título de danos morais e R$26.000.000,00 à guisa de danos materiais. Em sua defesa, a Ré, preliminarmente, requereu a denunciação à lide da Companhia e, no mérito, afirmou tratar-se de lide temerária, porquanto o incêndio ocorrera de forma intencional e criminosa. Em sua Contestação, a Companhia reforçou os argumentos apresentados pela Ré. Em vista da alegação de fraude, o Juízo competente para julgamento da causa determinou o sobrestamento da demanda até o julgamento definitivo da Ação Penal iniciada pelo Ministério Público em face dos sócios da Segurada/Autora e em trâmite perante a 2ª Vara Criminal de Guarulhos/SP. Após o término da suspensão da Ação de Cobrança, houve a prolação de sentença condenatória dos Réus na ação penal acima mencionada. Ante o julgamento da demanda criminal, a Ré e a Companhia deram conhecimento desta sentença ao juízo cível e requereram a exoneração do pagamento da indenização securitária, além do cancelamento do contrato de seguro sem devolução dos prêmios pagos. Não obstante os pedidos formulados, o juízo cível competente determinou o prosseguimento do feito, uma vez que fora apensada à Ação de Cobrança a demanda ajuizada pelo proprietário do imóvel em que se localizava a Segurada, com o intuito de se apurarem os prejuízos decorrentes do sinistro. Ato contínuo, houve a elaboração do laudo pericial que apontou danos à monta de R$1.187.955,00. Em seguida, deu-se continuidade à instrução da demanda, com a juntada do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que confirmou a sentença condenatória nos autos da ação penal. Ato

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

		contínuo, nos autos da demanda cível, houve prolação da sentença de improcedência e, seguidamente, as partes interpuseram recursos de Apelação Cível, que foram distribuídos para julgamento pela 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento ao recurso interposto por Antônio Rino (espólio) e Rina Nola Baralla (autores da demanda ajuizada contra a Autora e seus sócios), bem como ao recurso interposto pelo IRB; os demais tiverem seu provimento negado. Por fim, em 22.06.2016 foi publicado acórdão que julgou embargos declaratórios, com o acolhimento parcial dos embargos dos autores da ação apensa; embargos da denunciada na lide acolhidos (atualização do valor da causa, para fins de sucumbência) e embargos da outra parte rejeitados, sem julgamento dos embargos infringentes opostos, com recursos especial e extraordinário já protocolados.
g.	**chance de perda**	Remota
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos, observado o resseguro.

Ação de Cobrança nº 0115397-71.2001.8.19.0001

a.	**juízo**	8ª Vara Cível do Rio de Janeiro-RJ
b.	**instância**	1ª instância
c.	**data de instauração**	21.09.2001
d.	**partes no processo**	Construtora Norberto Odebrecht S/A e outra x Sul América Cia. Nacional de Seguros, HSBC Seguros e IRB Brasil RE
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$77,778 milhões em 31 de março de 2017. Valor provisionado de R$4,666 milhões.
f.	**principais fatos**	Os autores postulam o pagamento de indenização com base em 'alegada' cobertura de seguro relacionada a danos ocorridos por ocasião da construção do gasoduto Bolívia-Brasil, figurando como contratante de tal gasoduto a Petrobrás, a partir de danos apurados em exames de repetição (gamografia) realizada em soldas da seção XIII de tal gasoduto. Após a produção dos laudos técnicos de engenharia e tendo sido promovida a juntada de manifestações técnicas das partes e oitiva de testemunhas (oitiva dos técnicos da Petrobrás, para reforçar documento técnico já juntado aos autos, que demonstram a falha incorrida pela parte autora em soldar tubos), em decisão, de 30 de junho de 2015, o pleito foi julgado improcedente, ao argumento, em síntese, de que "Como bem apontaram as rés, se as autoras quisessem uma garantia mais ampla, resguardando-se também de defeitos de execução causados por ela ou suas subcontratadas, que então contratassem uma cobertura suplementar assumindo o pagamento do prêmio compatível. O que não se admite, a toda evidência, é obrigar as rés a arcar com indenização expressamente excluída no contrato celebrado pela Petrobras, que obviamente não quis arcar com o prêmio de certo bem mais vultoso, referente a uma cobertura que abrangesse erros e defeitos imputáveis às empresas contratadas para a execução da obra. Correta, pois, por todo o explanado, a recusa indenizatória por parte das rés". Foram rejeitados, em decisão de 27 de agosto de 2015, os embargos declaratórios opostos, sendo certo que já protocolada apelação, com remessa ao TJRJ em 19.02.2016 e distribuição

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

		em 09.03.2016 à 8ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Adriano Celso Guimarães, com despacho ao revisor em 28.07.2016 e posterior retorno ao relator em 24.08.2016. Autos remetidos ao Escrivão da Secretaria da 8ª Câmara Cível em 20/09/2016 com despacho ao revisor para apreciação e conclusão em 21/09/2016, em seguida foi publicado despacho pela Desembargadora Mônica Maria Costa Di Piero solicitando dia para julgamento em 27/09/2016, posição que se mantém na data base de 31.03.2017. Importante registrar que estão em curso tratativas para celebração de acordo judicial, mediante a anuência de todos os retrocessionários do risco (e sem prejuízo da autorização já concedida por ressegurador que possui a liderança, responde com maior participação individual e possui prerrogativas da *claims control clause*), no valor de USD 9,250 milhões.
g.	**chance de perda**	Remota
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos, observado o resseguro.

Ação de Cobrança nº 0021318-70.2000.8.07.0001

a.	**juízo**	9ª Vara Cível de Brasília-DF
b.	**instância**	3ª instância (aguarda-se julgamento de recurso no STJ)
c.	**data de instauração**	04.04.2000
d.	**partes no processo**	Centrais Elétricas do Norte Brasil S/A - Eletronorte X HSBC Seguros S/A e IRB Brasil RE
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$48,347 milhões em 31 de março de 2017. Valor provisionado de R$17,888 milhões.
f.	**principais fatos**	Trata-se de ação ordinária de cobrança ajuizada por Centrais Elétricas do Norte Brasil - Eletronorte em face de HSBC Seguros S.A. da Companhia, cujo escopo é a condenação da HSBC Seguros ao pagamento do montante de R$4.334.610,16 a título de indenização securitária pelo sinistro ocorrido na Unidade Geradora a Vapor, localizada na cidade de Manaus. A sentença, proferida em 11 de outubro de 2004, julgou procedente o pedido a condenando a HSBC Seguros ao pagamento da indenização à Eletronorte no valor de R$4.334.610,16, acrescida de juros de mora de 0,5 ao mês e correção monetária a partir do desembolso da quantia realizada pela Autora, e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação. A Companhia foi excluída da lide. Inconformadas, Autora, HSBC Seguros e a Companhia apelaram, porém o Tribunal de Justiça do Distrito Federal negou seguimento aos recursos; mantendo, portanto, a decisão monocrática. Após recurso provido no STJ, a Corte determinou o retorno dos autos ao TJDF, a fim de que as apelações interpostas pelas partes fossem julgadas. O TJDFT manteve a sentença, majorando apenas a verba sucumbencial devida ao patrono da Companhia. Interposto Recurso Especial, o processo se encontra concluso com o Ministro Relator Marco Buzzi desde 01 de março de 2013, com petições de 05.02.2016, 27.09.2016 e 29.09.2016 pedindo prioridade no julgamento, com última conclusão em 29.09.2016 (posição que se mantém na data base de 31.03.2017), sem execução provisória na origem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g.	**chance de perda**	Possível
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.

Ação de Cobrança nº 1095112-19.2013.8.26.0100

a.	**juízo**	10ª Vara Cível de São Paulo-SP
b.	**instância**	1ª instância
c.	**data de instauração**	28.11.2013
d.	**partes no processo**	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS X Itaú XL Seguros Corporativos S/A e IRB Brasil RE
e.	**valores, bens ou direitos envolvidos**	R$46,134 milhões em 31 de março de 2017. Valor provisionado de R$17,069 milhões.
f.	**principais fatos**	A apólice tem como seguradas a Petrobrás e a W Torre. Embora a demanda judicial tenha sido promovida apenas pela primeira, a W Torre possui legitimidade para pretender o recebimento de eventuais verbas que entender cabíveis. Apresentada defesa pela Itaú, pugnando pela denunciação da lide ao IRB, que foi deferida pelo Juízo. Houve o depósito da quantia de R$18.921.760. Posteriormente ao protocolo de contestação pelo IRB, foi publicado despacho de 06.08.2015 concedendo prazo para que as partes se manifestem em provas. Em despacho publicado em 04.09.2015, foi nomeado perito, fixando-se prazo de 30 dias para proposta de honorários, com prazo para partes indicarem assistentes técnicos e ofertarem quesitos. Por fim, em decisão de 02.10.2015, foi estipulado prazo para que as partes se manifestassem sobre honorários periciais, que contestaram altos valores. Posteriormente, em despacho de 05.11.2015, foi fixado prazo par as partes falarem sobre os esclarecimentos periciais e em termos de prosseguimento do feito, já tendo sido juntadas as manifestações e, por fim, despacho de 18.11.2015 determinou a expedição de ofícios ao IBAPE/SP e ao CREA/SP, a fim de que estas entidades avaliem se os honorários estimados encontram-se razoavelmente fixados de acordo com os critérios especializados vigentes. Em 23.02.2016, publicado despacho que juiz atesta ciência das considerações do CREA/SP, motivo pelo qual 'aguarde-se resposta do IBAPE/SP', com despacho em 09.05.2016 para que ofício ao IBAPE/SP fosse reiterado, com posterior certidão em 18.05.2016. Posteriormente, em despacho de 22.07.2016 juiz rejeitou preliminares de contestação, mormente sobre tese de prescrição, questionando às partes, ante o valor dos honorários periciais arbitrados, a conveniência de indicar conjuntamente o perito, conforme artigo 190 do NCPC. Em despacho de 16.08.2016 foi fixado que Juízo aguardará o tempo que for solicitado pelas partes, haja vista que a escolha do perito pelas próprias partes abreviará o curso do procedimento, desde já fixando pauta para a data de 06.09.2016, às 14 horas, para realização de audiência para que se possa dar lugar à composição sobre a escolha do profissional. Por fim, em decisão de 02.09.2016 foi cancelada audiência e deferido prazo de 15 (quinze) dias para indicação de perito, tendo sido aberto prazo para que partes indiquem em conjunto perito, conforme artigo 190 do NCPC, que foi efetivamente aprovado pelo IRB em 15.09.2016. Em sede de agravo de instrumento manejado pela Itaú XL, foi deferido efeito suspensivo em 30.08.2016, para obstar o levantamento da quantia depositada, ante a necessidade de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	apreciar prescrição e ilegitimidade ativa. Foi publicado acórdão revogando o efeito suspensivo e negando provimento ao Agravo de Instrumento em 25.10.2016. Na consulta de andamento processual em 07/04/2017, verifica-se que houve despacho em 05/04/2017 intimando o perito para entrega do laudo pericial em até cinco dias.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos, observado o resseguro.

Ação de Cobrança nº 0106428-85.2009.8.26.0100

a. juízo	17ª Vara Cível de São Paulo/SP
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	22.01.2009
d. partes no processo	Banco Cruzeiro do Sul S.A X Berkley International do Brasil Seguros S.A e IRB Brasil RE
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$32,917 milhões em 31 de março de 2017. Valor provisionado de R$1,975 milhões.
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança securitária na qual o Autor afirma que as empresas Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool S.A. (CBAA), Benalcool Açúcar e Álcool S.A. e Bauche Energy Brasil Comercial, Import. e Export. Ltda., em maio de 2007, iniciaram tratativas que culminaram na assinatura de um contrato de compra e venda de 45.000m3 de álcool para exportação, figurando a CBAA e Benalcool como vendedoras do álcool e a Bauche como compradora (Contrato BALP 07-044, datado de 28/05/2007 – fls. 88/92). A ação foi sentenciada (fls. 380/387), tendo o processo sido extinto, sem resolução do mérito, devido à existência da cláusula arbitral (art.267, VII, do CPC), havendo condenação do Autor ao pagamento de honorários advocatícios de R$3.000,00 para cada um dos Réus. O Autor opôs embargos de declaração em face da sentença, os quais tiveram seu provimento negado, e, subsequentemente, interpôs Recurso de Apelação (fls. 398/422), a fim de ter declarada a nulidade da sentença ou, ao menos, reconhecida a inexistência de submissão do BCSUL à convenção arbitral. O juízo determinou que os autos fossem desapensados da Ação Declaratória, para que pudessem ser remetidos ao Tribunal. O IRB também apelou no tocante ao valor de honorários advocatícios arbitrados - irrisórios diante do valor da causa. A Seguradora interpôs recurso adesivo à apelação do IRB, por também não se conformar com o valor dos honorários. A Seguradora e o IRB contrarrazoaram a Apelação do Autor, e o Autor apresentou suas contrarrazões à Apelação do IRB. Foi dado provimento à Apelação interposta pelo Autor, anulando-se a r. sentença proferida, julgando-se prejudicados os recursos interpostos pela Seguradora Ré e pelo IRB, em acórdão disponibilizado em 26/04/2013. O IRB opôs Embargos de Declaração e a Seguradora interpôs Recurso Especial em face do V. Acórdão. Os embargos de declaração foram julgados monocraticamente, pelo que o IRB interpôs agravo interno (para que fosse proferida decisão colegiada, viabilizando a propositura de Recurso Especial). Em 29/09/14 foi negado seguimento ao agravo interno interposto pelo IRB e, atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g.	**chance de perda**	Remota
h.	**análise do impacto em caso de perda**	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.

Processos administrativos perante a SUSEP

Com relação aos processos administrativos sancionadores no âmbito da SUSEP, há atualmente 30 processos ativos, os quais se encontram em discussão no contencioso administrativo mantido em primeira instância, e, em segunda instância, perante o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, dentre os quais, sem se limitar, são discutidos assuntos como suposto descumprimento de: prazo de envio de atos societários para a SUSEP; normas Contábeis/Financeiras; formalização adequada dos contratos de resseguro/retrocessão; adequado preenchimento de FIP; alocação investimentos; aspectos formais relacionados à Nota Técnica Atuarial.

Nos termos da Resolução CNSP nº 243, de 06 de dezembro de 2011, e da Instrução Normativa SUSEP nº 76, de 27 de novembro 2015, a SUSEP está autorizada a, quando verificada a existência de indícios de irregularidade no âmbito das atividades de resseguro, instaurar processo administrativo sancionador tanto em face da pessoa natural quanto da pessoa jurídica, ou de ambas, que serão instadas a alegar todas as matérias de defesa no prazo de até 30 dias e, se julgada procedente em 1ª Instância, pela Coordenação Geral de Julgamentos, poderá ser contestada por meio de recurso, o qual poderá ser interposto perante o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados - CRSNSP, no prazo de 30 dias.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências relevantes foram abrangidas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro e de direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota desde 2013 uma política de gerenciamento de riscos, com objetivo de reduzir riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração (última atualização em 06/2015) e sua aplicação é monitorada semestralmente pelo Conselho, trimestralmente pelos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e regularmente pela Diretoria da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é assegurar a adequação, fortalecimento, eficiência e integridade do sistema de controles internos da Companhia e de suas unidades no exterior. Como definição estratégica a gestão de riscos é responsabilidade dos colaboradores em nível gerencial e diretivo da Companhia, no âmbito de suas atribuições, e envolve os agentes em todos os níveis, uma vez que faz parte de todos os processos organizacionais.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia mantém um Dicionário de Riscos onde define as diversas classes de eventos que podem causar perdas à Companhia, agrupados conforme sua natureza, servindo para a identificação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

O apetite a risco de cada categoria deve ser definido pelo Conselho de Administração e deve estar alinhado com os objetivos estratégicos presentes no plano de negócios, assim como o seu tratamento.

As categorias de Riscos as quais a empresa está exposta são:

Categorias de Riscos	Sub-classes
Riscos de Conjuntura	Estratégicos Risco-País Sistêmico
Riscos de Subscrição	Precificação Provisões Produtos
Riscos Operacionais	Fraude Interna Fraude Externa Pessoas Ativos Sistemas/ Tecnologia Processos Projetos Práticas de Negócios Práticas Trabalhistas legal Compliance Interrupção de Negócios
Riscos de Imagem	Reputação
Riscos de Mercado	Taxa Cambial Taxa de Juros Liquidez Concentração
Riscos de Crédito	Inadimplência Degradação de crédito e garantias Soberano

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os procedimentos adotados de gerenciamento dos riscos variam conforme a categoria do Risco, conforme descrito a seguir.

Independentemente do tratamento ou do tipo de gestão do risco, há o monitoramento contínuo pelas Gerências de Riscos Corporativos e Compliance e pela Auditoria Interna, tanto dos riscos emergentes como dos riscos conhecidos.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Trimestralmente são apresentados para acompanhamento, relatórios ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, que conta com representantes dos acionistas e, semestralmente, é encaminhado ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria o Relatório Semestral de Gestão de Riscos que contém o acompanhamento de métricas e desenvolvimento de atividades da Gerência de Riscos e Compliance no semestre anterior.

Risco de Conjuntura

A Companhia realiza monitoramentos constantes dos cenários regulatório, ambiental e macroeconômico nas regiões na quais a Companhia tem exposição. Além disso, faz parte da estratégia de internacionalização da Companhia contar com representantes do mercado local na administração do negócio da Companhia.

As decisões de investimentos estratégicos são suportadas por um Plano de Negócios onde são avaliados os planos estratégicos, estrutura básica, riscos e controles, implementação e plano financeiro.

A Companhia conta com vários comitês, dentre eles os comitês de Subscrição e Comitê de Governança, ambos com representantes dos acionistas, onde casos de conflito de interesse são levados para deliberação

Risco de Subscrição

Como medida para redução da exposição da Companhia ao risco de subscrição, as provisões de sinistros são recalculadas periodicamente pela Companhia, com dados atualizados, onde são absorvidas as variações ocorridas no período. Além disso são realizados monitoramentos constantes nas regiões nas quais a Companhia possui exposições para adotar medidas proativas de reprecificação, visando a redução da exposição e/ou ajustes de provisões técnicas.

Importante observar que as companhias de resseguro são obrigadas a manter um capital significativo para cobertura da volatilidade associada ao negócio.

Parte significativa dos contratos da Companhia são contratos proporcionais, nos quais o risco é proporcionalmente assumido por seguradora e resseguradora, obrigando as seguradoras a manterem uma subscrição de qualidade.

A retrocessão de riscos é usada para otimizar a relação risco x retorno e reduzir a volatilidade, de acordo com o apetite a risco definido pelo Conselho de Administração.

Como forma de controlar o comportamento cíclico e para se proteger da exposição de excessos e picos de risco do segmento de resseguros, a Companhia trabalha com parcerias de longo prazo, contratos plurianuais, reciprocidade e diversificação geográfica.

Para se proteger de acúmulos de risco a Companhia utiliza um sistema global de modelagem de catástrofe na operação dos negócios do exterior.

Outras ferramentas de gestão do risco de subscrição são: acompanhamento da sinistralidade histórica das maiores carteiras, acompanhamento do índice de alavancagem em relação a prêmios e provisões e a realização pela gerência de riscos do Teste de Adequação de Passivos, que através de segregação de função permite uma segunda opinião sobre a adequação dos passivos atuariais. Os indicadores de acompanhamento são informados na tabela abaixo:

Índice	dez/16	jun/16	dez/15
Sinistralidade Histórica	62%	66%	64%
Alavancagem de Prêmios	140%	120%	90%
Alavancagem de Provisões	150%	170%	170%
Adequação de Provisões	113%	110%	111%
Solvência Regulatória	222%	225%	208%

Sinistralidade Histórica: mensura a adequação da precificação dos contratos de resseguro. É a razão entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos nos últimos 12 meses contados a partir da data base.

Alavancagem de Prêmios: é a razão entre os prêmios retidos nos últimos 12 meses contados a partir da data base e o patrimônio líquido ajustado.

Alavancagem de Provisões: é a razão entre provisões técnicas liquidas de retrocessão e o patrimônio líquido ajustado.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Adequação de Provisões: mensura a adequação das provisões contabilizadas na data base. É a razão entre as provisões técnicas contabilizadas e a estimativa realista destas provisões.

Solvência Regulatória: mensura a suficiência de patrimônio frente ao capital mínimo requerido pelo regulador. É a razão entre o patrimônio líquido ajustado e o capital mínimo requerido ambos calculados com critérios estabelecidos pelo regulador.

Risco Operacional

A Companhia conta com um Programa de Continuidade de Negócios (PCN), o qual contempla a continuação da operação de forma parcial em homeoffice e em sites alternativos, em caso de impedimento de acesso a sede por mais de 8 horas. Conta também com datacenter alternativo na cidade de São Paulo. O programa é composto de Gestão de Incidentes, de Crises, de Retorno à Operação e *Disaster Recovery*.

Com relação à Segurança de Informação, a Companhia possui políticas, comitês, normas e realiza, com todos os seus empregados, treinamentos formais de Segurança de Informação, além de monitoramento através de Hacker Ético contratado.

A Companhia trabalha com normativos que incluem cláusulas de confidencialidade, conflito de interesse e proteção nos contratos com fornecedores, além de política de *KYS – Know Your Supplier*, onde uma *due-diligence* simplificada é realizada antes da assinatura dos contratos administrativos (não operacionais) pela Companhia.

Existem também procedimentos de identificação de Clientes (Know your Client) e de empregados (Know your Employee), identificação de pessoas politicamente expostas e de vedação a operações com pessoas ou países que constam em listas de restrições.

Com relação a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, a Norma de Riscos Operacionais estabelece um ciclo completo do processo de gestão destes riscos que contempla cinco fases ou etapas: identificação, análise e mensuração, tratamento, monitoramento e reporte.

A Companhia estima que a gestão de riscos empresariais é essencial para o êxito em seus objetivos empresariais. Para isso desenvolve um mapa de calor onde consta o inventário de riscos operacionais identificados em 165 processos. Os riscos identificados são classificados utilizando estimativas de impacto e probabilidade, cujos critérios de avaliação são definidos em metodologia própria. Esta classificação permite a priorização do tratamento do risco e implementação de controles, sendo que os riscos classificados como graves devem ser tratados prioritariamente e os médios e baixos na proporção de suas exposições.

Risco de Crédito

A fim de reduzir sua exposição ao risco de crédito, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Companhia são revisadas e aprovadas, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de Security. Referido Comitê, constituído por determinação do Conselho de Administração em 2010, tem por finalidade dar suporte, decidir sobre a autorização de retrocessionários para atuarem nos negócios da Companhia e sobre seus limites de participação e acompanhar o mercado ressegurador. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção da Companhia pode ser verificada no quadro abaixo, onde mostra o percentual de exposição ao risco de crédito distribuído por classificação de rating:

	31 de março de 2017		% de exposição com resseguradores por faixa de rating	
Faixa de Rating (*)	**Local**	**Admitido**	**Eventual**	**Total**
AAA ou equivalente	–	5,6	0,4	6,0
AA ou equivalente.....	–	37,9	5,1	42,9
A ou equivalente	0,2	14,3	35,8	50,3
BBB ou equivalente	0,1	–	0,0	0,1
Sem rating	0,2	0,2	0,4	0,8
	0,5	**57,9**	**41,6**	**100,0**

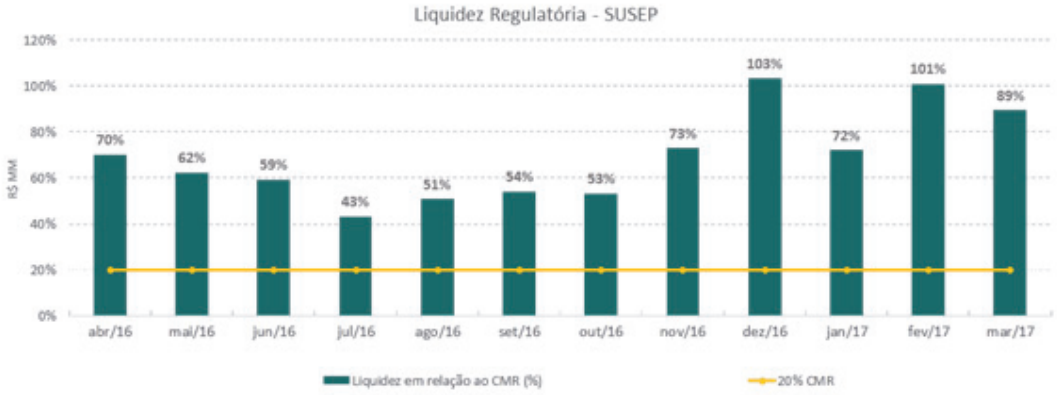
(*) Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moodys, A.M. Best e Fitch

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Riscos de Liquidez

Para gerir o risco de liquidez, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo. É feito também um gerenciamento do risco de descasamento de ativos de passivos da carteira comercial da Companhia e dos benefícios pós-emprego.

Com relação à liquidez regulatória, onde os ativos garantidores (líquidos) devem ser maiores que o saldo da provisão técnica acrescido de 20% do valor do Capital Mínimo Requerido (CMR), a Companhia tem mantido uma margem acima do exigido pela SUSEP.



Risco de Crédito dos Ativos

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar o risco de crédito: monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

	31 de março de 2017	
Faixa de Rating (*)	**Total MtM(**) (R$ MM)**	**Total % Alocação**
AAA ou equivalente	333,08	77,07%
AA ou equivalente	7,72	1,79%
A ou equivalente	89,71	20,76%
BBB ou equivalente	1,67	0,39%
	432,18	100,00%

(*) Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moodys, A.M. Best e Fitch

(**) MtM = Market to Market

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Estrutura Hierárquica dos Órgãos de Controle e Gerenciamento dos Riscos

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada com objetivo de zelar pela perenidade da Companhia, dentro de uma perspectiva de longo prazo, voltada para o aumento da eficiência administrativa, da economicidade e da rentabilidade e crescimento sustentado, levando em consideração as boas políticas de governança corporativa e os princípios éticos e de conduta, entre outros.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa, a Companhia mantém o Conselho Fiscal e, para auxiliar o Conselho de Administração a desempenhar suas atribuições fiscalizadoras, o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna.

O Conselho Fiscal, que atua de modo permanente, é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa. O Comitê de Auditoria, órgão estatutário, constituído conforme regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, tem como atribuição, entre outras funções previstas na legislação, assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de auditoria e fiscalização.

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e deve examinar a integridade, a adequação e a eficácia dos controles internos da Companhia.

É responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer políticas, cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais, estatutários e regulamentares, as decisões da Assembleia Geral de Acionistas e as suas próprias deliberações, na sua esfera de competência.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na política de Governança Corporativa, sempre com vistas a colaborar na implantação de procedimentos eficazes e arrojados.

No primeiro trimestre de 2014, foi estabelecida uma Vice-Presidência específica que é responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos da Companhia. Esta estrutura reforça o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos, do Comitê de Investimentos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos da Companhia com o suporte e fomento de sua gestão de riscos.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos tem por finalidade principal monitorar, revisar políticas e auxiliar na definição da filosofia geral da Companhia no tocante ao estabelecimento de limites de exposição a riscos, observadas as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho de Administração. O Comitê deve responder e reportar suas atividades à Diretoria Estatutária e ao Conselho de Administração. O Comitê deve ser composto por até oito membros, sendo até cinco membros indicados pelos acionistas que compõem o Bloco de Controle, e os demais representantes da Companhia

Estruturas de Controle

A Companhia segue as metodologias e princípios definidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations).

A gestão de riscos e controles atua no conceito de camadas, como linhas de defesa para a organização, abrangendo:

(a) em primeira camada a execução de atividades e o gerenciamento das operações, processos, pessoas, projetos e sistemas, sendo responsável para que os riscos assumidos possuam os devidos controles e observem os limites/parâmetros estabelecidos;

(b) em segunda camada a supervisão da conformidade, da verificação, do monitoramento e da análise integrada dos riscos, realizada pela Companhia.

(c) na terceira camada a Auditoria Interna, proporcionando uma avaliação independente quanto à adequação, suficiência e eficácia dos sistemas de controles e riscos;

(d) nas demais camadas, os órgãos de controle, fiscalização e governança que propiciam supervisão independente e avaliação estratégica do sistema, tendo como principais componentes: Conselho de Administração, Comitês Executivos e Estratégicos, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Auditoria Externa e Órgãos Reguladores.

Para mais informações veja os itens 12.1, “a”, e 12.7 deste Formulário de Referência.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Administração considera que a estrutura operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada são adequadas. Em abril de 2017, foi confirmada a classificação A- (excelente) da Companhia, com viés estável, pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, uma capitalização fortemente adequada da Companhia aos riscos aos quais está sujeita e uma estrutura de gestão de riscos também bastante adequada para a operação.

Os treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta são obrigatórios e realizados anualmente, via e-learning, por 100% dos colaboradores. Novos colaboradores admitidos têm 60 dias para efetuar o treinamento, que se não realizado neste prazo, ocasiona penalidade na participação anual dos lucros do colaborador. A próxima rodada anual de treinamentos está prevista para novembro de 2017.

A Companhia possui um canal de ética corporativa independente, acessível em seu website, com garantia de sigilo e anonimato. Por não possuir clientes pessoas físicas, o número de relatos é bastante reduzido, tendo recebido 13 relatos em 2016. Os relatos são recebidos, pré-analisados, e se necessário, levados ao Comitê de Ética para deliberação.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Norma de Riscos de Mercado cuja versão em vigor foi aprovada em junho de 2015 pelo Conselho de Administração. Além disso, a Companhia possui formalizada a documentação a respeito da Metodologia para Riscos de Mercado (versão em vigor de junho de 2015, também aprovada pelo Conselho de Administração), que define os procedimentos e metodologia para a gestão de risco de mercado da carteira de investimentos, objetivando monitorar a exposição da Companhia e permanecer dentro dos limites estabelecidos para esta categoria de risco.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado da Companhia tem como principal objetivo definir regras e critérios para a gestão de risco de mercado da carteira de investimentos, objetivando monitorar e controlar a exposição da Companhia, potencial e real, a perdas financeiras decorrentes da flutuação do preço de ativos, a fim de permanecer dentro dos limites estabelecidos.

A gestão dos investimentos deve estar alinhada com as operações de resseguro e retrocessão do IRB Brasil RE, visando potencializar os resultados de tais atividades.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os principais fatores de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta são a taxa de câmbio, principalmente dólares-americanos - reais, e a taxa de juros. Esses riscos são acompanhados através de análises de sensibilidades.

Para a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio R$/US$ foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma valorização de 25,0% (Cenário I) e uma valorização de 50,0% (Cenário II) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa de câmbio R$/US$ estimada para o final de 2017 era de 3,27. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do total de ativos e passivos à variação da taxa de câmbio:

	31 de março de 2017	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira	3.900.361	125.072	1.131.430	2.137.788
Total de passivos	(3.929.939)	(126.020)	(1.140.010)	(2.154.000)
Exposição líquida	(29.578)	(948)	(8.580)	(16.212)
Impacto (%) no patrimônio líquido		(0,0)	(0,3)	(0,5)
Impacto (%) no resultado		(0,4)	(3,9)	(7,3)

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros pré-fixada SELIC foram considerados os seguintes cenários: um cenário provável para o encerramento do exercício de 2017, uma deterioração de 25,0% (Cenário I) e uma deterioração de 50,0% (Cenário II) em relação à curva do cenário provável elencado pela Companhia. Para definição do cenário provável foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil para 31 de março de 2017, quando a taxa estimada para o final de 2017 era de 8,8%. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos financeiros à variação da taxa de juros:

	31 de março de 2017	Cenários para 31 de dezembro de 2017		
		Impacto (R$ mil)		
Grupo	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira Total (*)	5.866.742	5.985.218	5.803.171	5.760.389
Impacto (%)		2,0	(1,1)	(1,8)
Impacto (R$)		118.476	(63.570)	(106.353)
Impacto (%) no patrimônio líquido		3,8	(2,1)	(3,4)
Impacto (%) no resultado		53,2	(28,5)	(47,8)

(*) Saldo da Carteira total não inclui saldo das contas correntes.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Para o descasamento entre ativos e passivos em moeda estrangeira (principalmente dólares americanos) a Companhia busca balancear a carteira de ativos financeiros de forma que suas posições em dólares-americanos equilibrem esta diferença.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia poderá contratar operações financeiras de hedge com a finalidade de proteção contra movimentos adversos de taxa de juros, câmbio ou outros fatores de risco de mercado. Seu propósito é garantir os resultados econômicos financeiros previstos no plano de negócios da Companhia, alinhados com as operações de resseguro e retrocessão do IRB Brasil RE.

Caso a Companhia julgue necessário, derivativos poderão ser utilizados para fins de hedge.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para o descasamento entre ativos e passivos em moeda estrangeira (principalmente dólares americanos) a Companhia busca balancear a carteira de ativos financeiros de forma que suas posições em dólares-americanos equilibrem esta diferença.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

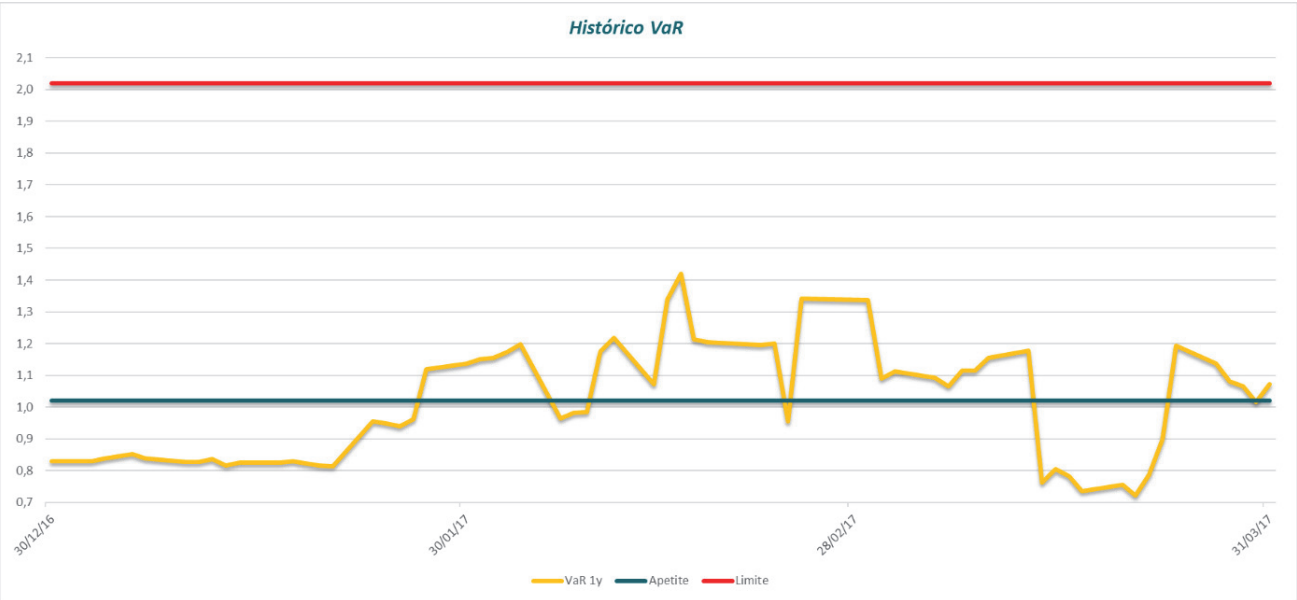
Alguns parâmetros foram estabelecidos através de normas e metodologias para o controle de risco de mercado da carteira de investimentos da Companhia:

(a) Modelagem dos riscos de mercado: identificação dos fatores de risco de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, inflação, entre outros) e respectivos modelos e medidas de risco (Value at Risk, Expected Shortfall, análise de sensibilidade);

(b) Controle dos riscos de mercado: estabelecimento de níveis de tolerância e apetite a risco de mercado, e respectivo acompanhamento com relação ao enquadramento destes limites;

(c) Comunicação: relatórios internos sobre o perfil de risco dos investimentos e o consumo dos limites de risco pré-estabelecidos;

(d) Governança: definição de plano de ação e estabelecimentos de papéis e responsabilidades caso ocorra o desenquadramento dos limites propostos.



5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A gestão dos Investimentos do IRB Brasil RE é pautada pela geração de valor para os acionistas, observados os princípios de rentabilidade, segurança e liquidez, bem como o atendimento à legislação vigente. Desta forma, a estratégia de investimentos sempre buscará o alinhamento com as operações de resseguro e retrocessão do IRB Brasil RE, bem como o atendimento ao órgão regulador.

Neste sentido, a carteira de investimentos da Companhia é composta primordialmente de 60% de títulos públicos brasileiros, como LFTs, LTNs e NTN-Bs. São permitidas em menor escala e com algumas restrições: operações com títulos privados desde que o rating do emissor respeite os limites mínimos de qualidade de crédito estabelecidos na política interna, ações (desde que façam parte do IBrX 100), entre outros.

As operações nos mercados de derivativos, tanto em moeda nacional, quanto em moeda estrangeira, quando contratadas, buscarão apenas efetuar “hedge” de posições operacionais e financeiras assumidas, observando-se todas as restrições regulatórias correlatas.

(vi)estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Gerência de Riscos Corporativos, subordinada à Vice-Presidência de Riscos e Compliance, é responsável por elaborar, revisar, atualizar e disseminar a Norma e a Metodologia para a gestão de risco de mercado de investimentos, em consonância com a Política de Gestão de Risco da Companhia.

Há o Comitê de Riscos da Companhia, que participa ativamente das decisões estratégicas relacionadas a riscos de mercado e a riscos em geral.

Os limites para riscos de mercado da carteira de investimentos da Companhia estão estabelecidos em sua Declaração de Apetite a Risco, que deverá ser estabelecida e revisada, pelo menos anualmente, pela Diretoria, mediante supervisão do Conselho de Administração.

Para mais informações veja os itens 12.1, “a”, e 12.7 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Periodicamente a auditoria interna da Companhia verifica se os controles propostos através da política de gestão de riscos estão em conformidade.

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia implementou e mantêm controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras os padrões e diretrizes emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) de forma a aprimorar a performance e supervisão organizacional e reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Vice-Presidência de Riscos e Compliance, subordinada direta responsável pelas gerências de Riscos Corporativos e Compliance, cujas funções estão descrita no Item 5.3.(b), abaixo.

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia avalia anualmente seus controles internos com a finalidade de reduzir os riscos aos quais está sujeita, bem como utiliza a avaliação dos controles para atendimento às normas nacionais e internacionais, de forma a assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

A cada início do ano civil, define-se o escopo para avaliação dos controles, através da avaliação dos riscos e mitigação das deficiências encontradas no ano anterior e a elaboração de calendário anual de testes. Posteriormente, tem-se a fase "*walkthrough*", na qual se efetua a avaliação dos riscos e controles com as áreas operacionais e de negócios, a fim de garantir a atualização dos controles e cobertura dos riscos. Finalmente, inicia-se a fase de testes de eficácia e os pontos levantados geram planos de ação sob acompanhamento da Gerência de Compliance e reporte mensal à Diretoria e ao Comitê de Auditoria.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é adequado na prática de elaboração das demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema SAP, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira, nas respectivas datas. Ainda, não foram identificados quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura organizacional de gestão de riscos e controles integrada entre os diversos órgãos da administração e comitês da Companhia, alinhadas com o conceito de 3 linhas de defesa, emanadas pelo C.O.S.O, onde os gestores são os responsáveis primários pelos controles internos.



5.3 - Descrição dos controles internos

Seguem abaixo, resumidamente, os papéis e responsabilidades de cada órgão da administração componente do sistema de controles internos da Companhia, cujas atribuições acompanham as boas práticas de mercado.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho a fixação da orientação geral, objetivos e metas dos negócios, particularmente quanto às operações definidas em seu Estatuto Social e na legislação em vigor, fazendo o necessário acompanhamento; o estabelecimento do apetite a risco; eleger e destituir membros da diretoria; fixação de limites de alçadas entre outros.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; examinar e opinar formalmente sobre as demonstrações e sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos do IRB Brasil RE; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas;

Outros Comitês

Além dos três colegiados acima, a Companhia ainda mantém mais 4 comitês ligados ao Conselho de Administração, sendo: **Governança Corporativa; Investimentos; Remuneração e Subscrição** e ainda para assuntos de governança mais dois Comitês ligados à **Diretoria, de Gestão de Riscos** e de **Compliance**.

Diretoria Estatutária

Compete à Diretoria Estatutária e suas áreas subordinadas acompanhar os indicadores de riscos; avaliar os relatórios e resultados, prover os direcionamentos apropriados; patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas; aprovar normas específicas em suas respectivas áreas; gerenciar os riscos inerentes as suas atividades (identificar, avaliar e tratar); informar às Gerências de Riscos e Compliance novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

Destacamos a existência de uma Diretoria Estatutária (Vice-Presidência de Riscos e Compliance) com atribuições específicas de gestão integrada de riscos e Compliance, com duas gerências subordinadas, de Riscos Corporativos e de Compliance, com as atribuições abaixo:

Gerências de Riscos e Compliance

- Coordenar e definir os padrões referentes aos processos de gestão integrada de riscos e compliance;
- Apoiar e garantir a identificação e o monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de ação;
- Realizar a consolidação dos riscos e controles internos;
- Reportar periódica e formalmente ao CONAD, COAUD e Diretoria, o painel de acompanhamento de planos de ação e recomendações;
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos para a companhia;
- Avaliar o impacto de mudanças internas e/ou externas que possam ter consequências relacionadas aos controles internos;
- Manter documentações relacionadas aos controles internos (fluxos, matrizes de riscos e controles, etc.).
- Avaliar a estrutura de controles internos de modo que permita a garantia dos processos;

5.3 - Descrição dos controles internos

- Realizar testes do ambiente de controles internos, tendo como base os descritivos das atividades de controles praticados pelas áreas de negócio responsáveis, de acordo com os critérios de amostragem estabelecidos;

- Comunicar, em tempo hábil, os resultados dos testes de controles para o Comitê de Auditoria e as áreas responsáveis pelos controles.

Auditoria Interna

- Realizar testes de auditoria do ambiente de controles internos da Organização;

- Criar plano anual de auditoria interna.

Auditoria independente

- Realizar testes do ambiente de controles internos da Organização;

- Fornecer uma avaliação independente do ambiente de controles internos;

- Emitir o parecer final sobre o ambiente de controles internos da Organização.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gestão do IRB Brasil RE (Presidente e Vice-Presidentes) recebe semestralmente o relatório sobre as avaliações do sistema de controles internos do IRB Brasil RE elaborado pela Gerência de Compliance. Mensalmente também é feito reporte dos planos de ação sob acompanhamento para o Conselho, comitê de auditoria e Diretoria, onde todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas (em bases mensais) pela Gerência de Compliance. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo Internal Control Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”) – 2013.

Todos os planos de ação e os resultados dos testes são compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos, assim como as deficiências apontadas. Os controles e procedimentos de divulgação se referem aos controles e outros procedimentos adotados e planejados para assegurar que informações obrigatórias a serem divulgadas nos relatórios arquivados sejam registradas, processadas e comunicadas aos nossos diretores para permitir decisões precisas relativas às divulgações.

Os Diretores da Companhia são acionados sempre que há uma deficiência nos controles internos, com a finalidade de efetuar o monitoramento e responder aos planos de ação determinados pelas suas respectivas áreas.

Adicionalmente, a cada seis meses, a Gerência de Compliance realiza o reporte de suas atividades, resultados e planos de ação para o Conselho de Administração e para o Comitê de Auditoria, que por sua vez orientam, supervisionam, avaliam e demandam trabalhos adicionais, quando necessário.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Anualmente, o auditor independente efetua as suas avaliações dos controles internos durante as fases de walkthrough e testes de eficácia. A cada fase de testes é emitido um relatório prévio sobre as deficiências e oportunidades de melhorias, destacando-se os impactos e necessidades de ajustes nos controles.

O relatório final sobre o ambiente de controles internos, emitido pelo auditor independente para a IRB Brasil RE, é encaminhado para a Gerência de Compliance e todas as deficiências e oportunidades de melhoria nos processos são endereçadas e alinhadas com as áreas responsáveis pelos respectivos controles.

Como resultado da avaliação dos auditores independentes sobre os controles internos adotados pela Companhia em 31/12/2016, foram apresentadas sugestões de aprimoramento dos controles e as seguintes deficiências significativas do sistema de controles internos: processo de cadastramento de contratos e processo de cadastro de prestação de contas, ambos já sanados em 2017.

5.3 - Descrição dos controles internos

O aprimoramento contínuo dos controles internos a fim de evitar e/ou eliminar deficiências que foram apontadas no relatório do auditor independente são tratadas pelas áreas auditadas e acompanhadas pela Gerência de Compliance através dos planos de ação, juntamente, com as áreas responsáveis pela execução dos controles.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todos os planos de ação e os resultados dos testes são compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos, assim como as deficiências apontadas. Os controles e procedimentos de divulgação se referem aos controles e outros procedimentos adotados e planejados para assegurar que informações obrigatórias a serem divulgadas nos relatórios arquivados sejam registradas, processadas e comunicadas aos nossos diretores para permitir decisões precisas relativas às divulgações.

Os Diretores da Companhia são acionados sempre que há uma deficiência nos controles internos, com a finalidade de efetuar o monitoramento e responder aos planos de ação determinados pelas suas respectivas áreas.

A Diretoria analisou os apontamentos da auditoria independente, e considerou que o eventual erro não distorce o entendimento das Demonstrações Financeiras (resultados ou índices) e, portanto, a severidade de tal é baixa e não houve uma exposição material (Deficiência Material) da Companhia. O IRB Brasil RE já definiu o plano de ação, responsável e data da implantação, e efetuará teste de validação e follow up dos planos de ação.

Adicionalmente, mensalmente, a Gerência de Compliance realiza o reporte do acompanhamento dos planos de ação ao Conselho, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria e, semestralmente, elabora relatório de atividades do sistema de controles internos para o Conselho, que por sua vez orienta, supervisiona, avalia e demanda trabalhos adicionais, quando necessário.

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	03/04/1939
Forma de Constituição do Emissor	Instituto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

Fundado em 3 de abril de 1939 com a promulgação do Decreto-lei nº 1.186, na mesma data, o então Instituto de Resseguros do Brasil inaugurou o monopólio estatal no setor de resseguros, anteriormente controlado por empresas estrangeiras, as quais, na maioria dos casos, atuavam como agências de captação de seguros para as suas matrizes.

Tendo sido criado no processo de industrialização e internalização dos centros de decisão econômica, buscando evitar a evasão de divisas para o exterior e fortalecer a economia nacional, com o emprego das reservas acumuladas no país, o ressegurador iniciava sua missão de colaborar para o desenvolvimento do mercado de seguros e, indiretamente, para o incremento da economia nacional. Nascia, assim, um mercado doméstico promissor, impulsionado pela Companhia, principal responsável pelo surgimento de seguradoras de capital brasileiro, com o estabelecimento de baixos limites de retenção.

Inicialmente com foco direcionado para o seguro de incêndio, ao longo das décadas seguintes, a Companhia estendeu sua cobertura para outros nichos, tais quais (i) grandes construções e projetos industriais, (ii) riscos dos ramos de transportes, (iii) acidentes pessoais, (iv) aeronáutico, (v) vida, (vi) cascos marítimos, (vii) automóveis, (viii) lucros cessantes, (ix) agrário, (x) transportes de mercadorias importadas pelo Brasil de navios e aviões, (xi) garantias (performance bonds), e (xii) responsabilidade civil.

Ao longo dos 69 anos que preservou o monopólio no mercado brasileiro, encerrado em 17 de abril de 2007, a Companhia comprovou sua importância para a sociedade brasileira, cobrindo diversos projetos importantes para a história do Brasil, dentre eles (i) a fábrica de celulose da Klabin, em Monte Alegre (PR), a criação da Acesita, no Vale do Rio Doce (MG) nos anos 1950; (ii) os primeiros investimentos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), também nos anos 1950, no reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento na capacidade de armazenamento, criação de ferrovias e matadouros, elevação do potencial elétrico e desenvolvimento da agricultura e das indústrias de base; (iii) o desenvolvimento da indústria automobilística brasileira; (iv) a rede ferroviária federal, a Eletrobrás e a Siderbras, nos anos 1960, (v) o surgimento da Petroquímica União (SP), fruto de vultosos investimentos do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no setor petroquímico nos anos 1970; e (vi) a usina de Tucuruí (PA), a construção da Rodovia Rio-Santos e da Transamazônica e a extração de jazidas no Pará e em Minas Gerais, também nos anos 1970.

Na década de 1990, passou por importantes transformações. Com o Plano Diretor, houve a liberação de tarifas, o maior controle e solvência das seguradoras, a abertura gradual do setor para empresas de capital estrangeiro e a reestruturação da Companhia já em preparação para uma futura privatização. Com o fim das tarifas, todas as seguradoras passaram a lançar produtos diferenciados e não mais condicionados a tabelamentos do governo. Pouco depois, a Companhia foi incluída no programa de privatizações. A Medida Provisória nº 1.518, de 11 de dezembro de 1997, determinou, então, a transformação da Companhia em uma sociedade de economia mista, sob controle da União. A denominação da empresa foi alterada, passando de Instituto de Resseguros do Brasil para IRB-Brasil Resseguros S.A.

O novo modelo para operações de resseguro começou a vigorar em 17 de abril de 2007, com o fim do monopólio da Companhia no mercado de resseguros nacional, e a transferência das atribuições de regulador do mercado de resseguros da Companhia para a Superintendência de Seguros Privados.

A partir de 2009 foram realizadas diversas iniciativas que têm como objetivo a modernização da Companhia e o aprimoramento dos processos de gestão. A ampliação da presença internacional também entrou definitivamente na agenda da empresa. Diversas parcerias de negócios foram estabelecidas em diferentes países da América Latina, África e Ásia, dando início a relacionamentos pautados em respeito e confiança.

O ano de 2011 foi marcado pela chegada de grandes resseguradores globais no Brasil, bem como a criação de novas empresas de resseguro de capital nacional, trazendo maior competitividade e capacidade para o mercado. Foi um ano de grandes mudanças para a Companhia internamente, havendo o redesenho de inúmeros processos de trabalho, a implantação de um sistema de gestão do *back-office* fornecido pela SAP e a atualização das políticas e diretrizes de subscrição, a abertura de um escritório em Buenos Aires, na Argentina, como parte de sua estratégia de expansão internacional, o recebimento de nota A- (excelente) da A.M. Best, agência de classificação de risco especializada no mercado securitário, que vem sendo mantida desde então. Trata-se de uma nota dois patamares acima do considerado grau de investimento.

Em 2013, concluindo o processo de reformulação no setor de resseguros no Brasil, iniciado duas décadas antes, os acionistas da Companhia conduziram a reorganização societária e subsequente privatização com o ingresso de novos sócios privados e a formação de seu atual grupo de controle.

6.3 - Breve histórico

Em abril de 2014, a Companhia adquiriu 8% do capital da African Reinsurance Corporation – Africa Re, uma empresa com status de organismo internacional pertencente a 41 países africanos, aos bancos de desenvolvimento da África, da Alemanha, da França e da Holanda, ao *International Finance Corporation* (Banco Mundial) e a mais de 100 empresas africanas de seguros e resseguros. Esse investimento possibilita não só um adequado retorno, por meio do recebimento de dividendos, mas também monitoramento do mercado africano, que poderá ser oportuno futuramente.

Em 27 de julho de 2015 foi promulgado o Decreto nº 8.495, que autorizou a União a integralizar cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ('FGEDUC'), mediante transferência de ações ordinárias de sua titularidade e de emissão da Companhia excedentes ao necessário à manutenção da União no grupo de controle da Companhia.

O FGEDUC é um fundo cujo único quotista é a União, constituído em 22 de outubro de 2010, data do registro de seu estatuto em Cartório e sua criação decorre do contido na Lei nº 12.087/09.

O FGEDUC tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), concedidas pelos agentes financeiros mandatários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a estudantes que atendam a determinados requisitos previstos em lei e no estatuto do FGEDUC. Seu patrimônio é composto, basicamente, por cotas do fundo de investimento BB FGEDUC Multimercado, FI administrado pela BB DTVM. Além disso, o Fundo Garantidor é administrado pelo Banco do Brasil.

Em 19 de agosto de 2015, foi publicada Portaria nº 644, de 17 de agosto de 2015, do Ministério da Fazenda por meio da qual foi autorizada a integralização pela União das cotas do FGEDUC, mediante a transferência de 49.161.763 ações ordinárias de emissão da Companhia, o que ocorreu em 19 de agosto de 2015. Ao longo dos próximos anos, a Companhia pretende captar clientes e parceiros principalmente na América Latina, bem como atuar em reciprocidade nos demais continentes, e ter um quadro de colaboradores composto por pelo menos 30% de profissionais nascidos fora do Brasil. A meta é construir uma empresa verdadeiramente global, que mantenha as virtudes acumuladas em seus mais de setenta anos de história e que incorpore o vigor e o espírito inovador oriundos do convívio com outros povos e culturas.

Em 2015, o marco regulatório em que a Companhia está inserida sofreu mudanças com a Resolução nº 325 da CNSP, que (i) revogou a restrição previamente existente de transferências de risco entre seguradoras e resseguradoras sob controle comum ou de um mesmo grupo econômico, prevendo limites que aumentam ao longo do tempo de 20%, valor quando de sua publicação, para 75%, valor efetivo em 1º de janeiro de 2020 e, (ii) previu uma redução gradual do percentual mínimo de subscrição obrigatória pelas resseguradoras locais, de 40% para 15%, em 1º de Janeiro de 2020.

Em 2016 tivemos o lançamento de nossa empresa de gestão de ativos e empreendimentos imobiliários, o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. que ao longo do ano incorporou a participação em cinco shoppings centers, dois terrenos no Centro do Rio de Janeiro e alguns imóveis de renda localizados no Rio e em São Paulo. Por meio de uma gestão especializada e focada, acreditamos que essa nova empresa imobiliária permitirá à Companhia extrair mais valor desses ativos para os seus acionistas.

Em reunião de 27.01.2017, o Conselho de Administração, deliberou pela aprovação da constituição de uma subsidiária integral dedicada à gestão de recursos. A nova subsidiária trará mais solidez à Companhia, melhorando a governança na gestão de investimentos, aumentando a proximidade com o mercado de capitais e seus reguladores além de fortalecer seu capital humano. Acreditamos que a reestruturação proposta permitirá o incremento do resultado do grupo e de seus acionistas por meio de aumento da eficiência da gestão de recursos e potencialmente permitindo a exploração de novas fontes de receitas provenientes de recursos terceiros, primordialmente, recursos oriundos de nossas subsidiárias integrais no Brasil, fortalecendo, inclusive, o relacionamento do IRB com seguradores e retrocessionários parceiros e outras gestoras estabelecidas.

Vale destacar que a autorização para constituição da gestora de recursos fica condicionada às aprovações do Banco Central, conforme a Resolução CMN nº 2.723/00, artigo 8º, e da CVM, conforme Instrução CVM nº 558/15, sendo que esses pedidos deverão ser submetidos pelos bancos acionistas da Companhia.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

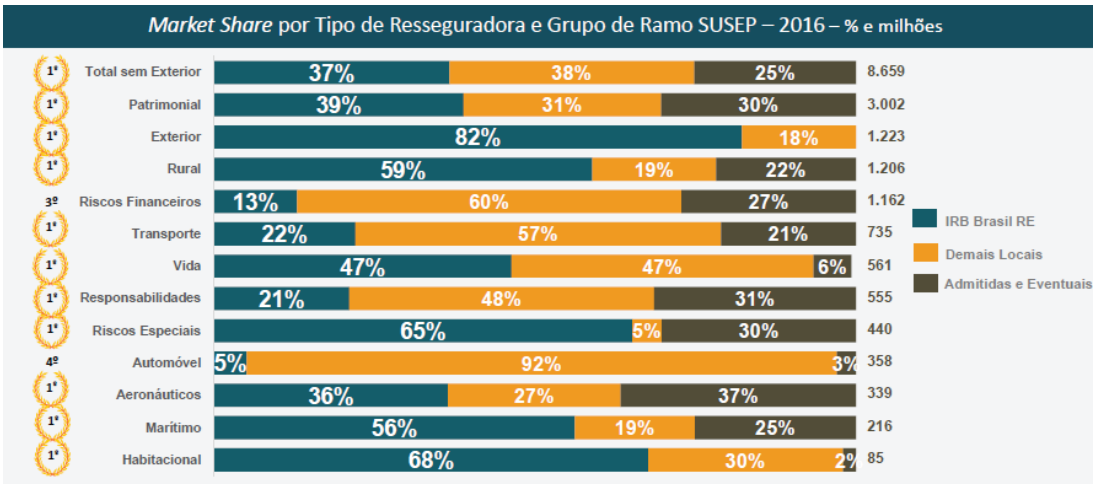
Com mais de 78 anos de experiência, a Companhia acredita ser referência em resseguros no mercado brasileiro, a única resseguradora a oferecer o que acredita ser um portfólio completo de soluções e linhas de negócio no mercado brasileiro e que tem como controlador os maiores bancos do Brasil.

A Companhia é a resseguradora líder no mercado brasileiro[1], durante o primeiro trimestre de 2017 registrou R$1.172,5 milhões de prêmios emitidos líquidos, gerando um lucro líquido de R$222,7 milhões. Em 2016, a Companhia emitiu o montante de R$4.188,3 milhões em prêmios e obteve um lucro líquido de R$849,9 milhões, o que representou 75% do lucro líquido do mercado ressegurados local no período.

Em 2016, a Companhia ampliou as parcerias com os principais clientes do mercado, o que nos permitiu aumentar em 3 pontos percentuais a participação da Companhia no mercado total (de 31% em 2014 para 34% em 2015 para 37% em 2016), e em 3 pontos percentuais a participação entre os resseguradores locais (de 46% para 49%), segundo dados divulgados pela SUSEP.

Em 2016, a Companhia foi líder no Brasil em 10 dos 12[2] grupos de ramos de resseguro, conforme classificação e dados publicados pela SUSEP, dentre os quais se destacam as linhas de negócio: Patrimonial, Exterior, Rural, Riscos Especiais e de Vida, tanto individual como em grupo.

2016



Desde sua fundação em 1939, como monopolista, sob a denominação de Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia tem passado por diversos ciclos econômicos e por todas as etapas do desenvolvimento do mercado de resseguros brasileiro, até a abertura do mercado em 2007, quando houve o consequente aumento da concorrência no setor. Neste período, a Companhia construiu uma base de dados histórica do mercado brasileiro, o que lhe possibilita, com a aplicação de seus modelos atuariais e plataforma de tecnologia avançada, decisões com adequado nível de segurança em termos de subscrição, melhor precificação dos riscos que ressegura e uma política eficaz de retrocessão de riscos. A Companhia figura entre as 50 maiores resseguradoras do mundo em termos de prêmios emitidos, de acordo com ranking divulgado pela AM Best em setembro de 2016 (*Best's Special Report – Global Reinsurance*) e tem como meta crescer internacionalmente com foco na América Latina.

[1] A participação de mercado é calculada de acordo com dados divulgados pela SUSEP e através da seguinte fórmula: Prêmios da Companhia / Total de Prêmios Cedidos em Resseguro pelas Seguradoras brasileiras, de acordo com dados da SUSEP. A não ser quando explicitado de outra forma.

[2] Dos 15 grupos de ramos de resseguro SUSEP, o grupo 04 (cascos) e 08 (créditos) estão em run off, sendo absorvidos, no caso de cascos, por Marítimos (14) e Aeronáuticos (15) e crédito, por riscos financeiros (07).

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Nos últimos três anos, a Companhia apresentou histórico de crescimento de receita e aumento de rentabilidade, ao mesmo tempo em que manteve sua solidez financeira e amplos níveis de solvência. No período entre 2014 e 2016, a receita da Companhia cresceu a uma taxa composta média[3] ("CAGR") de 23,9%, e seu lucro líquido recorrente cresceu a um CAGR de 48,0%, tendo mantido ao longo de todo este período uma nota de risco A- pela AM Best, agência de rating da indústria de seguros e resseguros.

A tabela abaixo apresenta alguns dos indicadores financeiros e operacionais da Companhia, de acordo com as especificações do IFRS (base SUSEP) e Visão do Negócio, nos períodos indicados:

CONSOLIDADO IFRS

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de três meses findo em 30 de março de		
	2014	2015	%	2016	%	2016	2017	%
	(em milhões de reais, ou conforme indicado)							
Consolidado IFRS – Base SUSEP								
Prêmios Emitidos	2 759,4	3.723,4	34,9%	4.188,3	12,5%	982,3	1 172,5	19,4%
Prêmios Ganhos	2.993,1	3.746,1	25,2%	4.162,2	11,1%	1.027,5	1.109,8	8,0%
Sinistros Ocorridos	(2.256,8)	(2.287,6)	1,4%	(2.589,6)	13,2%	(935,3)	(435,7)	-53,4%
Custo de Aquisição	(79,5)	(95,4)	20,0%	(103,5)	8,5%	(32,6)	(26,3)	-19,3%
Margem Bruta	538,7	570,8	5,9%	716,9	25,6%	178,4	254,8	42,8%
Despesas Administrativas	(287,3)	(266,6)	-7,2%	(260,8)	-2,2%	(54,5)	(81,1)	48,9%
Resultado Financeiro	629,8	799,4	26,9%	818,4	2,4%	201,6	175,0	-13,2%
Lucro Líquido	601,5	763,7	27,0%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida	20,1%	20,4%	0,3 p.p.	20,4%	–	20,7%	20,1%	-0,6 p.p.
Lucro Líquido Recorrente	388,2	763,7	96,7%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida Recorrente	13,0%	20,4%	7,4 p.p.	20,4%	–	20,7%	20,1%	-0,6 p.p.
Patrimônio Líquido	2.953,9	3.174,6	7,5%	3.328,2	4,8%	2.898,9	3.091,1	6,6%
índice de Liquidez corrente	0,9	0,8	-0,1 p.p	0,8	–	0,8	0,8	–
índice de Liquidez geral	1.3	1,3	–	1,3	–	1.2	1,2	–

[3] *Compoundedannualgrowth rate.*

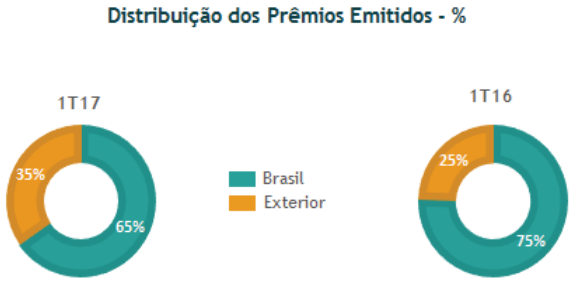
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO DO NEGÓCIO [4]

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de três meses findo em 30 de março de		
	2014	2015	%	2016	%	2016	2017	%
	(em milhões de reais, ou conforme indicado)							
Visão do Negócio								
Prêmios Emitidos de Resseguros	3.212,8	4.337,4	35,0%	4.928,4	13,6%	1.169,4	1.342,4	14,8%
Prêmios Ganhos	2.303,8	2.922,6	26,9%	3.501,0	19,8%	896,2	880,6	-1,7%
Sinistros Retidos	(1.347,0)	(1.865,9)	38,5%	(2.166,9)	16,1%	(570,4)	(473,8)	-16,9%
Custo de Aquisição	(436,7)	(560,4)	28,3%	(703,2)	25,5%	(168,1)	(163,1)	-3,0%
Resultado Bruto	520,2	520,2	–	630,9	21,3%	152,9	223,4	46,1%
Despesas Administrativas	(239,9)	(233,4)	-2,7%	(230,2)	-1,4%	(45,5)	(62,7)	37,6%
Resultado Financeiro e Patrimonial	690,0[7]	884,0	28,1%	1.041,2	17,8%	243,6	205,4	-15,7%
Lucro Líquido	601,5	763,7	27,0%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida[1]	26,1%	26,1%	–	24,3%	-1,8 p.p.	23,7%	25,3%	1,6 p.p.
Lucro Líquido Recorrente	388,1	763,7	96,8%	849,9	11,3%	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida Recorrente	16,8%	26,1%	9,3 p.p.	24,3%	-1,8 p.p.	23,7%	25,3%	1,6 p.p
ROAE[2]	21,4%	24,9%	3,5 p.p.	26,1%	1,2 p.p.	26,0%	27,0%	1,0 p.p.
Taxa de Sinistralidade[3]	58,5%	63,8%	5,3 p.p.	61,9%	-1,9 p.p.	63,6%	53,8%	-9,8 p.p
Índice Combinado[4]	95,5%	93,5%	-2,0 p.p.	92,2%	-1,3 p.p.	92,2%	85,4%	-6,8 p.p.
Índice Combinado Ampliado[5]	77,7%	71,8%	-5,9 p.p.	71,1%	-0,7 p.p.	72,5%	69,2%	-3,3 p.p.
Índice de Solvência[6]	3,6	3,1	-0,5 p.p.	3,2	0,1 p.p.	2,9	2,5	-0,4 p.p.
Patrimônio Líquido	2.953,9	3.174,6	7,5%	3.328,2	4,8%	2.898,9	3.091,1	6,6%

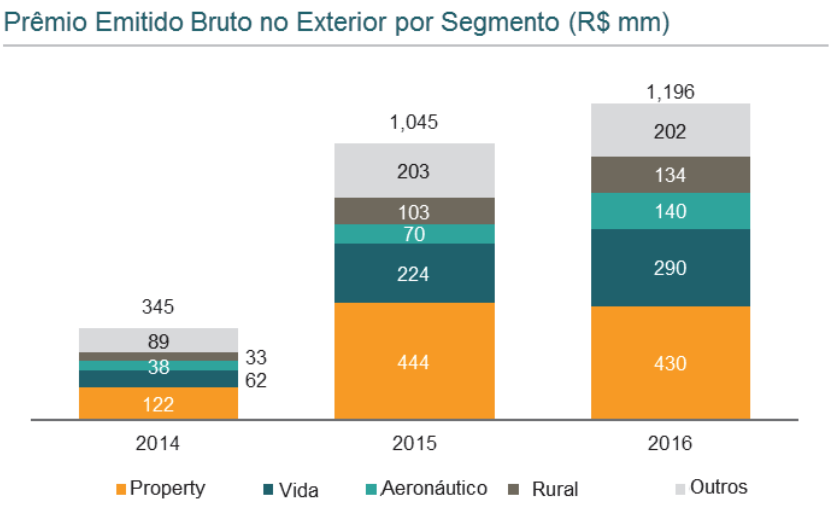
(1) Margem líquida significa o resultado da divisão entre (i) lucro líquido e (ii) prêmios ganhos brutos de comissão, registrados em um determinado período.
(2) Retorno sobre patrimônio líquido médio significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio registrado em um determinado período.
(3) Taxa de sinistralidade significa o resultado da divisão entre sinistros retidos e prêmios ganhos em um determinado período.
(4) Índice combinado recorrente significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos, registrados em um determinado período.
(5) Índice combinado ampliado recorrente significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas, e (ii) prêmios ganhos adicionados do resultado financeiro, registrados em um determinado período.
(6) O Índice de solvência é o resultado da divisão entre o Patrimônio Líquido Ajustado e o Capital Mínimo Requerido.
(7) O resultado financeiro e patrimonial recorrente em 2014 foi de R$526 milhões.

A Companhia vem aumentando a participação no mercado internacional em seu prêmio emitido líquido que passou de 25% no primeiro trimestre de 2016 para 35% no primeiro trimestre de 2017. Atuando hoje em diversos países na América, Europa, África e Ásia com foco na América Latina. Nesta região, a Companhia tem aumentado sua presença, com negócios em quase todos os países, com atuação especial na Argentina, como resseguradora local, e no Peru, México e Colômbia. Para os demais continentes, a Companhia utiliza sua posição de liderança no mercado brasileiro para alavancar negócios em reciprocidade.



[4] Para maiores informações financeiras referentes aos números de:
1T2017 e 2016 – vide nota 3.1 das Demonstrações Financeiras
2015 e 2014 – vide nota 26.1 das Demonstrações Financeiras

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas



OPORTUNIDADES NO SETOR DE RESSEGUROS

A Companhia entende que o setor de resseguros, tanto no Brasil quanto no exterior, apresenta diversas oportunidades, das quais se beneficiou ao longo dos últimos anos e que pretende continuar a aproveitar futuramente:

Os mercados brasileiros de seguros e resseguros cresceram significativamente nos últimos anos e apresentam potencial de crescimento futuro

Os mercados brasileiros de seguros e resseguros se caracterizaram por crescer de forma resiliente, desta forma a Companhia acredita possuir potencial de crescimento para o futuro. Entre os anos de 2012 e 2016, o total de prêmios emitidos por seguradoras[5] passou de R$66 bilhões em 2012 para R$92 bilhões em 2016, crescendo 39% nominalmente no período, vis à vis uma retração do crescimento econômico do país no mesmo período. O total de prêmios cedidos pelas seguradoras passou de R$5,7 bilhões em 2012 para R$8,7 bilhões em 2016, de acordo com dados da SUSEP.

A Companhia acredita que o mercado de resseguro brasileiro apresenta grandes oportunidades de crescimento, tendo em vista a baixa penetração de seguros[6] em relação aos mercados mais maduros. Enquanto no Brasil esse índice é de apenas 3,9%, no mesmo período nos EUA, Reino Unido, França e Japão os valores chegam a, respectivamente, 7,3%, 10%, 9,3% e 10,8%, de acordo com dados do Relatório Sigma[7] e Latino Insurance[8].

Além disso, a Companhia acredita que o mercado brasileiro apresenta um nível baixo de sinistros catastróficos por se encontrar em região geográfica não propensa a catástrofes naturais, o que possibilita retornos mais estáveis com menores riscos.

O mercado latino-americano de resseguros apresenta características semelhantes ao mercado brasileiro

A Companhia entende que o mercado latino-americano de resseguros apresenta características que o torna semelhante ao mercado brasileiro - potencial de crescimento e baixa penetração - e, portanto, favorável à atuação da Companhia. Segundo a Latino Insurance, entre os anos de 2010 a 2016, o mercado latino-americano de resseguros cresceu a uma taxa de 11%.

Assim como no Brasil, a taxa de penetração do mercado de seguros no PIB dos países da América Latina é menor do que nos mercados desenvolvidos. O México, Argentina, Colômbia e Peru apresentaram respectivamente taxas de penetração de 2,2%, 3,1%, 2,8% e 2,3%, em 2016 segundo a Latino Insurance.

[5] Excluindo VGBL, DPVAT e Microsseguro.
[6] Índice de penetração de seguros é a relação entre o volume de prêmios emitidos e o PIB.
[7] Relatório Sigma: http://media.swissre.com/documents/sigma4_2015_en.pdf.
[8] De acordo com a ferramenta Latino Insurance www.latinoinsurance.com – dezembro/2016.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Conforme descrito no item 7.1 deste Formulário de Referência e na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras Trimestrais, as operações da Companhia estão segmentadas em operações de resseguros[10] e retrocessão[11] no Brasil e operações de resseguros e retrocessão no exterior.

No âmbito destes dois segmentos operacionais, Brasil e Exterior, a Companhia oferece soluções de resseguro para os seguintes riscos:

Patrimonial

Cobertura de resseguro para prejuízos causados à estrutura da propriedade e/ou ao seu conteúdo (instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas, inclusive bens de terceiros em poder do segurado e bens do segurado em poder de terceiros), decorrentes de Incêndio, Raio e Explosão, podendo ainda estender a cobertura aos prejuízos causados por Vendaval, Impacto de Veículos e Impacto de Aeronaves, por exemplo. As principais modalidades são Riscos Operacionais (AllRisks), Riscos Nomeados, Compreensivo Empresarial, Condomínio e Residencial, Lucros Cessantes e Interrupção de Negócios.

Cobre ainda os riscos inerentes à construção, instalação e montagem. Os produtos também podem cobrir a Responsabilidade Civil do construtor, bem como a perda de receita futura em decorrência do não cumprimento dos prazos.

Além disso, são enquadradas em riscos patrimoniais outras modalidades de cobertura de resseguro que visam atender necessidades específicas que não são encontradas nos ramos tradicionais, como, por exemplo, cobertura para eventos e filmagens, que consiste na cobertura de no show, dos equipamentos envolvidos, sendo eles móveis ou estacionários, ou para obras de arte, para as obras em exposição e seu transporte.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 01 - Patrimonial

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
941.287	34,1%	1.164.044	31,3%	1.169.846	27,9%	322.138	27,5%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

Riscos especiais

Cobertura de resseguro para projetos, bens, equipamentos, responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, onshore e off shore.

Neste agrupamento também se enquadram as coberturas para riscos espaciais, isto é, cobertura de resseguro para satélites, abrangendo lançamento, vida em órbita e responsabilidade civil por danos causados a terceiros, bem como a cobertura para riscos inerentes às operações de usinas geradoras de energia nuclear, cobrindo os danos físicos, bem como a responsabilidade civil a terceiros.

Destaca-se que a cobertura para riscos nucleares é trabalhada com a participação de diversos mercados de resseguro do mundo, sob a forma de pools de riscos por país, a fim de buscar maior pulverização dos riscos.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 02 – Riscos Especiais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
232.313	8,4%	244.034	6,6%	287.114.	6,9%	49.433	4,2%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

[10] A operação se dá entre uma seguradora e um ressegurador
[11] A operação se dá entre resseguradores

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Responsabilidades

Cobertura de resseguro para riscos que envolvem a responsabilidade do segurado, civilmente, por meio de uma sentença judicial decorrente de danos involuntários, materiais ou pessoais causados a terceiros. Tais responsabilidades cobrem atividades de operações e instalações, produtos no Brasil e Exterior, prestação de serviços e empregador.

Neste grupo de riscos enquadra-se também a cobertura de resseguro para riscos que envolvem a responsabilidade do segurado, civilmente responsável, em virtude de sentença judicial, em decorrência de danos corporais e/ou materiais, causados a terceiros relativos a erros ou omissões cometidas no exercício da profissão. Cobre geralmente profissionais médicos, dentistas, arquitetos, advogados, engenheiros, dentre outras profissões.

Destaca-se, ainda, a cobertura de resseguro para proteger o patrimônio das pessoas físicas que ocupam cargos e/ou funções diretivas nas empresas, que pode ser utilizada como reparação em virtude de condenação judicial por decisões tomadas durante sua gestão. Algumas coberturas valem para processos movidos contra os administradores, cíveis ou criminais, incluindo os custos de defesa, as indenizações pecuniárias, inclusive podendo ser contratada cobertura para as gestões exercidas anteriormente.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 03 - Responsabilidades

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
93.014	3,4%	89.261	2,4%	117.707	2,8%	56.720	4,8%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

Automóvel

Cobertura de resseguro para perdas parciais e indenização integral que garante a reposição dos prejuízos materiais ao veículo segurado em consequência de colisão, incêndio, roubo ou furto. Pode ainda haver a cobertura da responsabilidade civil, com a garantia das despesas em caso de danos materiais causados a terceiros, decorrentes de acidentes com o veículo segurado e, ainda, a cobertura de acidentes pessoais aos passageiros, em caso de morte ou invalidez permanente dos ocupantes do veículo segurado, na hipótese de acidente de trânsito.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 05 - Automóvel

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
31.642	1,1%	22.707	0,6%	18.607	0,4%	4.378	0,4%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

Transportes

Cobertura de resseguro para prejuízos causados aos bens segurados durante o transporte em viagens aquáticas, terrestres e aéreas, em percursos nacionais e internacionais, podendo ainda a cobertura ser estendida para o período de permanência das mercadorias em armazéns.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 06 - Transportes

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
142.909	5,2%	161.198	4,3%	162.595	3,9%	37.304	3,2%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Riscos financeiros

Cobertura de resseguro para o risco de inadimplemento contratual, tanto em contratos privados quanto públicos. Adicionalmente, pode abranger a cobertura de riscos inerentes a operação de crédito, bem como nos riscos comerciais e nos riscos políticos das operações de exportação.

Prêmios Emitidos Líquidos
07 - Riscos Financeiros + 08 - Crédito

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
120.849	4,4%	125.209	3,4%	151.777	3,6%	24.940	2,1%

Fonte: Balanço IRB – Grupo Financeiro + Grupo Credito
Valores em milhares de R$

Pessoas

Cobertura de resseguro que tem por objetivo a proteção pessoal, proporcionando garantias financeiras na hipótese de ocorrência de danos físicos imprevisíveis aos indivíduos segurados, dentre as quais, a mais comum, o seguro de vida. Além desta, também são enquadradas nesta linha de negócio outras coberturas, como, por exemplo, coberturas de invalidez permanente ou temporária, de caráter total ou parcial, decorrentes de acidentes pessoais e/ou de doenças, cobertura de diárias por incapacidade temporária, cobertura de doenças graves, dentre outras.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 09 – Pessoas

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
172.665	6,3%	193.016	5,2%	260.359	6,2%	50.532	4,3%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

Habitacional

Cobertura para os riscos associados ao financiamento habitacional, no que tange à morte ou à invalidez permanente do mutuário, bem como aos danos físicos ao imóvel alienado.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 10 - Habitacional

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
48.136	1,7%	87.425	2,3%	57.455	1,4%	15.357	1,3%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Rural

Cobertura de resseguro para riscos agrícolas, pecuários, danos às benfeitorias e aos equipamentos agrícolas, bem como de vida para os produtores rurais. Protege o produtor rural, em especial, contra perdas decorrentes de fenômenos climáticos.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 11 - Rural

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
538.398	19,5%	518.631	13,9%	711.512	17,0%	163.135	13,9%

Fonte:Balanço IRB
Valores em milhares de R$

Marítimos

Cobertura de resseguro para prejuízos sofridos pelo segurado ou beneficiário por perdas ou danos decorrentes de acidente com a embarcação durante sua construção, operação, reparo ou desmonte.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 14 - Marítimos

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
82.371	3,0%	106.173	2,9%	121.658	2,9%	34.691	3,0%

Fonte: Balanço IRB – Grupo 04 Cascos (run-off) + Grupo 14 Marítimos
Valores em milhares de R$

Aeronáuticos

Cobertura de resseguro para os riscos que envolvem a atividade aeronáutica, incluindo danos à aeronave, responsabilidade civil pela sua operação e perdas decorrentes de atos de guerra.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 15 - Aeronáuticos

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
74.013	2,7%	152.268	4,1%	123.727	3,0%	13.203	1,1%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

Outros

Refere-se à cobertura de resseguro para todas as linhas descritas anteriormente, provenientes do exterior, aceitos e contabilizados no Brasil, bem como toda a cobertura de resseguro aceita e contabilizada em sucursal no exterior.

Prêmios Emitidos Líquidos
Grupo SUSEP - 12 - Outros

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016		Trimestre encerrado em 31 de março de 2017	
Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia	Companhia	% Participação no Faturamento da Companhia
281.798	10,2%	859.483	23,1%	1.005.906	24,0%	400.659	34,2%

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	**% do total**	**2015**	**% do total**	**2014**	**% do total**
			(em R$ milhares, exceto %)			
Prêmio Emitido Brasil.....	3.182.357	76%	2.863.969	77%	2.480.460	90%
Prêmio Emitido Exterior	1.005.906	24%	859.480	23%	278.935	10%
**Receita líquida..... **	**4.188.263**	**100%**	**3.723.449**	**100%**	**2.759.395**	**100%**

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2017	**% do total**	**2016**	**% do total**
		(em R$ milhares, exceto %)		
Prêmio Emitido Brasil.....	771.831	66%	738.422	75%
Prêmio Emitido Exterior	400.659	34%	243.854	25%
**Receita líquida..... **	**1.172.490**	**100%**	**982.276**	**100%**

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

(c) margem bruta operacional por segmento e sua participação na margem bruta da Companhia

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016	**% do total**	**2015**	**% do total**	**2014**	**% do total**
			(em R$ milhares, exceto %)			
Margem Bruta Brasil	485.213	68%	359.540	63%	446.499	83%
Margem Bruta Exterior.....	231.671	32%	211.228	37%	92.242	17%
**Margem Bruta Operacional ..... **	**716.884**	**100%**	**570.768**	**100%**	**538.741**	**100%**

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2017	**% do total**	**2016**	**% do total**
		(em R$ milhares, exceto %)		
Margem Bruta Brasil	150.068	59%	105.705	59%
Margem Bruta Exterior.....	104.712	41%	72.716	41%
**Margem Bruta Operacional ..... **	**254.780**	**100%**	**178.421**	**100%**

Fonte: Balanço IRB
Valores em milhares de R$

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Dadas as características das atividades desempenhadas pela Companhia, descreveremos neste item as modalidades de resseguro nas quais operamos.

O resseguro pode ser contratado sob as modalidades automático e facultativo, sendo que em ambas as modalidades eles podem ser proporcionais ou não proporcionais, conforme demonstrado abaixo.



Contrato Facultativo

O contrato de resseguro facultativo é aquele que envolve resseguro de riscos individuais ofertados ao ressegurador, o qual detém a faculdade de aceitar, contrapropor ou recusar o risco oferecido pela seguradora. O resseguro facultativo permite a cobertura de riscos que ultrapassem o limite do resseguro automático e os que estão excluídos da cobertura do contrato.

Contrato Automático

O contrato de resseguro automático é aquele que envolve resseguro de cessão obrigatória de riscos com características pré-determinadas em contrato celebrado entre as partes. Suas características principais são a possibilidade de cobertura de uma ou mais carteiras ou modalidades e o custo administrativo inferior ao custo do contrato de resseguro facultativo.

Em 31 de março de 2017, da totalidade da receita decorrente dos contratos de resseguros firmados pela Companhia, 88% foram referentes aos contratos de resseguro automático e 12% aos contratos de resseguro facultativo.

Resseguro Proporcional

Em um contrato de resseguro proporcional, a cedente e o ressegurador participam do mesmo risco, em termos de prêmios e sinistros retidos, em proporção pré-estabelecida. Além de aumentar a capacidade de subscrição, essa modalidade promove a divisão das responsabilidades conforme percentual do risco retido/cedido e o valor ressegurado.

Resseguro Não Proporcional

No resseguro não proporcional, a cedente fixa um limite de perda que ela assume na operação e transfere ao resseguro a responsabilidade de indenizar qualquer valor que exceda o limite previamente estabelecido. No resseguro não-proporcional, consideram-se os sinistros que excedem um limite estabelecido previamente e se encontram entre um valor de sinistro mínimo (prioridade) e um valor de sinistro máximo (limite de resseguro). Dentre as principais características do resseguro não proporcional destacam-se a estabilização de resultados da cedente e a proteção contra catástrofe.

(b) características do processo de distribuição

De acordo com a legislação em vigor, a comercialização das soluções de resseguros é feita apenas para companhias seguradoras ou resseguradoras ou para entidades semelhantes. O processo de distribuição de resseguro divide-se em duas modalidades básicas: uma direta e outra por meio de corretor de resseguro.

A comercialização direta acontece quando a cedente procura, sem qualquer intermediação, as resseguradoras para oferecer seus riscos (resseguro facultativo) ou sua carteira de riscos (resseguro automático). Normalmente, poucas resseguradoras participam da cobertura de resseguros nestes casos, o que facilita a operacionalização, tanto na cessão de prêmios quanto na recuperação de sinistros.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A comercialização por meio de corretores de resseguro acontece quando a cedente seleciona um ou mais corretores para buscar cobertura no mercado para seus riscos (resseguro facultativo) ou sua carteira de riscos (resseguro automático). Normalmente, são operações mais complexas, nas quais o corretor auxilia a cedente na elaboração do programa, combinando várias estruturas de resseguro e um grande número de resseguradoras. Dada esta complexidade, o corretor tem papel fundamental para o processo no que tange à operacionalização, tanto na cessão de prêmios quanto na recuperação de sinistros.

No Brasil atualmente existem 24 corretores de resseguros, autorizados pela SUSEP a operar no Brasil.

Canais de venda

A Companhia utiliza diversas estratégias de manutenção e expansão do seu portfólio de clientes.

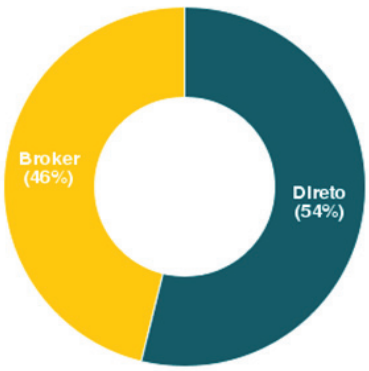
No mercado brasileiro, a estratégia da Companhia é pautada na manutenção e otimização do portfólio existente. A Companhia relaciona-se diretamente com as principais seguradoras do mercado, principalmente as pertencentes aos grandes conglomerados financeiros brasileiros.

Além disso, a Companhia mantém relacionamento estreito com corretores de resseguro, provendo capacidade e soluções para seus clientes. Neste contexto, a Companhia utiliza-se desses mesmos corretores para a intermediação de seus programas de retrocessão, alavancando o interesse na realização de novos negócios.

No exterior, o posicionamento da Companhia é buscar novos mercados, expandindo a carteira e diversificando os riscos do portfólio. Para isso, a Companhia utiliza duas estratégias principais: a primeira utiliza o canal próprio de representantes da Companhia para prospecção de novos negócios, visitando seguradoras e corretores em mercados-alvo e apresentando a Companhia para oferecer soluções na condição de ressegurador líder do mercado brasileiro.

A segunda estratégia tem como premissa básica a reciprocidade de negócios, buscando realização de trocas para a diversificação de portfólios, com manutenção do resultado e consequente aquisição de expertise na subscrição desses riscos.

O Gráfico abaixo apresenta a distribuição do Prêmio Emitido da Companhia relativo à operação de resseguros e retrocessão segundo o canal de venda:



As Políticas de Subscrição da Companhia são periodicamente atualizadas e têm como objetivo estabelecer os princípios e diretrizes a serem observados no processo de subscrição, garantindo maior eficiência operacional, com vistas a alcançar os resultados estabelecidos no plano de negócios e elevar o retorno para o acionista. Com a finalidade de garantir conformidade e padronização, assim como o incremento gradativo do conhecimento de seu corpo técnico, a Companhia mantém todo seu processo de subscrição descrito em diretrizes (*guidelines*), segregados por linha de negócio, aprovados por sua Diretoria e atualizados constantemente.

Reconhecendo a existência de alguns fatores de risco no processo de subscrição, a Companhia destina grande parte de seus esforços ao monitoramento e ao tratamento desses riscos, como, por exemplo, a manutenção do registro de todas as suas operações, em sistemas específicos, dos programas de retrocessão da Companhia, de modo a permitir a apuração de informações e análises estatísticas.

A Companhia zela pela excelência no atendimento aos clientes internos e externos, não se restringindo aos prazos de resposta estabelecidos pela legislação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Gestão de Sinistros

Os princípios básicos que norteiam a gestão de sinistros pela Companhia devem ser observados ao longo do processo de análise, desde o recebimento do aviso de sinistro até o encerramento do mesmo, mediante o pagamento de recuperação de resseguro ou com a negativa de cobertura, sempre fundamentados pelas áreas técnicas e/ou jurídica internas.

Nesse sentido, a constituição e atualização da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), que possui como fato gerador o aviso de sinistro tempestivo, deve ser realizada de forma consistente e precisa, contemplando, sempre que possível, as eventuais despesas e observando os critérios estabelecidos na respectiva Nota Técnica Atuarial editada em consonância com as normas da SUSEP.

Com relação à regulação de sinistros, a Companhia poderá participar no processo desde que que haja previsão contratual. Já no que tange às relações com as retrocessionárias, a Companhia possui deveres de comunicação e transparência que devem atender às condições previstas nos contratos de retrocessão.

Por fim, a Companhia possui diferentes níveis decisórios com relação aos assuntos afetos à gestão de sinistros, os quais estão em sua totalidade centralizados na sede, o que facilita a comunicação e agiliza a tomada de decisão.

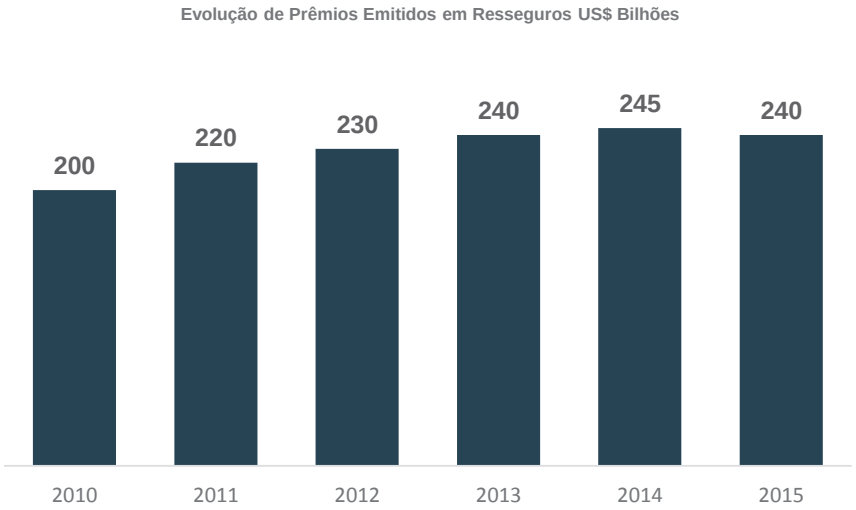
(c) características dos mercados de atuação, incluindo (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

Visão geral do mercado de resseguros global

O resseguro representa o seguro das seguradoras e é uma importante ferramenta de mitigação de riscos ao absorver parte das perdas das seguradoras, ajudando na estabilização da indústria de seguros. Devido ao aumento da incidência de eventos catastróficos e da decrescente tolerância ao risco, o resseguro tornou-se uma parte fundamental dessa indústria.

A principal finalidade do resseguro é a pulverização do risco para viabilizar o funcionamento efetivo do mercado e com isso gerar um maior benefício para a sociedade. Em virtude de suas operações globais e exposição a uma variedade de riscos, as resseguradoras são fontes de conhecimento em gestão de riscos e precificação.

De acordo com dados *da Associationdes Professionnels de la Réassuranceen France* (APREF)[12], o mercado global de resseguros tem registrado crescimento sólido nos últimos anos, gerando total de prêmios cedidos de US$240 bilhões em 2015, o que representou uma taxa anual de crescimento composta (CAGR) de 3,7% entre 2010 e 2015.



[12] www.apref.org/en

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Visão geral do mercado de resseguros na América Latina

Apesar das economias da América Latina seguirem avançando, a penetração de seguros – baseada em prêmios como porcentagem do PIB – ainda é relativamente baixa e tem um longo caminho pela frente até atingir os níveis encontrados em economias desenvolvidas. De acordo com a Latino Insurance, a penetração média de seguros na região da América Latina em 2016 foi de aproximadamente 3,1% do PIB. No Brasil, a penetração atingiu 3,9%, apresentando a terceira maior penetração da região, atrás do Chile e da Venezuela com, respectivamente 5,1% e 4,7%. Em contrapartida, a penetração de seguros no Reino Unido e nos EUA é de 10% e 7,3%, respectivamente.

Visão geral e descrição do mercado de resseguros no Brasil

Os mercados brasileiros de seguros e resseguros se caracterizaram por recente expansão, mantendo significativo potencial de crescimento para o futuro. Entre os anos de 2012 e 2016, o total de prêmios emitidos por seguradoras[13] passou de R$66 bilhões em 2012 para R$92 bilhões em 2016, crescendo 39% nominalmente no período, vis à vis uma retração econômica do país no mesmo período. O total de prêmios cedidos pelas seguradoras passou de R$5,7 bilhões em 2012 para R$8,7 bilhões em 2016, de acordo com dados da SUSEP.

Em 2008, o mercado de resseguros brasileiro foi aberto à concorrência, extinguindo o monopólio exercido pela Companhia (à época controlada pela União) durante várias décadas. A abertura foi acompanhada por uma série de resoluções que, em um primeiro momento, estabeleceram um arcabouço regulatório favorável as resseguradoras locais. O crescimento observado desde então foi sustentado pela expansão econômica do Brasil, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e a expansão do mercado de seguros do país.

Apesar da forte recessão que o país atravessa atualmente, os setores de seguros e resseguros continuam com boas perspectivas pois sua penetração no PIB ainda é baixa e o potencial de crescimento vem se concretizando graças à mudança de cultura dos consumidores brasileiros e amadurecimento do mercado, com novos produtos e preços mais competitivos.

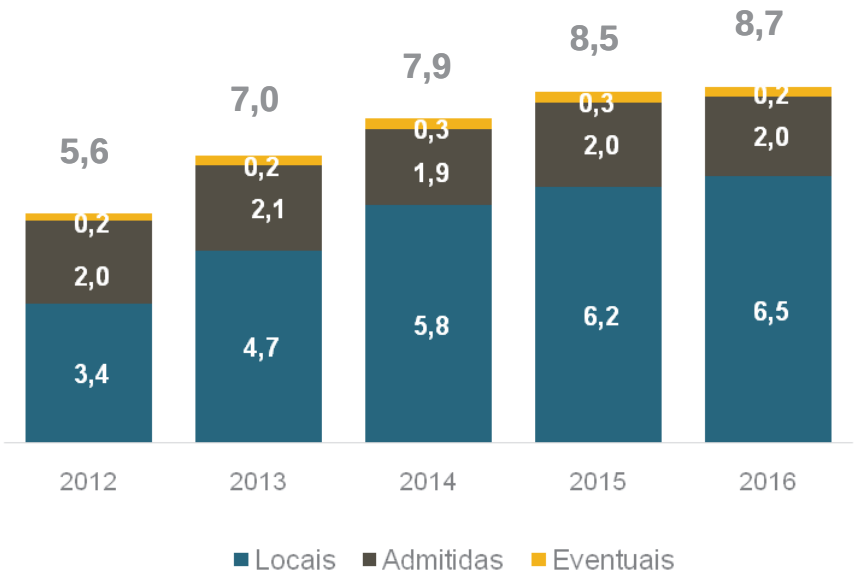
Na medida em que o mercado de resseguros brasileiro foi aberto à competição, no período compreendido entre os anos de 2008 e 2016, o número de companhias resseguradoras habilitadas para operar no Brasil como resseguradoras locais cresceu de 1 para 16. Essas medidas positivas ajudaram a desenvolver o mercado de resseguros local. Atualmente, incluindo resseguradoras admitidas e eventuais, as quais tem algumas restrições para aceitação e transferência de riscos, o número de companhias presentes no mercado brasileiro é superior a 130.

[13] Excluindo VGBL, DPVAT e Microsseguro

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O rendimento com investimentos tem fomentado a rentabilidade do mercado. Apesar da recente flexibilização da política monetária, apresentando quedas graduais da taxa básica de juros, ainda assim a taxa permanece em patamares elevados, precificada em 12,25% a.a. ao final do mês de março de 2017, contribuindo para aprimorar o rendimento líquido do investimento e impactando positivamente a rentabilidade no médio prazo, a qual aliada a fundamentos sólidos da indústria de seguros deverão equilibrar o mercado para um crescimento sustentável de longo prazo.

Evolução do tamanho de mercado e participantes (em R$bilhões) (1)



Fonte: SES - SUSEP - ww.susep.gov.br
Base de 12/2016 (disponibilizada em 20/03/2017)
(1) Quebra de participação relativa para Local, Admitido e Eventual com base no total de prêmios

Principais concorrentes da Companhia

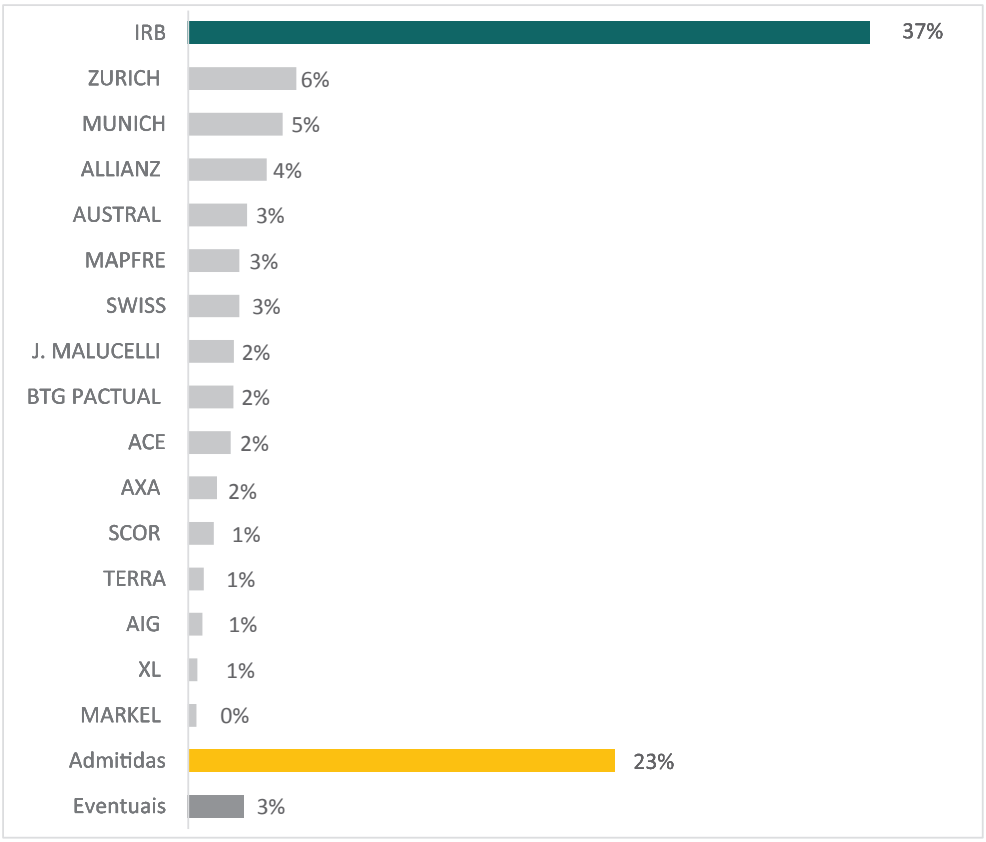
A concorrência no mercado ressegurador brasileiro[14] é exercida por três tipos de entidades distintas: resseguradoras locais, admitidas e eventuais. Em 2016, os participantes locais responderam por 75% do total do mercado, seguido das admitidas, com 22% e eventuais com 3% de participação em relação ao total de prêmios emitidos.

[14] Quando nos referimos ao marketshare "do mercado brasileiro", excluímos os prêmios cedidos por seguradores internacionais a resseguradoras locais (Grupo 12 – Outros).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os principais concorrentes da Companhia estão demonstrados no gráfico abaixo. Cabendo destacar que os concorrentes admitidos e eventuais são apresentados de forma agrupada, uma vez que não existe informação por empresa disponível.

Market Share dos Concorrentes Locais – 2016[15]



Fonte: SES - SUSEP - ww.susep.gov.br
Base de 12/2016 (disponibilizada em 20/03/2017)

Histórico do setor

O histórico do setor de resseguros se confunde com o histórico da própria companhia até a abertura do mercado ocorrida em 2007. Para mais informações veja o item 6.3 deste Formulário de Referência.

Em 2007, com a Lei Complementar 126 começou a vigorar o novo modelo para operações de resseguro, com o fim do monopólio então exercido pela Companhia, a transferência de suas atribuições como reguladora do mercado de resseguros para a SUSEP e o consequente aumento da concorrência do setor.

[15] O cálculo do Market Share de uma resseguradora Local no mercado de prêmios cedidos por seguradoras brasileiras se dá através do cruzamento de duas bases da SUSEP. A soma dos prêmios cedidos a resseguradoras locais (Base das Seguradoras) não coincide necessariamente com a soma dos prêmios emitidos pelas resseguradoras locais (Base das Resseguradoras). Isso se dá devido ao descasamento do timing entre o que as seguradoras informam que cedem e o que as resseguradoras informam que emitem. Dessa forma, ao somarmos o Market Share exposto acima de cada resseguradora local, não atingiremos, necessariamente, o Market Share atribuído às resseguradoras locais extraído somente da base das seguradoras.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Gestão de Ativos

Anteriormente a desestatização, a Companhia possuía diversas limitações regulatórias no que tange as suas atividades de investimento, tais como a obrigação de investimento em fundos extramercados com baixa performance. Após a desestatização, a Companhia passou a poder investir em diferentes tipos de ativos. Houve, ainda, um processo de reenquadramento dos investimentos, com adequação do benchmarking dos fundos de renda fixa e elevação da posição pós fixada para proteção contra flutuações do mercado. A Companhia permanece com uma posição conservadora na alocação dos recursos e continuará com o processo de reenquadramento de investimentos após o vencimento dos investimentos realizados antes da desestatização.

A Companhia possui uma política de investimento aprovada pelo Conselho de Administração e atualizada periodicamente. Além disso, mantém um Comitê de Investimentos, de caráter consultivo, que reporta suas atividades ao Conselho de Administração, conforme descrito nos itens 12.1 e 12.7/12.8 deste Formulário de Referência.

Em 2016 foi constituída a empresa de gestão de ativos e empreendimentos imobiliários, o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. que ao longo do ano incorporou a participação em cinco shoppings centers, dois terrenos no Centro do Rio de Janeiro e alguns imóveis de renda localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. A Companhia acredita que por meio de uma gestão especializada e focada, a constituição dessa nova empresa imobiliária permitirá à Companhia extrair mais valor desses ativos para os seus acionistas.

Em reunião de 27.01.2017, o Conselho de Administração, deliberou pela aprovação da constituição de uma subsidiária integral dedicada à gestão de recursos. A nova subsidiária trará mais solidez à Companhia, melhorando a governança na gestão de investimentos, aumentando a proximidade com o mercado de capitais e seus reguladores além de fortalecer seu capital humano. Acreditamos que a reestruturação proposta permitirá o incremento do resultado do grupo e de seus acionistas por meio de aumento da eficiência da gestão de recursos e potencialmente permitindo a exploração de novas fontes de receitas provenientes de recursos terceiros, primordialmente, recursos oriundos de nossas subsidiárias integrais no Brasil, fortalecendo, inclusive, o relacionamento do IRB com seguradores e retrocessionários parceiros e outras gestoras estabelecidas.

Vale destacar que a autorização para constituição da gestora de recursos fica condicionada às aprovações do Banco Central, conforme a Resolução CMN nº 2.723/00, artigo 8º, e da CVM, conforme Instrução CVM nº 558/15, sendo que esses pedidos deverão ser submetidos pelos bancos acionistas da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Gestão de Ativos Imobiliários

Em 2016 tivemos o lançamento de nossa empresa de gestão de ativos e empreendimentos imobiliários, o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. que ao longo do ano incorporou a participação em cinco shoppings centers e a participação em quatro Sociedades de Propósito Específico (SPEs), proprietárias de dois terrenos no Centro do Rio de Janeiro e alguns imóveis de renda localizados no Rio e em São Paulo. Por meio de uma gestão especializada e focada, acreditamos que essa nova estrutura permitirá à Companhia extrair mais valor desses ativos para os seus acionistas. Os principais imóveis de propriedade do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. são os seguintes:

Imóveis	Endereço	Área do Imóvel (m²)
Ed. Kioey 4º andar	Rua Manoel Nóbrega, 1280, Paraíso, São Paulo	734,34
Ed. Kioey 5º andar	Rua Manoel Nóbrega, 1280, Paraíso, São Paulo	734,34
Terreno Av. Chile	Avenida República do Chile, Lote A2 PAL 30027, Centro, Rio de Janeiro	2070,00
Terreno Av. Beira Mar	Avenida Beira Mar, LOTE 1 PAL 27606, Centro, Rio de Janeiro	357,00
Shopping Barra	Av. Centenário, 2992 - Chame-Chame, Salvador - BA	150.000,00
Esplanada Shopping Ala Norte	Avenida Professora Izoraida Marques Peres, 401 - Parque Campolim, Sorocaba - SP	70.604,00
Minas Shopping	Av. Cristiano Machado, 4000 - União, Belo Horizonte - MG	117.914,00
Praia de Belas	Av. Praia de Belas, 1181 - Praia de Belas, Porto Alegre - RS	115.197,00
Park Shopping	SMAS Trecho 1 - Guará, Brasília - DF	137.321,00

Em março de 2017, conforme demonstrações contábeis consolidadas, as subsidiárias imobiliárias da Companhia são responsáveis por gerir um portfólio de ativos imobiliários com valor contábil de R$408,2 milhões. Os ativos imobiliários foram adquiridos pela Companhia ao longo de sua história e passaram a integrar, ainda em 2016, o capital dessas empresas, de forma a aumentar o seu retorno do ponto de vista de eficiência na gestão dos ativos imobiliários. A Companhia considera alienar algum ativo do portfólio imobiliário, caso as condições mercadológicas sejam favoráveis. Os retornos dos investimentos imobiliários são contabilizados na linha de Títulos e Créditos a Receber, encontrado em Ativo Circulante, no grupamento Títulos e Créditos a Receber.

(d) eventual sazonalidade

A Companhia não enfrenta sazonalidade significativa em sua operação.

(e) principais insumos e matérias primas

Para apresentar soluções em resseguros de qualidade aos seus clientes, a Companhia busca manter processos alinhados às melhores práticas de mercado e um quadro de empregados qualificados e experiente, por meio de um programa de retenção de talentos. Além disso, a Companhia procura manter sua plataforma tecnológica alinhada com os *benckmarks* internacionais tendo, nos últimos anos, implantado o Sistema SAP como suporte às suas atividades tanto de *frontoffice* quanto de *backoffice*.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de março de 2017, apenas o grupo BB-Mapfre e Chubb respondiam por percentual superior a 10% da receita líquida da Companhia. Neste item, entende-se por receita líquida, prêmio emitido.

A tabela abaixo apresenta a receita obtida junto ao Grupo BB-Mapfre e Chubb para os exercícios sociais encerrados em 2016, 2015, 2014:

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015		2014	
	Prêmio Emitido	% do total	Prêmio Emitido	% do total	Prêmio Emitido	% do total	Prêmio Emitido	% do total
BB-Mapfre	327.457.287	24,4%	1.797.534.887	36,1%	1.624.966.879	37,5%	1.230.870.596	39,6%
Chubb	302.575.317	22,5%	375.366.159	7,5%	483.219.052	11,1%	94.046.132	3,0%

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos operacionais da Companhia afetados pela receita proveniente do cliente BB-Mapfre são os de resseguros e retrocessão no Brasil. Já para o grupo da Chubb, os segmentos operacionais da Companhia afetados pela receita proveniente de referido cliente são de resseguro e retrocessão no Brasil e no Exterior.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Desde a sua fundação em 1939 até a abertura do mercado de resseguros, a Companhia não necessitava de autorizações governamentais para o exercício de suas atividades.

A abertura do mercado de resseguro se concretizou com a edição da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispôs sobre a política de resseguro e retrocessão e transferiu as funções de regulação e fiscalização desse mercado, até então exercidas pelo IRB, para o Conselho Nacional de Seguros Privados e ("CNSP") e Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), respectivamente. A Lei Complementar nº 126, adicionalmente, autorizou a Companhia a continuar exercendo suas atividades de resseguro e de retrocessão, sem qualquer solução de continuidade, independentemente de requerimento e autorização governamental, qualificando-se como ressegurador local.

Visão geral da regulação e entidades reguladoras (SUSEP e CNSP)

A regulação do mercado de seguros e resseguros no Brasil é realizada pelo CNSP e pela SUSEP.

O CNSP é vinculado ao Ministério da Fazenda e dentre suas principais funções estão: fixar as diretrizes e normas da política de seguros privado no país; regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das sociedades seguradoras, resseguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização, incluindo a delimitação do capital das referidas sociedades; fixar as características gerais dos contratos de seguro e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização; fixar normas gerais de contabilidade e estatística, bem como os limites legais, técnicos e de investimento das operações das sociedades seguradoras, resseguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização; e disciplinar a corretagem de seguros, a profissão de corretor de seguros e a corretagem de resseguros.

A SUSEP é o órgão responsável pela execução da política traçada pelo CNSP, exercendo o controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização. É autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e possui como principais atribuições: processar os pedidos de constituição, organização, funcionamento e fiscalização das sociedades seguradoras, resseguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização; baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização, de acordo com as diretrizes do CNSP; fixar condições de planos de seguros a serem utilizados pelo mercado segurador; aprovar os limites de operações das sociedades supervisionadas; autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado; fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP; fiscalizar as operações das sociedades supervisionadas; e proceder à liquidação das sociedades supervisionadas.

As atividades de resseguro são reguladas pela Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 ("Lei Complementar 126"), bem como pela Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 ("Resolução CNSP 168"), dentre outras regulamentações esparsas.

Nos termos do artigo 3º da Resolução CNSP 168, as resseguradoras estão sujeitas, no que couber, às disposições do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e às demais leis, regulamentos e atos normativos aplicáveis às sociedades seguradoras, incluindo as que tratam sobre o cadastramento, a intervenção e a liquidação de tais companhias, devendo sempre ser observadas as peculiaridades técnicas, contratuais, operacionais e de risco de atividade.

Tipos de Licença

Como regra geral, todas as operações de resseguro no Brasil devem ser realizadas por resseguradoras devidamente autorizados a operar pela SUSEP. A concorrência no mercado ressegurador brasileiro é exercido por três tipos de entidades distintas: resseguradoras locais, admitidas e eventuais. Em 2016, os participantes locais responderam por 75% do total do mercado, seguido dos admitidos, com 22% e eventuais com 3% de participação em relação ao total de prêmios.

Cada um dos três tipos de resseguradoras deve cumprir com os requisitos específicos de capital, solvência e expertise impostos pela SUSEP para que possam obter a autorização para operar com resseguro no país.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Das resseguradas admitidas e eventuais

As resseguradoras admitidas e eventuais são companhias domiciliadas no exterior. As resseguradoras admitidas devem manter um escritório de representação no Brasil e uma conta vinculada à SUSEP no valor de, no mínimo, USD5.000.000,00, para as que atuam em todos as linhas de negócios, ou de, no mínimo, USD1.000.000,00, para as que atuam somente na linha de negócio Vida.

Já as resseguradoras eventuais não são autorizadas a manter um escritório de representação no Brasil e não podem ser sediadas em países considerados paraísos fiscais. A SUSEP poderá suspender ou cancelar o cadastro dos resseguradores admitidos e eventuais que deixarem de atender a qualquer um dos requisitos dispostos acima e na regulamentação aplicável.

Das resseguradas locais

As resseguradoras locais devem ser obrigatoriamente sediadas no Brasil e constituídas sob a forma de sociedade anônima, tendo sempre por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.

A autorização de funcionamento de uma resseguradora local está sujeita a um processo de cadastramento perante à SUSEP, composto por duas fases. Em tais fases, a SUSEP analisa com profundidade a situação financeira das controladoras, as linhas de negócio em que a resseguradora local pretende operar, seu plano de negócios, dentre outros quesitos.

As participações societárias diretas que impliquem controle das resseguradoras locais, somente podem ser detidas por: (i) pessoas físicas; (ii) entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP; (iii) pessoas jurídicas que tenham por objeto exclusivo a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e que adotem padrões de governança corporativa, na forma definida na legislação vigente; e (iv) Fundos de Investimentos em Participação, que tenham por objeto exclusivo a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e cujas cotas sejam destinadas exclusivamente a entidades fechadas de previdência complementar e a entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP.

Do capital mínimo requerido para a resseguradora local

Nos termos da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 ("Resolução CNSP 321"), as resseguradoras locais devem manter, a qualquer tempo, no Brasil, um capital mínimo que consiste no maior valor entre o capital base e o capital de risco.

O capital base, que é o montante fixo a ser mantido, corresponde a R$ 60.000.000,00. O capital de risco consiste em um montante variável de capital que a sociedade deverá manter para garantir os riscos inerentes à sua operação, quais sejam, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito e riscos operacionais. O cálculo do capital de risco deve seguir fórmula indicada pela SUSEP na própria Resolução CNSP 321.

Da retenção obrigatória

Nos termos do artigo 16 da Resolução CNSP 168, as sociedades seguradoras e as resseguradoras locais não poderão ceder em resseguro e retrocessão, respectivamente, mais de 50% dos prêmios emitidos relativos aos riscos que houver subscrito, considerando-se a globalidade de suas operações em cada ano civil.

Para o cálculo do referido limite de cessão, não serão considerados os prêmios emitidos pela cedente relativos aos ramos de seguro-garantia, seguro de crédito à exportação, seguro de crédito interno e seguro rural, uma vez que tais ramos foram expressamente excepcionados pelo parágrafo 1º do supracitado artigo.

Assim, as cedentes locais, sejam seguradoras ou resseguradoras, poderão transferir, no máximo, 50% dos prêmios emitidos durante cada ano civil, tomados globalmente, sem considerar os prêmios relativos a cessões relacionadas aos ramos mencionados acima, que foram excluídos do campo de aplicação da norma.

Da contratação obrigatória com resseguradoras locais

A Lei Complementar nº 126 e o art. 15 da Resolução CNSP nº 168/2007 instituíram originalmente o conceito de oferta preferencial, estabelecendo o percentual de cessão aos resseguradores locais na ordem de 60% para primeiros três anos, sendo o mesmo reduzido para 40% a partir de 2010. Neste mesmo ano, a Resolução CNSP nº 225/2010 substituiu o conceito de oferta preferencial pelo de contratação obrigatória, revogando todas as normas relacionadas à oferta preferencial. Em 2015, a Resolução CNSP nº 322, referendada pela Resolução CNSP nº 325, reintroduziu o conceito de oferta preferencial e contratação obrigatória, estabelecendo uma redução gradual do percentual relativo a esta última até 2020.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Finalmente, em 2017 a Circular SUSEP nº 545/2017 estabeleceu critérios adicionais para a oferta preferencial e contratação obrigatória, previstos no artigo 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007. A partir de então, as sociedades seguradoras ofertarão preferencialmente aos resseguradores locais ao menos 40% de suas cessões de resseguro, em cada contrato automático ou facultativo. Caso os resseguradores locais concordem com os termos apresentados, as cedentes terão que contratar com estes obrigatoriamente o percentual anteriormente mencionado, atendendo assim o conceito da oferta preferencial.

Caso os termos ofertados não sejam aceitos pelos resseguradores locais, as sociedades seguradoras deverão contratar obrigatoriamente, no mínimo, os seguintes percentuais de cessão de resseguro com resseguradores locais, nas condições por estes apresentadas, em cada contrato automático ou facultativo, que serão reduzidos anualmente até 2020, conforme abaixo, atendendo, desta forma, o conceito da contratação obrigatória:

(a) 40%, até 31 de dezembro de 2016;

(b) 30%, a partir de 1º de janeiro de 2017;

(c) 25%, a partir de 1º de janeiro de 2018;

(d) 20%, a partir de 1º de janeiro de 2019; e

(e) 15%, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Não há nenhuma restrição nesta regra no que tange às cessões de risco intragrupo, de forma que uma seguradora local poderia dar cumprimento a este dispositivo da regulamentação por meio de cessão em resseguro a resseguradora local pertencente ao mesmo grupo econômico.

Do limite de cessão intragrupo

De acordo com parágrafo 4º do artigo 14 da Resolução CNSP 168, a sociedade seguradora e a resseguradora local poderão transferir riscos para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, observados os seguintes limites máximos do prêmio correspondente a cada contrato automático ou facultativo:

(a) 20%, até 31 de dezembro de 2016;

(b) 30%, a partir de 1º de janeiro de 2017;

(c) 45%, a partir de 1º de janeiro de 2018;

(d) 60%, a partir de 1º de janeiro de 2019;

(e) 75%, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Contudo, tal limitação não se aplica aos ramos de seguro-garantia, rural, crédito à exportação e crédito interno, que não serão, portanto, considerados para fins do cálculo da percentagem acima referida.

Cumpre notar que, nos termos do parágrafo 5º do mesmo artigo, serão consideradas empresas ligadas ou pertencentes a um mesmo conglomerado financeiro, o “conjunto de pessoas jurídicas relacionadas, direta ou indiretamente, por participação acionária de 10% ou mais no capital, ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial”.

Assim, em razão da recente alteração normativa, a partir de 2020 as seguradoras e resseguradoras locais poderão ceder até 75% dos prêmios referentes a cada contrato automático ou facultativo para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, nos termos acima descritos.

Todavia, tal limitação não se aplica às cessões realizadas a empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no Brasil, como já apontado acima.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Da responsabilidade ilimitada dos acionistas controladores

De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as seguradoras são equiparadas às instituições financeiras. O artigo 3º da Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, estabelece que as seguradoras estão sujeitas, no que couber, à liquidação extrajudicial, intervenção e ao regime de administração especial temporária aplicável às instituições financeiras sobretudo na forma da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Nos termos do artigo 5º, incisos I e II da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, se aplicam aos resseguradoras locais, observadas as peculiaridades técnicas, contratuais, operacionais e de risco de atividade e as disposições do órgão regulador de seguros, as regras estabelecidas para as sociedades seguradoras, inclusive as que se referem à intervenção e liquidação de empresas, mandato e responsabilidade de administradores.

De acordo com os atos normativos vigentes, nos casos de liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial temporária, os acionistas controladores poderão ser responsabilizados pelas obrigações assumidas pela companhia.

Adicionalmente, os acionistas controladores da resseguradora local que esteja sujeita aos procedimentos elencados acima, ficam proibidos de dispor de seus ativos ou onerá-los.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais. Para informações a respeito da Política Socioambiental da Companhia, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes e marcas para desenvolver suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida, a qual corresponde aos prêmios emitidos, consolidada da Companhia proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R$771,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2017, o que corresponde 65,8% da receita líquida total no período indicado.

Vale destacar que a Companhia está estudando alienar os ativos em *run-off* de nossas operações realizadas via sucursal de Londres e subsidiária de Nova Iorque; no entanto, ainda não obteve a aprovação do Conselho de Administração para prosseguir com a operação.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida, a qual corresponde aos prêmios emitidos, provenientes dos clientes atribuídos a cada continente para o ano de 2016 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentou a seguinte distribuição:

Continente	31/12/2016	Até 31/03/2017
América Latina (excluindo Brasil)	11%	9%
Europa	6%	13%
Outros	5%	7%
Estados Unidos e Canadá	3%	5%
África	0%	1%

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida, a qual corresponde aos prêmios emitidos, consolidada da Companhia proveniente dos clientes atribuídos no exterior foi de R$400,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2017, o que corresponde a 34,2% da receita líquida total no período indicado. No que se refere ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida dos clientes atribuídos no exterior, foi de R$1.005,9 milhões.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia está sujeita à regulação nos países estrangeiros nos quais opera, de acordo com as exigências particulares dos órgãos reguladores de seguro/resseguro de cada país. Tão somente com o efetivo cumprimento dos requisitos locais iniciam-se as operações da Companhia. Entretanto, a regulação a que se sujeita em tais jurisdições não afeta os negócios da Companhia.

Em relação às operações de resseguro, em regra, a Companhia opera em países cuja regulação: (i) não exige qualquer tipo de registro local para início das operações por meio de corretor (“broker”) ou colocação direta ou (ii) exige tão somente cadastramento com obtenção de licença junto ao órgão fiscalizador local e a indicação de representante legal.

Atualmente, a Companhia opera em diversos países da América Latina, cumprindo as exigências dos órgãos reguladores locais, que, em regra, exigem a apresentação de documentos cadastrais, tais como: certidão de regularidade do órgão fiscalizador no Brasil, Relatório da Agência Classificadora de Risco e cópia do balanço anual. De forma idêntica, a Companhia opera por meio de corretores (“broker") e diretamente em diversos países da África, Ásia e Europa.

Em relação à retrocessão, em vista dos níveis de exigências locais mais baixos e da maior flexibilização dos países estrangeiros em geral, a regulação, em última análise, afeta positivamente os negócios da Companhia, já que há maior facilidade para operacionalização dos novos negócios.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) divulgação de informações socioambientais

Companhia não publica relatório de sustentabilidade e nem possui uma política formalizada de responsabilidade ambiental. Dentro dos melhores esforços, a Companhia permanece trabalhando internamente para uma eventual adequação às diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI).

Entretanto, ainda que não publique e nem possua uma política formal, a Companhia considera a conscientização social em torno no tema, motivo pelo qual vem constantemente divulgando seu apoio a ações e programas de responsabilidade socioambiental em seu website corporativo (https://www.irbbrasilre.com).

Dentro deste contexto, a Companhia patrocina projetos, incluindo alguns beneficiados por incentivos fiscais, relacionados a esportes, acesso à cultura e de abrangência social, dentre os quais podemos destacar:

(i) patrocínio a projetos esportivos, tais como Rio Open e Flamengo Olímpico para promoção da qualidade de vida da população das comunidades onde está inserida;

(ii) promoção ao acesso à cultura no país, destacando-se o apoio às exposições de arte de grandes artistas internacionais, à temporada lírica do Teatro Municipal de São Paulo, em grandes espetáculos do cenário nacional (Nuvem de Lágrimas, Cinderella e Céus, Unicirco Marcos Frota e o III Rio Mapping Festival). Atualmente é patrocinadora oficial do Museu do Amanhã, do Teatro Riachuelo e do Teatro Maison de France IRB Brasil RE;

(iii) apoio a projetos sociais no Brasil, fazendo com que instituições ligadas à área de saúde recebam doações financeiras, que já abrange oito projetos: Fundação do Câncer, GRAAC (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer), Complexo Hospital Pequeno Príncipe, Lar Divino Amigo, Instituto de Inclusão Social Olga Kos, Hospital CTFM/GACC (Centro de Tratamento Fabiana Macedo de Morais do Grupo de Assistência à Crianças com Câncer), Hospital de Câncer de Barretos e o Hospital Márcio Cunha.

(iv) Política de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho;

(v) Programa de aprendizagem profissional, visando auxiliar a inserção no mercado de trabalho de aprendizes, por intermédio da formação técnico-profissional metódica; e

(vi) Programa de Voluntariado Corporativo com 4 frentes de atuação distintas e conduzido no modelo de auto-gestão, contando com 91 voluntários inscritos e mais de 450 pessoas beneficiadas pelo projeto.

(b) metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, pois a Companhia não divulga informações sociais e ambientais nem possui uma política socioambiental.

(c) indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, pois a Companhia não divulga informações sociais e ambientais nem possui uma política socioambiental. Os dados apresentados das ações e programas de responsabilidade socioambiental não são auditadas ou revisadas por auditor independente.

(d) indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, pois a Companhia não divulga informações sociais e ambientais nem possui uma política socioambiental. Os dados apresentados das ações e programas de responsabilidade socioambiental podem ser encontradas em https://www.irbbrasilre.com.

7.9 - Outras informações relevantes

VANTAGENS COMPETITIVAS DA COMPANHIA

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são:

Referência no mercado brasileiro, combinando liderança, tradição e tecnologia aplicada

A Companhia acredita ser referência do mercado brasileiro de resseguros, liderando-o com a aceitação de 37% dos prêmios cedidos por seguradores brasileiros e 75% do lucro líquido dos resseguradores locais em 2016, de acordo com dados publicados no site da SUSEP no item de “Operações: Resseguros – Prêmios Ganhos” e “Empresas Resseguradoras Locais – Demonstrações Locais”, de 20 de março de 2017. A participação da companhia no mercado de resseguros local é aproximadamente 6 vezes superior ao da companhia que ocupa a segunda posição em referido mercado. Além de líder, a Companhia conta com mais de 78 anos de experiência em resseguros no mercado brasileiro, sendo o primeiro ressegurador de capital nacional da história.

Nos últimos anos, a Companhia realizou significativos investimentos em tecnologia da informação, com integração de todos os sistemas em uma única plataforma SAP, de forma a procurar manter sua infraestrutura tecnológica no estado da arte, em linha com as práticas de mercado das principais companhias globais atuantes no setor, buscando aumentar, consequentemente, a eficiência de suas operações. A Companhia entende que o atual patamar ‘tecnológico, aliado ao vasto conhecimento dos riscos do mercado e a uma base de dados histórica, geram uma vantagem competitiva em relação aos seus principais concorrentes no país.

Além disso, a Companhia entende que o fato de ter sua sede e principais executivos baseados no Brasil possibilita uma maior autonomia e agilidade na tomada de decisões.

A Companhia acredita que a soma dos fatores descritos acima, isto é, sua posição de liderança, a experiência proporcionada por sua longa história de atuação, e a aplicação de tecnologia ao negócio de resseguros, são os principais fatores responsáveis por sua posição de referência no mercado de resseguros brasileiro, contribuindo para a formação de tendências e influenciando a precificação das linhas de negócio de todo o mercado.

Modelo de negócios combinando portfólio de resseguro diversificado eficiência na gestão da carteira de investimentos e, historicamente, rentabilidade atrativa

A Companhia acredita que seu modelo de negócios é diferenciado no Brasil, combinando um portfólio completo de linhas de negócio à administração de uma carteira de investimentos de grande porte. Neste contexto, a Companhia busca manter relacionamentos de longo prazo com todos os principais grupos seguradores e corretores do país, representando o maior fornecedor de serviços de resseguros de seus parceiros no mercado brasileiro.

A Companhia oferece aos seus clientes e parceiros um amplo portfólio de soluções em resseguro, que acredita ser o mais completo dentre todas as resseguradoras locais. Nesse sentido, suas linhas de negócio abrangem a totalidade dos grupos de ramos resseguráveis do mercado e a Companhia é líder na maioria delas, 10 dos 12 grupos, conforme descrito na “Visão Geral” acima.

Ao desenvolver sua atuação em diversas linhas, a Companhia buscou diversificar tanto receita quanto risco, reduzindo a volatilidade dos resultados e, ao mesmo tempo, ampliando sua capacidade de geração de negócios, sua rede de relacionamentos e carteira de clientes. Desta forma, durante o período de 2014 a 2016, o índice combinado da Companhia passou de 95,5% para 92,2%.

No que se refere à gestão de investimentos, a Companhia se beneficia de uma dinâmica de fluxo de caixa que complementa a rentabilidade das operações de resseguros. Os contratos de resseguro negociados pela Companhia geram liquidez imediata, no início de sua vigência, quando a Companhia constitui as provisões técnicas para cobrir as eventuais despesas desses contratos. Na média, a Companhia mantém reservas por, aproximadamente, 14 meses antes de sinistros futuros serem pagos aos clientes. Durante esse período, esses recursos criam um float que, em adição aos recursos necessários para solvência da Companhia, são investidos a taxas de retorno atrativas. Além disso, a Companhia acredita que o float médio do setor ressegurador é usualmente maior que o do setor segurador, devido a características no fluxo de caixa.

A Companhia, por meio de sua capitalização e capacidade de geração de caixa, possui uma significativa carteira de investimentos, administrada de maneira a otimizar o retorno e compatibilizar risco e liquidez ao perfil e prazo médio de suas carteiras, concentrada em ativos de renda fixa, com grande capacidade de geração de receita financeira. Durante o primeiro trimestre de 2017, a receita financeira como porcentagem dos ativos investidos médios representou, um rendimento de 3,89% (equivalente a 128% do CDI médio durante esse período).

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia acredita que a rentabilidade dos investimentos é um atrativo e resultado de sua eficiência operacional. Após sua privatização em outubro de 2013, a Companhia passou a ter maior flexibilidade na alocação de seus recursos.

A Companhia acredita que a combinação destes dois elementos a coloca em posição distinta das demais resseguradoras atuantes nos mercados brasileiro e internacional por lhe proporcionar receitas maiores do que as de seus concorrentes, menos voláteis e mais diversificadas e previsíveis. Além disso, a Companhia entende que o seu modelo de negócios cria uma resiliência aos ciclos econômicos, conferindo-lhe capacidade de aproveitar tanto períodos de crescimento da atividade econômica – quando a demanda por coberturas aumenta, impulsionando suas receitas operacionais e o crescimento do seu float – como de retração econômica – em virtude do aumento das taxas de juros, que impulsionam suas receitas financeiras.

Histórico de eficiência crescente, alta rentabilidade e excelente nota de risco

Nos últimos anos, a Companhia apresentou crescimento de receita e de resultados que acredita serem expressivos. No período de 2014 a 2016, o montante de prêmios emitidos, prêmios retidos e lucro líquido cresceram a um CAGR de, respectivamente, 23,9%, 27,7% e 48,0%.

Este crescimento foi acompanhado pelo aumento da eficiência de suas operações, que se reflete no incremento de sua margem bruta e na melhora de seu índice combinado. A Companhia acredita que a eficiência foi apoiada, também, em uma adequação do número de empregados, baseada na reestruturação de cargos e funções, avaliações de volumetria e produtividade, eliminação de camadas hierárquicas com ajuste na amplitude de controle das funções de gestão, reforço dos mecanismos de avaliação de desempenho e revisão dos contratos de serviços terceirizados, que vem sendo realizada de forma mais intensa desde a privatização da Companhia.

No período de 2014 a 2016, o resultado de underwriting passou de R$423,5 milhões a R$630,4 milhões, um crescimento de 48,9%, sendo que seu índice combinado recorrente passou de 95,5% a 92,2% no mesmo período.

Ademais, a Companhia também apresentou um histórico de resultado consistente. O retorno sobre patrimônio líquido da Companhia, ou ROE, passou de 15,5% em 2014 para 31,2% em 2016, um aumento de 15,7 p.p., mantendo-se em patamares superiores aos de companhias globais do setor cuja média é 8%[16]

Ao mesmo tempo, a Companhia manteve sua solidez financeira e elevado nível de solvência, que atingiu 2,5 vezes em 31 de março de 2017, permitindo manter seu patamar de crescimento e sua capacidade para pagamento de dividendos, correspondentes a 75% do total do lucro líquido da Companhia no período de 2014 a 2016, com exceção do ano de 2015 em que alcançou 85%. No entanto, a política da Companhia de pagamento de dividendos prevê o pagamento de dividendos mínimo de 25%.

Ao longo de todo este período, a combinação dos fatores mencionados acima, com sua sólida base de capital e taxas de sinistralidade, possibilitou à Companhia obter uma nota de risco considerada excelente (A-) atribuída pela AM Best em 13 de dezembro de 2011 e mantida até a presente data.

Forte relacionamento e proximidade com as principais seguradoras e corretoras de resseguro

A Companhia acredita que mantém, devido ao seu histórico e importância, um longo relacionamento com as mais relevantes seguradoras e corretoras de resseguro que atuam nesse mercado, o que lhe permite um acesso eficiente aos seus clientes, com rapidez e flexibilidade, para propor ou criar soluções de resseguro inovadoras.

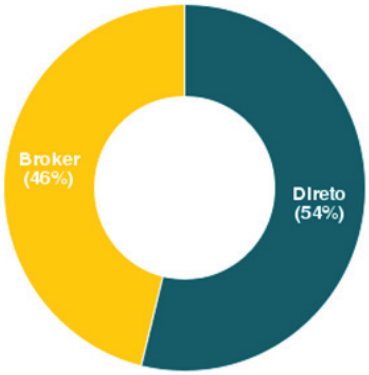
No mercado brasileiro, a estratégia da Companhia é pautada na manutenção e otimização do portfólio existente. A Companhia relaciona-se diretamente com as principais seguradoras do mercado, principalmente as pertencentes aos grandes conglomerados financeiros brasileiros.

Além disso, a Companhia procura manter relacionamento estreito com corretores de resseguro, provendo capacidade e soluções para seus clientes. Neste contexto, a Companhia utiliza-se desses mesmos corretores para a intermediação de seus programas de retrocessão, alavancando o interesse na realização de novos negócios.

[16] Willis Re Reinsurance Market Report de abril de 2017.

7.9 - Outras informações relevantes

Distribuição de Prêmios relativos à operação de resseguros e retrocessão no Brasil



Práticas efetivas de gestão de riscos

A Companhia se beneficia de práticas de gestão de riscos eficazes, minimizando a volatilidade de seus negócios e otimizando suas exposições a riscos em vários níveis operacionais. Suas práticas de limites e diversificação de riscos através de retrocessão permitiram à Companhia níveis rentáveis nas suas operações.

A Companhia busca manter uma baixa exposição ao risco de crédito em suas operações de retrocessão, focando em parceiros com bons níveis de crédito. Em março de 2017, 99% da sua carteira de retrocessão estava concentrada em resseguradoras com rating A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), ou superiores.

Finalmente, a Companhia busca realizar a gestão dos seus investimentos de maneira prudente, com alocação concentrada em ativos de renda fixa (títulos públicos federais). Em março de 2017, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da empresa imobiliária, totalizava R$6.057,4 milhões sendo alocada primordialmente em instrumentos com classificação de risco atrelados àqueles das dívidas públicas brasileiras.

Essa carteira contribui, majoritariamente, para a geração de receita financeira da Companhia e apresenta um baixo perfil de risco de mercado, pois a composição desta é predominante em títulos pós-fixados (Letras Financeiras do Tesouro). A mensuração do risco de mercado é realizada pelo método de VaR (Value at Risk), com nível de significância de 95%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, que foi de aproximadamente 0,07% ao dia para 31/03/2017.

Elevado padrão de governança corporativa, com administração e corpo técnico experientes, motivados e suportados por grupo de acionistas relevantes

A atuação da Companhia procura se basear em elevados padrões de governança corporativa. Desde a sua transformação em sociedade por ações, em 1997, a Companhia conta com Conselho de Administração e Conselho Fiscal permanente. Por sua vez, após a privatização, em outubro de 2013, diversas revisões foram realizadas em suas práticas de governança, sendo que atualmente o Conselho de Administração é assessorado por cinco comitês, que atuam nas seguintes áreas: Subscrição, Remuneração, Investimento, Governança Corporativa e Auditoria. Os membros desses comitês são indicados pelos acionistas controladores, à exceção do comitê de Auditoria, cujos membros são nomeados pelo Conselho de Administração, devendo um membro ser conselheiro independente, eleito na forma do parágrafo 1º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. O compromisso da Companhia com boas práticas de governança é corroborado por sua adesão ao Novo Mercado da B3 incluindo a nomeação de três conselheiros independentes.

A Companhia entende que a combinação da experiência dos administradores, com o corpo técnico experiente e reconhecido no mercado, é responsável pelo seu atual desempenho operacional e financeiro.

7.9 - Outras informações relevantes

Dentre os acionistas do bloco de controle da Companhia estão sociedades integrantes dos três maiores bancos brasileiros em volume de ativos[17] Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, juntamente com cinco fundos de pensão (PREVI, PETROS, FUNCEF, ECONOMUS e PREVIRB) que investem na Companhia por meio do FIP (Fundo de Investimento em Participações) Caixa Barcelona e a União Federal. Os acionistas controladores são partes em um acordo de acionistas no qual são resguardados seus direitos e reiterados o que a Companhia acredita serem bons princípios e práticas de governança corporativa. Para informações sobre o acordo de acionistas da Companhia, veja item 15.5 do Formulário de Referência.

Parte dos acionistas do bloco de controle da Companhia figuram entre as maiores seguradoras do Brasil e estão entre os maiores clientes da Companhia. Para mais informações, veja o fator de risco "*A Companhia não pode garantir que tais acionistas controladores, em seu papel como seus clientes, atuarão no melhor de seu interesse, em alguns casos que sejam verificados conflitos de interesses entre os acionistas, o que poderá afetar suas operações, condição financeira e resultados operacionais*" no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ESTRATÉGIA

A Companhia busca criar valor para seus acionistas por meio da implementação das seguintes iniciativas:

Manter a liderança no mercado brasileiro, com alta rentabilidade, adequada capitalização e diversificação de risco

A estratégia primária da Companhia consiste na manutenção de sua liderança no mercado brasileiro. Com foco nisso, a Companhia pretende incrementar seus níveis de rentabilidade mediante a contínua otimização de seus métodos de precificação e seleção de risco e uma estratégia de investimento que propicie sua exposição a riscos com resultados acima do CDI. Ainda, a Companhia pretende otimizar seu mix de carteiras em produtos de maior rentabilidade, buscando resultados ainda mais estáveis com redução da volatilidade. Por fim, a Companhia pretende diversificar o risco, principalmente, por meio da ampliação da participação na linha de negócio Vida.

Como consequência, a Companhia pretende reduzir o custo de retrocessão, para possibilitar um melhor resultado operacional combinado com uma maior alavancagem das operações.

Incrementar eficiência mediante iniciativas de aprimoramento das práticas de gestão

A Companhia busca continuamente a eficiência de suas operações visando à redução de custos e otimização de processos. Para capturar ganhos de eficiência operacional e incrementos de margem, a Companhia procura constantemente melhorar seus controles internos, investindo em tecnologia e qualificação profissional. A Companhia acredita que com seu contínuo crescimento será capaz de obter ganhos de escala e continuar a se beneficiar de eficiências operacionais e aumento de margens.

Dentre os esforços de aumento de eficiência, pode-se mencionar que a partir de 2014 a Companhia adotou o Sistema SAP, integrando 46 sistemas legados em uma única plataforma tecnológica, gerando assim mais eficiência e rapidez. Além disso, a reorganização societária, planejada recentemente, reunirá em sociedades de propósito específico os investimentos da Companhia em ativos imobiliários. Em reunião de 27.01.2017, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação da constituição de uma subsidiária integral dedicada à gestão de recursos. A nova subsidiária trará mais solidez a companhia, melhorando a governança na gestão de investimentos, aumentando a proximidade com o mercado de capitais e seus reguladores, além de fortalecer seu capital humano. Acreditamos que a reestruturação proposta permitirá o incremento do resultado do grupo e de seus acionistas por meio de aumento de eficiência da gestão de recursos e potencialmente permitindo a exploração de novas fontes de receitas provenientes de recurso de terceiros, primordialmente recursos oriundos de nossas subsidiarias integrais no Brasil, fortalecendo inclusive o relacionamento da Companhia com os seguradores e retrocessionários parceiros e outras gestoras estabelecidas.

De forma geral, beneficiam-se da queda de juros os investimentos de renda variável e os papéis de renda fixa que têm parte ou a totalidade da sua remuneração prefixada. A Companhia faz um estudo do cenário macroeconômico atual, utilizando a expertise do time de investimentos e, com disciplina e de forma a utilizar dessas ferramentas para incrementar a geração de caixa.

[17] De acordo com dados do Banco Central do Brasil.

7.9 - Outras informações relevantes

Aumentar presença em mercados internacionais, visando à diversificação de receita e riscos, com foco na América Latina

A Companhia pretende dar continuidade aos seus esforços de internacionalização, de forma a aumentar sua presença nos diversos mercados em que atua, visando diversificar suas fontes de receita e riscos subscritos. De dezembro de 2014 a março de 2017, a participação dos prêmios internacionais na receita total da Companhia, conforme Visão do Negócio, cresceu de 10,7% para 34,2%.

O foco de expansão continua sendo a América Latina, visto que a proximidade geográfica, a experiência nas linhas de negócios mais relevantes, a familiaridade com o idioma e os fatores culturais colocam a Companhia, em seu entendimento, em posição privilegiada para alcançar destaque nestes mercados. Há especial atenção na atuação na Argentina, Peru, México e Colômbia. No primeiro país, a Companhia atua como resseguradora local, nos outros mercados citados na frase anterior, como resseguradora estrangeira.

Nos demais mercados, a Companhia continuará atuando em reciprocidade, ou seja, utilizando a posição de liderança no Brasil para alavancar bons negócios no exterior.

Desenvolver novas soluções para expandir a oferta de produtos

O conhecimento de mercado da Companhia, adquirido ao longo de sua história, permite desenvolver produtos inovadores para servir melhor a necessidade de seus clientes.

A Companhia, inclusive, expandiu suas operações com resseguros na linha de negócios de Vida, de dezembro de 2014 a março de 2017, de 7,5% para 17% dos prêmios totais.

Focar em otimização e retorno de capital

A Companhia procura o equilíbrio entre risco e retorno, no intuito de obter a melhor alocação de capital possível. A análise de riscos em conjunto com as expectativas de retorno influenciam a exposição de riscos, os níveis de retrocessão e a alocação de capital em seu negócio. Aliado aos seus processos internos de controle, a Companhia também avalia regularmente sua alocação de capital, com base nas melhores práticas desenvolvidas por agências reguladoras e de rating visando garantir e superar a nota A- (excelente) atribuída pela agência AM Best.

8.1 - Negócios extraordinários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrassem na operação normal de seus negócios nos últimos três exercícios sociais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou contratos com suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédio sito na Av. Marechal Câmara, 171	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 502 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 503 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 504 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 505 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 506 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 801 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 802 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 803 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 804 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 805 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 806 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 901 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 902 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 903 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 904 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 905 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sala 906 sito na Av. Franklin Roosevelt, 115	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
4º andar sito na Rua Manoel da Nóbrega, 1280	Brasil	SP	São Paulo	Própria
5º andar sito na Rua Manoel da Nóbrega, 1280	Brasil	SP	São Paulo	Própria
6º andar sito na Rua Manoel da Nóbrega, 1280	Brasil	SP	São Paulo	Própria
7º andar sito na Rua Manoel da Nóbrega, 1280	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Prédio sito na Praça Mário Ortiz, 112	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Lote A-2 sito na Av. Chile, PA 30027	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Lote 1 sito na Av. Beira Mar, PA 27606	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 820033103, BRASIL RE, Classe 36:30	04/03/2018	Não é possível assegurar que os pedidos de registro de marca da Companhia que estão sob análise do INPI não sejam contestados no âmbito administrativo ou não sejam indeferidos pelo INPI. Além disso, não se pode assegurar que terceiros não tentem prejudicar os registros de marca já concedidos pelo INPI. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas no território. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	Processo nº 820033120, IRB BRASIL RESSEGUROS S.A., Classe NCL (8) 36	09/08/2025	Vide comentários acima.	Vide comentários acima.
Marcas	Processo nº 820033138, IRB Brasil RE, Classe 36:30	07/01/2024	Vide comentários acima.	Vide comentários acima.
Marcas	Processo nº 820405973, IRB Brasil RE, Classe 36:30	10/03/2025	Vide comentários acima.	Vide comentários acima.
Marcas	Processo nº 820405965, IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., Classe NCL (7) 36	23/01/2021	Vide comentários acima.	Vide comentários acima.
Marcas	Processo nº 840661878, IRB Brasil RE, Classe NCL (10) 36	10 anos a contar da concessão.	Vide comentários acima.	Vide comentários acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	irbbrasilre.com.br	22/10/2023	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e a ausência de renovação do registro pode acarretar na disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínio. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre suas marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixíssimo risco.	O impacto e eventual perda de domínios não pode ser quantificado. A principal consequência da perda de tais direitos seria a necessidade de criação de outros domínios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
IRB INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS	24.292.813/0001-60	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA; COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2017	340,300000	340,000000	8.391.736,40	**Valor mercado**	31/03/2017	868.000.000,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2017	544.661.226,16
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Aquisição de sociedade operacional.

730

9.2 - Outras informações relevantes

Com relação ao item 9.1.a, os imóveis localizados na Av. Marechal Câmara, 171, na Av. Franklin Roosevelt, 115 e na Av. Beira Mar, todos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, são foreiros à União Federal e, portanto, são submetidos à legislação especial (Decreto-lei 9.760/1946). Assim, as sociedades do grupo possuem, em caráter perpétuo e mediante o pagamento de uma pensão anual (foro), o domínio útil desses imóveis, ou seja, o direito de usar, gozar e dispor do bem.

Com relação ao item 9.1.c, favor observar os seguintes esclarecimentos sobre as informações apresentadas:

1. A Companhia foi constituída em 2016, por isso não há valor contábil a ser apresentado antes disso.
2. Como valor contábil estamos considerando o Patrimônio Líquido da Companhia no referido exercício.
3. O montante de dividendos apresentado como referente ao período findo em 31/03/2017 não tinha sido distribuído na época. Na época existia a provisão para distribuição e o valor foi distribuído no mês seguinte.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Os valores constantes nesta seção 10 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 e da demonstração contábil intermediária referente ao período findo em 31 de março de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais, demonstração de resultado e fluxo de caixa da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o plano de negócios e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo os requerimentos regulatórios de solvência e de liquidez. Além disso, na opinião dos Diretores, a geração de caixa da Companhia, juntamente com os ativos financeiros disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. A Companhia não possuía, nas datas indicadas, qualquer dívida de natureza bancária.

Nesse contexto, os diretores apresentam uma análise da Companhia com base em indicadores financeiros e patrimoniais relacionados às seguintes visões: (i)visão do negócio e (ii) visão IFRS Consolidado – Base Susep, conforme indicado.

A descrição das principais linhas da demonstração de resultados encontra-se no item “h” abaixo.

Abaixo os diretores destacam alguns dos principais indicadores financeiros e patrimoniais do período findo em 31 de março de 2017, bem como dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

(i) Visão Negócio[1]

	Período de três meses findo em 31 de março de		
Visão do Negócio	**2016**	**2017**	**%**
	(em milhões de reais, ou conforme indicado)		
Prêmios Emitidos de Resseguros	1.169,4	1.342,4	14,8%
Prêmios Ganhos	896,2	880,6	-1,7%
Sinistros Retidos	(570,4)	(473,8)	-16,9%
Custo de Aquisição	(168,1)	(163,1)	-3,0%
Outros resultados operacionais	(4,9)	(20,3)	318,0%
Resultado de Underwriting	152,9	223,4	46,1%
Resultado Financeiro e Patrimonial	243,6	205,4	-15,7%
Lucro Líquido	212,4	222,7	4,9%
Margem Líquida(1)	23,7%	25,3%	1,6 p.p.
Lucro Líquido Recorrente	212,4	222,7	4,9%
ROAE(1)	26,0%	27,0%	1,0 p.p.
Taxa de Sinistralidade(2)	63,6%	53,8%	-9,8 p.p.
Índice Combinado(3)	92,2%	85,4%	-6,8 p.p.
Índice de Solvência(4)	2,9	2,5	-0,4 p.p.
Patrimônio Líquido	2.898,9	3.091,1	6,6%
Ativo Total	14.050,7	13.648,6	-2,9%
Índice de Liquidez Corrente	0,8	0,8	–
Índice de Liquidez Geral	1,2	1,2	–

(1) Retorno sobre patrimônio líquido médio significa o resultado da divisão entre o lucro líquido anualizado e o patrimônio líquido médio resultante da soma do período auferido e do período inicial anterior.
(2) Taxa de sinistralidade significa o resultado da divisão entre sinistros retidos e prêmios ganhos em um determinado período.
(3) Índice combinado significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos, registrados em um determinado período.
(4) O Índice de solvência é o resultado da divisão entre o Patrimônio Líquido Ajustado e o Capital Mínimo Requerido (ver nota 2.9.1 – Cálculo do Capital Mínimo Requerido).

1 Para maiores informações financeiras referentes aos números de:
1T2017 e 2016 – vide nota 3.1 das Demonstrações Financeiras
2015 e 2014 – vide nota 26.1 das Demonstrações Financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

VISÃO NEGÓCIO[2]

Visão do Negócio	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	2015	%	2016	%
	(em milhões de reais, ou conforme indicado)				
Prêmios Emitidos de Resseguros	3.212,8	4.337,4	35,0%	4.928,4	13,6%
Prêmios Retidos	2.172,8	2.991,3	37,7%	3541,8	18,4%
Prêmios Ganhos	2.303,8	2.922,6	26,9%	3.501,0	19,8%
Sinistros Retidos	(1.347,0)	(1.865,9)	38,5%	(2.166,9)	16,1%
Custo de Aquisição	(436,7)	(560,4)	28,3%	(703,2)	25,5%
Resultado de Underwriting	423,5	512,1	20,9%	630,4	23,1%
Despesas Administrativas	(239,9)	(233,4)	-2,7%	(230,2)	-1,4%
Resultado Financeiro e Patrimonial	690,0	884,0	28,1%	1.041,2	17,8%
Lucro Líquido	601,5	763,7	27,0%	849,9	11,3%
Margem Líquida[(1)]	26,1%	26,1%	–.	24,3%	-1,8 p.p.
Lucro Líquido Recorrente	388,1	763,7	96,8%	849,9	11,3%
Margem Líquida Recorrente	16,8%	26,1%	9,3 p.p.	24,3%	-1,8 p.p.
ROAE[(1)]	13,8%	24,9%	11,1 p.p.	26,1%	1,2 p.p
Taxa de Sinistralidade[(2)]	58,5%	63,8%	5,3 p.p.	61,9%	-1,9 p.p
Índice Combinado[(3)]	89,0%	93,5%	4,5 p.p.	92,2%	-1,3 p.p.
Índice Combinado Recorrente[(3)]	95,5%	–	–	–	–
Índice Combinado Ampliado[(5)]	68,4%	71,8%	3,4 p.p.	71,1%	-0,7 p.p.
Índice Combinado Ampliado Recorrente[(5)]	77,7%	–	–	–	–
Índice de Solvência[(4)]	3,6	3,1	–	3,2	–
Índice de Liquidez Corrente	0,9	0,8	–	0,8	–
Índice de Liquidez Geral	1,3	1,3	–	1,3	–

(1) Retorno sobre patrimônio líquido significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido do período inicial anterior.
(2) Retorno sobre patrimônio líquido médio significa o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio resultante da soma do período auferido e do período inicial anterior.
(3) Taxa de sinistralidade significa o resultado da divisão entre sinistros retidos e prêmios ganhos em um determinado período.
(4) Índice combinado significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos, registrados em um determinado período.
(5) Índice combinado ampliado significa o resultado da divisão entre (i) sinistros retidos adicionados de custo de aquisição, tributos sobre a receita e despesas gerais e administrativas e (ii) prêmios ganhos e resultado financeiro, registrados em um determinado período.
(6) O Índice de solvência é o resultado da divisão entre o Patrimônio Líquido Ajustado e o Capital Mínimo Requerido (ver nota 2.9.1 – Cálculo do Capital Mínimo Requerido).

Os diretores da Companhia destacam que os resultados referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2017 mantiveram sua trajetória de crescimento. Dentre os destaques, os diretores ressaltam que no referido período o (i) total dos Prêmios Emitidos brutos foi de R$1.342,4 milhões, significando um crescimento de 14,8% em relação a 31 de março de 2016; (ii) total de Sinistros Retidos foi de R$ 473,8 milhões, significando uma queda de 16,9% em relação a 31 de março de 2016; (iii) resultado de Underwriting foi de R$ 223,4 milhões, significando um aumento de 46,1% em relação a 31 de março de 2016, sendo que referido aumento é decorrente, principalmente, em virtude da recuperação das condições econômicas no Brasil; e (vi) resultado financeiro e patrimonial foi de R$ 205,4 milhões, significando uma queda de 15,7%, em relação a 31 de março de 2016, porém com rentabilidade da carteira global de ativos próprios de 128% do CDI. Em 31 de março de 2017, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da empresa imobiliária, totalizava R$ 6.057,4 milhões, com um retorno nominal de 3,89% no período ante um CDI de 3,034% no trimestre.

2 Para maiores informações financeiras referentes aos números de:
1T2017 e 2016 – vide nota 3.1 das Demonstrações Financeiras
2015 e 2014 – vide nota 26.1 das Demonstrações Financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores informam que em 31 de março de 2017, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$3.091,1 milhões e que não possuíam, no período indicado, qualquer dívida de natureza bancária. Destacam ainda que os ativos totais somavam R$13.648,6 milhões. O índice de liquidez corrente (conforme definido item 3.7) era de 0,8x em 31 de março de 2017 e o índice de liquidez geral (conforme definido item 3.7) ficou em 1,2x em igual período. A geração de caixa no período encerrado em 31 de março de 2017, associada aos ativos de caixa, foram suficientes para sustentar todas as operações da companhia e realizar os investimentos necessários à evolução dos negócios e estruturas administrativas.

Os diretores ressaltam ainda que o lucro líquido registrado nos primeiros três meses de 2017 totalizou R$ 222,7 milhões, uma expansão de 4,9% em relação ao mesmo período de 2016. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 27,0%, o que representou um aumento de 1,0 ponto percentual em comparação com o primeiro trimestre de 2016. Os diretores entendem que esse resultado foi alcançado por meio da combinação dos expressivos crescimentos no volume de prêmios emitidos, no resultado operacional e financeiro, aliados a uma gestão administrativa eficiente e focada na geração de valor.

No que se refere ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os diretores destacam que crescimento e planejamento marcaram o ano de 2016 para o IRB Brasil RE, sendo certo que consolidamos nossa estrutura organizacional, desenhamos o mapa estratégico que norteará a Companhia para os próximos anos e ampliamos significativamente a nossa participação no mercado de resseguros, reforçando a nossa posição de ressegurador líder no Brasil. Registramos ainda um crescimento de 13,6% nos prêmios emitidos em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, totalizando R$ 4.928,4 milhões, dos quais 75,7% oriundos de operações contratadas no Brasil e 24,3% oriundos de operações contratadas no exterior. Contribuíram para esse crescimento, primordialmente, a participação significativa das linhas de Property, Rural e Vida.

Os Diretores ressaltam que outros destaques para a obtenção do resultado em 31 de dezembro de 2016 foram (i) o resultado da subscrição (underwriting) no montante de R$ 630,4 milhões - o que representou um crescimento de 23,1% em comparação com igual período em 2015 - com redução no índice de sinistralidade de 1,9 ponto percentual, mesmo em um ano com eventos climáticos inesperados, passando de 63,8% em 2015 para 61,9% em 2016; e (ii) o resultado financeiro e patrimonial do período no montante de R$ 1.041,2 milhões, o que representou um aumento de 17,8% em relação ao obtido em 2015; com uma rentabilidade da carteira de ativos próprios da ordem de 129% do CDI, superior à rentabilidade média registrada pelas empresas de seguros locais.

Os Diretores informam que o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 849,9 milhões, o que representou um crescimento de 11,3% em relação ao igual período de 2015. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE) atingiu 31,2%, o que representou um crescimento de 1,4 ponto percentual em relação ao igual período de 2015 e a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido (ROAE) atingiu 26,1%, o que representou um crescimento de 1,2 ponto percentual em relação ao igual período de 2015. Em dezembro de 2016, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$ 3.328,2 milhões, apresentando aumento de 4,8% em relação ao mesmo período de 2015. Os ativos totais somavam R$ 13.526,8 milhões em dezembro de 2016, o que representou uma queda de 5,7% em relação ao igual período de 2015.

A geração de caixa no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, associada aos ativos de caixa, foram suficientes para sustentar todas as operações da Companhia e realizar os investimentos necessários à evolução dos negócios e estruturas administrativas.

No que se refere ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os diretores destacam que os resultados do período contribuíram para que a Companhia se mantivesse como líder no mercado de resseguros no Brasil e referência de qualidade na prestação de serviços de resseguros aos seus clientes. Em meio a um cenário macroeconômico desafiador em 2015, os prêmios emitidos pela Companhia cresceram 35,0%, em comparação com igual período em 2014.

Os Diretores ressaltam que outros destaques para a obtenção do resultado recorde em 31 de dezembro de 2015 foram: (i) o crescimento de 20,9% no resultado de subscrição (underwriting) em comparação com igual período em 2014; e (ii) o crescimento de 28,1% no resultado financeiro e patrimonial em comparação com igual período em 2014, com uma rentabilidade da carteira de ativos próprios da ordem de 120% do CDI.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores informam que o lucro líquido recorrente da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 763,7 milhões, o que representou um crescimento de 96,7% em relação ao igual período de 2014. A rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido (ROE) atingiu 28,6% o que representou um crescimento de 5 pontos percentuais em relação ao igual período de 2014 e a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido (ROAE) atingiu 24,9%, o que representou um crescimento de 4 pontos percentuais em relação ao igual período de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$ 3.174,6 milhões, apresentando aumento de 7,5% em relação ao mesmo período de 2014. Os ativos totais somavam R$ 14.338,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de 13,4% em relação a 31 de dezembro de 2014.

A geração de caixa no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, associada aos ativos de caixa, foram suficientes para sustentar todas as operações da Companhia e realizar os investimentos necessários à evolução dos negócios e estruturas administrativas.

No que se refere ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os Diretores informam que o lucro líquido recorrente foi de R$ 388,1 milhões, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE) atingiu 15,5% e a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido (ROAE) atingiu 13,8%. Vale destacar que nesse período a Companhia registrou um efeito não recorrente de R$ 213,4 milhões referente ao reconhecimento dos valores a compensar do trânsito em julgado da ação de PIS/COFINS em 2014, resultando em um Lucro Líquido de R$ 601,5 milhões. Ainda em 2014, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$ 2.953,9 milhões. Os ativos totais somavam R$ 12.641,4 milhões em 2014.

A geração de caixa no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, associada aos ativos de caixa, foram suficientes para sustentar todas as operações da Companhia e realizar os investimentos necessários à evolução dos negócios e estruturas administrativas.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital é compatível com seus níveis de passivos. Segue composição nos últimos três exercícios sociais encerrados, quais sejam em 31 de dezembro de 2014, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, bem como ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2017:

	30/03/2017	%	2016	%	2015	%	2014	%
				(R$ milhões)				
Capital próprio	**3.091,1**	**22,6%**	**3.328,2**	**24,5%**	**3.174,6**	**22,1%**	**2.953,9**	**23,4%**
Capital de terceiros	**10.557,5**	**77,4%**	**10.257,0**	**75,5%**	**11.193,9**	**77,9%**	**9.687,5**	**76,6%**
Passivos de contratos de resseguros	7.662,5	56,1%	7.980,0	58,7%	9.135,6	63,6%	7.830,7	61,9%
Passivos financeiros	1.339,2	9,8%	1.210,1	8,9%	1.025,3	7,1%	855,4	6,8%
Provisões fiscais, previdenciárias trabalhistas e cíveis	60,2	0,4%	58,2	0,4%	120,2	0,8%	156,6	1,2%
Outros passivos	1.495,6	11,0%	1.008,7	7,4%	912,7	6,4%	844,8	6,7%
Total Passivo e PL	**13.648,6**	**100,0%**	**13.585,2**	**100,0%**	**14.368,4**	**100,0%**	**12.641,4**	**100,0%**

Na comparação entre os períodos encerrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital próprio reduziu R$ 237,1 milhões. Já o capital de terceiros, composto primordialmente, por passivos de contratos de resseguros, não havendo contratos de dívidas pela Companhia, apresentou aumento de R$ 300,5 milhões na comparação do mesmo período. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento pontual no 1º trimestre de 2017 da rubrica de “Contas a Pagar” que registrou um aumento corrente de “Obrigações a Pagar”.

Na comparação entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital próprio aumentou R$ 153,6 milhões. Já o capital de terceiros, composto primordialmente, por passivos de contratos de resseguros, não havendo contratos de dívidas pela Companhia, apresentou queda de R$ 907,4 milhões na comparação do mesmo período. Esta variação é explicada pela queda dos passivos de contratos de resseguros no montante de R$ 1.155,6 milhões, principalmente em função da redução da rubrica de “Provisões de Sinistros a Liquidar”.

Na comparação entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital próprio aumentou R$ 220,7 milhões. Já o capital de terceiros, composto primordialmente, por passivos de contratos de resseguros, não havendo contratos de dívidas pela Companhia, aumentou R$ 1.506,4 milhões na comparação do mesmo período. Esta variação é explicada pelo aumento dos passivos de contratos de resseguros no montante de R$ 1.304,9 milhões, principalmente em função do crescimento dos prêmios.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(c) comentários dos Diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. O índice de liquidez geral da Companhia, em 31 de março de 2017, foi de 1,2X e em 31 de dezembro de 2016 foi de 1,3x. Já os índices de liquidez corrente foram ambos de 0,8x nos mesmos períodos. Nesta data, a Companhia não era parte em nenhum contrato de financiamento, sendo certo que o relacionamento com instituições financeiras de primeira linha permite o seu acesso a eventuais linhas de crédito.

(d) comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Nos três últimos exercícios sociais e no primeiro trimestre de 2017, a única fonte de financiamento da Companhia foi o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais. Esse financiamento, o qual consideramos adequado para as necessidades da Companhia, é utilizado principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados à operação de resseguros e para cumprir com os requerimentos regulatórios de solvência e liquidez.

(R$ MM)	31/03/2017	%	2016	%	2015	%	2014	%
Capital próprio	**3.091,06**	**22,60%**	**3.328,22**	**22,10%**	**3.174,60**	**22,10%**	**2.953,90**	**23,40%**
Capital de terceiros	**10.557,57**	**77,40%**	**10.198,60**	**77,90%**	**11.164,00**	**77,90%**	**9.687,70**	**76,60%**
Passivos de contratos de resseguros	7.662,55	63,30%	7.980,01	63,70%	9.135,60	63,70%	7.830,80	61,90%
Passivos financeiros	1.339,22	7,00%	1.211,65	7,20%	1.038,50	7,20%	897,9	7,10%
Provisões fiscais, previdenciárias trabalhistas e cíveis	60,2	0,40%	58,2	0,80%	120,2	0,80%	443,5	3,50%
Outros passivos	1.495,6	6,80%	948,8	6,10%	869,7	6,10%	515,5	4,10%
Total Passivo e PL	**13.648,63**	**100,00%**	**13.526,82**	**100,00%**	**14.338,60**	**100,00%**	**12.641,60**	**100,00%**

No que se refere à gestão de investimentos, a Companhia se beneficia de uma dinâmica de fluxo de caixa que complementa a rentabilidade das operações de resseguros. Os contratos de resseguro negociados pela Companhia geram liquidez imediata, no início de sua vigência, quando a Companhia constitui as provisões técnicas para cobrir as eventuais despesas desses contratos. Na média, a Companhia mantém reservas por, aproximadamente, 14 meses antes de sinistros futuros serem pagos aos clientes. Durante esse período, esses recursos criam um *float* que, em adição aos recursos necessários para solvência da Companhia, são investidos a taxas de retorno atrativas. Além disso, a Companhia acredita que o *float* médio do setor ressegurador é usualmente maior que o do setor segurador, devido às características no fluxo de caixa.

(e) comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidade de recursos que não possa ser suportada pela capacidade atual ou futura da Companhia. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou às instituições financeiras as quais a Companhia possui histórico de relacionamento.

(f) comentários dos Diretores sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia não possui qualquer endividamento com instituições financeiras, na data deste Formulário de Referência.

(g) comentários dos Diretores sobre limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento.

(h) comentários dos Diretores sobre alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Prêmios Emitidos

As receitas de prêmios emitidos são compostas do prêmio emitido bruto deduzido da comissão de resseguro paga à cedente, provenientes da atuação nas linhas de negócios de aceitação no Brasil e no Exterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Variações das Provisões Técnicas

As variações das provisões técnicas consistem principalmente em despesas/receitas com provisões de prêmios não ganhos.

Prêmios Ganhos

Os prêmios ganhos representam a parcela decorrida dos prêmios emitidos relativos ao prazo de vigência dos contratos de resseguros.

Sinistros Ocorridos

Os sinistros ocorridos consistem em despesas operacionais de resseguros relativas a indenizações, variação das provisões de sinistros e despesas de regulação de sinistros, salvados e ressarcimentos, sem considerar o impacto de retrocessões contratadas.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição consistem em comissões sobre prêmio pagas a corretores pela negociação dos contratos de resseguros.

Resultado com Retrocessão

Refere-se às operações cedidas em retrocessão pela Companhia. O resultado compreende o prêmio cedido líquido da recuperação da comissão de retrocessão, deduzidas as parcelas relativas à recuperação de sinistros, bem como à variação das provisões técnicas e de sinistros retrocedidos.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são aquelas relacionadas ao exercício da atividade da Companhia, tais como pessoal próprio, localização, funcionamento e serviços de terceiros.

Despesas com Tributos

As despesas com tributos são aquelas incorridas principalmente sobre faturamento, tais como PIS/COFINS.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro inclui principalmente o resultado das aplicações financeiras e a atualização monetária de ativos e passivos.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é composto principalmente de receitas de ativos imobiliários da Companhia.

Lucro antes de Impostos e Participações

É o valor do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participação sobre os lucros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Refere-se ao imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apurado com base no lucro real.

Participação sobre os Lucros

O programa de remuneração variável adotado pela Companhia para os empregados baseia-se na lei de Participação sobre os Lucros e/ou Resultados, de acordo com o desempenho anual, individual e coletivo. As condições do programa são negociadas com representantes da categoria.

Lucro líquido

O lucro líquido é o resultado apurado antes de impostos e participações sobre os lucros, deduzidos imposto de renda e contribuição social e participações sobre o lucro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii. Visão IFRS Consolidado – Base SUSEP

Demonstrativo de Resultados – IFRS Consolidado – Base SUSEP

	31/03/2017	AV	31/03/2016	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	1T17 x 1T16	2016 x 2015	2015 x 2014
							(em R$ mil, exceto %)						
Prêmios Emitidos	**1.172.490**	**100,0%**	**982.276**	**100,0%**	**4.188.263**	**100,0%**	**3.723.449**	**100,0%**	**2.759.395**	**100,0%**	**19,4%**	**12,5%**	**34,9%**
Prêmio emitido – País	771.831	65,8%	738.422	75,2%	3.182.357	76,0%	2.863.969	76,9%	2.480.460	89,9%	4,5%	11,1%	15,5%
Prêmio emitido – Exterior	400.659	34,2%	243.854	24,8%	1.005.906	24,0%	859.480	23,1%	278.935	10,1%	64,3%	17,0%	208,1%
Prêmios ganhos	**1.109.843**	**94,7%**	**1.027.534**	**104,6%**	**4.162.175**	**99,4%**	**3.746.111**	**100,6%**	**2.993.057**	**108,5%**	**8,0%**	**11,1%**	**25,2%**
Prêmio ganho – País	775.235	66,1%	795.440	81,0%	3.205.336	76,5%	3.022.224	81,2%	2.656.793	96,3%	(2,5%)	6,1%	13,8%
Prêmio ganho – Exterior	334.608	28,5%	232.094	23,6%	956.839	22,8%	723.887	19,4%	336.264	12,2%	44,2%	32,2%	115,3%
Sinistros ocorridos	**(435.727)**	**(37,2%)**	**(935.295)**	**(95,2%)**	**(2.589.635)**	**(61,8%)**	**(2.287.603)**	**(61,4%)**	**(2.256.827)**	**(81,8%)**	**(53,4%)**	**13,2%**	**1,4%**
Sinistro ocorrido – País	(247.083)	(21,1%)	(804.710)	(81,9%)	(1.971.726)	(47,1%)	(1.878.054)	(50,4%)	(2.061.505)	(74,7%)	(69,3%)	5,0%	(8,9%)
Sinistro ocorrido – Exterior	(188.644)	(16,1%)	(130.585)	(13,3%)	(617.909)	(14,8%)	(409.549)	(11,0%)	(195.322)	(7,1%)	44,5%	50,9%	109,7%
Custos de aquisição	**(26.320)**	**(2,2%)**	**(32.602)**	**(3,3%)**	**(103.521)**	**(2,5%)**	**(95.430)**	**(2,6%)**	**(79.548)**	**(2,9%)**	**(19,3%)**	**8,5%**	**20,0%**
Custo de aquisição – País	(12.437)	(1,1%)	(18.657)	(1,9%)	(54.339)	(1,3%)	(53.724)	(1,4%)	(54.971)	(2,0%)	(33,3%)	1,1%	(2,3%)
Custo de aquisição – Exterior	(13.883)	(1,2%)	(13.945)	(1,4%)	(49.182)	(1,2%)	(41.706)	(1,1%)	(24.577)	(0,9%)	(0,4%)	17,9%	69,7%
Resultado com retrocessão	**(393.016)**	**(33,5%)**	**118.784**	**12,1%**	**(752.135)**	**(18,0%)**	**(792.310)**	**(21,3%)**	**(117.941)**	**(4,3%)**	**(430,9%)**	**(5,1%)**	**571,8%**
Resultado o com retrocessão – País	(365.647)	(31,2%)	133.632	13,6%	(694.058)	(16,6%)	(777.325)	(20,9%)	(93.818)	(3,4%)	(373,6%)	(10,7%)	728,5%
Resultado com retrocessão – Exterior	(27.369)	(2,3%)	(14.848)	(1,5%)	(58.077)	(1,4%)	(14.985)	(0,4%)	(24.123)	(0,9%)	84,3%	287,6%	(37,9%)
Margem Bruta	**254.780**	**21,7%**	**178.421**	**18,2%**	**716.884**	**17,1%**	**570.768**	**15,3%**	**538.741**	**19,5%**	**42,8%**	**25,6%**	**5,9%**
Margem Bruta – País	150.068	12,8%	105.705	10,8%	485.213	11,6%	359.540	9,7%	446.499	16,2%	42,0%	35,0%	(19,5%)
Margem Bruta – Exterior	104.712	8,9%	72.716	7,4%	231.671	5,5%	211.228	5,7%	92.242	3,3%	44,0%	9,7%	129,0%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**(7.463)**	**(0,6%)**	**(5.715)**	**(0,6%)**	**22.610**	**0,5%**	**11.969**	**0,3%**	**(100.839)**	**(3,7%)**	**30,6%**	**88,9%**	**(111,9%)**
Despesas administrativas	**(81.055)**	**(6,9%)**	**(54.451)**	**(5,5%)**	**(260.807)**	**(6,2%)**	**(266.605)**	**(7,2%)**	**(287.255)**	**(10,4%)**	**48,9%**	**(2,2%)**	**(7,2%)**
Despesas com tributos	**(29.183)**	**(2,5%)**	**(36.327)**	**(3,7%)**	**(135.540)**	**(3,2%)**	**(111.018)**	**(3,0%)**	**73.988**	**2,7%**	**(19,7%)**	**22,1%**	**(250,0%)**
Resultado Patrimonial	**7.805**	**0,7%**	**12.703**	**1,3%**	**79.843**	**1,9%**	**15.450**	**0,4%**	**45.762**	**1,7%**	**(38,6%)**	**416,8%**	**(66,2%)**
Resultado Financeiro	**174.969**	**14,9%**	**201.570**	**20,5%**	**818.423**	**19,5%**	**799.423**	**21,5%**	**629.788**	**22,8%**	**(13,2%)**	**2,4%**	**26,9%**
Resultado Operacional	**319.853**	**27,3%**	**296.201**	**30,2%**	**1.241.413**	**29,6%**	**1.019.987**	**27,4%**	**900.185**	**32,6%**	**8,0%**	**21,7%**	**13,3%**
Ganhos ou Perdas com ativos não recorrentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**21**	**0,0%**	**26**	**0,0%**	**0,0%**	**(100,0%)**	**(19,2%)**
Lucro antes dos impostos e participações	**319.853**	**27,3%**	**296.201**	**30,2%**	**1.241.413**	**29,6%**	**1.020.008**	**27,4%**	**900.211**	**32,6%**	**8,0%**	**21,7%**	**13,3%**
Imposto de renda e Contribuição Social	(97.178)	(8,3%)	(83.828)	(8,5%)	(391.539)	(9,3%)	(256.290)	(6,9%)	(298.669)	(10,8%)	15,9%	52,8%	(14,2%)
Lucro líquido do exercício	**222.675**	**19,0%**	**212.373**	**21,6%**	**849.874**	**20,3%**	**763.718**	**20,5%**	**601.542**	**21,8%**	**4,9%**	**11,3%**	**27,0%**
Quantidade de ações ordinárias em circulação	310.698.900		310.698.900		310.698.900		310.698.900		310.698.900		0,0%	0,0%	0,0%
Lucro básico e diluído por ação	**0,72**		**0,68**		**2,74**		**2,46**		**1,94**		**4,9%**	**11,3%**	**27,0%**

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

Prêmios Emitidos

Prêmios emitidos no período de três meses findo em 31 de março de 2017 totalizaram R$ 1.172,5 milhões, comparativamente a R$ 982,3 milhões no mesmo período de 2016, o que representou um crescimento de R$ 190,2 milhões, ou 19,4%. Desse montante, R$ 771,8 milhões foram prêmios emitidos no Brasil e R$ 400,7 milhões no exterior, que ampliou sua participação de 25% dos prêmios emitidos no primeiro trimestre de 2016 para 34% no mesmo período de 2017.

O aumento registrado nos três primeiros meses deste ano nos prêmios emitidos decorre das contribuições positivas, primordialmente, dos ramos de Property, Rural e Vida, tanto no Brasil quanto no exterior.

Prêmios ganhos

Prêmios ganhos no período de três meses findo em 31 de março de 2017 totalizaram R$ 1.109,8 milhões, comparativamente a R$ 1.027,5 milhões no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada pelo aumento no volume de prêmios emitidos, conforme explicado acima.

Sinistros ocorridos

Sinistros ocorridos no período de três meses findo em 31 de março de 2017 totalizaram R$ 435,7 milhões, comparativamente a R$ 935,3 milhões no mesmo período de 2016, uma redução de 53% nos sinistros ocorridos. Essa redução é reflexo, primordialmente, (i) da contínua melhoria da gestão de regulação de sinistros; e (ii) do aumento dos contratos de proteção efetuados pela Companhia no período, visando minimizar os impactos da ocorrência de potenciais sinistros.

Custo de aquisição

O custo de aquisição no período de três meses findo em 31 de março 2017 foi de R$ 26,3 milhões, comparativamente a R$ 32,6 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma redução de R$ 6,3 milhões, ou seja, redução de 19%. Esta queda é atribuída, principalmente, pela redução de comissão de corretagem nas linhas de negócio: patrimonial, marítimo e transporte.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado com retrocessão

O resultado com retrocessão no período de três meses findo em 31 de março de 2017 foi negativo no valor de R$ 393,0 milhões, comparativamente a R$ 118,8 milhões positivos no mesmo período de 2016, o que representou uma redução de R$ 511,8 milhões, ou 431%. Esta diferença deve-se principalmente a um maior volume de prêmio cedido em retrocessão nos três primeiros meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, em linha com o aumento do volume de prêmio emitido e as práticas de pulverização de riscos da Companhia. Referido resultado é estratégico à Companhia, pois protege o portfólio de seguros em um cenário de melhora das condições econômicas do Brasil, no qual empresas aumentam a exposição a riscos decorrentes de suas próprias atividades.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2017 corresponderam a R$ 81,1 milhões, comparativamente a R$ 54,5 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$ 29 milhões ou crescimento de 53%. Essa variação pode ser explicada, primordialmente, pelo incremento do próprio negócio e por despesas não recorrentes com gastos corporativos com consultorias.

Despesas com tributos

As despesas com tributos foram de R$ 29,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2017 em comparação com R$ 36,3 milhões no mesmo período de 2016, em razão do maior volume de indenizações pagas no período de 2017 em comparação a 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo no valor de R$ 175,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2017 em comparação com um resultado positivo de R$ 201,6 milhões, no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$ 26,6 milhões ou uma retração de 13,2%. A retração de 13,2%, decorre do cenário de redução das taxas de juros que comparativamente, saiu de 14,13% a.a. no mesmo período de 2016 para 12,13% a.a. em 2017. Ao final do 1° trimestre de 2017, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da empresa imobiliária, totalizava R$ 6.057,4 milhões, com um retorno nominal de 3,89% no período ante um CDI de 3,034% no trimestre, o que gerou um desempenho equivalente a 128% do CDI, uma expansão de 2 pontos percentuais sobre o desempenho relativo ao CDI do mesmo período do ano anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com impostos de renda e contribuição social foram de R$ 97,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2017 em comparação com R$ 83,8 milhões no mesmo período de 2016, principalmente em função do maior resultado antes dos impostos em 2017 em comparação a 2016.

Lucro Líquido

O lucro líquido no período de três meses findo em 31 de março de 2017 foi de R$ 222,7 milhões, em comparação a R$ 212,4 milhões no mesmo período de 2016, essa variação corresponde a um aumento de R$ 10,3 milhões, ou 5%, explicada pelos fatores discutidos nos itens acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Prêmios Emitidos

Prêmios emitidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R$ 4.188,3 milhões, comparativamente a R$ 3.723,4 milhões no mesmo período de 2015, o que representou um crescimento de R$ 464,9 milhões, ou 12,5%. Do total de prêmios emitidos em 2016, 76,0% decorreu do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil, sendo o restante, 24,0%, provenientes do segmento de operações de resseguro e retrocessão no exterior.

O crescimento ocorrido no segmento de operações de resseguro e retrocessão decorreu, principalmente, das contribuições positivas dos ramos de Property, Rural e Vida, tanto no Brasil quanto no Exterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Prêmios ganhos

Prêmios ganhos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R$ 4.162,2 milhões, comparativamente a R$ 3.746,1 milhões no mesmo período de 2015, o que representou um aumento de R$ 416,1 milhões, ou 11,1%. Do total de prêmios ganhos em 2016, 76,5% decorreu do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil, sendo o restante, 23,5%, provenientes do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Exterior.

O incremento do prêmio ganho, tanto do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil quanto no Exterior, justifica-se pelo aumento de volume de emissões e pela maior retenção dos prêmios no período.

Sinistros ocorridos

Sinistros ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R$ 2.589,6 milhões, comparativamente a R$ 2.287,6 milhões no mesmo período de 2015, o que representou um crescimento de R$ 302 milhões, ou 13,2%. Essa variação é explicada pelos sinistros registrados, principalmente, no segmento Rural em função (i) da estiagem registradas na região Centro-Oeste do Brasil, que prejudicou as plantações de milho, soja e café; e (ii) do aumento da média histórica de chuvas na região Sul do Brasil, que causou danos às plantações.

Custo de aquisição

O custo de aquisição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 103,5 milhões, comparativamente a R$ 95,4 milhões no mesmo período de 2015, o que representou um crescimento de R$ 8,1 milhões, ou 8,5%. Este aumento é atribuído, principalmente, ao incremento do volume de comissões pagas referentes às linhas de negócios do exterior, as quais em sua grande maioria possuem intermediação de corretores de resseguro e maiores custos de entrada em novos mercados. No entanto, em linhas gerais, a relação entre o custo de aquisição e o prêmio emitido manteve-se estável.

Resultado com retrocessão

O resultado com retrocessão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi negativo no valor de R$ 752,1 milhões, comparativamente a R$ R$ 792,3 milhões negativos no mesmo período de 2015, o que representou uma variação R$ 40,2 milhões, praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 corresponderam a R$ 260,8 milhões, comparativamente a R$ 266,6 milhões no mesmo período de 2015, o que representou uma redução de R$ 5,8 milhões ou 2,2%, mantendo-se em linha com o mesmo período de 2015.

Despesas com tributos

As despesas com tributos foram de R$ 135,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação com as despesas com tributos de R$ 111,0 milhões no mesmo período de 2015. Esta variação decorreu principalmente do crescimento do volume de prêmios emitidos em 2016 em comparação com o mesmo período anterior.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo no valor de R$ 818,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação com um resultado positivo de R$ 799,4 milhões, no mesmo período de 2015. O aumento de R$ 19,0 milhões, ou 2,4%, deve-se às seguintes ações: (i) posição em títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) com ganhos de 111% do CDI; (ii) posição em títulos públicos pré-fixados (LTN's) com ganhos de 134% do CDI; e (iii) posição em renda variável com ganhos nominais de 35,0% até dezembro de 2016. Ao final do ano de 2016, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da empresa imobiliária, totalizava R$5.981,3 milhões, com um retorno nominal de 18,08% no ano, gerando um desempenho equivalente a 129% do Benchmark (CDI). Comparativamente, ao final de 2015, a carteira de investimentos apresentou um retorno nominal de 16% no ano, o que gerou um desempenho equivalente a 120% do CDI.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com impostos de renda e contribuição social foram de R$ 391,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação com R$ 256,3 milhões no mesmo período de 2015, principalmente em função do maior resultado da Companhia em 2016 em comparação a 2015.

Lucro Líquido

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 849,9 milhões, em comparação a R$ 763,7 milhões no mesmo período de 2015, ambos os períodos com margem líquida de 20,4%. Esta variação corresponde a um aumento de R$ 86,2 milhões, ou 11,3%, e é explicada pelos fatores discutidos nos itens acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Prêmios Emitidos

Prêmios emitidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R$ 3.723,5 milhões, comparativamente a R$ 2.759,4 milhões no mesmo período de 2014, o que representou um crescimento de R$ 964,1 milhões, ou 34,9%. Do total de prêmios emitidos em 2015, 76,9% decorreu do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil, sendo o restante, 23,1%, provenientes do segmento de operações de resseguro e retrocessão no exterior.

O crescimento ocorrido no segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil decorreu, principalmente, das linhas de negócio Rural e Patrimonial, em virtude do aumento do volume de prêmio relativos a contratos de resseguro plurianuais.

O incremento ocorrido no segmento de operações de resseguro e retrocessão no Exterior é decorrente da estratégia de internacionalização da Companhia, destacando-se as linhas de negócios Patrimonial e Vida.

Prêmios ganhos

Prêmios ganhos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R$ 3.746,1 milhões, comparativamente a R$ 2.933,1 milhões no mesmo período de 2014, o que representou um crescimento de R$ 753,0 milhões, ou 25,2%. Do total de prêmios emitidos em 2016, 80,7% decorreu do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil, sendo o restante, 19,3%, provenientes do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Exterior.

O aumento do prêmio ganho, tanto do segmento de operações de resseguro e retrocessão no Brasil quanto no exterior, justifica-se pelas mesmas razões apresentadas para o crescimento do Prêmio Emitido.

Sinistros ocorridos

Sinistros ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R$ 2.287,6 milhões, comparativamente a R$ 2.256,8 milhões no mesmo período de 2014, o que representou um aumento de R$ 30,8 milhões, ou 1,4%, permanecendo em linha com o mesmo período de 2014.

Custo de aquisição

O custo de aquisição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 95,4 milhões, comparativamente a R$ 79,5 milhões no mesmo período de 2014, o que representou aumento de R$ 15,9 milhões, ou 20,0%. Este aumento é atribuído, principalmente, ao aumento do volume de comissões pagas referentes às linhas de negócios do exterior, as quais em sua grande maioria possuem intermediação de corretores de resseguro e maiores custos de entrada em novos mercados. No entanto, em linhas gerais, a relação entre o custo de aquisição e o prêmio ganho manteve-se estável em ambos períodos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado com retrocessão

O resultado com retrocessão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativo no valor de R$ 792,3 milhões, comparativamente a R$ 117,9 milhões negativos no mesmo período de 2014, o que representou uma variação R$ 674,4 milhões. Esta diferença deve-se principalmente à um maior volume de prêmios cedidos em retrocessão, qual seja, aumento de 29% em 2015 em relação a 2014, em linha com o aumento do volume de Prêmios Emitidos pela Companhia e as práticas de pulverização de riscos da Companhia.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 corresponderam a R$ 266,6 milhões, comparativamente a R$ 287,3 milhões no mesmo período de 2014, o que representou uma redução de R$ 20,7 milhões ou 7,2%, mantendo-se em linha com o mesmo período de 2014.

Despesas com tributos

As despesas com tributos foram de R$ 111,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação com uma receita com tributos de R$ 74,0 milhões no mesmo período de 2014. Esta variação decorreu principalmente do reconhecimento dos valores a compensar do trânsito em julgado da ação de PIS/COFINS em 2014 Para maiores informações sobre a ação judicial de PIS/COFINS, consultar a nota explicativa 21.3.4 das Demonstrações Financeiras de 2014.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo no valor de R$ 799,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação com um resultado positivo de R$ 629,8 milhões, no mesmo período de 2014. O aumento de R$ 169,6 milhões, ou 26,9%, deve-se às seguintes ações: (i) venda da posição de renda variável no momento em que o índice Ibovespa estava no patamar dos 56.000 pontos (ii) incremento da alocação em títulos públicos indexados à inflação (NTN-B – vértices curtos); e (iii) posição em moeda estrangeira (posição para fazer hedge das exposições operacionais passivas da Companhia), em títulos soberanos da República Federativa do Brasil, aproveitando as oportunidades de arbitragem entre tais ativos e o CDI. Ao final do ano de 2015, conforme demonstrações contábeis consolidadas, a carteira de investimentos total, incluindo os ativos da empresa imobiliária, totalizava R$ 6,444,2 milhões, com um retorno nominal de 16% no ano ante um CDI de 13% no mesmo período, o que gerou um desempenho equivalente a 120% do CDI.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com impostos de renda e contribuição social foram de R$ 256,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação com R$ 298,7 milhões no mesmo período de 2014. O aumento no período é explicado principalmente pelo benefício fiscal na linha de rural.

Lucro Líquido

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 763,7 milhões, em comparação a R$ 601,5 milhões no mesmo período de 2014, com margem líquida de 20,4% e 20,1%, respectivamente. Esta variação corresponde a um aumento de R$ 162,2 milhões, ou 27,0%, e é explicada pelos fatores discutidos nos itens acima.

Vale destacar que o Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 registrou um benefício de R$ 213,4 milhões referente ao reconhecimento dos valores a compensar do trânsito em julgado da ação de PIS/COFINS. Excluindo-se esse benefício não recorrente, o Lucro Líquido recorrente foi de R$ 388,1 milhões, um avanço de 96,7% em relação a 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanço Patrimonial

	31/03/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	2016 x 2015	2015 x 2014
					(em R$ mil, exceto %)					
Ativo										
Circulante	**8.004.628**	**58,6%**	**7.180.187**	**52,9%**	**8.633.069**	**60,1%**	**8.086.661**	**64,0%**	**(16,8%)**	**6,8%**
Disponível	298.309	2,2%	217.575	1,6%	18.277	0,1%	13.288	0,1%	1090,4%	37,5%
Caixa e bancos	298.309	2,2%	217.575	1,6%	18.277	0,1%	13.288	0,1%	1090,4%	37,5%
Aplicações	1.728.182	12,7%	861.473	6,3%	2.066.856	14,4%	2 414.646	19,1%	-58,3%	-14,4%
Créditos de operações com resseguros e retrocessões	2.633.272	19,3%	2.429.719	17,9%	2.218.305	15,4%	1.948.421	15,4%	9,5%	13,9%
Operações com seguradoras	1.905.777	14,0%	1.828.380	13,5%	1.819.174	12,7%	1.510.586	11,9%	0,5%	20,4%
Operações com resseguradoras	746.412	5,5%	610.377	4,5%	427.255	3,0%	512.238	4,1%	42,9%	-16,6%
Outros créditos operacionais	49.381	0,4%	57.007	0,4%	120.492	0,8%	77.522	0,6%	-52,7%	55,4%
(-) Provisão para riscos de créditos	(68.298)	-0,5%	(66.045)	-0,5%	(148.616)	-1,0%	(151.925)	-1,2%	-55,6%	-2,2%
Ativos de retrocessão – provisões técnicas	3.212.576	23,5%	3.531.075	26,0%	4.184.979	29,1%	3.595.769	28,4%	-15,6%	16,4%
Prêmios – retrocessão	640.716	4,7%	611.403	4,5%	646.462	4,5%	548.832	4,3%	-5,4%	17,8%
Sinistros – retrocessão	2.557.919	18,7%	2.902.291	21,4%	3.518.086	24,5%	3.013.417	23,8%	-17,5%	16,7%
Outras provisões	13.941	0,1%	17.381	0,1%	20.431	0,1%	33.520	0,3%	-14,9%	-39,0%
Títulos e créditos a receber	129.826	1,0%	137.025	1,0%	143.405	1,0%	113.578	0,9%	-4,4%	26,3%
Títulos e créditos a receber	46.263	0,3%	35.376	0,3%	12.313	0,1%	16.071	0,1%	187,3%	-23,4%
Créditos tributários e previdenciários	83.563	0,6%	101.649	0,7%	131.092	0,9%	97.507	0,8%	-22,5%	34,4%
Despesas antecipadas	2.463	0,0%	3.320	0,0%	1.247	0,0%	871	0,0%	166,2%	43,2%
Custo de Aquisição Diferidos	–	0,0%	–	0,0%	–	0,0%	88	0,0%	0,0%	-100,0%
Não circulante	**5.644.002**	**41,4%**	**6.405.008**	**47,1%**	**5.735.379**	**39,9%**	**4.554.734**	**36,0%**	**11,7%**	**25,9%**
Realizável a longo prazo	5.119.829	37,5%	5.911.246	43,5%	5.362.425	37,3%	4.289.003	33,9%	10,2%	25,0%
Aplicações	3.921.020	28,7%	4.735 168	34,9%	4.103.783	28,6%	3.147.671	24,9%	15,4%	30,4%
Ativos de retrocessão – provisões técnicas	75.488	0,6%	61.578	0,5%	69.601	0,5%	59.023	0,5%	-11,5%	17,9%
Prêmios – retrocessão	75.488	0,6%	61.578	0,5%	69.601	0,5%	59.023	0,5%	-11,5%	17,9%
Títulos e créditos a receber	1.123.321	8,2%	1.114.500	8,2%	1.189.041	8,3%	1.082.309	8,6%	-6,3%	9,9%
Títulos e créditos a receber	27.681	0,2%	26.728	0,2%	28.118	0,2%	29.037	0,2%	-4,9%	-3,2%
Créditos tributários e previdenciários	170.883	1,3%	165.066	1,2%	206.190	1,4%	249.992	2,0%	-19,9%	-17,5%
Ativo fiscal diferido	348.429	2,6%	351.907	2,6%	480.691	3,3%	376.178	3,0%	-26,8%	27,8%
Depósitos judiciais e fiscais	576.328	4,2%	570.799	4,2%	474.042	3,3%	418.354	3,3%	20,4%	13,3%
Outros créditos a receber	–	0,0%	–	0,0%	–	0,0%	8.748	0,1%	0,0%	-100,0%
Investimentos	408.357	3,0%	384.767	2,8%	273.676	1,9%	175.650	1,4%	40,6%	55,8%
Imóveis destinados à renda	408.247	3,0%	384.661	2,8%	273.562	1,9%	175.520	1,4%	40,6%	55,9%
Outros Investimentos	110	0,0%	106	0,0%	114	0,0%	130	0,0%	-7,0%	-12,3%
Imobilizado	56.232	0,4%	46.719	0,3%	35.921	0,2%	32.899	0,3%	30,1%	9,2%
Intangível	59.584	0,4%	62.276	0,5%	63.357	0,4%	57.182	0,5%	-1,7%	10,8%
Total do ativo	**13.648.630**	**100%**	**13.585.195**	**100%**	**14.368.448**	**100%**	**12.641.395**	**100,0%**	**-5,5%**	**13,7%**
Passivo										
Circulante	**9.541.377**	**69,9%**	**9.308.476**	**68,5%**	**10.211.893**	**71,1%**	**8.748.757**	**69,2%**	**-8,8%**	**16,7%**
Contas a pagar	647.275	4,7%	209.314	1,5%	183.649	1,3%	154.366	1,2%	14,0%	19,0%
Obrigações a pagar	551.889	4,0%	115.941	0,9%	81.272	0,6%	84.083	0,7%	42,7%	-3,3%
Impostos e encargos sociais a recolher	33.433	0,2%	29.527	0,2%	22.113	0,2%	24.528	0,2%	33,5%	-9,8%
Provisões trabalhistas	8.745	0,1%	7.849	0,1%	7.212	0,1%	8.217	0,1%	8,8%	-12,2%
Provisões para benefícios pós-emprego	32.948	0,2%	32.771	0,2%	35.582	0,2%	33.717	0,3%	-7,9%	5,5%
Impostos e contribuições a recolher	15.561	0,1%	18.490	0,1%	14.271	0,1%	3.821	0,0%	29,6%	273,5%
Provisão para desvalorização de investimentos	4.699	0,0%	4.736	0,0%	23.199	0,2%	–	0,0%	-79,6%	0,0%
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	1.339.216	9,8%	1.210.068	8,9%	1.025.310	7,1%	855.351	6,8%	18,0%	19,9%
Operações com seguradoras	256.214	1,9%	269.827	2,0%	156.082	1,1%	53.943	0,4%	72,9%	189,3%
Operações com resseguradoras	1.000.208	7,3%	861.092	6,3%	676.759	4,7%	590.022	4,7%	27,2%	14,7%
Corretores de resseguros e retrocessões	52.449	0,4%	49.383	0,4%	52.521	0,4%	39.259	0,3%	-6,0%	33,8%
Outros débitos operacionais	30.345	0,2%	29.766	0,2%	139.948	1,0%	172.127	1,4%	-78,7%	-18,7%
Depósitos de terceiros	69.511	0,5%	59.963	0,4%	45.958	0,3%	59.459	0,5%	30,5%	-22,7%
Cobrança antecipada de prêmios	69.511	0,5%	59.963	0,4%	45.958	0,3%	59.459	0,5%	30,5%	-22,7%
Provisões técnicas – resseguros e retrocessões	7.485.375	54,8%	7.829.131	57,6%	8.956.976	62,3%	7.679.581	60,7%	-12,6%	16,6%
Ramos elementares e vida em grupo	7.485.375	54,8%	7.829.131	57,6%	8.956.976	62,3%	7.679.581	60,7%	-12,6%	16,6%
Provisão de prêmios não ganhos	1.503.799	11,0%	1.498.083	11,0%	1.659.526	11,5%	1.405.627	11,1%	-9,7%	18,1%
Riscos vigentes emitidos	1.348.493	9,9%	1.326.449	9,8%	1.502.237	10,5%	1.245.477	9,9%	-11,7%	20,6%
Riscos vigentes não emitidos	155.306	1,1%	171.634	1,3%	157.289	1,1%	160.150	1,3%	9,1%	-1,8%
Sinistros a liquidar	4.422.407	32,4%	4.653 516	34,3%	5.923.334	41,2%	5.383.377	42,6%	-21,4%	10,0%
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.451.748	10,6%	1.577.065	11,6%	1.309.642	9,1%	796.515	6,3%	20,4%	64,4%
Outras provisões	107.421	0,8%	100.467	0,7%	64.474	0,4%	94.062	0,7%	55,8%	-31,5%
Não circulante	**1.016.194**	**7,4%**	**948.502**	**7,0%**	**981.960**	**6,8%**	**938.706**	**7,4%**	**-3,4%**	**4,6%**
Exigível a longo prazo	1.016.194	7,4%	948.502	7,0%	981.960	6,8%	938.706	7,4%	-3,4%	4,6%
Contas a pagar	778.018	5,7%	738.660	5,4%	682.314	4,7%	630.155	5,0%	8,3%	8,3%
Obrigações fiscais	397.654	2,9%	389.427	2,9%	353.107	2,5%	286.867	2,3%	10,3%	23,1%
Provisões para benefícios pós-emprego	372.181	2,7%	348.923	2,6%	328.897	2,3%	343.067	2,7%	6,1%	-4,1%
Outras contas a pagar	8.183	0,1%	310	0,0%	310	0,0%	221	0,0%	0,0%	40,3%
Débitos das operações com resseguros e retrocessões	789	0,0%	789	0,0%	789	0,0%	816	0,0%	0,0%	-3,3%
Outros débitos operacionais	789	0,0%	789	0,0%	789	0,0%	816	0,0%	0,0%	-3,3%
Provisões técnicas – resseguros e retrocessões	177.175	1,3%	150.880	1,1%	178.673	1,2%	151.165	1,2%	-15,6%	18,2%
Provisão de prêmios não ganhos	177.175	1,3%	150.880	1,1%	178.673	1,2%	151.165	1,2%	-15,6%	18,2%
Riscos vigentes emitidos	158.877	1,2%	133.594	1,0%	161.738	1,1%	133.942	1,1%	-17,4%	20,8%
Riscos vigentes não emitidos	18.298	0,1%	17.286	0,1%	16.935	0,1%	17.223	0,1%	2,1%	-1,7%
Outros débitos	60.212	0,4%	58.173	0,4%	120.184	0,8%	156.570	1,2%	-51,6%	-23,2%
Contingências fiscais	–	0,0%	–	0,0%	66.053	0,5%	62.708	0,5%	-100,0%	5,3%
Contingências trabalhistas	55.771	0,4%	53.732	0,4%	50.379	0,4%	47.914	0,4%	6,7%	5,1%
Contingências previdenciárias	–	0,0%	–	0,0%	–	0,0%	40.296	0,3%	0,0%	-100,0%
Outras provisões	4.441	0,0%	4 441	0,0%	3.752	0,0%	5.652	0,0%	18,4%	-33,6%
Patrimônio líquido	3.091.059	22,6%	3.328.217	24,5%	3.174.595	22,1%	2.953.932	23,4%	4,8%	7,5%
Capital social	1.953.080	14,3%	1.453.080	10,7%	1.453.080	10,1%	1.453.080	11,5%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	973.907	7,1%	1.535.821	11,3%	1.360.814	9,5%	1.256.863	9,9%	12,9%	8,3%
Ajustes de avaliação patrimonial	(45.647)	-0,3%	(65.289)	-0,5%	(80.405)	-0,6%	(28.788)	-0,2%	-18,8%	179,3%
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	–	0,0%	417.561	3,1%	454.062	3,2%	285.733	2,3%	-8,0%	58,9%
Ações em tesouraria	(12.956)	-0,1%	(12.956)	-0,1%	(12.956)	-0,1%	(12.956)	-0,1%	0,0%	0,0%
Lucros acumulados	222.675	1,6%	–	0,0%	–	0,0%	–	0,0%	0,0%	0,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	**13.648.630**	**100,0%**	**13.585.195**	**100,0%**	**14.368.448**	**100,0%**	**12.641.395**	**100,0%**	**-5,5%**	**13,7%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante

Em 31 de março de 2017, o ativo circulante era de R$ 8.004,6 milhões, em comparação com R$ 7.180,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 58,6% em 31 de março de 2017 e 52,9% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R$ 824,4 milhões ou 11,5%, decorreu, principalmente, de uma realização pontual de recursos financeiros em aplicações de longo prazo (LFTs e NTNs), visando obter uma maior rentabilidade na carteira.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2017, o ativo não circulante era de R$ 5.644,0 milhões, em comparação com R$ 6.405,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 41,4% em 31 de março de 2017 e 47,1% em 31 de dezembro de 2016. Essa queda, de R$ 761,0 milhões ou 11,9%, deve-se, principalmente, à mesma explicação mencionada nos comentários do Ativo Circulante.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2017, o passivo circulante era de R$ 9.541,4 milhões, em comparação com R$9.308,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 69,9% em 31 de março de 2017 e 68,5% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R$232,9 milhões ou 2,5%, decorreu de um maior volume de operações com resseguradoras, principalmente, em função do aumento de operações de retrocessão, em linha com as práticas de pulverização de riscos da Companhia.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2017, o passivo não circulante era de R$ 1.016,2 milhões, em comparação com R$ 948,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 7,4% em 31 de março de 2017 e 7,0% em 31 de dezembro de 2016 mantendo-se assim praticamente estável.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2017, o patrimônio líquido era de R$ 3.091,1 milhões, em comparação com R$ 3.328,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se assim estável.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante era de R$ 7.180,2 milhões, em comparação com R$ 8.633,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 52,9% em 31 de dezembro de 2016 e 60,1% em 31 de dezembro de 2015. Esta redução de R$ 1.452,9 milhões ou 16,8%, decorreu principalmente de uma menor alocação de aplicações financeiras de curto prazo (quotas de fundos de investimentos não exclusivos), visando obter uma maior rentabilidade na carteira.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante era de R$ 6.405,0 milhões, em comparação com R$ 5.735,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 47,1% em 31 de dezembro de 2016 e 39,9% em 31 de dezembro de 2015. Este aumento de R$ 669,6 milhões ou 11,7%, decorreu principalmente de uma alocação de recursos em aplicações financeiras de longo prazo (LTNs e NTN-B), visando obter uma maior rentabilidade na carteira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante era de R$ 9.308,5 milhões, em comparação com R$ 10.211,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 68,5% em 31 de dezembro de 2016 e 71,1% em 31 de dezembro de 2015. Da queda de R$ 903,4 milhões, ou 8,8%, destaca-se, principalmente, a queda no volume de provisões de sinistros a liquidar que inclusive, colaborou para reduzir a taxa de sinistralidade entre os períodos em questão.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante era de R$ 948,5 milhões, em comparação com R$ 982,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 7,0% em 31 de dezembro de 2016 e 6,8% em 31 de dezembro de 2015 mantendo-se assim estável.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido era de R$ 3.328,2 milhões, em comparação com R$ 3.174,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação de R$ 153,6 milhões, ou 4,8%, decorreu principalmente de uma maior constituição de reservas de lucros registrada em 2016.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante era de R$ 8.633,1 milhões, em comparação com R$ 8.086,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 60,1% em 31 de dezembro de 2015 e 64,0% em 31 de dezembro de 2014. Este aumento, de R$ 546,4 milhões ou 6,8%, decorreu, principalmente, de um incremento de ativos de retrocessão que funcionam como recuperação das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos, mas não avisados.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante era de R$ 5.735,4 milhões, em comparação com R$ 4.554,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 39,9% em 31 de dezembro de 2015 e 36,0% em 31 de dezembro de 2014. Este aumento, de R$ 1.180,7 milhões ou 25,9%, deve-se principalmente a maior alocação de recursos em aplicações financeiras de longo prazo, visando obter uma maior rentabilidade na carteira.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante era de R$ 10.211,9 milhões, em comparação com R$ 8.748,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 71,1% em 31 de dezembro de 2015 e 69,2% em 31 de dezembro de 2014. Este aumento, de R$ 1.463,1 milhões ou 16,7%, decorreu de um maior volume de constituição de provisões de prêmios não ganhos, de provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos, mas não avisados.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo não circulante era de R$ 982,0 milhões, em comparação com R$ 938,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 6,8% em 31 de dezembro de 2015 e 7,4% em 31 de dezembro de 2014 mantendo-se assim praticamente estável.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido era de R$ 3.174,6 milhões, em comparação com R$ 2.953,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, mantendo-se assim praticamente estável.

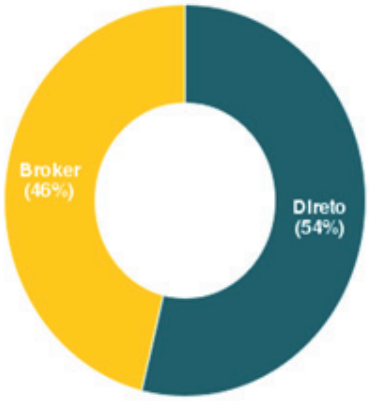
10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(I) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita composta de prêmios de resseguro nos segmentos de Operações de Resseguro e Retrocessão no Brasil e de Operações de Resseguro e Retrocessão no Exterior. Em ambos os segmentos a Companhia trabalha nas linhas: Patrimonial, Riscos Especiais, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos Financeiros, Vida, Habitacional, Rural, Marítimos e Aeronáuticos. Os contratos de resseguro são segregados nas modalidades Facultativos e Automáticos, sendo a composição desses na receita da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de 79,4% e 20,6% e no período de três meses findo em 31 de março de 2017 de 88,2% e 11,8% respectivamente.

Em termos de canal de distribuição, os citados contratos podem ser celebrados de maneira direta, com as cedentes, ou por intermediação de corretores de resseguro (*Broker*). No período de três meses encerrado em 31 de março de 2017, a composição da receita, segundo o canal de venda, apresentava a seguinte proporção no Brasil:

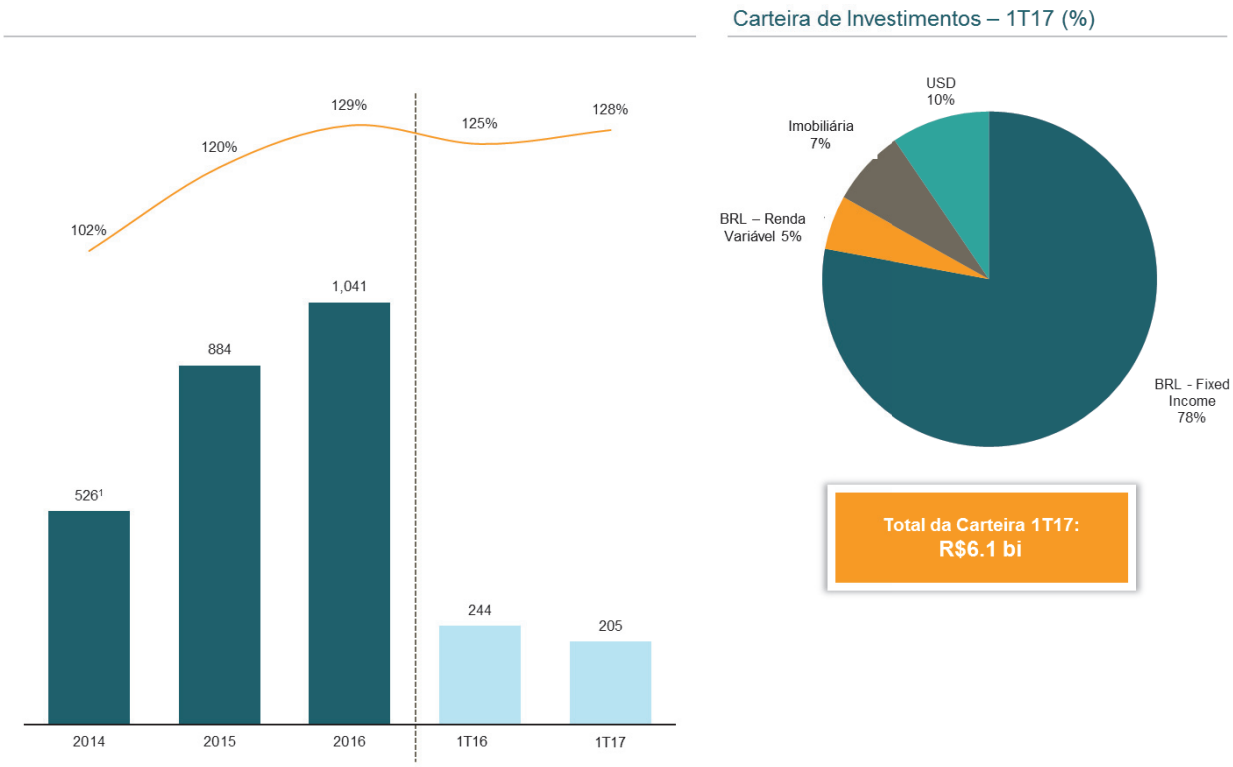


(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Com a privatização, a Administração entende que a Companhia se tornou mais eficiente, reduzindo despesas e rentabilizando melhor a carteira de investimentos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado Financeiro e Patrimonial (R$ milhões) e Retorno da carteira de Investimentos (% do CDI)

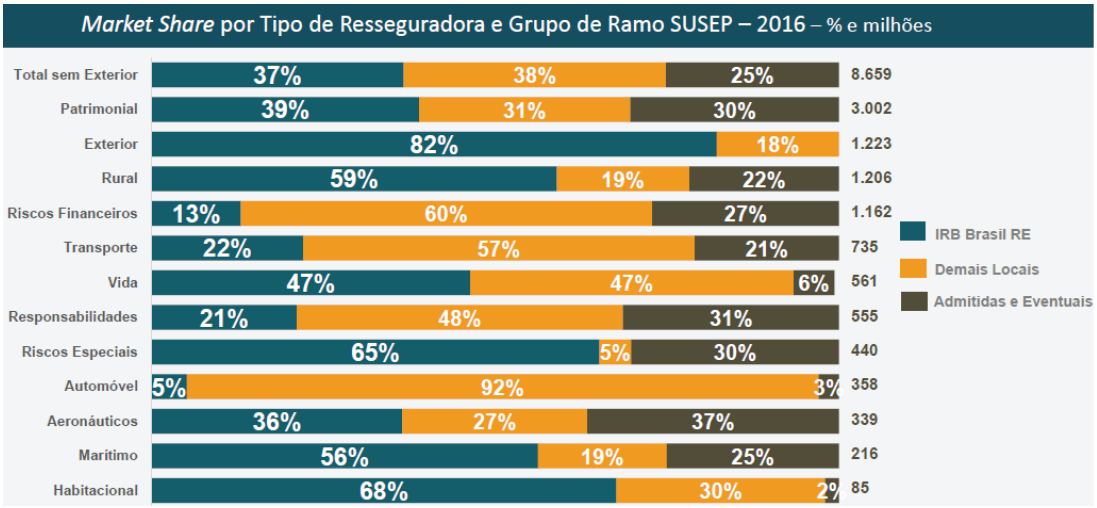


1 Resultado recorrente.

Ademais dos resultados apresentados, é importante destacar que a privatização da Companhia estabeleceu um novo cenário com maior flexibilidade para investimentos, programa de retenção de talentos e renovação da plataforma tecnológica.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Administração entende que a atuação da companhia no segmento de resseguros e retrocessão no Brasil se caracteriza por uma participação relevante e diversificada, o que se comprova pela condição de liderança em dez* das doze linhas de negócio do mercado em 2016.



* Vida engloba os Grupos Pessoas Individual e Pessoas Coletivo.

A atuação em todas as linhas de negócio possibilitou a otimização da carteira baseada no *cross-selling* junto aos principais clientes (acionistas e seguradoras de conglomerados financeiros). O relacionamento com os corretores, consolidado ao longo do tempo, alternando a condição de cliente e de fornecedor, possibilitou a criação de parcerias no desenvolvimento da carteira de riscos no exterior. Tais riscos permitem uma maior diversificação da carteira, com incremento de receita.

Além disso, nos últimos anos, a Companhia mudou toda a sua plataforma tecnológica, tanto no *backoffice* quanto no *frontoffice*, o que possibilitou maior controle e governança da operação. Como resultado, a Companhia foi capaz de alcançar um ROAE de 26%, 25% e 14% em 2016, 2015 e 2014 respectivamente.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação. Cabe destacar que os impactos causados nas receitas da Companhia ocasionados pelas modificações descritas neste item não afetarão exclusivamente a Companhia, podendo impactar o mercado como um todo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do cambio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia são impactados por variações nos preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Cabe destacar que os impactos causados nas receitas da Companhia ocasionados pelas modificações descritas neste item não afetarão exclusivamente a Companhia, podendo impactar o mercado como um todo.

Os ativos e passivos referentes aos riscos aceitos em moedas diferentes da moeda nacional são mantidos na moeda dólar, minimizando assim o efeito de eventuais oscilações cambiais.

Ao mesmo tempo que um aumento de inflação tende a reduzir a receita de resseguro da Companhia e do mercado, como um todo, impacta positivamente o resultado financeiro, tendo em vista o consequente aumento da taxa de juros. Em contrapartida, a redução da inflação poderá incrementar a receita no segmento de resseguro. Como resultado, a Companhia considera que está relativamente protegida dos riscos de elevação da taxa de inflação.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de linha de negócio

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2017, a introdução ou alienação de qualquer linha de negócio da Companhia, ou seja, de unidade geradora de caixa.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2017, constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico.

No exercício social de 2016 foi constituída a empresa de gestão de ativos e empreendimentos imobiliários, o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. que ao longo do ano incorporou a participação em cinco shoppings centers, dois terrenos no Centro do Rio de Janeiro e alguns imóveis de renda localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. A Companhia acredita que por meio de uma gestão especializada e focada, a constituição dessa nova empresa imobiliária permitirá à Companhia extrair mais valor desses ativos para os seus acionistas.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2017, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas, assim como no exercício social corrente.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração informa que as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e que a aplicação deste conjunto de normas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, quando aplicável.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo.

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ao final de cada período de reporte, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir, ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de *impairment* de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de impairment de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

A Administração entende que o objetivo social da Companhia é obter lucros e a renda gerada está sujeita ao pagamento de tributos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela Companhia no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela Companhia, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos tributos sobre os lucros registrados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que os contratos de resseguro da Companhia são contabilizados no início da cobertura de risco mantendo essa caracterização até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem.

Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

A Companhia detém ativos imobiliários destinados à renda, que são objetos de locação e utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o IAS 40) para avaliação destes ativos. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV. Os ativos imobiliários são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração informa que a Companhia possui provisões técnicas constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e as respectivas notas técnicas atuariais, sendo elas:

(a) Provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE), constituída pela parcela não decorrida de prêmios emitidos no período. Tem por objetivo estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pela Companhia e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurada a partir de metodologia descrita em nota técnica atuarial.

(b) Provisão de sinistros a liquidar (PSL), constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

(c) Provisão para sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica atuarial e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data base de cálculo.

(d) Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica atuarial e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros já ocorridos e não são do conhecimento da Companhia.

(e) Provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

(f) Provisão de despesas relacionadas (PDR), destinadas às despesas próprias referentes a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

A abordagem do Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - LAT) nas demonstrações financeiras da Companhia segue as melhores práticas consideradas por esta Administração no que se refere às premissas e metodologia, bem como de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

De forma geral, os valores são apurados com base em métodos e hipóteses definidas pelo atuário e validadas pela Administração, refletindo o valor atual da melhor estimativa, na data base de cálculo, das obrigações futuras decorrentes das operações da Companhia.

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

A Administração acompanha sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

Por fim, a Administração comenta que as provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas avaliações do departamento jurídico da Companhia, dos consultores legais independentes e do acompanhamento sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível operacional estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são corrigidos pela taxa Selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao período de seis meses findo em 31 de março de 2017.

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações consideradas relevantes referentes ao desempenho operacional da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

Contudo, um passo importante concretizado no ano de 2016 foi a atualização do Planejamento Estratégico da Companhia, com o “Projeto Avançar 2017 – 2019”. De uma forma inovadora e colaborativa, lançando mão de técnicas de cocriação e design thinking, o projeto teve como objetivo revisar e elaborar a nossa missão, visão e valores, além de estabelecer o mapa estratégico da Companhia que permeará nossas atividades até 2019. Durante três meses, executivos e colaboradores em geral foram mobilizados para desenhar os percursos da empresa para um futuro próximo. As contribuições para o projeto foram anunciadas na primeira quinzena de janeiro de 2017 no Museu do Amanhã na cidade do Rio de Janeiro.

O apoio a projetos sociais também foi reforçado em 2016, pois a Companhia e seus diretores reconhecem a importância na condução dos negócios o estímulo aos talentos dos colaboradores, o que está expresso explicitamente em ao menos dois dos seis valores da Companhia: Reconhecimento e Espírito de Equipe. Foi dada a sequência a dois importantes programas de desenvolvimento profissional, o de inserção de portadores de deficiência e o Jovem Aprendiz, além da Operação Equilíbrio, voltada à promoção da saúde e do bem-estar entre nossos colaboradores. Patrocinamos ainda vários projetos culturais, como a exposição de Picasso, os Teatros Riachuelo e Maison de France, bem como o espetáculo teatral Cinderella, entre outros, e eventos esportivos como o torneio de tênis Rio Open e as corridas do Circuito das Estações. São ações cujos resultados aparecem também internamente: na Pesquisa de Clima de 2016 que apresentou índice de favorabiliade de 76%, com adesão de 90% dos colaboradores, o Orgulho de trabalhar na Companhia foi citado como uma das dimensões mais valorizada. Do total de respondentes, 94% afirmaram que a empresa “dá oportunidade de participar em atividades de ação social ou comunitária”. Ainda na esfera social a Companhia fechou parcerias com o Hospital GRAACC, O Lar Divino Amigo, o Instituto Olga Kos de Inclusão Social, o Centro de Tratamento Fabiana Macedo de Morais do Grupo de Assistência à Criança com Câncer e o Hospital de Câncer de Barretos, todos no estado de São Paulo, e com o Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba. Nosso Programa de Voluntariado, com quatro frentes de atuação, realizou diversas campanhas de conscientização de boas práticas entre nossos colaboradores, como a da gestão eficiente de resíduos no Dia do Descarte.

A Companhia alocou R$2,3 milhões de despesas com publicidade e propaganda nos três primeiros meses de 2017, conforme nota explicativa 24.6 das Informações Trimestrais e o montante de R$11,6 milhões no ano de 2016, conforme nota explicativa 23.6 das Demonstrações Financeiras.

No que se refere ao aspecto tributário, em 20.01.2017, a Receita Federal publicou a Solução de Consulta N° 062, que informa sobre o tratamento tributário aplicável aos Resseguradores Locais, Admitidos e Eventuais. De acordo com a referida Consulta, tanto os Resseguradores Locais quanto os Resseguradores Admitidos estão sujeitos: (i) ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, apurado pelo lucro real; (ii) à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à alíquota aplicável às pessoas jurídicas de seguros privados; (iii) à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep nas receitas auferidas em operações com cedentes domiciliadas no país; e (iv) à incidência de COFINS nas receitas auferidas em operações com cedentes domiciliadas no país.

Sobre a referida norma, a Companhia declara que cumpre integralmente o estabelecido desde o início da vigência da mesma em suas operações de resseguro e retrocessão, não havendo riscos tributários relacionados a mesma, sejam pretéritos ou presentes.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- **(a) atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio**

De acordo com o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por oito membros titulares e respectivos suplentes, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes. Ademais, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, pelo menos três membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, além de outras matérias previstas em lei e no próprio Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre os assuntos de interesse da Companhia, especialmente: (a) fixação da orientação geral, objetivos e metas dos negócios, particularmente quanto às operações definidas no Estatuto Social e na legislação em vigor, fazendo o necessário acompanhamento; (b) convocação da Assembleia Geral de Acionistas, quando julgar necessário, ou nos casos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"); (c) proposta, para a Assembleia Geral de Acionistas, da destinação dos lucros e da forma de distribuição de dividendos da Companhia e/ou de suas Controladas; (d) distribuição de dividendos intercalares e intermediários, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços anuais, semestrais ou intermediários, na forma do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas da Companhia e/ou suas controladas; (e) fixação do prazo para pagamento de dividendos pela Companhia e/ou suas controladas; (f) fixação da remuneração de cada administrador da Companhia de acordo com a remuneração global dos administradores definida pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia; (g) resgate, recompra, amortização, permuta ou aquisição de ações e/ou outros ativos mobiliários da Companhia e/ou suas Controladas para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (h) qualquer transferência, venda, licenciamento ou renúncia de tecnologia, patentes, marcas registradas, informações técnicas, segredos de indústria e know-how detidos pela Companhia e/ou suas Controladas para quaisquer terceiros; (i) definição das políticas de contratação e de remuneração dos administradores da Companhia e/ou suas Controladas; (j) aprovação do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de sócia, em qualquer reunião de sócios ou assembleias gerais de acionistas de suas Controladas e coligadas; (k) atribuição de bonificação em ações e decisão sobre eventual grupamento ou desdobramento de ações da Companhia e/ou de suas Controladas, sujeita à aprovação da Assembleia Geral da Companhia; (l) prestação de garantias em favor de terceiros pela Companhia e/ou suas Controladas, exceto se em favor de Controlada da Companhia quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; (m) escolha e destituição do(s) titular(es) da Auditoria Interna; (n) designação ou destituição do Auditor Independente da Companhia; (o) excetuadas operações comerciais usuais de seguros e resseguros praticadas pela Companhia em condições de mercado, celebração de qualquer ato ou negócio jurídico pela Diretoria da Companhia e/ou suas Controladas, cujo valor individual, ou agregado considerando o período de um ano, supere a quantia de R$ 250.000.000,00, corrigida pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da aprovação do Estatuto Social.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) aprovação da indicação de representantes da Companhia nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil (PREVIRB); (ii) indicação, nomeação e destituição dos membros dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, bem como indicação do Presidente do Comitê de Auditoria; (iii) proposta para a Assembleia Geral de qualquer operação de fusão, cisão, incorporação ou conversão em novo tipo societário da Companhia; (iv) qualquer investimento pela Companhia e/ou suas Controladas que seja caracterizado como um investimento relevante (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações) ou de quaisquer direitos relacionados a tais participações; (v) operações da Companhia e/ou suas Controladas, de um lado, com quaisquer Partes Relacionadas, do outro, e observado o que dispuser a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia então em vigor, aprovada pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 25, inciso XXXVI do Estatuto Social da Companhia; (vi) participação da Companhia e/ou suas Controladas em acordos de acionistas, consórcios, grupos de sociedades, joint ventures ou quaisquer outras formas associativas, ressalvado o resseguro eventualmente assumido em consórcio com outras resseguradoras; (vii) aprovação de qualquer operação de endividamento ou de emissão de valores mobiliários representativos de dívida, conversíveis ou não em ações de emissão da Companhia e/ou suas Controladas, que representem obrigação para a Companhia e/ou suas Controladas que representem mais de 10% do seu respectivo patrimônio líquido; (viii) aprovação pela Companhia e/ou suas Controladas de emissão de bônus de subscrição, de ofertas públicas de valores mobiliários; (ix) proposta para a criação ou mudança de espécie, classe, características ou direitos de ações emitidas pela Companhia e/ou suas Controladas, com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados, com exceção da *Golden Share*; (x) criação de subsidiárias e filiais pela Companhia e/ou por suas Controladas; (xi) prestação de garantias reais pela Companhia e/ou suas Controladas, em valor individual, ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de um ano, superior a 10% do seu respectivo patrimônio líquido; (xii) aprovação do Plano Anual de Negócios e suas alterações; (xiii) definição e alteração das políticas de investimentos da Companhia e/ou de suas Controladas; (xiv) definição e alteração das demais políticas operacionais de resseguros, inclusive nos limites dos riscos e nas linhas de negócios que possam vir a ser assumidos pela Companhia; (xv) aquisição ou alienação de carteiras de resseguro em run off, no Brasil ou no exterior; (xvi) aquisição, alienação, transferência, cessão, oneração ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, de bens integrantes dos subgrupos “investimentos” e “imobilizados” da Companhia e/ou suas Controladas, que representem mais de 2% do seu respectivo patrimônio líquido; (xvii) aprovação do Orçamento Anual e suas alterações;(xviii) aprovação e modificação da estrutura organizacional da Companhia, criação e definição de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos respectivos regimentos internos e definição da política de alçadas;(xix) aprovação e modificação dos Planos de Cargos, Salários, Vantagens e Benefícios dos empregados e do regulamento de pessoal da Companhia, observada a legislação vigente; (xx) alteração das políticas contábeis e das práticas de divulgação de informações da Companhia e/ou de suas Controladas, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; (xxi) aprovação e alteração da política de transações com Partes Relacionadas da Companhia e/ou de suas Controladas; (xxii) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xxiii) definição de lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; (xxiv) fixação do orçamento anual do Comitê de Auditoria; (xxv) eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia e de outras sociedades nas quais a Companhia seja acionista ou quotista, no país e/ou no exterior, bem como a fixação de suas atribuições; (xxvi) indicação de representantes, sejam ou não administradores, nas sociedades nas quais a Companhia seja acionista ou quotista, no país e no exterior; (xxvii) matérias para as quais a União detenha direito de veto, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia; e (xxviii) o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

De acordo com o Regimento Interno, além das atribuições estatutárias, compete ainda ao Conselho de Administração: (i) aprovar as políticas corporativas; (ii) aprovar o Código de Ética e Conduta da Companhia; (iii) por qualquer de seus membros, fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos, obtendo cópias sempre que assim achar necessário.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretoria

Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria da Companhia será composta por no mínimo três e, no máximo, nove membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e, caso aplicável, até seis Diretores sem designação específica. O mandato dos Diretores será unificado de um ano, sendo permitida a reeleição, e os Diretores poderão cumular mais de uma das funções indicadas acima.

Compete à Diretoria da Companhia, de acordo com o Estatuto Social: (a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral de Acionistas, e baixar normas sobre a organização e o funcionamento das atividades da Companhia, inclusive as de natureza administrativa; (b) aprovar e fazer executar, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades da Companhia e os respectivos orçamentos; (c) orientar operações, serviços e investimentos da Companhia, bem como seu programa, orçamento e execução; (d) autorizar a alienação de bens, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a transação ou abatimento negocial, podendo, conforme normas estabelecidas, delegar poderes com limitação expressa, naquilo que não estiver na alçada do Conselho de Administração; (e) encaminhar ao Conselho de Administração, com periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria, as contas, relatórios e demonstrações financeiras, para os fins previstos em lei; (f) remeter ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras, documentos e informações necessários ao desempenho das atribuições do referido órgão fiscalizador dos atos de gestão da Companhia, com a periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria; (g) distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, e segundo a legislação vigente; (h) propor ao Conselho de Administração a estruturação organizacional da Companhia, bem como suas alterações; (i) propor ao Conselho de Administração a criação, instalação e supressão de filiais ou agências, escritórios, dependências e outros estabelecimentos, no País e no exterior; (j) examinar e propor ao Conselho de Administração participações da Companhia em empresas no País ou no exterior; (k) decidir sobre casos extraordinários, observadas as competências do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas; (l) propor ao Conselho de Administração a indicação de representantes da Companhia nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da PREVIRB; e (m) fixar normas para as operações não previstas no Estatuto Social, porém permitidas por disposições legais e regulamentares.

No momento, a Diretoria não possui regimento interno que contemple atribuições adicionais ao estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente e será constituído de 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição.

Vale destacar que a Companhia se comprometeu a realizar Assembleia Geral de Acionistas com o objetivo de promover as alterações requeridas pela SUSEP no Estatuto Social, com sua consequente consolidação, visando o aprimoramento da Governança Corporativa da Companhia. As alterações solicitadas referem-se à: (i) adequação do artigo 35 do Estatuto Social, que trata da composição do Conselho Fiscal, ao fixado pelo §1° do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) inclusão, no artigo 32 e seguintes do Estatuto Social, das atribuições e poderes do Diretor Financeiro, do Diretor de Relações com Investidores e dos Diretores sem designação específica, conforme o inciso IV do artigo 143 da Lei nº 6.404/1976. Tal Assembleia foi convocada no dia 24 de julho e será realizada em 18 de agosto de 2017.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Conselho Fiscal, de acordo com seu Regimento Interno: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração relativas à modificação do capital social, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vi) examinar e opinar formalmente sobre as demonstrações financeiras contábeis anuais; (vii) deliberar sobre seu próprio Regimento Interno; (viii) assistir às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar (incisos ii, iii, e vi deste artigo); (ix) fornecer ao acionista ou grupo de acionistas que representem no mínimo 5% do capital social informações sobre matérias de sua competência, quando solicitadas; (x) reunir-se com a auditoria interna, para acompanhar os resultados dos trabalhos; (xi) solicitar aos auditores independentes da Companhia esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos, quando necessário; (xii) formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Estatutária que indique, para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, 3 (três) peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá 1 (um), cujos honorários serão pagos pela Companhia, nos termos do § 8º do art. 163 da Lei nº 6.404/76; (xiii) fazer-se representar por, pelo menos, um dos seus membros nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas, em conformidade com o disposto em Lei; (xiv) praticar outros atos de sua competência, fixados na legislação em vigor.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, quando instalado, será regido pelos artigos 45 a 48 do Estatuto Social da Companhia e pelo disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução da CVM nº 308/1999, conforme alterada pela Instrução CVM nº 509/2011.

O Comitê será composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos alternados de até três anos, sendo um membro integrante do Conselho de Administração que não participe da Diretoria e os demais membros não-vinculados à administração da Companhia. São atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria aquelas definidas pelo CNSP, ou outras determinadas pela legislação ou regulamentação que rege a matéria, ou, ainda, pelo Conselho de Administração, observado o escopo de sua atuação. O funcionamento e atribuições do Comitê de Auditoria serão regulados por seu regimento interno, podendo o referido Comitê fazer propostas de alteração, as quais deverão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

De acordo com o Regimento Interno, são atribuições do Comitê, além de outras previstas na legislação própria: (i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento e submetê-las à aprovação do Conselho de Administração; (ii) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessária; (iii) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; (iv) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos do IRB Brasil RE; (v) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas; (vi) avaliar o cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (vii) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (viii) recomendar ao Conselho de Administração correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (ix) verificar, quando das reuniões trimestrais com a Presidência, auditores externos e internos, o cumprimento de suas recomendações ou esclarecimento a indagações; (x) apreciar, previamente à aprovação do Conselho de Administração, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; (xi) opinar sobre a metodologia de cálculo das provisões técnicas; (xii) reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (xiii) cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; (xiv) ter acesso irrestrito aos membros da Diretoria Estatutária e às informações relevantes para as análises; (xv) avaliar o cumprimento de Leis, normas e regulamentações aplicáveis, certificando-se que todos os assuntos relativos a este cumprimento foram considerados tanto na fase de elaboração dos planos de negócio quanto na preparação das demonstrações financeiras; e (xvi) caso o Conselho de Administração solicite, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A composição do referido Comitê está descrita no item 12.7/12.8

Comitê de Governança Corporativa

Comitê de caráter consultivo, tem por finalidade a definição e propositura de práticas de governança corporativa em todas as esferas da Companhia, voltadas ao relacionamento entre acionistas, Administração e terceiros vinculados à Companhia, ou seja, seus stakeholders, visando à otimização do desempenho e ao aumento do valor da Companhia. O comitê deve responder e reportar suas atividades ao Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Coordenador do Comitê.

De acordo com o Regimento Interno, são atribuições do Comitê: (i) analisar e encaminhar à consideração do Conselho de Administração propostas de medidas visando ao aperfeiçoamento e zelando pela efetiva adoção das boas práticas de governança corporativa do IRB Brasil RE, incluindo a revisão e acompanhamento do fiel cumprimento do Código de Ética e Conduta, das políticas corporativas, exceto aquelas de cunho operacional e financeiro; (ii) acompanhar o processo de implantação das medidas de governança corporativa aprovadas pelo Conselho de Administração; (iii) incentivar a difusão da cultura de governança corporativa no âmbito do IRB Brasil RE; (iv) avaliar a efetiva implementação das recomendações de melhoria nas práticas de governança corporativa pelos gestores da Companhia; (v) posicionar, regularmente, o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê e fazer as recomendações que julgar apropriadas ao melhor cumprimento de suas atribuições; (vi) analisar as propostas de alteração da estrutura organizacional da Companhia, previamente à deliberação do Conselho de Administração, assegurando a efetividade da estrutura administrativa, mediante o estabelecimento das funções e responsabilidades dos órgãos da Administração, quais sejam, Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês; (vii) avaliar a estrutura de gestão e processos decisórios, para que estes estejam compatíveis com sua natureza e complexidade, resguardando a segregação de função; (viii) assegurar os direitos dos acionistas e garantir seu efetivo exercício; (ix) acompanhar a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos e de auditoria interna, acompanhando o cumprimento às legislações, regulamentações aplicáveis e Políticas Internas; (x) avaliar a divulgação voluntária de atos e fatos relevantes que possam afetar o valor da Companhia, de modo que estes sejam divulgados com transparência, fidúcia e acessibilidade; (xi) emitir recomendação ao Conselho de Administração, quando julgar necessário, sobre situações de potenciais conflitos de interesse, em especial nas negociações com partes relacionadas; e (xii) rever e propor ao Conselho de Administração, a atualização deste regimento, quando necessário.

O Comitê é formado por até 7 membros, sendo 4 com suplentes, tendo a seguinte composição: Daniel Henrique de Souza Diniz (titular) e Claudia Elisa Radke Schwarz (suplente), representantes da BB Seguridade; Rodrigo Parente Vives (titular) e Eric Lisboa Coda Dias (suplente), representantes da União; Ivan Luiz Gontijo Junior (titular) e Valdinei Donizete Silva (suplente), representantes da Bradesco Seguros; Patrícia Vietri Thomazelli Magalhães Fonseca (titular) e Leon Gottlieb (suplente), representantes do Grupo Itaú; Fernando Henrique Augusto (titular), representante do FIP; e Lucia Maria da Silva Valle (coordenadora), Vice-Presidente de Riscos e Compliance do IRB Brasil RE.

Comitê de Investimentos / Comitê Financeiro

Comitê de caráter consultivo, tem por finalidade analisar as operações financeiras, recomendar ações de melhoria de gestão financeira e acompanhar a implementação dessas medidas, reportando os resultados ao Conselho de Administração na periodicidade definida por este colegiado. O comitê responde e reporta suas atividades ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente ou do Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia.

De acordo com o Regimento Interno, são atribuições do Comitê: (i) analisar conjuntura e cenários econômico-financeiros; (ii) manifestar-se sobre as propostas de orçamento anual e de ações para o exercício, previamente à deliberação do Conselho de Administração; (iii) analisar resultados operacionais, financeiros e patrimoniais, com vistas a avaliar a eficácia da gestão de recursos e orientar eventuais ações corretivas necessárias; (iv) avaliar a compatibilidade entre as diretrizes estratégicas da Companhia e o desempenho financeiro; (v) recomendar a alocação do portfólio de investimentos, observando-se o resultado corporativo, sua adequação aos ramos operacionais e respectivas reservas técnicas, bem como o cenário econômico-financeiro; (vi) avaliar a compatibilidade entre a remuneração dos acionistas e o orçamento anual da Companhia; (vii) manifestar-se sobre investimentos relevantes previamente à deliberação do Conselho de Administração; (viii) avaliar as propostas de alteração da Política de Investimentos da Companhia, previamente à deliberação do Conselho de Administração; (ix) supervisionar a execução de contratos com partes relacionadas; e (x) examinar outros assuntos relacionados a contabilidade, orçamento, tesouraria e investimentos.

A composição do referido Comitê está descrita no item 12.7/12.8

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitê de Subscrição

Comitê de caráter consultivo, tem por finalidade analisar a Política de Subscrição e recomendar diretrizes de aceitação de riscos do Brasil e do exterior e de retrocessão da Companhia, observadas as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pelo Conselho de Administração. O comitê deve responder e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, por intermédio do Vice-Presidente de Resseguros.

De acordo com o Regimento Interno são atribuições do Comitê: (i) avaliar o desempenho das gerências de subscrição; (ii) analisar comparativamente a evolução da carteira de cada ramo de negócio; (iii) proceder análises de benchmark para recomendar aprimoramentos na subscrição dos negócios; (iv) analisar a composição do portfólio visando recomendar a adequação da capacidade de cada linha de negócio; (v) recomendar diretrizes para otimização da relação risco-retorno do portfólio; (vi) analisar relatórios estatísticos com vistas a recomendar a revisão dos guidelines de subscrição; (vii) analisar dados relevantes para a aceitação de riscos e recomendar, quando necessário, a revisão da política de subscrição, inclusive quanto à subscrição de riscos do Brasil e do exterior; (viii) recomendar, quando necessário, a revisão da política de retrocessão do IRB Brasil RE, inclusive quanto à critérios de intermediação através dos corretores de resseguros; (ix) recomendar critérios de seleção de clientes; (x) propor alterações deste regimento interno para aprovação pelo Conselho de Administração do IRB Brasil RE; e (xi) opinar sobre outras matérias relacionadas com a subscrição ou retrocessão de riscos.

O Comitê é formado por 7 membros, sendo 4 com suplentes, tendo a seguinte composição: Eduardo Vicente Jeronymo Menezes (titular) e Saint Clair Pereira Lima (suplente), representantes da Bradesco Seguros; Leon Gottlieb (titular), representante do Grupo Itaú; Wady José Mourão Cury (titular) e Fernando Robson Zamboim (suplente), representantes da BB Seguridade; Pedro Ivo Ferreira de Souza Júnior (titular) e Orlando Cesar de Souza Lima (suplente), representantes da União); José Carlos Cardoso, Vice-Presidente de Resseguros do IRB Brasil RE, Daniel da Silva Veiga (titular), Diretor de Specialties do IRB Brasil RE, e José Farias, Diretor de Property & Casulaty do IRB Brasil RE.

Comitê de Remuneração

Comitê de caráter consultivo, tem por finalidade a definição e propositura de políticas de remuneração dos administradores da Companhia, abrangendo os diretores estatutários, os membros do Conselho de Administração e os membros dos demais conselhos e comitês estatutários, quando aplicável. Adicionalmente a esta função, será responsabilidade deste comitê, sempre que solicitado pelo Conselho de Administração, a revisão e/ou elaboração de novas propostas ou ajustes nos modelos existentes de remuneração para empregados, visando o alinhamento de tais programas aos objetivos estratégicos da Companhia. O comitê deve responder e reportar suas atividades ao Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Coordenador do comitê.

De acordo com o Regimento Interno, são atribuições do Comitê: (i) elaborar a política de remuneração de administradores da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Companhia; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a sociedades congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Companhia; (viii) analisar e encaminhar à consideração do Conselho de Administração propostas de modelos de remuneração e benefícios para os demais empregados conforme solicitação específica do Conselho de Administração; (ix) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração relatório anual, referente ao exercício anterior, sobre as principais características da política de remuneração da Companhia, os critérios usados para mensuração do desempenho e outras informações relevantes sobre o tema; e (x) rever e propor ao Conselho de Administração, a atualização deste regimento, quando necessário.

A composição do referido Comitê está descrita no item 12.7/12.8

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitê Executivo de Gestão de Riscos

Comitê de caráter consultivo, tem por finalidade dentre outras atribuições monitorar, revisar políticas e auxiliar na definição da filosofia geral da Companhia no tocante ao estabelecimento de limites de exposição à riscos, observadas as diretrizes estabelecidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. O Comitê deve responder e reportar suas atividades à Diretoria da Companhia, dando-se ciência de suas atividades, por meio de relatório semestral de atividades ao Conselho de Administração.

De acordo com o Regimento Interno, são atribuições do Comitê: (i) acompanhar e avaliar o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos da organização; (ii) avaliar a efetividade do processo de gerenciamento de riscos no âmbito da organização; (iii) analisar e propor a aprovação das metodologias de gerenciamento de riscos adotadas e avaliar os relatórios de mensuração e ações mitigadoras; (iv) validar e submeter à aprovação da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração: a) políticas e diretrizes inerentes ao gerenciamento dos riscos; b) propostas de limites de tolerância à exposição a riscos, de formas global e segregada por categoria; e c) resultados das revisões exercidas sobre as políticas e estruturas para o gerenciamento de riscos, observando, a periodicidade estabelecida; (v) propor diretrizes ou ações, visando o enquadramento, a adequação e a mitigação dos riscos que apresentam níveis acima do tolerado; (vi) avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, bem como assegurar as condições de controle de riscos;(vii) reportar à Diretoria Estatutária as posições de riscos no âmbito da Organização, assim como as alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e o status dos planos de continuidade de negócios; (viii) avaliar a qualidade e efetividade das decisões tomadas para gerir os riscos; (ix) tomar conhecimento dos trabalhos executados pelas auditorias interna e externa, bem como órgãos de fiscalização e controle internos e externos, pertinentes à gestão de riscos; (x) posicionar regularmente a Diretoria Estatutária sobre as atividades do Comitê; e (xi) rever e propor alterações deste Regimento Interno para aprovação pela Diretoria Estatutária do IRB Brasil RE, quando necessário.

O Comitê é formado por 8 membros, sendo 5 com suplentes, tendo a seguinte composição: Leonardo Ambrósio Gosling (titular) e Jairo Paes Barreto (suplente), representantes da BB Seguridade; Jair de Almeida Lacerda Junior (titular) e Jérôme Patrick Marie Nollet (suplente), representantes da Bradesco Seguros; Matias Granata (titular) e Renato Silva Carvalho (suplente), representantes do Grupo Itaú; Lucia Maria da Silva Valle (coordenadora), Vice-Presidente de Riscos e Compliance do IRB Brasil RE, Daniel Volpe, Gerente de Riscos Corporativos do IRB Brasil RE e Werner Frank, Gerente de Compliance do IRB Brasil RE.

- **(b) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

O Conselho Fiscal foi instalado em 1951, funcionando de forma permanente desde então, e cumprindo as exigências estabelecidas pela legislação vigente. Para maiores informações acerca dos membros do Conselho Fiscal, ver item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

- **(c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros**

O Conselho de Administração, após manifestação favorável do Comitê de Governança, aprovou, em 23 de novembro de 2016, o instrumento para Auto-Avaliação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como a Avaliação da Diretoria Executiva.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- **(d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

Compete ao Diretor Presidente, de acordo com o artigo 32 do Estatuto Social: (a) representar a Companhia ativa e passivamente em juízo e em suas relações com terceiros, podendo, para tais fins, em conjunto com outro membro da Diretoria, outorgar mandatos, ficando o mandatário obrigado a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna; (b) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e as decisões colegiadas da Diretoria; (c) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e Orçamentos Anuais, os planos de investimento e os programas de expansão da Companhia e de suas Controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (d) nomear, remover, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo autorizar, conforme normas que estabelecer, a prática desses mesmos atos pelos órgãos administrativos; (e) assinar, juntamente, com o membro da Diretoria competente, cheques e obrigações de crédito; contratos em geral, inclusive os relativos à aquisição e alienação de bens imóveis ou de títulos, e à aplicação do capital e das reservas; acordos e transações; escrituras de hipotecas e outros ônus reais, inclusive cauções, instituídos em favor da Companhia, podendo, para tal fim, outorgar, em conjunto com outro membro da Diretoria, mandatos específicos para a prática, por dois mandatários, dos atos inscritos neste inciso, de acordo com o Regime de Competências e Alçadas Decisórias, ficando os mandatários obrigados a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna; (f) dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas, na forma prevista na estrutura organizacional da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração; e (g) zelar pela boa imagem da Companhia junto aos mercados brasileiro e estrangeiro. Adicionalmente, cabe ao Presidente as seguintes atribuições para representação junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP: a) responder pelo relacionamento com a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros diretores, as informações por ela requeridas; e b) autorizar, em conjunto com o Vice-Presidente de Riscos e Compliance, o início de relacionamento comercial com Pessoa Politicamente Exposta, bem como o prosseguimento de relações já existentes no momento em que a contraparte passe a se enquadrar nessa qualidade.

O Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relação com Investidores possui as seguintes atribuições e poderes individuais: (i) dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das áreas de investimentos, tesouraria, orçamento e de contabilidade; (ii) promover e responder pelo sucesso na implantação, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, das políticas, diretrizes, planos de atividades e dos respectivos orçamentos, das áreas de investimentos, tesouraria, orçamento e de contabilidade; (iii) estruturar a área de gestão de ativos, com a responsabilidade de revisitar a política de investimentos, contratar o time e definir a melhor estratégia de alocação de ativos; (iv) identificar oportunidades, avaliar a viabilidade e fazer recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, desenvolvendo análises que suportem a tomada de decisão; (v) administrar proativamente os resultados financeiros dos negócios da empresa provendo suporte e propondo a melhor estrutura de investimento, maximizando a geração de caixa e alocações de capital; (vi) propor a implantação de sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento da movimentação financeira das atividades desenvolvidas pela Companhia e implementando controles e indicadores que permitam medir e avaliar o cumprimento das metas e orientações fornecidas ao negócio; (vii) estruturar o orçamento anual, em linha com o planejamento e planos plurianuais; identificar desvios no orçamento e planejamento, suas causas e propor correções; (viii) estruturar e gerir o fluxo de caixa; (ix) coordenar a gestão Fiscal e Tributária; (x) assegurar que a Companhia esteja operando dentro da legislação em vigor e dos princípios contábeis, legais, fiscais e financeiros aplicáveis;(xi) responsabilizar-se, perante os acionistas, pelas ações, desempenho e resultados da organização, satisfazendo as exigências dos mesmos quanto às informações, relatórios, controles e auditorias previamente estabelecidas; (xii) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimento e os programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (xiii) submeter à apreciação da Diretoria Estatutária os orçamentos gerencial e oficial da Companhia, e suas respectivas reformulações, as demonstrações contábeis do exercício e a proposta de distribuição de lucros e os relatórios periódicos de informações gerenciais;(xiv) remeter ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras, documentos e informações necessários ao desempenho das atribuições do referido órgão fiscalizador dos atos de gestão da Companhia, com a periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria; (xv) integrar o Comitê de Investimentos da Companhia; (xvi) cumprir o disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003, no que diz respeito à supervisão das atividades econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetivos sociais; (xvii) responder, junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor; e (xviii) comunicar formalmente à SUSEP, individualmente ou em conjunto com o auditor independente e o Comitê de Auditoria, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou as evidências de erros ou fraudes representadas por: (1) inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco continuidade da sociedade supervisionada; (2) fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da sociedade supervisionada; (3) fraudes relevantes perpetradas por empregados da sociedade supervisionada ou terceiros; e (4) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da sociedade supervisionada.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Os demais diretores estatutários, sem designação específica, têm as seguintes atribuições:

O Vice-Presidente de Resseguros possui as seguintes atribuições e poderes individuais: (i) dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das áreas de subscrição, técnico atuarial, sinistro e relacionamento com clientes; (ii) promover e responder pelo sucesso na implantação, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, das políticas, diretrizes, planos de atividades e dos respectivos orçamentos, das áreas de subscrição, técnico atuarial, sinistro e relacionamento com clientes; (iii) responder pelo desenvolvimento de novos produtos, negócios e mercados, no Brasil e no exterior, gerando e negociando novas formas de receitas para a Companhia; (iv) liderar o processo de internacionalização, sendo o principal executivo responsável pelo desenvolvimento de negócios no exterior; (v) liderar a implementação das estratégias de conquista e de defesa de mercado; (vi) propor estratégia e plano de implantação das ações definidas para a atuação comercial da empresa (Brasil e exterior);(vii) desenvolver as linhas de negócio da Companhia; (viii) apoiar o fortalecimento da cultura de foco no cliente; (ix) acompanhar a performance das carteiras, de forma a manter os índices em linha com as metas definidas; (x) definir as diretrizes do processo de subscrição dos riscos das linhas de negócios; (xi) responder pela implantação de projetos para aperfeiçoar as rotinas operacionais da área de sinistros;(xii) responder pelo controle, gestão e estratégias das áreas de subscrição, técnico atuarial, sinistro e relacionamento com cliente; e (xiii) responder pela negociação das carteiras de Run-off. As competências para representação junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP são: a) cumprir o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11.10.2005, no que diz respeito a acompanhar, supervisionar e cumprir os procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor; b) supervisionar as atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; e c) cumprir o disposto na Resolução CNSP nº 143, de 27.12.2005, no que diz respeito ao registro das apólices e endossos emitidos.

A Vice-Presidente de Riscos e Compliance possui as seguintes atribuições e poderes individuais: (i) dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das áreas de gestão de riscos corporativos e de compliance; (ii) promover e responder pelo sucesso na implantação, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, das políticas, diretrizes, planos de atividades e dos respectivos orçamentos, das áreas de gestão de riscos corporativos, controles internos e compliance;(iii) orientar as atividades de levantamento de informações sobre processos existentes, com a finalidade de identificar eventos de risco, analisar probabilidades e desenvolver ferramentas voltadas ao programa de gerenciamento de riscos, adequadas ao modelo de negócio da Companhia;(iv) conduzir reuniões junto às diversas áreas corporativas e de negócios, a fim de elaborar e definir em conjunto os planos de ação e o respectivo cronograma para implementação de medidas e sistemas de prevenção que garantam a integridade das informações e de processos em geral pertencentes à organização; (v) mitigar os riscos e proteger a reputação do negócio da empresa no que diz respeito às questões de conformidade; (vi) ser a referência da Companhia em todos os assuntos que envolvam compliance, tanto em termos de prevenção, quanto em resposta à situações de negócios específicas;(vii) apoiar a Companhia no processo de preparação de abertura de capital, assim como no processo de internacionalização;(viii) responder pelo desenvolvimento dos padrões de governança, risco e compliance das unidades da Companhia no exterior; (ix) responder pela disseminação da cultura de riscos, controles internos e compliance; e (x) zelar pelo cumprimento das normas externas, do Código de Ética e Conduta, bem como dos demais requisitos internos, reforçando o senso de responsabilidade pelo atendimento dos requisitos legais e regulatórios. As competências para representação junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP são: a) responder pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, zelando pela sua observância e da respectiva regulamentação complementar, no que diz respeito à prevenção dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e à prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos nela previstos; b) cumprir o disposto nas Circulares SUSEP nº 344, de 21.06.2007 e nº 363, de 21.05.2008, no que diz respeito à manutenção de controles internos, inclusive aqueles específicos para a prevenção contra fraudes; e c) dispensar o cumprimento de itens do cadastro de clientes, beneficiários, terceiros ou outras partes relacionadas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada anualmente e sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicada na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, até 31 de março de cada ano, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (i) aumento (exceto conforme exigido por lei) ou redução do capital social da Companhia; (ii) dissolução e liquidação da Companhia e suas Controladas, assim como eleição e destituição dos liquidantes; (iii) autorização aos administradores para confessar e requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (iv) avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (v) alteração do Estatuto Social; (vi) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e fixação da remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; (vii) tomada, anualmente, das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, bem como a destinação de resultado; (viii) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; (ix) realização de oferta pública subsequente (*follow-on*) da Companhia, bem como a realização de distribuição pública de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes; (x) registro de Controladas da Companhia como emissoras de valores mobiliários perante a CVM, realização de uma oferta pública inicial (IPO) ou de oferta pública subsequente (follow-on), bem como a realização de distribuição pública de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes;(xi) saída do Novo Mercado; (xii) cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM pela Companhia e/ou de suas Controladas; e (xiii) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, CEP 20020-901; e (ii) internet: *website* da Companhia ri.irbbrasilre.com; site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária. A Companhia segue regras para contratação com partes relacionadas, conforme descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige dispensa de reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) formalidades necessárias para a aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige dispensa de reconhecimento de firma, notarização e consularização

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto a distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no artigo 11 da Instrução CVM 561 de 07.04.2015, conforme alterada.

(h) se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto a distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no artigo 11 da Instrução CVM 561 de 07.04.2015, conforme alterada.

(i) instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto a distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no artigo 11 da Instrução CVM 561 de 07.04.2015, conforme alterada.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto a distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no artigo 11 da Instrução CVM 561 de 07.04.2015, conforme alterada.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, pelo menos uma vez por mês, e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem.

A convocação das reuniões será realizada mediante notificação escrita, por meio de notificação pessoal, enviada por correspondência registrada ou e-mail, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada membro do Conselho de Administração para esse propósito. A primeira notificação de convocação será enviada com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da reunião e com apresentação da pauta e documentos relacionados, que se instalará com a presença da maioria absoluta de seus membros. As convocações do Conselho de Administração serão feitas mediante convocação de seu Presidente, ou de pelo menos quatro de seus membros.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões por intermédio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração reuniu-se 22 vezes, sendo 12 reuniões ordinárias e 10 reuniões extraordinárias.

Dentre as reuniões citadas, foram realizadas em 2016 duas reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, destinadas à aprovação das Demonstrações Contábeis anuais e intermediarias; e o mesmo número de reuniões está previsto para 2017.

Em 2017, até março, o Conselho de Administração reuniu-se 7 vezes, sendo 3 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Estatuto Social da Companhia veda ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social , a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA ("CAM"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado. Fica ressalvado que a União somente poderá submeter-se a arbitragem que tenha por objeto direitos econômicos e/ou que versem sobre direitos disponíveis, ficando expressamente afastadas do âmbito da arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis ou às matérias constantes do artigo 8º deste Estatuto Social, questões essas previstas como prerrogativas da União, decorrentes do processo de desestatização da Sociedade, disciplinado pela Resolução nº 3, de 7 de abril de 2011, e pela Resolução nº 3, de 16 de janeiro de 2013, ambas do Conselho Nacional de Desestatização, casos em que será competente para dirimir o conflito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Lucia Maria da Silva Valle	29/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	08/08/2016	08/08/2017	4
769.692.747-72	Atuária	19 - Outros Diretores	08/08/2016	Sim	0.00%
Coordenadora do Comitê de Governança Corporativa e do Comitê Executivo de Gestão de Riscos		Vice-Presidente de Riscos e Compliance			
Fernando Passos	26/06/1982	Pertence apenas à Diretoria	08/08/2016	08/08/2017	3
714.491.591-68	Advogado	19 - Outros Diretores	08/08/2016	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Investimentos		Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
José Carlos Cardoso	01/05/1958	Pertence apenas à Diretoria	08/08/2016	09/06/2018	5
828.395.498-91	Engenheiro	19 - Outros Diretores	08/08/2016	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Subscrição e Membro do Comitê de Investimentos		Presidente e Vice-Presidente de Resseguros			
José Maurício Pereira Coelho	04/08/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	2
853.535.907-91	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/03/2017	Sim	70.00%
N/A					
Octavio de Lazari Junior	18/07/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/06/2017	AGO 2018	1
044.745.768-37	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/06/2017	Sim	15.00%
N/A					
Flavio Eduardo Arakaki	22/02/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	5
283.844.958-31	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/03/2017	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração					
Alexsandro Broedel Lopes	05/10/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	5
031.212.717-09	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/03/2017	Sim	70.00%
N/A					
Charles Carvalho Guedes	19/11/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	2
539.600.681-15	Servidor Público Federal	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/03/2017	Sim	0.00%
N/A					
Fernando Henrique Augusto	18/11/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	2

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
332.345.218-67	Engenheiro Químico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/03/2017	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Investimentos					
Leonardo Giuberti Mattedi	26/03/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	5
364.415.031-15	Bancário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/03/2017	Sim	30.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Osvaldo do Nascimento	17/07/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	5
696.764.028-34	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/03/2017	Sim	30.00%
N/A					
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	08/04/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/03/2017	AGO 2018	2
862.654.587-87	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/03/2017	Sim	100.00%
N/A					
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	01/12/1959	Conselho Fiscal	24/03/2017	AGO 2018	1
756.039.427-20	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	27/03/2017	Sim	100.00%
Membro Efetivo e Presidente					
Líscio Fabio de Brasil Camargo	17/12/1946	Conselho Fiscal	24/03/2017	AGO 2018	1
117.557.686-72	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/03/2017	Sim	100.00%
N/A					
Antonio Rugero Guibo	27/01/1968	Conselho Fiscal	24/03/2017	AGO 2018	2
100.149.628-02	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/03/2017	Sim	100.00%
N/A					
Otávio Ladeira de Medeiros	30/03/1968	Conselho Fiscal	24/03/2017	AGO 2018	1
065.675.548-27	Servidor público	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/03/2017	Sim	0.00%
N/A					
Alberto Barcellos Miranda	25/12/1960	Conselho Fiscal	06/07/2017	AGO 2018	1
719.109.217-34	Securitário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	06/07/2017	Sim	0.00%
N/A					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Lucia Maria da Silva Valle - 769.692.747-72

Possui experiência profissional, ocupando atualmente o cargo de Vice-Presidente de Riscos e Compliance da Companhia desde 2014, tendo sido já membro do Comitê de Auditoria da Companhia entre os anos de 2008 e 2014, e Diretora Atuarial Vida e Previdência na MetropolitanLife Seguros e Previdência, empresa sem participação no capital da Companhia.

A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a executiva declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.

Fernando Passos - 714.491.591-68

Possui experiência profissional, exerce atualmente o cargo de Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia desde 2014 e tendo ocupado o cargo de Diretor Financeiro e de Crédito de Instituição Financeira de 2011 a 2014. O Sr. Passos é advogado e economista com MBA em Direito Empresarial e Econômico pela PUC/SP, e em Corporate Finance e Capital Markets pelo IBMEC. Possui também as seguintes Certificações/Autorizações Profissionais: Administrador de Carteiras de Investimentos pela CVM, Analista de Valores Mobiliários pela CVM, CNPI pela Apimec, CPA-20 e CGA pela Anbima.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente. Para mais informações sobre o Sr. Fernando, vide item 12.13 deste Formulário de Referência.

José Carlos Cardoso - 828.395.498-91

Possui experiência profissional, atualmente exerce o cargo de Presidente da Companhia, que já havia exercido de 08.08.2015 a 10.06.2016, acumulando ainda o cargo de Vice-Presidente de Resseguros, que exerceu de junho de 2016 a junho de 2017 e de 2014 a agosto de 2015, tendo ocupado ainda o cargo de Diretor-Presidente da SCOR Brasil Ltda. entre os anos de 2001 e 2014, onde tinha responsabilidade técnica e operacional para as atividades de resseguro e de Diretor Técnico da Munich Re. O Sr. Cardoso é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Mogi das Cruzes (UMC), com grau em Engenharia de Avaliação pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Graduação em Engenharia de Segurança Ocupacional pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) e em Gestão de Riscos pela SCOR Université.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

José Maurício Pereira Coelho - 853.535.907-91

Possui experiência profissional, atuando desde janeiro de 2017 como Diretor Presidente da BB Seguridade e Participações S.A., tendo atuado no Banco do Brasil ocupando os cargos de Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores, de fevereiro de 2015 a janeiro de 2017, Diretor de Finanças, entre os anos de 2012 e 2015, Diretor de Mercado de Capitais, entre os anos de 2009 a 2012, Gerente Executivo na Diretoria de Seguridade, entre os anos de 2007 e 2009. Participa do Conselho de Administração da Cielo S.A., da Ultrapar Participações S.A. e da BB Seguridade Participações S.A.; e do Conselho Consultivo do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Octavio de Lazari Junior - 044.745.768-37

Possui experiência profissional, ocupando atualmente cargo de Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco S.A e Diretor-Presidente da Bradesco Seguros S.A., da Bradesco SegPrev Investimentos Ltda, da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. e da BradSeg Participações S.A., bem como membro do Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A..Ingressou no Banco Bradesco S.A em 1978, tendo ocupado o cargo de Diretor a partir de 2009.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Flavio Eduardo Arakaki - 283.844.958-31

Possui experiência profissional, exercendo atualmente na Caixa Econômica Federal o cargo de Diretor Executivo da Diretoria de Ativos de Terceiros desde 2013, tendo ocupado o cargo de Superintendente Nacional de Fundos de investimentos Especiais – SUFES, de 2011 a 2013, já tendo atuado como Gerente Nacional de Investimentos Estruturados entre os anos de 2009 e 2011, e como Gerente Operacional da Gerência Nacional de Investidores Institucionais, de 2004 a 2009. Desempenha atividade bancária/financeira em empresa que administra fundo que faz parte do capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Alexsandro Broedel Lopes - 031.212.717-09

Possui experiência profissional, ocupando atualmente cargo de Diretor Executivo de Finanças desde 2015 no Itaú Unibanco S.A., tendo já ocupado cargo de Diretor de Controle Financeiro entre os anos de 2012 e 2015 e de Diretor de diversas empresas do Grupo desde 2012, empresas que integram grupo que faz parte do capital da Companhia. Atuou ainda como Diretor da Comissão de Valores Mobiliários,entre 2010 e 2012.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Charles Carvalho Guedes - 539.600.681-15

Possui experiência profissional, atuando desde 2014 como Coordenador-Geral de Participações Societárias Secretaria do Tesouro Nacional e como Subsecretário de Política Fiscal, substituto, desde novembro de 2015. Atuou ainda como Coordenador de Participações Societárias da Secretaria do Tesouro Nacional, de 2007 a janeiro de 2014. Participa como membro titular do Conselho Fiscal da Petrobrás Gás – GASPETRO, desde abril de 2015. Participou como membro titular do Conselho Fiscal da Banespa Serviços Técnicos e Administrativos S.A., de 1998 a 2001; BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, de 2000 a 2001; Banco do estado de Santa Catarina – BESC e BESC Arrendamento Mercantil, de 2000 a 2004; Banco do Estado do Ceará – BEC, de 2005 a 2006; ELETROBRAS de 2004 a 2006 e de 2010 a 2014; BNDES de 2006 a 2010; PETROBIO de 2014 a 2015. Também foi membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional de 2003 a 2004

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.

Fernando Henrique Augusto - 332.345.218-67

Possui experiência profissional, atuando como Gerente Executivo da Gerência Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados na Caixa Econômica Federal, sendo da equipe responsável pelas áreas de gestão de FIP, FIDC e FII. Desempenha atividade bancária/financeira em empresa que administra fundo que faz parte do capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Leonardo Giuberti Mattedi - 364.415.031-15

Possui experiência profissional, exercendo atualmente o cargo de Diretor Geral de Administração, Finanças e Marketing do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, desde janeiro de 2017, tendo exercido ainda o cargo de Diretor Financeiro da BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., de fevereiro de 2015 a janeiro de 2017. Exerceu ainda o cargo de Diretor de Governança, Finanças e RI na BB Seguridade Participações S.A., de 2013 a 2015, empresa que integra grupo que faz parte do capital da Companhia. Exerceu cargo de gerente executivo entre os anos de 2009 e 2013, e de gerente de divisão entre 2007 e 2009 no Banco do Brasil, empresa que também integra grupo que faz parte do capital da Companhia.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Osvaldo do Nascimento - 696.764.028-34

Possui experiência profissional, ocupado atualmente cargo de Vice-Presidente da Fundação Itaú Social, e de Conselheiro da Itaú Vida e Previdência, desde 2015, tendo já atuado no cargo de Diretor estatutário da Itaú Vida e Previdência, de 2013 a 2015, Diretor Executivo, entre os anos de 2006 a 2013 no Itaú Unibanco S.A., empresas que integram o grupo que faz parte do capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Ana Paula Vitali Janes Vescovi - 862.654.587-87

Possui experiência profissional, atuando como Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, desde junho de 2016, tendo atuado como Secretária de Estado da Fazenda do Espírito Santo, de janeiro de 2015 a junho de 2016, Assessora de economia do Senador Ricardo Ferraço, de dezembro de 2010 a dezembro de 2014, Diretora-Presidente do Instituto de Pesquisas (IJSN) do Estado do Espírito Santo, de março de 2007 a dezembro de 2010, e exercido diversos cargos na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, dentre eles o de Secretária Adjunta, Assessora no Gabinete, Coordenadora Geral de Indústria e Coordenadora de Políticas Setoriais, no período de 1997 a 2007.

A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a executiva declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - 756.039.427-20

Possui experiência profissional, exercendo atualmente o cargo de Diretor de Contabilidade do Bradesco Seguros S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Saúde S.A., Bradesco Auto/RE Cia de Seguros S.A., BSP Affinity Ltda., BradSeg Participações S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Atlântica Cia de Seguros S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Danúbio Empreendimentos e Participações Ltda., Ipê Holdings Ltda., Bradesco Argentina de Seguros S.A., Novamed Gestão de Clínicas S.A., Módulo Assessoria em Seguros Ltda., BPS Participações e Serviços Ltda., BSP Park Estacionamentos e Participações S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Marcay Empreendimentos Imobiliários Ltda., Neon Holdings Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Reno Empreendimentos e Participações Ltda., Bréscia Empreendimentos e Participações Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., BSP Empreendimentos Imobiliários R1 a R26 Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários D102 a D174 Ltda., Mississipi Empreendimentos e Participações Ltda., Everest Empreendimentos e Participações Ltda. Membro do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A. desde 2010, Membro do Conselho Fiscal da Cia Brasileira de Gestão de Serviços desde 2016, Membro suplente do Conselho de Administração da Odontoprev, desde 2016, e Membro suplente do Conselho Fiscal da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT desde 2016, e Membro efetivo do Conselho Fiscal da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. desde 2016.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Líscio Fabio de Brasil Camargo - 117.557.686-72

Possui experiência profissional, atualmente é Subsecretário de Assuntos Corporativos da Secretaria do Tesouro Nacional desde 2005. Foi Secretário de Planejamento da Presidência da República, Secretário Geral do Ministério do Trabalho, Assessor Especial do Ministério da Previdência, Consultor do Presidente da CEF, Chefe de Gabinete da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda. No IPEA exerceu o cargo de Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA, Coordenador, Diretor Técnico e Presidente.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Antonio Rugero Guibo - 100.149.628-02

Possui experiência profissional, ocupando desde 2015 o cargo de Diretor da BB Seguridade Participações S.A, tendo atuado como Gerente Executivo da empresa de 2014 a 2015, como Gerente de Projetos da Unidade de Governança de Entidades Ligadas do Banco do Brasil, de 2011 a 2014, e como Gerente Executivo da Diretoria Jurídica do Banco do Brasil, de 2007 a 2011, empresas que integram grupo com participação no capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Otávio Ladeira de Medeiros - 065.675.548-27

Possui experiência profissional, atualmente exerce a função de Diretor de Programas/ Secretário do Tesouro Nacional, substituto, desde 2016. Exerceu também a função de Secretário do Tesouro Nacional, Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais, Coordenador e Coordenador Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Coordenador da Coordenação Geral de Administração da Dívida Pública, Chefe da Divisão de Análise e Planejamento da Dívida Pública, Chefe adjunto da Divisão de Análise e Planejamento da Dívida Pública. Foi Membro e Presidente do Conselho Fiscal do Banco do Brasil Investimentos, de 2011 a 2005 e de 2009 a 2012; Presidente do Conselho Fiscal do Banco do Brasil, de 2005 a 2009; Presidente do Conselho Fiscal da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., de 2012 a 2014; Membro do Conselho Fiscal da Liquigás Distribuidora S.A., de 2012 a 2014; Membro do Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários – DTVM S.A., de 2014 a 2016; Membro do Conselho Fiscal da EMBRAER S.A. desde 2016; e Membro do Conselho de Administração da agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME desde 2016.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Alberto Barcellos Miranda - 719.109.217-34

Possui experiência profissional, ocupando por 10 anos o cargo de contador da Bradesco Vida e Previdência, e há 5 anos o cargo de superintendente da área financeira do grupo Bradesco Seguros. É formado em Ciências Contábeis, com pós graduação em Seguros e Previdência na FIA.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

778

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data posse**	**Número de Mandatos Consecutivos**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriana Queiroz de Carvalho	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada	29/08/2016	29 de agosto de 2017	100.00%
565.181.296-20			02/05/1966	29/08/2016	0	
N/A						
Leonardo Giuberti Mattedi	Comitê de Auditoria	Outros	Bancário	26/05/2017	26 de maio de 2018	100.00%
563.238.081-53		Membro do Comitê representante do Conselho de Administração	26/03/1969	26/05/2017	0	
Membro do Conselho de Administração						
Marco Antônio da Silva Barros	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	08/08/2016	08 de agosto de 2019	100.00%
732.550.257-53			13/04/1962	08/08/2016	0	
N/A						
Nelson Machado	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Advogado	24/10/2014	24 de outubro de 2017	100.00%
004.364.701-44			26/02/1948	08/12/2014	0	
N/A						
Paulo Pereira Ferreira	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Atuário	08/08/2016	08 de agosto de 2018	100.00%
598.739.497-04			01/05/1967	08/08/2016	0	
N/A						
Bruna Gabriela Ribarczyk	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Suplente)	Economista	02/10/2015	Indeterminado	0.00%
024.750.320-73			08/03/1990	02/10/2015	0	
N/A						
Bruno Cirilo Mendonça de Campos	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Servidor Público	02/10/2015	Indeterminado	100.00%
968.509.901-44			28/05/1978	02/10/2015	0	
N/A						
Fábio de Giuseppe Rodrigues	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Suplente)	Atuário	27/01/2017	Indeterminado	50.00%
080.590.487-59			06/07/1978	27/01/2017	0	
N/A						
Fernando Henrique Augusto	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	07/05/2014	Indeterminado	100.00%
332.345.218-67			18/11/1982	07/05/2014	0	

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data posse**	**Número de Mandatos Consecutivos**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro do Conselho de Administração						
Fernando Mattar Beyruti	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	22/07/2016	Indeterminado	75.00%
288.351.088-10			22/06/1978	22/07/2016	0	
N/A						
Fernando Passos	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	07/07/2014	08/08/2016	100.00%
714.491.591-68			26/06/1982	07/07/2014	0	
Vice-Presidente Financeiro da Companhia						
José Carlos Cardoso	Comitê Financeiro	Outros	Engenheiro	09/06/2017	09/06/2017	0.00%
828.395.498-91		Membro do Comitê (Efetivo) e Coordenador	01/05/1958	09/06/2017	0	
Presidente da Companhia						
Pedro Bramont	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Suplente)	Bancário	03/04/2014	Indeterminado	0.00%
008.472.469-22			27/09/1982	03/04/2014	0	
N/A						
Pedro Gabriel Boainain	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Suplente)	Economista	24/10/2014	Indeterminado	25.00%
292.856.618-07			14/10/1980	24/10/2014	0	
N/A						
Vinícius Marinho da Cruz	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Securitário	27/01/2017	Indeterminado	50.00%
074.063.487-97			17/01/1978	27/01/2017	0	
N/A						
Werner Romera Suffert	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	13/01/2014	Indeterminado	100.00%
602.960.701-49			15/01/1973	13/01/2014	0	
N/A						
Angela Sayuri Cristofoli Ueno	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora	09/09/2016	Indeterminado	80.00%
294.815.608-48			15/05/1980	09/09/2016	0	
N/A						
Claudia Elisa Radtke Schwarz	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Suplente)	Bancária	26/05/2017	Indeterminado	0.00%

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data posse**	**Número de Mandatos Consecutivos**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
003.863.310-81			04/02/1983	26/05/2017	0	
N/A						
Daniel Henrique de Souza Diniz	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Bancário	26/05/2017	Indeterminado	20.00%
050.874.846-11			09/05/1981	26/05/2017	0	
N/A						
Eugenio Liberatori Velasques	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Suplente)	Engenheiro	20/02/2015	Indeterminado	20.00%
445.999.357-00			12/06/1957	20/02/2015	0	
N/A						
Flavio Eduardo Arakaki	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	27/06/2014	Indeterminado	100.00%
283.844.958-31			22/02/1980	22/08/2014	0	
Membro do Conselho de Administração						
Juliano Ribeiro Marcílio	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	27/01/2017	Indeterminado	80.00%
253.578.878-02			25/04/1973	27/01/2017	0	
N/A						
Marcelo Luis Orticelli	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Suplente)	Administrador	18/01/2016	Indeterminado	0.00%
040.509.508-20			22/08/1966	18/01/2016	0	
N/A						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Adriana Queiroz de Carvalho - 565.181.296-20 Assessora Especial do Presidente da CNSEG, desde março de 2016. Membro Titular do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. - 2013/2014, Membro Titular do Conselho Fiscal da BB Administradora de Consórcios S.A. - 2008/2009, Membro Titular do Conselho de Administração do BESC e suas subsidiárias e do BESCRI – 2004/2007, Membro Titular do Conselho Fiscal da CBTU – 1996/2004. Procuradora da Fazenda Nacional desde 1993 (atualmente licenciada). A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a executiva declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.						
Leonardo Giuberti Mattedi - 563.238.081-53						

781

Possui experiência profissional, exercendo atualmente o cargo de Diretor Geral de Administração, Finanças e Marketing do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, desde janeiro de 2017, tendo exercido ainda o cargo de Diretor Financeiro da BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., de fevereiro de 2015 a janeiro de 2017. Exerceu ainda o cargo de Diretor de Governança, Finanças e RI na BB Seguridade Participações S.A., de 2013 a 2015, empresa que integra grupo que faz parte do capital da Companhia. Exerceu cargo de gerente executivo entre os anos de 2009 e 2013, e de gerente de divisão entre 2007 e 2009 no Banco do Brasil, empresa que também integra grupo que faz parte do capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Marco Antônio da Silva Barros - 732.550.257-53

Superintendente Geral da Central de Serviços da Federação Nacional das Empresas de Seguro, Previdência e Capitalização – FENASEG desde 2013, e Diretor de Mercado de Capitais e Investimentos do Banco do Brasil S.A. desde 2013, tendo já atuado na mesma instituição como Diretor de Previdência, Seguros e Capitalização, entre os anos de 2009 e 2013.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Nelson Machado - 004.364.701-44

Professor Adjunto na Escola de Economia de São Paulo desde 2011, tendo atuação no Ministério da Fazenda como Secretário Executivo de 2007 a 2010, e ocupado cargo de ministro da Previdência Social entre 2005 e 2007.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Paulo Pereira Ferreira - 598.739.497-04

Sócio da empresa de consultoria atuarial Maravilha Atuarial Consultoria, tendo sido sócio da empresa de consultoria atuarial Towers Watson, entre os anos de 1991 e 2001.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Bruna Gabriela Ribarczyk - 024.750.320-73

Analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e mestre em Economia Aplicada pela UFRGS.
A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a executiva declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Bruno Cirilo Mendonça de Campos - 968.509.901-44

Gerente Setorial do Setor Financeiro, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, desde 2014, tendo atuado como Gerente de Projetos e Analista de Finanças e Controle da mesma Secretaria do Tesouro, de 2009 a 2014. Graduado em Economia pela Universidade de Brasília.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Fábio de Giuseppe Rodrigues - 080.590.487-59

Superintendente Executivo de Gestão de Investimentos desde novembro de 2016 na Bradesco Seguros S.A. é o responsável pela elaboração de estudos de ALM para as Empresas do Grupo Bradesco Seguros, Contabilização da receita financeira, Atendimento às demandas legais e regulatórias, Relatórios gerenciais da carteira de ativos, Monitoramento de solvência, Monitoramento dos fluxos de caixa e de liquidez, e Elaboração e acompanhamento do orçamento do resultado financeiro. De março de 2005 a outubro de 2016 atuou no Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos da Bradesco Seguros. Atuou, também, na KPMG Auditores Independentes no período de abril de 2001 a março de 2005.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Fernando Henrique Augusto - 332.345.218-67

Possui experiência profissional, atuando como Gerente Executivo da Gerência Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados na Caixa Econômica Federal, sendo da equipe responsável pelas áreas de gestão de FIP, FIDC e FII. Desempenha atividade bancária/financeira em empresa que administra fundo que faz parte do capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Fernando Mattar Beyruti - 288.351.088-10

Diretor do Itaú Asset Management, desde novembro de 2015, tendo ocupado no Banco Itaú Unibanco os cargos de Diretor de Clientes Institucionais e Securities Services, entre 2013 e 2015, Superintendente de Novos Negócios de 2012 a 2013 e de Gerente Private Bank Senior de 2003 a 2012.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Fernando Passos - 714.491.591-68

Possui experiência profissional, exerce atualmente o cargo de Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia desde 2014 e tendo ocupado o cargo de Diretor Financeiro e de Crédito de Instituição Financeira de 2011 a 2014. O Sr. Passos é advogado e economista com MBA em Direito Empresarial e Econômico pela PUC/SP, e em Corporate Finance e Capital Markets pelo IBMEC. Possui também as seguintes Certificações/Autorizações Profissionais: Administrador de Carteiras de Investimentos pela CVM, Analista de Valores Mobiliários pela CVM, CNPI pela Apimec, CPA-20 e CGA pela Anbima.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente. Para mais informações sobre o Sr. Fernando, vide item 12.13 deste Formulário de Referência.

José Carlos Cardoso - 828.395.498-91

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Pedro Bramont - 008.472.469-22

Gerente Executivo de Finanças e RI da BB Seguridade, atua no Grupo BB desde 2008, tendo ocupado os cargos de Gerente de Planejamento e Formulação Estratégica do conglomerado BB e como Assessor Empresarial Máster.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Pedro Gabriel Boainain - 292.856.618-07

Desde 2013 é o responsável pela Gestão de Investimentos de Seguradoras, Fundos de Pensão e Institutos ligados ao grupo Itaú Unibanco, atuando com gestão de investimentos para esses segmentos pela Itaú Asset Management desde 2007. Anteriormente, atuou na modelagem de preços de Seguros pela Itaú Seguros e em Planejamento Estratégico pela Braskem.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Vinícius Marinho da Cruz - 074.063.487-97

Ingressou no Bradesco Seguros em 1998 e atualmente é Superintendente Executivo Financeiro de Novos Negócios.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Werner Romera Suffert - 602.960.701-49

Diretor de Gestão Corporativa e Relações com Investidores da BB Seguridade Participações S.A., tendo atuado como Gerente Executivo da Diretoria de Cartões do Banco do Brasil, e gerente da Agência do Banco do Brasil em Paris- França. Ao longo de sua carreira, exerceu cargos em diversas áreas do BB, a exemplo da UBV – Integração Demais Negócios e Governança, Diretoria de Marketing, Projeto Parcerias Financeiras, Unidade de Suporte Operacional. Graduado e Mestrado em Administração de Empresas.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Angela Sayuri Cristofoli Ueno - 294.815.608-48

Superintendente de Remuneração e Benefícios do Itaú-Unibanco, desde julho/2016. Exerceu também a Superintendência de Risco de Crédito do Atacado; Superintendência de Risco Operacional; Gerência de Projetos de Remuneração; Gerência de Gestão Integrada de Riscos. De 2002 a 2008, exerceu no BANCO REAL ABN AMRO, as funções de Trainee Institucional, Analista, Coordenadora e Gerente de Risco Operacional, e Gerente de Gestão Integrada de Riscos.
A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a executiva declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.

Claudia Elisa Radtke Schwarz - 003.863.310-81

Trabalha desde 2004 no Banco do Brasil, exercendo desde 2011 o cargo de Assessora Empresarial da Diretoria de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (SP), tendo atuado como Assessora na Diretoria Comercial (DF) de 2007 a 2011.
A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a executiva declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerada uma pessoa exposta politicamente.

Daniel Henrique de Souza Diniz - 050.874.846-11

Superintendente de Controladoria da BB Seguridade desde 2014, tendo exercido o cargo de Gerente de RI de 2013 a 2014. No Banco do Brasil, atuou como Gerente de Negócios, de 2011 a 2012, como Analista Senior de 2008 a 2011 e como Gerente de Contas Corporate de 2006 a 2008, empresa que faz parte do capital da Companhia.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Eugenio Liberatori Velasques - 445.999.357-00

Diretor Executivo da Bradesco Seguros desde março de 1998, Presidente da Comissão de Microsseguros e Seguros Populares da CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, Membro do PSI Global Team (Principles for Sustainable Insurance Initiative & Insurance Commission) da UNEP FI, Membro da Microinsurance Network, Membro do Grupo de Trabalho da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – de Microsseguros e Seguros Populares; Graduado em Marketing e em Seguros, e possui MBA Executivo em Administração de Empresas.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Flavio Eduardo Arakaki - 283.844.958-31

Possui experiência profissional, exercendo atualmente na Caixa Econômica Federal o cargo de Diretor Executivo da Diretoria de Ativos de Terceiros desde 2013, tendo ocupado o cargo de Superintendente Nacional de Fundos de investimentos Especiais – SUFES, de 2011 a 2013, já tendo atuado como Gerente Nacional de Investimentos Estruturados entre os anos de 2009 e 2011, e como Gerente Operacional da Gerência Nacional de Investidores Institucionais, de 2004 a 2009. Desempenha atividade bancária/financeira em empresa que administra fundo que faz parte do capital da Companhia.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o executivo declarou que é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Juliano Ribeiro Marcílio - 253.578.878-02

Head of Human Resources no HSBC Brasil desde 2013, Exerceu também a Diretoria de Recursos Humanos, América Latina – São Paulo e a Presidência Latin America, Marketing Services Business Unit (MSBU) – São Paulo na EXPERIAN (SERASA EXPERIAN), Superintendência Executivo de Capital Humano na TELEPERFORMANCE BRASIL, e a Superintendência Executiva - Líder Projetos Estratégicos Varejo no UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros SA.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Marcelo Luis Orticelli - 040.509.508-20

Trabalha desde 1988 no Itaú-Unibanco, tendo atuado como Diretor das áreas de Planejamento, de RH, de Riscos, Ouvidoria e Eficiência. Atualmente é Diretor de RH e Relações Trabalhistas.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Adicionalmente, o executivo declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não haviam relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores ("D&O"), cujo limite máximo de garantia é de R$100,0 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$449,7 mil e o vencimento acontece em 1º de julho de 2018.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos administradores e principais executivos da Companhia no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A governança corporativa do IRB Brasil RE está alinhada às melhores práticas de governança corporativa emanadas pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, COSO- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission e às práticas de governança dos seus acionistas e às regras próprias do segmento Novo Mercado, no qual as ações da Companhia serão listadas na B3. Está calcada no monitoramento do relacionamento dos 5 pilares da governança: Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Auditoria e Conselho Fiscal, respeitando os princípios básicos de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. O IRB Brasil RE possui Política de Governança Corporativa, aprovada pelo Conselho de Administração, publicada na intranet, e Comitê de Governança Corporativa, com a participação dos acionistas, com reuniões ordinárias trimestrais, além de outros quatro comitês ligados ao Conselho de Administração (auditoria, investimentos, remuneração e subscrição).

12.13 - Outras informações relevantes

O Conselho de Administração, após manifestação favorável do Comitê de Governança, aprovou, em 23 de novembro de 2016, o instrumento para Auto-Avaliação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como a Avaliação da Diretoria Executiva. O resultado das avaliações tem impacto direto na remuneração variável dos membros da Diretoria.

Não existem programas de treinamento estabelecidos para os membros dos Conselhos e Comitês.

Os treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta são obrigatórios e realizados anualmente, via e-learning, por 100% dos colaboradores. Novos colaboradores admitidos têm 60 dias para efetuar o treinamento, que se não realizado neste prazo, ocasiona penalidade na participação anual dos lucros do colaborador. A próxima rodada anual de treinamentos está prevista para novembro/17.

O IRB Brasil RE possui um canal de ética corporativa independente, acessível em seu website, com garantia de sigilo e anonimato. Por não possuir clientes pessoas físicas, o número de relatos é bastante reduzido, tendo recebido 13 relatos em 2016. Os relatos são recebidos, pré-analisados, e se necessário, levados ao Comitê de Ética para deliberação.

O Artigo 22 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia estabelece que a convocação das reuniões deve ser feita por escrito, por meio de notificação pessoal, via correspondência registrada ou via e-mail endereçado a cada um dos membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data da reunião, de forma a garantir tempo suficiente para a análise das matérias antes de sua votação.

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	1ª ou 2ª Convocação	Quórum de instalação
54ª Assembleia Geral Extraordinária	06/07/2017		93,13%
53ª Assembleia Geral Extraordinária	19/05/2017		77,39%
52ª Assembleia Geral Extraordinária e 22ª Assembleia Geral Ordinária.....	24/03/2017		93,08%
51ª Assembleia Geral Extraordinária e 21ª Assembleia Geral Ordinária.....	22/03/2016		74,28%
50ª Assembleia Geral Extraordinária	05/11/2015		74,28%
49ª Assembleia Geral Extraordinária	21/08/2015		77,4%
48ª Assembleia Geral Extraordinária e 20ª Assembleia Geral Ordinária.....	27/03/2015		93,15%
47ª Assembleia Geral Extraordinária	29/12/2014		93,08%
46ª Assembleia Geral Extraordinária	15/08/2014		75,22%
45ª Assembleia Geral Extraordinária	29/05/2014		90,22%
44ª Assembleia Geral Extraordinária e 19ª Assembleia Geral Ordinária.....	31/03/2014		93,45%

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

12.13 - Outras informações relevantes

Informações sobre a adesão da União como acionista do bloco de controle da Companhia, ao Regulamento do Novo Mercado

Especificamente no caso da adesão da União como acionista do bloco de controle da Companhia, conforme o Termo de Adesão de Controlador firmado em 7 de julho de 2017 com a B3, a União manifestou sua total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Regulamento de Arbitragem"), inclusive com suas posteriores alterações, realizadas de acordo com o disposto no item 9.8 do referido Regulamento de Arbitragem, e com a Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia, responsabilizando-se e obrigando-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir, entre o próprio, a Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do conselho fiscal e a B3, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato, com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/96. Conforme o Termo de Adesão de Controlador, ficou ressalvado que a União somente poderá submeter-se a arbitragem que tenha por objeto direitos econômicos e/ou que versem sobre direitos disponíveis, ficando expressamente afastadas do âmbito da arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis ou às matérias constantes do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, questões estas previstas como prerrogativas da União decorrentes do processo de desestatização da Companhia, disciplinado pela Resolução nº 3, de 7 de abril de 2011, e na Resolução nº 3, de 16 de janeiro de 2013, ambas do Conselho Nacional de Desestatização ("CND"), casos em que será competente para dirimir o conflito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal. Tais matérias estão previstas na Resolução nº 3, de 7 de abril de 2011, do CND, mais especificamente em seu artigo 4º, inciso I, alínea c, e na Resolução nº 3, de 16 de janeiro de 2013, do CND, mais especificamente em seu artigo 6º, inciso I e II e parágrafo único.

Informações relevantes sobre o processo de indicação e eleição de membros da Administração da Companhia

A Companhia, como resseguradora local autorizada a operar no país, está sujeita à legislação e regulamentação locais aplicáveis ao mercado de resseguro. Nesse sentido, a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº. 330, de 9 de dezembro de 2015 ("Resolução CNSP nº. 330"), disciplina, dentre outros temas, as condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, sociedades resseguradoras locais, escritório de representação de resseguradores admitidos e corretoras de resseguros ("Entidades Reguladas") e estabelece, no parágrafo 1º do artigo 1º do seu Anexo II, que a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários (i.e., Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal) de Entidades Reguladas são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido previamente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme abaixo transcrito.

> *"Art. 1.º A posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de sociedades seguradoras, sociedades resseguradoras locais, escritório de representação de resseguradores admitidos, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e corretoras de resseguro são privativos de pessoas cuja indicação tenha sido previamente aprovada pela Susep.*
>
> *§ 1.º Anteriormente à realização do ato societário, as entidades de que trata o caput deverão consultar a Susep quanto ao cumprimento das condições e requisitos, por parte dos indicados, para o exercício dos respectivos cargos, a qual se manifestará no prazo máximo de sessenta dias."*

Assim, anteriormente à realização do ato societário que deliberar a nomeação ou eleição de tais pessoas para os respectivos cargos, a Entidade Regulada deverá consultar a SUSEP quanto ao cumprimento das condições e requisitos, por parte dos indicados, para o exercício dos respectivos cargos ("Consulta Prévia"), a qual se manifestará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Para a formalização de tal consulta à SUSEP, a Entidade Regulada deverá instruir o processo de Consulta Prévia do nome dos administradores nos termos do artigo 7º da Circular SUSEP nº. 526, de 25 de fevereiro de 2016 ("Circular SUSEP nº. 526"). A Circular SUSEP nº. 526 estabelece os procedimentos relacionados à instrução dos processos da Consulta Prévia, eleição, nomeação, destituição e renúncia de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de Entidades Reguladas. Por meio do referido processo, devem ser submetidas uma série de informações e declarações do administrador que se pretende eleger, assim como declarações e documentos a serem produzidos pela própria Entidade Regulada. Apenas após o recebimento de todos esses documentos e informações, o prazo de 60 (sessenta) dias para a manifestação da autarquia começa a transcorrer.

12.13 - Outras informações relevantes

Desse modo, tendo em vista as exigências previstas na Resolução CNSP nº. 330 e na Circular SUSEP nº. 526, a eleição e a posse de quaisquer membros dos órgãos estatutários da Companhia - incluindo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal - dependem de que seus respectivos nomes sejam previamente aprovados pela SUSEP mediante realização do processo de Consulta Prévia, o qual será analisado pela SUSEP em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento de todos os documentos e informações listados na regulamentação aplicável, ficando ressalvado o direito de tal autarquia solicitar documentos e/ou informações adicionais que julgar necessários, o que pode aumentar ainda mais esse prazo para o recebimento de uma manifestação formal acerca da referida aprovação. Uma vez concedida a aprovação pela SUSEP, a Companhia poderá realizar o correspondente ato societário, bem como dar posse aos eleitos, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da aprovação pela SUSEP, sob pena de realização de nova Consulta Prévia.

Adicionalmente, cabe notar que, o deferimento da listagem da Companhia, nos estritos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, somente poderia ocorrer com a efetiva posse dos membros independentes do conselho de administração em seus cargos, e sua adesão aos termos do contrato por meio de termo específico.

No entanto, no caso da Companhia, por esta ser uma Entidade Regulada, a eleição e posse desses membros independentes do Conselho de Administração somente poderá ocorrer após a aprovação prévia de seus nomes pela SUSEP, conforme acima explicado, em prazo que poderia durar até 60 (sessenta) dias a partir da indicação e submissão do pedido de aprovação dos indicados.

Por este motivo, e considerando que tal prazo poderia inviabilizar a obtenção do registro da Companhia e da Oferta de maneira a viabilizar sua realização dentro dos prazos pretendidos pelos Acionistas Vendedores, a Companhia solicitou à B3 procedimento alternativo para viabilizar a listagem das ações da Companhia no Novo Mercado; Tal pedido foi deferido pela B3 em 5 de julho de 2017, ficando a Companhia autorizada a adotar procedimento alternativo para viabilizar a admissão à negociação de suas ações ordinárias no Novo Mercado sem que seu Conselho de Administração seja composto, na data de admissão da listagem, por no mínimo 20% de conselheiros independentes, conforme disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, à condição de que (i) a Companhia encaminhe à B3 a ata da reunião prévia dos acionistas controladores, com a orientação de voto no sentido de eleger os indicados a ocupar os cargos de membros independentes, após aprovados pela SUSEP; (ii) a Companhia realize assembleia geral de acionistas para a eleição dos referidos membros, em até 1 (um) mês da data da referida aprovação; (iii) caso os indicados não sejam aprovados pela SUSEP, a Companhia deverá indicar novos nomes em até 1 (um) mês da referida reprovação, que atendam aos requisitos de independência previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; (iv) caso os novos nomes sejam aprovados pela SUSEP, a Companhia deverá realizar assembleia geral de acionistas para a eleição dos referidos membros, em até 1 (um) mês da data da referida aprovação, sendo que se os novos nomes não sejam aprovados, a autorização concedida cessará imediatamente, passando a Companhia a sujeitar-se imediatamente, à aplicação das sanções previstas no Regulamento e no Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Novo Mercado.

Esta dispensa também é condicionada à elaboração pela Companhia, de Política de Indicação contemplando, no mínimo, (i) os critérios para composição do conselho de administração, de seus comitês de assessoramento e da diretoria estatuária, por exemplo, complementariedade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade, e (ii) o processo de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatuária. Referida política deverá ser divulgada até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, limitada ao prazo legal.

Consequentemente, em 5 de julho de 2017, os acionistas do bloco de controle da Companhia se reuniram, em sede da 10ª Reunião Prévia do Bloco de Controle da Companhia, e consignaram a indicação dos membros independentes do Conselho de Administração, bem como de membro do conselho fiscal para ocupar posição que se encontrava vaga (“10ª Reunião Prévia”), quais sejam, (i) Edson Soares Ferreira, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade (RG) nº 5.831.348 (SSP/SP) inscrito no CPF/MF sob o nº 522.735.718-87, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SRTV/S, Quadra 701, Edifício Centro Empresarial Brasilia Bl “B”, Sala 613, CEP 70340-907, como membro efetivo; (ii) Hélio Lima Magalhães, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade (RG) nº 3.574.527-2 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 344.224.557-53, domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço Rua Maestro Elias Lobo 311, Jardim Paulista, CEP 01433-000 como membro efetivo; e (iii) Oswaldo Mario Pêgo de Amorim Azevedo, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 190.839, expedida pelo Ministério da Marinha, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.065.327-04, domiciliado na Rua Sacopã, nº 729 / 501 – Lagoa, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.471-180, como membro efetivo.

12.13 - Outras informações relevantes

Os documentos e informações relativamente aos acima referidos membros indicados na 10ª Reunião Prévia foram enviados para Consulta Prévia da SUSEP em 7 de julho de 2017 e 20 de julho de 2017, sendo que, nesta data, seguem em análise da referida autarquia. Tão logo a SUSEP aprove os nomes indicados para referidos cargos, serão realizados os devidos atos societários para eleição de tais administradores e de membro do Conselho Fiscal, para que tomem posse em seus cargos no prazo de até 30 (trinta) dias após a aprovação da consulta prévia dos indicados realizada junto à SUSEP, nos termos deliberados na 10ª Reunião Prévia.

Por fim, a 10ª Reunião Prévia também deliberou pela indicação de membro do Conselho Fiscal, a Sra. Nara de Deus Vieira, brasileira, portadora da carteira de identidade nº 4472697, expedida pelo PCE/MG, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 685.871.556-87, domiciliado na cidade de Guará, Distrito Federal, na SMAS, Trecho 01 Lote C, Bloco F, Apartamento 202, Condomínio Living Park Sul, CEP 71.218-010, que, após eleita e empossada, substituirá o Sr. Antônio Rugero Guibo, que passará a ser membro suplente do Conselho Fiscal, assim compondo a totalidade do referido órgão:. O prazo de gestão de Nara de Deus Vieira, se eleita e empossada, se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia que se realizará em 2018.

Ação Penal nº 0000584-16.2015.4.05.8100

O Ministério Público Federal (“MPF”) propôs, em fevereiro de 2015, ação penal perante a 11ª Vara do Tribunal Federal Regional da 5ª Região – Seção Judiciária do Ceará, em face de Fernando Passos e demais colaboradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB (“BNB”), alegando a suposta prática de atos que caracterizariam gestão fraudulenta relacionados ao cálculo do limite de crédito, em fevereiro de 2009, de uma empresa do setor elétrico e sua controlada perante o BNB.

O juiz de primeira instância rejeitou a denúncia em novembro de 2015, antes mesmo de citar os colaboradores do BNB, por ausência de justa causa para o procedimento da ação criminal. O MPF interpôs Recurso em Sentido Estrito contra a decisão do juízo de primeira instância, o qual teve seu provimento negado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (“TRF da 5ª Região”), em junho de 2016, em vista da falta de conjunto mínimo de provas para estabelecer a materialidade da conduta atribuída. Posteriormente, o MPF interpôs Recurso Especial contra a decisão do TRF, tendo o Vice-Presidente do TRF da 5ª Região, em juízo de admissibilidade prévio, a ele negado seguimento. Em face desta decisão, não obstante, foi interposto Agravo endereçado ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), cujo ministro relator, em decisão monocrática, dele conheceu e deu provimento ao Recurso Especial, em junho de 2017, determinando o recebimento da denúncia elaborada pelo MPF para instauração da ação penal e consequente citação dos réus, incluindo o Sr. Fernando.

Em sua defesa, o Sr. Fernando, em conjunto com os demais réus, interpôs, em julho de 2017, Agravo Regimental ao Superior Tribunal de Justiça, visando à reforma da decisão agravada e à manutenção do acórdão do TRF da 5ª Região e por consequência, da decisão do juiz de primeira instância que rejeitou a ação do MPF. O Sr. Fernando alega em tal recurso que a decisão monocrática do ministro relator contrariou a jurisprudência estabelecida na Súmula n.º 7 do STJ, uma vez que a ausência de justa causa para a ação penal foi estabelecida em sentença judicial em primeira instância e também no acórdão unânime do TRF da 5ª Região. Até a data deste Formulário de Referência, o agravo regimental interposto pelo Sr. Fernando não havia sido apreciado pelo STJ.

Caso o STJ desconsidere os argumentos apresentados no agravo regimental e, por consequência, as alegações feitas pelo MPF sejam acatadas, a ação penal será instaurada e os réus, dentre os quais o Sr. Fernando, serão citados para apresentar suas defesas. Caso, ao final da ação penal, após o exercício do contraditório e da ampla defesa, o Sr. Fernando seja condenado, a pena a ele aplicável poderia ser de reclusão (que poderia ser substituída por pena restritiva de direitos), podendo resultar em sua inabilitação para exercer cargos de administração na Companhia. Os patronos da defesa do Sr. Fernando na ação penal entendem remota a chance de sua condenação, pois creem na reversão da decisão monocrática do relator por ocasião do julgamento do Agravo Regimental, com a consequente manutenção do acordão do TRF da 5a Região e da sentença de primeira instância, visto que a mesma foi exarada em desacordo com a jurisprudência estabelecida pelo STJ (Súmula n.º 7 do STJ), bem como entendem que, no curso da instrução do processo penal, restaria demonstrado que não há indícios de materialidade de conduta delitiva.

Por fim, é importante destacar que os órgãos competentes do Ministério Público estão cientes dos fatos narrados acima e da ação penal instaurada contra o Sr. Fernando e, portanto, outras medidas judiciais, incluindo ação civil pública, relativas a potenciais infrações à lei de improbidade administrativa, podem ter sido ou poderão ser propostas em face do Sr. Fernando, o qual não tem ciência até o momento.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado; e (ii) plano de assistência médica executiva, sendo este de adesão opcional. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas, sendo que parte desta é paga no exercício subsequente à aferição do resultado e parte diferida ao longo dos próximos três exercícios, na ordem de 30%, 30% e 40%, respectivamente; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições, seguro de vida e utilização de automóvel da empresa, blindado e de valor até R$180 mil, com despesas de manutenção pagas pela Companhia.

Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustada de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, sendo que parte desta é paga no exercício subsequente à aferição do resultado e parte diferida após doze meses; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições, vale-refeição e alimentação, seguro de vida de adesão opcional e reembolso de despesas com educação dos filhos com limites previstos em acordo coletivo de trabalho.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Todos os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Os membros dos demais comitês não recebem remuneração específica pela atuação nestes, adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

2016

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	60%	40%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	65%	35%	N/A	100%
Conselho Fiscal	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Investimentos	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Subscrição	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Governança	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Executivo de Gestão de Risco	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

2015

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	54%	46%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	69%	31%	N/A	100%
Conselho Fiscal	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Investimentos	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Subscrição	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Governança	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Executivo de Gestão de Risco	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

2014

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	41%	59%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	56%	44%	N/A	100%
Conselho Fiscal	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Investimentos	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Subscrição	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Governança	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Executivo de Gestão de Risco	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados e justificativa

Existência de membros não remunerados pelo emissor no Exercício Social encerrado em 31/03/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Conselho Fiscal
Quantidade de membros	5	–	–	2

Todos os membros citados acima são conselheiros suplentes e não tem recebimento de remuneração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (Return on average equity – ROAE), sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício, Resultado das Operações de Resseguros, Resultado das Aplicações Financeiras e de Gestão de Despesas, além de outras métricas específicas das diversas diretorias e áreas da Companhia. A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho assim como a das áreas de Riscos e Compliance são predominantemente impactadas por entregas da área.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração a aplicação de dois fatores: Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio, com peso de 40% e resultado das áreas sob gestão, com peso de 60%, e é paga da seguinte forma: 50% em dinheiro à vista e 50% diferida no período de 3 anos, na proporção de 30/30/40 do total diferido.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,25	6,00	20,25
Nº de membros remunerados	5,00	4,25	3,00	12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.124.000,00	3.987.000,00	440.000,00	5.551.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	657.000,00	0,00	657.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	395.000,00	1.216.000,00	119.000,00	1.730.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (FGTS+INSS)	Encargos (FGTS+INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.940.000,00	0,00	4.940.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos (FGTS+INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.519.000,00	12.300.000,00	559.000,00	14.378.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	5,00	6,00	21,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	827.000,00	4.185.000,00	294.000,00	5.306.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	711.000,00	0,00	711.000,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	290.000,00	1.276.000,00	79.000,00	1.645.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (FGTS+INSS)	Encargos (FGTS+INSS)	Encargo (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.417.000,00	0,00	3.417.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	769.000,00	0,00	769.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos (FGTS+INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.117.000,00	10.358.000,00	373.000,00	11.848.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,14	5,00	6,00	17,14
Nº de membros remunerados	5,14	5,00	3,00	13,14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	470.000,00	3.386.000,00	248.000,00	4.104.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	565.000,00	0,00	565.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	161.000,00	1.033.000,00	65.000,00	1.259.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos: FGTS e INSS	Encargos: FGTS e INSS	Encargo (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.469.000,00	0,00	3.469.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	781.000,00	0,00	781.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos (FGTS+INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	631.000,00	9.234.000,00	313.000,00	10.178.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,17	3,00	16,17
Nº de membros remunerados	5,00	5,17	3,00	13,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	478.000,00	3.230.000,00	238.000,00	3.946.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	406.000,00	0,00	406.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	163.000,00	1.105.000,00	62.000,00	1.330.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos: FGTS e INSS	Encargos: FGTS e INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.831.000,00	0,00	4.831.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.652.000,00	0,00	1.652.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos (FGTS+INSS)		
Pós-emprego	0,00	245.000,00	0,00	245.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	641.000,00	11.469.000,00	300.000,00	12.410.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	4,25	6,00	20,25
Nº de membros remunerado	5,00	4,25	3,00	12,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.896.000		1.896.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração		6.440.000		6.440.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		6.440.000		6.440.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	5,00	6,00	21,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.465.000		1.465.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.186.000		4.186.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		3.488.000		3.488.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		4.186.000		4.186.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,14	5,00	6,00	17,14
Nº de membros remunerados	5,14	5,00	3,00	13,14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.487.000		1.487.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.250.000		4.250.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		3.541.000		3.541.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....		4.250.000		4.250.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros.....	8,00	5,17	3,00	16,17
Nº de membros remunerados	5,00	5,17	3,00	13,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		2.355.000		2.355.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração		6.728.000		6.728.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas		5.606.667		5.606.667
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		6.728.000		6.728.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Nenhum membro da Administração da Companhia detém participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10	4
Nº de membros remunerados	N/A	4
Nome do plano	N/A	Plano Previdencial B
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Pelo INSS: 0 Pelas regras do Plano Previdencial B: 1
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	42 anos e 13 anos 9 meses de contribuição
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 1.146.214,64 até 31/12/2016
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 438.463,75 em 31/12/2016
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	A partir de cinco anos de contribuição ao Plano poderá exercer a possibilidade de saque ou conversão para renda.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	5,00	5,00	5,17	10,00	6,14	8,00	6,00	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,17	5,00	5,14	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.088.800,00	2.574.000,00	2.574.000,00	223.400,00	122.763,00	128.200,00	124.333,00	104.333,00	100.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.186.800,00	989.000,00	989.000,00	223.400,00	122.763,00	128.200,00	124.333,00	104.333,00	100.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.071.600,00	1.846.800,00	2.218.375,00	223.400,00	122.763,00	128.200,00	124.333,00	104.333,00	100.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano acrescido do bônus máximo.
31/12/2015	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano acrescido do bônus máximo.
31/12/2014	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano acrescido do bônus máximo.

Conselho de Administração	
31/12/2016	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano.
31/12/2015	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano.
31/12/2014	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano.

Conselho Fiscal	
31/12/2016	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano.
31/12/2015	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano.
31/12/2014	Honorário Mensal anualizado (12 meses), independente do número de meses efetivamente trabalhado no ano.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Atualmente, os Diretores Estatutários são elegíveis a receber uma indenização por desligamento de dirigente e remuneração compensatória por quarentena: pagamento de multa de até 24 meses de remuneração fixa, para o caso de desligamentos imotivados de dirigentes estatutários, excetuando-se os casos de renúncia, descontando-se o período trabalhado e assegurando o mínimo de três meses, cujo cálculo deverá ser realizado a partir de janeiro de 2014.

Durante o prazo de até 24 meses, o executivo compromete-se a não assistir, engajar, participar, colaborar ou prestar serviços ou participar de, direta ou indiretamente, qualquer negócio ou atividade concorrente (ou que pretenda se tornar concorrente) à Companhia e/ou às suas controladas, seja como administrador, contratado ou financiador, a menos que prévia e expressamente autorizado pela Companhia.

Considera-se concorrente da Companhia, toda e qualquer pessoa física ou jurídica que atue, direta ou indiretamente, ou por intermédio de qualquer outra pessoa, representante ou procurador, associação ou outra pessoa física ou jurídica em atividades de resseguros, bem como em quaisquer atividades similares às das empresas referidas neste item, assim como suas afiliadas, controladoras, controladas ou empresas de grupo com mesmo objetivo.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	31/03/2017				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Administrativos	154	8	4	2	168
Diretoria/executivos	11	0	0	0	11
Especialista	108	7	3	1	119
Gerente	27	2	3	1	33
Operacional	57	5	1	1	64
Supervisor	0	0	0	0	0
Técnico	0	0	0	0	0
Total	**357**	**22**	**11**	**5**	**395**

	31/12/2016				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Administrativos	153	9	4	2	168
Diretoria/executivos	10	0	0	0	10
Especialista	106	6	3	1	116
Gerente	26	2	3	1	32
Operacional	54	5	1	1	61
Supervisor	0	0	0	0	0
Técnico	0	0	0	0	0
Total	**349**	**22**	**11**	**5**	**387**

	31/12/2015				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Administrativos	161	9	3	2	175
Diretoria/executivos	10	0	0	0	10
Especialista	100	4	4	1	109
Gerente	27	2	1	1	31
Operacional	51	4	0	1	56
Supervisor	0	0	0	0	0
Técnico	0	0	0	0	0
Total	**349**	**0**	**8**	**5**	**362**

	31/12/2014				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Administrativos	201	11	3	1	**216**
Diretoria/executivos	11	0	1	0	**12**
Especialista	77	6	3	3	**89**
Gerente	33	0	1	1	**35**
Operacional	71	5	0	2	**78**
Supervisor	18	1	0	0	**19**
Técnico	0	0	0	0	**0**
Total	**411**	**23**	**8**	**7**	**449**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	31/03/2017				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Alimentação (garçom)	4	1	0	0	5
Ambulatório (enfermeiro, dentista e médico)	0	0	0	0	0
Limpeza	22	2	0	0	24
Manutenção	11	0	0	0	11
Segurança (vigilantes, vigias e bombeiros)	31	0	0	0	31
Suporte	8	2	0	0	10
Transporte	0	0	0	0	0
Tecnologia da Informação	12	2	0	0	14
Total	**88**	**7**	**0**	**0**	**95**

	31/12/2016				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Alimentação (garçom)	4	1	0	0	5
Ambulatório (enfermeiro, dentista e médico)	0	0	0	0	0
Limpeza	22	2	0	0	24
Manutenção	10	0	0	0	10
Segurança (vigilantes, vigias e bombeiros)	37	0	0	0	37
Suporte	9	2	0	0	11
Transporte	0	0	0	0	0
Tecnologia da Informação	12	1	0	0	13
Total	**94**	**6**	**0**	**0**	**100**

	31/12/2015				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Alimentação (garçom)	4	0	0	0	**4**
Ambulatório (enfermeiro, dentista e médico)	2	0	0	0	**2**
Limpeza	25	1	0	0	**26**
Manutenção	12	0	0	0	**12**
Segurança (vigilantes, vigias e bombeiros)	24	0	0	0	**24**
Suporte	15	0	0	0	**15**
Transporte	0	0	0	0	0
Tecnologia da Informação	40	0	0	0	**40**
Total	**122**	**1**	**0**	**0**	**123**

	31/12/2014				
Atividade	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**	**Buenos Aires**	**Londres**	**Total**
Alimentação (garçom)	4	0	0	0	**4**
Ambulatório (enfermeiro, dentista e médico)	9	0	0	0	**9**
Limpeza	27	2	0	0	**29**
Manutenção	13	0	0	0	**13**
Segurança (vigilantes, vigias e bombeiros)	33	0	0	0	**33**
Suporte	19	1	0	0	**20**
Transporte	0	1	0	0	**1**
Tecnologia da Informação	57	0	0	0	**57**
Total	**162**	**4**	**0**	**0**	**166**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(c) índice de rotatividade[1]

31/03/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
4,4%	15,4%	24%	28%

O índice de rotatividade ficou elevado de 2014 e 2015 em virtude de alterações organizacionais, e adequação de empregados com desligamentos pautados nos resultados de performance, admissões para posições estratégicas e primarização de atividades.

[1] Índice de Rotatividade = ((admissão+demissão)/2)/headcount do ano vigente)

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

O Plano de Cargos e Salários da Companhia ("PCS") possui como principal objetivo a atração e retenção de talentos, cujas atribuições compreendem: (i) delinear, de forma global, os cargos, carreiras e funções, visando a atender às necessidades de recursos humanos para as suas áreas, seja de negócios ou de apoio; (ii) equilibrar, internamente, os cargos e salários, de acordo com o nível de complexidade da função exercida e de proficiência do profissional; (iii) descrever e padronizar os cargos existentes na estrutura da empresa, garantindo o alinhamento dos cargos com a estratégia da empresa; (iv) estruturar as carreiras, em bandas e classes, com características e perfis de competências definidos, formalizando a carreira técnica e sua equivalência com as demais carreiras; (v) definir a tabela salarial para cada função, com base nas bandas e classes estabelecidas; (vi) suportar o enquadramento dos empregados em suas devidas carreiras e faixas salariais; (vii) elaborar diretrizes para a movimentação salarial e progressões, e servir de base para definição de nível de elegibilidade para programas de recompensa, participação em treinamentos e outros fins ligados à gestão de pessoas.

A estrutura salarial compreende as faixas salariais esperadas de remuneração fixa, para os diversos cargos relacionados, baseada na estratégia corporativa.

Para determinação das faixas salariais, serão utilizados, para cada mercado de atuação, seja no Brasil ou no exterior, dados compilados por consultoria especializada. Será priorizada a elaboração das faixas de empresas do segmento de resseguros, seguros, empresas correlatas (corretoras, consultorias etc.) e de empresas de destaque local, em práticas de recursos humanos, nesta ordem de prioridade.

A periodicidade de atualização da tabela salarial obedece a um calendário anual fixo ou de acordo com o nível de crescimento do mercado onde a Companhia atua. Não há qualquer correlação entre reajustes salariais coletivos com a atualização das faixas salariais.

A Companhia estabelece sua política de remuneração variável com base no desempenho corporativo e individual, sendo esse medido através de avaliação de resultados e competências. Para os empregados, a Companhia segue o modelo de Participação nos Lucros e/ou Resultados previsto na lei 10.101/2000.

Adicionalmente, 15% dos empregados detém participação na Companhia e 80,15% são participantes do plano de pensão, que tem co-participação da Companhia.

(b) política de benefícios

Os benefícios disponibilizados pela Companhia incluem plano de saúde e plano odontológico que se estendem a seus dependentes, além de plano de previdência complementar, seguro de vida, vale refeição, vale alimentação, vale transporte e reembolso para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Em cumprimento às orientações encaminhadas pela Superintendência Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia reconhece a representatividade da categoria dos ressecuritários pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Resseguros do Estado do Rio de Janeiro (SINTRES), mantendo uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralizações nos últimos 3 anos.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Itaú Vida e Previdência S.A.					
92.661.388/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	17/08/2015	
Não					
677.400	0,217115%	0	0,000000%	677.400	0,217115%
Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona					
15.254.490/0001-20	Brasileira-DF	Sim	Sim	17/08/2015	
Não					
30.743.700	9,853750%	0	0,000000%	30.743.700	9,853750%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo					
12.754.466/0001-61	Brasileira	Não	Não	17/08/2015	
Não					
49.161.763	15,756975%	0	0,000000%	49.161.763	15,756975%
Itaú Seguros S.A.					
61.557.039/0001-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	17/08/2015	
Não					
45.927.600	14,720385%	0	0,000000%	45.927.600	14,720385%

824

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista				
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**

Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
União Federal					
	Brasileira	Sim	Sim	17/08/2015	
Não					
36.458.237	11,685332%	1	100,000000%	36.458.238	11,685332%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
TOTAL	0	0,000000%			
BB Seguros Participações S.A.					
11.159.426/0001-09	Brasileira	Não	Sim	31/12/2012	
Não					
63.726.600	20,425192%	0	0,000000%	63.726.600	20,425192%
Bradesco Seguros S.A.					
92.682.038/0001-00	Brasileira-RJ	Sim	Sim	17/08/2015	
Não					
63.726.600	20,425192%	0	0,000000%	63.726.600	20,425192%
OUTROS					
20.277.000	6,499040%	0	0,000000%	20.277.000	6,499040%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
1.301.100	0,417019%	0	0,000000%	1.301.100	0,417019%
TOTAL					
312.000.000	100,000000%	1	100,000000%	312.000.001	100,000000%

825

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BB Seguros Participações S.A.				**11.159.426/0001-09**	
BB Seguridade Participações S.A.					
17.344.597/0001-94	Brasileira Brasileira	Não	Sim	31/12/2012	
Não					
278.862.835	100,000000	0	0,000000	278.862.835	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
278.862.835	100,000000	0	0,000000	278.862.835	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bradesco Seguros S.A.				**92.682.038/0001-00**	
Bradseg Participações S.A					
02.863.655/0001-19	Brasileira	Não	Sim	24/02/2017	
Não					
724.802	100,000000	0	0,000000	724.802	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
724.802	100,000000	0	0,000000	724.802	100,000000

827

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Seguros S.A.				**61.557.039/0001-07**	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira	Não	Não	30/03/2017	
Não					
450	0,000246	1	0,000021	451	0,000241
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.					
07.256.507/0001-50	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
182.563.958	99,999754	4.845.953	99,999979	187.409.911	99,999759
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
182.564.408	100,000000	4.845.954	100,000000	187.410.362	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Vida e Previdência S.A.				**92.661.388/0001-90**	
Itaú Seguros S.A.					
61.557.039/0001-07	Brasileira-SP	Não	Sim	31/08/2015	
Não					
582.707.654	65,666766	0	0,000000	582.707.654	65,666766
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
ITAÚ UNIBANCO S.A.					
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	31/08/2015	
Não					
304.663.062	34,333234	0	0,000000	304.663.062	34,333234
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
887.370.716	100,000000	0	0,000000	887.370.716	100,000000

829

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BB Seguridade Participações S.A.				**17.344.597/0001-94**	
Banco do Brasil S.A.					
00.000.000/0001-91	Brasileira	Não	Sim	15/05/2013	
Não					
1.325.000.000	66,250000	0	0,000000	1.325.000.000	66,250000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Lazard Asset Management Securities LLC					
14.406.534/0001-27	Estadunidense	Não	Não	06/03/2017	
Sim	Lazard Asset Management Securities LLC		Juridica	14.406.534/0001-27	
100.877.216	5,040000	0	0,000000	100.877.216	5,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
570.719.269	28,540000	0	0,000000	570.719.269	28,540000
Tesouraria					
		Não	Não		
Não					
3.403.515	0,170000	0	0,000000	3.403.515	0,170000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

830

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BB Seguridade Participações S.A.				17.344.597/0001-94	
TOTAL					
2.000.000.000	100,000000	0	0,000000	2.000.000.000	100,000000

831

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bradseg Participações S.A				**02.863.655/0001-19**	
Banco Bradesco S.A.					
60.746.948/0001-12	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2016	
Não					
7.542.116.990	97,110000	0	0,000000	7.542.116.990	97,110000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Tapajós Holdings Ltda					
08.427.617/0001-08	Brasileira	Não	Não	31/03/2016	
Não					
224.113.399	2,890000	0	0,000000	224.113.399	2,890000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
7.766.230.389	100,000000	0	0,000000	7.766.230.389	100,000000

832

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Unibanco Holding S.A.				**60.872.504/0001-23**	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não	31/05/2017	
Não					
3.074	0,000090	57.700.333	1,786077	57.703.407	0,876644
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
BlackRock,INC					
	Estrangeira	Não	Não	31/05/2017	
Não					
0	0,000000	233.283.398	7,221137	233.283.398	3,544098
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.					
61.532.644/0001-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2017	
Não					
1.295.937.718	38,664580	112.882	0,003494	1.296.050.600	19,689913
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

833

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Unibanco Holding S.A.				**60.872.504/0001-23**	
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.					
04.676.564/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2017	
Não					
1.709.389.603	51,000000	0	0,000000	1.709.389.603	25,969458
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
346.413.822	10,335330	2.939.466.713	90,989292	3.285.880.535	49,919887
TOTAL					
3.351.744.217	100,000000	3.230.563.326	100,000000	6.582.307.543	100,000000

834

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚ UNIBANCO S.A.				**60.701.190/0001-04**	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	17/11/2016	
Não					
2.396.347.872	100,000000	2.320.862.580	100,000000	4.717.210.452	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.396.347.872	100,000000	2.320.862.580	100,000000	4.717.210.452	100,000000

835

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.				**07.256.507/0001-50**	
BANCO ITAÚ BBA S.A.					
17.298.092/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	31/08/2015	
Não					
554.902.067	10,942114	0	0,000000	554.902.067	10,942114
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
BANCO ITAUCARD S.A.					
17.192.451/0001-70	Brasileira-SP	Não	Não	31/08/2015	
Não					
1.582.676.639	31,208801	0	0,000000	1.582.676.639	31,208801
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
ITAÚ UNIBANCO S.A.					
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Sim	31/08/2015	
Não					
2.933.672.311	57,849085	0	0,000000	2.933.672.311	57,849085
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

836

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A.				07.256.507/0001-50	
TOTAL					
5.071.251.017	100,000000	0	0,000000	5.071.251.017	100,000000

837

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Bradesco S.A.				**60.746.948/0001-12**	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não		
Não					
5.032.549	0,160000	18.855.746	0,620000	23.888.295	0,390000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Cidade de Deus Cia Cial Participações					
61.529.343/0001-32	Brasileira-SP	Não	Sim	04/05/2017	
Não					
1.477.654.456	48,380000	735.456	0,020000	1.478.389.912	24,200000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL	0	0,000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	04/05/2017	
Não					
520.497.027	17,040000	0	0,000000	520.497.027	8,520000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

838

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Bradesco S.A.				**60.746.948/0001-12**	
NCF Participações S.A.					
04.233.319/0001-18	Brasileira-SP	Não	Sim	04/05/2017	
Não					
257.206.261	8,420000	68.173.264	2,230000	325.379.525	5,330000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
794.090.819	26,000000	2.966.716.327	97,130000	3.760.807.146	61,560000
TOTAL					
3.054.481.112	100,000000	3.054.480.793	100,000000	6.108.961.905	100,000000

839

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco do Brasil S.A.				**00.000.000/0001-91**	
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ					
33.754.482/0001-24	Brasileira	Não	Não	18/05/2017	
Não					
265.394.614	9,260000	0	0,000000	265.394.614	9,260000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo Fiscal de Inv. e Estabilização					
10.539.257/0001-70	Brasileira	Não	Sim	20/07/2015	
Não					
105.024.600	3,670000	0	0,000000	105.024.600	3,670000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.041.510.691	36,340000	0	0,000000	1.041.510.691	36,340000

840

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco do Brasil S.A.				**00.000.000/0001-91**	
Secretaria do Tesouro Nacional					
00.394.460/0001-41	Brasileira	Não	Sim	30/08/2012	
Não					
1.453.487.115	50,730000	0	0,000000	1.453.487.115	50,730000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
2.865.417.020	100,000000	0	0,000000	2.865.417.020	100,000000

841

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BANCO ITAÚ BBA S.A.				**17.298.092/0001-30**	
ITAÚ BBA PARTICIPAÇÕES S.A.					
58.851.775/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	25/05/2017	
Não					
1	0,000022	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	25/05/2017	
Não					
4.474.435	99,999978	4.474.436	100,000000	8.948.871	99,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
4.474.436	100,000000	4.474.436	100,000000	8.948.872	100,000000

842

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BANCO ITAUCARD S.A.				**17.192.451/0001-70**	
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.					
61.194.353/0001-64	Brasileira-SP	Não	Não	07/04/2017	
Não					
1	0,000004	0	0,000000	1	0,000004
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	07/04/2017	
Não					
237.962.639.781	99,999996	1.277.933.118	100,000000	239.240.572.899	99,999996
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
237.962.639.782	100,000000	1.277.933.118	100,000000	239.240.572.900	100,000000

843

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚ UNIBANCO S.A.				**60.701.190/0001-04**	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	17/11/2016	
Não					
2.396.347.872	100,000000	0	0,000000	2.396.347.872	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.396.347.872	100,000000	0	0,000000	2.396.347.872	100,000000

844

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
339.889.436	12,018245	186.801.616	4,082938	526.691.052	7,114285
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileiro-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
95.237.233	3,367520	26.698.667	0,583555	121.935.900	1,647050
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

845

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela					
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
339.889.412	12,018244	174.152.997	3,806476	514.042.409	6,943433
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca					
316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
2.599.224	0,091907	79	0,000002	2.599.303	0,035110
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Bruno Rizzo Setubal					
299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Camila Setubal Lenz Cesar					
350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	1.915	0,000042	3.834	0,000052
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Companhia ESA					
52.117.397/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
86.885.691	3,072215	25.011	0,000547	86.910.702	1,173947
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

847

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Itaú Social					
59.573.030/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	24/05/2017	
Não					
324.052.504	11,458263	6.588.007	0,143995	330.640.511	4,466130
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros					
34.053.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	24/05/2017	
Não					
430.098.936	15,207988	0	0,000000	430.098.936	5,809566
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

848

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Gabriel de Mattos Setubal					
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
2.599.224	0,091907	79	0,000002	2.599.303	0,035110
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Guilherme Setubal Souza e Silva					
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	151.455	0,003310	153.374	0,002072
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
87.401.180	3,090443	25.023.918	0,546950	112.425.098	1,518583
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Julia Guidon Setubal					
336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Luiza Rizzo Setubal Kairalla					
323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	7.806	0,000171	9.725	0,000131
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.378-21	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	45.956	0,001004	47.875	0,000647
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

850

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
58.979.153	2,085460	35.252.004	0,770506	94.231.157	1,272828
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

851

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
O.E.Setubal S.A.					
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Olavo Egydio Mutarelli Setubal					
394.635.348-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
2.599.224	0,091907	79	0,000002	2.599.303	0,035110
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
96.047.520	3,396171	27.553.814	0,602246	123.601.334	1,669546
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

852

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Opportunity Asset Adm. de Recursos de Terceiros					
05.395.883/0001-08	Brasileira-SP	Não	Não	24/05/2017	
Não					
0	0,000000	230.415.088	5,036201	230.415.088	3,112334
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
319.878.661	11,310674	3.563.720.990	77,892533	3.883.599.651	52,457763
Patricia Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.328-62	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	45.956	0,001004	47.875	0,000647
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Paula Lucas Setubal					
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

853

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Paulo Egydio Setubal					
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	0	0,000000	1.919	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
108.511.239	3,836879	23.893.570	0,522244	132.404.809	1,788459
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
95.193.106	3,365959	27.454.775	0,600081	122.647.881	1,656668
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

854

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
60.276.559	2,131336	36.533.407	0,798514	96.809.966	1,307662
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
95.674.621	3,382986	28.876.914	0,631165	124.551.535	1,682381
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
60.327.058	2,133121	36.606.772	0,800117	96.933.830	1,309335
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

855

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.298-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	45.956	0,001004	47.875	0,000647
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Rudric ITH S.A.					
67.569.061/0001-45	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
221.941.363	7,847686	144.671.549	3,162098	366.612.912	4,952028
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira					
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2017	
Não					
1.919	0,000068	608.190	0,013293	610.109	0,008241
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
2.828.112.054	100,000000	4.575.176.570	100,000000	7.403.288.624	100,000000

859

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.				**04.676.564/0001-08**	
Companhia E. Johnston de Participações					
04.679.283/0001-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/02/2009	
Não					
355.227.092	50,000000	0	0,000000	355.227.092	33,467899
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.					
61.532.644/0001-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/02/2009	
Não					
355.227.092	50,000000	350.942.273	100,000000	706.169.365	66,532101
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
710.454.184	100,000000	350.942.273	100,000000	1.061.396.457	100,000000

857

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cidade de Deus Cia Cial Participações				**61.529.343/0001-32**	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
2.680.635.547	33,630000	0	0,000000	2.680.635.547	33,630000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Lia Maria Aguiar					
003.692.768-68	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
496.778.330	6,230000	0	0,000000	496.778.330	6,230000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
3.625.555.228	45,480000	0	0,000000	3.625.555.228	45,480000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.168.000.811	14,660000	0	0,000000	1.168.000.811	14,660000

858

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia Cial Participações				61.529.343/0001-32	
TOTAL					
7.970.969.916	100,000000	0	0,000000	7.970.969.916	100,000000

859

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia E. Johnston de Participações				**04.679.283/0001-09**	
Fernando Roberto Moreira Salles					
002.938.068-53	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.380	25,000000	2.760	25,000000	4.140	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
João Moreira Salles					
667.197.397-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.380	25,000000	2.760	25,000000	4.140	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Pedro Moreira Salles					
551.222.567-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.380	25,000000	2.760	25,000000	4.140	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia E. Johnston de Participações				**04.679.283/0001-09**	
TOTAL					
5.520	100,000000	11.040	100,000000	16.560	100,000000
Walther Moreira Salles Júnior					
406.935.467-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.380	25,000000	2.760	25,000000	4.140	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

861

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
339.889.436	20,386888	0	0,000000	339.889.436	20,386888
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
95.237.233	5,712419	0	0,000000	95.237.233	5,712419
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

862

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela					
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
339.889.412	20,386885	0	0,000000	339.889.412	20,386885
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca					
316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.392.224	0,083507	0	0,000000	1.392.224	0,083507
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Bruno Rizzo Setubal					
299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

863

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Camila Setubal Lenz Cesar					
350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Gabriel de Mattos Setubal					
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.392.224	0,083507	0	0,000000	1.392.224	0,083507
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Guilherme Setubal Souza e Silva					
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
91.022.180	5,459595	0	0,000000	91.022.180	5,459595
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Julia Guidon Setubal					
336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Luiza Rizzo Setubal Kairalla					
323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.378-21	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

998

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
58.979.153	3,537625	0	0,000000	58.979.153	3,537625
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

867

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
O.E.Setubal S.A.					
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Olavo Egydio Mutarelli Setubal					
394.635.348-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.392.224	0,083507	0	0,000000	1.392.224	0,083507
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
96.047.520	5,761021	0	0,000000	96.047.520	5,761021
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Patricia Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.328-62	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Paula Lucas Setubal					
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Paulo Egydio Setubal					
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

698

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
108.511.239	6,508606	0	0,000000	108.511.239	6,508606
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
95.193.106	5,709774	0	0,000000	95.193.106	5,709774
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
60.276.559	3,615445	0	0,000000	60.276.559	3,615445
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

870

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
95.674.621	5,738654	0	0,000000	95.674.621	5,738654
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
60.327.058	3,618474	0	0,000000	60.327.058	3,618474
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.298-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

871

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Rudric ITH S.A.					
67.569.061/0001-45	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
221.941.363	13,312252	0	0,000000	221.941.363	13,312252
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira					
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/04/2016	
Não					
1.919	0,000115	0	0,000000	1.919	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.667.196.262	100,000000	0	0,000000	1.667.196.262	100,000000

872

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚ BBA PARTICIPAÇÕES S.A.				**58.851.775/0001-50**	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2015	
Não					
548.954	100,000000	1.097.907	100,000000	1.646.861	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
548.954	100,000000	1.097.907	100,000000	1.646.861	100,000000

873

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.				**61.194.353/0001-64**	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	17/11/2016	
Não					
27.482.523	99,999997	811.503	100,000000	28.294.026	99,999997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ITAÚ UNIBANCO S.A.					
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	17/11/2016	
Não					
1	0,000003	0	0,000000	1	0,000003
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
27.482.524	100,000000	811.503	100,000000	28.294.027	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCF Participações S.A.				**04.233.319/0001-18**	
Cidade de Deus Cia Cial Participações					
61.529.343/0001-32	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
862.510.903	74,720000	0	0,000000	862.510.903	39,510000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
290.061.768	25,130000	1.028.758.270	100,000000	1.318.820.038	60,410000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
1.726.886	0,150000	0	0,000000	1.726.886	0,080000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

875

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCF Participações S.A.				04.233.319/0001-18	
TOTAL					
1.154.299.557	100,000000	1.028.758.270	100,000000	2.183.057.827	100,000000

876

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

877

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
700.000	100,000000	0	0,000000	700.000	100,000000

879

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH S.A.				**67.569.061/0001-45**	
Maria de Lourdes Egydio Villela					
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/05/2016	
Não					
2	0,000002	0	0,000000	2	0,000002
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/05/2016	
Não					
439.061.001	49,999999	0	0,000000	439.061.001	49,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/05/2016	
Não					
439.061.001	49,999999	0	0,000000	439.061.001	49,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH S.A.				67.569.061/0001-45	
TOTAL					
878.122.004	100,000000	0	0,000000	878.122.004	100,000000

881

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

882

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
OUTROS					
2.828.112.054	100,000000	4.575.176.570	100,000000	7.403.288.624	100,000000
TOTAL					
2.828.112.054	100,000000	4.575.176.570	100,000000	7.403.288.624	100,000000

883

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cidade de Deus Cia Cial Participações				**61.529.343/0001-32**	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
2.680.635.547	33,630000	0	0,000000	2.680.635.547	33,630000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Lia Maria Aguiar					
003.692.768-68	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
496.778.330	6,230000	0	0,000000	496.778.330	6,230000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
3.625.555.228	45,480000	0	0,000000	3.625.555.228	45,480000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
1.168.000.811	14,660000	0	0,000000	1.168.000.811	14,660000

884

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia Cial Participações				61.529.343/0001-32	
TOTAL					
7.970.969.916	100,000000	0	0,000000	7.970.969.916	100,000000

885

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚ UNIBANCO S.A.				**60.701.190/0001-04**	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira-SP	Não	Sim	17/11/2016	
Não					
2.396.347.872	100,000000	2.320.862.580	100,000000	4.717.210.452	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.396.347.872	100,000000	2.320.862.580	100,000000	4.717.210.452	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Nova Cidade de Deus Participações S.A				**04.866.462/0001-47**	
BBD Participações S.A					
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
169.026.530	53,700000	0	0,000000	169.026.530	26,070000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
145.743.856	46,300000	333.542.140	100,000000	479.285.996	73,930000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
314.770.386	100,000000	333.542.140	100,000000	648.312.526	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				**04.866.462/0001-47**	
BBD Participações S.A.					
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
169.026.530	53,700000	0	0,000000	169.026.530	26,070000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
145.743.856	46,300000	333.542.140	100,000000	479.285.996	73,930000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
314.770.386	100,000000	333.542.140	100,000000	648.312.526	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
700.000	100,000000	0	0,000000	700.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH S.A.				**67.569.061/0001-45**	
Maria de Lourdes Egydio Villela					
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/05/2016	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/05/2016	
Não					
439.061.001	49,999999	0	0,000000	439.061.001	49,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/05/2016	
Não					
439.061.001	49,999999	0	0,000000	439.061.001	49,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

892

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH S.A.				67.569.061/0001-45	
TOTAL					
878.122.003	100,000000	0	0,000000	878.122.003	100,000000

893

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

894

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

895

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A				**07.838.611/0001-52**	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não	17/04/2017	
Não					
67.761.967	38,460000	10.491.083	7,900000	78.253.050	25,320000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Lázaro de Mello Brandão					
004.637.528-72	Brasileira-SP	Não	Sim	02/01/2017	
Não					
13.440.000	7,630000	0	0,000000	13.440.000	4,350000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
NCD Participações LTDA					
48.594.139/0001-37	Brasileira-SP	Não	Não	02/01/2017	
Não					
0	0,000000	72.638.484	54,670000	72.638.484	23,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
95.004.332	53,910000	49.741.044	37,430000	144.745.376	46,830000

968

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A				07.838.611/0001-52	
TOTAL					
176.206.299	100,000000	132.870.611	100,000000	309.076.910	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				**07.838.611/0001-52**	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não	17/04/2017	
Não					
67.761.967	38,460000	10.491.083	7,900000	78.253.050	25,320000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Lázaro de Mello Brandão					
004.637.528-72	Brasileira-SP	Não	Sim	02/01/2017	
Não					
13.440.000	7,630000	0	0,000000	13.440.000	4,350000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
NCD Participações LTDA					
48.594.139/0001-37	Brasileira-SP	Não	Não	02/01/2017	
Não					
0	0,000000	72.638.484	54,670000	72.638.484	23,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
95.004.332	53,910000	49.741.044	37,430000	144.745.376	46,830000

868

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				**07.838.611/0001-52**	
TOTAL					
176.206.299	100,000000	132.870.611	100,000000	309.076.910	100,000000

668

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				**04.866.462/0001-47**	
BBD Participações S.A.					
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
169.026.530	53,700000	0	0,000000	169.026.530	26,070000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2017	
Não					
145.743.856	46,300000	333.542.140	100,000000	479.285.996	73,930000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
314.770.386	100,000000	333.542.140	100,000000	648.312.526	100,000000

006

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

901

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

902

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

903

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				**07.838.611/0001-52**	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não	17/04/2017	
Não					
67.761.967	38,460000	10.491.083	7,900000	78.253.050	25,320000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Lázaro de Mello Brandão					
004.637.528-72	Brasileira-SP	Não	Sim	02/01/2017	
Não					
13.440.000	7,630000	0	0,000000	13.440.000	4,350000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
NCD Participações LTDA					
48.594.139/0001-37	Brasileira-SP	Não	Não	02/01/2017	
Não					
0	0,000000	72.638.484	54,670000	72.638.484	23,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
95.004.332	53,910000	49.741.044	37,430000	144.745.376	46,830000

904

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				**07.838.611/0001-52**	
TOTAL					
176.206.299	100,000000	132.870.611	100,000000	309.076.910	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCD Participações LTDA				**48.594.139/0001-37**	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	08/03/2017	
Não					
0	0,000000	709.803.109	99,999999	709.803.109	99,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
TOTAL					
0	0,000000	709.803.110	100,000000	709.803.110	100,000000

906

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCD Participações LTDA				**48.594.139/0001-37**	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	08/03/2017	
Não					
0	0,000000	709.803.109	99,999999	709.803.109	99,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
TOTAL					
0	0,000000	709.803.110	100,000000	709.803.110	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

808

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCD Participações LTDA				**48.594.139/0001-37**	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	08/03/2017	
Não					
0	0,000000	709.803.109	99,999999	709.803.109	99,999999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
TOTAL					
0	0,000000	709.803.110	100,000000	709.803.110	100,000000

606

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

910

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

911

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				**60.701.521/0001-06**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

912

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/03/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	158
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	37
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	3

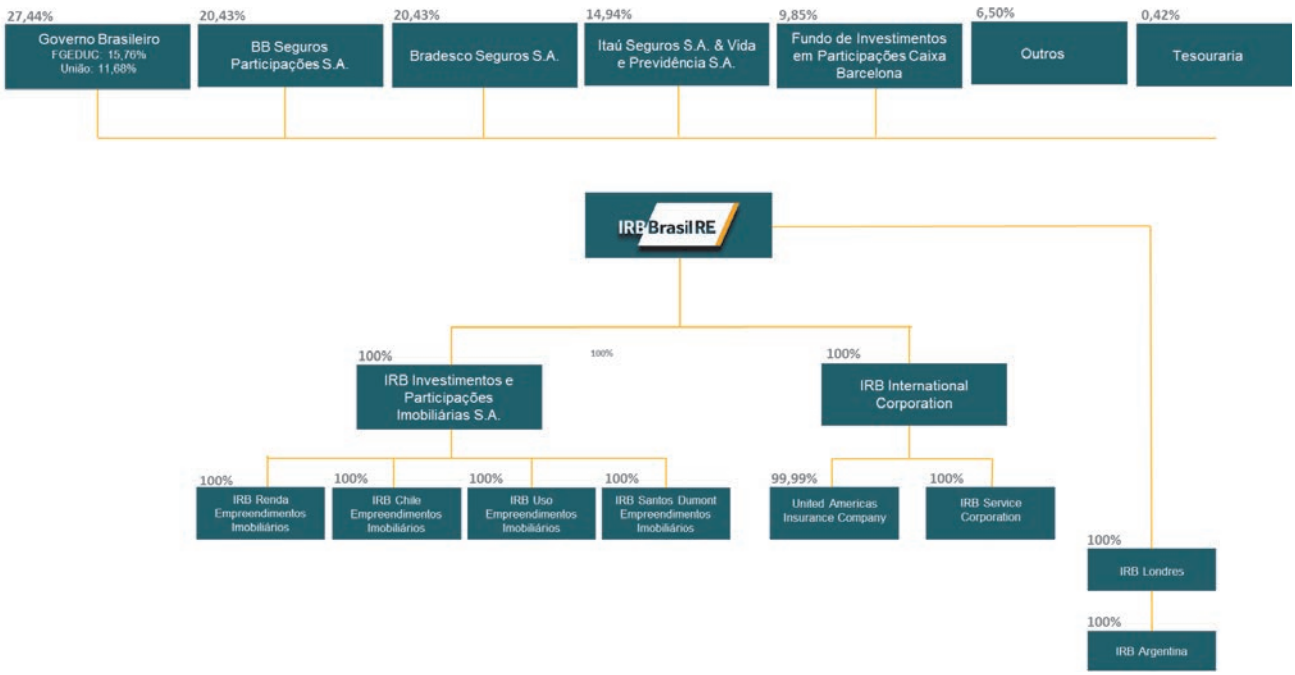
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	20.277.000	6,499038%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	20.277.000	6,499038%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 – Organograma dos acionistas



[22] **IRB International Corporation (United Americas Insurance Company) e Escritório de Londres**

A Companhia possui duas operações que se encontram em *run-off* (operações sendo descontinuadas) desde meados da década de 80: (i) em Londres, onde atualmente são administrados sinistros de responsabilidade civil decorrentes de contaminação por asbestos, Responsabilidade Civil Ambiental (Pollution) e de Responsabilidade Civil Profissional decorrente de erros médicos (Health Hazards / Medical Malpractice), principalmente relacionados a transfusões de sangue e implantes de silicone; e (ii) em Nova Iorque, basicamente de sinistros de responsabilidade civil decorrentes de contaminação por asbestos. O passivo referente a essas operações encontra-se registrado. Vale destacar que a Companhia está estudando alienar os ativos em *run-off* das operações realizadas via sucursal de Londres e subsidiária de Nova Iorque; no entanto, ainda não obteve a aprovação do Conselho de Administração para prosseguir com a operação.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Partes	União Federal ("União") BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros") Bradesco Seguros S.A. ("Bradesco Seguros") Itaú Seguros S.A. ("Itaú") Itaú Vida e Previdência S.A. ("Itaú Vida" e, em conjunto com Itaú, "Itaú Seguros") Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona ("FIP" e, em conjunto com União, BB Seguros, Bradesco Seguros, Itaú e Itaú Vida, os "Acionistas") Intervenientes-Anuentes: IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Companhia")
Data de celebração	Em 12 de agosto de 2015 foi celebrado o Termo de Aditamento e Consolidação do Acordo de Acionistas do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Acordo de Acionistas"), por meio do qual se acordaram determinadas alterações ao Acordo de Acionistas a fim de refletir a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia. Tais disposições passarão a vigorar a partir da data de disponibilização pública do anúncio de início da oferta, nos termos abaixo descritos. Em 18 de maio de 2017 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento do Acordo de Acionistas do IRB-Brasil Resseguros S.A., por meio do qual se prorrogou o prazo da condição suspensiva de eficácia prevista no primeiro aditamento.
Prazo de vigência	24 de maio de 2033, podendo ser renovado mediante mútuo acordo entre os Acionistas.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	O direito de voto dos Acionistas relativamente a quaisquer ações de emissão da Companhia e/ou de suas Controladas deverá ser exercido pelos Acionistas de forma consentânea e no sentido do direito de voto pertinente às Ações Vinculadas objeto do Acordo de Acionistas. Os controladores obrigam-se a realizar reunião prévia, de modo a definir antecipadamente a orientação do voto em bloco sempre que for necessário votar na Assembleia Geral da Companhia ou de suas Controladas. As deliberações nas Reuniões Prévias serão tomadas por maioria simples do total de Ações Vinculadas, cabendo a cada Acionista nas Reuniões Prévias número de votos equivalente ao número de Ações Vinculadas por ele detido na data da respectiva Reunião Prévia.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários	Nos termos do Acordo de Acionistas, a Companhia terá um conselho de administração composto de oito membros, eleitos para um mandato unificado de um ano, permitida a reeleição, e uma Diretoria, constituída pelos cargos de um diretor presidente, um diretor financeiro, um diretor de relações com investidores e até seis diretores sem designação específica. Os diretores poderão cumular funções. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral com a seguinte composição: (i) um membro titular, que exercerá o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e respectivo suplente, indicados pela União em decorrência da titularidade da Golden Share; (ii) um membro titular e respectivo suplente indicados pela BB Seguros; (iii) um membro titular e respectivo suplente indicados pela Bradesco Seguros; (iv) um membro titular e respectivo suplente indicados pela Itaú Seguros; (v) um membro titular e respectivo suplente indicados pelo FIP; e (vi) três membros titulares independentes e respectivos suplentes, se houver, indicados pela maioria simples dos acionistas em Assembleia Geral.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Caberá ao Conselho de Administração a nomeação dos Comitês de Investimento, Subscrição e Governança, todos de caráter consultivo e sem remuneração, cuja formação seguirá o seguinte regramento: (i) os Comitês de Subscrição e Governança serão formados por até sete membros cada um, sendo até três funcionários da Companhia e até quatro membros indicados pelos Acionistas, sendo um membro pela União, um membro por BB Seguros, um membro por Itaú Seguros e um membro por Bradesco Seguros; e (ii) o Comitê de Investimentos será formado por até oito membros, sendo até três funcionários da Companhia e até cinco membros indicados pelos Acionistas, sendo um membro pela União, um membro por BB Seguros, um membro por Itaú Seguros, um membro por Bradesco Seguros e um membro pelo FIP.

A Diretoria será constituída por até nove diretores, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, dentre profissionais de mercado, com reputação ilibada e de notória capacidade e renome em atividades ligadas ao objeto social da Companhia.

O Conselho Fiscal será composto por até quatro membros titulares e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral ordinária, permitida a reeleição, dentre indivíduos qualificados, de reputação ilibada e que atendam às exigências legais. O Conselho Fiscal terá a seguinte estrutura: (i) um membro e respectivo suplente, representante do Tesouro Nacional, indicado pela União por força da sua Golden Share; (ii) um membro e respectivo suplente indicado alternadamente e, nessa ordem, pela BB Seguros, pela Bradesco Seguros e pela Itaú Seguros; (iii) um membro e respectivo suplente indicado alternadamente e, nessa ordem, pela Bradesco Seguros, pela Itaú Seguros e pela BB Seguros; e (iv) um membro e respectivo suplente indicado pelos acionistas minoritários, atendidos os requisitos da lei.

Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Direito de Primeira Oferta: Exceto no caso de um IPO, se qualquer acionista desejar, direta ou indiretamente, transferir todas, e não menos que todas, suas ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, o acionista ("Acionista Alienante") deverá notificar os acionistas remanescentes ("Acionistas Não Alienantes") por escrito acerca do seu desejo de transferir todas suas ações vinculadas, cujo preço constará da notificação de oferta. Os Acionistas Não Alienantes terão 30 dias, a contar da data de recebimento da notificação de oferta para se manifestar, caso eles tenham interesse em adquirir ações ofertadas para aquisição nos exatos termos da notificação da oferta.

Direito de Primeira Recusa: Exceto no caso de um IPO, caso um acionista ("Acionista Ofertante") receba uma proposta de terceiro interessado em adquirir todas, e não menos que todas, suas ações vinculadas, o acionista ofertante deverá enviar uma notificação por escrito aos outros acionistas ("Acionistas Ofertados"), contendo todos os termos e condições da proposta de terceiro. Os acionistas ofertados terão o direito de primeira recusa para a aquisição da totalidade das ações ofertadas, nos mesmos termos e condições da proposta de terceiro.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Na hipótese de mais de um Acionista Ofertado exercer seu Direito de Primeira Oferta ou de Direito de Primeira Recusa, será assegurada a seguinte ordem de preferência: (i) caso o Acionista Ofertante ou Acionista Alienante seja a União, a alocação de ações ofertadas no exercício do Direito de Primeira Oferta ou do Direito de Primeira Recusa seguirá a seguinte ordem de preferência: (1º) BB Seguros, (2º) FIP, e (3º) Itaú Seguros e Bradesco Seguros, de forma pró-rata à sua participação no total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas; (ii) caso o Acionista Ofertante ou Acionista Alienante seja o BB Seguros, a alocação de ações ofertadas no exercício do Direito de Primeira Oferta ou do Direito de Primeira Recusa seguirá a seguinte ordem de preferência: (1º) União, (2º) FIP; e (3º) Itaú Seguros e Bradesco Seguros, de forma pró-rata à sua participação no total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas; (iii) caso o Acionista Ofertante ou Acionista Alienado seja o FIP, a alocação de ações ofertadas no exercício do Direito de Primeira Oferta ou do Direito de Primeira Recusa seguirá a seguinte ordem de preferência: (1º) União, (2º) BB Seguros, e (3º) Itaú Seguros e Bradesco Seguros, de forma pró-rata à sua participação no total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas;.(iv) caso o Acionista Ofertante ou Acionista Alienante seja o Itaú Seguros, a alocação de ações ofertadas no exercício do Direito de Primeira Oferta ou do Direito de Primeira Recusa seguirá a seguinte ordem de preferência: (1º) Bradesco Seguros, (2º) União, (3º) BB Seguros, e (4º) FIP; e (v) caso o Acionista Ofertante ou Acionista Alienado seja o Bradesco Seguros, a alocação de ações ofertadas no exercício do Direito de Primeira Oferta ou do Direito de Primeira Recusa seguirá a seguinte ordem de preferência: (1º) Itaú Seguros, (2º) União, (3º) BB Seguros, e (4º) FIP.

Direito de Venda Conjunta (*Tag Along*): Exceto no caso de um IPO, se um Acionista Ofertante desejar transferir a totalidade de suas ações vinculadas emitidas pela Companhia a um ou mais terceiro, o Acionista Ofertante terá o direito, como alternativa ao exercício de seu Direito de Primeira Oferta, ou Direito de Primeira Recusa, de vender a totalidade de suas ações vinculadas dentro do capital social da Companhia, juntamente com o Acionistas Ofertante.

Período de Lock Up: os Acionistas não poderão, em qualquer hipótese, transferir total ou parcialmente suas Ações Vinculadas até 1º de outubro de 2018. Não obstante o Período de Lock Up, os Acionistas poderão a qualquer tempo vender, ceder, transferir, outorgar direitos ou de qualquer outra forma alienar suas Ações Vinculadas a qualquer Afiliada, desde que (i) tal Acionista dê prévia ciência aos demais Acionistas; (ii) a Afiliada manifeste sua adesão formal a este Acordo, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista cedente; e (iii) a Afiliada seja considerada como Acionista original para fins de seu bloco.

Período de Não Competição: os Acionistas controladores não competirão com a Companhia ou suas subsidiárias, nos negócios realizados no mercado de resseguros brasileiro, pelo período de vigência do Acordo de Acionistas, sujeito à determinadas exceções.

Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração

Não existem demais restrições ou vinculação do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

2015

a) evento

Transferência de Ações da União para o BB Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ("FGEDUC")

b) principais condições do negócio

Em 27 de julho de 2015 foi promulgado o Decreto nº 8.495, de 27 de julho de 2015, que autorizou a União a integralizar cotas do FGEDUC, mediante transferência de ações ordinárias de sua titularidade e de emissão da Companhia excedentes ao necessário à manutenção da União no grupo de controle da Companhia. Em 19 de agosto de 2015, foi publicada Portaria nº 644, de 17 de agosto de 2015, do Ministério da Fazenda por meio da qual foi autorizada a integralização pela União das cotas do FGEDUC, mediante a transferência de 49.161.763 ações ordinárias de emissão da Companhia, o que ocorreu em 19 de agosto de 2015.

c) sociedades envolvidas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

União

FGEDUC

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário

FGEDUC passa a integrar o quadro societário da Companhia

e) quadro societário antes e depois da operação

Quadro societário antes da operação

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
União	85.620.000	27,44	1	100,00	85.620.001	27,44
BB Seguros	63.726.600	20,43	0	0,00	63.726.600	20,43
Bradesco Seguros	63.726.600	20,43	0	0,00	63.726.600	20,43
Itaú Seguros	45.927.600	14,72	0	0,00	45.927.600	14,72
Itaú Vida	677.400	0,22	0	0,00	677.400	0,22
FIP Caixa Barcelona	30.743.700	9,85	0	0,00	30.743.700	9,85
Outros	20.277.000	6,50	0	0,00	20.277.000	6,50%
Tesouraria	1.301.100	0,42	0	0,00	1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00**	**1**	**100,00**	**312.000.001**	**100,00**

Quadro societário após a operação

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
União	36.458.237	11,69	1	100,00	36.458.238	11,69
FGEDUC	49.161.763	15,76	0	0,00	49.161.763	15,76
BB Seguros	63.726.600	20,43	0	0,00	63.726.600	20,43
Bradesco Seguros	63.726.600	20,43	0	0,00	63.726.600	20,43
Itaú Seguros	45.927.600	14,72	0	0,00	45.927.600	14,72
Itaú Vida	677.400	0,22	0	0,00	677.400	0,22
FIP Caixa Barcelona	30.743.700	9,85	0	0,00	30.743.700	9,85
Outros	20.277.000	6,50	0	0,00	20.277.000	6,50%
Tesouraria	1.301.100	0,42	0	0,00	1.301.100	0,42
Total	**312.000.000**	**100,00**	**1**	**100,00**	**312.000.001**	**100,00**

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Para fins desta seção 16.1, conforme ilustram a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 642/10 e o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") nº 05, entende-se como parte relacionada a pessoa ou a entidade (qualquer administrador, empregado, controlada, sociedade coligada ou afiliada, ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia) que está relacionada com a Companhia e, consequentemente refletirá certos impactos nas demonstrações contábeis, apresentadas neste Formulário de Referência.

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, foi aprovada, em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 25 de abril de 2014, uma Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política"). Esta Política tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral.

Nos termos da Política, todas as transações com partes relacionadas devem ser formalizadas e identificadas de maneira específica, sejam elas transferências de recursos, serviços ou obrigações, independentemente da ocorrência de contrapartida financeira.

As transações relativas a resseguro e retrocessão, bem como as transferências financeiras oriundas das operações de tesouraria e investimento, devem seguir os trâmites de aprovação estipulados na política de alçadas da Companhia, não cabendo aprovação especial por se tratar de transação entre partes relacionadas.

As demais transações com partes relacionadas até o limite de R$1,0 milhão devem seguir o trâmite de aprovações estabelecido na política de alçadas e, adicionalmente, devem ser informadas de maneira consolidada ao Comitê de Auditoria, cabendo a esse órgão verificar a adequação da frequência, dos valores envolvidos e das condições estipuladas nas transações.

As demais transações acima do limite de R$1,0 milhão devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, mediante prévia análise do Comitê de Auditoria, que deve observar os critérios a seguir:

(a) as transações devem estar de acordo com o estabelecido nesta política e em consonância com os valores da Companhia e com o código de ética da Companhia; e

(b) os valores e as condições das transações devem ser compatíveis com a prática de mercado.

A contratação de serviços ou produtos junto a partes relacionadas que estejam no papel de fornecedores pode ocorrer desde que sejam observadas as melhores práticas e os valores de mercado, sujeitas às devidas aprovações, conforme determina a política de alçadas e observando as disposições da Política.

De maneira a preservar os interesses dos acionistas da Companhia e em consonância com a legislação em vigor, são vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

(c) operações em condições fora do padrão da Companhia e sem causa justificável;

(d) transações de caráter particular que impactem os objetivos da Companhia ou que sejam fruto do uso de informações sigilosas obtidas em razão do privilégio de acesso às mesmas;

(e) atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto;

(f) contratos de prestação de serviços com partes relacionadas baseados em faturamento ou receita da contratada;

(g) contratos fora dos padrões de negociação, apreciação e aceitação das operações; e

(h) realização de empréstimos em favor dos controladores ou dos administradores.

Sempre que um acionista controlador da Companhia solicitar informações corporativas, devem ser disponibilizadas a todos os acionistas controladores cópia da solicitação e das informações requeridas, de forma a garantir a equidade.

A Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas, influência significativa, conflito de interesses, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Política da Companhia está disponível no website da Companhia no seguinte endereço: ri.irbbrasilre.com

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas descritas em suas demonstrações financeiras incluem as operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas da Companhia. Apresentamos abaixo os saldos de tais operações em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 e o período findo em 31 de março de 2017.

	Controladora e Consolidado					
	2016		2015		2016	2015
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Companhia						
Prêmios	699.844	113.303	746.155	160.614	1.036.855	1.773.206
Indenizações e despesas com sinistros	60.175	143.184	29.520	79.912	(326.673)	(728.600)
Comissões	2.941	87.582	–	96.749	(176.864)	(345.360)
Outros	–	7.602	–	10.108	(1.150)	(14.559)
	762.960	**351.671**	**775.675**	**347.383**	**532.168**	**684.687**

	Controladora e Consolidado					
	31 de março de 2017		31 de dezembro de 2016		31 de março de 2017	31 de março de 2016
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Companhia						
Prêmios	627.079	83.754	699.844	113.303	416.224	231.694
Indenizações e despesas com sinistros	61.154	88.963	60.175	143.184	(369.894)	(33.728)
Comissões	2.903	81.938	2.941	87.582	(73.389)	(51.227)
Outros	–	8.678	–	7.602	(1.112)	486
	691.136	**263.333**	**762.960**	**351.671**	**(28.171)**	**147.225**

A operação de resseguro tem como principais objetivos a transferência e pulverização de riscos das operações de uma Companhia para outra(s). As operações são segmentadas em resseguros e retrocessão no Brasil e resseguros e retrocessão no exterior, conforme já descrito no item 7.1 deste Formulário de Referência e na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras Trimestrais.

Considerando que no ano de 2016, (i) a Companhia subscreveu mais de 3 mil contratos automáticos e facultativos e, em 2017, já subscreveu cerca de 1.500 negócios, e (ii) a maior parte dos contratos foram firmados com partes relacionadas, destacamos no item 16.2, abaixo, os principais contratos firmados com partes relacionadas:

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Mapfre Seguros Gerais S/A e Aliança do Brasil Seguros S/A	30/06/2016	425.529.592,00	–	Não Aplicável.	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contratos de Resseguro Automático Agrícola para garantir a recuperação de perdas relacionadas às coberturas de perda de produção, perda de qualidade ou da vida da planta em consequência dos riscos cobertos por cada produto nos ramos 02 - Seguro Agrícola com cobertura do FESR - Produto SUSEP Nº.15414.001178/2005-04; e ramo 01 - Seguro Agrícola sem cobertura do FESR - Produto SUSEP Nº15414.005125/2011-01.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Seção 1- O presente contrato poderá ser cancelado a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, desde que tal cancelamento seja de comum acordo entre as partes. Em caso de término ou cancelamento, o Ressegurador continuará sendo responsável por sua participação em todos os Seguros amparados por este contrato, respeitado o especificado nas “CONDIÇÕES PARTICULARES” sob o titulo “BASE”, exceto quando acordado de outra forma. Seção 2- Qualquer das partes terá o direito de encerrar este Contrato, notificando a outra parte: (i) se a execução deste Contrato, no todo ou em qualquer parte, for proibida ou tornada impossível “de jure” ou “de facto”, em particular e sem prejuízo à generalidade das palavras precedentes, em consequência de qualquer lei ou regulamento que esteja ou venha a estar em vigor em qualquer país ou território, ou se qualquer lei ou regulamento venha a impedir, direta ou indiretamente, a remessa de quaisquer pagamentos devidos a qualquer das partes.; (ii) se qualquer Órgão do Governo, seja Autarquia ou empresa Pública ou autoridade legal (tal como mas não se limitando à SUSEP), ordenar que a outra parte cesse suas operações.; (iii) se a outra parte tornar-se insolvente ou incapaz de pagar suas dívidas, ou tiver perdido a totalidade, ou qualquer porção, do seu capital subscrito.; (iv) se houver qualquer mudança relevante na gerência ou controle da outra parte.; (v) se o país ou território em que a outra parte estiver domiciliada ou tiver sua Sede, ou estiver jurisdicionada, se envolver em hostilidades bélicas com qualquer outro país, com ou sem declaração de guerra, ou for parcial ou totalmente ocupado por outro poder.; (vi) (vi) se a outra parte deixar de cumprir quaisquer termos e condições deste Contrato, e se recusar a fazê-lo após a devida notificação por escrito. Seção 3 - (a) Todas as notificações de cancelamento, motivadas por quaisquer das disposições da Seção 1 acima, deverão ser efetuadas por escrito com a devida comprovação do recebimento. (b) Todas as notificações de cancelamento, motivadas por quaisquer das disposições das Seções 1 e 2 acima, deverão ser endereçadas à parte envolvida em sua Sede.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Aliança do Brasil Seguros S/A	01/02/2016	108.912.602,00	–	Não Aplicável.	1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada.						
Objeto contrato	Contratos de Resseguro Automático Agrícola para garantir à Ressegurada a Recuperação de Perdas relacionadas às apólices emitidas e/ou renovadas no Ramo 01 Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR dos produtos a seguir: Produto: BB Seguro Agrícola Faturamento - Processo SUSEP nº 15414.001668/2011-41.						

923

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Se o presente Contrato vier a terminar ou for cancelado enquanto um sinistro, coberto por ele, estiver ainda em curso, fica acordado que, respeitados os outros termos e condições deste Contrato, o Ressegurador deverá pagar sua cota de participação no sinistro como se ele tivesse ocorrido inteiramente dentro da vigência do Contrato, desde que o sinistro tenha começado a ocorrer antes da hora do término ou cancelamento do Contrato. Não obstante o disposto acima, nenhum sinistro ocorrido nessas circunstâncias poderá ser reclamado contra uma renovação deste Contrato ou de outro contrato que substituir este.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

924

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, segundo a qual o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é submetida a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no estatuto social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas celebradas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em Assembleia Geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação.

A escolha da empresa que será contratada sempre leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento do mercado, entre outros.

Nos casos de contratos de locação a ser celebrados com partes relacionadas, os valores praticados são baseados em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, exclusivamente para este fim.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
24/03/2017	1.953.080.000,00	Não aplicável	312.000.000	1	312.000.001
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
24/03/2017	1.953.080.000,00	Não aplicável	312.000.000	1	312.000.001
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
24/03/2017	1.953.080.000,00	Não aplicável	312.000.000	1	312.000.001

927

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/03/2017	Assembleia Geral Extraordinária	24/03/2017	500.000.000,00	Subscrição pública	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão	Não se aplica.
Forma de integralização	Moeda corrente nacional.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
29/10/2014	1.035.663	1	1.035.664	312.000.000	1	312.000.001

929

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

17.5 - Outras informações relevantes

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas, exceto pela *golden share* de titularidade da União;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- Conselho Fiscal instalado;
- clara definição no estatuto social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- adoção de Conselho de Administração;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração;
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem;
- a assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do estatuto social; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade; e
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes.

17.5 - Outras informações relevantes

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto social da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais também estaremos sujeitos.

Autorização para Negociação no Novo Mercado

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela B3. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes.

Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Outras Características do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

17.5 - Outras informações relevantes

Adicionalmente, em decorrência da Resolução CMN 3.456/2007, que estabeleceu novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos à negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela B3 podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da referida Resolução, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nossa.

Os acionistas da Companhia gozam de todos os direitos e garantias previstos no Regulamento do Novo Mercado, conforme contemplados por seu estatuto social.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Todas as ações de emissão da Companhia conferem aos seus titulares iguais direitos na distribuição de dividendos. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido é destinada aos acionistas, como dividendo anual mínimo obrigatório.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Reembolso conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista ne Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de voltar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não mencionadas neste item 18.1 com relação às ações ordinárias.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	A Golden Share confere ao seu titular iguais direitos na distribuição de dividendos àqueles conferidos às ações ordinárias. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido é destinada aos acionistas, como dividendo anual mínimo obrigatório.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Reembolso conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Sim
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Não há outras hipóteses de resgate de ação, além daquelas previstas em lei.

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista ne Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de voltar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Em decorrência da titularidade da Golden Share, é assegurado à União o exercício dos seguintes direitos, de forma permanente: (i) indicação de um membro para o Conselho de Administração, que exercerá o cargo de Presidente do órgão, e seu respectivo suplente; e (ii) indicação de um membro e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal. Para mais informações, veja o risco A União (Governo Federal) tem poder de veto sobre algumas mudanças na sua estrutura societária, e seus interesses poderão conflitar com os interesses dos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia na seção 4.1 deste formulário de referência.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há, no estatuto social da Companhia, regras que representam limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Adicionalmente, há disposições que obrigam a realização de oferta pública quando da eventual alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, as quais deverão ser observadas pelo comprador, dentro das condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Conforme dispõe o artigo 57 da Companhia, na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta, o acionista controlador ou a Companhia, conforme aplicável, deverá realizar oferta pública de aquisição de ações, na qual o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral que tenha independência e experiência comprovada, na forma da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da B3.

Além disso, o artigo 58 do Estatuto Social dispõe que, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que suas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo previsto no Estatuto, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista no Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos além daqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada. A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável pois, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável pois, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

18.12 - Outras infomações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.12.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2016

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.301.100	
Quantidade adquirida	0	10,71
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.301.100	
Relação valores mobiliários em circulação	0,417000%	

Exercício social 31/12/2015

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.301.100	
Quantidade adquirida	0	10,21
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.301.100	
Relação valores mobiliários em circulação	0,417000%	

Exercício social 31/12/2014

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	1.301.100	9,51
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.301.100
Relação valores mobiliários em circulação	0,417000%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**18/08/2015**
Cargo e/ou função	A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características e locais de consulta

Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das políticas internas da Companhia. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as pessoas vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.
https://www.irbbrasilre.com

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos “Períodos de Impedimento à Negociação”, que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; (ii) o prazo em que estiver em curso a negociação pela Companhia de valores mobiliários de sua própria emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios; e (iv) o prazo em que existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, cuja íntegra está disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia ri.irbbrasilre.com.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto. Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de Assembleia Geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos um portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relações com Investidores da companhia aberta;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 18 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante" ("Política de Divulgação"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), quais sejam: os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os administradores, os conselheiros fiscais, diretores, os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, os empregados e executivos com acesso a informações relevantes e, ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia ("Destinatários"). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

A Política de Divulgação visa a prover os acionistas da Companhia e ao mercado em geral a melhor simetria possível na disseminação das informações, bem como a assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, evitando, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias NEO1; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia ri.irbbrasilre.com, em teor idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma "Informação Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de Assembleia Geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) no preço de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de usa emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários.

Os destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a esta difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando os padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se deu seu conhecimento; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- em quaisquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Negociação de Ações pode ser encontrada no site da Companhia em https://www.irbbrasilre.com.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)